UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

MILTON FRANCISCO DA SILVA

**Haitianos no Brasil:
uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2016

MILTON FRANCISCO DA SILVA

**Haitianos no Brasil:
uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade.

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo: _____

Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586h Silva, Milton Francisco da
Haitianos no Brasil: uma leitura crítica da notícia
no jornalismo impresso / Milton Francisco da Silva ;
orientadora Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira
Andrade. - São Paulo, 2016.
486 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. análise crítica. 2. referenciação. 3. notícia. 4.
imigração haitiana. I. Andrade, Maria Lúcia da Cunha
Victório de Oliveira, orient. II. Título.

SILVA, M. F. da. **Haitianos no Brasil**: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso.
Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado aos 11 de outubro de 2016.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. Instituição: USP.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Eduardo Ramos.

Instituição: UNIFESP.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof. Dra. Marcia Antonia Guedes Molina.

Instituição: UFMA.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo.

Instituição: USP.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Paula de Souza Gonçalves Morasco.

Instituição: Externo.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

para
Marlandes

AGRADEÇO

à minha orientadora,
Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade,
por me apresentar a ACD nas aulas da Pós e
pela confiança e contribuições diversas para a construção desta tese;

à Profa. Dra. Paula de Souza Gonçalves Morasco e
ao Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo,
pelas valiosas sugestões na qualificação e na defesa;

à Profa. Dra. Márcia Antonia Guedes Molina e
ao Prof. Dr. Paulo Eduardo Ramos,
pelas boas e pontuais contribuições na defesa;

à Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo,
pelo *saber bakhtiniano* compartilhado nas aulas da Pós;

à Profa. Dra. Júlia Simone Ferreira, da Universidade Federal de Juiz de Fora,
pela cortesia do *Résumé*;

ao Amigo Ednei Nunes de Oliveira, da Universidade Federal da Grande Dourados,
pelos “socorros informáticos”;

ao Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre,
por me permitir ausentar das atividades docentes em tempo de doutoramento;

à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre e
à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),
pela bolsa Prodoutoral concedida.

RESUMO

SILVA, M. F. da. **Haitianos no Brasil**: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso. 2016. 483 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Nos últimos anos, milhares de haitianos migraram para o Brasil, fugindo das mazelas socioeconômicas do Haiti e das consequências do terremoto de 12 de janeiro de 2010 na capital Porto Príncipe. Grande parte deles chegou ao Brasil por via terrestre, especialmente pelas cidades fronteiriças de Tabatinga-AM e Brasileia-AC, de onde muitos se deslocaram para São Paulo, em busca de trabalho e a fim de recomeçarem a vida. Tendo em conta esse cenário, realizamos nesta tese uma leitura crítica de notícias do jornal *Folha de S. Paulo* sobre tais imigrantes. Baseamo-nos em estudos do Círculo de Bakhtin sobre o discurso e o sujeito, e na Análise Crítica do Discurso (ACD), vinculando conceitos bakhtinianos ao campo teórico da ACD. Acerca do elemento linguístico do discurso, focalizamos especialmente as estratégias linguístico-referenciais empregadas, que são escolhas feitas pelo enunciador. Relacionamos esse marco teórico ao deslocamento dos haitianos para o Brasil e a suas relações sociais e laborais no contexto brasileiro. Dentre os resultados, destacam-se: quanto ao interdiscurso, ao recontextualizar vozes de alguma prática jornalística (como depoimentos, entrevistas e falas do dia a dia) ou textos alheios ao jornalismo (como notas emitidas pelos governos, relatórios de pesquisa, resoluções e decretos), o enunciador exerce poder sobre tais vozes e os atores sociais que as enunciam. Com frequência, o enunciador usa o que caracterizamos como observação *in loco*, relato histórico e voz de conhecimento público, e, ao mesmo tempo, recursos linguísticos que conferem à *Folha* um caráter investigativo. Assim, temos indicações da forma contemporânea do gênero notícia. Acerca dos governos acreano, paulista, federal e da prefeitura de São Paulo, em muitas notícias, o enunciador se mostra a seu serviço, no sentido de recontextualizar suas vozes e lhes construir uma representação positiva, inculcando-a na mente do enunciatário. Em algumas notícias, porém, o enunciador atua contra os governos petistas referidos (federal, acreano e da prefeitura de São Paulo), tratando a imigração haitiana como questão da esfera político-partidária, e não da administração pública. Essa atuação tem efeitos controversos: possivelmente se incute na mente do enunciatário uma representação negativa de tais governos e desqualifica a *Folha* como jornal sério e imparcial, representação criada em várias notícias. As notícias mostram que os imigrantes haitianos estão à margem das ordens sociais e ordens do discurso, sobretudo porque não dominam a língua portuguesa e não conseguem atuar nas diferentes práticas sociais do dia a dia. Suas vozes, em geral, não compõem a notícia de forma evidente, nem mesmo quando o assunto em pauta é a busca de solução dos problemas que vivem: no lugar deles e sobre eles falam especialmente membros dos governos. Essa condição à margem das ordens sociais é fomentada pela escolha de expressões referenciais do enunciador. A referência a eles ocorre com uso, por exemplo, de “imigração ilegal” e “imigrantes ilegais”, o que diz respeito a uma representação negativa. De um modo geral, o enunciador não atua em prol das minorias, mas sim fomenta as relações sociais de poder já estabelecidas no contexto brasileiro. As notícias não provocam uma luta hegemônica que, ao menos, promova acesso dos haitianos às ordens sociais ou que mitigue sua condição de grupo minorizado no Brasil.

Palavras-chave: análise crítica; referenciação; notícia; imigração haitiana

ABSTRACT

SILVA, M. F. da. **Haitians in Brazil**: a critical reading of news in print journalism. 2016. 483 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In the last years, thousands of Haitians have migrated to Brazil, running away from Haiti's socioeconomic hardships and the consequences aroused from the earthquake that devastated the country's capital city Port-au-Prince, on January, 12, 2010. They arrived in Brazil by road, especially crossing the border cities of Brasileia, in Acre, and Tabatinga, in Amazonas, from where many of them moved towards the state of São Paulo, searching for work in order to restart their lives. Taking for granted this scenario, for this thesis a critical reading was carried out using the articles in the newspaper *Folha de S. Paulo* about those immigrants. The Bakhtin Circle's studies were the basis for this work regarding discourse and subject, aided by the Critical Analysis of Discourse (CAD), linking bakhtinian concepts to CAD's theoretical field. Regarding the linguistic element of the discourse, we focused on the linguistic-referential strategies employed, which are choice made by the enunciator. This theoretical mark was related to the displacement of the Haitians to Brazil and their social and working relationships in the Brazilian context. Among the results, some are highlighted, such as: related to the interdiscourse, by recontextualize voices of some journalistic practice (such as declarations, interviews, and daily speeches) or strange to the journalistic field (such as government briefs, research reports, resolutions and decrees), where the enunciator holds power over such voices and the social actors who enunciated them. Frequently, the enunciator uses what was characterized as observation *in loco*, historic reporting, and voice of public knowledge, and, at the same time, linguistic resources that consider *Folha* as an investigative character newspaper. Thus, we have traces of a contemporaneous form in the genre of news. Regarding the governments of Acre, São Paulo, Brazil, and the municipality of São Paulo, in much news, the enunciator is shown at his own service, in the sense of recontextualize their voices and building a positive representation, instilling it into the mind of the addressee. Although, in some news, the enunciator acts against the governments of the worker's party (federal, state, and from the city hall of São Paulo), treating the Haitian immigration as political party question, and not as of public administration. This action has controversial effects: it possibly is instilled in the mind of the addressee a negative representation of such governments and it disqualifies the *Folha* as a serious and impartial newspaper, due to a representation created in much news. The news shows that the Haitian immigrants lay at the margin of the social orders and of the discourse orders, mainly because they do not master the Portuguese language, and they cannot act in the different daily practices. Generally, their voices do not compose the news in such a clear way, not even when the point on the agenda is the search for solution of the problems they live under: especially government members do speak in their places and about them. This condition at the margin of the social orders is fomented by choosing some referential expressions by the enunciator. The reference related to them is made by the use of expressions, such as, "illegal immigration", and "illegal immigrants", referring to them as a negative representation. The enunciator does not generally act for the minorities, instead of fomenting the social relations of power, long-established in the Brazilian context. The news does not provoke a hegemonic struggle that, at least, promote the access to the social orders to Haitians, or that may minimize their condition as a minority group in Brazil.

Keywords: critical analysis; referentiation; news; Haitian immigration

RÉSUMÉ

SILVA, M. F. da. **Haïtiens au Brésil**: une lecture critique de nouvelles dans la presse écrite. 2016. 483 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Au cours des dernières années, des milliers d'haïtiens ont émigré au Brésil en fuyant les maux socio-économiques d'Haïti et les conséquences du séisme du 12 Janvier 2010 à Port-au-Prince. Ils sont arrivés au Brésil par la voie terrestre, en particulier par les villes frontalières de Tabatinga-AM et Brasileia-AC où beaucoup d'entre eux ont déménagé à São Paulo à la recherche de travail et de commencer une nouvelle vie. Dans ce scénario, nous avons fait dans cette thèse une lecture critique des articles du journal intitulé *Folha de S. Paulo* sur ces immigrants. Nous nous appuyons sur des études du Cercle de Bakhtine sur le discours et le sujet, et l'Analyse Critique du Discours (ACD), en reliant les concepts bakhtiniens au champ théorique (ACD). À propos de l'élément linguistique du discours, nous nous concentrons les stratégies linguistique-référentielles employées on comprend les choix faites par l'énonciateur. Nous rapportons ce cadre théorique dans le déplacement des immigrants haïtiens au Brésil et leurs relations sociales et du travail dans le contexte brésilien. Parmi les résultats, on distingue: les relations interdiscursives, et au moment de recontextualiser les voix de certaines pratiques journalistiques (comme des témoignages, des interviews et des discours de la vie quotidienne) ou des textes sans rapport avec le journalisme (comme les billets émis par les gouvernements, les rapports de recherche, des résolutions et décrets), l'énonciateur exerce le pouvoir sur ces voix et des acteurs sociaux que l'énoncent. Souvent, l'énonciateur emploie ce qu'on caractérise comme observation *in loco*, des rapports historiques et la voix de connaissance du public et dans le même temps, les caractéristiques linguistiques qui donnent à la *Folha* un caractère d'enquête. Ainsi, nous avons des indications sur la forme contemporaine du genre d'article. À propos des gouvernements « acreano », « paulista », fédéral et de la mairie de Sao Paulo, dans de nombreuses nouvelles, l'énonciateur s'affiche à leur service, dans le sens de recontextualiser leurs voix et de les construire une représentation positive, en installant dans l'esprit de l'énonciataire. Dans certains articles, toutefois, l'énonciateur agit contre les gouvernements « petistas » (fédéral, « acreano » et de la mairie de Sao Paulo), en considérant l'immigration haïtienne comme une question de la sphère politique partisane, et non plus de l'administration publique. Cette action a des effets controversés: probablement s'installe dans l'esprit de l'énonciataire une représentation négative de ces gouvernements et disqualifie la *Folha* comme étant un journal sérieux et impartial, la représentation établie dans plusieurs articles. Les articles montrent que les immigrants haïtiens sont en marge des ordres sociaux et des ordres du discours, en particulier parce qu'ils ne connaissent pas la langue portugaise et ne peuvent pas agir dans des différentes pratiques sociales de la vie quotidienne. Leurs voix, en général, ne font pas la forme évidente dans des articles, ni lorsque le sujet est à la recherche d'une solution des problèmes auxquels ils vivent: au lieu de parler sur eux, ils parlent en particulier des membres des gouvernements, notamment. Cette condition sur les marges des ordres sociaux est encouragé par le choix des expressions des références de l'énonciateur. En faisant référence aux haïtiens, on emploie, par exemple, « l'immigration clandestine » et « les immigrants illégaux », en ce qui concerne à la représentation négative. En général, l'énonciateur ne joue pas en faveur des minorités, mais favorise les relations sociales de pouvoir déjà établi dans le contexte brésilien. Autrement dit, les articles ne provoquent pas une lutte hégémonique qui, au moins, de promouvoir l'accès des haïtiens à l'ordre social ou d'atténuer leur état de groupe en minoritaire au Brésil.

Mots-clés: analyse critique; référencement; articles; immigration haïtienne

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Anáfora Associativa

AC – Acre

AI – Anáfora Indireta

ACD – Análise Crítica do Discurso

AM – Amazonas

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados

CPF – Cadastro de Pessoa Física

DPF / MJ – Departamento de Polícia Federal / Ministério da Justiça

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MTE – Ministério de Trabalho e Emprego

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais

ONGs – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PPD – *Problemas da poética de Dostoiévski*

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RN – Resolução Normativa

RR – Resolução Recomendada

SN – Sintagma Nominal

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. DO HAITI PARA O BRASIL: UM OLHAR ECONÔMICO-LABORAL	8
1.1. Elementos da história do Haiti: o deslocamento como gênese	12
1.2. A Minustah e o terremoto de 12 de janeiro de 2010	17
1.3. Razões da migração haitiana recente: o Brasil como horizonte	22
1.4. Haitianos em trânsito: coiotes em ação	32
1.5. Cidades fronteiriças como sala de espera: confinamento e privação	43
1.6. Legislando sobre a imigração haitiana: a RN 97/2012 do CNIg	49
1.7. O perfil dos cidadãos haitianos no Brasil	56
1.8. Mão de obra haitiana no trabalho (in)formal	61
1.9. Nova minoria estrangeira no Brasil: desapontamentos	68
2. CÍRCULO DE BAKHTIN: TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO	74
2.1. As esferas sociais e a ideologia do cotidiano: fronteiras e intersecções	77
2.2. Os gêneros do discurso	82
2.3. As peculiaridades do enunciado	86
2.4. A realidade social como fonte dos enunciados complexos	94
2.5. Interdiscurso: o diálogo entre enunciados	99
2.6. Intradiscurso: o <i>microdiálogo</i> da palavra e do enunciado	104
2.7. Tentativas de reificação do homem e seu discurso	110
2.8. O sujeito-enunciador e o <i>outro</i> : consciências imiscíveis	112
3. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO CRÍTICA SOCIAL	119
3.1. Práticas sociais: entre estruturas e eventos	126
3.2. A dialética do discurso: agir/interagir, ser e representar	133
3.3. Ordens sociais e (redes de) ordens do discurso	143
3.4. Cadeia de gêneros e cadeia de textos: a mediação tecnológica	150
3.4.1. O texto como mistura de gêneros: hibridismo interdiscursivo	157
3.5. Ideologia e luta hegemônica	160
3.6. Relações de poder e controle social: questões discursivas	166
3.6.1. A relação entre governo, jornalismo e os cidadãos	174
3.7. Os efeitos sociais do texto	176

4. DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO	183
4.1. Objetos de discurso e cooperação sociodiscursiva	187
4.2. A referenciação e o mundo da realidade	190
4.3. Categorização: as propriedades dos objetos de discurso	194
4.3.1. A construção de categorias	198
4.4. A formação linguística dos sintagmas nominais	203
4.4.1. Recategorização e ponto de vista	206
4.5. Subespecificação referencial como estratégia discursiva	210
4.6. Significado lexical, cossignificação e heterogeneidade semântica	216
4.7. Progressão referencial: a correferência, a remissão e a retomada	219
4.8. Estratégias linguísticas de referenciação	224
4.8.1. Anáfora correferencial sem recategorização	226
4.8.2. Anáfora correferencial com recategorização	229
4.8.3. Anáfora não-correferencial (re)categorizadora	234
5. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO MÉTODO: <i>CORPUS</i> E ANÁLISE ...	247
5.1. Composição do <i>corpus</i> e análise	248
5.1.1. Notícias do “momento A” – 2011	254
5.1.2. Notícias do “momento B” – janeiro de 2012	265
5.1.3. Notícias do “momento C” – janeiro e abril de 2013	276
5.1.4. Notícias do “momento D” – janeiro a maio de 2014	289
5.1.5. Notícias do “momento E” – maio de 2015	326
5.1.6. Notícias do “momento F” – agosto a novembro de 2015	349
CONSIDERAÇÕES FINAIS	384
REFERÊNCIAS	406
ANEXOS	420

INTRODUÇÃO

Devido a questões políticas e econômicas do Haiti – a nação mais pobre do continente americano – e ao terremoto ocorrido em janeiro de 2010 na capital Porto Príncipe, milhares de haitianos nos últimos anos deixaram o País. Um dos destinos é o Brasil.

Trata-se de uma imigração marcada por algumas particularidades do processo migratório no contexto brasileiro que merecem destaque. Elenquemos quatro: (i) desde meados do século XX “o Brasil não recebia um número considerável de migrantes oriundos de um país com o qual não tem fronteiras terrestres” (Pinto, 2014, p. 62), fenômeno que não se via desde o fim da Segunda Guerra Mundial; (ii) o Brasil não é “um dos tradicionais países de imigração para os haitianos” (Pinto, 2014, p. 62), os quais, historicamente, migravam para a República Dominicana, Estados Unidos, Guiana Francesa e França, sobretudo; (iii) cidades brasileiras localizadas em região fronteira da Amazônia – Tabatinga (Amazonas) e Brasileia (Acre), cuja infraestrutura é inadequada ao alto contingente de imigrantes – experimentaram um fluxo migratório de consequências ainda desconhecidas; (iv) tanto nessas cidades quanto em várias outras para onde os haitianos se deslocaram em grande número, criaram-se demandas até então inexistentes, exigindo atenção não só de governos municipais estaduais, mas também do governo federal e vários de seus ministérios, por exemplo, da Justiça, Relações Exteriores, Saúde e Secretaria de Direitos Humanos.

Devido a essas e outras particularidades, os haitianos recém-chegados ao Brasil, sobretudo passando por Equador e Peru, mereceram a atenção também de jornalistas e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Quer na televisão e nos principais jornais brasileiros, quer em revistas acadêmicas das Ciências Humanas, a imigração haitiana tornou-se tema relativamente recorrente. Essa imigração ocupou parte da pauta da mídia brasileira, pois são imigrantes dependentes de apoio para moradia, de assistência médica e social, de ajuda financeira, de trabalho. Especialmente por se encontrarem nessas condições, causam impacto nas cidades onde estão alojados ou onde se agrupam, trabalhando ou não. Um dos jornais em que esses imigrantes foram notícia é a *Folha de S.Paulo*, que tomamos como fonte da coleta de textos para análise neste estudo.

Nosso *corpus* de análise compõe-se de notícias, gênero discursivo da esfera jornalística, o qual podemos denominar, de modo genérico, *gênero jornalístico* ou *texto jornalístico*. São textos publicados na versão impressa da *Folha de S.Paulo*, embora tenham sido coletados via internet. Optamos por analisar textos apenas desse jornal por três motivos: primeiro, pela representatividade que tem a *Folha* no cenário da imprensa nacional; segundo,

por se tratar de uma publicação paulista, o que caracteriza nossa análise como estudo do português paulista, no âmbito do subgrupo de *Gêneros jornalísticos impressos: historicidade, constituição e mudança em uma perspectiva crítico-discursiva*, no interior do *Projeto de História do Português Paulista II* (PHPP II)¹; terceiro, pela viabilidade de acesso da sua versão impressa por meio da internet.

Para selecionar as notícias do *corpus*, realizamos uma busca na versão digital da *Folha* com a palavra-chave “haitiano”, o que nos deu indicações de existir referência aos imigrantes haitianos nos textos elencados. Também nos orientamos por questões históricas, políticas e socioeconômicas relevantes obtidas tanto em outros textos veiculados no mesmo jornal, quanto em outras fontes (todas via internet, versão *online*), que são jornais diários, agências de notícia governamentais ou não governamentais.

Parte dessas questões histórico-políticas e socioeconômicas nos ajudou a caracterizar o que denominamos “momentos problemáticos”. Entendemos “momento problemático” como ocorrência de algum evento no contexto histórico que influenciou e desencadeou – mas, ao mesmo tempo, influenciado e desencadeado por –, de forma significativa, alguma mudança na vida social dos haitianos chegados ao Brasil após o terremoto em janeiro de 2010 no Haiti². Soma-se a essa ocorrência e mudança a produção e circulação de textos jornalísticos em que o enunciador informa (ou “expressa” seu ponto de vista) o enunciatário sobre os haitianos no Brasil, sobre o que eles fazem, sobre o que deles se fala e sobre o que com eles se faz. São momentos em que, em tese, podemos abstrair do *corpus* informações relevantes de como os brasileiros – jornalistas, políticos, professores universitários, empresários/empregadores, líderes de movimentos sociais, representantes de ONGs, assim como o cidadão comum – veem e tratam, direta ou indiretamente, os imigrantes haitianos.

Consideramos como “momentos problemáticos”:

- A – 2011 – chegada significativa de haitianos ao Acre e Amazonas, e instalação de alojamento pelo governo estadual em Brasileia (Acre).
- B – janeiro de 2012 – publicação da Resolução Normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que dispõe sobre concessão do visto permanente a nacionais do Haiti, por razões humanitárias.

¹ Projeto temático de equipe, financiado pela Fapesp (11/51787-5, de 2012 a 2017), sob a coordenação geral da Profa. Dra. Clelia Candida Abreu Spinardi Jubran até final de 2014 e, a partir 2015, sob a coordenação geral do Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida.

² Esse terremoto é tema das notícias relativas aos haitianos publicadas nos dias logo após o tremor. Nos meses subsequentes, e até mesmo em 2011, o foco se voltou para a (possível) reconstrução da área atingida, para questões políticas internas ao Haiti e questões relacionadas à Minustah, força de paz da ONU, na capital haitiana. Embora esses eventos sugiram delinear novos “momentos problemáticos”, não o fazemos porque privilegiamos analisar notícias que tenham como foco os haitianos migrados para o Brasil.

- C – janeiro e abril de 2013 – publicação do Decreto nº 5.586, de 9 de abril de 2013, pelo Governo do Acre, que decretou Situação de Emergência Social.
- D – janeiro a maio de 2014 – superlotação e fechamento do alojamento em Brasileia (Acre); abertura de alojamento em Rio Branco (Acre); encaminhamento de imigrantes do Acre para São Paulo, inicialmente sem aviso à prefeitura e ao governo de São Paulo, com reação contrária do governo paulista.
- E – maio de 2015 – reencaminhamento de imigrantes haitianos do Acre para a capital paulista, novamente sem aviso às autoridades de São Paulo; em junho essa transferência passou a ocorrer em comum acordo com autoridades do Acre, da cidade e do Estado de São Paulo, e do governo federal.
- F – agosto a novembro de 2015 – parte dos imigrantes haitianos são atingidos pela onda de desemprego no Brasil.

Analisaremos o conjunto de notícias do *corpus* na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) e de postulados do Círculo de Bakhtin. Utilizamos da ACD as noções de estruturas, práticas e eventos sociais, ordens sociais e ordens do discurso, cadeia de gêneros discursivos e cadeia de textos, ideologia e luta hegemônica, relações de poder e poder social, como também conceitos correlatos (Fairclough, 2001, 2003, 2012a, 2012b; van Dijk, 1997, 2010). Do Círculo, os conceitos de diálogo, esferas sociais, gênero do discurso, enunciado, interdiscurso e intradiscursos (Bakhtin, 2010a, 2010b, 2010c; Medviédev, 2012; Volochinov/Bakhtin, 1992). Para as questões linguístico-textuais, utilizamos o conceito de referenciação, (re)categorização, objetos de discurso (Mondada, 2003; Mondada e Dubois, 2003; Marcuschi, 2000, 2005, 2008; Marcuschi e Koch, 2002; Koch, 2002, 2004, 2012), os quais vinculamos às escolhas linguísticas realizadas pelo enunciador a cada notícia.

Nesta tese, realizamos uma leitura crítica de notícias da *Folha de S.Paulo* acerca dos imigrantes haitianos no Brasil, buscando, ainda que de forma indireta e sutil, motivar ações sociais, discursivas e/ou não discursivas, que visem mitigar a condição de socialmente desfavorecidos desses imigrantes na sociedade brasileira.

Para tanto, analisaremos nosso *corpus* orientando-nos pelos seguintes objetivos específicos:

- Examinar as relações interdiscursivas, considerando-as como principal elemento discursivo de constituição da notícia e atentando, de modo especial, para as vozes dos diferentes atores sociais, imigrantes e não imigrantes, tomados pelo enunciador como “fonte” de produção textual-discursiva.
- Analisar a recontextualização das vozes dos diferentes atores sociais, de suas ações

e eventos a eles vinculados, assim como a recontextualização das práticas sociais (e/ou seus elementos) de que esses atores fazem parte.

- Considerando a análise da recontextualização das vozes e práticas sociais, analisar as representações construídas na notícia sobre tais atores, imigrantes e não imigrantes, levando em conta a referenciação textualmente realizada acerca desses mesmos atores sociais, suas ações e eventos a eles vinculados, e levando em conta observações sobre as imagens – fotos, gráficos e mapas – que ilustram parte das notícias, assim como a distribuição da notícia nas páginas do jornal.
- Tecer considerações críticas sobre os possíveis efeitos sociais da referenciação realizada (explorando as estratégias linguístico-referenciais empregadas) e das diferentes representações construídas, em diálogo com as relações de poder possivelmente recontextualizadas na notícia.

Noutros termos, buscamos compreender, a partir das representações (reais ou imaginárias) e das estratégias linguístico-referenciais, como as elites simbólicas (políticos e jornalistas, em especial) fazem uso do discurso público e elaboram discursiva e cognitivamente a si próprios e suas ações, assim como os imigrantes, suas ações e eventos a eles relacionados. Para tanto, atentaremos em especial para o uso de diferentes vozes sociais que, por vezes, aparecem como discurso relatado, por vezes, como discurso indireto ou velado.

Temos como hipótese que os haitianos, suas ações e eventos a eles vinculados são representados, em geral, de forma negativa, pois são sujeitos que constituem uma “minoridade migratória” desprovida de poderes sociais relativos, por exemplo, a trabalho, educação, domínio da língua portuguesa. Além disso, são atores sociais que dependem dos sujeitos da esfera jornalística – membros da elite simbólica – para fazer sua voz circular e ser ouvida. Quanto aos demais atores sociais – sobretudo, os governos federal, acreano, paulista e paulistano, empresários e as instituições que auxiliam e acolhem os imigrantes – envolvidos na imigração haitiana, a representação poderá ser, segundo o contexto extratextual, ora positiva, ora negativa, o que implica pensar em representação gradual. Isso, muito provavelmente, ocorrerá em face, por exemplo, do poder que esses diferentes atores podem exercer a cada notícia e a cada evento social “fonte” de notícias específicas. Nesse processo, tanto a representação acerca dos haitianos quanto a representação acerca dos demais atores sociais, em princípio, são, ao menos em parte, tributárias das escolhas linguístico-referenciais feitas pelo enunciador.

O texto jornalístico, ao longo do século XX, passou a ocupar uma posição de forte influência na sociedade, capaz de promover mudanças sociais, capaz de modificar as ideias e as ações da população em geral. Adquiriu, na verdade, papel de destaque, quando se trata de questões políticas, econômicas, culturais, entre elas a imigração haitiana para o Brasil, decorrente do terremoto ocorrido no Haiti em 2010 e das dificuldades de os haitianos se reestruturarem dentro do próprio território.

Ao ganhar destaque em notícias da *Folha de S.Paulo*, por exemplo, esses imigrantes passaram a ser referidos e categorizados de diferentes modos, ganhando, na perspectiva do enunciador – e de diferentes atores sociais cujas vozes compõem a notícia –, ora avaliação positiva, ora negativa. Essa posição do texto jornalístico aponta para sua importância como *corpus* desta pesquisa, que tem como pretensão maior contribuir para a mitigação do desprestígio dos haitianos nos diferentes âmbitos da vida social brasileira, ainda que essa contribuição seja pequena. Trata-se de pessoas em situação minorizada e à margem da sociedade: imigrantes marcadamente negros, pobres, estrangeiros, não falantes de português e, grande parte deles, com baixo nível de escolaridade/instrução.

A pesquisa empreendida aqui é necessária e ocorre sob várias razões ou justificativas. O acesso ao discurso público, como o jornalístico, que muitos sujeitos têm – entre eles, políticos, empresários, professores e os próprios jornalistas – faculta-lhes enunciarem-se visando manter a sociedade como está ou visando modificá-la, por exemplo, em prol de um grupo de pessoas ou de um segmento social. Isso indica que as notícias veiculadas na *Folha* acerca dos haitianos no Brasil podem, hipoteticamente, estar contribuindo para a realização ou o fracasso dos sonhos socioeconômicos dessas pessoas, a melhoria de suas condições de vida ou a manutenção de sua condição de desprestígio em território brasileiro, entre outros possíveis “resultados”. Para tanto, o enunciador lança mão de recursos linguísticos diversos, segundo, por exemplo, seus interesses políticos e econômicos muitas vezes não explicitados. Diante disso, cabe-nos, como analista crítico do discurso, verificar, o quanto possível, em que tais notícias “resultarão” – isto é, verificar os possíveis efeitos sociais de cada texto/notícia – e refletir criticamente a favor do bem-estar dos cidadãos haitianos no Brasil.

A necessidade de se pensar e discutir seriamente sobre a imigração haitiana no Brasil não se limita a questões de análise do discurso. A discussão é bem mais ampla, diz respeito também a questões econômicas, políticas, jurídicas, culturais, educacionais, de saúde, por exemplo, pois esse fluxo migratório “não é um fenômeno passageiro e tende a se perpetuar, como tantos outros processos migratórios que ocorreram no país” (Fernandes e Castro, 2014, p. 64). Ou seja, realizar uma pesquisa em análise do discurso sobre notícias que têm como

foco essa imigração tem relevância histórica para a chegada futura de haitianos e sua permanência no Brasil.

Para a execução desta pesquisa, no capítulo 1, buscamos apresentar uma contextualização acerca dos haitianos no Brasil, inclusive citando autores naturais do Haiti. Inicialmente, expomos parte da história do País, entendendo o deslocamento como gênese do povo haitiano. No contexto do terremoto ocorrido em 2010, refletimos sobre a presença e atuação da Minustah em Porto Príncipe. Procuramos apresentar as razões da migração haitiana para o Brasil, que vão além do terremoto, e as condições de deslocamento até o Brasil. Refletimos sobre o tratamento jurídico dado pelo governo brasileiro a esses imigrantes e suas condições de alojamento nas cidades fronteiriças de Brasileia (AC) e de Tabatinga (AM). Traçamos o perfil dos haitianos no Brasil para, em seguida, discutirmos sobre suas condições laborais no trabalho formal e informal. Por fim, em forma de síntese, classificamos os haitianos como nova minoria estrangeira no Brasil, sugerindo que seus sonhos de uma vida melhor – ou de recomeçar a vida –, por ora, fracassaram.

O capítulo 2 é dedicado aos conceitos postulados pelos membros do Círculo de Bakhtin: esferas sociais e a ideologia do cotidiano, percebendo-as sobre fronteiras; gêneros do discurso; o enunciado e suas várias peculiaridades; a realidade social como fonte dos enunciados complexos tanto da esfera literária, quanto da esfera jornalística ou jurídica, por exemplo; o interdiscurso tecido no diálogo entre enunciados; o intradiscurso tecido como microdiálogo da(s) palavra(s) componente(s) do enunciado; a reificação do homem e seu discurso como tentativa do produtor do texto de mitigar o *outro*; o sujeito enunciator e o *outro* como consciências imiscíveis.

O capítulo 3 é dedicado à Análise Crítica do Discurso (ACD) – em que atentaremos para os vínculos existentes, a nosso ver, entre os estudos bakhtinianos e a ACD, de modo fazermos reflexões de ordem epistemológica no campo do discurso. Especialmente, partiremos da obra de Norman Fairclough (2003) para nos posicionar, o quanto possível, como analista crítico. Abordaremos os conceitos de estruturas, práticas e eventos sociais, tríade da qual faz parte o discurso, entendido como processo dialético: discurso como formas particulares de agir e se relacionar, de representar e de ser. Formas que dizem respeito ao gênero discursivo em que cada discurso é construído, às representações que cada discurso constrói e à identidade do sujeito-enunciador a cada discurso. Outro ponto relevante são as ordens sociais – práticas sociais em rede segundo as estruturas sociais – e seu componente discursivo, denominado ordens do discurso. A esses conceitos relacionam-se os conceitos de ideologia e de luta hegemônica, que, em conjunto, dizem respeito às relações sociais de poder,

discursivo e não discursivo. Por fim, faremos considerações sobre os possíveis efeitos sociais do texto, quase sempre intencionalmente pretendidos pelo enunciador.

O capítulo 4 é dedicado ao conceito de referenciação, focando, sobretudo, as estratégias linguístico-referenciais empregadas pelo enunciador. Argumentaremos que as palavras não são etiquetas das coisas do mundo, mostrando que referir é designar referentes e modificá-los no âmbito do discurso. Isto é, os referentes são introduzidos e “manipulados” ao longo do texto, por isso denominados *objetos de discurso*. Ao expor sobre as categorias, mostraremos que a (re)categorização é uma atividade organizada e organizadora inerente ao texto e integrante da progressão referencial. Integrante dessa progressão também são as inferências: informações não explicitadas, mas identificadas co(n)textualmente e sempre levadas em conta na produção e compreensão textual; às vezes, o “deixar subespecificado” é uma estratégia discursiva do enunciador. Somam-se a esses recursos textuais, os mecanismos coesivos de retomada e remissão, com que a construção de *objetos de discurso* e a progressão referencial ganham entendimento no sentido de perceber como o processo referencial ocorre.

A ampla teoria aqui mobilizada será especialmente usada por nós como lente de uma leitura crítica do conjunto de notícias da *Folha*. No capítulo 5, analisamos 52 notícias, entre as quais incluímos o texto notícia propriamente dito, mas também “chamadas” da primeira página do jornal, “depoimentos” de atores sociais específicos e pequenas notas sobre a imigração haitiana que dialogam com os demais textos. Orientados por categorias abstraídas dos capítulos teóricos, lemos criticamente cada notícia deixando emergir seus elementos mais pertinentes.

Ao longo deste estudo, procuraremos, o quanto possível, correlacionar – ora de modo explícito, ora de modo implícito e subjacente – os diferentes conceitos de maneira a valorizar e lançar mão das relações dialógicas e interdiscursivas, tão caras aos estudos bakhtinianos e aos estudos em ACD. Assim, parte do nosso foco de análise é também um recurso de construção do nosso texto. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas, bem como os anexos, contendo documentos da legislação brasileira relativa à imigração e as notícias componentes do *corpus* desta pesquisa.

1. DO HAITI PARA O BRASIL: UM OLHAR ECONÔMICO-LABORAL

A mobilidade é inerente ao ser humano e à sua história. Já nos primeiros registros do homem tem-se o deslocamento do “seu” espaço para o espaço do *outro*, movido pela “vontade” própria de se deslocar ou em decorrência de ações da natureza, que o fazia sair em busca de alimento e garantia de sobrevivência.

Ao longo dos últimos séculos, para não irmos muito longe, somaram-se às ações da natureza, ações humanas de ordem religiosa ou político-econômica. Governos não laicos e grupos religiosos armados, em diferentes lugares, fizeram com que grupos de pessoas deixassem a terra onde até então viviam. De modo semelhante, a economia industrial e, mais recentemente, a política neoliberal forçosamente implantada em quase todo o mundo pelos países economicamente mais poderosos – se quisermos lançar um olhar sobre a sociedade contemporânea e pós-colonial –, ou o mais poderoso, assim como as mudanças geopolíticas em várias partes do globo, foram ou ainda são fatores que levam as pessoas a se deslocarem de um lugar para outro, individual ou coletivamente.

Tais deslocamentos são migrações diversas ocorridas em âmbito regional (infranacional), nacional e internacional, que fazem com que o deslocamento humano seja questão importante quando se propõe a refletir sobre os povos, as culturas, as nações, a territorialidade, a sobrevivência do homem, o mercado de trabalho, a industrialização e mercantilização no/do mundo moderno. Ao mesmo tempo, em função dos diferentes contextos migratórios e das diferentes motivações para migrar, a ideia de mobilidade/deslocamento/migração mudou diacronicamente, sendo, inclusive, possível e mais razoável hoje em dia falar que há uma ideia mais ou menos particular a cada área do conhecimento em que as migrações estão em pauta. Conceito multifacetado, as migrações, na visão de Moulin (2012, p. 275), “carregam tanto um elemento da vivência pessoal e cotidiana e, portanto, antropológica, quanto um componente político, social e econômico que desafia as estruturas disciplinares correntes”. Isso faz com que os estudos sobre as migrações, salvo por razões teórico-didático-metodológicas, sejam inevitavelmente multi-/inter-/transdisciplinares, marcados por facetas diversas e por perspectivas e visões controversas. É pela necessidade de um recorte teórico que se pode abordá-las tomando apenas uma ou mais partes do mosaico “de teorias recentes sobre as migrações: teoria neoclássica, histórico-estrutural, mercado de mão de obra dual, teoria do sistema mundial, redes migratórias, efeitos de repercussão e perspectiva transnacional” (Cavalcanti, 2014, p. 12). Na verdade, impõem-se ao pesquisador a diversidade e a complexidade das migrações na atualidade.

Uma abordagem possível é na perspectiva do trabalho, a qual assumimos como eixo na construção deste capítulo. Fundamentando nossa exposição em vários autores, seguimos Silva (2012, p. 302), ao sugerir que “a categoria trabalho poderia ser tomada como uma possível chave de leitura desse fenômeno emigratório, que na história do Haiti não constitui novidade, mas um processo que ganhou novos contornos após a catástrofe que afetou o país como um todo.”

Para alguns países, por causa da pobreza persistente, a emigração é uma solução política e econômica altamente favorável, pois, graças às remessas de grande parte de seus cidadãos no exterior, mantêm o Produto Interno Bruto (PIB) em níveis razoáveis. É o caso, por exemplo, de El Salvador, Honduras e Haiti, em que tais remessas chegam a superar 20% do PIB³ (Cavalcanti, 2014, p. 11). Homens, mulheres ou famílias, movidos por razões econômicas e pela busca de trabalho, por melhores salários ou condições laborais, deslocam-se para destinos sobre os quais têm muitas expectativas e esperanças, mas pouco conhecimento prévio. É como se caminhassem no escuro.

No entanto, a migração não pode ser entendida apenas na chave da motivação laboral e econômica. Isso porque,

reduzir ou vincular as migrações única e exclusivamente ao mercado de trabalho é incorrer em uma limitação teórica e política. As migrações não se dão unicamente por uma lógica economicista, no sentido da atração e expulsão (*push and pull*) como entendia a perspectiva neoclássica. (Cavalcanti, 2014, p. 21)

Outra questão é que “os movimentos migratórios se inserem como um processo inerente às grandes mudanças internacionais, fazendo com que países caracterizados pela imigração se transformem, em pouco tempo, em países exportadores de mão de obra ou vice-versa.” (Cavalcanti, 2014, p. 11). Exemplo disso é o Brasil, que até as décadas de 1960 e 1970 se caracterizou como país de migração internacional, recebendo migrantes na sua maioria de origem europeia e asiática, em razão de guerras, repressão política, perseguição político-religiosa, alto índice de desemprego no local de origem, entre outros motivos. O principal fluxo imigratório da história brasileira ocorreu nos fins “do século XIX e princípios do século XX, em que os imigrantes originários do norte global eram incentivados e financiados pelo governo brasileiro porque tinham a função de ‘ocupar’ territórios e de ‘branquear’ o país”

³ Especificamente no caso do Haiti, as remessas enviadas por seus migrantes “representam, aproximadamente, 25% do PIB do país e são estimadas em 1,5 bilhões de dólares (Banco Mundial – 2011). Apesar dos recursos que aporta ao Haiti, a emigração tem também seu lado nefasto. Em 2010, daqueles que receberam educação superior no país, 85% encontrava-se no exterior. No caso dos médicos formados no país, 36,5% estariam, já em 2000, fora do Haiti (Banco Mundial – 2011)” (Fernandes, Milesi e Farias, 2011, p. 80).

(Cavalcanti, 2014, p. 13). Era um projeto com uma função prática, tido como necessário para o Brasil, na visão do governo de então.

Mas, da década de 1980 ao começo do século XXI, embora continuasse a receber imigrantes, sobretudo nacionais da Bolívia e do Peru, viu-se um fluxo migratório de brasileiros com destino à Europa, Japão e Estados Unidos, onde vislumbravam a possibilidade de receberem um salário superior ao que recebiam no Brasil. Partiam com a expectativa de poderem enviar remessas para a família que aqui permanecia. Uma parte desses brasileiros realizou seus sonhos, outra parte, nem tanto. Na verdade, diferentemente do sonho que os movia, a realidade revelou para muitos um trabalho árduo, de exploração e sem reconhecimento.

Tal realidade se mostrou mais forte há quase dez anos, quando se instalou uma crise econômica nos Estados Unidos, que afetou também a Europa e o Japão, provocando o retorno “para casa” de muitos brasileiros. Ao mesmo tempo em que a crise nesses países impunha aos brasileiros “a queda no valor da hora de trabalho e a dificuldade de conseguir trabalho” (Siqueira e Santos, 2012, p. 33), fazendo-os retornar, ela fazia com que muitos migrantes de outras nacionalidades não mais tomassem como destino os Estados Unidos ou Europa. Isso recolocava em cena o Brasil como país de destino, onde a referida crise não ocorreu, muito devido à política governamental, aliás, questionada por vários analistas econômicos e cientistas políticos.

Desde então, o Brasil vive um momento singular em relação às migrações internacionais. O mercado de trabalho brasileiro vem recebendo imigrantes oriundos tanto da Europa, por exemplo, quanto de países subdesenvolvidos ou do hemisfério sul, como bolivianos, colombianos, peruanos, senegaleses, nigerianos e haitianos. Esses últimos são os que mais chamam a atenção por se tratar de fluxos migratórios que o Brasil desconhecia. Desde 2010 cidadãos haitianos escolhem o Brasil como destino e nova morada. Movidos por várias razões, mas com forte motivação laboral, realizam um descolamento particularmente heterogêneo, passando por vários países. Atentando para essa heterogeneidade e o caráter multidisciplinar das migrações, neste capítulo, lançamos mão de estudos construídos sob diferentes disciplinas (ou áreas do conhecimento) e diferentes abordagens, por exemplo, jurídica, política, sociológica, histórica, geográfica, antropológica, econômica, linguística, cultural. Construímos este capítulo com o intento tão somente de expor uma visão panorâmica da imigração haitiana recente no Brasil, a fim de preparar um terreno ou base contextual para levarmos adiante nossa pesquisa acerca de elementos da Análise Crítica do Discurso e da referenciação no discurso jornalístico sobre tais imigrantes.

Com a chegada dos haitianos, pôs-se uma questão de ordem política e jurídica. Por vezes, o *imigrante* haitiano é confundido e referido como *refugiado*, do que cabe diferenciá-lo. Em síntese, podemos dizer que, embora todo *refugiado* seja *imigrante*, nem todo *imigrante* é *refugiado*. São conceitos que têm suas especificidades, especialmente de ordem jurídica e teórica.⁴

O documento primeiro de orientação internacional sobre refúgio é a *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*⁵ (ONU, 1951), ou, *Convenção de Genebra*, de 1951, segundo a qual

refugiado é aquele que devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem ou que se encontra incapaz ou indesejoso de, devido a esse temor, submeter-se à proteção daquele país ou de a ele retornar. (Moulin, 2012, p. 278)

Desse modo, o conceito de *refugiado* é norteador por uma condição política que sustenta o sentimento de perseguição e temor do sujeito em (busca de) refúgio. Forçosamente expulso, o refugiado, em geral, corta de forma profunda e definitiva os vínculos com sua comunidade nacional (Moulin, 2012).

Por sua vez, o deslocamento do imigrante é uma escolha individual, voluntária, de modo que ele pode, “a qualquer momento e na medida do seu desejo, retornar a suas esferas de proteção nacional” (Moulin, 2012, p. 282) e a seu ambiente familiar de origem. Não há para ele, nesse caso, impedimentos relativos à religião, posição política ou outro elemento que o caracterize.

De acordo com Cavalcanti (2014, p. 18-9), “a designação imigrante o associa a uma pessoa que procede de um país economicamente menos favorecido, que tem um elevado

⁴ Fazemos essa distinção aqui porque os haitianos, ao chegarem ao Brasil sem visto, fazem o pedido de refúgio (assunto que trataremos no item 1.6). Há outras categorias em que os haitianos, em princípio, poderiam ser incluídos. Uma delas é a de *estrangeiro*, em que se incluem, por exemplo, turistas, diplomatas, artistas, estudantes, esportistas (Cavalcanti, 2014, p. 18-9). Outras categorias – consideradas, por exemplo, na pesquisa coordenada por Liliana Lyra Jubilut, intitulada *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil* (Ministério da Justiça, 2015, p. 20) – são: *deslocados ambientais, imigrantes econômicos, imigrantes humanitários, apátridas e imigrantes indocumentados*. Os haitianos no Brasil muito provavelmente atendam a critérios de mais de uma dessas categorias, mas neste trabalho serão tratados, genericamente, como *imigrantes*.

⁵ A partir dessa Convenção, o refúgio seria concedido apenas com base em algum tipo de perseguição política, religiosa ou racial. Na legislação brasileira, a *Convenção de 1951* é regulamentada pela Lei 9.474, de 22 de julho de 1997 (Brasil, 1997). Essa lei, conhecida como Estatuto do Refugiado, amplia as possibilidades de refúgio em território brasileiro “ao acrescentar situações de ‘grave e generalizada violação de direitos humanos’”. Nessa perspectiva, [os haitianos] poderiam ser reconhecidos como tais, pois a situação social que se configurou no Haiti após o terremoto viola vários direitos, entre eles o da segurança alimentar, da moradia, do trabalho, da saúde, entre outros.” (Silva, 2012, p. 304). Essa, porém, não é o entendimento das autoridades migratórias brasileiras.

umbral de pobreza, com indicadores sociais limitados e sociedades ‘atrasadas’ no sentido civilizatório e que devido a essa combinação de fatores ‘exporta’ imigrantes.” Ou seja, ele também está em situação de fuga, mas não fuga da perseguição, e sim “da pobreza e das condições inóspitas trazidas por uma estrutura globalizada de expropriação do trabalho material” (Moulin, 2012, p. 281). Assim entendido, o deslocamento do imigrante é, por natureza, despolitizado. Sua natureza é econômica e a sua motivação é a busca por trabalho alhures, no *espaço do outro*. Em última análise, ele quer a sobrevivência econômica, tanto a própria, quanto a de familiares.

Como destacamos anteriormente, a mobilidade humana é heterogênea e motivada por diferentes fatores, sujeita a mudanças muito rápidas no tempo e no espaço. Vista na sua amplitude, a (i)migração implica levar em conta os direitos humanos do sujeito (i)migrante e o exercício de sua cidadania no espaço social de que ele busca fazer parte.

Tendo em mente essa visão ampla, a migração haitiana recente para o Brasil será apresentada neste capítulo, o quanto possível, numa perspectiva cronológica. Partiremos de aspectos da história do Haiti – na qual, a nosso ver, há, em sua gênese, o deslocamento e a *força do migrar* – para, em seguida, tratar da relação entre militares brasileiros integrantes da Força de Paz da ONU presente no Haiti desde 1994 e o terremoto que devastou Porto Príncipe e região em 10 de janeiro de 2010. Outros pontos da exposição são as razões que os haitianos têm para emigrarem do seu País, sobretudo rumo ao Brasil, e suas condições de trânsito no Equador e Peru. Sua chegada em grande número ao território brasileiro exigiu do governo federal “mostrar” sua política para com os haitianos, legislando. Ao mesmo tempo, o grande contingente desencadeou situações de calamidade e de emergência social, especialmente nas cidades fronteiriças de Brasileia (Acre) e de Tabatinga (Amazonas), o que nos faz abordar as condições em que eram/são atendidos em abrigos temporários pelo(s) governo(s), instituições de assistência aos imigrantes e empresários interessados na mão de obra recém-chegada ao País. Apresentaremos, em linhas gerais, o perfil desses imigrantes e sua inserção no mercado de trabalho, tanto formal, quanto informal. Por fim, como uma espécie de avaliação do projeto migratório de tais imigrantes, refletiremos sobre os resultados que vêm obtendo no Brasil.

1.1. Elementos da história do Haiti: o deslocamento como gênese

Neste item faremos uma breve exposição sobre a história do Haiti, assumindo que a migração haitiana recente tem razões históricas e que o deslocamento está na gênese desse país caribenho, mas sem qualquer ideia de sina ou *país condenado*. Para tanto, baseamo-nos

especialmente na escrita de dois cidadãos haitianos: Jenny Télémaque (2012), bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Wooldy Edson Louidor (2013), Coordenador de Comunicación de Servicio Jesuita a Refugiados para Latinoamérica y el Caribe (SJR-LAC).

O Haiti conhecido hoje, uma população estimada em 10,3 milhões de pessoas, majoritariamente negra e falante do francês e/ou do crioulo haitiano, inicia-se em 5 de dezembro de 1492 com a chegada do genovês Cristóvão Colombo à ilha caribenha que atualmente o Haiti compartilha com a República Dominicana, país de maioria branca⁶ e de língua hispânica. Denominada *Hispaniola* pelos colonizadores, a ilha viu os habitantes autóctones – os povos arawak e taíno – serem muito rapidamente dizimados pelos espanhóis. Consta de um relatório de 1650 que nenhum arawak ou descendente seu sobreviveu (Louidor, 2013, p. 14). Deu-se “o genocídio dos índios, provocado principalmente por um conjunto de fatores tais como massacres, trabalhos forçados, fome, choque microbiano (introdução de novas doenças e vírus pelos europeus no novo continente) e suicídios” (Louidor, 2013, p. 16-7).

Em meados do século XVII, os franceses, à revelia dos espanhóis, instalaram-se na parte ocidental da ilha. Em 1697, a França conseguiu, mediante a assinatura do Tratado de Ryswick, que a Espanha lhe cedesse essa parte, denominada pelos franceses Saint-Domingue, hoje o Haiti.

Naquele momento, praticava-se o tráfico de negros de parte da África para a América⁷. Grande quantidade de escravos – num processo de *migração forçada*, às avessas – chegava à ilha, ao mesmo tempo em que grande quantidade morria: por maltratos, por doenças, por má alimentação, “por causa dos trabalhos forçados nas plantações de cana-de-açúcar, índigo, algodão, café e cacau” (Louidor, 2013, p. 17). Com base no trabalho escravo, Saint-Domingue convertia-se, “no século XVIII, na *Pérola das Antilhas*, a colônia mais rica da França; [...] produtora mundial de açúcar e de café” (Louidor, 2013, p. 17).

No entanto, com mais de um século de escravidão, os negros de Saint-Domingue, liderados pelos ex-escravos Toussaint Louverture, Jean Jacques Dessalines e Henri Cristophe, rebelaram-se contra o poder colonizador francês e tomaram parte da colônia em 1791. Um dos

⁶ Aqui, essa característica que tem a população dominicana está em relação de comparação com a população haitiana. Noutros contextos, porém, a predominância branca pode não se aplicar à população da República Dominicana.

⁷ “A maioria dos ancestrais dos negros haitianos provém do Golfo do Benin, antes chamado Costa dos Escravos, e do antigo reino de *Ouidah*, ocupado pelo rei de Dahomey, que vendia aos brancos seus prisioneiros de guerra em troca de produtos europeus: armas, pérolas, utensílios etc. De fato, predomina no Haiti a tradição cultural-religiosa dos *fon* e *yoruba* (mahi e nagô), procedente das regiões de Dahomey e Congo, tradição conhecida como vodu.” (Louidor, 2013, p. 13)

triunfos desse movimento é a aprovação, em 4 de fevereiro de 1794, de um decreto abolindo a escravidão em Saint-Domingue – visto como reflexo do momento histórico de desestabilização que a França então atravessava – e a nomeação de Louverture como general (Télémaque, 2012, p. 8) e líder da nação. Reconhecem-se o discurso e o carisma do líder Louverture como fundamentais na unificação dos diferentes estratos sociais na luta pela emancipação.

No entanto, a França de Napoleão, ainda interessada na colônia de Saint-Domingue, enviou cerca de 50 mil homens para conter os rebelados e seus ideais. Em face disso, Louverture organizou uma ampla resistência, acabando

preso e conduzido à França, onde morreu em 1803. Mesmo assim, o levante continuou e Jean Jacques Dessalines e Henri Christophe, dois negros, juntamente com Alexandre Petiön, mulato, assumiram o legado de Louverture na luta pela independência, unindo negros e mulatos (Télémaque, 2012, p. 8).

Independente da França em 1804, Saint-Domingue tornava-se a primeira república negra do mundo inteiro, o primeiro país em que pessoas escravizadas declararam sua independência (Loudor, 2013, p. 14). Nesse momento, aquela porção da ilha foi renomeada como Haiti, da palavra indígena Ayiti, que significa terra montanhosa. Em função do empenho do povo negro, o Haiti constituía-se exemplo contra a escravidão e, especialmente na América Latina, uma ameaça para as potências colonialistas, pois, se o Haiti podia ser independente, outros países também poderiam.

Em síntese, o encontro de europeus e africanos nesse ponto do Caribe produziu, nas palavras de Loudor (2013, p. 14), “uma história de invasão, colonização, dominação, racismo e, ao mesmo tempo, de resistência, rebelião e luta pela liberdade. Uma história paradoxal”, portanto.

O novo país não tardaria a sofrer com sua independência. Anos após, um troco de estrangulamento se deu quando França, Inglaterra, Holanda e Estados Unidos, pondo de lado suas rivalidades coloniais, “obrigaram o Haiti a pagar uma indenização de 150.000.000 de francos em ouro aos proprietários das plantações francesas pela perda de sua propriedade” (Loudor, 2013, p. 18). Indenização que levou o jovem país “a adotar uma economia de exportação, ao invés de uma economia orientada para a satisfação das necessidades básicas de seus cidadãos, e de transferência de seus capitais e seus recursos naturais para a antiga metrópole” (Loudor, 2013, p. 19). Ficaram, portanto, os haitianos impedidos de trabalhar para reconstruir e desenvolver o próprio País. Surgia aí, no mínimo, o desejo de ir viver noutro lugar.

Já no início do século XX, aproveitando a instabilidade política do país caribenho os Estados Unidos ocuparam-no em 1915 sob o pretexto de lhe dar estabilidade. No entanto, estendendo o imperialismo e o capital estadunidenses, promoveram uma ocupação com expropriações de terras dos camponeses, desencadeando o que Louidor (2013) denomina *ecocídio*: a substituição da “cultura de víveres alimentícios, centrada em uma economia de autossustentação, pela cultura do sisal, da borracha, da banana e da cana-de-açúcar para exportações” (Louidor, 2013, p. 20), caracterizada pelo *desapoderamento* das famílias no interior do País e pela exploração do povo haitiano. Somado a isso, os Estados Unidos apropriaram-se “dos recursos financeiros do Banco Nacional da República do Haiti (BNRH)” (Louidor, 2013, p. 19), descapitalizando o País.

A ocupação estadunidense do território haitiano só foi terminar em 1934. No entanto, como destaca Télémaque (2012, p. 9), “a ingerência externa na vida política e econômica do país não se encerraria”. Na verdade, os Estados Unidos “ficaram com uma importante presença no País através das forças armadas haitianas, principalmente a Guarda Nacional, que eles mesmos criaram” (Louidor, 2013, p. 20-1), exercendo, assim, poder nas instituições e no povo haitiano, ainda que indiretamente. Em diferentes governos após 1934, as forças armadas haitianas, apoiadas pelos Estados Unidos, envolviam-se decisivamente no uso da violência como justificativa para a manutenção da ordem no Haiti (Télémaque, 2012, p. 9-10).

Em 1957, com apoio dos Estados Unidos, elegeu-se presidente do Haiti François Duvalier – conhecido *Papa Doc* –, que governou o País até 1971, ano de sua morte, quando assumiu o poder o filho Jean-Claude Duvalier – conhecido *Baby Doc* –, que, por sua vez, ficou no poder até 1986. O governo dos Duvalier caracterizou-se como um regime ditatorial, de desrespeito aos direitos humanos e de corrupção ao longo de extensos trinta anos (Télémaque, 2012, p. 10). Um governo fortemente marcado pela opressão política, miséria, analfabetismo e injustiça, contra o qual crescia um descontentamento especialmente por parte das pessoas do campo e dos bairros populares, apoiados por várias instituições, entre elas a universidade pública, os meios de comunicação e a Igreja Católica, sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base, que, juntas, articularam um forte protesto social contra o regime duvalierista (Louidor, 2013, p. 21). Diante do movimento social, *Baby Doc* exilou-se do País em 1986.⁸

⁸ “Não é raro escutarmos narrativas saudosas relativas ao longo período dos Duvalier. Ditadura sangrenta, sem dúvida, mas ordenada: os indivíduos sabiam o que fazer para evitar a violência. Se as pessoas se comportassem adequadamente, nada lhes iria acontecer: as famílias em Porto Príncipe dormiam com as portas e janelas abertas, insistem muitos. As representações em torno dos *tonton macoutes* – famosa guarda pretoriana que acompanhou o clã Duvalier entre 1957 e 1986 – oscilam entre as que insistem em seu caráter violento e as que

Com o fim da ditadura duvalierista – quando haitianos de diferentes classes sociais emigraram do País –, o Haiti parecia iniciar nova fase de sua história. Promulga em 1987 nova Constituição, da qual consta de seu preâmbulo: “constituir uma nação haitiana socialmente justa, economicamente livre e politicamente independente” e “implantar a democracia, que implica o pluralismo ideológico e a alternância política, e afirmar os direitos invioláveis do povo haitiano” (Loudor, 2013, p. 22). No entanto, o sonho haitiano de construir um país democrático e, de fato, independente se converteria numa política de golpes de estado e de regimes militares autoritários.

Nas eleições democráticas de dezembro de 1990, Jean-Bertrand Aristide, ex-sacerdote salesiano ligado à Teologia da Libertação e ídolo dos bairros populares, venceu Roger Lafontant, o candidato que simbolizava o regime duvalierista. Passados, porém, apenas sete meses de governo, Aristide “foi derrubado pelas Forças Armadas do Haiti com a cumplicidade da administração americana de George Bush (pai), das forças duvalieristas, da burguesia nacional e de grande parte da hierarquia da Igreja Católica” (Loudor, 2013, p. 22). Em decorrência da deposição de Aristide, o Haiti viveria, segundo Télémaque (2012, p. 11), “um verdadeiro êxodo em direção ao Canadá e à costa da Flórida para onde expressivos contingentes de haitianos se dirigiram em precárias balsas.”

René Préval assumiu a presidência em 1996. E Aristide seria eleito pela segunda vez em 2000 num clima de intensa disputa, em uma eleição de resultados controversos, vindo a renunciar em 29 de fevereiro de 2004 sob “pressões dos governos francês e estadunidense após as tensões entre opositores do líder haitiano e seus partidários resultarem em conflitos civis e em falência do estado” (Bracey, 2011, p. 323). René Préval voltou à presidência do País em 2006, e Michel Martelly, um ex-cantor, o sucedeu em 2011.

Essa instabilidade administrativa do Haiti resultou num desequilíbrio político, econômico e social envolvendo as diferentes áreas: saúde, educação, transporte, trabalho, segurança, o que teve como consequência mais direta “impulsionar a emigração, vista como alternativa para a sobrevivência” (Télémaque, 2012, p. 11).

Desde a década de 1990, as políticas públicas implementadas no Haiti, desfavoráveis ao povo, têm intensificado a dependência econômica do País em relação a “instituições financeiras internacionais, que obrigam o Estado haitiano a reduzir seus gastos sociais, acelerar a privatização de suas empresas e abrir totalmente seu mercado sem nenhuma

têm a lembrança deles como bons e velhos ‘coronéis’, garantidores da ordem e de ciclos de reciprocidade. Aliás, muitos *macoutes* continuam agindo nos vilarejos do interior em nome da ordem, e sua demanda atual e a de um soldo que faça justiça ao seu trabalho.” (Thomaz, 2010, p. 35)

subvenção à produção local” (Loudior, 2013, p. 23). Trata-se de um processo que desvaloriza a mão de obra e o produto final do povo haitiano, forçando o trabalhador a buscar outros meios e outros espaços para obtenção de renda. A nosso ver, a emigração haitiana externa decorre da política imposta, direta ou indiretamente, pelos Estados Unidos. E se queremos voltar no tempo, ela decorre, em especial, da indenização de 150.000.000 de francos imposta pelas potências colonialistas e da política de então. Abordaremos as razões dessa emigração no item 1.3.

Em particular nas últimas décadas,

o Haiti vem afundando progressivamente na dependência econômica, financeira e militar através dos mecanismos de liberalização comercial e financeira, da presença militar de diferentes “missões de paz” das Nações Unidas e do controle de suas políticas públicas pelas instituições financeiras internacionais. (Loudior, 2013, p. 23)⁹

É sobre as “missões de paz” que trataremos a seguir, em especial a que hoje se faz presente no Haiti.

1.2. A Minustah e o terremoto de 12 de janeiro de 2010

Sob o argumento da instabilidade política gerada no Haiti por conflitos entre diferentes grupos/facções políticos, desde 1993 cinco “missões de paz” da ONU atuaram no País. São elas: a Missão das Nações Unidas no Haiti (Minuha), a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (Manuh), a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (Mitnuh), a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (Miponuh) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Essa última, mais recente e atual, desde 2004, é liderada pelo Brasil.

Embora não pretendamos refletir sobre as motivações de o Brasil integrar e liderar a Minustah nem sobre os fatores que moldam sua participação¹⁰, foi crucial nesse processo o fato de o governo brasileiro acreditar que “a participação nas missões aumentará a reputação internacional e [...] a projeção de poder econômico e político do país” (Bracey, 2011, p. 315-

⁹ Segundo Loudior (2013, p. 23): “as políticas públicas no Haiti, principal instrumento para atacar os problemas mais graves de um país, têm sido definidas, durante os 20 últimos anos, segundo a organização haitiana Papda [Plataforma para o Desenvolvimento Alternativo do Haiti], por ‘especialistas das instituições financeiras internacionais (IFI), representantes das missões diplomáticas e organizações internacionais acreditadas no Haiti, acompanhadas por alguns burocratas/tecnocratas, políticos haitianos e, supostamente, alguns membros da sociedade civil’.”

¹⁰ Uma reflexão desse tipo é feita por Bracey (2011), que expõe diferentes pontos de vista sobre a presença e atuação dos militares brasileiros no Haiti, a partir da qual fica explícito que o Brasil desempenha um papel controverso.

6). Trata-se de uma busca de prestígio associado “ao objetivo de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, posição que garantiria ao Brasil maior peso regional na América Latina e uma forte presença nos assuntos militares e econômicos internacionais” (Bracey, 2011, p. 316).¹¹

Acerca da presença e atuação dos militares brasileiros no Haiti, quer antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010, quer nos dias que o sucederam, Thomaz (2010) – pesquisador brasileiro, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), presente em Porto Príncipe no dia do terremoto – destaca que o fato de o aparato militar de uma missão ser liderado pelo exército brasileiro é, do ponto de vista da população haitiana, irrelevante. “Para a esmagadora maioria dos haitianos, não há nenhuma marca especial: se trata apenas de mais uma missão internacional, como outras que passaram por este país nos últimos dezessete anos” (Thomaz, 2010, p. 24). Embora Porto Príncipe e outras cidades do Haiti estivessem loteadas entre tropas de distintas nacionalidades¹², nem sempre era fácil identificar nas ruas “a procedência nacional do batalhão – há apenas uma pequena bandeira no uniforme do soldado, e o que se impõe, nos veículos, é a sigla U. N.” (Thomaz, 2010, p. 24). Assim, “a presença específica brasileira no Haiti é [...] algo para consumo interno dos brasileiros”, enfatiza criticamente Thomaz (2010, p. 24).

A Minustah foi instituída pelo Conselho de Segurança da ONU em resposta ao colapso institucional em que se encontrava o Haiti logo após a renúncia de Jean-Bertrand Aristide em fevereiro de 2004. A missão, conforme a Resolução 1529, objetivava “monitorar e reestruturar a polícia nacional haitiana; ajudar no desarmamento, desmobilização e reintegração das milícias armadas; restaurar e manter o Estado de direito; e proteger o pessoal da ONU e os civis locais” (Bracey, 2011, p. 323)¹³. Como podemos perceber, os militares da ONU não estavam no Haiti para se preocuparem com as vítimas de um terremoto. A questão é até que ponto deveriam ficar alheios ao desastre ambiental em que, de forma surpreendente, se inseriam. Não nos propomos responder aqui a essa questão, e sim expor, sobretudo a partir de Thomaz (2010), como se comportou a Minustah em relação ao desastre e suas vítimas.

¹¹ “O desejo dos últimos governos brasileiros de alcançar o estatuto de potência regional, levou [o Brasil] a investir recursos em ações que lhe granjeiam muita visibilidade internacional. A presença majoritária de soldados na MINUSTAH, desde 2004, justificada pelo direito de ingerência, proporcionou, também, a entrada de interesses econômicos brasileiros naquele território e tem possibilitado a repressão dos movimentos sociais haitianos que se insurgem contra o neocolonialismo vigente.” (Pinto, 2014, p. 91)

¹² No caso da Minustah, “para além de tropas do Brasil, há tropas de Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Índia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Coreia do Sul, Sri Lanka e Uruguai.” (Thomaz, 2010, p. 24).

¹³ “Um total de 12.279 soldados contribui para a missão. A ONU nota, em um relatório de abril de 2011, que o comprometimento das tropas brasileiras chega a 2.175 soldados.” (Bracey, 2011, p. 323)

O terremoto ocorreu em 12 de janeiro de 2010, de magnitude 7 graus na escala Richter, seguido de dois outros fortes abalos, de 5,5 e 5,9 graus, devastando a capital Port-au-Prince e região. O número de pessoas diretamente atingidas pelo tremor é um dos maiores já registrados em todo o mundo em relação a vítimas de tremores sismológicos. De acordo com notícia da Agence France-Presse (Dados [...], 2015), foram 250.000 mortos, além de 300.000 feridos e 1,5 milhão de desabrigados. Números um pouco diferentes, mas que não mudam o tamanho da tragédia, são os considerados por Télémaque (2012, p. 18): “Perto de 200 mil pessoas morreram, 500 mil ficaram feridas, 4 mil foram amputadas. [...] 1 milhão de desabrigados.”

A capital haitiana se viu em ruínas, com seus 42 edifícios públicos destruídos, incluindo o palácio presidencial (Palácio Nacional), sede dos ministérios das Finanças, Trabalho, Comunicação e Cultura, o Palácio da Justiça e a Escola Normal Superior, além de escolas, igrejas, como a Catedral de Port-au-Prince, e residências (Télémaque, 2012). As perdas foram enormes, tanto materiais quanto institucionais.

A causa principal do tremor é atribuída à localização do Haiti, que fica sobre a placa tectônica Caribenha, vizinha da placa Cocos, da placa Norte-Americana e da placa Sul-Americana, o que favorece a ocorrência de tremores. Apesar de ficar nesse ponto de convergência de “titãs” geológicos, Télémaque (2012, p.18) pondera: ocorreu “uma falha relativamente pequena, chamada Enriquillo-Plantain Garden, que causou o terremoto, com foco a 10 quilômetros de profundidade.” Mas de consequências infundáveis. Além de sua posição sobre o encontro das referidas placas, sua condição insular de extensa faixa costeira torna o Haiti vulnerável a um grande número de fenômenos naturais, como, por exemplo, furacões e ciclones. A esse respeito, “a comunidade internacional reconheceu oficialmente a existência de ao menos 20 desastres naturais nesse país nos últimos 15 anos”¹⁴ (Carrera, 2014a, p. 39, tradução nossa).

Thomaz (2010) apresenta um relato crítico acerca da relação da Minustah com a tragédia. Situando-se na primeira manhã logo após o terremoto, questiona o autor:

Afinal, onde está a Minustah? – perguntávamos. Os haitianos pareciam saber: parece ser que *todo* o efetivo militar da Minustah se concentrava no trabalho de salvar os membros da ONU no Hotel Cristophe. Cerca de 6 mil efetivos militares. Uma minoria estava trabalhando no [Hotel] Montana. A ONU ajuda a ONU, os haitianos ajudam os haitianos. (Thomaz, 2010, p. 26)

¹⁴ “la comunidad internacional ha reconocido oficialmente la existencia de al menos 20 desastres naturales en ese país en los últimos 15 años” (Carrera, 2014a, p. 39).

A “ausência dos brancos”¹⁵ nos dias que se seguiram ao terremoto é o que se via nas ruas de Porto Príncipe, enquanto homens, mulheres e jovens, de forma organizada, ajudavam os feridos, “trabalhavam nos escombros e coletavam lixo. Caminhões pipa distribuíam água gratuita para uma população organizada em filas. Tratava-se de uma iniciativa de empresários haitianos” (Thomaz, 2010, p. 27). Nenhuma ajuda dos “brancos”, nem da ONU, nem de qualquer organização internacional. Semelhante se via em Petionville.¹⁶

Nas ruas, Thomaz (2010) não via médicos estrangeiros. Via, sim, “médicos haitianos atendendo os feridos, enfermeiras haitianas cosendo pessoas nas calçadas, sem nenhum tipo de analgésico” (Thomaz, 2010, p. 28). Ao mesmo tempo, “freiras haitianas acudiam os aflitos, os escoteiros e outras associações juvenis se mobilizaram no trabalho junto aos escombros” (Thomaz, 2010, p. 34). Cada sobrevivente que podia ajudar não “esperara nem cães farejadores, nem especialistas internacionais – estes estavam trancados no aeroporto ou nos distintos batalhões a espera de um ‘protocolo’. O que vimos foi uma ordem impressionante, e não a desordem mostrada pela mídia” (Thomaz, 2010, p. 34)¹⁷. Diferentemente do que se divulgava na mídia em geral, “os setores organizados da sociedade haitiana [...] existem, e foram eles que garantiram a distribuição de água e comida nos dias que sucederam os terremotos do dia 12 de janeiro” (Thomaz, 2010, p. 30). No entanto, a Minustah, que há seis anos estava no país, não havia estabelecido nenhum contato com tais setores e, por isso, mostrou-se ausente diante da tragédia. Assim se deu porque esse tipo de contato era alheio aos objetivos “prescritos” pelo Conselho de Segurança.

Comportamento semelhante foi o das várias organizações internacionais, que também não fizeram uso da “organização existente na sociedade haitiana para fazer chegar rapidamente a ajuda tão necessária” (Thomaz, 2010, p. 34). Isso por várias razões: uma delas é o fato de o “protocolo” dessas organizações não prever esse tipo de conexão, outra é o fato de seus profissionais geralmente desconhecem o *kreyòl* – língua universal dos haitianos – e, por vezes, o francês (Thomaz, 2010, p. 34). Havia uma espécie de incapacidade anterior ao terremoto fundada em especial na “falta de comunicação efetiva com setores decisivos da

¹⁵ “Quando falam de ‘blan’, os haitianos não se referem necessariamente àqueles que reconhecemos como ‘brancos’, mas aos estrangeiros ou pessoas cuja ‘haitianidade’ é duvidosa. O universo das organizações internacionais é frequentemente associado ao ‘mundo dos brancos’, ‘lemonn blan’ ou, como é mais usual, ‘moun blan’.” (Thomaz, 2010, p. 24)

¹⁶ “Petionville é um município que fica ao lado de Porto Príncipe, subindo as montanhas majestosas que rodeiam a capital. Fundada em meados do século XIX, a cidade transformou-se numa espécie de subúrbio elegante, onde parte da elite haitiana vive, ao lado de boa parte dos cooperantes estrangeiros estabelecidos na região. Em Petionville há restaurantes, bares, lojas de artesanato e importantes galerias de arte.” (Thomaz, 2010, p. 29)

¹⁷ Thomaz (2010) faz uma resenha crítica do que se veiculou nos jornais e canais de TV internacionais nos dias após o terremoto.

sociedade haitiana”, os quais foram “ora desconhecidos, ora considerados incapazes, ora desprezados” (Thomaz, 2010, p. 38) pelas ONGs internacionais e pela Minustah.

Diante do caos e da impotência instalada, milhares de haitianos deslocaram-se da região atingida pelo tremor para o interior do País. “Foram recebidos por parentes e amigos, por coletivos de camponeses que, em meio a imensa precariedade, foram mais eficazes do que as organizações internacionais” (Thomaz, 2010, p. 33-4). Isto é, as principais instituições que fizeram o papel do Estado, argumenta Thomaz (2010), são as relações familiares, o compadrio, a vizinhança e a amizade.

A atuação das organizações internacionais é pífia também na visão de muitos haitianos entrevistados por Carrera (2014a). Para eles, as “ajudas” chegadas do exterior nos anos subsequentes ao terremoto têm, na verdade, servido para aprofundar a desigualdade social (Carrera, 2014a, p. 41), ao contrário do que possa parecer para o *mundo externo*, via grande imprensa.

Para além do exposto, a Minustah é apontada por várias organizações sociais como a responsável por vários impactos negativos, entre eles, a introdução e reprodução entre a população do vibrião do cólera (Belchior, 2015), supostamente introduzido no Haiti por militares do Nepal. Com a epidemia, que começou em outubro de 2010, até dezembro daquele ano, 114.497 pessoas haviam sido contaminadas pela doença e mais de 2.500 haitianos haviam morrido, segundo dados oficiais divulgados pelo Ministério de Saúde do país (Félix, 2010). Dados mais recentes indicam cerca de 7.000 mortes e mais de 520 mil pessoas infectadas no Haiti (Caroit, 2012). Contrariando os objetivos previamente estabelecidos, a Minustah “tem sido qualificada de ‘força de ocupação’ por vários movimentos sociais do País. Ela é acusada de reprimir os protestos sociais e perpetrar violações aos direitos humanos, inclusive abusos sexuais contra jovens, homens e mulheres” (Loudor, 2013, p. 24). Ou seja, mais do que não ter ajudado os haitianos vítimas do tremor nos dias que o sucederam, a Minustah tem agido contra o povo haitiano, o que tem provocado movimentos contra sua presença no País, exigindo sua saída imediata e incondicional (Loudor, 2013).

No entanto, ocorreu o oposto. Em outubro de 2015 o Conselho de Segurança da ONU renovou mais uma vez o mandato da missão (Belchior, 2015). A justificativa primeira para tal, a nosso ver, é explicitada na voz de Martha Flores – membro da Rede Jubileu Sul/Américas, uma das organizações contra a permanência dos militares no Haiti –: “A Minustah funciona como exército de repressão, (...) garante o controle do poder corporativo, (...) é parte de um projeto de controle do país, além de violar direitos humanos” (Belchior,

2015). Isto é, a ONU e sua força de paz estão a serviço do poder instalado no Haiti, e não do povo haitiano.

Dados da Anistia Internacional corroboram tais opiniões: passados mais de cinco anos desde o terremoto, “seis dos 10 milhões de haitianos vivem abaixo da linha da pobreza, com menos de 2,5 dólares por dia. [...], 85.432 vítimas do desastre ainda vivem em acampamentos improvisados” (Haitianos [...], 2015). E mais, “cerca de 25 mil famílias vivem em condições precárias” (Dados [...], 2015). No país mais pobre do hemisfério, metade da população, cerca de “10,4 milhões de pessoas, vive com menos de US\$ 1 por dia – pouco menos de R\$ 4” (Yanakiew, 2015). O governo ainda não conseguiu “resolver o básico, como falta de água potável, de eletricidade, saúde e educação – em um país que ainda não se recuperou do terremoto de 2010 e onde, segundo as Nações Unidas, 600 mil pessoas ainda dependem de ajuda internacional para sobreviver” (Yanakiew, 2015).

Estamos nos referindo ao caos político-administrativo e econômico instalado no Haiti pós-terremoto que intensificou nos haitianos o desejo de migrar. São sobre as razões dessa migração que discutiremos a seguir.

1.3. Razões da migração haitiana recente: o Brasil como horizonte

A migração no mundo moderno e pós-colonial tem suas razões. Stuart Hall (2013, p. 30-1) afirma: “A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão.” Tais legados, como pudemos ver no item 1.1, permeiam a história do Haiti e estão fortemente arraigados ainda hoje.

Em forma de denúncia, o haitiano Loidor (2013, p. 14) testemunha: “As difíceis condições de vida, a instabilidade política e o desespero da população forçaram, durante as últimas décadas, mais de um quarto da população (entre mão de obra barata e intelectuais) a emigrar”. Nesse contexto, os haitianos emigraram especialmente para a República Dominicana, Bahamas, dentre outras ilhas do Caribe, Estados Unidos, Canadá e França (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014). Mas também para o Equador, como mostra Carrera (2014b). Na França, por exemplo, os haitianos são, entre os latino-americanos, a nacionalidade mais representativa, segundo dados do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), considerando os anos em que há dados desse tipo divulgados, a saber: 1982, 1990, 1999 e 2008 (Almeida, 2013, p. 483).

Os infortúnios políticos e socioeconômicos – que já desencadeavam no Haiti altos índices migratórios – agravaram-se com o terremoto de janeiro de 2010, que atingiu fortemente os sistemas administrativos, de educação, de saúde, serviços públicos e privados de Porto Príncipe e de todo o País. Essa combinação fez com que milhares de pessoas deixassem a capital e região, rumando para o interior do País ou para o exterior. De acordo com o antropólogo haitiano Joseph Handerson (2015, p. 51):

os censos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Inter-American Development Bank (Cavallo; Powell e Becerra, 2010, p. 3) mostram que [...] aproximadamente 500.000 se deslocaram da Capital Port-au-Prince [...] para ir às regiões do interior do país e outros 300.000 emigraram para outros países.¹⁸

Com o terremoto, Porto Príncipe deixou de ser mais interessante do que as áreas rurais. Os danos materiais, que atingiram sobremaneira os mais pobres, afetaram as diferentes formas de produção econômica e agravaram as condições sanitárias, propiciando o surgimento da epidemia de cólera (Silva, 2012, p. 302). Os setores urbanos – antiga esperança de melhores trabalhos (ainda que informal, que já representava grande parcela da economia haitiana) e educação, especialmente a de nível superior – foram os que mais devastação sofreram (Carrera, 2014a, p. 37). Com isso, o desemprego aumentou atingindo altos índices, sobretudo no setor da indústria e serviços, onde se encontravam os trabalhadores com melhores remunerações. Por outro lado, “os trabalhadores com menores salários se encontravam trabalhando na agricultura, no setor rural”¹⁹ (Carrera, 2014a, p. 37, tradução nossa), para onde muitos haitianos migraram, a fim de garantir a subsistência. Isto é, esses migrantes, ironicamente, encontraram apoio na população, até então, historicamente mais carente.

Além disso, a sensação de violência e insegurança, que já fazia parte do cotidiano do país, após o terremoto passou a ser “vivida de forma mais contundente entre a população urbana”²⁰ (Carrera, 2014a, p. 41, tradução nossa), de modo que se tornou mais seguro viver nas áreas rurais.

¹⁸ Concordamos com Handerson (2015) que tais “dados devem ser problematizados, visto não haver consenso entre as agências que produzem os censos no tangente ao número de mortos pelo terremoto, e tampouco, os deslocados para as regiões do interior do país, bem como para o exterior. Mas, de qualquer maneira, eles são importantes na medida em que mostram o quadro de destruição e as pessoas afetadas.” (Handerson, 2015, p. 51)

¹⁹ “los trabajadores peor pagados se encontraban laborando en la agricultura, en el sector rural” (Carrera, 2014a, p. 37).

²⁰ “vivida de forma más contundente entre la población urbana” (Carrera, 2014a, p. 41).

Aos haitianos que deixaram a capital com destino ao exterior, juntaram-se vários outros residentes no interior do Haiti. Na verdade, os haitianos em geral sentiram, ainda que indiretamente, os efeitos do tremor, sobretudo devido à vulnerabilidade físico-estrutural, política e socioeconômica do País. A esse respeito, Handerson (2015), a partir da pesquisa realizada no início de janeiro de 2012 entre haitianos em Tabatinga (Amazonas), observa que, “após o terremoto, mesmo as pessoas não afetadas diretamente por ele já estavam numa crise no Haiti que piorou do ponto de vista social e humanitário” (Handerson, 2015, p. 51). Trata-se de uma crise relativa à pobreza, ao subdesenvolvimento, à falta de oportunidades de trabalho, que, somadas aos efeitos diretos do terremoto, provocaram a decisão de emigrar. Essas relações foram identificadas também por Silva (2012) e Fernandes (2014).

Parte dos 340 haitianos residentes nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Velho e São Paulo, participantes da pesquisa coordenada por Fernandes (2014), apontou como principal motivação para migrar “a situação econômica e social do país, a falta de trabalho (*‘desemprego é problema sério no Haiti’*) [...], além das dificuldades para os filhos estudarem” (Fernandes, 2014, p. 70). Isso é o que nos revela uma das haitianas entrevistadas por Fernandes (2014, p. 70):

No meu país tem pouco emprego, eu tinha que deixar o país atrás de oportunidades – quem aqui que é mãe e quer ver seus filhos sofrerem, passar fome, não tem condições de estudar. Esta foi a minha decisão: deixar o Haiti.
(Migrante feminina – Porto Velho/RO)

Muitos haitianos da pesquisa de Fernandes (2014) se queixaram também da violência e da falta de segurança que atualmente existe no Haiti. Por exemplo:

A vida lá no Haiti não está boa; não se pode viver em paz, não se tem possibilidade de ir ao hospital e não se tem segurança nas atividades; somos roubadas em nossos pequenos comércios. (Migrante feminina – Curitiba/PR)
(Fernandes, 2014, p. 70)

Além dos danos materiais e institucionais desencadeados pelo terremoto num Haiti vulnerável, há, de acordo com Carrera (2014a, p. 39, tradução nossa), “dois tipos de consequências: no que diz respeito a aspectos psicológicos e as modificações em relação aos imaginários das pessoas haitianas acerca do país, do urbano e do futuro.”²¹

No que diz respeito a aspectos psicológicos, as sequelas então deixadas pelo terremoto não são de fácil identificação e as pessoas que o viveram resistem a falar a respeito. Nas entrevistas a Carrera (2014a), quando questionadas, mencionavam o terremoto muito

²¹ “dos tipos de consecuencias: a nivel psicológico y las modificaciones a nivel de los imaginarios de las personas haitianas acerca del país, de lo urbano e del futuro” (Carrera, 2014a, p. 39).

rapidamente ou preferiam não responder. “Em certos casos, as manifestações físicas, como nervosismo ou os olhos cheios de lágrimas, não permitiram a finalização da resposta”²² (Carrera, 2014a, p. 39, tradução nossa). Apenas num clima de tranquilidade, algumas pessoas se arriscaram a abrir seus sentimentos. Nesse momento se percebeu “que algumas pessoas não podem falar do terremoto, porque, ao fazê-lo, apresentam sintomas como dor de cabeça ou vômito”²³ (Carrera, 2014a, p. 40, tradução nossa)²⁴. Tais efeitos em nível psicológico criaram, em muitos imigrantes, a impossibilidade de continuar a viver no Haiti: impossibilidade que se transformou em motivação para emigrar. Entendemos que muitos haitianos, ao emigrar, vislumbravam a possibilidade de se verem livres de tais sentimentos e sintomas, pois, em outro país, distantes do local do desastre, teriam outras vivências e, possivelmente, a “reconstrução” da própria vida. Assim, a emigração figura, em parte, como um tratamento psicológico possível.

Em relação aos imaginários, o terremoto teve repercussões importantes nas representações que os haitianos compartilham sobre seu país. Um *imaginário social*, conceito discutido especialmente nas ciências sociais,

faz alusão ao conjunto de representações coletivas baseadas em unidades de sentido que funcionam através da repetição de narrativas em múltiplos âmbitos (individuais, grupais, institucionais); quando se fala de um coletivo que compartilha um espaço-tempo e participa também de instâncias discursivas que podem ser institucionais, fala-se de uns imaginários sociais compartilhados por esse grupo. (Carrera, 2014a, p. 42-3, tradução nossa)²⁵

²² “En ciertos casos, las manifestaciones físicas como nerviosismo o los ojos llenos de lágrimas, no permitieron la finalización de la respuesta” (Carrera, 2014a, p. 39).

²³ “que algunas de las personas no pueden hablar del terremoto porque al hacerlo presentan síntomas como dolor de cabeza o vómito” (Carrera, 2014a, p. 40).

²⁴ “Desconhe-se se houve algum tipo de acompanhamento para as pessoas haitianas que viveram o terremoto de 2010. [...] A ausência de investigações de impacto psicológico na população haitiana após esse sismo torna difícil compreender a verdadeira dimensão dessa situação e o efeito que pode ter havido sobre a saúde mental da população. No entanto, a magnitude da tragédia e suas repercussões (o número de mortos, o nível de destruição, o escasso nível de reconstrução tanto da infraestrutura física como econômica), mais os fatores anteriores ao terremoto (violência sistemática, profundos níveis de pobreza e exclusão), além do inadequado (ou, talvez, inexistente) suporte psicológico às vítimas, podiam estar configurando graves situações de saúde mental.” (Carrera, 2014a, p. 42, tradução nossa) / “Se desconoce si hubo algún tipo de acompañamiento para las personas haitianas que vivieron el terremoto de 2010. [...] La ausencia de investigaciones de impacto psicológico en la población haitiana tras este sismo, hacen difícil comprender la verdadera dimensión de esta situación y el efecto que puede haber tenido sobre la salud mental de la población. Sin embargo, la magnitud de la tragedia y sus repercusiones (el número de muertos, el nivel de destrucción, el escaso nivel de reconstrucción tanto de la infraestructura física como económica), más los factores previos al terremoto (violencia sistemática, profundos niveles de pobreza y exclusión), además del inadecuado (o tal vez inexistente) soporte psicológico a las víctimas, podrían estar configurando graves situaciones de salud mental.” (Carrera, 2014a, p. 42)

²⁵ “alude al conjunto de representaciones colectivas basadas en unidades de sentido que funcionan a través de la repetición de narrativas en múltiples ámbitos (individuales, grupales, institucionales); cuando se habla de un colectivo que comparte un espacio-tiempo y participa también de unas instancias discursivas que pueden ser institucionales, se habla de unos imaginarios sociales compartidos por dicho grupo.” (Carrera, 2014a, p. 42-3)

Na percepção de várias pessoas entrevistadas por Carrera (2014a, p. 43), evidencia-se a ideia mais ou menos definitiva de que o terremoto não destruiu apenas casas, escolas e prédios públicos ou institucionais, mas também, e sobretudo:

havia acabado com “a esperança, o respeito, não só para os demais, mas para si mesmo”. A sensação mais presente é que não existe esperança por um futuro melhor. As palavras mais impactantes fizeram alusão ao Haiti como um país *condenado*, e que, se não há esperança para o país, muito menos para as pessoas que nele vivem. De alguma maneira, a angústia generalizada vivida após o desastre e a impossibilidade de encontrar uma resposta coletiva dão a impressão de que geraram uma lógica de “salve-se quem puder”, que estaria desestruturando formas de convivência social que implicavam respeito ou solidariedade [...]. (Carrera, 2014a, p. 43, tradução nossa)²⁶

Se antes do terremoto o sistema educativo oferecia relativa garantia de estudo e formação, após o desastre a população passou a não vislumbrar possibilidades de reerguê-lo a curto prazo (Carrera, 2014a). Se antes do terremoto, existia a possibilidade de lograr o “sonho de uma vida digna” na área urbana, “mesmo com todas as dificuldades possíveis, depois do terremoto, entre as pessoas entrevistadas, percebe-se a sensação de que no Haiti é impossível realizar esse sonho”²⁷ (Carrera, 2014a, p. 44, tradução nossa). Acerca dessa percepção, Carrera (2014b, p. 72, tradução nossa) observa que “a noção de direito à educação, a uma vida digna, à integridade, à alimentação, é, segundo o critério das pessoas [entrevistadas], um sonho, não um direito.”²⁸

Formaram-se novos imaginários que contribuíram para a decisão de emigrar. São mudanças que fizeram os haitianos perceber e buscar no exterior a continuidade da vida. A fragilidade do sistema econômico haitiano e a vulnerabilidade a fenômenos naturais se encontrariam novamente, quando, após o ciclone Sandy²⁹, em outubro de 2012, aproximadamente 70% da colheita daquele ano se perdeu (Carrera, 2014a, p. 37). A partir desse momento, muitas pessoas que estavam nas áreas rurais decidiram também deixar o País.

²⁶ “habría acabado con “la esperanza, el respeto, no sólo por el resto, sino por uno mismo”. La sensación más presente es que no existe esperanza por um futuro mejor. Las palabras más impactantes hicieron alusión a Haití como un país *condenado*, y que si no hay esperanza para el país, mucho menos para las personas que ahí viven. De alguna manera, la angustia generalizada vivida tras el desastre y la imposibilidad de encontrar una respuesta colectiva, dan la impresión de que han generado una lógica de “sálvese quien pueda”, que estaría desarticulando formas de convivencia social que implicaban respeto o solidaridad [...].” (Carrera, 2014a, p. 43)

²⁷ “sueño de una vida digna” [...] “aún con todas las dificultades posibles, después del terremoto, entre las personas entrevistadas, se percibe la sensación de que en Haití es imposible realizar ese sueño” (Carrera, 2014a, p. 44).

²⁸ “la noción de derecho a la educación, a una vida digna, a la integridad, a la alimentación, es, según el criterio de las personas, un sueño, no un derecho.” (Carrera, 2014b, p. 72)

²⁹ “No ano de 2012, dois furacões (Issac e Sandy) atingiram o Haiti, causando grande impacto sobre a produção agrícola do país, importante fonte de recursos econômicos.” (Castro e Fernandes, 2014, p. 79)

Na visão de Silva (2012, p. 304), “a situação que se configurou no Haiti após o terremoto [e após o ciclone Sandy] viola vários direitos, entre eles o da segurança alimentar, da moradia, do trabalho, da saúde”³⁰, o que se concretizou, para crianças, jovens, idosos, mulheres e homens, na falta de coisas vitais. A realidade passou a “atuar” contra a cidadania, a dignidade, os direitos humanos, contra a vida, fazendo nascer nos haitianos “um desejo de fugir da realidade do Haiti (ameaças à vida, delinquência, falta de trabalho, universidades destruídas)”³¹ (Carrera, 2014b, p. 72, tradução nossa). Haviam, portanto, os haitianos de buscar o que lhes faltava. Entre os sujeitos da pesquisa de Fernandes (2014), em relação ao Brasil, destacam-se: 61,5% manifestou ter migrado em busca de trabalho, dentre as razões alegadas; 14,7% busca melhoria na qualidade de vida; 16,5% tem a ajuda à família como o objetivo da migração. E mais, “dentre as razões alegadas para a migração, diversos entrevistados colocavam em segundo lugar a possibilidade de seguir os estudos no Brasil” (Fernandes, 2014, p. 59). Essas pessoas vislumbravam obter um trabalho com salário digno e sem exploração, o que significaria melhor qualidade de vida para si e para os parentes que ficaram no Haiti, além de poderem ingressar numa universidade.

Outra razão, sobretudo das mulheres, é o deslocamento com fins de reunificação familiar, como demonstra o relato de uma imigrante participante da pesquisa de Fernandes (2014, p. 71):

O meu caso é diferente, porque eu vim legalmente. O meu marido tinha me deixado no Haiti com dois filhos e veio para o Brasil. Ele pediu o visto para eu vir com os filhos, para melhorar a nossa vida. Chegamos em Porto Velho no dia 27 de maio de 2013. Por isso eu não passei muitas dificuldades como outras haitianas. Porém, vim para o Brasil e ainda não vi como a vida vai melhorar. Para mim, eu acho o Haiti é melhor que aqui. (Migrante feminina – Porto Velho/RO)

Até aqui temos abordado especialmente as razões para migrar de ordem interna e particulares ao Haiti e ao povo haitiano, embora se possa argumentar que as políticas internacionais, por exemplo, são forças de ordem externa. A seguir, tendo o Brasil como o principal destino, abordaremos as razões, podemos dizer, particulares ao país de chegada e acolhida, as quais entendemos como atrativos externos aos haitianos.

³⁰ O que se faz, porém, na imprensa em geral, é tomar o fluxo migratório como fenômeno desencadeado pelo terremoto somente, talvez pelo seu poder de destruição física e institucional, no governo, no sistema de segurança pública e na educação, por exemplo. Talvez porque a imprensa tende a simplificar, desconfigurando, a realidade social.

³¹ “un deseo por escapar a la realidad de Haití (amenazas para la vida, delincuencia, falta de trabajo, universidades destruídas)” (Carrera, 2014b, p. 72).

Pode-se atribuir a escolha que fazem à política migratória do país de destino. Por exemplo, um dos destinos dos haitianos/migrantes em geral são os países desenvolvidos, onde, em princípio, o imigrante pode melhor encontrar oferta de trabalho, estudo e melhores condições de vida. O fato é que esses países, “após setembro de 2001, impõem severas restrições à imigração de uma maneira geral e, em especial, à migração irregular” (Fernandes e Castro, 2014, p. 52). A legislação de tais países passaram a incriminar os sujeitos que adentram seu território sem a devida autorização para tal. Destinos habituais dos haitianos “como Estados Unidos, Canadá e França voltam-se [tornam-se] cada dia mais difíceis devido a novas dificuldades criadas para a entrada de imigrantes, principalmente se procedentes de países subdesenvolvidos” (Fernandes et al., 2013, p. 66). A propósito, a França impediu no final de 2010 os haitianos de cruzarem livremente as fronteiras da Guiana Francesa³², território que eles usavam como trânsito para chegar ao país europeu. Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos enfrentam há vários anos “uma desaceleração de suas economias, fato que contribui para diminuir significativamente o poder de atração, que até então exercia sobre os imigrantes caribenhos e sul-americanos” (Silva, 2012, p. 303), por exemplo.

Nessa questão, mas sob outros argumentos, insere-se a atual legislação migratória da República Dominicana – um dos destinos preferidos dos haitianos até pouco tempo –, cujo governo, desde 2013, tem sistematicamente tolhido os direitos dos imigrantes haitianos em seu território e promovido uma política explícita de desencorajamento a essa migração e de rechaço aos haitianos, buscando impedir a sua chegada e permanência no país³³ (Fernandes et al., 2013, p. 66). Por essas razões, muitos haitianos há anos residentes na República Dominicana têm migrado para o Brasil, como nos revela Seixas (2014, p. 20):

entre 2010 e 2011 a maioria dos haitianos que chegava ao Brasil, pelo Acre, possuía como última residência o próprio Haiti. A partir de 2012, o fluxo teria passado a atrair, em quantidades significativas, haitianos que residiam em outros países, principalmente na República Dominicana e no Equador.

Portanto, devido às mudanças na política migratória ou econômica dos Estados Unidos, Canadá, França e República Dominicana, tornou-se inviável ao cidadão haitiano ir em busca de trabalho, estudos e melhores condições de vida nesses países, ou lá permanecer.

³² “Passados dez meses do terremoto, o Estado francês havia começado a interpelar aos haitianos que se encontravam irregulares na Guiana Francesa a obrigá-los a deixar o território francês.” (Loudior, 2011).

³³ “Em 2013, uma sentença do Tribunal Constitucional da República Dominicana retirou a cidadania de milhares de dominicanos/as. A decisão retroativa afetou, permanentemente, os direitos civis de cerca de 250 mil desses/as dominicanos/as, cuja maioria era descendente de haitianos. A sentença determina que todas as pessoas nascidas entre 1929 e 2010 de pais estrangeiros e que não possam comprovar sua condição de imigrantes regulares estariam indevidamente registrados.” (Fontenele, 2015)

Nesse contexto, em 2010 o Brasil³⁴ passou a fazer parte do “leque de destinos” dos haitianos. Mas há outras razões por que o Brasil entrou no horizonte da migração haitiana.

Antes e após o terremoto, estreitavam-se as relações entre Brasil e Haiti. Em 2004, num gesto de aproximação, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a seleção brasileira de futebol visitaram o País, quando se realizou com a seleção haitiana o “Jogo da Paz”. Em fevereiro de 2010, pouco mais de um mês após o terremoto o ex-presidente voltou ao Haiti, momento em que “propôs à comunidade internacional ações concretas para a reconstrução daquela nação, oferecendo até mesmo apoio financeiro e acolhida aos que quisessem emigrar” (Silva, 2012, p. 303). Havia, portanto, uma posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos (Handerson, 2015, p. 50). Essa mesma postura não é, por exemplo, a da América do Norte e da Europa há mais de uma década. Aliás, na Europa, cada país tem, a seu modo, rejeitado imigrantes oriundos especialmente da África e do Oriente Médio. Além disso, a hospitalidade brasileira está ligada ao imaginário de que o Brasil constitui-se de um povo receptivo e acolhedor³⁵, o que advém, em grande medida, do fato de o país ter em sua composição imigrantes diversos. Há historicamente – embora com visões controversas – um hipotético tratamento humanitário do Brasil a imigrantes em geral.

Entretanto, há de termos em conta que, no caso brasileiro, essa receptividade/hospitalidade tem ocorrido, sobretudo, por parte do governo federal (que, para atender seus interesses na comunidade internacional e de possível assento no Conselho da ONU, procura evitar conflitos internacionais e se posicionar como um *país pacífico*), de empresários que veem nos haitianos oportunidade de mão de obra barata e de ONGs e instituições filantrópicas e assistenciais que acolhem os haitianos até que esses se estabeleçam em território brasileiro.

Consonante a essa hospitalidade, criara-se antes do terremoto uma possível “relação amigável” entre haitianos e militares brasileiros da Minustah. Em entrevistas realizadas no Haiti, Metzner (2014, p. 18, tradução nossa) observou que “a percepção geral dos haitianos sobre o batalhão brasileiro da MINUSTAH [...] é positiva. Consideram-no mais acessível do

³⁴ Segundo Fernandes (2014, p. 12), “dos países da América do Sul, somente quatro (Argentina, Chile, Equador e Peru), em 2010, não exigiam visto para a entrada de haitianos no seu território no caso de viagem de turismo. [...] Mesmo com tais facilidades, nenhum desses países tornou-se o destino final para um grande número de imigrantes haitianos, como foi o caso do Brasil. Tal fato pode indicar que essa migração não é gestada unicamente pelas facilidades de entrada no país [...] mas é determinada pela intenção de chegar e de se estabelecer na região de destino.”

³⁵ Embora sem política educacional clara, por exemplo, em relação aos imigrantes, o Brasil não tem política rígida contra a imigração, diferentemente do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, entre outros países.

que outros batalhões.”³⁶ Essa relação, porém, parece ser paradoxal, pois, como argumenta Thomaz (2010), os haitianos não distinguiram a nacionalidade dos diferentes grupos componentes da Minustah. Para eles, todo o contingente pertencia à ONU. Ainda assim, consideramos a existência dessa aproximação amigável e positiva, baseando-nos na pesquisa de Metzner (2014). Também consonante à mesma hospitalidade é a percepção de muitos haitianos sobre a Construtora OAS, “que ganhou o contrato para melhorar e expandir a rede de estradas na península sul do país”³⁷ (Metzner, 2014, p. 18, tradução nossa). Os haitianos a consideram “como um ‘bom empregador’, que proporcionou aos trabalhadores salário regular e adequado, e oportunidades de desenvolvimento profissional”³⁸ (Metzner, 2014, p. 19, tradução nossa). Tanto a relação com os militares quanto com a OAS contribuíram, de algum modo, para o Brasil entrar no horizonte dos haitianos.

A partir do Haiti, desenhava-se o Brasil como parte da história migratória do país caribenho e, em breve, a chegada de haitianos ao Brasil ocorreria. Na avaliação de Pinto (2014, p. 91),

o reforço das relações entre os dois países captou a atenção dos haitianos que, incentivados pelo discurso da fraternidade e simpatia brasileiras, procuraram reorientar os seus projetos migratórios em função da conjuntura geopolítica e das possibilidades que este novo destino migratório parecia oferecer-lhes.

O que o Brasil lhes ofereceria são as ofertas de trabalho em função do *boom* econômico brasileiro, especialmente de 2008 a 2013, quando, aliás, a taxa de desemprego esteve em descenso. Na verdade, o Brasil, em anos antes e logo após 2010, assumia um papel político e econômico importante no cenário mundial (Handerson, 2015, p. 50). Outras ofertas de trabalho são a construção de obras para a Copa do Mundo de 2014, para os Jogos Olímpicos de 2016 e a construção de hidrelétricas na Amazônia. Com isso, o Brasil, na visão dos haitianos, poderia atender a um dos seus anseios: o envio de remessas à família que permaneceria no Haiti.

Também Handerson (2015), em sua tese de doutoramento em Antropologia Social, questiona quais os mecanismos que favoreceram os haitianos virem ao Brasil e como se constituiu a intenção deles de virem ao País. Sua busca de resposta é na voz dos interlocutores haitianos em interação no trabalho de campo. Segundo Handerson (2015, p. 49-51), (a) o

³⁶ “la percepción general de los haitianos sobre el Batallón MINUSTAH brasileño [...] es positiva. Se lo considera como más accesible que otros batallones.” (Metzner, 2014, p. 18).

³⁷ “la cual ganó el contrato para mejorar y expandir la red de caminos en la península sur del país” (Metzner, 2014, p. 18).

³⁸ “como un ‘buen empleador’ que proveyó a los trabajadores con paga regular y adecuada y oportunidades de desarrollo profesional” (Metzner, 2014, p. 19).

Brasil representava uma porta de entrada para se chegar à Guiana Francesa e também uma etapa para conseguir vistos para outros países, como Estados Unidos, Canadá e França; (b) havia propaganda de a imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário dos haitianos que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador; (c) havia difusão entre os haitianos de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse em sua mão de obra para a construção de grandes obras; (d) difundia-se a informação de que, no Brasil, o imigrante ganha moradia e alimentação gratuita, além de a remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre US\$ 2.000 a US\$ 3.000 mensais.

Essas razões identificadas por Handerson (2015) em entrevistas com haitianos estão muito baseadas em informações veiculadas por *coiotes*, importantes atores sociais inseridos entre os migrantes, no Haiti ou nos países de trânsito. Eles, segundo Fernandes (2014, p. 74), “divulgavam a ideia de que a crise econômica³⁹ não havia atingido o Brasil e que este estava precisando de mão de obra, portanto, apresentava uma grande capacidade de empregabilidade, com salários que podiam chegar até o valor de R\$ 4.000,00”. Essa ideia vendida pelos *coiotes* resultou em custo alto para os haitianos que decidiram migrar para o Brasil.

Emerge nesse contexto uma falta de informação prévia “sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil e sobre a documentação necessária para a obtenção de um visto e de seu custo” (Fernandes et al., 2013, p. 67), que deveria ter sido fornecida pelo governo haitiano, juntamente com a embaixada do Brasil no Haiti. Na falta dessa informação de órgãos oficiais, os *coiotes* prestaram as informações que lhes convinham, aproveitando da condição de “presas fáceis” que se tornaram os candidatos à migração.

É sobre os *coiotes* e os haitianos em trânsito no Equador e no Peru que discutiremos no próximo item.

Antes, porém, faremos algumas considerações a partir do que expusemos neste item. Parece-nos claro que “a decisão de migrar não é exclusivamente das pessoas, [ela] está vinculada a uma gama de acontecimentos que os próprios migrantes muitas vezes desconhecem, como embargos econômicos, decisões políticas internas ou internacionais” (Cotinguiba, 2014, p. 69). São fluxos migratórios que integram a história do Haiti e devem ser vistos como “parte de um processo mais amplo de reprodução do capital, que desde os tempos coloniais fez do Haiti mero exportador de matérias-primas e de força de trabalho para outros

³⁹ Refere-se à crise que atingiu as economias da Europa e dos Estados Unidos em 2008 e 2009 especialmente.

países” (Silva, 2012, p. 302). Ou seja, a migração internacional haitiana recente está ligada às migrações de décadas passadas que mencionamos no início deste item.

Trata-se de um contingente histórico a ser levado em conta, pelo menos de forma indireta, ao discutirmos a migração na atualidade. Também, devemos ter em mente as migrações passadas porque “grande parte das famílias haitianas experimentou trajetórias de mobilidade social associadas a essas migrações mais antigas, armazenando, assim, recursos visíveis nas novas migrações haitianas como a que se dirige ao Brasil”⁴⁰ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 84, tradução nossa). Muitas famílias viveram e interiorizaram o processo de emigração de um ou mais de seus membros, criando, assim, um elemento provocador e facilitador, em certa medida, do deslocamento pós-terremoto de novos membros da família.

Por fim, destacamos:

- a) o terremoto de 2010 e o ciclone Sandy reconfiguraram a migração haitiana historicamente existente no sentido de que as condições de subsistência se tornaram impossíveis no Haiti (Carrera, 2014b, p. 74);
- b) mais do que indícios, como consideram, por exemplo, Fernandes, Milesi e Farias (2011, p. 94), a história migratória recente de muitos haitianos não tem relação direta com a região do sinistro, o que se tem é uma migração com características e motivações diversas;
- c) a migração recente consubstanciou-se pelas motivações socioeconômicas e políticas do Haiti, pelos desastres ambientais (o terremoto e o ciclone) e pela agência dos próprios migrantes.

1.4. Haitianos em trânsito: coiotes em ação

Os haitianos em deslocamento para o Brasil podem ser agrupados ou percebidos, de um modo geral, segundo o trajeto que percorrem e o tipo de viagem que realizam. Uma pequena parte dos migrantes, em especial após publicação das Resoluções Normativas 97/2012⁴¹ (CNIg, 2012a) e 102/2013⁴² (CNIg, 2013a) do Conselho Nacional de Imigração⁴³ (CNIg), obtém o visto em embaixadas brasileiras, no Haiti ou noutro país, e realiza a viagem,

⁴⁰ “un segmento numeroso de hogares haitianos experimentó trayectorias de movilidad social asociadas a estas migraciones más antiguas, acopiando así recursos visibles en las nuevas migraciones haitianas como la que se dirige a Brasil” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 84).

⁴¹ Resolução reproduzida no Anexo D.

⁴² Resolução reproduzida no Anexo F.

⁴³ Em 2012 e 2013 esse órgão estava vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que, no início de outubro de 2015, em fusão com o Ministério da Previdência Social, tornou-se Ministério do Trabalho e Previdência Social. No item 1.6, discutiremos sobre tais resoluções normativas.

em geral, de avião até Brasília, São Paulo, Belo Horizonte ou outra capital estadual. Outro grupo, a maioria deles, sem obtenção de visto, passa pelo Equador e Peru para chegar à fronteira brasileira. Por exemplo, dos 340 haitianos participantes da pesquisa de Fernandes (2014) no Brasil, aproximadamente 75% indicaram ter seguido rotas que incluem a chegada por via aérea ao Equador, seguindo em direção ao Peru. Passando por esses países, podem chegar aos estados do Amazonas ou do Acre, onde lhes parece mais fácil a entrada e o pedido de “refúgio” (o qual abordaremos no item 1.6). Embora os haitianos cheguem principalmente pelas fronteiras desses dois estados, “há rotas nos estados de Roraima, Mato Grosso e Amapá” (Moraes, Andrade e Matos, 2013, p. 100). Nota-se, ainda, também via Equador, “uns poucos, não mais do que 5,0% do total, tomaram rotas diversas que incluíram a passagem por Argentina, Bolívia ou Chile antes de chegar ao Brasil” (Fernandes, 2014, p. 55)⁴⁴. O mapa abaixo esboça as principais rotas.

⁴⁴ Apesar de a maioria dos haitianos em trânsito no Equador e Peru ter como destino o Brasil, muitos buscam chegar à Guiana Francesa utilizando o Brasil como país de trânsito. Faremos menção a esses últimos quando pertinente, sem explorar sua chegada à Guiana Francesa. Esse grupo é objeto de estudo de Handerson (2015), em perspectiva antropológica.

Mapa das principais rotas migratórias de haitianos para o Brasil (Fernandes, 2014, p. 56)

É sobre os migrantes do segundo grupo que refletiremos neste item, procurando abordar diferentes aspectos da sua viagem nos territórios equatoriano e peruano,

especialmente por dois motivos: (1) realizam do Haiti ao Brasil uma extensa viagem marcada por exploração e dificuldades diversas; (2) têm sido objeto de um número significativo de textos do jornalismo brasileiro, especialmente o impresso e o televisivo, parte dos quais comporão nosso *corpus* de análise no capítulo 5.

Ao analisar dados quantitativos sobre a imigração haitiana no Equador, abordando diferentes aspectos da estratificação social, Carrera (2014b, p. 70) identifica três períodos importantes. O primeiro vai de 2000, quando se inicia o registro de informações, a 2007. Trata-se de uma migração pequena, porém constante. Muitos haitianos que chegaram nesse período estabilizaram-se, trabalham e possuem família. São, sobretudo, profissionais, entre eles, professores e médicos.

O segundo período, de 2008 a 2010, envolve fatos importantes relativos aos fluxos migratórios, como, por exemplo, “a disposição emitida pelo presidente Rafael Correa de [20 de junho de] 2008 de não exigir visto⁴⁵ de cidadãos de qualquer nacionalidade para ingressar no país e nele permanecer por 90 dias”⁴⁶ (Carrera, 2014b, p. 67, tradução nossa)⁴⁷. Com isso, os haitianos têm o Equador como um facilitador para a chegada a outros países, embora nesse período o ingresso deles em território equatoriano tenha sido relativamente pequeno.

O terceiro período vai de 2010 aos dias atuais. Já em 2010 registrou-se um aumento do ingresso de haitianos no Equador, intensificando-se a partir de 2011. Atribui-se esse aumento ao terremoto de janeiro de 2010, ao ciclone Sandy em outubro de 2012 e a suas consequências desestruturantes, por exemplo, da economia e dos sistemas de saúde e de educação do Haiti.

No terceiro período o Equador tornou-se, para muitos haitianos, um país de trânsito. Ao não exigir visto de entrada, permitiu-se articular diferentes destinos desde seu território. Aliás, “a ideia de que a partir do Equador se pode ir a qualquer outro país da América Latina por terra é parte dos discursos que se escuta entre a população haitiana no Equador”⁴⁸ (Carrera, 2014b, p. 73, tradução nossa). Nesse trânsito, vários atores sociais dão aos migrantes apoio e acolhida em suas casas, conforme os contatos previamente estabelecidos antes de

⁴⁵ “A partir de 2012, sob forte pressão do governo brasileiro, o Peru passou a exigir visto dos haitianos e no Equador houve, em 2013, uma tentativa de restringir a entrada dos haitianos, mas a medida não foi implementada.” (Fernandes e Castro, 2014, p. 52).

⁴⁶ “la disposición emitida por el presidente Rafael Correa del 2008 de no exigir visa a los ciudadanos de cualquier nacionalidad para ingresar al país y permanecer en él hasta 90 días” (Carrera, 2014b, p. 67).

⁴⁷ Em tempo, é uma disposição em conformidade com a nova Constituição equatoriana. “No entanto, em dezembro de 2009, exigiram-se vistos aos cidadãos chineses e, em setembro de 2010, passou a exigir o mesmo documento a cidadãos do Afeganistão, Bangladesh, Eritreia, Etiópia, Quênia, Nepal, Nigéria, Paquistão e Somália” (Carrera, 2014b, p. 69, tradução nossa). / “Sin embargo, para diciembre de 2009, se exigió visas a los ciudadanos chinos y en septiembre de 2010 se requirió el mismo documento a ciudadanos de Afganistán, Bangladesh, Eritrea, Etiopía, Kenia, Nepal, Nigeria, Pakistán y Somalia” (Carrera, 2014b, p. 69).

⁴⁸ “la idea de que desde Ecuador se puede trasladar a cualquier otro país de América Latina por tierra, es parte de los discursos que se escuchan entre la población haitiana en Ecuador” (Carrera, 2014b, p. 73).

iniciar a viagem. Parte desses atores são os compatriotas, parentes ou amigos que chegaram no primeiro período, de 2000 a 2007⁴⁹; outra parte são pessoas ligadas a igrejas, cujo papel faz evidenciar no Equador “uma profunda imbricação entre igrejas denominadas evangélicas e a migração haitiana”⁵⁰ (Carrera, 2014b, p. 73, tradução nossa). Outros atores são membros da rede de tráfico de pessoas haitianas, os denominados *coiotes*.⁵¹

A rede de tráfico que se formou lhes dá apoio durante a viagem desde o Haiti, hospedagem em cidades equatorianas e, de acordo com o interesse do migrante, transporte até a fronteira com o Peru (Carrera, 2014b, p. 73), para, assim, poder seguir viagem a outros países. O tempo de espera desse transporte está em conformidade com o valor que o migrante se dispõe a pagar. Quanto mais dinheiro, mais rápido se pode chegar à fronteira. Trata-se de um deslocamento coordenado por (e submisso a) atravessadores e “coiotes” que, em geral, atuam sincronizados entre si.

Mais do que isso, a rede de tráfico, aproveitando a dispensa de visto por parte do governo equatoriano, usa o argumento de que, no Equador, as pessoas com desejo de emigrar encontrarão facilmente trabalho e estudo gratuito. Soma-se a isso o fato de esse país ter uma economia dolarizada, cuja moeda é um atrativo para quem busca enviar remessas à família no Haiti. Assim, o Equador tornara-se para muitos haitianos o destino final. No entanto, em pouco tempo vivendo aí, essa imaginação se desfaz, pois “a realidade do país se impõe: o trabalho é escasso e existem dificuldades para a integração”⁵² (Carrera, 2014b, p. 74, tradução nossa), restando-lhes, novamente, emigrar.

A atuação da rede de tráfico no Equador se deve muito à falta de uma política governamental equatoriana orientada para a mobilidade do migrante⁵³. Ao mesmo tempo em

⁴⁹ As migrações antigas formaram, não só no Equador, “uma comunidade diaspórica que [...] intervém ou participa como suporte das novas migrações nos diferentes destinos aos quais os cidadãos haitianos se dirigem” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 84, tradução nossa). / “una comunidad diaspórica que [...] interviene o participa como soporte de las nuevas migraciones en los diferentes destinos a los que los ciudadanos haitianos se dirigen” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 84).

⁵⁰ “una profunda imbricación entre iglesias denominadas evangélicas y migración haitiana” (Carrera, 2014b, p. 73).

⁵¹ A esse respeito, “O Serviço Jesuíta para Refugiados para a América Latina e o Caribe (SJR LAC) descobriu pelo menos duas redes de tráfico e contrabando que recrutam cidadãos haitianos em diversas regiões do Haiti [...], com promessas de estudos e de trabalho na América Latina e mesmo nos Estados Unidos da América e Europa.” (Carrera, 2014b, p. 79, tradução nossa) / “El Servicio Jesuita a Refugiados para Latinoamérica y el Caribe (SJR LAC) descubrió por lo menos dos redes de trata y tráfico que reclutan a ciudadanos haitianos en diversas regiones de Haití [...], con promesas de estudios y de trabajo en América Latina e incluso en Estados Unidos de América y Europa.” (Carrera, 2014b, p. 79)

⁵² “la realidad del país se impone: el trabajo es escaso y existen dificultades para la integración” (Carrera, 2014b, p. 74).

⁵³ A falta dessa política é, em determinada perspectiva, duplamente negativa: “para a Defensoría del Pueblo (2009), a impossibilidade de regularizar a situação migratória expõe os migrantes irregulares e suas famílias a riscos de violação de seus direitos e deixa sem alternativas aqueles que, por suas situações familiares, laborais ou outras, buscam regularizar suas condições de permanência no país.” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p.

que não se exige o visto, não se facilita sua saída por meios legais e com respeito aos direitos do sujeito de se deslocar. A questão posta aqui não é que o migrante haitiano esteja ou não sendo coibido de se fixar no Equador, mas sim que, ao não criar uma solução legal para sua situação migratória, as autoridades equatorianas forçam-nos a buscar as saídas irregulares, aquelas coordenadas pelas redes de tráfico (Carrera, 2014b, p. 79). Grande parte dos haitianos sai do Equador para o Peru sem qualquer registro nos serviços oficiais equatorianos, percorrendo com coíotes vias alternativas, “rotas não habilitadas oficialmente para a passagem de migrantes para o Peru”⁵⁴ (Carrera, 2014b, p. 78, tradução nossa). Com a ajuda de equatorianos ou peruanos, o migrante obtém uma forma eficaz de cruzar a fronteira de táxi sem passar pelos postos de controle migratório peruano. Essa opção pela via irregular se tornou, em certa ótica, quase necessária desde 25 de janeiro de 2012, quando no Peru se passou a exigir do cidadão haitiano o visto temporário de turista, fato que, em grande medida, incrementou o “trabalho” de coíotes.

Em trabalho de campo realizado de março a junho de 2013 em cidades peruanas, Vásquez, Busse e Izaguirre (2014) identificaram que todos os migrantes haitianos entrevistados portavam o passaporte, mas, de um modo geral, sem “o carimbo que atesta a passagem regular pela fronteira Equador-Peru e, de fato, não contavam com o ‘visto temporário na qualidade migratória de turista’”⁵⁵ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98, tradução nossa). O ingresso em território peruano sem o visto é atribuído, segundo entrevistas com os migrantes, principalmente ao desconhecimento dos haitianos de sua necessidade. Mas também, parece-nos ser devido às exigências feitas pelas autoridades peruanas, tais como: “passagem ou reserva de ida e volta, reserva de hotel ou pacote turístico que evidencie a qualidade de turista, demonstrar solvência econômica proporcional ao tempo de permanência no Peru, duas fotos e o pagamento da Taxa de Direitos Consulares (30 USD)”⁵⁶ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98, tradução nossa). São exigências que condicionavam o migrante a cruzar o território peruano sem qualquer registro nos serviços de migração, usando os serviços ilegais dos coíotes.

100-1, tradução nossa) / “para la Defensoría del Pueblo (2009) la imposibilidad de regularizar la situación migratoria expone a los migrantes irregulares y a sus familias a riesgos de vulneración de sus derechos y deja sin alternativas a quienes, por sus situaciones familiares, laborales u otras, buscan regularizar sus condiciones de permanencia en el país.” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 100-1)

⁵⁴ “rutas no habilitadas oficialmente para el paso de migrantes hacia el Perú” (Carrera, 2014b, p. 78).

⁵⁵ “el sello que acredita el paso regular por la frontera Ecuador-Perú y de hecho no contaban con la ‘visa temporal en la calidad migratoria de turista’” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98).

⁵⁶ “pasaje o reserva de ida y vuelta, reserva de hotel o paquete turístico que evidencie la calidad de turista, acredital solvencia económica proporcional al tiempo de permanencia en Perú, dos fotos y el pago de la Tarifa de Derechos Consulares (30 USD)” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98).

Após cruzarem a fronteira Equador–Peru, os migrantes chegavam de táxi a uma das primeiras cidades peruanas, de onde seguiam de ônibus até Lima, a capital. Vásquez, Busse e Izaguirre (2014) não dedicam seu trabalho aos haitianos em trânsito rumo a Iquitos (Peru) e depois Tabatinga (Amazonas), mas sim aos que buscavam chegar às cidades de Iñapari (Peru) e de Assis Brasil (Acre). Sobre os primeiros, Silva (2012), a partir de pesquisa de campo realizada no final de 2011 em Tabatinga, esclarece: os que se destinavam a essa cidade tomavam um ônibus em Lima para “Iquitos na Amazônia peruana, e depois tomavam um barco até Santa Rosa, onde cruzavam o rio Solimões para entrar em Tabatinga” (Silva, 2012, p. 304). Sobre os segundos, eles viajavam de ônibus de Lima, passando por Cusco (o que é mais frequente) ou por Arequipa, até Porto Maldonado, capital do departamento peruano de Madre de Díos, e depois até Iñapari e Assis Brasil (Acre). De Assis Brasil seguiam de táxi para Brasileia (Acre). Vários com destino ao Acre entravam “em território boliviano até Cobija e depois até Brasileia, do lado brasileiro” (Silva, 2012, p. 304). A nosso ver, esses grupos de migrantes diferenciam-se apenas pela rota que percorrem, sem qualquer diferença substancial em suas condições de viagem.

Sabe-se que, ao longo dos anos, os trajetos percorridos modificavam-se, conforme as facilidades de transporte, a possibilidade de entrar no território brasileiro e os interesses dos coíotes que já atuavam nesse trajeto (Fernandes, Castro e Ribeiro, 2014, p. 9), mas também conforme as facilidades ou dificuldades em relação à fiscalização, inclusive quanto ao visto.

Uma diferença a considerar é em relação a seu país de partida. Os haitianos que chegaram ao Peru entre março e maio de 2013 com o objetivo de cruzar a fronteira brasileira, segundo Vásquez, Busse e Izaguirre (2014, p. 84), partiram do Haiti, de áreas urbanas e de áreas rurais, ou da República Dominicana. Aqueles que partiram da República Dominicana são, sobretudo, homens e mulheres que possuem família, com filhos pequenos. Eles saíram do Haiti entre 1993 e 2003 e, por isso, têm uma experiência migratória internacional. Viveram na República Dominicana entre 10 e 20 anos, o que significa, de um modo geral, falarem espanhol – o que é um capital migratório cultural importante –, além de francês e crioulo haitiano. Há anos trabalhando no país, esses migrantes possuíam mais recursos econômicos para a viagem do que aqueles que partiram do Haiti (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 86).⁵⁷

⁵⁷ Vásquez, Busse e Izaguirre (2014) analisam dados estatísticos que contabilizam os haitianos registrados pelas autoridades migratórias peruanas e dados de pesquisa de campo, explorando diferentes aspectos sociais desses migrantes no Peru – tais como: nível educativo, recursos financeiros para viagem, experiência profissional, ocupação, sexo, idade, capital migratório – e mostrando que compõem um grupo bastante heterogêneo.

Os custos, planejados e não planejados, da viagem até o Brasil é uma das questões que mais chamam a atenção. Cada haitiano gastou de 3.000 a 6.000 dólares americanos, considerando transporte aéreo e terrestre, alimentação, hospedagem em casa da rede de tráfico em cidades peruanas, onde os migrantes eram “escondidos” da polícia, enquanto os coíotes lhes compravam os bilhetes de passagem de ônibus. Enganando e explorando os haitianos, os coíotes elevavam os custos da alimentação, da hospedagem, do bilhete. A esses custos acresciam-se subornos solicitados por policiais peruanos e agentes de migração em diferentes partes do trajeto (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 89). Essas informações constam, por exemplo, de relatos fornecidos por haitianos à equipe coordenada por Fernandes (2014, p. 75):

Muitas, foram muitas as dificuldades! Os coíotes nos tomaram muito dinheiro. No início pediram USD 2.000,00, logo após mais USD 500,00, mais USD 50,00 para a polícia, mas ainda [...] dormimos mal, má alimentação, muita aflição. (Migrante feminina – Manaus/AM)

Eu paguei um coíote USD 4.000,00 para a viagem até Tabatinga e depois eu paguei mais USD 2.000,00 quando eu vi que eu não podia chegar no Brasil. (Migrante masculino – Curitiba/PR)

O dinheiro da viagem havia sido obtido de diversas maneiras, uma delas é pelo envolvimento da família. Por exemplo, Silva (2012, p. 305) identificou entre os haitianos em Tabatinga vários casos em que a decisão de emigrar era um empreendimento coletivo e familiar, e não apenas uma iniciativa puramente individual. O mesmo identificou Carrera (2014b, p. 74, tradução nossa) entre os haitianos em trânsito no Equador: “as famílias, ao decidir que os filhos vão sair do país, reúnem o dinheiro fazendo empréstimos e vendendo bens; em outros casos, os familiares que já se encontram fora do país contribuem para facilitar a viagem”⁵⁸. Por outro lado, há também pessoas que “vendem tudo quanto têm para poder fazer a viagem”⁵⁹ (Carrera, 2014b, p. 74, tradução nossa). Situação diferente ainda revelaram os entrevistados do estudo de Fernandes, Castro e Ribeiro (2014). Na maioria dos casos, os recursos foram obtidos

por empréstimos, e nem sempre representam um projeto familiar que busca facilitar a ida de um dos seus membros para o exterior com o intuito de oferecer melhores condições de vida aos que ficaram no país de origem ou até mesmo gerenciar sua emigração, posteriormente. (Fernandes, Castro e Ribeiro, 2014, p. 10)

⁵⁸ “las familias al decidir que los hijos van a salir del país, reúnen el dinero pidiendo préstamos y vendiendo bienes; en otros casos, familiares que ya se encuentran fuera del país aportan para facilitar el viaje” (Carrera, 2014b, p. 74).

⁵⁹ “venden todo cuanto tienen para poder hacer el viaje” (Carrera, 2014b, p. 74).

De um modo ou de outro, em geral, o migrante assumia o compromisso de enviar remessas como reembolso quando começasse a trabalhar no país de destino.

O desejo da maioria dos haitianos era chegar ao Brasil o quanto antes, o que lhes exigia gastos extras. No entanto, muitos deles, por causa dos roubos e subornos sofridos, não possuíam o dinheiro suficiente, o que os obrigava a permanecer no Peru por semanas ou meses, com clara sensação de descontentamento e tristeza (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 96). Até que conseguissem “o dinheiro necessário (entre 100 e 200 USD) para pagar os taxistas ou coiotes que os levariam à ponte sobre o rio Acre”⁶⁰ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 88, tradução nossa), trabalhavam, por exemplo, em Porto Maldonado ou outra localidade de Madre de Díos, assumindo ocupações informais no mercado local, especialmente na construção civil. Nesse período, tendiam a dormir em hospedagens muito econômicas e com infraestrutura muito precária (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 96).

Além de trabalhar para obter mais dinheiro, outra alternativa era pedir via telefone mais recursos aos familiares ou um empréstimo a “amigos que se encontravam no mesmo grupo, ainda no Peru, ou no Equador, Brasil ou outro país”⁶¹ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 96, tradução nossa). Assim, muitos haitianos recebiam de alguém no exterior remessas parciais em lugares da rota que lhes pareciam mais pertinente, sempre usando o passaporte “para identificar-se nas agências de serviço de envio e recepção de remessas internacionais”⁶² (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98-9, tradução nossa).

Também via chamadas telefônicas internacionais os migrantes solicitavam a amigos e compatriotas informações e contatos diversos, a fim de viabilizar a conclusão de uma viagem que se tornara muito difícil. Essas relações deram aos haitianos em trânsito no Peru, segundo Vásquez, Busse e Izaguirre (2014, p. 89-90), o suporte de uma rede social constituída por haitianos residentes em outros países, como, por exemplo, República Dominicana, Equador, Brasil, Estados Unidos e o próprio Haiti. Trata-se de uma rede desenvolvida estrategicamente como solução em face dos roubos e da exploração por parte de coiotes e policiais peruanos.

Muitos haitianos partiram do Haiti ou outro país cientes de seus pontos de apoio, por exemplo, em casas de parentes ou compatriotas. Mas a maioria deles, sem possuir parentes ou amigos nos países por onde passariam, deslocava-se com destino ao Brasil sem qualquer

⁶⁰ “el dinero necesario (entre 100 y 200 USD), para pagar a los taxistas o coyotes que los llevarán al puente sobre el río Acre” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 88).

⁶¹ “amigos que se encontraban en el mismo grupo, aún en Perú, o en Ecuador, Brasil u otro país” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 96).

⁶² “para identificarse en las agencias de servicio de envío y recepción de remesas internacionales” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98-9).

conhecimento similar. Se “sabiam”, eram informações incertas dadas por redes de coíotes que visavam lucrar com o fluxo migratório. As entrevistas empreendidas por Vásquez, Busse e Izaguirre (2014) mostraram que a maioria possuía bastante informação sobre os primeiros trechos – do Haiti a República Dominicana e da República Dominicana ao Equador –, mas pouquíssima informação sobre o resto da rota. Por exemplo, “quase todos desconheciam que podiam ser assaltados por policiais e civis nas cidades do norte do Peru”⁶³ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 97, tradução nossa). Sobre o trecho após Porto Maldonado, sabiam muito pouco, sabiam, por exemplo, da necessidade de falar com taxistas ou coíotes que os levariam até Iñapari, cidade peruana fronteiriça ao Brasil, mas não sabiam a distância real do trajeto nem quanto tempo levariam até essa cidade (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 97-8). Isto é, a maioria começou a viagem sem ter em mente um plano claro, trecho a trecho.

Parte dos haitianos entrevistados por Vásquez, Busse e Izaguirre (2014), apesar das dificuldades, mantinha o plano de estabelecer-se no Brasil e trazer também sua família, motivados por relatos de haitianos que aqui já se encontravam, os quais informavam “de muitas oportunidades laborais em grandes cidades brasileiras ou no norte do país. Paradoxalmente, a maioria tinha [revelou] conhecimentos muito imprecisos sobre como, onde e em que condições vivem seus familiares e amigos no Brasil”⁶⁴ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 99, tradução nossa). Outra parte “tinha como objetivo reunir uma grande soma de dinheiro que serviria de capital e, em seguida, retornar para junto de suas famílias – seja no Haiti ou na República Dominicana”⁶⁵ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 99, tradução nossa). Outro grupo, porém, havia mudado os planos. Muitos dos mais jovens que haviam partido do Haiti desejavam regressar a seu país o quanto antes. “As más experiências do trajeto e as dificuldades para conseguir o dinheiro para cruzar a fronteira com o Brasil os haviam desanimado de continuar”⁶⁶ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 99, tradução nossa).

Poderíamos argumentar que, diante das várias razões – abordadas no item anterior – da migração haitiana recente e da falta de informação que poderia ser dada aos haitianos pelo governo haitiano e de outros países, os coíotes exercem papel importante, pois, além de fornecer acomodações ao longo do percurso, “prestam auxílio no deslocamento desses

⁶³ “casi todos desconocían que podían ser asaltados por policías y civiles en las ciudades norteñas peruanas” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 97).

⁶⁴ “de muchas oportunidades laborales en grandes ciudades brasileñas o en el norte del país. Paradójicamente, la mayoría tenía conocimientos muy imprecisos sobre cómo, dónde y en qué condiciones viven sus familiares y amigos en Brasil” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 99).

⁶⁵ “tenía como objetivo reunir una suma alta de dinero que sirviera como capital y después retornar donde sus familias – sea en Haití o en República Dominicana” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 99).

⁶⁶ “Las malas experiencias de la ruta y las dificultades para conseguir el dinero para cruzar la frontera con Brasil los habían desanimado de continuar” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 99).

imigrantes, fornecendo transporte motorizado, conduzindo-os por lugares menos movimentados com o fim de fugir das autoridades policiais que podem frustrar o plano migratório dos haitianos para o Brasil” (Seixas, 2014, p. 21). No entanto, os haitianos sob os “cuidados” de coiotes são vítimas de extorsão, exploração, roubo, humilhação, desrespeito à privacidade e abusos diversos, como relata uma migrante a Fernandes (2014, p. 73):

Ladrões nos pegaram, eles roubaram nosso dinheiro todo, mesmo o dinheiro que tínhamos na nossa calcinha eles roubaram. Foram polícias que fizeram isso, eles estavam com uniforme, eles abriram nossas malas, roubaram nossos perfumes, as coisas boas etc. (Migrante feminina – Belo Horizonte/MG)

Ou como uma jovem haitiana relata a Paula, Valencio e Correia (2013, p. 65):

Vim por Porto Maldonado (...) passei muita vergonha [...] passei muita fome [...] não tinha colchão dormi assim, no chão [...] não havia banho, não havia sabão, minhas roupas ainda estão sujas [...].

Também, vários haitianos foram abandonados pelos indivíduos que lhes disseram prestar algum serviço, restando-lhes recorrer a outros coiotes e pedir mais dinheiro à família ou fazer empréstimos. E mais, diferente do que se espera, além de coiotes e atravessadores, fazem parte dessa rede policiais e oficiais da imigração. É uma rede que subtrai bens e dinheiro dos migrantes e, muitas vezes, “extorque recursos via sequestros e prisões ilegais, obrigando os imigrantes a solicitar ajuda às famílias no Haiti” (Fernandes, 2014, p. 126).

É uma rede de tráfico muito bem montada que foi se especializando com o passar dos anos. Se no início do fluxo migratório a viagem do Haiti ao Brasil levava semanas ou até meses, em 2013 já era possível percorrer o trajeto em menos de uma semana (Fernandes, 2014, p. 126). Para tanto, os coiotes atuavam de forma previamente articulada, como revela uma migrante no estudo de Fernandes (2014, p. 75):

Pra mim, eu paguei tudo de uma vez e depois os coiotes separam o dinheiro nas etapas do caminho, cada lugar tem um coiote esperando por nós e cada um recebeu uma quantidade do dinheiro. (Migrante feminina – Curitiba/PR)

Articulação semelhante ocorria no Terminal Terrestre Interoceânico em Porto Maldonado: cidadãos haitianos “com dois tipos de contatos associados às redes de tráfico: um número de telefone celular ao qual chamar ou as fotografias digitais armazenadas nos aparelhos celulares, dos rostos das pessoas (coiotes) que os recolheriam no mesmo Terminal”⁶⁷ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 89-90, tradução nossa). As pessoas

⁶⁷ “con dos tipos de contatos asociados a redes de tráfico: un número de teléfono celular al que llamar o las fotografías digitales almacenadas en aparatos celulares, de los rostros de las personas (coyotes) que los recogerían del mismo Terminal” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 89-90).

encarregadas de recebê-los os levariam à hospedagem onde ficariam por alguns dias até serem conduzidos à fronteira com o Brasil, sob o pagamento de 150 a 250 USD.

A chegada à fronteira estava previamente agendada entre os taxistas peruanos e brasileiros, que haviam se contatado via telefones celulares. Na ponte sobre o rio Acre, taxistas brasileiros recolhiam os haitianos e os levavam até o posto fronteiriço da Polícia Federal em Assis Brasil, situado a poucos metros da ponte (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 88). Ali, um policial recebia os cidadãos haitianos pedindo seus passaportes, um a um. Tão logo se constatava “a nacionalidade haitiana no passaporte do/da cidadão/ã que [buscava] cruzar a fronteira, [aprovava-se] sua passagem sem necessidade de preencher um formulário ou fazer um registro”⁶⁸ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 88, tradução nossa)⁶⁹. Do posto da Polícia, os migrantes seguiam/seguem, em geral, de táxi até Brasileia (Acre), onde se iniciava/inicia o procedimento de registro.

1.5. Cidades fronteiriças como sala de espera: confinamento e privação

Os primeiros registros de chegada de haitianos ao Brasil são do início de 2010, logo após o terremoto⁷⁰. Passando por Tabatinga (Amazonas), entre fevereiro e junho de 2010 chegaram a Manaus haitianos que “seguiram viagem, muitos em direção à Guiana Francesa. Até julho de 2010, a Pastoral do Migrante da Arquidiocese [em Manaus] havia acolhido 140 pessoas e, até o final do mesmo ano, 380” (Costa, 2011, p. 84).

Após a longa e difícil viagem até o Brasil, era hora de esperar o atendimento do Departamento de Imigração da Polícia Federal (PF). Os números não são precisos e podem variar de pesquisa para pesquisa. Sobre eles, destacam Véran e Vandenbergue (2011) a partir de visita a Tabatinga-AM no final de 2011:

A PF de Tabatinga tem estrutura para receber os poucos pedidos que ainda vêm da Colômbia, mas não para tratar centenas de entradas repentinas. Com a capacidade de realizar 24 entrevistas por semana, uma lista de espera de 500 pessoas e um fluxo semanal de 70 novas chegadas, a crise é aritmética.

⁶⁸ “la nacionalidade haitiana en el pasaporte del/la ciudadano/a que busca cruzar la frontera, se aprueba su paso sin necesidad de llenar un formulario o hacer un registro” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 88).

⁶⁹ “Outros cidadãos estrangeiros que buscam o mesmo tratamento não serão autorizados a cruzar (migrantes africanos, por exemplo)” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 88, tradução nossa). / “Otros ciudadanos extranjeros que busquen el mismo tratamiento no serán autorizados a cruzar (migrantes africanos por ejemplo)” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 88).

⁷⁰ Aqui, não estamos considerando os censos demográficos do Brasil, que, “de 1970 em diante, identificaram [...] estrangeiros nascidos no Haiti residindo no Brasil. O volume é bem reduzido frente a centenas de milhares de estrangeiros levantados nos censos (Em 1970 - 90 casos; em 1980 - 127 casos; em 1991 - 141 casos; 2000 - 15 casos; e em 2010 - 36 casos; Fonte IBGE censos demográficos)” (Castro e Fernandes, 2014, p. 83).

A burocracia e demora do serviço de imigração ocorria também em Brasileia. Numa cidade ou noutra, centenas de haitianos não podiam de imediato adentrar o país e ir ao encontro da realização do sonho que os moviam. Restavam-lhes aguardar. Uma espera de dois a quatro meses plena de novos desafios e problemas. No contexto de Tabatinga, Véran e Vandenbergue (2011) assim descrevem o que viram:

Na “casa dos haitianos”, um antigo motel, 150 haitianos organizam um “rodízio do sono”. Homens e mulheres vivem em uma concentração de uma pessoa por metro quadrado. Só há quatro colchões, cortados na espessura e que viram oito pedaços. Em Tabatinga, 78% dos Haitianos dormem no chão. A falta de sono afeta duramente o cotidiano. Frequentes brigas surgem por motivo de um colchão, ou de uma rede.

Em forma de complemento, informa-nos Silva (2012, p. 305-6): “Com o aumento da demanda, o aluguel de uma casa ou quarto tornaram-se mais caros, transformando essas casas em verdadeiras ‘repúblicas’, onde os quartos eram subalugados para os novos que iam chegando.”

A alimentação era outro problema. Uma solução inicial em Tabatinga foi dada pela igreja católica, que transformou o interior de uma capela num

grande refeitório, onde de segunda a sexta-feira eram distribuídas diariamente cerca de trezentas e cinquenta refeições, fruto de doações de organizações civis [...]. Nos fundos da referida capela, num fogão a lenha, mulheres haitianas preparavam as refeições em grandes panelas. (Silva, 2012, p. 306)

Segundo Véran e Vandenbergue (2011), 85% comiam uma vez ao dia e 83% diziam passar fome. A situação tornava-se mais difícil nos fins de semana. Sem o serviço oferecido pela igreja, muitos, sem dinheiro, contavam com a solidariedade de compatriotas ou simplesmente ficavam sem comer, ao que resumiu um jovem a Véran e Vandenbergue (2011): “eu subo meu Calvário”.

Em determinada ótica, a alimentação oferecida pela igreja tinha seus prós e contras. Ao mesmo tempo em que

era a única possibilidade de sobrevivência numa situação-limite como aquela, [...] ela era motivo também de críticas de alguns haitianos que se [recusavam] a comê-la, pois, segundo Juan Pablo, no seu “país não se come assim”, fato que na sua visão estaria produzindo uma inversão na sua condição social e, no limite, ferindo a sua dignidade de pessoa humana. (Silva, 2012, p. 307)

As questões de higiene e saúde eram também graves. As condições sanitárias, em geral, não eram boas. Na “Casa dos Haitianos”, por exemplo, havia apenas um banheiro para 150 pessoas. Mesmo nas demais casas, normalmente com melhores condições, havia falta de

produtos básicos (sabonete, pasta de dente etc.), o que tornava a higiene um problema cotidiano. Além disso, ocorriam frequentes problemas de pele e de digestão, por causa do consumo de água não tratada (Véran e Vandenbergue, 2011). Os haitianos eram/são atendidos no Sistema Público de Saúde, mas o atendimento em Tabatinga – e também em Brasileia – é precário, fazendo com que os mais vulneráveis sentissem mais fortemente as carências de assistência médica. Dois exemplos tomados de Véran e Vandenbergue (2011) ilustram isso: (1) um homem de 20 anos morreu em consequência de uma hérnia; (2) uma mulher de 40 anos sofreu um derrame e, após os primeiros socorros, foi trancada por semanas numa sala de banho sem assistência.

Grande parte dos problemas enfrentados pelos haitianos em Tabatinga poderia ser minimizada se eles pudessem trabalhar, mas há poucos trabalhos/empregos disponíveis, os existentes “já são disputados pelos brasileiros e por outros imigrantes, entre eles peruanos. Tais disputas geravam situações de conflito e violência contra os haitianos” (Silva, 2012, p. 307).

Em Brasileia os haitianos se submeteram a condições similares às de Tabatinga, embora com uma diferença substancial no que tange à postura dos governos estaduais, pelo menos em alguns momentos. Por exemplo, o governador do Amazonas, mostrando uma visão diferente da do governo federal, manifestou em entrevista coletiva em janeiro de 2012: “pede para o governo federal (...) levar tudo [os haitianos] para Brasília. É, tem muitos apartamentos de deputados federais, bota os caras para morar lá” (Brasil, 2012). O governo do Amazonas mostrou-se, de começo, resistente a ajudar e a receber os que chegavam a Tabatinga, enquanto o governo do Acre optou por subsidiar o alojamento e a alimentação de centenas de haitianos, prestando-lhes a assistência que julgava possível conforme suas condições e visão. Em Brasileia, os imigrantes, especialmente aqueles mais necessitados, contaram com a “ação humanitária” capitaneada⁷¹ pela Secretaria de Direitos Humanos do governo do Acre (Paula, 2013, p. 200). Tais “diferenças nas respostas dos governos estaduais refletem um pouco a percepção das autoridades sobre o problema e seus compromissos com os direitos humanos dos imigrantes.” (Fernandes e Castro, 2014, p. 53).

À espera de autorização para adentrar o País e, para a maioria, de definição de seus destinos, o que dependia da oferta de trabalho – sobre a qual trataremos no item 1.8 –, os haitianos permaneciam nos alojamentos, nas praças, nas ruas, à espera. Pimentel e Cotinguiba

⁷¹ Envolveram-se nessa ação organizações religiosas ligadas à igreja católica e evangélicas pentecostais, bem como outras organizações da sociedade civil atuantes em prol dos direitos humanos, tanto no território peruano, quanto no brasileiro.

(2012), que focam sua pesquisa no processo migratório de haitianos em Porto Velho, capital de Rondônia, em visita a Brasília no período de 11 a 13 de janeiro de 2012, assim relatam:

vimos as condições precárias em que os cerca de 800 haitianos se encontravam, especificamente para dormirem em um espaço que comporta, no máximo, de 80 a 100 pessoas, dormindo em sistema de revezamento, em camas, colchões, papelão, pelos corredores, chão de quartos e mesmo diretamente com colchões sobre a terra. Vimo-los preparando uma culinária típica do Haiti em local sem saneamento básico. Em conversa com um haitiano delegado dos Direitos Humanos na República Dominicana até 2011, aquela situação lhe causava *vergüenza* [...] e que aquilo *non se hace ni con animales, somos todos humanos* [...]. (Pimentel e Cotinguiba, 2012, p. 2, grifos dos autores).

Aquela situação caótica se complicaria ainda mais. Eis que o inverno amazônico se mostra aos haitianos, quando, em fevereiro de 2012, Brasileia e outras cidades do Acre foram inundadas pelas águas dos rios que cortam o Estado. Havia nos jornais e canais de TV acreanos, de forma intensa, comparações com a grande cheia de 1997, quando o rio Acre atingiu, em Brasileia, 17,67 m. Embora a elevação dos níveis das águas tenha sido quase a mesma, “o número de atingidos quase dobrou, aproximadamente 120 mil pessoas” (Paula, 2013, p. 201) foram atingidas em 2012, entre elas, os imigrantes haitianos. Aquelas chuvas no Alto Acre transformavam uma situação caótica em situação de calamidade pública. “Ao final do mês de março, mais de 2.000 haitianos e imigrantes de outras nacionalidades, principalmente senegaleses, se encontravam no abrigo em Brasília e não tinham como chegar a outras cidades” (Fernandes, Castro e Ribeiro, 2014, p. 5). A solução tomada pelas autoridades governamentais do Acre, antes que a situação fugisse ao controle, foi transferir os imigrantes para a capital Rio Branco e, a partir daí, utilizando aviões da Força Aérea Brasileira, levá-los para várias cidades do Brasil (Fernandes, Castro e Ribeiro, 2014, p. 5). Mas ainda mantendo o abrigo em Brasileia.

As observações *in loco* de Paula, Valencio e Correia (2013), em novembro de 2012, quando visitaram o abrigo em Brasileia, revelam as “mesmas” condições descritas acima por Pimentel e Cotinguiba (2012). São

condições ultrajantes [...] que apontam uma prática pública que vai da indiferença ao sofrimento social à crueldade devido à limitação e morosidade das providências burocráticas para provê-los da documentação necessária para a sua livre circulação no país e busca de oportunidades de trabalho; à redução e/ou corte de despesas voltadas para a manutenção mínima do grupo; à ausência de atendimento público na forma de assistência humanitária, assistência social especial e congênere; à insuficiência de espaço físico para acolher todo o contingente, incluindo falta de colchões, roupas de cama e

afins; às péssimas condições de higiene do local, desde as áreas internas onde dormem, nas áreas do entorno da casa, até os poucos sanitários que são obrigados a partilhar; associadas à falta de material para higienização corporal, do vestuário e das instalações; à ausência de privacidade das famílias e de especial proteção às mulheres e criança ali abrigadas; à fome que estão passando; ao descaso com os aspectos psicossociais decorrentes da trajetória de aviltamento que lhes está sendo imposta; e outros. (Paula, Valencio e Correia, 2013, p. 64)

Em conversa com alguns haitianos ali abrigados, Paula, Valencio e Correia (2013) abstraem do grupo um discurso permeado pelo drama que vivem. Como pano de fundo da migração, emergem:

a crise humanitária que se prolonga no Haiti, a perda de dinamismo da economia nacional e poucas oportunidades de trabalho e emprego, e a morte de familiares no terremoto, que se mesclam com as dificuldades do trajeto e as privações no atual abrigo para configurar um contínuo sofrimento social. (Paula, Valencio e Correia, 2013, p. 64-5)

A situação humanitária em Brasileia prolongava-se, como a descreve em agosto de 2013 a organização não governamental internacional Conectas (2013):

Mais de 830 imigrantes – quase todos, haitianos – vivem confinados num galpão, com capacidade para apenas 200 pessoas, em condições insalubres de higiene, repartindo o uso de apenas 10 latrinas e 8 chuveiros, onde não há distribuição de sabão nem pasta de dente, o esgoto corre a céu aberto e as pessoas são empilhadas durante meses num local de 200 m², com teto de zinco, no qual lonas plásticas negras servem de cortina, sob temperaturas que chegam aos 40 graus. O hospital local diz que 90% dos pacientes provenientes do campo têm diarreia. O local já abriga 4 vezes mais pessoas do que deveria e 40 novos haitianos chegam todos os dias.

A descrição revela que, nesse abrigo, o respeito aos direitos humanos estavam mitigados. A experiência migratória tornara-se uma luta pela sobrevivência (Pinto, 2014, p. 77). Um jovem haitiano, Osanto Georges, de 19 anos, relatou à Conectas (2013):

Posso dizer que o que vivemos aqui em Brasília não é para um ser humano. Eles nos colocaram de novo no Haiti que tínhamos logo após o terremoto: a mesma sujeira, o mesmo tipo de abrigo, de água, de comida. Isso me machuca e me apavora. Eu sabia que o caminho até aqui seria duro, porque você está lidando com criminosos, mas, ao chegar aqui no Brasil, estar num lugar desses é inacreditável.

Por sua vez, uma imigrante, já residindo em Porto Velho (Rondônia), relata a Fernandes (2014, p. 80):

Lá em Brasília moravam homens, mulheres e crianças num só lugar porque o espaço era muito pequeno, não dava para caber todo mundo. O banho nesta

casa tinha mais de 500 pessoas, tinha só um banheiro e uma sala para tomar banho. Imaginem quais foram as dificuldades. (Migrante feminina – Porto Velho/RO)

O alojamento em Brasileia parecia ter *momentos de pico*, de problemas maiores. No começo de 2014, a situação voltou a agravar-se. Mais de 1.200 imigrantes, em sua maioria haitianos, mas também cidadãos do Senegal e de Bangladesh, dentre outros países, aguardavam o atendimento para a regularização da sua situação migratória (Fernandes, 2014, p. 15). Sem condições de atender o grande contingente que se encontrava abrigado, em abril de 2014, o governo do Acre fechou o abrigo que mantinha em Brasileia, transferindo as pessoas para a capital Rio Branco.⁷²

As descrições e relatos aqui reproduzidos – marcados por sensações diversas de recusa às condições de abrigo e de sobrevivência dos imigrantes em Tabatinga e Brasileia – revelam-nos uma realidade que vai de encontro às expectativas dos haitianos. Em geral, eles criaram “uma visão idealizada que, de alguma forma, se destrói quando chegam ao precário abrigo ou alojamento de Brasileia”⁷³ (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98, tradução nossa). Em ambas as cidades fronteiriças começava, para muitos haitianos, “a relação com um Brasil que eles imaginavam bem diferente, isto é, o país das ‘oportunidades’ e que ‘acolhe bem’ os estrangeiros” (Silva, 2012, p. 300). A realidade lhes descortinou bastante diferente e, de modo controverso, o acolhimento imaginado se mostrou apenas muito precariamente.

Concordamos com Pinto (2014, p. 78) ao caracterizar a experiência haitiana nas fronteiras brasileiras com três elementos: a espera, o confinamento e a privação. Enquanto aguardavam pela entrevista com a Polícia Federal a fim de obter o protocolo comprovativo do pedido de refúgio, passavam semanas ou meses de privação a vários direitos básicos do ser humano, sendo submetidos nos abrigos a uma situação de confinamento (Silva, 2012, p. 301). Como destacam Vérán e Vandenbergue (2011): “Tabatinga [mas também Brasileia] é uma vasta sala de espera.”

Por todas as condições vividas nessas cidades, a fronteira tornara-se para os haitianos a continuação da realidade vivida no Haiti – como manifestaram o jovem haitiano à Conectas e a imigrante feminina a Fernandes (2014, p. 80) –, a qual eles desejavam deixar para trás, dando a volta por cima (Silva, 2012, p. 309). Talvez isso alcançassem nas cidades do interior do Brasil e nos grandes centros, onde, em princípio, teriam emprego.

⁷² Em Rio Branco elas foram alojadas, inicialmente, no Parque de Exposições. Em seguida, transferidas para uma chácara alugada pelo governo estadual, com melhores condições de abrigamento.

⁷³ “una visión idealizada que de alguna forma se destruye cuando llegan al precario albergue o refugio de Brasileia” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 98).

O governo do Acre, diante da impossibilidade de solucionar os vários problemas dos haitianos abrigados no Estado, subsidiou – com recursos próprios ou do governo federal – a viagem de muitos deles para cidades onde, em princípio, poderiam conseguir trabalho. Segundo Lima (2012), no final de 2011 e início de 2012 o governo do Acre inicia um plano de transferência dos haitianos para grandes centros do país. Os novos destinos seriam cidades como Porto Velho (RO), São Paulo (SP), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS).

Os diversos problemas emergidos com o grande contingente de haitianos nas cidades fronteiriças e a impossibilidade de os governos locais solucioná-los levaram o governo federal a legislar sobre o fluxo migratório. Discutiremos acerca dessa legislação no próximo item.

1.6. Legislando sobre a imigração haitiana: a RN 97/2012 do CNIg

Refletiremos aqui sobre os principais pontos da política migratória brasileira relativa aos haitianos. Para tanto, assumimos com Boucinhas Filho e Barbas (2013, p. 29-30), autores do campo jurídico, que:

política nacional de imigração é o conjunto de meios jurídicos, sociais, econômicos e culturais que o País utiliza buscando controlar os efeitos dos fluxos migratórios, de acordo com seus objetivos e necessidades para com a imigração. É o modo como o País tutela a questão migratória, instaurando normas que reflitam aquilo que ele espera atingir por meio da imigração.

Em tempo, essa política não diz respeito a qualquer compêndio de leis, decretos e resoluções, e sim a “normas e ações esparsas que devem ser analisadas em conjunto para que se possa identificar qual a abordagem que o País faz do tema da imigração” (Boucinhas Filho e Barbas, 2013, p. 29). Tendo isso em conta, focalizaremos parte dos procedimentos do governo brasileiro ao receber os haitianos desde 2010, chegados via Equador e Peru.

Brasileia (AC) e Tabatinga (AM) é onde eles eram/são atendidos pelo serviço de imigração da Polícia Federal. Ao chegarem, eles fazem o pedido de refúgio sob o argumento da impossibilidade de continuarem a viver no Haiti, que não mais lhes oferece condições de sobrevivência (Fernandes e Castro, 2014, p. 53). Falta-lhes moradia, alimentação, saúde, trabalho, educação. As autoridades do serviço de imigração, considerando o fato de o Brasil ser signatário dos instrumentos internacionais de acolhimento de refugiados, registram suas solicitações e as encaminham para análise ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. “Enquanto aguardam a tramitação do pedido de

refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória⁷⁴ (Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho” (Fernandes, Castro e Milesi, 2014, p. 96).

Essa solicitação é recusada pelo CONARE pelo fato de os requisitos do conceito de *refugiado* não serem atendidos pelo cidadão haitiano, os quais constam da *Convenção de 1951* (ONU, 1951), relativa ao Estatuto dos Refugiados, e da legislação brasileira, base da decisão do CONARE. Ou seja, o Comitê não encontra amparo legal para deferir tais demandas (Fernandes, Castro e Milesi, 2014, p. 96). Ao mesmo tempo, há na legislação uma alternativa favorável aos haitianos. Trata-se da Resolução Recomendada nº 08⁷⁵ do Conselho Nacional de Imigração, de 19 de dezembro de 2006 (CNIg, 2006), que, no seu artigo 1º, recomenda ao CONARE o encaminhamento ao CNIg, órgão vinculado ao então Ministério do Trabalho e Emprego, dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que, a critério do Comitê, possam os estrangeiros permanecer no Brasil por razões humanitárias. Esse encaminhamento foi disciplinado, feito “voz de acordo”, pelo CONARE nos termos da Resolução Normativa nº 13⁷⁶, de 23 de março de 2007 (Conare, 2007). Assim, o CNIg avaliava os pedidos encaminhados com a possibilidade de conceder visto ou residência permanente ao *imigrante – não refugiado* –, de qualquer nacionalidade, que apresentasse elementos satisfatórios para tal, o que estava em conformidade com as resoluções anteriores, mas também com a Resolução Normativa nº 27⁷⁷ do CNIg, de 25 de novembro de 1998 (CNIg, 1998), que disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos.⁷⁸

Vejamos que os haitianos, como também cidadãos de outros países, podiam obter do CNIg o direito de ficar no Brasil sob o critério de razões humanitárias. Até o começo de 2012 “havia sido concedidos, aos haitianos, 2.296 vistos humanitários” (Fernandes, Castro e Milesi, 2014, p. 97). Essa concessão significou uma vitória para as instituições que trabalham em prol do imigrante, mas foi o início de um processo que apresentaria ainda novos desafios às autoridades brasileiras, pois crescia o número de haitianos no País. Ao mesmo tempo, chegavam a Brasileira e Tabatinga também pessoas naturais de outros países, da Ásia e da

⁷⁴ Há informações, também, de obtenção de tais documentos, por exemplo, em Manaus (Amazonas), segundo Silva (2012, p. 314) e em Rio Branco (Acre), segundo Santini (2014), e a obtenção da Carteira de Trabalho em Florianópolis (Santa Catarina), segundo Thomé (2015).

⁷⁵ Resolução reproduzida no Anexo B.

⁷⁶ Resolução reproduzida no Anexo C.

⁷⁷ Resolução reproduzida no Anexo A.

⁷⁸ “Na aplicação da RN nº 27/98, o CNIg tem considerado as políticas migratórias estabelecidas para considerar como ‘especiais’ os casos que sejam ‘humanitários’, isto é, aqueles em que a saída compulsória do migrante do território nacional possa implicar claros prejuízos à proteção de seus direitos humanos e sociais fundamentais.” (CNIg, 2011). Nesses casos incluíam-se os haitianos no entendimento do CNIg.

África, utilizando-se de semelhante pedido de refúgio, cuja análise ocorria de forma distinta à dos haitianos.⁷⁹

No final de 2011, descortinava-se uma situação de crise humanitária. Diante das péssimas condições de alojamento nas duas cidades e com a veiculação na imprensa de que, sob falsas promessas, haitianos eram explorados por “coiotes” até chegarem ao Brasil, autoridades do Estado do Acre e a sociedade civil levaram o Governo Federal a “ver” a gravidade da situação desses haitianos (Fernandes et al., 2013, p. 60)⁸⁰. Foi quando, sob as diversas vozes em prol do respeito aos direitos humanos, em janeiro de 2012, “o Governo, por decisão da Presidência da República, demanda ao CNIg [...] a busca de uma solução que permitisse o mínimo de governança deste processo por parte das autoridades” (Fernandes et al., 2013, p. 60). Disso decorre, como tentativa de solucionar os problemas, a aprovação da Resolução Normativa nº 97 do CNIg, de 12 de janeiro de 2012 (CNIg, 2012a), publicada no *Diário Oficial da União* em 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

A RN 97/2012 possui cinco aspectos que mereceram ampla reflexão nas diferentes esferas, na política governamental, no jornalismo, na academia, nas instituições de apoio aos haitianos. O primeiro aspecto diz respeito ao fato de se tratar de um visto permanente por razões humanitárias – como ocorria anteriormente –, sendo que, para efeito dessa Resolução, “consideram-se razões humanitárias [...] aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (CNIg, 2012a). Assim entendido, estariam previamente excluídos dessa concessão os haitianos não atingidos, direta ou indiretamente, pelo terremoto, entre eles os residentes na República Dominicana quando do sismo. A propósito, como expusemos no item 1.4, muitos haitianos residindo há anos nesse país partiram com destino ao Brasil, o que era,

⁷⁹ A situação dos haitianos tem sido vista como um caso especial merecedor de Resoluções Normativas específicas para a concessão do visto, mas advertem Fernandes, Castro e Milesi (2014): “não se pode aceitar que chegando ao País esta situação se mantenha como um privilégio na emissão de documentos e atendimento aos imigrantes. Não é razoável ou justificável dispensar atendimento prioritário aos nacionais de um país em detrimento aos imigrantes de outras regiões. É fácil entender as razões que levaram a criar estas situações específicas e especiais, mas ao fazê-lo passamos uma mensagem ambígua no que tange ao acolhimento dos imigrantes em nosso País, mensagem essa que pode ser interpretada por alguns como um rechaço prévio a imigrantes de determinadas nacionalidades, se estes recebem um tratamento desfavorável em relação a outros.” (Fernandes, Castro e Milesi, 2014, p. 101)

⁸⁰ Isso não significa que somente nesse momento o governo federal tenha tomado conhecimento dos haitianos no Acre. Em entrevista concedida a Seixas (2014, p. 23) em novembro de 2013, um representante do Ministério das Relações Exteriores revelou: “A imigração haitiana só entrou no nosso radar no início de 2011 quando fomos procurados, acionados pelo Governo do Acre, por parlamentares do Acre. Até então nós não tínhamos conhecimento da dimensão que esse fenômeno estava tomando. Eles (referindo-se a representantes do Poder Executivo do Governo do Acre e a parlamentares federais do Acre) procuraram as mais altas autoridades do Itamaraty. O Ministro de Estado e o Secretário-Geral.”

muito provavelmente, do conhecimento das autoridades brasileiras em janeiro de 2012. Trata-se de um critério difícil de ser aplicado e que não foi assumido pelas autoridades imigratórias; não se tem notícia de indeferimentos por causa do local de origem do cidadão haitiano. Na prática, tais razões humanitárias foram reconhecidas para todos os imigrantes haitianos.

O segundo aspecto é o fato de o visto ser concedido apenas na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Com essa medida, além de os haitianos poderem migrar de forma regular, o governo brasileiro visava evitar que eles continuassem a chegar ao Brasil sem visto, passando por caminhos perigosos e sendo explorados pelas redes de tráfico, como ocorrera ao longo de 2010 e 2011 (Fernandes et al., 2013, p. 56). Obtendo o visto em Porto Príncipe, o cidadão haitiano viajaria de avião do Haiti para Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, por exemplo.

Com a aplicação da Resolução, esperava-se uma redução significativa do fluxo de imigrantes haitianos pelo Acre e Amazonas. “De início houve uma razoável redução, mas logo retomou seu ritmo. A realidade se mostrou bem diversa do que fora imaginado quando da adoção da RN 97/2012” (Fernandes et al., 2013, p. 62). A propósito, até mesmo na visão de muitos profissionais envolvidos com as questões imigratórias, como na de Fabio Balestro Floriano, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), “a abertura de um canal migratório formal não implica necessariamente a extinção das rotas migratórias irregulares” (CNIg, 2012b). E tal extinção de fato não ocorreu, pelo contrário.⁸¹

Outra crítica a esse aspecto da resolução é que haitianos já em trânsito para o Brasil, muitos deles em território peruano, estariam impedidos – salvo se voltassem a Porto Príncipe – de requerer o visto, o que tornava necessária, ao menos por um tempo, “a manutenção do esquema montado [pelas autoridades brasileiras] para a recepção dos haitianos nas cidades de fronteira” (Fernandes et al., 2013, p. 62), o qual o governo pretendia desativar. Situação semelhante se impunha aos haitianos residentes fora do Haiti, como na República Dominicana e no Equador, os quais, no mínimo, viam dificultado seu interesse de obtenção do visto. Diante disso, com a Resolução Normativa nº 102 do CNIg, de 26 de abril de 2013, eliminou-se a restrição de que o visto possa ser concedido apenas pela Embaixada em Porto Príncipe, tornando-se factível aos haitianos sua obtenção também em embaixadas situadas em outros países.

⁸¹ Sobre o trabalho da Embaixada brasileira no Haiti, observam Peraza-Breedy e Lussi (2014, p. 116): “a situação real de demanda de visto supera qualquer possibilidade atual de gestão, pela enorme quantidade de pessoas que, diariamente, se referem à embaixada solicitando visto, em um cenário muito difícil até do ponto de vista humano, além da questão estritamente institucional.”

O terceiro aspecto é a concessão a haitianos de até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, “correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos [como o visto de trabalho e visto de estudo] previstas nas disposições legais do País” (CNIg, 2012a). A verdade é que a cota de 1.200 vistos estava aquém dos haitianos que se encontravam no Haiti desejando migrar para o Brasil. Também estava, proporcionalmente, aquém do número de haitianos que chegavam às fronteiras brasileiras a cada mês. Para Fernandes et al. (2013, p. 64), “o limite de 1.200 vistos ao ano era uma trava inútil e ineficaz frente à realidade e o clamor humanitário ainda vigente no Haiti”. Sob pressões da sociedade civil, o CNIg retirou, também mediante a RN 102/2013, tal limite de vistos. Desde então, não há restrição desse tipo.

O quarto aspecto diz respeito ao fato de a resolução vincular a concessão do visto à situação laboral. Para que o nacional haitiano obtenha, de fato, o visto permanente, ele deverá, antes do término do prazo de cinco anos, “comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil” (CNIg, 2012a). Poderíamos dizer: aguarda-se, portanto, o início de 2017 para tal convalidação, quando se completam cinco anos da publicação da referida Resolução. Mas, em antecipação, em 11 de novembro de 2015, os então ministros do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto⁸², e da Justiça, José Eduardo Cardozo⁸³, assinaram um ato conjunto de reconhecimento, autorização e concessão de permanência a 43.871 imigrantes de cidadania haitiana no Brasil (Claudia, 2015).⁸⁴

Considerando esse vínculo e o fato de a busca por trabalho/emprego ser, em certa perspectiva, a principal motivação de os haitianos migrarem para o Brasil, cria-se a possibilidade de entender o *visto humanitário* como *visto de trabalho*. Por sinal, em 2012, o então Ministro Interino do Trabalho argumentara que um dos motivos para o estabelecimento da cota de 1.200 vistos é “a capacidade do mercado de trabalho brasileiro de absorver essa

⁸² “‘Este ato prevê até um ano para que eles possam fazer a sua carteira de identidade de estrangeiro. Esses haitianos passam a ser acolhidos formalmente com estabilidade e segurança. Nossa nacionalidade viva e em permanente construção nos permite acolher outros povos e suas diferenças. As nossas diferenças não nos afastam, mas nos aproximam. É exatamente na troca de experiências e culturas que nós crescemos e melhoramos’, disse Rossetto.” (Claudia, 2015).

⁸³ “Cardozo ressaltou que [o] governo não está concedendo a cidadania brasileira aos haitianos, mas um visto de permanência do estrangeiro. ‘Essa autorização de permanência é muito importante porque ela supera a fase do visto provisório e dá uma perspectiva definitiva para que eles possam aqui residir utilizando e fazendo jus de todos os direitos que um estrangeiro tem no Brasil. Eles passam a ter novas oportunidades de trabalho, inserção social e participação em programas sociais. É um reconhecimento muito claro de que o Brasil é um país que acolhe seus imigrantes, que respeita direitos e não age de forma preconceituosa’, disse Cardozo.” (Claudia, 2015)

⁸⁴ Com assinatura do Presidente do CONARE, do Presidente do CNIg e do Diretor do Departamento de Estrangeiros – representantes do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho e Previdência social (recém-criado pela fusão dos ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social) –, publicou-se o referido Despacho Conjunto no *Diário Oficial da União*, em 12 de novembro de 2015 (Brasil, 2015b). Publicou-se uma lista de nome dos 43.871 haitianos em <<http://www.justica.gov.br/estrangeiros/lista1>>.

mão de obra sem prejuízo das vagas para trabalhadores nacionais” (CNIg, 2012b). Mas, para Castro e Fernandes (2014, p. 85), não se trata de *visto de trabalho*, pois, nesse caso, “haveria necessidade da vinculação do visto a contrato de trabalho, o que não era o caso naquele momento, nem era a necessidade de mão de obra no Brasil que motivava a vinda dos haitianos.”⁸⁵

O quinto aspecto da RN 97/2012 diz respeito a seu tempo de vigência. De começo, ela vigoraria por dois anos, com a possibilidade de ser prorrogada. Várias prorrogações aconteceram. A última delas se deu mediante a Resolução Normativa nº 117⁸⁶ do CNIg, de 12 de agosto de 2015 (CNIg, 2015), que prorroga seu prazo de vigência até 30 de outubro de 2016⁸⁷. São prorrogações que se baseiam, a nosso ver, na continuação do fluxo migratório, considerando tanto os haitianos que procuram os Consulados do Brasil em diferentes países quanto os que chegam às cidades fronteiriças. Trata-se de prorrogações que parecem infundáveis, indicando que uma política de acolhimento efetiva e clara se faz necessária. Uma política que vai além das pretensões ou expectativas do governo brasileiro com a RN 97/2012.

Em linhas gerais, a RN 97/2012 consistiu num conjunto de restrições à imigração haitiana, haja vista que, antes de sua publicação, já havia meios legais para a concessão de vistos humanitários, como de fato vinha ocorrendo. Com sua publicação, de imediato barraram-se os haitianos sem visto em Assis Brasil (Acre). E sem visto estava a grande maioria, senão todos que ali chegavam. A esse respeito, noticiaria a BBC Brasil, em 30 de março de 2012, que, há 78 dias, desde 12 de janeiro, um grupo de 273 haitianos encontrava-se na cidade de Iñapari (Peru), dormindo em praça pública (Fellet, 2012). Ao impedi-los de cruzar a fronteira, o Brasil assumia uma postura que revela “resquícios de uma política migratória pautada pela ideologia da ‘Segurança Nacional’, para a qual a imigração é vista como ameaça e não como questão social” (Silva, 2012, p. 318)⁸⁸. O problema mostrou-se controverso. Gilda Carvalho, procuradora do Ministério Público, em posição favorável ao

⁸⁵ O visto humanitário também difere do *visto de estudo*, embora muitos haitianos que chegam via cidades fronteiriças desejem continuar seus estudos no Brasil.

⁸⁶ Resolução reproduzida no Anexo J.

⁸⁷ Outras resoluções são a Resolução Normativa nº 106 do CNIg, de 24 de outubro de 2013 (CNIg, 2013b), que a prorrogou por doze meses, e a Resolução Normativa nº 113 do CNIg, de 09 de dezembro de 2014 (CNIg, 2014b), que a prorrogou até 30 de outubro de 2015. Resoluções, respectivamente, reproduzidas nos Anexos G e I.

⁸⁸ Sob outro olhar, ao usar do critério de razões humanitárias, antes e após a RN 97/2012, o CONARE e o CNIg avançam em direção aos direitos humanos do cidadão haitiano. Isto é, embora o visto permanente já pudesse ser concedido desde a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Brasil, 1980), havia, a partir dessa lei, um forte direcionamento aos fins laborais e econômicos, em especial no seu artigo 16, parágrafo único. Vale lembrar que a referida lei, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, vigora desde os tempos do regime militar no Brasil e “aborda a migração como ameaça nacional” (Almeida, 2015).

trânsito dos imigrantes, naqueles dias mencionou o caso em audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Segundo ela, o direito humanitário justifica que se encontre uma solução para os haitianos que estão em Iñapari. “Sabemos que o Brasil está vivendo um cenário de pleno emprego para quem tem qualificação, o que é o caso desses haitianos, segundo levantamos. Não vejo como o Brasil não possa colaborar”. (Fellet, 2012)

A presença dos haitianos no contexto brasileiro e o tratamento lhes dedicado evidenciam e revelam não apenas

o despreparo das instituições oficiais para enfrentar situações emergenciais [...], mas também explicita as diferentes posições dentro do próprio governo diante da necessidade de se rever a legislação migratória vigente no Brasil, a qual se encontra inadequada para responder aos desafios do fenômeno migratório na atualidade. (Silva, 2012, p. 314)

A Resolução resultou sobremaneira em efeitos contrários aos desejados. A exigência de visto e a dificuldade de consegui-lo representaram para os haitianos a manutenção da viagem via Equador e Peru, submetendo-se às adversidades e abusos de que tratamos no item 1.4. Tanto é verdade que, para reverter tais efeitos, o CNIg publicou novas resoluções “corrigindo” a RN 97/2012.

Para além dessas questões, uma nova regulamentação se fez necessária em respeito ao *núcleo familiar*. Isto é, parte da família, sobretudo pais, havia chegado ao Brasil e desejava trazer os demais membros, em geral, esposa e filhos. Diante dessa “demanda”, a Resolução Normativa nº 108⁸⁹ do CNIg, de 12 de fevereiro de 2014 (CNIg, 2014a), que dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar, está em vigor atualmente como espécie de complemento da RN 97/2012.

Para Fernandes et al. (2013, p. 56), a RN 97/2012 – e as resoluções subsequentes – “permitiu avançar na discussão da governança migratória no país e demonstrou a urgente necessidade de definição de uma política migratória para [o] Brasil, calcada no respeito aos direitos humanos dos imigrantes e respaldada em legislação moderna e atual.” Nessa direção, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.516, de 2015a, denominado *Lei de Migração*, em que se espera um texto final norteado pelo respeito aos direitos humanos de todos imigrantes, não apenas do cidadão haitiano.⁹⁰

⁸⁹ Resolução reproduzida no Anexo H.

⁹⁰ Informações acerca da tramitação do referido Projeto consta do seguinte endereço da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594910>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

Até aqui temos referido aos haitianos como sujeitos vítima de um terremoto e de um ciclone devastadores, e dos desserviços político-econômicos, como sujeitos em trânsito e vítimas de coiotes, como sujeitos confinados e privados das necessidades básicas em abrigos em cidades fronteiriças, como sujeitos objeto da legislação brasileira. Mas é necessário pensar também aspectos relativos a seu perfil. Disso trataremos na sequência.

1.7. O perfil dos cidadãos haitianos no Brasil

Nos itens anteriores, especialmente em *1.4. Haitianos em trânsito*, procuramos não nos deter no perfil dos migrantes haitianos, o que seria muito pertinente se nosso foco se voltasse para os haitianos – ou textos jornalísticos que os têm como assunto – que se encontravam no Equador ou Peru, residentes ou em trânsito. Nosso interesse maior é sobre aqueles que chegaram ao Brasil, quer estejam hoje nalguma cidade fronteiriça, quer estejam no interior do país. Interessa-nos, portanto, expor aqui o perfil desses haitianos, embora, para tanto, recorramos também a Vásquez, Busse e Izaguirre (2014), cujo estudo se realizou no contexto peruano.

Na verdade, os haitianos pesquisados por Vásquez, Busse e Izaguirre (2014) não são necessariamente os mesmos haitianos ingressados no Brasil e hoje aqui residentes, apesar de o perfil identificado em seu estudo poder ser muito próximo do apresentado em estudos realizados no Brasil. Essa consideração vale por, ao menos, um motivo: nem todos os haitianos em trânsito no Peru chegaram ao Brasil ou aqui se fixaram, muitos podem ainda estar no país vizinho ou ter migrado para países que não o Brasil.

Em tempo, a exposição aqui é de caráter panorâmico e não exaustivo. Tomaremos dados de diferentes estudos que privilegiam diferentes momentos da migração haitiana no Brasil e que utilizam dados de diferentes órgãos governamentais. Esse tipo de exposição nos parece suficientemente esclarecedora para o fim que temos no capítulo 5, o de analisar textos jornalísticos.

Porque toda migração humana é inconstante e variável por causa dos diferentes fatores socioculturais, econômicos e ambientais que nela exercem forças, a chegada dos haitianos ao Brasil é diversa em relação à quantidade e ao perfil dos imigrantes, no tempo e no espaço. Além disso, as fontes de coletas podem indicar dados relativamente diferentes. Por exemplo, os dados coletados e reproduzidos no âmbito das pesquisas acadêmicas, como o de Silva

(2012), de Fernandes (2014) e de Fernandes e Castro (2014)⁹¹, em parte, diferem-se dos registros oficiais de imigração, como da Polícia Federal e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão colegiado então vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa diferença se dá por razões metodológicas e de instrumentos de coleta de dados, enquanto tais pesquisas obtêm dados diretamente com os imigrantes, em geral, por meio de entrevistas pessoais, os órgãos públicos buscam realizar registros seguindo orientações administrativas.

Segundo Fernandes (2014), os primeiros haitianos que chegaram à fronteira brasileira com o Peru em 2010 não somavam duas centenas de imigrantes. Mas o fluxo migratório tornou-se crescente. Por exemplo, “ao final de 2013 estimava-se que o montante já teria ultrapassado a casa dos 20.000 imigrantes, com indicações de que o número total poderia chegar a 50.000 ao final de 2014” (Fernandes, 2014, p. 13).

Sobre esse aumento migratório ao longo dos anos, consta dos registros da Polícia Federal:

o total de indivíduos que receberam a sua documentação definitiva pela PF, entre 01/01/2010 e 20/03/2014, chegam a um número de apenas 11.916 indivíduos segundo os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), em virtude da demora do processo burocrático. (Pinto, 2014, p. 62)

Por sua vez, o CNIg dá conta de que “no ano de 2010, foram concedidas autorização [*sic*] de permanência somente para 4 haitianos. Em 2011, foram 709, no entanto, em 2012, foram 4.682 e, até junho de 2013, foram 870 concessões” (Moraes, Andrade e Matos, 2013, p. 100).

Do contingente de 4.860 haitianos – segundo Fernandes (2014) – ingressados no Brasil em 2012, “mais de 30% da população está concentrada na faixa etária de 25 a 29 anos, seguida dos imigrantes do grupo etário de 30 a 34 anos, que representam aproximadamente 25% da população em estudo” (Fernandes, 2014, p. 30). Isso significa que “a quase totalidade dos haitianos que obtiveram a permissão de estada no país estão em idade ativa” (Fernandes, 2014, p. 30), ou seja, aptos às atividades laborais.

⁹¹ Os trabalhos de Fernandes (2014) e de Fernandes e Castro (2014) são interessantes porque envolvem um leque de cidades e sujeitos. Uma parte da pesquisa é de caráter quantitativo e consiste em entrevistas (com uso de questionário) com 340 haitianos. Outra parte é de caráter qualitativo, em que se utilizou a metodologia de grupo focal, aplicada em nove sessões. Nas cidades de Belo Horizonte (que, nesse caso, incluiu Contagem e Esmeraldas, cidades da região metropolitana), Curitiba, Porto Velho e São Paulo, os haitianos responderam ao questionário e participaram de grupos focais. Em Brasília e Campinas houve apenas a aplicação de questionários, enquanto em Manaus só a realização de um grupo focal (Fernandes, 2014, p.16).

A esse respeito, Cavalcanti (2014) vê como vantagem da imigração haitiana – o que também vale para imigrantes de outras nacionalidades – o fato de grande parte dos haitianos serem pessoas em idade produtiva. Para a sociedade de destino, de um modo geral,

essa composição etária é muito benéfica, pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade. Assim sendo, o Brasil está recebendo uma mão de obra já formada e que pode contribuir de forma decisiva para o crescimento do país. (Cavalcanti, 2014, p. 14)

Acerca da migração de mulheres e crianças especificamente, Silva (2012, p. 309-10) observou em Tabatinga e Manaus (Amazonas) que “a presença de mulheres e de crianças era escassa, pelo menos no primeiro ano de chegada deles, fato que [em seguida] já começou a mudar com a chegada de alguns grupos familiares completos”. A verdade é que a migração de mulheres cresceu nos últimos anos, “principalmente pelo aumento dos vistos para reunião familiar” (Fernandes e Castro, 2014, p. 55). Além disso, mais recentemente, registra-se a chegada de crianças e jovens. Em 2012 e 2013, por exemplo, dos “vistos de reunificação familiar [concedidos pela Embaixada do Brasil no Haiti e noutros países], aproximadamente 50,0% das pessoas que obtiveram esse tipo de visto tinham menos de 18 anos” (Fernandes, 2014, p. 35).

Quanto à escolaridade e grau de instrução, há variação ao longo dos anos. Segundo Fernandes (2014),

a migração dos haitianos para o Brasil seguiu o padrão em que aqueles com maior qualificação predominavam no primeiro grupo que chegou em 2010 e 2011. [...] em momento recente, observou-se a ampliação do número de pessoas com mais baixo nível de instrução dentre aqueles que chegam ao país. (Fernandes, 2014, p. 125)

Relacionando sexo e grau de instrução, Fernandes e Castro (2014, p. 56) observaram que “não há uma diferença muito grande entre homens e mulheres em termos do grau de instrução nos níveis mais elevados”, por exemplo, 42,1% dos homens e 43,2% das mulheres indicaram um grau de ensino no mínimo secundário completo (correspondente ao ensino médio do sistema brasileiro de ensino). Mas, “ao se somar os que declararam ter segundo grau completo e incompleto, 50,8% das mulheres estariam nessa situação contra 41,8% dos homens” (Fernandes e Castro, 2014, p. 56).

Uma questão diretamente ligada ao nível de instrução é o domínio do idioma materno e, possivelmente, de uma segunda língua ou, até mesmo, de “segundas línguas”. Embora muitos haitianos se comuniquem em mais de uma língua, identificaram-se, entre os participantes da pesquisa de Fernandes (2014), haitianos com “muita dificuldade de ler e

mesmo de se expressar no seu idioma materno” (Fernandes, 2014 p. 125; Fernandes e Castro, 2014, p. 64), embora os pesquisadores não explorem tal dificuldade, por exemplo, na perspectiva do letramento ou da aquisição da linguagem – essa é uma questão que foge dos seus propósitos. Essa observação, porém, carece de estudo aprofundado que leve em conta aspectos diversos do ensino-aprendizagem de língua materna e fatores correlatos. Ainda assim, podemos ter como hipótese que os imigrantes com essa característica ocuparão postos de trabalho relativamente pouco remunerados e tidos como inferiores a outras ocupações.

O conhecimento de idiomas, particularmente quando se trata de migração internacional, pode estar diretamente relacionado à experiência migratória de cada sujeito migrante. A residência durante alguns anos em outros países pode significar o domínio de uma segunda ou terceira língua. A experiência em outro(s) país(es) resulta para o sujeito migrante num capital migratório relevante que o diferencia de compatriotas que partiram direto do Haiti. Por exemplo, cerca da metade dos migrantes entrevistados por Vásquez, Busse e Izaguirre (2014), entre homens e mulheres, “havia migrado para outros países antes de empreender a viagem para o Brasil. Em outras palavras, grande parte deles estava experimentando sua segunda ou terceira migração internacional”⁹² (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 94, tradução nossa). Esse capital migratório deu ao migrante uma de suas habilidades mais visíveis, a de poder comunicar-se em mais de um idioma.

Muitos têm conhecimento básico do castelhano. Vários deles falam inglês. Outros, além do crioulo, falavam francês. Alguns, falavam crioulo, espanhol e inglês. Alguns poucos os quatro idiomas (crioulo, francês, castelhano, inglês), e estavam dispostos a aprender o português. (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 95, tradução nossa)⁹³

Vásquez, Busse e Izaguirre (2014, p. 95-6, tradução nossa) observaram que o migrante com capital migratório acumulado, ao “enfrentar diferentes situações, como a indagação de informação em um novo lugar ou a de entrar em contato com os locais”⁹⁴, atuavam de forma eficaz alcançando seus objetivos. Por outro lado, o migrante sem esse capital, geralmente o haitiano que partiu de comunidades rurais do Haiti, tende a

⁹² “habían migrado a otros países antes de emprender la ruta hacia Brasil. En otras palabras, gran parte de ellos estaban experimentando su segunda o tercera migración internacional” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 94).

⁹³ “Muchos tienen conocimiento básico del castellano. Varios de ellos hablan inglés. Otros además del creole, hablaban francés. Algunos, hablaban creole, español e inglés. Algunos pocos los cuatro idiomas (creole, francés, castellano, inglés), y estaban dispuestos a aprender portugués.” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 95).

⁹⁴ “enfrentar diferentes situaciones, como la indagación de información en un lugar nuevo o la de contactarse con los locales” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 95-6).

contar com o sucesso de amigos ou conhecidos membros do grupo que contavam com experiência migratória prévia. Esses últimos realizavam esse papel com seriedade, traduzindo do espanhol para o crioulo para o grupo ou conversando com taxistas, averiguando informação, fazendo acordos, telefonando etc. (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 96, tradução nossa)⁹⁵

Em relação ao domínio do português, a maioria dos haitianos que chegam ao Brasil tem dificuldades em usá-lo na fala e na escrita, pelo menos nos primeiros meses. Isso se revela em grande desvantagem na busca por trabalho, nas relações sociais com brasileiros, no ambiente laboral ou não. Como forma de suprir essa carência, várias instituições, principalmente ligadas a igrejas ou universidades, oferecem cursos de língua portuguesa a haitianos. Por vezes, tais cursos fazem parte de um projeto maior, que visa, em última análise, à inserção social, como nos relatam Cotinguiba e Pimentel (2012).

No contexto das aulas – em que há grande rotatividade entre os alunos –, Cotinguiba e Pimentel (2012) identificaram um grupo de aprendizes bastante heterogêneo, donos de características que retomam parte do exposto anteriormente neste item. Num certo momento de 2012, frequentavam as aulas cerca de 50 haitianos, na faixa etária de 20 a 38 anos, majoritariamente homens, sendo apenas 5% de mulheres. Quanto ao nível de escolaridade, havia vários haitianos com o ensino fundamental incompleto, outros com ensino médio incompleto, alguns poucos com ensino superior e, entre o grupo, outros semianalfabetos. Parte deles aprendia rapidamente o português, muito em função de falarem um pouco do espanhol. Como resultado das aulas e pelo fato de adquirirem certo domínio da língua, alguns já conseguiam melhores empregos (Cotinguiba e Pimentel, 2012, p. 102).

Vários dos aspectos do perfil dos haitianos podem ser tomados como indícios das possíveis atividades laborais que eles podem assumir no Brasil. Estar em idade produtiva, possuir formação no ensino superior ou saber se comunicar em espanhol, inglês ou francês são, em princípio, quase garantia de obterem êxito na busca do trabalho desejado, hipoteticamente. É sobre essas questões que trataremos no próximo item, a atividade laboral dos haitianos no contexto brasileiro.

⁹⁵ “apoyarse en el desenvolvimiento de los amigos o conocidos que eran parte del grupo que si contaban con experiencia migratoria previa. Estos últimos realizaban ese rol con seriedad, traduciendo del español al creole para el grupo o conversando con taxistas, averiguando información, haciendo tratos, llamando por teléfono, etc.” (Vásquez, Busse e Izaguirre, 2014, p. 96).

1.8. Mão de obra haitiana no trabalho (in)formal

A obtenção de um trabalho/emprego no Brasil – apesar de muitos haitianos não acreditarem no “calvário” percorrido – representa para eles a realização de sonhos, o começo de uma vida melhor e a sensação de alívio, que haveria de vir, para muitos deles, com o pagamento de dívidas contraídas antes e durante a longa viagem até o “novo País de morada”.

Das cidades fronteiriças, muitos viajam para cidades onde já reside algum parente ou amigo, que lhes garante moradia e alimentação até que comecem a receber o próprio salário. Outros são/eram “buscados” por empresários brasileiros. O alojamento de Brasileia, desativado em abril de 2014, o de Manaus, porque a cidade se parece como de fronteira no contexto da migração haitiana, o de Porto Velho (Rondônia), onde também se criou um alojamento dado o grande contingente de haitianos na cidade⁹⁶, tornaram-se para centenas deles a “sala de entrevista” para contratação e trabalho. Empresários de várias partes do Brasil passaram a recorrer aos alojamentos, por intermédio de seus administradores, em busca de mão de obra para diferentes setores de produção: frigorífica, alimentícia, agroindústria, pecuária, têxtil, construção civil.

Os critérios de escolha dos haitianos a serem contratados, porém, são, por vezes, bastante questionáveis, como o que nos relata Paula (2013, p. 202):

No dia 25 de janeiro de 2012, a apresentadora de um telejornal de uma transmissora estadual de TV, ao informar a chegada de empresários de Rondônia em busca de contratação dos imigrantes haitianos, chamava atenção para um “detalhe curioso do critério de escolha: a grossura da canela”. A seguir faz a chamada para a reportagem externa, em que um repórter faz a entrevista com o dito empresário, que afirma sem cerimônia: “os que têm canela fina são preferidos por serem considerados mais dispostos ao trabalho”; e arremata: “esse critério é bem antigo, era usado no tempo da escravidão”.

Vê-se um processo de seleção dos trabalhadores que remonta ao tempo da escravidão. Com o consentimento das autoridades, “os haitianos escolhidos [...] naquele mercado de seres humanos que se transformou a praça de Brasília” (Paula, 2013, p. 202) seguiam para diferentes cidades em ônibus fretados por empresários ou com passagens custeadas pelo governo do Acre, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça.

Os Estados do sul do Brasil são os que mais requisitaram a mão de obra haitiana no Acre. No Amazonas, em Manaus, as instituições que acolhem os haitianos, recebiam solicitações de várias partes do Sudeste e do Sul do país (Silva, 2012, p. 320). A Belo

⁹⁶ Os haitianos em Porto Velho são objeto de estudo, por exemplo, de Cotinguiba (2014), Cotinguiba e Pimentel (2012) e Pimentel e Cotinguiba (2012).

Horizonte (Minas Gerais), por exemplo, os primeiros haitianos chegaram logo no início de 2011 “por meio de contratação direta de empresa industrial na área de alimentação que os foi buscar na cidade de Manaus” (Fernandes, Castro e Ribeiro, 2014, p. 5). A esse primeiro grupo se juntaram outros que também chegaram via Acre ou Amazonas e alguns que, de posse do visto emitido pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e aproveitando o voo direto entre Belo Horizonte e a Cidade do Panamá, optaram por Minas Gerais (Fernandes, Castro e Ribeiro, 2014, p. 5).⁹⁷

Diante do grande interesse das empresas pelos imigrantes, órgãos governamentais procuraram regularizar o processo de contratação, a fim de evitar que os empresários eventualmente usassem de critérios abusivos na seleção, que vão contra a dignidade humana e o respeito pelo *outro*, como o descrito acima. Nesse sentido, em 2012, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) do Acre, criou um cadastro de empresas à espera dos imigrantes, o qual inclui uma apresentação das condições do trabalho oferecido e uma avaliação sobre a compatibilidade do perfil dos trabalhadores com as vagas. De acordo com o responsável pela pasta, Nilson Mourão, as empresas deveriam ir ao Acre, “entrar em contato direto com os imigrantes e conversar sobre o trabalho, salários, condições de habitação e responder às suas perguntas. Também [cabia] a elas providenciar o envio de passagens e conduzir os haitianos até o local de trabalho” (Giffoni, 2012).

Segundo Mourão, a Sejudh notifica o Ministério do Trabalho e Emprego sobre as contratações realizadas, e não é raro os próprios Estados buscarem informações sobre tais contratações, para, assim, verificar se não está havendo exploração dos trabalhadores pelas empresas (Giffoni, 2012).

Não só nos alojamentos⁹⁸ da Região Norte os empresários procuravam pela mão de obra haitiana, mas também, por exemplo, em São Paulo, nas dependências da Igreja Nossa Senhora da Paz, localizada no Glicério, região central da capital paulista. Pinto (2014) relata o acompanhamento que fez via redes sociais, de 11 de abril a 7 de maio de 2014, da ajuda emergencial prestada pela Missão Paz em São Paulo (gerida pelos missionários Scalabrinianos). Na ocasião, 650 haitianos dormiam num salão pertencente à referida igreja que, com a Missão Paz, promoveu eventos para a contratação dos haitianos, buscando sua

⁹⁷ Para conhecimento sobre a presença dos haitianos em Belo Horizonte e cidades vizinhas pode-se ler Fernandes, Castro e Ribeiro (2014).

⁹⁸ Nos primeiros meses de 2014, o governo federal e instâncias estaduais e municipais elaboraram uma matriz de responsabilidades, que, dentre as resoluções acordadas, buscavam descentralizar o “acolhimento aos imigrantes, via a construção de abrigos, que passaria a ser feito não só na fronteira Norte, mas também nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo” (Fernandes, Castro e Ribeiro, 2014, p. 5).

rápida integração laboral e saída do abrigo. Em face desse propósito, parte da imprensa brasileira demonstrava certo descaso pela sensibilidade do tema e nos remetia para a pobreza extrema e a mão de obra barata haitiana, inclusive aludindo à escravidão (Pinto, 2014, p. 88).

Isso se vê numa notícia do jornal *O Globo*, de agosto de 2014:

São Paulo se tornou palco de uma romaria de empresários e analistas de recursos humanos, especialmente das regiões Sul e Sudeste do país. [na] Igreja Nossa Senhora da Paz [...], eles estão em busca de mão de obra. De preferência, boa e barata. Apenas no primeiro semestre [de 2014], 472 delas já contrataram ao menos 1,4 mil trabalhadores de fora do país.

O movimento é inédito. E impressiona. Em um galpão improvisado da igreja, convertida numa espécie de agência de empregos, ao menos 200 pessoas esperavam por oportunidades numa tarde do fim de julho. O anúncio das vagas era feito em inglês, francês e creole, língua nativa do Haiti. Na sequência, dezenas de imigrantes haitianos e [também] africanos se lançavam com sofreguidão sobre os representantes das empresas, acotovelando-se para preencher fichas e lançando carteiras de trabalho recém expedidas sobre as mesas, sob os olhares satisfeitos – e um tanto surpresos – de empresários. (Sanches, 2014)

Essas considerações relativas à mão de obra haitiana dizem respeito ao trabalho com vínculo formal, aquele com registro nas empresas e “com carteira assinada”, cujos dados são compilados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁹⁹, que é tomada como base para o estudo de Dutra et al. (2014). Nesse estudo, apresenta-se um perfil do trabalhador estrangeiro em geral – de diferentes nacionalidades – a partir da RAIS referente a 2011, 2012 e 2013. Um dos destaques é a relação da presença dos estrangeiros no trabalho formal com os principais grupos ocupacionais e por grau de instrução (Dutra et al., 2014), enfocando particularmente o imigrante haitiano.

De acordo com Dutra et al. (2014, p. 49), “entre os anos 2011 e 2013, o total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil aumentou registrando-se uma variação de 19% em 2012 se comparado a 2011, e de 27% em 2013 quando comparado a 2012. No acumulado de 2011 a 2013, o número de estrangeiros cresceu 50,9%.” Quanto aos haitianos,

⁹⁹ A RAIS é “um importante instrumento de coleta de dados do setor trabalhista, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Gerenciada pelo MTE [Ministério de Trabalho e Emprego], a RAIS é uma das principais fontes de informações [fornecidas pelo empregador – empresas de pequeno, médio e grande porte – ao MTE] sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo utilizada pelo governo na elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades de emprego e renda, e também para a tomada de decisões dos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos, etc.).

A RAIS é um registro administrativo declarado anualmente, com informações referentes ao ano-base anterior. [...] As informações apresentadas anualmente abrangem cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro; são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, por faixa etária, por grau de instrução, por rendimento médio e por faixas de rendimentos em salários mínimos.” (Dutra et al., 2014, p. 48)

de 2011 a 2013 – período em que foi crescente o seu ingresso no Brasil, como expusemos nos itens 1.5 e 1.7 –, registrou-se um aumento significativo desses imigrantes no mercado formal, como mostra a tabela a seguir.¹⁰⁰

Tabela 1: Haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo. Brasil 2011, 2012 e 2013									
Nacionalidade	2011			2012			2013		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Haitiana	814	726	88	4.117	3.606	511	14.579	12.518	2.061
Fonte: RAIS/MTE									

Adaptado de Dutra et al. (2014, p. 51)

Os haitianos são o grupo de estrangeiros que mais cresceu nesse período, cuja variação é de 505,77% de 2011 para 2012 e de 354,11% de 2012 para 2013. Ou seja, o percentual de crescimento do coletivo haitiano, em ambos os períodos, é o maior se comparado a outros grupos de estrangeiros.

Em relação a outros grupos, considerando as quantidades consolidadas (homens e mulheres) de estrangeiros para cada ano, segundo Dutra et al. (2014, p. 54), os haitianos tornaram-se o maior grupo pela primeira vez no ano de 2013, sendo que, tanto em 2011 quanto em 2012, os portugueses eram o maior contingente.

Quanto às atividades profissionais exercidas pelos trabalhadores estrangeiros em geral, no mesmo período cresceu significativamente o número de contratados na categoria *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*¹⁰¹. Da terceira posição em termos de quantidade de estrangeiros em 2011, quando representava 16,0% do total de contratados, esse grupo ocupacional aumentou para 19,9% em 2012. Em 2013 cresceu para 28,0% do total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho (Dutra et al., 2014, p. 56-7).

Uma contribuição para esse crescimento da categoria advém do crescente ingresso de haitianos no Brasil. É nessa categoria que eles estão, majoritariamente, inseridos. Esse segmento, segundo Dutra et al. (2014, p. 59), “se manteve como aquele que mais emprega

¹⁰⁰ Os estrangeiros em geral, com vínculo no mercado de trabalho formal, distribuem-se por todo o território brasileiro. O Estado com maior crescimento relativo de estrangeiros em geral no mercado formal foi Santa Catarina, com aumento 63,5% de 2011 para 2012 e 133,4% de 2012 para 2013. Isso se deve muito à migração haitiana. Tomando rapidamente os números analisados por Dutra et al. (2014), o impacto da presença dos haitianos em Santa Catarina salta aos olhos. Em 2011 não havia nenhum haitiano empregado no Estado; em 2012 registraram-se 75; passando em 2013 para 1.281. “Em apenas dois anos, deixaram de ser desconhecidos para virar o grupo mais numeroso” (Dutra et al., 2014, p. 71), representando 29,3% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Estado.

¹⁰¹ A categorização por grupos ocupacionais foi criada com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (Dutra et al., 2014, p. 55).

essa nacionalidade, de 2011 a 2013. Em 2011, empregava formalmente 58,4% dos haitianos no Brasil, passando para 72,1% em 2012 e 74,8% em 2013.”

Em segundo lugar, os haitianos se centram no seguimento dos *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados*, que empregava 22,4% deles no Brasil em 2011, passando para 15,6% em 2012 e ficando em 17,4% em 2013 (Dutra et al., 2014, p. 59). Esses percentuais aparecem representados em números absolutos na tabela a seguir.

Tabela 2: Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013			
Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	814	4.117	14.579
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	475	2.970	10.911
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	182	643	2.534
Trabalhadores de serviços administrativos	42	234	630
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	33	55	197
Técnicos de nível médio	68	136	166
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2	48	105
Diretores e Gerentes	4	25	29
Profissionais das Ciências e das Artes	6	6	6
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	2	0	1
Fonte: RAIS/MTE			

(Dutra et al., 2014, p. 59)

Nas entrevistas com 340 haitianos realizadas em várias cidades brasileiras sob a coordenação de Fernandes (2014)¹⁰² – cujos dados são também analisados por Fernandes e Castro (2014), por exemplo –, os pesquisadores identificaram os principais setores nos quais os haitianos trabalhavam naquele momento. “A construção civil aparece como o setor que mais absorve a mão de obra dos imigrantes haitianos (30,3%), seguida pela indústria de alimentos (12,6%)” (Fernandes e Castro, 2014, p. 62). Outros setores que absorvem importante parcela da mão de obra desses imigrantes são os serviços gerais (7,9%) e o comércio (5,6%). Os autores destacam que 26,2% dos entrevistados declararam não estar trabalhando.

Quanto ao grau de instrução dos haitianos com vínculo de trabalho formal, conforme os dados da RAIS, aqueles com Ensino Médio completo são em maior número. Eles

representavam 39,4% do total em 2011, passando para 30,8% em 2012 e 32,5% em 2013. [...]. Cresceu também a presença de indivíduos com Ensino

¹⁰² Fernandes (2014) não usa as mesmas categorias (grupos ocupacionais) de Dutra et al. (2014), mas, ainda assim, é possível correlacionar seus estudos e identificar aproximações dos seus dados. De um modo ou de outro, neste capítulo temos as pretensões de apenas apresentar uma visão panorâmica sobre a realidade dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho.

Fundamental Completo, de 17,7% do total em 2011 para 20,7% em 2013. Cresceu significativamente a presença daqueles com educação do 6º ao 9º ano incompleto do Ensino Fundamental, que eram 8,6% em 2011, passando para 11,7% em 2012 e 15,8% em 2013. (Dutra et al., 2014, p. 60)

Há de 2012 para 2013, segundo Dutra et al. (2014, p. 60), um aumento da presença de trabalhadores haitianos classificados como analfabetos. No entanto, em termos relativos esse número não alcança 5% do total dos haitianos com registro formal de trabalho. Vejamos na tabela abaixo esses percentuais em números absolutos.

Tabela 3: Haitianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013			
Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	814	4.117	14.579
Ensino Médio Completo	321	1.270	4.745
Ensino Fundamental Completo	144	953	3.017
Do 6º ao 9º ano Incompleto do Ensino Fundamental	70	482	2.301
Ensino Médio Incompleto	117	618	1.604
Até o 5º ano Incompleto do Ensino Fundamental	79	369	1.125
5º ano Completo do Ensino Fundamental	57	229	924
Analfabeto	4	43	464
Educação Superior Completa	12	78	217
Educação Superior Incompleta	7	71	179
Doutorado Completo	2	1	3
Mestrado Completo	1	3	0
Fonte: RAIS/MTE			

(Dutra et al., 2014, p. 60)

Situação semelhante à apresentada por Dutra et al. (2014) seria identificada nas entrevistas realizadas com os 340 haitianos, nas quais “com frequência se encontrou pessoas de nível universitário em linhas de montagem ou como auxiliar de pedreiro” (Fernandes e Castro, 2014, p. 65). Entre os que estavam trabalhando no momento da pesquisa, “66,8% indicaram que a atividade exercida não era compatível com as suas habilitações” (Fernandes, 2014, p. 63); em geral, não encontravam trabalho na área para a qual têm habilidade ou qualificação. Também em Manaus Silva (2012, p. 312) identificara que muitos haitianos “são obrigados a enfrentar trabalhos muito aquém de suas qualificações, como é o caso de um advogado que se empregou na construção civil”.

No caso das mulheres a área de serviços é que mais absorvia mão de obra, seguida pelo comércio (Fernandes e Castro, 2014, p. 56). Para elas a situação é mais delicada do que para os homens, devido à pouca oferta do tipo de trabalho que buscam. “As ofertas de emprego são, em sua maioria, no setor de serviços domésticos, onde há necessidade de maior

interação patrão e empregado, dificultada pela barreira linguística” (Fernandes e Castro, 2014, p. 65).

O domínio do idioma parece ser o grande entrave para a maioria. A busca e aceitação por “ocupações que exigiam pouca qualificação, como na construção civil, em atividades auxiliares ou em linhas de montagem industrial”, segundo Fernandes e Castro (2014, p. 65), decorre especialmente da pouca instrução, das dificuldades com o aprendizado da língua portuguesa, e da impossibilidade de conseguir a equivalência de diplomas, questões complicadoras para se inserirem no espaço laboral brasileiro, tanto para homens quanto para mulheres. Silva (2012, p. 312) identificara em Manaus que “a falta de uma qualificação profissional mais elevada”, somada ao “pouco domínio da língua portuguesa constituem-se nos dois grandes desafios que os haitianos [teriam] de superar, pois em alguns casos eles não passam do período de experiência nos empregos e são dispensados” (Silva, 2012, p. 312).

Fernandes e Castro (2014, p. 65) destacam que “os postos de trabalho ocupados pelos haitianos são, na maioria dos casos, de baixa remuneração, com salários que variam entre um a um e meio salário mínimo.” De início, ter um trabalho/emprego lhes parece muito positivo, independentemente do salário recebido, pois, segundo o que Silva (2012) observara em Manaus, eles passam a deixar os abrigos e “começam a alugar casas e pequenas quitinetes, onde moram pelo menos três pessoas em cada unidade” (Silva, 2012, p. 310-1). No entanto, essa “situação leva alguns a dividir moradias insalubres e a reduzir os gastos ao mínimo necessário para sobreviver, fazendo a estadia no país de destino ser pior do que a situação vivenciada no Haiti” (Fernandes e Castro, 2014, p. 65). Submetem-se a tais condições, muitas vezes, a fim de poder enviar uma maior quantia de dinheiro para a família no Haiti ou para pagar dívidas anteriormente contraídas.

Por outro lado, há vários casos de as empresas contratantes lhes oferecerem “gratuitamente” moradia e alimentação, como fez, por exemplo, a mineira Urb Topo, empresa da construção civil, que em março de 2012 foi ao Acre recrutar 28 haitianos para a construção de uma galeria para uma fábrica de cimentos em Cuiabá (Giffoni, 2012).

O foco tem sido aqui sobre os haitianos em atividade laboral com vínculo formal, mas há também aqueles sem esse vínculo. Entre os 340 participantes da pesquisa de Fernandes (2014, p. 63), “dos que trabalhavam no momento da entrevista, 71,9% tinham carteira assinada, 2,4% trabalhavam por conta própria e 25,7% exerciam uma atividade no mercado informal sem carteira assinada”. Na mesma pesquisa, 20,9% dos entrevistados informaram que preferem trabalhar sem carteira assinada por entender que nessa situação os ganhos são maiores. Isto é, “uma parcela daqueles que não têm carteira assinada estaria no mercado

informal por vontade própria” (Fernandes, 2014, p. 63). Um dos motivos para os haitianos entenderem que no mercado informal podem obter maior renda são os descontos efetuados no salário no mercado formal.

Além dos descontos autorizados por lei, há abusos relativos a salário cometidos pelos empregadores. A esse respeito, o coordenador da casa de acolhimento em Manaus, Stênio Maciel, manifestou preocupação: “há caso de empresários que não cumprem o prometido em relação à remuneração e até pressionam os trabalhadores a aceitarem baixos salários dizendo que contarão a outros empregadores que ‘eles não são bons trabalhadores’” (Silva, 2012, p. 311-2).

Assim, para os haitianos no Brasil, se a inserção no mercado formal é ruim, porque a eles são oferecidos, em geral, os empregos com menores salários e que dispensam maior qualificação (não reconhecendo, portanto, suas competências e grau de instrução), acrescidos os descontos legais, ao recorrerem ao trabalho informal a situação pode ser pior, pois, como destaca Pinto (2014, p. 91), ficam privados dos direitos civis que lhes deveriam assistir.

As condições de trabalho descritas anteriormente e as tantas relações controversas entre empregadores e empregados, muitas vezes, vão de encontro às expectativas dos haitianos e seu desejo de permanecer no Brasil, desfazendo a ideia de “novo País de morada” que haviam construído antes de partir rumo ao Brasil. É sobre algumas das sensações que sentem após meses ou anos vivendo aqui que refletiremos no próximo item, procurando expor sua condição de *minoría* no Brasil.

1.9. Nova minoria estrangeira no Brasil: desapontamentos

A voz predominante dos sujeitos haitianos emergida nos textos – sobretudo artigos acadêmicos ou jornalísticos – que serviram de base para o presente capítulo nos revela que há, de começo, especialmente dois desejos: (a) se fixarem no Brasil com condições de enviarem remessas a seus familiares no Haiti; (b) trazerem os demais membros da família para o Brasil, mediante o visto de reunião familiar (esse desejo não exclui o primeiro). Essa postura dos imigrantes, como expusemos no item 1.3, decorre muito de vários acontecimentos particulares ao Haiti, por exemplo: a escassez de trabalho; a falta de segurança; a limitação e precariedade do sistema educacional; a não reconstrução da infraestrutura destruída pelo terremoto de janeiro de 2010; o lento restabelecimento da normalidade política e econômica haitiana; a incapacidade ou impossibilidade governamental de reerguer o País. Nesse contexto, o país de

destino se tornara a aposta maior de sobrevivência. É o Brasil como Terra Prometida, o Eldorado.

Havia nos haitianos o desejo de permanecerem no Brasil, mas sem se esquecerem do Haiti, naturalmente. Grande parte, senão todos, não sonhavam em voltar a viver na terra natal. Por exemplo, em notícia de fevereiro de 2012, da BBC Brasil – *Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só ‘de visita’* (Idoeta, 2012) – Margareth Pierre, haitiana, então hospedada na Casa do Imigrante em São Paulo, mostra sua dupla relação com Brasil e Haiti:

Quero ficar aqui, onde a vida é melhor. Lá (em Porto Príncipe, capital do Haiti) não tem nada. Tudo desmoronou. Quero ir visitar minha família, sim, mas voltar, e (trazê-los) quando tiverem visto.

Por sua vez, o compatriota Robens Valère, também hospedado na mesma Casa, naquela ocasião trabalhando como pintor, revela:

Meu sonho é guardar dinheiro para trazer minha esposa. Meu coração dói pela (distância do) meu país, mas quero uma vida melhor. (Idoeta, 2012)

A realidade brasileira, porém, para muitos deles, contrariou as expectativas. Ao longo desses anos, é relativamente comum em notícias acerca da imigração haitiana que os imigrantes, “mesmo com diploma superior, [aceitem] empregos modestos no Brasil” (Macedo, 2014), com baixos salários e sem reconhecimento de suas competências. Poucos assumem ocupações compatíveis com sua formação.

Mas a situação quanto a trabalho viria a se complicar a ponto de muitos não conseguirem nem mesmo um baixo salário. Nos últimos anos, sobretudo em 2015, os dois principais setores que mais empregavam haitianos – a indústria e a construção civil – sentiram o impacto da crise econômica. Na construção civil, por exemplo, de outubro de 2014 a outubro de 2015, fecharam-se “385 mil vagas formais, mais de um terço de todos os empregos encerrados no país no mesmo período, segundo dados do Caged” (Fagundez, 2015). Nas feiras organizadas pela Missão Paz de São Paulo, que reuniam empregadores, o número de postos oferecidos foi reduzido substancialmente. Segundo o dirigente do Centro de Estudos Migratórios, da Missão Paz, padre Paolo Parise, a previsão era de que em 2015 o número de contratados chegasse a apenas 30% do contingente contratado em 2014 (Fagundez, 2015).

A onda de desemprego pôde ser vista, por exemplo, no Bairro Petrolândia, em Contagem, cidade vizinha a Belo Horizonte, onde, em setembro de 2015, moravam cerca de 250 haitianos, dos quais se estimava que 80% estivessem desempregados (Evans, 2015). Por vezes, a sensação é de desapontamento. Desabafa a haitiana Nerline Georges, de 36 anos:

Vendi tudo para vir para cá. A minha esperança era de que, aqui, seria a terra das oportunidades. Há seis meses estou desempregada e não consigo nada. Se soubesse que passaria por tudo isso, não teria vindo. Agora, como vou embora, se não tenho mais dinheiro?

Deparam-se, portanto, com a possibilidade real de seus sonhos não se concretizarem no Brasil. Na verdade, parte dos haitianos não consegue emprego e pensa em voltar¹⁰³ para o Haiti ou migrar para outro país. “De acordo com os haitianos ouvidos pelo Estado de Minas, o novo destino dos sonhos para eles, [em setembro de 2015], é o Chile, onde há mais oportunidades de emprego e ofertas de vaga” (Evans, 2015). Essa é a imagem do Chile lhes vendida, somada ao fato de esse país não lhes exigir visto de turista. Por sua vez, Fagundez (2015), em notícia de 11 de outubro de 2015, nos dá conta de que a então situação econômica brasileira provocava em imigrantes (não só haitianos) que tentavam refazer a vida no Brasil o desejo de voltarem a seus países ou de procurarem outros destinos, como Canadá ou Estados Unidos. Mesmo empregados, muitos consideravam a possibilidade de viajar em busca de melhores oportunidades, sobretudo porque não conseguiam enviar à família as remessas pretendidas, principalmente depois que o dólar disparou em 2015 (Fagundez, 2015).

Além de sentirem que são mão de obra barata e desvalorizada por empregadores de diferentes setores, e de comprovarem os impactos do desemprego, os haitianos, no “novo País de morada”, por serem negros, estrangeiros e pobres, tornaram-se vítimas de preconceito, xenofobia e violência por parte de brasileiros, o que vai contra todo o imaginário criado desde o Haiti sobre o Brasil e o povo que parecia lhes acolher bem. Exemplo disso é o ocorrido no dia 1º de agosto de 2015, quando seis haitianos foram baleados na Baixada do Glicério, centro de São Paulo, próximo à Igreja Nossa Senhora da Paz. Por volta das 9 horas da manhã, “o autor dos disparos saiu de um carro cinza e atingiu [nas pernas] um haitiano que passava. Antes de atirar, [...] o criminoso teria gritado ‘haitiano!’” (Brandão e Vieira, 2015). No começo da noite, mais quatro homens e uma mulher foram igualmente atingidos (Brandão e Vieira, 2015). Outro caso ocorreu em Navegantes (Santa Catarina) em outubro de 2015, quando Fetiere Sterlin, de 33 anos, foi morto por golpes de faca desferidos por cerca de dez homens. “Segundo o diretor da Associação de Haitianos de Navegantes, João Edson Fagundes, ‘essa não foi a primeira agressão a haitianos na cidade’” (Silva, 2015). Em 2014,

¹⁰³ Mas sem poder realizar o *retorno redentor* a que refere Stuart Hall. Como desejo tanto individual quanto coletivo, “cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor” (Hall, 2013, p. 31). Segundo Hall, o *retorno redentor* faz parte do conceito de diáspora dos povos do Caribe. É o *desejo de volta* latente. “Essa interpretação potente do conceito de diáspora é a mais familiar entre os povos do Caribe. Tornou-se parte do nosso [diz Hall] recém-construído senso coletivo do eu, profundamente inscrita como subtexto em nossas histórias nacionalistas” (Hall, 2013, p. 31). Assim, o imigrante caribenho se desloca com o desejo de um dia voltar a compor seu lugar de origem.

“‘outro rapaz levou cinco tiros e sobreviveu, mas logo saiu do Brasil’, relatou” (Silva, 2015). Sem motivações aparentes para tais crimes, a principal suspeita é de crime de ódio e xenofobia.

Os casos de violência, xenofobia e preconceitos diversos contra os haitianos no Brasil, somados à dificuldade de se manterem empregados e os baixos salários que recebem, desfazem no sujeito migrante o imaginário de um Brasil acolhedor e receptivo, e de um lugar onde poderiam reconstruir suas vidas, criando-lhes o desejo de ir viver noutro lugar, o que nutre a ideia de deslocamento como gênese, que defendemos no item 1.1. Nesse contexto, podemos ver os haitianos no Brasil como uma coletividade que se divide: um grupo que está migrando novamente e outro que, realizando suas vontades ou contrariando-as, permanecerão no Brasil. A esse respeito, “é possível conjecturar que, dada as características do fenômeno migratório atual e a lógica das redes migratórias, esse coletivo [haitianos] terá um lugar permanente no cenário da imigração no [Brasil], tanto em termos numéricos, quanto simbólicos, culturais, econômicos e sociais.” (Cavalcanti, 2014, p. 13)¹⁰⁴

Eles já se fixaram em diferentes cidades brasileiras. Essa dispersão, em parte, pode facilitar a obtenção do *trabalho desejado* e o recomeço de suas vidas, mas dificulta-lhes a se manterem culturalmente integrados. No Brasil, os haitianos tornaram-se uma *minoría* estrangeira.

De acordo com o sociólogo Raymond Boudon et al. (1990, p. 160), em seu *Dicionário de Sociologia*, “o termo ‘minoría’ tem sempre uma dimensão social e política: na maioria das vezes, a minoría constitui um grupo ao mesmo tempo menos numeroso, menos considerado e menos poderoso”. Em forma de complemento, o antropólogo argentino, radicado no México, Rainer Enrique Hamel (1995, p. 13, tradução nossa), observa que “há um importante acordo de que o conceito não se refere só a números [de pessoas], embora o tamanho seja importante, mas também às relações de poder”¹⁰⁵. Desse modo, ao pensarmos os haitianos como *minoría* no Brasil, levamos em conta tanto o número de pessoas, quanto as relações sociais de poder. Como *minoría*, o migrante é um sujeito sem lugar para si, que ocupa parte do lugar do *outro*, o “dono” do território, e tende a estar hierarquicamente inferiorizado.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Vivendo no Brasil, para a maioria deles suas vidas no Haiti restam agora como memória para ser vivida nas rodas de conversa e em relatos a filhos e netos – memória fortemente presente na vida familiar e social que tentam construir em cidades brasileiras.

¹⁰⁵ “hay un importante acuerdo acerca de que el concepto no se refiere sólo a números, aunque el tamaño sea importante, sino a las relaciones de poder”.

¹⁰⁶ É crucial termos em conta que, habitualmente, há conflitos nas relações entre *maioría* e *minorías*, mas tais conflitos não são permanentes (Boudon et al., 1990, p. 160). Estabelecem-se também consensos e acordos. Trata-se de conflitos e acordos/consensos que, explícita ou implicitamente, aparecem nos discursos como

São uma minoria por vários aspectos, inter-relacionados e intercomplementares, os quais retomam várias questões abordadas ao longo deste capítulo.

O primeiro deles é que não são falantes da língua majoritária e oficial, o português. Isso os põe socialmente em desvantagem em relação à maioria dos brasileiros, com a quase certeza de suas competências intelectuais e laborais não serem reconhecidas, de não receberem um bom salário, de não serem bem atendidos no comércio em geral, entre outras consequências “tributárias” da(s) língua(s) que falam.

Para minimizar essa condição inferiorizada dos haitianos em função da língua e considerando o peso que tem a competência linguística nas relações sociais e de poder, várias instituições em diferentes cidades lhes oferecem aulas de português gratuitamente. Para além dessa “questão imediata”, pensa-se também na formação de crianças e adolescentes filhos de pais haitianos. A esse respeito, alguns haitianos, reunidos em Brasília, de 8 a 11 de dezembro de 2013, com representantes dos principais ministérios¹⁰⁷ envolvidos com a temática da migração haitiana no Brasil, formularam a seguinte recomendação, entre outras:

Investir esforços para encontrar soluções ao novo problema que a imigração faz emergir do ensino do português como segundo língua, pois crianças e adolescentes migrantes têm dificuldade de inserção nas escolas por não saberem a língua. São necessárias ações e políticas voltadas a atender a este desafio, para que o idioma não seja um impedimento ao acesso à educação, garantido pela Constituição. (Peraza-Breedy e Lussi, 2014, p. 117)

O segundo aspecto é que, em geral, possuem baixa escolaridade. Apesar de vários haitianos já terem concluído um curso de graduação e falarem o francês padrão e, também, o inglês e/ou espanhol, grande parte deles não concluiu o equivalente ao ensino médio do sistema educacional brasileiro. Isso tem como decorrência o trabalho que lhes é ofertado, de baixa remuneração e com a possibilidade de exploração indevida de sua mão de obra.

O terceiro aspecto é que estão, em geral, financeiramente desprovidos, muito em função das condições de pobreza vivida no Haiti e dos gastos com coiotes e outros exploradores, como também devido ao desemprego mencionado anteriormente. Esse aspecto significa, em território brasileiro, um não empoderamento nas relações sociais com os brasileiros.

forma de expressão das relações de poder, o que remete ao conceito de luta hegemônica, a ser abordado no item 3.5. Procuraremos levar essas questões para a análise no capítulo 5.

¹⁰⁷ Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Direitos Humanos.

O quarto aspecto é que são marcadamente negros. Com pouco tempo vivendo no Brasil, descobrem que é forte o preconceito de parte dos brasileiros em relação a negros, até mesmo em relação ao negro brasileiro, o que contribui para desfazerem o imaginário de que os brasileiros são acolhedores e de que o Brasil é um bom lugar para saírem da situação de pobreza, viverem e criarem seus filhos. Devido à cor da sua pele (somado ao fato de não falarem o português e de possuírem baixa escolaridade), o trabalho que lhes ofertarão, na maioria das vezes, são os trabalhos considerados inferiores e de baixa remuneração, como o de trabalhador braçal da construção civil, o de gari, o de “chapa” (carregador e descarregador de cargas de caminhão), o de doméstica, o de “costureiro” em confecções da região central de São Paulo. São trabalhos, muitas vezes, marcados pela exploração da mão de obra. Apesar disso, mas sem melhoria significativa da remuneração, muitos conseguem trabalho em indústrias de pequeno e médio porte com registro e respeito ao horário de trabalho.

Esses quatro aspectos – e possivelmente outros –, a nosso ver, contribuem para que estejam e se mantenham na posição de enfraquecidos, hierarquicamente inferiorizados nas relações sociais e de poder, e, por vezes, submissos na interação com brasileiros em geral, empregadores ou não. São quatro aspectos que sustentam a percepção que temos de serem os haitianos uma *minoría* no Brasil.

2. CÍRCULO DE BAKHTIN: TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO

A teoria do Círculo de Bakhtin sobre a linguagem nos seus mais diferentes usos mostra-nos que a vida social e cotidiana, no que tange à comunicação humana, é organizada e norteada por regras, mas também mutável e repleta de intersecções e forças diversas. Essas características podem sugerir que vivemos paradoxalmente num mundo de múltiplas relações socioverbais. Mas não. Na verdade, o aparente paradoxo – e talvez aparente “desorganização” – da vida social e cotidiana é parte de sua organização. Isso veremos ao longo deste capítulo percorrendo alguns conceitos-chave postos pelo Círculo de Bakhtin, por exemplo, esferas sociais, gêneros do discurso, enunciado, interdiscurso, dialogismo, vozes sociais, sujeito.

Para os membros do Círculo – especialmente Mikhail Mikhailovitch Bakhtin, Pável Nikoláievitch Medviédev e Valentin Nikolaevich Volochinov –, entre o discurso da ideologia do cotidiano e o discurso das esferas ideologicamente constituídas, sobretudo da esfera literária, há forte relação, no sentido de esse discurso “se constituir” a partir daquele. De modo específico, as múltiplas relações dialógicas existentes na ideologia do cotidiano são “transpostas” para a obra literária – o romance, em especial – pelo autor. Assim, o romance é dialógico não apenas em seu interior, mas também com o mundo exterior: o mundo real, a vida cotidiana e outras obras romanescas ou não-romanescas. Na perspectiva do analista, Bakhtin argumenta que a compreensão do processo ocorrente no discurso da vida cotidiana contribui sobremaneira para a compreensão do processo ocorrente no discurso da literatura.

Esse entendimento sobre as relações dialógicas não é uma espécie de criação do Círculo, é apenas um modo pertinente de perceber a realidade do ser humano – isto é, à vida humana é intrínseco e inevitável o diálogo –, como podemos ler em *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD), livro de 1929 em que Bakhtin (2010a) se dedica a examinar obras literárias do escritor russo do século XIX Fiodor Dostoiévski, especialmente o *romance polifônico*, tipo de discurso romanescos criado por Dostoiévski. Aqui damos relativa ênfase a PPD pelo fato de entendermos que esse livro, de certo modo, catalisa – sem se limitar a esse processo de catalisação – a ampla teoria dialógica sobre o discurso e o sujeito posta pelos membros do Círculo. Mas, ao longo deste capítulo recorreremos a outros textos de Bakhtin, assim como a textos de Volochinov e de Medviédev. São obras fundamentais para melhor compreensão da complexa rede de conceitos ativados a cada ato de comunicação verbal que empreendemos em nossa vida pública e social ou íntima e particular.

Sobre essa condição dialógica central do ser humano, posiciona-se Bakhtin (2010a, p. 329): “A única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo*

inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc.”. A vida humana constitui-se num grande tecido dialógico e integra o *simpósio universal* (inconcluso e indelimitável). Esse *status* do *diálogo*, fenômeno incondicional do ser humano, foi visto e intensamente *sugado* pelo romancista Dostoiévski, sobre o qual afirma Bakhtin (2010a, p. 335): “Dostoiévski descobriu a natureza dialógica da vida social, da vida do homem. Não está preparado o ser cujo sentido o escritor deve revelar, é inacabável o diálogo com o sentido polifônico em formação.”

Sem o *diálogo* o homem perde existência. O indivíduo que se volta e permanece em si não se constrói como vida intelectual. Nenhum homem encontrará sua plenitude humana em si mesmo. Todo indivíduo é altamente dependente da consciência de outros indivíduos. O *outro* constrói e integra o *eu*, como argumentaremos na parte final deste capítulo.

O *diálogo* – constituinte do homem e sua consciência – integra a *palavra* e nela é totalmente aplicado. Embebida de *vozes*, a *palavra* passa a fazer parte do mesmo tecido dialógico da vida humana e do mesmo simpósio universal. Essência e núcleo maior do homem e sua linguagem, as relações dialógicas penetram todo o emprego de uma língua (independente de seu *status* político e sociocultural), assim como todas as manifestações humanas, quer de ordem verbal, quer de ordem gestual, musical ou pictural.

O *diálogo* – que inclui as réplicas do diálogo composicionalmente expresso, mas que também vai além – é o princípio de maior importância nos estudos bakhtinianos.

Ao pôr em destaque as relações dialógicas, os membros do Círculo propõem uma nova teoria, disciplina ou campo de estudo, a *metalinguística*, cujo objeto são exatamente as relações dialógicas, inclusive aquelas do interior do homem. Surgida das consciências e das mãos dos membros do Círculo na primeira metade do século XX, a *metalinguística* viria a contribuir para a modificação, de um modo geral, da visão sobre a língua e a fala/escrita no decorrer da segunda metade do mesmo século.

Na visão do Círculo, a *metalinguística* viria a se juntar à linguística, mas também a ela estabelecer fortes contrapontos. Em PPD, no capítulo “O discurso em Dostoiévski”, Bakhtin assim sintetiza sua concepção de *metalinguística*:

temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por esse motivo as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subentendendo-a como um estudo – ainda não constituído em disciplinas particulares definidas

– daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso –, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente, e não se fundir. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência. (Bakhtin, 2010a, p. 207)

O “confronto” explicitado aqui da *metalinguística* com a linguística coloca em destaque os elementos da língua – a palavra e a oração, especialmente – e o tratamento lhes dado tanto pela linguística quanto pela *metalinguística*. Alguns pontos relativos a esse tratamento (pertinentes ao presente estudo) serão expostos ao longo deste capítulo.

Ao discutir seus conceitos e propor uma teoria dialógica do discurso e do sujeito, os membros do Círculo mostram os pontos frágeis de outras abordagens teóricas em voga naquele momento (primeira metade do século XX), estabelecendo-lhes contrapontos e aproveitando delas elementos que julgavam relevantes para a *metalinguística*. Isso ocorreu, por exemplo, em relação à linguística de então, cujo principal nome é o suíço Ferdinand de Saussure. Enquanto para a *metalinguística* as relações dialógicas são o elemento formador da língua e da comunicação verbal, para a linguística de então o foco está sobre as formas linguísticas, a sintaxe, a frase, a oração isolada de qualquer uso concreto e real. A esse respeito podemos notar a postura do Círculo – em *Marxismo e filosofia da linguagem*, livro de 1929 – nas seguintes palavras de Volochinov/Bakhtin (1992, p. 104): “A estrutura da enunciação [enunciado] completa é algo cujo estudo a linguística deixa para outras disciplinas: a retórica e a poética. Ela própria é incapaz de abordar as formas de composição do todo.” Incapaz porque, para a linguística de então – mas não necessariamente para Saussure, haja vista a discussão atual acerca de suas ideias e da autoria do *Curso de Linguística Geral* –, a enunciação/enunciado não é objeto de estudo e de análise, mas sim os elementos do sistema linguístico.¹⁰⁸

Ao se voltar para os elementos linguísticos (sintáticos, morfológicos, lexicais e outros), a linguística afastou-se da língua viva e dialógica, afastou-se dos enunciados concretos e de suas funções socioideológicas, “ignorando” as formas peculiares de como cada enunciado se organiza e se realiza no campo amplo da vida humana e do simpósio universal.

A esse respeito, Medviédev (2012, p. 142) – em *O método formal nos estudos literários: uma introdução crítica a uma poética sociológica*, livro de 1928 – manifesta

¹⁰⁸ Relações dialógicas dizem respeito a enunciado(s). Ao longo deste estudo empregaremos muitas vezes o termo *texto*, de forma intercambiável a *enunciado*.

criticamente: “a língua e os elementos linguísticos são indiferentes à verdade cognitiva, à beleza poética, à permanência política”, assim como à luta hegemônica, ao controle dos poderosos das práticas discursivas, às relações de poder e de abuso de poder.

Diferentemente, a *metalinguística* toma como eixo central o enunciado, que se constitui, por excelência, de relações dialógicas. É no enunciado onde a *metalinguística* funda seus pilares. Podemos perceber a relevância do enunciado (em detrimento da concepção de língua tomada estritamente como sistema) nos estudos bakhtinianos, por exemplo, em “Os gêneros do discurso” – ensaio do início dos anos 1950, em forma de esboço e nunca desenvolvido pelo autor –, capítulo de *Estética da criação verbal*: “O estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos é, segundo nos parece, de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado ‘fluxo discursivo’, da comunicação, etc.” (Bakhtin, 2010b, p. 269). É com o estudo do enunciado como *unidade da comunicação discursiva* que podemos melhor compreender a natureza das unidades da língua. Isto é, o estudo das relações dialógicas do homem incorpora o estudo das palavras e orações, entre outras unidades do sistema linguístico.

Embora os membros do Círculo tenham como foco especialmente a literatura e os objetos da esfera artístico-cultural, os estudos referidos aqui oferecem suporte teórico pertinente para se pensarem os gêneros da esfera jornalística. Verdade é que tal aproximação carece de um olhar crítico e atento sobre a teoria bakhtiniana, no sentido de não tomarmos considerações do texto literário como automaticamente válidas para o texto jornalístico. A propósito, uma das características do campo literário e suas obras é refratar a refração de outros campos, o que não faz o campo jornalístico.

2.1. As esferas sociais e a ideologia do cotidiano: fronteiras e intersecções

Volochinov/Bakhtin denomina “a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, *ideologia do cotidiano*” (1992, p. 118): é o dia a dia sem compromissos formais, o dia a dia espontâneo e descontraído. E denomina os *sistemas ideológicos constituídos, esferas* (também *campos* ou *domínios*). Entre esses sistemas estão: a arte, a moral, o direito, a ciência, a religião, a educação, a esfera jornalística. As esferas são sociais, são campos da criação intelectual, dizem respeito diretamente ao intelecto, ao pensar e à atividade humana, sobretudo a de âmbito social.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Essas questões serão, ao menos em parte, retomadas no capítulo 3.

A ideologia do cotidiano e as esferas sociais não estão dissociadas. Pelo contrário, as esferas “conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano, alimentam-se de sua seiva” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 119). E essa seiva está no uso da língua viva e na interação socioverbal dos sujeitos. Se afastadas da ideologia do cotidiano, as esferas “morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a ideia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 119). Percebemos aí que falar de *esferas sociais* e *ideologia do cotidiano* implica falar dos textos produzidos e empregados nos seus diferentes âmbitos. E estabelecer esse vínculo com os textos significa tratá-los como *gêneros do discurso* (que abordaremos no próximo item).

É interessante observar que a ideologia do cotidiano e seus elementos não se vinculam exclusiva e necessariamente a uma ou outra esfera ideológica específica. Na verdade, a ideologia do cotidiano e seus elementos estão permanentemente à disposição de todas as esferas sociais, das forças e dos sujeitos que nelas atuam. Por exemplo, a *comunicação na vida cotidiana* estabelece vínculos com as diversas esferas sociais, cada qual com ideologias específicas e formalizadas, o que torna esse tipo de comunicação muito rico e importante na comunicação ideológica em geral.

Isso significa que, quando enfocamos as esferas sociais, suas obras ou os sujeitos que as produzem, devemos estar com os olhos atentos às diversas contribuições advindas da *vida cotidiana*, assim como à relação bidirecional da *vida* com as *esferas*.

A ideologia do cotidiano, segundo Volochinov/Bakhtin (1992, p. 119), divide-se em dois níveis, “determinados pela escala social que serve para medir a atividade mental e a expressão, e pelas forças sociais em relação às quais eles devem diretamente orientar-se”. O *nível inferior* é o que “desliza e muda mais rapidamente”. Nesse nível estão “as atividades mentais e pensamentos confusos e informes que se acendem e apagam na nossa alma, assim como as palavras fortuitas ou inúteis” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 120).

Os *níveis superiores*, diferentemente, “estão em contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas” (as esferas), mas não tão móveis e sujeitos ao apagamento quanto o nível inferior. Esses níveis superiores são úteis às esferas ideológicas, pois as forças sociais e intelectuais diversas que as integram, quando surgem, “encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis” (p. 120). E mais, as esferas “cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano” e, em retorno, exercem sobre esta “uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 119), melhor, a seus níveis superiores.

A esse respeito, enfocando a relação da ideologia do cotidiano com a esfera literária, Medviédev (2012, p. 221-2) assevera: “Aquilo que hoje ocupa uma posição externa em relação à literatura e representa uma realidade extraliterária amanhã poderá fazer parte da literatura como seu fator construtivo interno. Já aquilo que hoje é literário amanhã poderá tornar-se uma realidade extraliterária.”

Embora ocorra essa *troca* de lugar das ideias e dos fatos, por exemplo, a literatura e a vida cotidiana não deixam de ser cada uma delas uma área singular. Elas se aproximam, interagem e permitem o trânsito de seus elementos, mas não se unificam. Ideias e fatos da ideologia do cotidiano interagem ativamente com a literatura, com uma obra literária específica, de diferentes modos possíveis: de contradição, de complemento, de endossamento.

Essa espécie de *troca* entre as esferas e a ideologia do cotidiano é também diversa pela esfera em si. A *troca* do cotidiano com a esfera educacional, por exemplo, é diferente do que ocorre em relação à esfera literária, assim como é singular a *troca* do cotidiano com a esfera jornalística, política ou religiosa. “Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata [interpreta] a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 33). No caso do campo jornalístico, por exemplo, sua função é, em princípio, informar o leitor, telespectador ou internauta (com o advento da internet), mas também esclarecer e formar opinião, enquanto a esfera acadêmica, por exemplo, tem como função a formação crítica do conhecimento.

Percebemos, portanto, que, com os conceitos de *ideologia do cotidiano* e de *esferas ideologicamente constituídas*, os membros do Círculo mostram que nossas interações socioverbais ocorrem seguindo regras historicamente estabelecidas, as quais são flexíveis e necessariamente adaptáveis ao contexto de realização. Em tempo, é também flexível a “obediência” dos sujeitos a tais regras.

As esferas sociais dizem respeito à vida social concreta (pública ou privada), onde os seres humanos realizam de fato sua criação intelectual e criatividade ideológica. Isso tem implicações diversas no modo de percebermos as esferas. Por exemplo, não existe em qualquer campo/esfera/domínio social e cultural um território interior, isolado do mundo exterior. Em verdade, todo campo “está inteiramente situado sobre fronteiras, fronteiras que passam por todo lugar, através de cada momento seu, e a unidade sistemática da cultura se estende aos átomos da vida cultural, como o sol se reflete em cada gota”, defende Bakhtin (2010c, p. 29) em “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”, ensaio de 1924, integrado ao livro *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*.

Embora, metodologicamente, as esferas possam ser vistas entre si como estanques, essa percepção é problemática, pois a vida sociocultural e humana não é fragmentada a esse modo. A vida sociocultural cotidiana muitas vezes parece uma grande mescla de elementos e forças de diferentes sistemas ideológicos constituídos. Isso se deve, em grande medida, à natureza dialógica do ser humano. O homem – sujeito e ser social que é – constitui-se (em especial, sua consciência) na confluência de diferentes forças socioculturais: religiosa, ética, política, econômica, jurídica, artística, jornalística, educacional, recreativa. Tal constituição advém do fato de ele transitar por diferentes esferas, utilizando dos diferentes elementos que as constituem, atuando verbalmente sob as orientações de mais de uma delas.

Desse modo, um domínio cultural deve ser entendido como algo que existe na intersecção de múltiplas fronteiras. Essa intersecção se fundamenta no fato de que cada ato criativo está necessariamente em correlação com outros atos criativos – atos que sempre implicam uma tomada de posição axiológica no mundo e integram o todo do mundo.

As esferas, portanto, imbricam-se e têm suas fronteiras fluidas. Um fenômeno sociodiscursivo que, a nosso ver, contribui para isso é o fato de os sujeitos assumirem posições ideológicas inerentes não apenas à esfera “em que se encontram” ao falar ou escrever, mas também a uma ou mais esferas, simultaneamente. Por exemplo, num artigo de opinião, o enunciador, professor universitário, tende a empregar valores e posições ideológicas típicas da esfera acadêmica, mas, ao mesmo tempo, também valores e posições ideológicas típicas da esfera jornalística, da ideologia do cotidiano (por exemplo, em referência ao grupo minoritário que porventura defenda), e, possivelmente, da esfera política ou jurídica.

Outro fenômeno que, também, contribui para as esferas como tais é o fato de os sujeitos, carregados de valores, transitarem de uma esfera a outra, valorando e concretizando em enunciados seus dizeres, sempre seguindo as orientações de dada esfera. Nesse transitar, eles levam elementos (por exemplo, modos de dizer, de nomear, de valorar, de referir e de categorizar) de uma esfera para outra, que são readaptados à esfera acolhedora. Ao mesmo tempo, esses elementos recém-chegados alimentam, em parte, essa esfera que os acolhe.

No entanto, nenhuma esfera sofre mudanças radicais a ponto de se tornar esfera nova. Isso não ocorre, pois a esfera não se constitui por ação de um sujeito isolado e nem por iniciativa planejada de um grupo de falantes. Na verdade, cada esfera se constitui pelo arranjo histórico e sociocultural dos elementos que a compõem, em que uma série de ações relativamente estáveis de falantes e autores (sujeitos sociais que são) se tornam recorrentes.

A exemplo dos *sujeitos transeuntes*, entendemos que a obra verbal leva elementos de uma esfera para a outra, os quais, também, se submetem e se readaptam à esfera acolhedora. Nesse deslocar-se, não podemos esquecer que a obra perde elementos relativos à esfera inicial. Isso porque cada obra/texto (*enunciado*, como a trataremos ainda neste capítulo) se compõe, sobretudo, de elementos relativos à esfera de sua criação e/ou de sua existência típica. A obra/texto perde, mas, ao mesmo tempo, ganha elementos da esfera acolhedora. Adequa-se. Exemplo disso é o que ocorre com um artigo de opinião ou uma notícia – originalmente publicados no jornal do dia tal, inseridos num contexto específico e com funções específicas – que passam a ser lidos na esfera escolar ou jurídica, por exemplo. Isto é, nessas novas esferas, tanto o artigo de opinião quanto a notícia passam a cumprir novas funções, relativas à esfera acolhedora.

Em síntese, a *chegada* dos sujeitos e dos textos à nova esfera faz com que ela vá se redefinindo sócio-histórica e ideologicamente, o que nos permite asseverar que as esferas são dinâmicas e constantemente construídas, quase sempre de modo imperceptível aos sujeitos.

Esse transitar da obra verbal – ato cultural e enunciado que é – tende a fortalecê-la e a revitalizá-la. “Todo ato cultural vive por essência sobre fronteiras: nisso está sua seriedade e importância; abstraído da fronteira, ele perde terreno, torna-se vazio, pretensioso, degenera e morre” (Bakhtin, 2010c, p. 29). Isto é, o enunciado transita entre esferas, pertencendo a todas elas (ainda que em tempos distintos, como ocorre, por exemplo, com cartas pessoais trocadas entre dois escritores amigos que, após décadas ou séculos, são lidas como objetos literários), e, assim, localiza-se nas suas fronteiras. Apesar disso, didatizamos e tendemos a compreender determinada obra verbo-cultural como pertencente a uma esfera específica, utilizando de critérios facilitadores à clareza, válidos tanto para o enunciator e grupos sociais – embora esses em geral não vinculem necessariamente as obras às esferas – quanto para o analista.

Reiterando esse *estar* na fronteira, lembramos com Faraco (2003, p. 107): “como os sujeitos são pluriativos (envolvem-se em múltiplas dessas esferas da atividade humana), são também seres que transitam por múltiplos gêneros do discurso, isto é, realizam seu dizer por meio de diferentes gêneros correlacionados às diferentes esferas da atividade”.

Os gêneros do discurso são nosso assunto seguinte.

2.2. Os gêneros do discurso

Toda esfera social se constitui, em parte e sobretudo, pela linguagem em uso. Cada esfera orienta esse uso de modo a lhe dar um caráter e uma forma peculiar, sem, contudo, desconsiderar a unidade nacional de uma língua. Nesse vínculo de esfera e uso se formam os *gêneros do discurso*.

A relação entre língua e gênero é tão intensa e *visceral* que qualquer elemento estritamente linguístico ganha vida, de forma real e concreta – como parte de uma língua (social, viva e componente da vida social de um grupo de falantes) –, apenas após ser elemento constituinte de um gênero, embora os sujeitos usuários da língua não percebam fenômeno tão importante para si mesmos. Sobre essa condição do elemento linguístico observa Bakhtin (2010b, p. 268): “Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos”. Subjacente a tal condição está o fato de o elemento linguístico (fonético, léxico, sintático, morfológico), na perspectiva do sistema de determinada língua, ser fixo, pouco flexível, quase permanente, embora tenha surgido – digamos, despretensiosamente – em algumas *primeiras* práticas orais ou escritas (todas gêneros discursivos), as quais em geral não conseguimos identificar não mais que vagamente. Isto é, a origem exata das formas da língua filólogos e linguistas não podem saber.

Diferentes da língua, os gêneros são relativamente dinâmicos, próprios à mudança. “Os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele mas dados a ele” (Bakhtin, 2010b, p. 285). Isto é, o sujeito-enunciador, desde a infância e por toda a vida, necessariamente precisa *acolher* e incorporar à sua vida comunicativo-interacional os gêneros discursivos já existentes ou que venham a ser criados por sua comunidade. Ele precisa adaptar-se a eles, compreender o máximo possível a mutabilidade, flexibilidade e plasticidade que os gêneros têm na realidade da vida social para, assim, poder participar, de fato, dessa vida e poder comunicar-se (de forma oral e/ou escrita) adequadamente e com êxito na comunidade na qual se insere. Trata-se de um processo de aprendizagem que implica saber atuar na ideologia do cotidiano (na vida privada, íntima, informal) e nas diferentes esferas sociais, cumprindo adequadamente as regras e orientações de cada uma delas.

Esse aprendizado ao qual todo indivíduo deve submeter-se é, em parte, devido à historicidade dos gêneros, que implica uma série de especificidades possíveis a cada uso de

um ou outro gênero. São especificidades e variações diversas que se formam no processo de evolução histórica do gênero. Nelas a essência de cada gênero realiza-se e revela-se em toda a sua plenitude. Cabe ao sujeito-artista (ou ao homem em geral) o domínio de tais especificidades e variações, para a melhor “aplicação” de dado gênero. Aí estará seu êxito tanto na interação socioverbal imediata quanto no simpósio universal. “Quanto mais pleno for o acesso do artista a todas essas variações, tanto mais rico e flexível será o domínio que ele manterá sobre a linguagem de um dado gênero (pois a linguagem de um gênero é concreta e histórica)” (Bakhtin, 2010a, p. 162).

A historicidade e o passado que cada gênero carrega em si contribuem substancialmente para sua vitalidade. Se cada uso particular e individual o mantém vivo – pela *renovação* –, a manutenção do seu passado lhe garante existência ao longo dos anos, no *grande tempo*. Nesse sentido, afirma Bakhtin (2010b, p. 282): “Falamos apenas através de gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*. Dispomos de um rico repertório de gêneros do discurso orais (e escritos).”

O enunciador, munido de intenção provocativa de resposta, de vontade discursiva (da qual trataremos no item subsequente), ao falar ou escrever, faz escolha de certo gênero de discurso, o que lhe confere a condição de enunciador ativo (*sujeito*, como veremos no item 2.8), mas não com autonomia absoluta. “Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc.” (Bakhtin, 2010b, p. 282). Fazer uma escolha bem feita pode significar ao enunciador obter sucesso no seu projeto de discurso (que também abordaremos no item subsequente), nas suas intenções de comunicação, na sua empreitada de interação socioverbal.

Tal escolha se dá como atuação numa esfera social específica, mas também à ideologia do cotidiano. Entre os gêneros da ideologia do cotidiano, estão: os cumprimentos diários, as conversas de corredor, as reações verbais ante os fatos do dia a dia, as expressões do discurso interior, os bilhetes afixados na geladeira, as cartas entre familiares ou amigos.

A escolha de gênero implica a existência de um destinatário (enunciatário) específico, real ou imaginário e hipotético. Também esse aspecto é determinado por uma ou outra esfera – ou pela ideologia do cotidiano. “Cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero” (Bakhtin, 2010b, p. 301).

Na perspectiva do analista, é fundamental levarmos “em conta a relação do falante [enunciador] com o *outro* e seus enunciados (presentes e antecipáveis)”, sem o quê “é impossível compreender o gênero ou estilo do discurso” (Bakhtin, 2010b, p. 304). O estilo é uma das características dos gêneros e contribui para a distinção entre eles; é elemento constituinte do gênero e da sua realização em enunciados. O estilo diz respeito aos elementos linguísticos típicos de um gênero, quer aqueles elementos mínimos e particulares, quer aqueles gerais e amplos.¹¹⁰

É provável que todo pesquisador de gêneros discursivos se sinta motivado a elencá-los, de uma ou outra esfera, ou a discutir a existência de determinado gênero em dada cultura. Mas logo se vê diante de uma tarefa, muito provavelmente, injustificável, infrutífera. Embora sejam os gêneros quantificáveis, seria quase impossível elencar, por exemplo, os gêneros que o indivíduo letrado usa na sua vida adulta. O que torna essa “tarefa impossível” são a grande heterogeneidade e mutabilidade dos gêneros, orais e escritos, entre os quais se incluem da breve réplica do diálogo cotidiano ao extenso discurso político ou palestra acadêmica, do curto provérbio ao longo romance ou tese de doutoramento, dos gêneros correntes e socialmente enraizados aos gêneros alternativos ou “subversivos”.

Essa diversidade (e riqueza!) dos gêneros é infinita, pois “são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso” (Bakhtin, 2010b, p. 262). Consonante ao desenvolvimento e complexidade de cada campo cresce e diferencia-se seu repertório de gêneros. Exemplo disso ocorre com a esfera jornalística na sociedade pós-moderna. O advento da internet e a consequente difusão de suas várias ferramentas têm modificado diferentes aspectos dos gêneros jornalísticos.

A heterogeneidade dos gêneros é ampla. Eles envolvem todo e qualquer uso linguístico, toda e qualquer comunicação verbal entre dois ou mais interlocutores. Desse modo, qualquer definição de gênero só pode ser pela generalidade e por traços típicos. Trata-se de uma condição conceitual assim prevista por Bakhtin (2010b, p. 293): “Os gêneros correspondem a situações típicas da comunicação discursiva, a temas típicos, por conseguinte, a alguns contatos típicos dos *significados* das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas.” [...] “No gênero a palavra ganha certa expressão típica.”

¹¹⁰ O estilo dos gêneros da esfera jornalística, por exemplo, será, em parte, objeto de nossa análise, em que focalizaremos expressões referenciais.

Uma distinção de importância especial feita por Bakhtin é entre *gêneros primários* e *gêneros secundários*. Os primeiros são predominantemente da ideologia do cotidiano, enquanto os outros são predominantemente de um ou outro campo ideológico. Apesar disso, os *primários* (e respectivos enunciados) não são necessariamente mais simples do que os *secundários*, diferentemente do que talvez pareça.

Há um diálogo direto entre eles: os *secundários* se formam incorporando os *primários*. Por exemplo, a notícia ou o artigo de opinião podem ter em seu meio a fala (vista como *réplica do diálogo*) do sujeito objeto da notícia. Mas, nesses casos, tanto o autor da réplica ou da notícia ou artigo de opinião criaram cada qual um todo único, um enunciado particular. Isto é, a réplica do diálogo do entrevistado é um enunciado único ao ser proferido, assim como a notícia, a carta, o bilhete familiar ou um romance são cada qual enunciado único ao serem escritos. O fato de um enunciado complexo, como a notícia, incorporar outros enunciados não significa que tais enunciados possam ser delimitados individualmente no interior da notícia. Esses enunciados integrantes não podem ser compreendidos isoladamente, pois não existem a esse modo.

O conceito de gêneros do discurso está intimamente ligado a outro conceito crucial nos estudos dos membros do Círculo: é o de *enunciado*. Falar de *gêneros* implica falar, direta ou indiretamente, de *enunciados* (ainda que o autor da exposição opte pela omissão da nomenclatura). Como os gêneros, os enunciados repetem e mantêm, ao longo do tempo, certas características – formais, estilísticas, conteudísticas, contextuais, intencionais, interacionais – e, simultaneamente, modificam ou incorporam outras características. Ou seja, como gênero, todo enunciado prima tanto pela permanência quanto pela renovação das características do gênero, embora essa renovação, a cada enunciado, ocorra de modo sutil.

Os gêneros são *tipos relativamente estáveis* de enunciados, cuja elaboração ocorre sob orientações de dado campo de uso da língua, de dada esfera social, ou da ideologia do cotidiano. Desse modo, todo enunciado reflete as condições específicas e as finalidades do campo em que se insere, tanto no que tange a seu conteúdo temático, a seu estilo de linguagem (os elementos lexicais e gramaticais) e, acima de tudo, a sua construção composicional, o que dá a todo enunciado um caráter de ineditismo, tornando-o individual, particular e irrepetível. Para Bakhtin (2010b, p. 261-2), “esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação.”

Dedicamos o próximo item às características gerais e peculiaridades do enunciado, com o intuito de melhor compreendê-lo.

2.3. As peculiaridades do enunciado

Em estudos do discurso em geral, dois conceitos que quase sempre estão presentes são o de *enunciação* e o de *enunciado*. O primeiro diz respeito ao processo de produção do discurso, enquanto o segundo diz respeito ao produto desse processo – isso grosso modo. Em algumas linhas dos estudos discursivos é pertinente – por vezes, crucial – a distinção entre esses dois conceitos, como ocorre na Linguística da Enunciação. Essa distinção é necessária e se justifica, em parte, pelas particularidades enunciativas sobre as quais se voltam as pesquisas aí realizadas.

Para o Círculo de Bakhtin, por exemplo, tal distinção não é relevante, ainda que alguns pesquisadores optem por fazê-la. Acerca dessa “postura bakhtiniana”, Paulo Bezerra, tradutor de várias obras de Mikhail Bakhtin, atenta, em nota de rodapé, que “Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura, etc.” (Bakhtin, 2010b, p. 261)

Na mesma esteira de Bakhtin, empregamos ao longo deste estudo o termo *enunciado*. Se ocorrer de empregarmos *enunciação*, será como termo intercambiável ao primeiro. É nessa esteira que fazemos a seguir, centrados na teoria dialógica bakhtiniana, uma exposição das peculiaridades do *enunciado*, cujo uso tomamos nesta tese como equivalente a *texto*, termo usado, por exemplo, por Fairclough (2001, 2003), como abordaremos no capítulo 3.

O enunciado se constitui como unidade de comunicação falada ou escrita de extensão e de conteúdo, dentre outros elementos composicionais, muito variados: ele vai de uma palavra única pronunciada como cumprimento (*Olá!*) ou escrita numa placa na biblioteca ou hospital (*Silêncio!*) a um longo romance. Se a extensão e o conteúdo, por exemplo, podem variar tanto, há de haver critérios para definir (e *identificar*, pensando na perspectiva do analista do discurso) onde começa e onde termina um enunciado, para definir/identificar sua composição, para definir/identificar seu conteúdo e sentido, para definir/identificar sua relação com a realidade, com o contexto sociocultural e o meio social onde se dá a comunicação. Tais critérios são postos de forma evidente pelo Círculo de Bakhtin, os quais têm muito a ver com a organização da nossa comunicação diária oral ou escrita, quer nas situações informais e corriqueiras, quer nas situações formais e, para muitos cidadãos, raras.

Tais critérios têm muito a ver com a organização das nossas interações socioverbaís da ideologia cotidiana e das esferas ideologicamente constituídas. São critérios que se aplicam a todo e qualquer *enunciado* e que orientam um amplo conjunto de aspectos discursivo-textuais: esse nos parece ser a grande valia do conceito de *enunciado* bakhtiniano.

Esses critérios são, em termos bakhtinianos, *peculiaridades* que asseguram ao enunciado a condição de “unidade real e concreta de comunicação” e o distinguem das unidades da língua, entendida como sistema. Diferentemente do enunciado, a palavra e a oração, por exemplo, são unidades desprovidas, dentre vários aspectos discursivos, das forças do contexto socioverbal, das intenções e entonação do homem-falante, das orientações de qualquer esfera. Seria a palavra *fora da boca do falante*, que não interessa à *metalinguística*.

As peculiaridades são três e “atuam” de forma integrada e simultânea. São características básicas que os *enunciados* possuem em comum, mas que, ao mesmo tempo, individualizam cada enunciado (oral ou escrito) e o distingue em relação aos demais. São elas: *alternância dos sujeitos, conclusibilidade e expressividade*.

A primeira peculiaridade tem como princípio que todo enunciado é delimitado de outros enunciados pelo seu início e fim. O sujeito, em seu turno de fala ou de escrita, constrói um enunciado único que se conclui quando cede a seu interlocutor a fala (oralização, leitura, escrita). A troca de falantes/autores – sujeitos discursivos – emoldura o enunciado e lhe dá uma corporeidade com início e fim absolutos. Ou seja, a alternância/troca de sujeitos delimitam as fronteiras de cada enunciado, separando-o de todos os demais, quer anteriores (aos quais responde), quer posteriores (os que figuram como sua possível resposta e reação). Essa peculiaridade é crucial no entendimento do enunciado como “unidade real e concreta de comunicação”, como “unidade singular da comunicação discursiva”, irrepetível.

A “alternância dos sujeitos do discurso, que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados, [...] o distingue da unidade da língua” (Bakhtin, 2010b, p. 279-280). Isso porque a unidade da língua – palavra dicionarizada, oração *fora da boca do falante* – não tem um *início* nem um *fim*, não tem um *antes* nem um *depois*, não responde a nada, não espera nem busca uma relação dialógica com qualquer outra palavra ou interlocutor.

A alternância dos sujeitos se mostra de forma mais evidente na relação face a face, no diálogo real, na réplica do diálogo, na “forma mais simples e clássica de comunicação discursiva” (Bakhtin, 2010b, p. 279), nos turnos de fala organizados/construídos e assumidos por dois falantes. Nesse tipo de diálogo, a réplica é um todo único. Por exemplo, um enunciado seria a pergunta, outro a resposta: “*Que horas são?*” “*Onze.*”; ou o cumprimento:

“Olá!” “Olá!”; ou as “partes” de uma conversa confidencial que talvez dure horas, em que ora fale um dos interlocutores, ora outro.

Como enunciados, as réplicas do diálogo (independentemente do seu conteúdo, extensão, contexto sociocultural ou esfera, por exemplo) estão separadas pela alternância dos sujeitos, mas também estão intimamente relacionadas entre si. Uma réplica é pergunta, a outra é resposta; uma réplica deixa suspensa a informação, a outra complementa; uma réplica argumenta a favor de *x*, a outra contra-argumenta; uma réplica é concordância, a outra objeção; uma réplica “rouba” o turno alheio, o *outro* “cede”.

Contudo, o enunciado falado não se limita à conversa curta ou longa da ideologia do cotidiano e das ideologias constituídas. Ele pode ser também uma longa palestra, em que a plateia só poderá construir um novo enunciado ao final de uma hora de fala do palestrante, como ocorre, por exemplo, na esfera acadêmica.

Quanto à escrita, um tipo de enunciado que tem seus limites/fronteiras bastante evidentes é a carta – quer familiar ou empresarial, quer aberta ou confidencial –, porque é evidente também sua alternância de sujeitos: ora *remetente*, ora *destinatário*. Isso vale inclusive para a *carta do leitor* publicada nos jornais ou revistas, ainda que ela seja submetida ao crivo do editor do jornal ou revista e, quase sempre, não tenha um destinatário único e específico. Essas condições da *carta do leitor* a particulariza em relação aos demais tipos de carta, o que, porém, não cabe discutir aqui.¹¹¹

Um tipo de enunciado escrito de maior interesse ao nosso estudo é a notícia no jornalismo impresso. Embora ocorra como trabalho variado e conjunto do repórter e do editor do jornal – em que cada qual cumpre seu papel num espaço claramente delimitado: ao “ir à rua”, ao gravar a entrevista, ao redigir a notícia, ao avaliar e editar a escrita do repórter –, a notícia é um tipo de enunciado que se conclui e ganha corpo quando o jornal é impresso e entra em circulação, chega às mãos do leitor/enunciário. Executadas tais atividades, surge o “espaço” para outros sujeitos enunciarem suas vozes: é a vez de os leitores e o público em geral produzirem seus enunciados em resposta à notícia *x* ou *y*. Por vezes, essa resposta se realiza em forma de artigo de opinião, escrito e assinado, por exemplo, por professor universitário ou por especialista no assunto *x* ou *y*. É o artigo de opinião em diálogo com a notícia, conflitando vozes sociais.

¹¹¹ Os interlocutores atuam mutuamente a cada carta. O *destinatário*, por exemplo, influencia na escolha dos recursos linguísticos (Bakhtin, 2010b, p. 306), “traz” para a escritura epistolar provocações várias, que, somadas ao(s) assunto(s), podem resultar no discurso literário e poético, ainda que a carta não vá pertencer à esfera literária. Essa questão é abordada, por exemplo, por Francisco (2015).

Essa visada sobre os enunciados da esfera jornalística exemplifica que em todos os “campos da comunicação discursiva, inclusive nos campos da comunicação cultural (científica e artística) complexamente organizada, a natureza dos limites do enunciado é a mesma” (Bakhtin, 2010b, p. 279), quer o enunciado seja oral, quer seja escrito.

A alternância dos sujeitos, a nosso ver, assume, implicitamente, formas variadas, em função, por exemplo, das intenções do enunciador (sobre as quais trataremos adiante como parte da segunda peculiaridade), da complexidade do enunciado, das condições da comunicação, do contexto situacional, da esfera ideológica em que se situam os interlocutores.

A **conclusibilidade** (acabamento do enunciado)¹¹², a segunda peculiaridade, é do interior do enunciado e está inteiramente vinculada à primeira, ela “é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso” (Bakhtin, 2010b, p. 280), pois tem a ver com a provocação de resposta e as intenções assumidas pelo enunciador. A “conclusibilidade é específica e determinada por categorias específicas. O primeiro e mais importante critério de conclusibilidade do enunciado é a possibilidade de *responder a ele*, em termos mais precisos e amplos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva (por exemplo, cumprir uma ordem)” (Bakhtin, 2010b, p. 280). É esse critério que privilegiaremos no que tange à conclusibilidade.

Todo enunciado é passível de resposta, é internamente provocador de uma resposta externa, está à espera de uma resposta, de uma postura ativa do ouvinte/leitor (enunciatário), seja como acordo ou desacordo (total ou parcial), como complemento ou correção, como reiteração ou objeção – total ou parcial.

Esse critério aplica-se aos enunciados orais em geral. Por exemplo, a pergunta breve – *Quer café?* – à que se espera uma resposta afirmativa, ou não; o pedido de favor, que pode ser correspondido ou não. A troca de cumprimentos pela manhã entre familiares ou amigos se dá carregada de posição responsiva no primeiro *Bom dia!*; as palavras de pedido de um pai ao filho pedem e esperam por uma resposta concreta e efetiva, quase sempre de concordância à voz do pai; a ordem de um comandante militar ao soldado traz inerente e explicitamente o pedido de resposta: o cumprimento da ordem. Esses pequenos exemplos são casos típicos da réplica do diálogo, sobre a qual observa Bakhtin: “Cada réplica, por mais breve e

¹¹² No ensaio *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2010b) emprega os termos *conclusibilidade* e *acabamento do enunciado*. Já no livro *Questões de literatura e estética: a teoria do romance* (Bakhtin, 2010c), em nota, a equipe de tradução observa que o termo *zaverchênie* pode ser traduzido por *realização*, *cumprimento*, *acabamento* ou *conclusão*.

fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva” (Bakhtin, 2010b, p. 275). Desse modo, como parte natural das relações dialógicas, o ouvinte/enunciatário passa a ser falante/enunciador produtor de novo enunciado, um enunciado-resposta, o qual, por sua vez, também carrega um pedido de resposta, contribuindo, assim, para a construção do *diálogo sem fim* e inconcluso do ser humano, da humanidade, para a construção do grande *simpósio universal*.

Os enunciados escritos também possuem sua conclusibilidade, ainda que seja de forma subentendida e não tão evidente quanto ocorre nos enunciados orais. Um dos motivos para isso é o fato de a escrita estar privada da relação face a face e da interação verbal imediata¹¹³. Por exemplo, o discurso científico, com o qual podemos concordar ou discordar (inteiramente ou em parte); o romance policial ou regionalista, sobre o qual podemos fazer julgamentos, avaliando-o. A verdade é que “alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado” (Bakhtin, 2010b, p. 280).

Algo semelhante ocorre nos enunciados da esfera jornalística. Ao ser publicada e entrar em circulação, a notícia traz também uma provocação de resposta, que tende a ser especialmente diversa de leitor/enunciatário para leitor/enunciatário. O mesmo vale para o artigo de opinião ou o editorial do jornal ou revista. Nesses casos, a resposta do leitor viria, em princípio, em forma de comentários diversos (orais na vida cotidiana ou escritos em sites e blogs dos jornais), de cartas do leitor, de artigos de opinião.

Todo enunciado concreto e real tem uma ação de resposta embutida pelo enunciador quando de sua produção. No entanto, para que a conclusibilidade – a atitude responsiva – se concretize, “não basta que o enunciado seja compreendido no sentido *de língua*. Uma oração absolutamente compreensível e acabada, se é oração e não enunciado constituído por uma oração, não pode suscitar atitude responsiva”. A *inteireza* do enunciado “não se presta a uma definição nem gramática nem abstrato-semântica” (Bakhtin, 2010b, p. 280). Isto é, a unidade da língua – palavra dicionarizada, oração *fora da boca do falante* – não carrega consigo qualquer conclusibilidade, qualquer atitude responsiva.

De acordo com Bakhtin (2010b, p. 280-1),

Essa inteireza acabada do enunciado, que assegura a possibilidade de resposta (ou de compreensão responsiva), é determinada por três elementos (ou fatores) intimamente ligados no todo orgânico do enunciado: 1) exauribilidade do

¹¹³ A distinção entre fala e escrita não é simples nem pode ser tratada de forma dicotômica, como mostra, por exemplo, Marcuschi (2001).

objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento.

O primeiro desses fatores diz respeito ao tratamento exaustivo do objeto em relação ao sentido. É tratar o sentido do objeto de forma exaustiva a ponto de dar um todo conclusivo ao enunciado. Tem-se aqui a ideia de esgotamento do objeto – o qual, sabemos, é inesgotável – no âmbito e nas condições do enunciado. Isto é, ao produzir uma notícia, um artigo de opinião, uma dissertação de mestrado, um romance, um poema, uma palestra, uma advertência oral, um pedido, o enunciador alcança um acabamento semântico relativo, nos limites do enunciado.

Na verdade, a exauribilidade do objeto e do sentido é diversa conforme a esfera (e o gênero) a que pertença o enunciado. Ela se mostra de forma mais presente e quase completa nos enunciados cujos gêneros encontram-se estabilizados e padronizados em alto grau: são enunciados nos quais é mínimo o trabalho de criação do enunciador. Isso ocorre “em alguns campos da vida (as questões de natureza puramente factual, bem como as respostas factuais a elas, os pedidos, as ordens, etc.), em alguns campos oficiais, no campo das ordens militares e produtivas” (Bakhtin, 2010b, p. 281), em específico nas perguntas e respostas marcadamente fáticas, nas ordens de trabalho, militares, domésticas, entre outras.

Nos campos da criação (particularmente no científico, evidentemente), ao contrário, só é possível uma única exauribilidade semântico-objetual muito relativa; aqui só se pode falar de um mínimo de acabamento, que permite ocupar uma posição responsiva. O objeto é objetivamente exaurível, mas ao se tornar *tema* do enunciado (por exemplo, de um trabalho científico) ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certa situação do problema, em um dado material, em determinados objetivos colocados pelo autor, isto é, já no âmbito de uma ideia *definida do autor*. (Bakhtin, 2010b, p. 281)

O segundo desses fatores é a *vontade discursiva* do enunciador e diz respeito às suas intenções ao produzir o enunciado. Trata-se de um fator de grande importância, pois a vontade discursiva pode ser a chave que torna o enunciado passível de resposta e que, de certo modo, provoca o enunciatário a assumir em relação a ele uma posição responsiva. Todo enunciado, do mais simples ao mais complexo, traz em si a vontade discursiva do enunciador, a qual estabelece o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras.

A vontade discursiva é tão importante para o enunciador no processo de comunicação verbal que ela o orienta e determina as escolhas feitas. Entre essas escolhas estão o objeto do discurso, a relação desse objeto com enunciados anteriores, a exauribilidade a lhe ser dada, o gênero a ser construído o enunciado. Assim, a vontade discursiva embutida no enunciado

vincula-o “a uma situação concreta (singular) de comunicação discursiva, com todas as suas circunstâncias individuais, com seus participantes individuais, com as suas intervenções – enunciados antecedentes” (Bakhtin, 2010b, p. 282).

E mais, a vontade discursiva, ao compor o enunciado, vincula-se ao gênero do discurso em que se constrói o enunciado. Segundo Bakhtin (2010b, p. 282):

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero do discurso*. [...] A intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é [...] aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero.

O terceiro – e principal, conforme Bakhtin – desses fatores tem relações diretas com a vontade discursiva. São as formas típicas de acabamento do enunciado relativamente estáveis: são os *gêneros do discurso*, sobre os quais expusemos no item anterior. Dar ao enunciado um acabamento típico de um gênero contribui crucialmente para lhe dar conclusibilidade. Isto é, na sua “transformação” em gênero, o enunciador embute-lhe um pedido de resposta, uma atitude responsiva.

Expostas as duas primeiras peculiaridades (*alternância de sujeitos e conclusibilidade*) e os três fatores (exauribilidade do objeto e do sentido, vontade discursiva do enunciador e as formas típicas composicionais e de gênero) determinantes da atitude responsiva do enunciado (principal critério da conclusibilidade), passemos à terceira e última, a ***expressividade***.

A *expressividade* diz respeito à posição emotivo-valorativa do enunciador em relação ao objeto (independentemente de qual seja esse objeto conteudístico) e ao sentido, o que implica fazer escolhas lexicais, gramaticais e composicionais na produção do enunciado. De modo particular, a expressividade determina tais escolhas e nelas aparece refletida, assim como determina a composição e o estilo individual do enunciado. A expressividade “é o elemento *expressivo*, isto é, a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (Bakhtin, 2010b, p. 289). Esse aspecto expressivo do enunciado é o principal determinante do seu estilo individual.¹¹⁴

A expressividade do enunciado lhe é integrante e inerente. Não há enunciado – realização concreta de comunicação verbal – sem expressividade. Afirmar Bakhtin (2010b, p. 289): “um enunciado absolutamente neutro é impossível”. E, como o enunciado é singular e irrepetível, também o é a expressividade.

¹¹⁴ Também, a *expressividade* diz respeito à ideologia do sujeito e do grupo a que ele pertence, à ideologia assumida e expressa pelo enunciador num enunciado específico, jornalístico, por exemplo.

A expressividade não é relação emotivo-valorativa do enunciador única e exclusivamente com o objeto do seu próprio enunciado, mas também com outros enunciados (seus objetos e sentidos) já ditos e com os quais dialoga (responde, pergunta, adverte, contrapõe-se, complementa), com a expressividade neles presente, assim como com o enunciador de cada enunciado. Desse modo, a expressividade de determinado enunciado pode complementar, imbricar, contrapor-se à de outros enunciados, sejam eles produzidos pelo mesmo sujeito ou não, o que resulta numa rede subjetiva emocionalmente valorativa do(s) enunciador(es).¹¹⁵

A expressividade é diversa também devido à esfera de pertencimento do enunciado. O elemento expressivo possui significado e força graduais coerentemente às orientações da esfera em que se enuncia.

Assim como as esferas sociais, os gêneros também exercem influência na expressividade do enunciado. Cada gênero do discurso, como forma típica do enunciado, “inclui certa expressão típica a ele inerente” (Bakhtin, 2010b, p. 293). Isto é, cada gênero possui, previamente, suas formas lexicais, gramaticais e composicionais típicas (é o estilo do gênero). Mas, enquanto a expressividade do enunciado é de ordem subjetiva e individual ao enunciador, a expressividade do gênero é impessoal e pode ser vista como genérica, tal como são os gêneros. Na produção de enunciados específicos, o enunciador leva em consideração a expressividade típica do gênero em que fala ou escreve, no sentido de adequar a essa expressividade a expressividade individual e subjetiva a dar ao enunciado.

De um modo ou de outro, parece-nos que não podemos nos furtar a considerar tanto a expressividade individual e subjetiva do enunciador, quanto a expressividade do gênero, pois ambas estão presentes no enunciado, compondo-o de modo relevante. Ambas nos interessarão na análise a ser empreendida no capítulo 5. Ainda assim, cabe-nos estar atentos no sentido de avaliar se um dos tipos de expressividade figura em maior destaque nos enunciados do que o outro tipo.

Poderíamos aqui retomar as noções de *sistemas ideológicos constituídos* e de *ideologia do cotidiano* correlacionando-as à de *enunciado*, a fim de perceber que esse, tal como os gêneros, vincula-se às esferas/campos. Os enunciados – produtos verbais concretos e irrepetíveis – são constituídos no interior de uma determinada esfera ideológica (seja política,

¹¹⁵ Aparentemente, a expressividade contribui substancialmente para o diálogo entre enunciados, isto é, para o *interdiscurso* (assunto do item 2.5). Sabemos que as posições axiológicas e atitudes emotivo-valorativas dos sujeitos permeiam o *interdiscurso*, o que sugere podermos perceber essas posições e atitudes como alguns dos pilares do *interdiscurso*.

artística, religiosa, escolar/educacional, jornalística, jurídica, desportiva), e orientado, em parte, pelos aspectos constituintes dessa esfera. Entre esses aspectos, encontram-se a posição social ocupada pelos sujeitos e seus interesses na interação socioverbal, a finalidade social da construção do enunciado, o espaço exclusivo da interação, o meio (suporte do gênero) de comunicação empregado.

Os enunciados não são formas e uso livres, eles se caracterizam como formas mais ou menos *típicas*, relativamente estáveis para a estruturação de uma totalidade discursiva única que se instaura a cada processo de comunicação verbal: tudo ocorrendo conforme a esfera ideológica acolhedora de cada enunciado. Particularmente para nossa reflexão, os enunciados são da *esfera jornalística*, os quais possuem uma forma composicional específica (o que Bakhtin chama de *arquitetônica*¹¹⁶). A esfera jornalística não orienta apenas a forma ou a escolha de elementos linguísticos do *enunciado-notícia*, mas também suas peculiaridades e critérios diversos: a alternância de sujeitos, a conclusibilidade, a expressividade.

Para concluir este item sobre as peculiaridades do enunciado, sintetizamos com as próprias palavras de Bakhtin (2010b, p. 278):

O enunciado é delimitado “de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso”, “tem contato imediato com a realidade (com a situação extraverbal)” e “relação imediata com enunciados alheios”, “dispõe de plenitude semântica” e “capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do outro falante, isto é, de suscitar resposta”.

O enunciado, especialmente no que tange a seu estilo e sua composição, está condicionado à visão de mundo do enunciador e aos seus juízos de valor e emoções, mas também ao objeto do seu discurso e ao sistema e recursos linguísticos.

2.4. A realidade social como fonte dos enunciados complexos

No item 2.1, *As esferas sociais e a ideologia do cotidiano*, argumentamos que as esferas sociais alimentam-se da ideologia do cotidiano, das forças e dos sujeitos que nelas atuam. De certo modo, a ideologia do cotidiano está à disposição e a serviço das esferas. Isto é, o enunciador utiliza (quase sempre), de modo direto ou indireto, de elementos tipicamente pertencentes à ideologia do cotidiano para produzir cada enunciado, em forma de gênero, no âmbito de determinada esfera. Aqui, mostraremos como – aos olhos de Bakhtin, particularmente em PPD – Dostoiévski realiza essa “transposição”, criando uma obra

¹¹⁶ O conceito de *arquitetônica*, porém, não é parte da nossa discussão teórica.

romanesca a partir do mundo particular em que estava inserido. Essa exposição ocorre com o intuito de que, a partir do entendimento bakhtiniano sobre o trabalho literário-intelectual do romancista russo, possamos pensar os enunciados e gêneros da esfera jornalística.

É no discurso romanesco de Dostoiévski que Bakhtin encontra as relações dialógicas de forma ampla e intensa. Os romances de Dostoiévski são, por excelência, dialógicos.

No entanto, Dostoiévski não é um *criador supremo* dos seus romances. Ele é o autor que ouve e colhe o diálogo da realidade, da vida social e cotidiana, e o traz para dentro do romance, adequando o *diálogo do mundo* à linguagem romanesca. São as vozes das pessoas do seu tempo e do seu meio que vão, em certa medida, compor cada obra, especialmente os romances tardios: *Crime e Castigo*, *O idiota*, *Os Demônios* e *Os Irmãos Karamázov*. É a vida, portanto, como fonte do discurso e enunciados complexos da esfera literária. A esse respeito escreve Bakhtin em PPD:

Para o artista-prosador, o mundo está repleto das palavras do outro; ele se orienta entre elas e deve ter um ouvido sensível para lhes perceber as particularidades específicas. Ele deve introduzi-las no plano do seu discurso e deve fazê-lo de maneira a não destruir esse plano. Ele trabalha com uma paleta verbal muito rica e o faz com perfeição. (Bakhtin, 2010a, p. 230-1).

Dostoiévski foi o intelectual capaz de identificar e ouvir o diálogo da palavra do *outro* em toda parte, em todas as manifestações da vida humana consciente e racional. Para ele, consciência e diálogo estão intimamente integrados. A consciência – do homem em permanente interação socioverbal – é, em grande medida, a *origem* das relações dialógicas visivelmente presentes na sociedade (quer na ideologia cotidiana, quer nas esferas sociais), as quais povoam e integram essa mesma consciência e os diferentes enunciados, as quais constituem a palavra como *signo ideológico*.¹¹⁷

Tanto a consciência quanto a palavra e o enunciado se constituem na relação dialógica – ora de acordo, ora de conflito – entre duas (ou mais) consciências, entre o *eu* e o(s) *outro(s)*. E Dostoiévski tinha percepção disso. “Dostoiévski tinha um olho excepcionalmente penetrante e um outro sensível para ver e escutar essa luta sumamente intensa do *eu* com o *outro* em cada revelação exterior do homem (em cada rosto, gesto, palavra), em cada forma viva de convívio do seu tempo” (Bakhtin, 2010a, p. 332). Sim, o encontro dialógico (consensual ou conflitante) do intelecto humano se mostra como tal, por exemplo, nas manifestações verbais de cada falante/autor (enunciador). Dostoiévski percebia esse encontro

¹¹⁷ No item 2.6, trataremos da *palavra* e, no item 2.8, trataremos da *consciência* e da relação *eu–outro*.

dialógico interno do homem e, semelhante, fazia ocorrer nos principais personagens da sua prosa romanesca.

Mais do que ouvir as vozes da consciência dos homens e do mundo a seu redor, Dostoiévski identificava as relações hierárquicas entre essas vozes, percebia o diálogo estabelecido entre elas nas condições de tal hierarquia. Esse diálogo hierárquico – e não só cada uma das vozes – é para Dostoiévski de crucial importância para a construção do discurso romanesco.¹¹⁸ Conforme Bakhtin (2010a, p. 100-1):

Ele auscultava também as vozes dominantes, reconhecidas e estridentes da época, ou seja, as ideias dominantes, principais (oficiais e não oficiais), bem como vozes ainda fracas, ideias ainda não inteiramente manifestadas, ideias latentes ainda não auscultadas por ninguém exceto por ele, e ideias que apenas começavam a amadurecer, embriões de futuras concepções do mundo.

Dostoiévski sabia ouvir e identificar a heteroglossia (a hierarquia heteroglótica) difusa no mundo social e cotidiano. Também hierarquicamente ouvia e identificava (inseridas nessa mesma hierarquia) as vozes e palavras ainda não pronunciadas, palavras que ainda pulsavam no entre meio das demais, palavras latentes, embriões prestes a uma ou outra pessoa lhes dar a luz na vida social e cotidiana, em forma de enunciado sempre. Essa complexa hierarquia – heteroglótica, dialógica, pluri- e multivocal – era trazida, ao modo da linguagem artístico-romanesca, para dentro do romance, como principal elemento constituinte da *polifonia* privilegiada por Dostoiévski.

Dostoiévski, no diálogo da sua época e do seu mundo social e cotidiano, “auscultava também os ecos das vozes-ideias do passado, tanto do passado mais próximo (dos anos 30-40) quanto do mais distante” (Bakhtin, 2010a, p. 101). Algo semelhante ocorria em relação às vozes do porvir: “ele procurava auscultar também as vozes-ideias do futuro, tentava adivinhá-las, por assim dizer, pelo lugar a elas destinado no diálogo já desencadeado a réplica ainda não pronunciada do futuro.” Ou seja, faziam parte do diálogo do presente também as vozes do passado e as vozes do futuro. “Desse modo, no plano da atualidade confluíam e polemizavam o passado, o presente e o futuro” (Bakhtin, 2010a, p. 101). Formava-se aí o *grande diálogo* – constituinte do (e presente no) mundo sociocultural e cotidiano de dada época – descortinado por Bakhtin em Dostoiévski. O *artista-prosador* ouvia, como parte da complexa hierarquia de que falamos anteriormente, o *grande diálogo* de sua época.

¹¹⁸ Dostoiévski percebia a posição (atitude responsiva) que cada voz assumia em relação à(s) outra(s) voz(es).

Sobre a mesma relação entre a vida cotidiana e a esfera literária e seus gêneros, Medviédev (2012, p. 221-2) atenta para a construção da significação dos “elementos transeuntes”:

não acontece, de forma alguma, a substituição de uma significação pela outra, mas a sobreposição de uma sobre a outra, que, obviamente, não é mecânica. Ao significado cotidiano do fato é acrescentado um novo, construtivo e literário. Se o fato não tivesse significado cotidiano ou se o perdesse ao entrar na literatura, ele seria desinteressante e inútil para ela.

É, portanto, a força viva dos significados cotidianos a razão para a literatura se alimentar dos fatos e interações socioverbais corriqueiros (e até mesmo aparentemente fúteis) ou formais do homem em sociedade. Esse processo é bidirecional, o cotidiano também se alimenta da literatura, pois, em geral, a obra literária é produzida e existe em direção do mundo cotidiano e, assim direcionada, muitas vezes o homem no seu fazer cotidiano usa de ideias, fatos e recursos oriundos da obra literária. Uma ideia ou elemento que se desloca de um campo para outro realiza uma peregrinação sem perder sua essência ideológica e sem causar perdas ao campo de origem.

Esse processo entre literatura e cotidiano ocorre de forma similar com gêneros de esferas não literárias, com nossas tantas construções verbais e enunciados complexos.

Acerca dessas mesmas vozes/ideias que povoam a realidade social e cotidiana, a exemplo do artista prosador (e do autor do texto jornalístico, por exemplo), nós, analistas, também estamos em permanente convívio com elas. As vozes sociais e seus diálogos, objeto de nossa análise, são as mesmas vozes que povoam nosso mundo diariamente. Ou seja, ao analisarmos o discurso romanesco ou o discurso jornalístico,

nós mesmos nos orientamos muito sutilmente entre todos os tipos e variedades de discurso que examinamos. Além disso, na prática cotidiana, ouvimos de modo muito sensível e sutil todas essas nuances nos discursos daqueles que nos rodeiam; nós mesmos trabalhamos muito bem com todas essas cores da nossa paleta verbal. (Bakhtin, 2010a, p. 231)

Como analista, é inevitável que levemos em conta nosso contato com essas vozes e nosso conhecimento a respeito de suas relações dialógicas, suas forças de atuação na sociedade, suas origens e seus destinos, porque *falamos da língua que falamos*. Trata-se, portanto, de uma relação íntima entre nós, analistas, e tais vozes. No entanto, de um modo ou de outro, devemos, metodologicamente, manter relativo distanciamento dessas vozes e seus diálogos.

Observações acerca desse contato e conhecimento têm importância para pensarmos, particularmente, a relação do autor do discurso jornalístico com as vozes que povoam a realidade social e cotidiana, o mundo em que se situa esse autor.

Nossa hipótese é de que, tal como Dostoiévski – com as devidas ressalvas –, o autor de enunciados complexos do campo jornalístico também cria o discurso jornalístico (*publicístico*, nos termos de Bakhtin) a partir das vozes, sua hierarquia e diálogos presentes, explícita ou implicitamente, na sociedade atual. Isto é, queremos, no mínimo, considerar que o mundo social e heteroglótico e plurilíngue é sobremaneira a fonte que alimenta o discurso jornalístico de um modo geral.

Pretendemos *transpor* as considerações bakhtinianas sobre a prosa de Dostoiévski para o discurso jornalístico. Para tanto, devemos estar atentos aos cuidados que tal empreitada exige. Teremos, evidentemente, de fazer adequações no que tange à aplicação dos conceitos explorados pelos membros do Círculo. Além disso, muito provavelmente, não encontraremos no discurso jornalístico a complexidade discursivo-dialógica apresentada e discutida nos seus escritos.

Postulamos que o autor do texto jornalístico – seja o profissional jornalista, seja o político, economista ou professor universitário que escreva para o jornal/revista, por exemplo –, a exemplo do *artista-prosador* de Bakhtin, ouve e colhe vozes e palavras do *outro* que povoam o mundo. Claro, as percebe com o ouvido próprio ao autor do texto jornalístico, evidentemente. Hoje, esse autor trabalha com a paleta verbal do início do século XXI, traz as particularidades de vozes e palavras do *outro* para o discurso jornalístico – nos seus diferentes gêneros: notícia, editorial, artigo de opinião, coluna social, carta do leitor, entre outros –, sempre respeitando as coerções e orientações específicas do campo jornalístico e seus gêneros.

Por fim, como espécie de adendo a este item, parece-nos pertinente esclarecer sobre as expressões *grande tempo*, *pequeno tempo*, *grande diálogo* e *pequeno diálogo*, no entendimento do Círculo de Bakhtin.

O *grande diálogo* se estende no *grande tempo*, centripetamente presente no *pequeno tempo*, o *tempo presente*, onde há renovação dos sentidos, dos sentidos que perpassam o *grande tempo*. Para Bakhtin, há “o *pequeno tempo* – a atualidade, o passado imediato e o futuro previsível [desejado] – e o *grande tempo* – o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre.” (Bakhtin, 2010b, p. 409). No tempo, no *pequeno* e no *grande*, os sujeitos se constituem dialogicamente e constroem enunciados individuais, concretos e

irrepetíveis, e os gêneros do discurso se formam como construções históricas. Poderíamos dizer, sujeitos e enunciados estão para o *pequeno tempo*, enquanto gêneros discursivos estão para o *grande tempo*. Trata-se de um processo amplo – que envolve gêneros orais e escritos, da ideologia do cotidiano e dos sistemas ideologicamente constituídos – de determinada cultura (em parte, das culturas em conjunto) e da humanidade.

Para os membros do Círculo, a nosso ver, é de fundamental importância ao pesquisador dos gêneros discursivos (e da língua de um modo geral) a percepção do *grande tempo*. O olhar sincrônico nos estudos linguístico-discursivos jamais pode perder os raios que perpassam o *grande tempo*. Tal consideração percebemos nas seguintes palavras de Bakhtin, do texto *Metodologia das ciências humanas*¹¹⁹:

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo. (Bakhtin, 2010b, p. 410)

Essa distinção entre *sentido/vozes do presente* e *sentido/vozes do passado e futuro* contribui para compreendermos os assuntos dos dois próximos itens: o *interdiscurso* tecido entre enunciados e o *intradiscurso* tecido no interior de cada enunciado.

2.5. Interdiscurso: o diálogo entre enunciados

Para o Círculo é forte o conceito de *diálogo*: temos uma teoria dialógica da linguagem. Um dos sentidos dado ao termo é o de comunicação face a face, da conversa em voz alta, da conversa ao telefone, em que a *réplica do diálogo* é o enunciado típico. A relação entre a pergunta e a resposta – a *réplica* – é o caso mais nítido de relação dialógica entre enunciados. Essa acepção de diálogo é de grande importância na teoria do Círculo, pois é o ponto de partida para a compreensão das múltiplas relações dialógicas constituintes dos diferentes

¹¹⁹ Sobre esse texto, esclarece o tradutor Paulo Bezerra em nota de rodapé: “Esse texto tem origem em um pequeno ensaio esboçado por Bakhtin entre fins dos anos 30 e início dos anos 40, denominado ‘Os fundamentos filosóficos das ciências humanas’, que deu origem ao texto final aqui publicado como ‘Metodologia das ciências humanas’” (Bakhtin, 2010b, p. 393).

discursos; ela é uma espécie de modelo e síntese do diálogo tecido nos e pelos enunciados complexos. A essência dialógica do discurso está contida na *réplica*, poderíamos dizer.

Esse tipo de diálogo, em princípio, pertence à ideologia do cotidiano; é esse o local mais típico e a origem da *réplica*, embora ela possa ser incorporada a enunciados complexos – orais ou escritos, de uma ou outra esfera ideológica –, por exemplo, à palestra/conferência, ao romance, ao conto, aos autos de um processo judicial, à reportagem jornalística. Assim incorporada, a *réplica* diz respeito ao diálogo intradiscursivo (do qual nos ocuparemos no item subsequente). É no cotidiano e na vida que os membros do Círculo encontram o eixo central de sua teoria dialógica: a vida social cotidiana é marcada por diálogos múltiplos. Em outras palavras, as especificidades dialógicas do enunciado e do discurso de um modo geral têm como base a vida social cotidiana, o que nos remete ao item anterior.

Nesse sentido, ouvindo as vozes da sociedade do seu tempo e “lendo” Dostoiévski, os membros do Círculo ampliam o conceito: “pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ [...] toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 123). Na vida social, de forma ininterrupta e dialógica, todo enunciado “é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 123). As relações dialógicas, portanto, ocorrem no interior do enunciado e, ao mesmo tempo, em relação ao seu exterior. Integrando uma grande rede, o enunciado dialoga com outros tantos enunciados da mesma esfera ideológica ou não, quer antecedentes e já ditos, quer os do porvir. Na perspectiva do enunciador, ao falar/escrever, ele estabelece relações dialógicas diversas com outras falas/escritas, outros enunciados.

A respeito desse processo dialógico constituído por/entre enunciados e do qual fazem parte (e, ao mesmo tempo, constituinte do enunciado individual), é pertinente atentar que toda “obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a *réplica* do diálogo, está vinculada a outras obras – enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem” (Bakhtin, 2010b, p. 279).

Ao contrário da palavra ou da oração – tomadas como elementos exclusivamente linguístico-gramaticais –, o enunciado, de qualquer extensão, está diretamente vinculado a um contexto extraverbal específico, o que, em parte, o faz se situar numa determinada esfera ideológica e concretizar suas relações dialógicas interdiscursivas. “Todo enunciado se relaciona de forma direta, imediata e ‘pessoalmente com o contexto extraverbal da realidade (a situação, o ambiente, a pré-história)’, ‘com as enunciações de outros falantes’” (Bakhtin, 2010b, p. 277). A palavra e a oração também podem ganhar *status* de enunciado, mas há de

atender certas condições, aquelas a que todo enunciado está submetido. Como enunciado, a oração estará direta e individualmente diante da realidade (do contexto extraverbal do discurso), e, ao mesmo tempo, diante de outros enunciados alheios, em pé de igualdade com todos no grande simpósio universal.

Dialogando com enunciados escritos ou falados presentes e vivos (embora, por vezes, *submersos*) na mente dos sujeitos e na vida social, novos enunciados são criados sob orientações de uma ou outra esfera, quer pelo mesmo falante/autor do(s) enunciado(s) anterior(s), quer por interlocutores outros. Ao serem criados, já esperam – provocam, perguntam, antecipam – novos enunciados, com os quais vão compor uma rede de comunicação ampla, a exemplo do que vivemos na vida social cotidiana. Noutros termos, cada enunciado se faz presente na vida social e em dada esfera em relação a outros enunciados. Sem esse diálogo nenhum enunciado faria sentido, seria necessário ou se sustentaria como elemento central de qualquer interação socioverbal. Independente e isolado o enunciado não existe. Sua condição de existência é inevitavelmente dialógica. Trata-se de condição relacional valiosa para o Círculo, como percebemos em quase todos os seus escritos.

Essa condição inter-relacional implica que cada enunciado (réplica do diálogo, notícia, romance, por exemplo) ocupa uma posição específica concretizada em relação às posições dos enunciados de sua (réplica, notícia, romance) rede de relações. Isto é, a posição de cada enunciado só pode ser definida se correlacionada com outras posições, ao mesmo tempo em que um enunciado existe de forma concreta e irrepetível tão somente em relação a outro(s). Além disso, como parte das esferas sociais, cada enunciado ocupa uma posição específica em determinada esfera, embora esteja em geral na fronteira de outras esferas.

Acerca de tais relações, observa Bakhtin (2010b, p. 297): “cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.” O diálogo entre enunciados – sempre ideológicos – tem como base as vozes e posições axiológicas dos sujeitos. “Todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição neste contexto” (Faraco, 2003, p. 25). Na perspectiva linguístico-dialógica do Círculo, a vida se compõe de atitudes avaliativas. Viver é assumir valores e expressá-los verbalmente (por meio de enunciados), em face dos tantos enunciados que povoam nosso meio. Viver é fazer emergir uma atitude responsiva, em forma de enunciado, singular e irrepetível (Bakhtin, 2010b, p. 298-300)¹²⁰. E, como vimos no item 2.3, *As peculiaridades do*

¹²⁰ “O eu e o outro são as categorias axiológicas basilares, que pela primeira vez tornam possível qualquer *juízo de valor efetivo*, e um momento desse juízo, ou melhor, a diretriz axiológica da consciência não ocorre só no

enunciado, ao tratarmos da conclusibilidade (especificamente da vontade discursiva), o enunciado é uma tomada de posição por parte do enunciador, como também um pedido de resposta, de uma nova tomada de posição por parte do *outro* (enunciatário), a qual figurar-se-á em forma de enunciado novo.¹²¹

Como enfatiza Bakhtin, um enunciado, ao ocupar uma posição específica, torna-se preñado de atitudes responsivas, atitudes que respondem a enunciados com os quais se relaciona, que respondem a atitudes responsivas neles presentes. Portanto, pensar o enunciado implica pensar suas atitudes responsivas e sua relação com outros enunciados. Tais atitudes responsivas fortalecem as (e são a essência das) relações dialógicas entre os enunciados de um determinado campo. A(s) atitude(s) responsiva(s) do enunciado é/são a manifestação da sua posição em relação aos demais enunciados.

A obra, como a réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência educativa sobre os leitores, sobre suas convicções, respostas críticas, influência sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura. (Bakhtin, 2010b, p. 279)

Outro ponto a enfatizar é que a esfera específica em que se localiza o enunciado também condiciona suas relações dialógicas com os demais enunciados, com os elos precedentes. As relações dialógicas entre enunciados e as formas das atitudes responsivas diferenciam-se de acordo com a esfera em que ocorrem, por exemplo, a atitude responsiva no campo da literatura ou da ciência é diferente da que se realiza no campo jurídico ou jornalístico. A atividade humana e da vida é particular ao campo em que ocorre a interação socioverbal.

Tem ficado evidente que para os membros do Círculo é forte o vínculo entre esfera e enunciados, é forte a concepção de que os enunciados se relacionam entre si no território de determinada esfera ideológica. Essa postura é explicitada, por exemplo, no livro de 1929, *Marxismo e filosofia da linguagem*, e no ensaio de 1953, *Os gêneros do discurso*, de *Estética da criação verbal*.

ato na verdadeira acepção do termo mas em cada vivenciamento e até na sensação mais simples: viver significa ocupar uma posição axiológica em cada momento da vida, significa firmar-se axiologicamente.” (Bakhtin, 2010b, p. 173-4)

¹²¹ “Qualquer enunciado concreto é um ato social. Por ser também um conjunto material peculiar – sonoro, pronunciado, visual –, o enunciado ao mesmo tempo é uma parte da realidade social.” (Medviédév, 2012, p. 183).

Desse modo, é na unicidade da vida do campo jornalístico que podemos perceber, compreender e apreender qualquer enunciado jornalístico (notícia, editorial, artigo de opinião) na sua integridade, isto é, todos os elementos que o compõem e nele atuam o tornam único e lhe dão vida. É no âmbito da esfera que de fato podemos perceber as relações de determinado enunciado com os demais, assim como todas as forças dialógicas nele atuantes. Esse procedimento de percepção, compreensão e apreensão pode ser tomado como parte do método de análise dos enunciados – é o que procuraremos fazer ao longo deste estudo, especialmente no capítulo 5.

No entanto, estaremos atentos sobre a possibilidade de o interdiscurso ocorrer também entre enunciados de diferentes esferas. Ou seja, embora seja forte o vínculo entre esfera e enunciados, seja forte a concepção de que os enunciados se relacionam entre si no território de determinada esfera ideológica – o que didatiza o entendimento e a exposição a esse respeito –, podemos identificar que, muitas vezes, as relações dialógicas ocorrem, também, entre enunciados de esferas distintas. Em síntese, um enunciado estabelece relações tanto com enunciado(s) da própria esfera quanto com enunciado(s) de esfera(s) distinta(s).

Considerar assim o interdiscurso não é algo estranho aos estudos do Círculo. Acerca da literatura, seus membros mais de uma vez mostraram a relação entre a obra literária e textos não literários, mostraram o trânsito de ideias e fatos de um para o outro, o trânsito entre esferas. É trânsito e encontro dialético do “externo” e do “interno” ao enunciado literário.

Isso mostra que as relações dialógicas entre enunciados – o interdiscurso – ocorrem, também, sobre as fronteiras das esferas ideológicas. Tal diálogo, portanto, ocorre parcialmente sobre múltiplas fronteiras, o que nos parece alimentar o entendimento de que – como argumentamos no item 2.1 – as esferas se imbricam, de que as obras verbais (da fala ou da escrita) e os sujeitos transitam de uma esfera a outra, de que as interações socioverbais, muitas vezes, ocorrem nas fronteiras (zonas mistas e de contato) dos diferentes campos da criação intelectual-ideológica.

Sem pretendemos ignorar ou afastar desta reflexão as coerções de determinada esfera, na verdade, a nosso ver, os enunciados (alguns mais, outros menos ou muito raramente, como ocorre com os *enunciados tipicamente religiosos*) podem também dialogar com enunciados pertencentes a outras esferas. Se assim não fosse, estaria em xeque a ideia de fronteira que queremos sustentar com a visão bakhtiniana de linguagem e que existe, de modo subjacente, na sua concepção de *relação dialógica* – o *dialogismo*. Trata-se de uma fluidez que ocorre porque o enunciado novo é criado na confluência de outros tantos circulantes e vivos na vida social (isto é, o enunciator, mesmo que não saiba, utiliza de elementos oriundos de

enunciados de diferentes esferas), e porque, quando o enunciado novo entra em circulação, ele cai na corrente de comunicação ininterrupta da vida social, povoada de enunciados tanto da ideologia do cotidiano quanto das várias esferas. A realidade da vida social é complexa. Essa fluidez ocorre, também, porque os assuntos de que se ocupam os sujeitos “pertencem” a diferentes esferas, porque os sujeitos “catalisam” vozes de diferentes esferas, porque os sujeitos transitam/circulam de uma esfera a outra diariamente, porque os sujeitos assumem atitudes axiológicas cruzando e mesclando ideologias (como mostramos, ao menos parcialmente, no item 2.1).

Similarmente às esferas sociais, os enunciados se constituem em/por fronteiras. Sim, por razões diferentes das que motivam tal condição das esferas. No caso dos enunciados, a razão principal são as relações dialógicas inerentes a todo enunciado.

2.6. Intradiscurso: o *microdiálogo* da palavra e do enunciado

O *interdiscurso*, do qual tratamos no item anterior, remete-nos ao *intradiscurso*, sobre o qual falaremos agora. O primeiro parece-nos ser uma contribuição de grande importância para a realização semântica intradiscursiva, a do interior do enunciado. As relações dialógicas ocorridas especificamente dentro de um enunciado são dependentes das relações dialógicas desse enunciado com tantos outros, já ditos ou do porvir, quer próprios ao falante/autor, quer alheios a ele. Isto é, um enunciado não se constitui internamente heteroglótico e plurivocal sem se alimentar de outros enunciados, sem estabelecer “pontes” diversas com outras instâncias discursivas. Portanto, a construção do sentido do enunciado é uma realização que se dá, ao mesmo tempo, no seu interior e nas fronteiras desse enunciado com outros.¹²²

No âmbito da literatura, Bakhtin (2010a, p. 47) mostra que:

o caráter essencialmente dialógico em Dostoiévski não se esgota, em hipótese alguma, nos diálogos externos composicionalmente expressos, levados a cabo pelas suas personagens. *O romance polifônico é inteiramente dialógico*. Há relações dialógicas entre todos os elementos da estrutura romanesca, ou seja, eles estão em oposição como contraponto.

Suas relações dialógicas estão na relação do presente com o passado (as vozes já ditas) e com o futuro (as vozes do porvir); estão no entremeio do diálogo expresso (mediante o uso da réplica do diálogo ou não), “escondidas” nas entrelinhas. Estão presentes, também, no interior da *palavra* parte do romance, devido, por exemplo, à sua condição inerente de

¹²² Retomando o exposto no item 2.4, poderíamos dizer, o diálogo intradiscursivo do enunciado tem como fonte, de certo modo, o diálogo existente no mundo empírico, social e cotidiano do falante/autor.

bivocalidade. De modo semelhante, mas em menor grau, postulamos ocorrer tais relações dialógicas nos gêneros da esfera jornalística.

Essas relações do interior do enunciado podem ocorrer de diferentes modos, mas podemos elencar aqui alguns deles. De modo específico, sem ignorar o *interdiscurso*, o enunciado repete explícita ou implicitamente parte do conteúdo (o sentido) ou palavras de outro enunciado; ironiza a voz presente em outro; responde ao *outro* (o que implica a presença, de forma explícita ou implícita, da pergunta do *outro*); realiza perguntas (o que significa diálogo com enunciados futuros); faz comparações entre vozes de outros enunciados; defende um ponto de vista, negando explícita ou implicitamente o ponto de vista contrário.

Quanto ao aspecto linguístico-formal (estilístico, portanto), o uso pode ser de uma única palavra, expressão nominal (sintagma nominal, sobre o qual detalharemos no capítulo 4, quando trataremos do processo de referenciação e categorização discursiva), de frase curta ou longa, de período completo ou até mesmo de parágrafo inteiro. Seriam essas formas linguísticas o “trampolim” das relações dialógicas de determinado enunciado com os demais: o interdiscurso. Seriam essas formas, também, o “núcleo de percepção”, por parte do analista, do encontro de diferentes vozes (quase sempre conflitantes entre si) no interior do enunciado: o intradiscurso (um tipo de *dialogismo*).

Intradiscurso é o *microdiálogo* do enunciado, especialmente proporcionado pelo *microdiálogo* da palavra (as diferentes vozes que nela habitam). A esse respeito, comenta Bakhtin (2010a, p. 210-1):

o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro.¹²³

No que tange ao *microdiálogo* no discurso romanesco, cada palavra que compõe o romance está carregada de diferentes vozes, diferentes valores e pontos de vista, diferentes relações dialógicas. Na verdade, a palavra em forma de enunciado é dialógica e plurivocal, o que a torna crucial na composição do romance polifônico dostoiévskiano. Como já notamos, múltiplas vozes sociais – ditas ou não ditas, vindas do passado ou a virem no futuro, aquelas do diálogo composicionalmente expresso ou aquelas implicitadas – povoam e dialogam no entremeio do discurso romanesco.

¹²³ *Microdiálogo* é também o encontro de diferentes vozes (em acordo ou desacordo) na consciência do personagem romanesco ou do indivíduo/sujeito em geral (Bakhtin, 2010a, p. 254). Essa acepção de *microdiálogo* da consciência complementa o *microdiálogo* do interior do enunciado e da palavra.

Queremos atentar agora para os diferentes modos de a palavra ser dialógica e bivocal. O estudo da *palavra* (com ênfase no diálogo nela contido, o *microdiálogo*) é de grande importância numa abordagem discursivo-dialógica da língua. Devido ao diálogo – mas não apenas – que adentra o interior de cada palavra do romance, esse se torna bivocal (Bakhtin, 2010a, p. 47), mas não exclusivamente o romance. Os estudos dos membros do Círculo permite-nos afirmar que a bivocalidade está pressuposta na palavra parte do enunciado de um modo geral. A palavra em uso contém várias vozes, de vários sujeitos e enunciados.

Tais considerações enfocam sobremaneira a *palavra* como centro do dialogismo, do encontro e confronto de vozes, de uma semântica plurivocal e plurilíngue.

Ao modo bakhtiniano, a *palavra* é elemento em uso, componente do enunciado de um falante/autor específico (ainda que de caráter coletivo, isto é, representante de um grupo social, por exemplo), cuja palavra torna-se embebida de intenção discursiva, matizes socioculturais e históricos, embebidas de relações dialógicas, vozes, valores e avaliações sociais. Esse é o modo privilegiado pelos membros do Círculo: “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 66). E conclui Volochinov/Bakhtin (1992, p. 66): “É assim que o psiquismo e a ideologia se impregnam mutuamente no processo único e objetivo das relações sociais.”

Outro modo de entender a *palavra* – o item lexical, a forma verbal, o adjetivo, o sintagma nominal – é tratando-a como elemento dicionarizado ou estritamente gramatical, desprovida de qualquer intenção discursiva (projeto de discurso e vontade discursiva, como tratamos no item 2.3) de um enunciador e alheia a qualquer contexto sociocultural e histórico. Esse modo de entendimento é privilegiado pela visão estritamente gramatical de língua: visão à qual se vincularam, por exemplo, os estudos saussureanos. A propósito, que foram criticados pelo Círculo como contraponto ao seu modo de entender a *palavra*, a língua.

Os membros do Círculo não negam, por exemplo, a existência da língua como estrutura e a palavra como elemento gramatical. Esse entendimento tem sua importância. O fato é que o foco dos seus estudos é o enunciado, a língua em uso, o discurso, a *metalinguística*. Daí, as forças socioculturais e dialógicas que atuam na *palavra* serem de grande relevância, a ponto de parecer que não tem importância a *palavra dicionarizada* e, como tal, ser negada por muitos leitores dos escritos do Círculo.

A *palavra*, de começo, não pertence a uma ou outra esfera/campo social, ela goza, em princípio, de neutralidade ideológica (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 36-37). Isto é, ela figura

“como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém” (Bakhtin, 2010b, p. 294). Mas, ao integrar o *enunciado*, ela passa a sofrer coerções de determinada esfera, tornando-se *signo ideológico*. E é a *palavra* como signo ideológico a arena em miniatura onde se entrecruzam vozes sociais conflitantes: eis o *microdiálogo* da palavra.

Na perspectiva *metalinguística* do Círculo, toda *palavra*, quando se torna parte de um enunciado concreto, ganha diferentes aspectos relativos à valoração e às avaliações sociais do enunciador. “Toda palavra usada na fala real possui [...] acento de valor ou acento apreciativo [...]. Sem acento apreciativo não há palavra.” (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 118). Ou seja, é no uso discursivo que a *palavra* ganha vida e passa a fazer parte de determinada língua. A avaliação social e o acento apreciativo antecedem sua dicionarização e sua incorporação ao sistema linguístico-normativo, embora essa relação não seja aqui o foco.

Essa condição – entre *palavra* e discurso/enunciado – a que está submetida a *palavra* advém do fato de não se poder “construir uma enunciação [enunciado] sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento [cada *palavra*, poderíamos dizer] contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação.” (Volochinov/Bakhtin, p. 118)

Exposto acerca da valoração, apreciação e avaliação social que a palavra recebe ao fazer parte de um enunciado, assim como acerca das vozes sociais que nela conflitam, passemos a uma outra questão-chave também de ordem dialógica da *palavra*: a origem das palavras que usamos, o que diz respeito tanto ao *intradiscurso* quanto ao *interdiscurso*.

A palavra em uso e que compõe cada um dos nossos enunciados é, quase sempre, oriunda de outros enunciados (do *pequeno* ou do *grande tempo*, que abordamos no item 2.4), com os quais estabelece fortes relações dialógicas. Tais enunciados são aqueles que ouvimos ou lemos, aqueles que orientam nosso estar no mundo e na vida social, aqueles entre os quais estamos inseridos, aqueles que permeiam nosso contexto sociocultural, aqueles que integram a esfera social que orienta e acolhe nosso enunciado em produção. Ou seja, ao falar ou escrever, não usamos apenas palavras latentes em nossa memória ou as buscamos em um dicionário (e, se as buscamos, isso se dá muito raramente). Na verdade, costumamos tirá-las “de *outros enunciados* e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo” (Bakhtin, 2010b, p. 292). Esses enunciados, considerando que participamos do *grande diálogo* da vida social – ao menos, em sua parte que nos rodeia ao longo da vida –, podem ser tanto do passado próximo quanto de um passado distante que não mais conseguimos identificá-lo como voz escutada por nós, como parte de nossa vida, de nossa formação, de nossa consciência. Isso ocorre muitas vezes, por exemplo, em relação aos

enunciados ouvidos na infância ou lidos nos primeiros anos de escola. Em resumo, as *palavras* que ouvimos e lemos, sempre carregadas de valores e apreciações sociais do enunciador, compõem nossos enunciados, individualizados por nós, o que significa que as *palavras* que usamos recebem nossa individualização valorativa, apreciativa e axiológica. Trata-se de uma expressão individual dada à *palavra* no enunciado.

Ao tomarmos nossas palavras de outros enunciados (os quais existem em forma de gêneros), tomamos, também, ao menos em parte, algo que elas têm de típico relativo ao gênero de onde as tomamos. Nesse sentido, ao apontar para a busca que fazemos a enunciados congêneres com o nosso, Bakhtin afirma que “selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero” (2010b, p. 293), o que significa que cada gênero discursivo possui uma expressividade típica, à qual se vincula a apreciação dada à *palavra*. Ou seja, as palavras possuem uma expressão típica – impessoal e relativa ao gênero – e, ao mesmo tempo, ganha, a cada enunciado, uma expressão particular e relativa ao enunciador, individual ou coletivo (se esse representa um grupo de pessoas). Ela é, parece-nos, o principal caminho linguístico-formal para o sujeito individualizar o próprio enunciado.

A palavra, como elemento da língua, não pertence a um sujeito ou grupo de falantes exclusivamente, mas sim a todos os falantes, no sentido de estar disponível ao uso para todos eles. Mas, como elemento de determinado enunciado – seu lugar real e concreto de existência, o lugar em que ganha vida –, a palavra passa a conter aspectos/acentos relativos a um enunciador específico: ganha expressão individual.

Na verdade, a expressão individual dada à *palavra* ocorre condicionada ao gênero em que o enunciado se realiza. Expressão individual e expressão típica do gênero combinam-se.

A partir desses apontamentos,

pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. Nos dois aspectos finais, a palavra é expressiva mas essa expressão, reiteramos, não pertence à própria palavra: ela nasce no ponto do contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual. Neste caso, a palavra atua como expressão de certa posição valorativa do homem individual (de alguém dotado de autoridade, do escritor, cientista, pai, mãe, amigo, mestre, etc.) como abreviatura do enunciado. (Bakhtin, 2010b, p. 294)

Finalizando este item, lembramos aqui as considerações de Gunther Rolf Kress – professor de Semiótica e Educação da Universidade de Londres, com pesquisas realizadas no campo da Análise Crítica do Discurso –, que dialoga com os membros do Círculo. Cada uma dessas vozes (*sujeitos*), de acordo com Kress (1997, p. 54), “se expressa a partir de uma posição social diferente, com conhecimentos diferentes, diferentes graus de autoridade, poder diferente, interesses diferentes. Cada uma delas utiliza a linguagem de maneira subtilmente diferente, embora reconhecível”. As diferentes vozes representam diferentes instituições, diferentes setores ou sujeitos de uma instituição: o repórter ou editor de um jornal, o professor ou o reitor de uma universidade, o secretário ou o governador de um Estado. Cada uma delas pode, por vezes, representar um poder, contribuindo, assim, para a complexa hierarquia de vozes (de que falamos no item 2.4) auscultadas por Dostoiévski do mundo social de sua época e identificadas por Bakhtin no seu discurso romanesco.

Dialogando de forma pertinente com os estudos bakhtinianos, Kress aponta a relevância das múltiplas vozes e relações dialógicas no interior do enunciado/texto para um estudo como o que empreendemos aqui. Conforme Kress (1997, p. 55):

sem as categorias de heteroglossia e dialogismo¹²⁴, ficaríamos reduzidos a uma descrição formalista [da língua], pouco ou nada reveladora. Com estas categorias temos uma explicação que nos dá uma visão da história [...] texto como meio, local e registo de interações sociais, contestações e resoluções (mais ou menos temporárias), e o efeito destas na linguagem. Nesta abordagem, a linguagem é vista como prática social – uma de muitas – distinta nos seus efeitos e capacidades, por exemplo, como a prática social que documenta, sintetiza e “fixa”, mais ou menos temporária ou permanentemente, histórias, estados e resultados específicos no complexo das forças sociais.

A composição linguística dos enunciados, portanto, expressa as relações de poder e controle, as ideologias, as avaliações ao *outro* assumidas pelo enunciador, pelas elites simbólicas, pelo grupo dominante (questões a serem discutidas no próximo capítulo).

Nesse sentido, como elemento integrante do enunciado, a *palavra* é vista como arena de vozes em conflito e em disputa para um “fazer valer”: uma voz buscando se sobrepor às demais vozes presentes em determinada *palavra*. Esse entendimento da *palavra* será importante quando, no capítulo 4, formos tratar do processo referencial e de categorização realizado no enunciado mediante o emprego de diferentes recursos linguístico-formais.

¹²⁴ O *dialogismo* implica um encontro de diferentes vozes sociais com tendência ao conflito em si. Essas vozes povoam os enunciados, de modo a constituir neles, e, entre eles, uma *heteroglossia* (termo também empregado nos estudos do Círculo).

2.7. Tentativas de reificação do homem e seu discurso

Neste item argumentaremos, a partir dos estudos do Círculo, que o discurso jornalístico, em parte, reifica/coisifica o sujeito objeto do enunciado e sua voz.

Várias personagens nas obras iniciais de Dostoiévski e personagens secundárias na obra tardia (romances polifônicos) aparecem coisificadas. Isso no sentido de que “o homem deixa de ser coisa mas não se torna indivíduo, ou seja, permanece objeto situado na zona do *outro*, vivenciável na forma pura do *outro*, distanciado da zona do *eu*.” (Bakhtin, 2010a, p. 334)

Bakhtin identificou em Dostoiévski um discurso representado ou objetificado. Esse discurso são vozes secundárias e de baixo *status* dentro do romance, ao mesmo tempo em que as personagens que as enunciam recebem valor mínimo e são também objetificadas. O sujeito que as objetifica é o herói do romance, detentor de valor máximo. Ele é o dono do “discurso referencial direto e imediato – o discurso que nomeia, comunica, enuncia, representa –, que visa à interpretação referencial e direta do objeto” (Bakhtin, 2010a, p. 213). Enquanto o herói enuncia e representa o *outro*, as personagens objetificadas estão submetidas à voz do herói.

No romance polifônico há também um autor-criador, que organiza e orquestra as vozes das personagens, mas sem ser um ente superior e dominante que enunciaria ao modo de um conhecedor e dono das personagens e dos fatos.

No discurso jornalístico, porém, é diferente: o jornalista não trabalha de forma similar ao autor-criador, e sim de forma similar ao herói. Em princípio, o jornalista impõe sua voz, agindo de modo superior ao *outro* e à sua voz, isto é, superior em relação às “personagens” das notícias que ele diariamente produz situado na esfera jornalística.

No discurso jornalístico, parece-nos que, quase sempre, o jornalista tende, de algum modo, a coisificar/reificar o sujeito noticiado e suas palavras: ora enunciando sobre ele, ora dando-lhe parcialmente oportunidade de enunciar, ora editando sua voz, ora omitindo suas ideias, ora negando-lhe existência como ator social. Por vezes, há tentativas de, discursivamente, “apagar” o *outro* e/ou sua voz por meio, por exemplo, de desmerecimentos, preconceitos e atos de intolerância. É quase certo que tais tentativas ocorram no discurso jornalístico, mas, em geral, de modo implícito e subjacente, pois são ações discursivas socialmente rejeitadas numa sociedade que busca privilegiar os direitos humanos universais.

Tendo em vista essa hipótese, as seguintes considerações de Bakhtin interessam-nos:

O capitalismo criou as condições para um tipo especial de consciência permanentemente solitária. Dostoiévski revela toda a falsidade dessa

consciência, que se move em um círculo vicioso. Daí a representação dos sofrimentos, das humilhações e do *não reconhecimento* do homem na sociedade de classes. Tiraram-lhe o reconhecimento e privaram-no do nome. Recolheram-no a uma solidão forçada, que os insubmissos procuram transformar em uma *solidão ativa* (passar sem o reconhecimento, sem os outros). (Bakhtin, 2010a, p. 323)

Sob as condições e forças do capitalismo – por exemplo, no que tange às relações de trabalho que hoje se tem no Brasil em relação ao imigrante negro, pobre e de baixa escolaridade –, a reificação do homem na sociedade de classe chega ao extremo. Trata-se de uma reificação, segundo Bakhtin (2010a, p. 335), “realizada por forças externas que agem de fora e de dentro sobre o indivíduo; é a violência em todas as formas possíveis (econômica, política, ideológica)”. Essa violência aparece no discurso, por exemplo, nas escolhas linguístico-referenciais realizadas pelo jornalista. São escolhas que revelam, por exemplo, tanto sua posição político-ideológica, quanto o abuso de poder exercido por políticos, empresários, jornalistas, entre outros “donos do discurso” na sociedade.

Outra tentativa de “apagamento” da consciência alheia é a do *monólogo*, o discurso que o *sujeito* constrói “sozinho”. De acordo com Bakhtin (2010a, p. 329):

O monologismo é a extrema negação da existência de outra consciência isônoma e isônimo-responsiva fora de si mesma, de outro *eu* “*tu*” isônimo. No enfoque monológico (em forma extrema ou pura), outra consciência. Dele não se espera uma resposta que possa modificar tudo no universo da minha consciência. O monólogo é concluído e surdo à resposta do outro, não o espera nem reconhece nele força *decisiva*. Passa sem o outro e por isso reifica, em certa medida, toda a realidade. Pretende ser a última palavra. Fecha o mundo representado e os homens representados.

Em princípio, o discurso jornalístico – notícia e editorial, por exemplo – aproxima-se do monólogo como tentativa de “apagamento” do *outro*. O enunciador do texto jornalístico cita o *outro* – recontextualiza sua voz –, mas fala sozinho.

No que tange à *prática discursiva*, à qual faremos referência no capítulo 3, muitas vezes ocorre na produção do discurso o que se denomina *retextualização*. Trata-se de uma atividade que, a nosso ver, também contribui para a reificação dos sujeitos/atores sociais sobre os quais se enuncia no discurso jornalístico. Isso se dá, por exemplo, na transformação da fala de um imigrante haitiano em parte da notícia, o que ocorre pelas mãos do editor do jornal, sem que o “dono” da fala tenha controle sobre tal transformação. Assim, na *retextualização* coisifica-se o discurso do *outro* e, por conseguinte, coisifica-se o *outro*.

Muitas vezes, portanto, no discurso jornalístico o enunciador tenta coisificar o *outro* e sua voz, sobretudo se esse pertence a uma minoria, como os haitianos no Brasil. Mas isso, na sua totalidade, mostra-se impossível, pois os haitianos são pluriativos e cognoscentes, como todo ator social. Na notícia ou na carta do leitor, por exemplo, ecoam as vozes dos haitianos e a favor deles.

A consciência do indivíduo/sujeito é um fenômeno socioideológico. Isso significa que, embora sob as tentativas de “apagamento” da/na sociedade capitalista, a consciência individual do *outro* se mostra ativa: é “o ativismo *dialógico* do cognoscente” (Bakhtin, 2010b, p. 400).

O sujeito pluriativo e cognoscente é o assunto do próximo item.

2.8. O sujeito-enunciador e o *outro*: consciências imiscíveis

Se podemos eleger um conceito como central na exposição realizada neste capítulo, esse conceito certamente é o de *enunciado*: presente na ideologia do cotidiano e esferas sociais, vinculado aos gêneros discursivos, elemento cultural do *pequeno* e do *grande tempo*, objeto de produção e atuação social de falantes/autores, espaço de múltiplas relações dialógicas e de encontro de vozes sociais diversas. Na verdade, o *enunciado* é um conceito crucial na teoria dialógica bakhtiniana. É elemento obrigatório em toda interação verbal e em quase toda comunicação humana.

O *enunciado*, único e irrepetível, concretiza-se embebido de vontade discursiva do falante/autor (enunciador), de valores e pontos de vista de um ou mais sujeitos. Isso significa que, por trás do *enunciado*, está o *sujeito*. Noutras palavras, ao longo deste capítulo esteve sempre presente, de forma direta ou indireta, alguma noção de *sujeito*. O *sujeito* é uma categoria crucial e imanente à teoria dialógica do discurso, apesar de os membros do Círculo não terem elaborado uma teoria do *sujeito* nem o conceituado de modo completo e explícito em algum momento.

Porque os discursos são produtos do homem, formas de expressão e de atuação humana no mundo, o *sujeito* figura como centro dos estudos discursivos. Essa postura em relação ao *sujeito* podemos abstrair das seguintes palavras de Bakhtin, quando estabelece contrapontos das ciências humanas com as ciências exatas:

As ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma *coisa* e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a *coisa muda*. Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e

conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico*. (Bakhtin, 2010b, p. 400)

Qualquer tratamento, portanto, sobre o homem no âmbito das ciências humanas deve necessariamente levar em conta as ideias, pontos de vista e valores que habitam o humano e dele emanam. Reiteramos com Bakhtin, dando um passo a mais: “O objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado.” (Bakhtin, 2010b, p. 395)

Ao mesmo tempo em que Bakhtin destaca o ser *expressivo e falante*, ele atenta para aquele(s) com quem esse ser (*sujeito*) interage, o(s) seu(s) parceiro(s) na comunicação verbal: o destinatário, o enunciatário. Mas não só esse interlocutor direto e imediato, e sim também o homem de quem se fala, os atores sociais cuja voz é citada de forma direta ou indireta, as pessoas da vida social e cotidiana do falante/autor, as pessoas que mesmo indiretamente influenciam a produção discursiva. Ou seja, o *outro* é também o interlocutor indireto, do *pequeno* ou do *grande tempo*, do *pequeno* ou do *grande diálogo*. Sozinho, o *eu* não se explica, não se posiciona no mundo. Na verdade, o ser *expressivo e falante* existe e se constitui tão somente a cada interação socioverbal com o(s) *outro(s)*, na construção “conjunta” de cada *enunciado*. O *outro* participa do *enunciado* fornecendo vozes e pontos de vista, influenciando nas escolhas linguísticas, contribuindo para o estilo, possibilitando e provocando atitudes responsivas do enunciador, enfim, dialogando.

A existência do *outro* é de suma necessidade para a existência do *eu*, do *sujeito*. “Eu não posso passar sem o outro, não posso me tornar eu mesmo sem o outro; eu devo encontrar a mim mesmo no outro, encontrar o outro em mim (no reflexo recíproco, na percepção recíproca)” (Bakhtin, 2010a, p. 323)¹²⁵. Esse processo ocorre, porém, sem que o *outro* se sobreponha ao enunciador, pois o *sujeito* possui um *ativismo de caráter dialógico* (sobre o qual falaremos nos próximos parágrafos). Ao dar ênfase ao *outro*, a teoria dialógica bakhtiniana não atribui, “em hipótese alguma, uma certa passividade do autor, que apenas disporia os pontos de vista alheios, as verdades alheias, renunciando inteiramente ao seu ponto de vista, à sua verdade” (Bakhtin, 2010a, p. 320). Pelo contrário, concretiza-se uma relação de reciprocidade, em que o sujeito-enunciador enuncia sua verdade tendo em conta a

¹²⁵ “Cada homem é um *eu-para-si*, mas no acontecimento concreto e singular da vida o *eu-para-si* é apenas um *eu-único*, porque todos os demais são outros para mim. E essa posição única e insubstituível no mundo não pode ser revogada através de uma interpretação conceitual generalizante (e abstrativa).” (Bakhtin, 2010a, p. 332)

verdade do *outro* – especialmente o enunciatário –, a qual integra o *enunciado* de forma explícita ou implícita, a qual pode ser revelada pela materialização linguística do *enunciado*.

Essa condição inerente ao *sujeito* – ser em respeito ao *outro* e à voz do *outro* – advém exatamente do ser vivo e falante que é o *outro* no mundo. Isto é, as relações dialógicas são sempre bidirecionais, ainda que em muitos enunciados ou interações verbais tenha-se a impressão de apenas o enunciador direcionar forças rumo ao enunciatário. Sem dúvida, o enunciador

é profundamente *ativo*, mas o seu ativismo tem um caráter *dialógico* especial. Uma coisa é o ativismo (*aktívnost*) em relação a um objeto morto, a um material mudo, que se pode modelar e formar ao bel-prazer; outra coisa é o ativismo *em relação à consciência viva e isônoma do outro*. Esse ativismo que interroga, provoca, responde, concorda, discorda, etc., ou seja, esse ativismo dialógico não é menos ativo que o ativismo que conclui, coisifica, explica por via causal, torna inanimada e abafa a voz do outro com argumentos desprovidos de sentido. (Bakhtin, 2010a, p. 320)

Essa condição a que se “submete” o sujeito-enunciador é inerente à interação socioverbal, uma vez que o *outro* – de quem, com quem e para quem o *sujeito* fala/escreve – é também um ser pensante, possui ideias e valores, detém também, na vida social, o direito ao discurso (ainda que muitas vezes esse direito lhe seja negado). É também um ser cognoscível. Ao falar/escrever, o *sujeito* necessariamente “reconhece” o *outro* como sujeito ativo e cognoscente, mesmo que não queira assumi-lo como tal. Simultaneamente ao ativismo do enunciador há o ativismo do enunciatário – a propósito, que diz respeito às ciências humanas, e não às ciências exatas –, em ação desde quando o enunciador inicia sua fala. O ato de *ouvir* já é se mostrar *sujeito* enunciador.

Toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta. (Bakhtin, 2010b, p. 171)

Tais considerações sobre o ativismo do enunciador contribuem para a percepção da individualidade do *sujeito*. A esse respeito, a partir dos estudos do Círculo, Faraco e Negri (1998, p. 168) têm “um entendimento da pessoa humana na perspectiva de suas relações sociais”, de modo que o *sujeito* é visto “como um ente interiormente múltiplo e heterogêneo”, mas mantendo “um espaço teórico significativo para a individualidade”. Assim entendido, ante o *outro* o enunciador, na interação viva com as tantas vozes sociais, individualiza-se e individualiza seu discurso.

No campo científico, artístico, literário ou jornalístico, por exemplo, de acordo com Bakhtin, o *sujeito do discurso* (nomeado nesta tese especialmente como sujeito-enunciador ou, apenas, enunciador):

revela a sua individualidade no estilo, na visão de mundo, em todos os elementos da ideia de sua obra. Essa marca da individualidade, jacente na obra, é o que cria princípios interiores específicos que a separam de outras obras a ela vinculadas no processo de comunicação discursiva de um dado campo cultural: das obras dos predecessores nas quais o autor se baseia, de outras obras da mesma corrente, das obras das correntes hostis combatidas pelo autor, etc. (Bakhtin, 2010b, p. 279)

Situado numa esfera social específica – para lembrarmos o exposto em especial nos itens 2.1 e 2.3 –, o *sujeito*, a seu modo, assume atitudes responsivo-axiológicas a cada *enunciado* (concreto, individualizado, irrepetível). Ao produzir um *enunciado*, ele surge individualizado do emaranhado de vozes sociais faladas nos *enunciados* alheios. Esse mundo externo (heterogêneo e heteroglóssico), mundo do *outro*, poderíamos dizer, é o mundo fundante do *sujeito*, onde se insere e de onde “sai” com seu *enunciado* particular, carregado de valores socioculturais, axiológico sempre. Nesse sentido, o mundo do *outro* é também o mundo do *eu*. O *sujeito* vive mergulhado (mas não submerso) no mundo misto *eu–outro*.

A relação do *sujeito* com o *outro* é, portanto, mais do que relações linguístico-discursivas (usar palavras alheias, fazer perguntas ao enunciatário, dar-lhe resposta, assumir atitudes responsivas, ouvir e fazer ecoar vozes do *outro*), como talvez pareça à primeira vista. Na verdade, tal relação é visceral. O *outro* integra o *eu*, o *sujeito*, o enunciador. “Ser significa ser para o outro e, através dele, para si. O homem não tem território interior soberano, ele está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha o *outro nos olhos* ou *com os olhos do outro*” (Bakhtin, 2010a, p. 323). O *sujeito*, ao olhar para seu interior, vê o que o *outro* lhe ofertou ao longo da vida (do passado ao presente). *Eu* não me vejo sem o *outro*. Trata-se

da contemplação de mim mesmo no espelho: com os meus próprios olhos e com os olhos do outro ao mesmo tempo, o encontro e a interação dos meus próprios olhos com os olhos do outro, a interseção de horizontes (do meu e do outro), a interseção de duas consciências [imiscíveis]. (Bakhtin, 2010a, p. 324)

Isto é, a relação social e discursiva do *sujeito* com o *outro* é também de ordem interna, é também a formação da consciência do *sujeito*. Sem o *outro* a consciência do *sujeito* seria um vazio inerte. O interior (a consciência) do *sujeito* é povoado por palavras e vozes do *outro*, por valores do *outro* – o que significa que as posições axiológicas do *sujeito* têm origem (ainda que se remeta a momentos não identificáveis da vida, da infância, por exemplo) no seu

constante *estar na fronteira* com o (e do) *outro*. Ao mesmo tempo, o que vejo ao *olhar para mim* (ofertado e proporcionado pelo *outro*) habita os *enunciados* do *eu*, o *sujeito* que fala/escreve.

Os elementos do *outro* que habitam a consciência do *sujeito*, sabemos, são elementos socioideológicos. Nesse sentido, Volochinov/Bakhtin (1992, p. 34) afirma: “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, consequentemente, somente no processo de interação social.”

Esse conteúdo ideológico tem a *palavra* como o componente principal. Percebemos aí, portanto, relações de ordem complementar entre *consciência*, *palavra* e *esfera/campo*. A *palavra* – retomando o exposto no item 2.6 –, de começo, não pertence a um ou outro campo social específico, ela goza, em princípio, de neutralidade ideológica (Volochinov/Bakhtin, 1992, p. 36-37). Mas, ao integrar o *enunciado*, ela passa a sofrer coerções de determinada esfera e torna-se *signo ideológico*. É a *palavra* como signo ideológico que povoa a consciência do *sujeito*. Isso contribui sobremaneira para a seguinte afirmação de Volochinov/Bakhtin (1992, p. 35): “A *consciência individual* é um fato sócio-ideológico.”

O signo ideológico (verbal, gestual, musical, pictórico, visual) é o material da consciência do indivíduo. É social e povoa a consciência individual. Daí, essa consciência ser também social e ideológica.

Na mesma esteira de *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (2010a, p. 322), em tom de conclusão, observa em PPD: “Eu tomo consciência de mim e me torno eu mesmo unicamente me revelando para o outro, através do outro e com o auxílio do outro.”

O *eu* é o *sujeito*/indivíduo ciente de seu discurso, ativo e responsável por seu modo de ser no mundo. Isto é, um *sujeito* presente na vida social como fenômeno socioideológico, tal como o é sua consciência. A esse respeito, posiciona-se Volochinov/Bakhtin (1992, p. 58): “O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico.”

Esse encontro do *eu/sujeito* com o *outro* – de consciências imiscíveis – será, em parte, revelado especialmente na materialização linguística do enunciado. É aí que o enunciadador mostra suas relações dialógicas com o *outro*. É aí onde ele mostra as vozes e valores que na sua consciência habitam e conflitam, mostra sua posição responsiva (e “exige” do *outro* também uma resposta). É aí que ele se mostra: individual, único, dialógico, ideológico, social, histórico. Conforme Bakhtin (2010b, p. 399):

O autor de uma obra só está presente no todo da obra, não se encontra em nenhum elemento destacado desse todo, e menos ainda no conteúdo separado do todo. O autor se encontra naquele momento inseparável em que o conteúdo e a forma se fundem intimamente, e é na forma onde mais podemos perceber a sua presença.

Podemos conhecer determinado *sujeito* enunciador ao nos determos nos *enunciados* que ele produz e de que participa. Na ótica bakhtiniana, se queremos, portanto, dizer quem é o *sujeito*, necessariamente temos de levar em conta o que o *enunciado* nos revela, em especial mediante sua materialização linguística.

Ao mesmo tempo, compreender a relação do *sujeito* enunciador com o *outro* é fundamental para compreendermos o gênero, o estilo do discurso, o enunciado.

Temos aqui enfatizado o *sujeito* como sendo o enunciador, o que didatiza qualquer exposição sobre o complexo conceito bakhtiniano de *sujeito*. E nessa acepção privilegiamos o emprego do termo *sujeito* ao longo deste estudo. Mas, na verdade, se afirmássemos como *sujeito* apenas o enunciador, reduziríamos e muito a potencialidade discursiva do enunciatário, reduziríamos suas diversas contribuições ao enunciador, reduziríamos seu caráter de *ser ativo*, seu *ativismo dialógico*. Além disso, devemos ao menos lembrar as diferentes possibilidades do *sujeito*: enunciador, enunciatário, aquele de quem se fala, o ser humano “fonte” dos enunciados complexos (o homem da vida social e cotidiana de quem, por exemplo, Dostoiévski, ouve as vozes e as “transfere” para o discurso romanesco). Isto é, *sujeito* não é apenas aquele que fala/escreve, o “dono” do enunciado/texto, e sim aquele que atua, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, no *enunciado*. Tal consideração é de ordem ontológica e epistemológica do *sujeito*.

Ao voltar nossa atenção para os sujeitos da interação socioverbal, temos na realidade concreta do *enunciado* o encontro de duas consciências. Sinteticamente, Bakhtin diria: “A expressão como campo de encontro de duas consciências” (2010b, p. 396). Encontram-se sem se fundirem, porque são imiscíveis. Diante desse encontro, poderíamos, como analistas, dar a ambas a mesma atenção. Mas não o fazemos. Por razões metodológicas e didáticas, e visando ao discurso jornalístico sobre o qual nos debruçaremos na análise do *corpus*, privilegiamos nosso olhar ao enunciador. E, a partir do enunciador, perceberemos a presença (nele) do enunciatário.

De um modo ou de outro, essa postura já está em Bakhtin (2010a, p. 91): “Em toda parte, os elementos de significação e valor se concentram em torno de um centro: o agente.

Toda a criação ideológica é concebida e percebida como a possível expressão de uma consciência, de um espírito.”

Por fim, na perspectiva dialógica bakhtiniana, o enunciador é o *sujeito* central do *enunciado*. Isso possibilita vê-lo e tratá-lo como *ator social*, o que podemos subentender da afirmativa de Medviédev (2012, p. 183): “Qualquer enunciado concreto é um ato social.”

3. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO CRÍTICA SOCIAL

Em Análise Crítica do Discurso (ACD) sempre se considera, de algum modo, a relação entre a *sociedade*, a *vida social* e um *sistema semiótico* – por exemplo, a linguagem verbal, a linguagem pictórica, a linguagem visual, a linguagem gestual e/ou corporal –, mas sem se fechar teórica e “metodologicamente” num conjunto específico de conceitos. Um modelo assumido por grande parte dos analistas do discurso é o que, tomando o texto como objeto de estudo, considera a língua e o discurso como componentes do processo social amplo (Fairclough, 1997, 2001, 2003, 2012a, 2012b). Essa é a vertente do presente estudo.

A ACD, desde o começo dos anos 1990, consolidou-se como “uma disciplina cuja meta fundamental é investigar sobre o papel da linguagem na interação social, a partir de uma grande diversidade de enfoques e interesses”¹²⁶ (Bolívar, 2003, p. 9, tradução nossa). Trata-se de uma multidisciplinaridade em que a linguagem tem sempre um lugar relevante. Essa condição torna os estudos em linguística uma contribuição significativa para os estudos no campo da sociologia, da história, da comunicação, entre outros, sempre que esses estudos tenham, ao menos em parte, o discurso como objeto de análise.

A linguagem e sua análise são uma das bases dos estudos discursivos desenvolvidos nos diferentes campos das ciências humanas. Mais do que isso, “a linguagem se converte no ponto de união com todas as disciplinas”¹²⁷ (Bolívar, 2003, p. 10, tradução nossa), a ponto de nenhuma disciplina poder fazer afirmações sobre, por exemplo, o significado ou a construção de sentidos e seus efeitos sem se pautar em textos escritos ou falados, preferencialmente autênticos.

Em relação à interface do linguístico com o social, o papel dos linguistas, entre os quais nos posicionamos, “é chave para os estudos do discurso em outras disciplinas, porque as explicações sobre a construção dos significados com e na linguagem ajudam a entender melhor processos de tipo cognitivo, social, cultural e político”¹²⁸ (Bolívar, 2003, p. 10, tradução nossa). Em contrapartida, a compreensão desses processos – objeto de estudo, por exemplo, da psicologia, das ciências sociais, dos estudos culturais e da política – por parte dos linguistas ajuda a entender melhor a língua em uso, os enunciados e seus significados. Ou seja, estudos dessas disciplinas podem ser vantajosamente incorporados aos estudos de

¹²⁶ “una disciplina cuya meta fundamental es investigar sobre el papel del lenguaje en la interacción social, desde una gran diversidad de enfoques e intereses” (Bolívar, 2003, p. 9).

¹²⁷ “el lenguaje se convierte en el punto de unión con todas las disciplinas” (Bolívar, 2003, p. 10).

¹²⁸ “es clave para los estudios del discurso en otras disciplinas, porque las explicaciones sobre la construcción de los significados con y en el lenguaje ayudan a entender mejor procesos de tipo cognitivo, social, cultural y político” (Bolívar, 2003, p. 10).

linguística. Na verdade, os estudos em sociologia, história e comunicação, por exemplo, são fundamentais para a compreensão de elementos tipicamente linguísticos da nossa fala ou escrita nos mais diferentes gêneros discursivos. Assim, a multidisciplinaridade é um processo dialógico e bilateral de grande contribuição para o estudo do discurso em geral.

Enfocando as *práticas discursivas*, a ACD tem como um dos eixos de reflexão teórica e de atuação o entendimento de que com o discurso os atores sociais realizam mudanças na sociedade, quer em favor de quem ocupa o poder, quer em favor das pessoas dominadas por esse poder. Noutra perspectiva, as mudanças sociais ocorrem, em parte, por meio dos (e devido aos) discursos produzidos e veiculados nas diferentes esferas sociais, o que significa que tais mudanças ocorrem em determinadas áreas da sociedade em consonância com o pertencimento dos discursos a esferas específicas (como expomos no capítulo anterior a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin). Também, discursos de uma esfera podem ter efeitos em elementos de outras esferas.

No entanto, diferente do que talvez pareça, “as relações entre a mudança discursiva, social e cultural não são transparentes para as pessoas envolvidas” (Fairclough, 2001, p. 28): trata-se de uma consideração que, implicitamente, atenta para a relevância da tarefa social dos analistas do discurso. Isto é, porque as pessoas não podem perceber todo o processo sociodiscursivo de que participam, os analistas do discurso de perspectiva crítica devem “ajudá-las”, realizando a tarefa de olhar para as relações socioverbais de forma crítica, em especial para aquelas onde, presumivelmente, há relações de (abuso de) poder, de dominação, manipulação e exploração social. São relações em que o discurso – a língua em uso –, muitas vezes, é um recurso tomado pelo sujeito dominador como “capa” para encobrir a efetiva prática de poder material ou não material – discursivo, ideológico, por exemplo – sobre o sujeito dominado, aquele, em geral, desfavorecido e minorizado na sociedade. *Sujeito*, aqui, entendido, em ambos os casos, como indivíduo e como coletividade.

Essa breve exposição sobre a multidisciplinaridade e o *social* diz respeito a uma análise do discurso como crítica social, necessária nas sociedades modernas complexas. Mais especificamente, a ACD tem embutida em si um aspecto que a distingue de outras análises do discurso: é o fato de ser *crítica*, no sentido de que “‘Crítico’ implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem” (Fairclough, 2001, p. 28). Ou seja, em ACD o pesquisador tem um caráter de militância em prol dos socialmente desfavorecidos, o que o coloca em constante diálogo com áreas para além da linguística, sobretudo com as ciências sociais de um modo geral. Aliás, caráter que justifica, em parte,

nossa breve reflexão acima sobre a imbricação das disciplinas. Independentemente da postura do pesquisador – que pode buscar relativa imparcialidade em face dos fatos e problemas sociais objeto de sua pesquisa –, a acepção *crítica* é inerente ao programa da ACD, embora não haja consenso sobre o que é *crítico* ou de como ser *crítico* em ACD.

Na visão de Wodak (2004, p. 234), “a noção de ‘crítica’ significa distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita, e focalizar a autorreflexão, como compete a estudiosos que estão fazendo pesquisa.” Além disso, para os pesquisadores em ACD, “a aplicação dos resultados é extremamente importante, seja em seminários práticos para professores, médicos ou funcionários públicos, ou na produção de pareceres técnicos, ou no desenvolvimento de livros didáticos” (Wodak, 2004, p. 234), dentre outras possíveis aplicações.

Situando-nos na esfera jornalística, uma possibilidade de aplicação seria atuar de forma direta na redação de um jornal, pequeno ou grande, mas que tenha inserção significativa numa sociedade/comunidade específica. De circulação no país, no bairro de uma metrópole ou numa pequena cidade, o jornal seria, criticamente, veículo de formação da consciência da população local e de mudanças sociais favoráveis à comunidade e aos desfavorecidos. A grande dificuldade nisso seria os donos dos jornais aceitarem a participação ativa do pesquisador.

Ainda sobre a atuação do pesquisador e a aplicação dos resultados, Resende e Ramalho (2011, p. 150) enfatizam: a ACD “é uma prática teórica *crítica* porque se baseia na premissa de que situações opressoras podem mudar, ou melhor, podem ser mudadas, visto que são criações sociais e, como tal, são passíveis de serem transformadas socialmente.” Ao assumir essa premissa em seus estudos e em sua atuação profissional, o analista do discurso passa a atuar na sociedade, de forma direta ou indireta, consciente de que sua atuação pode mitigar as desigualdades sociais e a condição desfavorecida dos dominados. Isso para os linguistas em geral significa uma forte guinada no sentido de deixarem de realizar pesquisas – quase sempre focadas numa teoria específica e em elementos linguísticos específicos – apenas em seus escritórios ou de fazer reflexões apenas entre seus pares, como se atuassem em redomas, isolados das cidades repletas de desigualdades sociais e de relações de poder abusivas. Trata-se de uma guinada que desloca os linguistas para a fronteira da linguística em si com a sociedade e põe diante de seus olhos o elemento linguístico como parte viva da sociedade (atributo do elemento linguístico, de certo modo, já reconhecido pelos membros do Círculo de Bakhtin) e das relações de poder: o elemento linguístico como instrumento usado no embate das forças sociodiscursivas atuantes nas situações problemáticas da sociedade.

Vemos essa guinada, em parte, ocorrer atualmente no campo da política e planificação linguísticas, em que o linguista, munido de teorias e métodos particulares à linguística, passa a atuar junto aos governos e/ou administradores da(s) língua(s) da sua jurisdição. Especificamente, o linguista e membros do governo, por exemplo, colocam em prática na sociedade as decisões tomadas em gabinete acerca das línguas, quer majoritária, quer as minoritárias, como bem observa Oliveira (2007). Se quisermos pensar essa atuação em relação aos haitianos no Brasil – quase todos falantes de francês coloquial (não padrão) e do crioulo haitiano, desconhecedores da língua portuguesa –, podemos afirmar que cabe ao governo brasileiro – na esfera federal, estadual ou municipal –, que os acolhe, ofertar-lhes aulas, por exemplo, de português para que possam, realmente, incluírem-se nas cidades onde se estabelecem.

Essa guinada em política e planificação linguísticas, no entanto, tende sobremaneira aos interesses e coerções dos governos, o que muitas vezes significa não implementar uma política, de fato, em prol da minoria linguística, como são os haitianos no Brasil, ou que mitigue sua condição socialmente desfavorável. Noutros termos, nesse caso, o linguista é um especialista a serviço do governo.

Essa postura do *especialista* é severamente criticada, por exemplo, pelo palestino Edward Said (2005) ao discutir o conceito e participação do intelectual na sociedade. Diferente do especialista é o *intelectual amador*, ao qual interessa acabar com as desigualdades sociais, mesmo que vá sozinho contra qualquer poder governamental. Para Said, o intelectual deve dedicar suas forças tanto ao indivíduo quanto aos grupos sem representação, os subalternos, as minorias, os pequenos povos e estados, as culturas e etnias menores ou subjugadas. Uma justificativa para tal postura é a discrepância patente entre essas pessoas/grupos, possuidoras de relativa fraqueza, e as grandes organizações governamentais ou empresariais, donas de um poder autodefinido de dominação e de superioridade.

Said faz transparecer em várias passagens de suas conferências (capítulos do livro *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*) que o papel do intelectual no mundo é “mexer” com o Estado e corporações. Cabe ao intelectual ser a voz dos menos afortunados e desvalidos, fracos e estigmatizados. Trata-se de um papel que tem de surtir efeito o quanto antes.

Ao se propor a falar ou escrever, segundo Said, o intelectual se depara, por um lado, com uma estrutura de poder e influência, e, por outro, com valores, ideias e pessoas à margem da sociedade. No fundo, o intelectual

não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer isso em público. (Said, 2005, p. 35-36)

As indicações são, portanto, de que o analista crítico da ACD está mais para o *intellectual* do que para o linguista (como é tradicionalmente entendido na linguística em geral). Entretanto, o analista do discurso não pode abandonar os estudos e métodos da linguística, pois a língua, objeto da linguística, também é objeto da ACD. O que faz o analista é olhar a língua para além da linguística, aproximando-se, na prática, do *militante* em defesa de causas vitais aos desfavorecidos.

Ao mesmo tempo, o analista do discurso, tal como o linguista típico, é um pesquisador da academia, o que não o impede de atuar e viver socialmente como intelectual – aliás, a academia e as universidades é o espaço para todos, ainda que historicamente tenha sido diferente –, pois “ser um intelectual não é de jeito nenhum incompatível com o trabalho acadêmico ou mesmo com a profissão de pianista” (Said, 2005, p. 77).

Consonante a Said é a síntese do jamaicano Stuart Hall (2013, p. 15-16): “Os intelectuais tradicionais se colocam [se posicionam] ao lado do conhecimento e interesses sociais já estabelecidos. Os intelectuais orgânicos são comprometidos com um trabalho intelectual radical que gera mudanças sociais e econômicas.” Nesse sentido, a concepção de *intelectuais tradicionais* corresponde na academia, em grande medida, a professores que se propõem a repetir conhecimentos e compartilhar suas pesquisas com seus pares, mantendo-se dentro de uma “redoma científica”, ou, quando saem para a sociedade é com o intuito de reproduzir o socialmente estabelecido, fazendo “mais do mesmo”. Assim, a ideia de *intelectual tradicional* muito se aproxima da ideia de *especialista* criticada por Said. Já os *intelectuais orgânicos*, em grande medida, possuem uma prática que se aproxima da prática do *intelectual amador* defendida por Said.

Em tempo, não estamos defendendo que o analista do discurso seja um *intelectual*, e sim que o analista pode e deve ter características do *intelectual amador*, nos termos de Edward Said, ou do *intelectual orgânico*, nos termos de Stuart Hall.

Com isso, fugimos da conotação, de certo modo, pejorativa do termo *intelectual* na academia: de que intelectual é o sujeito que sabe muito, senão tudo, e tem muito a dizer sobre quase tudo, e que, por isso, se posiciona afastado dos cidadãos em geral e distante dos problemas sociais. Essa conotação se aproxima do conceito de *elites simbólicas* (van Dijk,

2010), compostas de pessoas que, além de saber “tudo”, têm *acesso especial* ao discurso público e, por isso, podem estar ligadas ao *abuso de poder* na sociedade. Nesse sentido, de certo modo, o *especialista* (Said) e o *intelectual tradicional* (Hall) aproximam-se da *elite simbólica*. Retomaremos os conceitos de *elite simbólica* e de *acesso especial* no item 3.6, explorando seus vínculos com as relações de poder.

O caráter de militância da ACD elege a preocupação social do pesquisador. Se se preocupa com os desfavorecidos, esses devem ser, prioritariamente, os desfavorecidos do momento e da realidade à qual o pesquisador tem acesso, para assim poder falar do conhecido. Tem maior relevância social a pesquisa que contribui na tentativa de mitigar problemas sociais atuais, como, no Brasil, os pobres, os moradores de rua, as pessoas com deficiência, as famílias endividadas, as vítimas de descasos de governantes, os imigrantes pobres, os negros ou indígenas vítimas de preconceito. A atenção a essas pessoas é que melhor justifica e sustenta o aspecto *crítico* da ACD.

Tem menor relevância social a pesquisa que se volta estritamente, por exemplo, para o texto literário ou jornalístico do “passado”, sem ao menos estabelecer relações com os problemas das sociedades contemporâneas complexas e/ou contribuir para a compreensão do “presente”. Isto é, numa abordagem estrita, nem o trabalho com o texto literário/jornalístico nem o trabalho com as questões do passado podem favorecer os sujeitos socialmente desfavorecidos da atualidade, embora esse tipo de pesquisa possa contribuir para melhor compreensão de parte da história do país, por exemplo, oferecendo à população novo ponto de vista, o que aponta para a relevância da pesquisa, justificando-a ainda que em parte. Contudo, avaliar o quanto uma pesquisa foca a contemporaneidade não é o único modo de avaliá-la no que tange a sua relevância social e ao aspecto de criticidade preconizado em ACD.

De um modo ou de outro, a nosso ver, questões de maior relevância social exigem do pesquisador, em maior ou menor medida, um olhar de ordem etnográfica, mas sem realizar a etnografia tal como a entende e se realiza na Antropologia. Por exemplo, ao analisar textos literários, didáticos, jurídicos ou jornalísticos sobre a imigração, como fazemos neste estudo, cabe-nos levar em conta a vida social dos imigrantes haitianos, desde sua vida no Haiti, sua viagem até o Brasil, suas condições de hospedagem e recepção, sua adaptação ao trabalho e à realidade brasileira. Esse olhar etnográfico – que faz parte do capítulo 1 desta tese – deve permear o trabalho de pesquisa e análise discursivo-textual, servindo de base para possíveis contribuições para, direta ou indiretamente, tentar mitigar as condições de desvantagem social de grupos à margem da sociedade, em nosso caso, os haitianos. Esse olhar nos parece necessário quando se analisa o discurso jornalístico (que foca os imigrantes, suas práticas e

eventos sociais), isto é, tal análise não pode ignorar a realidade vivida socialmente pelas pessoas objeto desse discurso. Diante disso, a exposição sobre a imigração haitiana no Brasil feita no capítulo 1 serve de base para este e os demais capítulos, sobretudo o de análise.

Diferentemente do olhar etnográfico é o método etnográfico, a etnografia, em que a análise não é do discurso sobre algo ou alguém, e sim da realidade social de alguém, em que o pesquisador-antropólogo vai a campo, interage e convive com o sujeito de sua pesquisa, “atuando” diretamente com as pessoas e tomando para análise, por exemplo, comportamentos, sentimentos, pensamentos e, sobretudo – por se tratar de análise do discurso –, o discurso, verbal e não verbal dessas pessoas.

O olhar etnográfico do pesquisador/analista do discurso e o conhecimento da realidade de que, possivelmente, falam os textos objeto de análise estão intimamente ligados. Mas, esse conhecimento ativado, de forma explícita ou implícita, pelo pesquisador/analista não é, de fato, a realidade do mundo, pois ele vê e percebe a realidade a partir da(s) teoria(s) e método(s) de que se mune, a partir dos seus interesses e conhecimento prévio de mundo, isto é, o seu ponto de vista durante a pesquisa o faz “conhecer” a realidade social de um modo particular. Na verdade, a “realidade (a potencial, a verdadeira) não pode ser reduzida ao nosso conhecimento de realidade, que é contingente, inconstante e parcial”¹²⁹ (Fairclough, 2003, p. 14, tradução nossa). Esse conhecimento é crucial em ACD porque, ao focar o texto, o pesquisador-analista leva em conta a estrutura social e os eventos sociais, considera a relação dialética da estrutura com os textos em análise. Em ACD, textos e discursos estão em constante relação dialética com os demais elementos sociais, compondo, assim, parte da sociedade.

Neste capítulo, temos um olhar especial para o texto jornalístico como forma de contextualizar um marco teórico em ACD, visando à análise de que nos ocuparemos no capítulo 5.

Em relação ao que tomamos do Círculo de Bakhtin no capítulo anterior, no presente capítulo, em parte, mapearemos os conceitos bakhtinianos que se encontram explicitados ou implicitados no texto de Fairclough (2003). De certo modo, as considerações a seguir acrescentam e apontam uma maneira diferente de perceber os postulados bakhtinianos. Muito do que parece ser novo está, a nosso ver, subentendido nos estudos do Círculo. Mas é Fairclough, situado no campo da ACD, que didatiza e aplica em diferentes textos autênticos uma série de conceitos relativos ao discurso.

¹²⁹ “Reality (the potential, the actual) cannot be reduced to our knowledge of reality, which is contingent, shifting, and partial.” (Fairclough, 2003, p. 14)

3.1. Práticas sociais: entre estruturas e eventos

Uma área de estudo com que a ACD estabelece intenso diálogo são as Ciências Sociais, da qual toma, por exemplo, os conceitos de *estrutura social* e *prática social*. Ao incorporá-los em seu marco teórico, a ACD põe em destaque a relação dialética entre *discurso* e elementos não discursivos da *prática social*: relação de grande relevância, ao menos na sua vertente que assume o discurso – entendido como semiose e especialmente como uso da linguagem verbal – como elemento das práticas sociais.

Neste item, exporemos, sobretudo a partir de Fairclough (2003), a relação entre *estruturas sociais*, *práticas sociais* e *eventos sociais*. As primeiras são mais abstratas e fixas, os últimos são mais concretos e flexíveis (eventos são ações individuais variáveis, geradas e moldadas a cada ocorrência), sendo as segundas intermediárias quanto ao grau de flexibilidade, abstração e concretude.

Uma estrutura social pode ser pensada “como definindo um potencial, um conjunto de possibilidades”¹³⁰ (Fairclough, 2003, p. 23, tradução nossa), daí ser abstrata. São estruturas sociais o sistema econômico de um país (e, dada a força da globalização nas economias nacionais, podemos pensar a economia mundial como uma estrutura ampla), o sistema educacional, o sistema religioso, o sistema de parentesco – que muito orienta parte das relações humanas, especialmente em determinados povos/etnias indígenas, como mostra a Antropologia –, o sistema de classes sociais, que divide a população por critérios sobretudo econômicos. Em cada estrutura social existe um conjunto de elementos e relações específicas entre eles, de modo a existir organização no seu interior. Isto é, o que vale numa estrutura não vale noutra: nesse sentido, elas são independentes. No entanto, estão em permanente contato de influências e de “intercâmbio” de seus elementos, o que as tornam, em última análise, interdependentes.

Outra estrutura social é a língua, quer a(s) língua(s) majoritária(s), oficial, de administração e de ensino, quer as demais línguas. No Brasil, por exemplo, quer o português, quer as mais de 200 línguas minoritárias brasileiras: indígenas, quilombolas, de imigração e de sinais. Nosso interesse aqui é pelo português, língua dos textos objeto de análise no capítulo 5.

¹³⁰ “as defining a potential, a set of possibilities” (Fairclough, 2003, p. 23).

Como estrutura, “uma língua determina certo potencial, certas possibilidades e exclui outras – certas formas de combinação de elementos linguísticos são possíveis, outras não”¹³¹ (Fairclough, 2003, p. 24, tradução nossa), por exemplo, em português é possível o enunciado *Acre vai fechar abrigo para imigrantes*¹³², mas não *Abrigo fechar para vai imigrantes Acre*, principalmente se pensamos na mesma construção de sentido. Esse enunciado possível, ao ser usado, como de fato ocorre no título de uma notícia da *Folha de S.Paulo*, torna-se parte de um *evento social*. Isso mostra que “as estruturas sociais definem o que é possível, eventos sociais constituem o que é real”¹³³ (Fairclough, 2003, p. 223, tradução nossa). Nesse processo, o enunciado acima é parte de eventos sociais específicos: a investigação do jornalista, a escrita, a edição e a publicação da notícia.

Mas, diferente do que talvez pareça, “os eventos não são de nenhuma forma simples e diretamente os efeitos das estruturas sociais abstratas. Sua relação é mediada – há entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos”¹³⁴ (Fairclough, 2003, p. 23, tradução nossa). Tais entidades denominam-se *práticas sociais*. É como se as práticas selecionassem, entre as possibilidades disponíveis de determinada estrutura, os elementos constituintes dos eventos, bem como a relação entre esses elementos no interior de cada evento. Nesse sentido, “as práticas sociais podem ser pensadas como formas de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras, e a retenção dessas seleções ao longo do tempo, em áreas [esferas] particulares da vida social”¹³⁵ (Fairclough, 2003, p. 23-4, tradução nossa). Trata-se de uma seleção e retenção que dão relativa unidade aos eventos sociais, o que torna, por exemplo, a produção de uma notícia parecida com a produção de outra notícia, uma aula parecida com outra aula, todos eventos particulares.

Controlando e retendo possibilidades estruturais, as práticas funcionam como mediação entre o potencial e o real, ou seja, pensadas individualmente ou em rede – as práticas, em parte, moldam os eventos sociais.

¹³¹ “A language defines a certain potential, certain possibilities, and excludes others – certain ways of combining linguistic are possible, others are not” (Fairclough, 2003, p. 24).

¹³² Fonte: *Folha de S.Paulo*, 11/04/2014, pág. A17.

¹³³ “Social structures define what is possible, social events constitute what is actual” (Fairclough, 2003, p. 223).

¹³⁴ “Events are not in any simple or direct way the effects of abstract social structures. Their relationship is mediated – there are intermediate organizational entities between structures and events.” (Fairclough, 2003, p. 23)

¹³⁵ “Social practices can be thought of as ways of controlling the selection of certain structural possibilities and the exclusion of others, and the retention of these selections over time, in particular areas of social life.” (Fairclough, 2003, p. 23-4)

Entretanto, “a relação entre o que é estruturalmente possível e o que realmente acontece, entre estruturas e eventos, é algo muito complexo”¹³⁶ (Fairclough, 2003, p. 23, tradução nossa). Não há qualquer relação imediata ou determinista entre estrutura e evento. Diante da complexidade à vista – a relação mútua e patente de influência, condicionamento e “respeito” –, uma questão importante é como as estruturas são determinantes nos eventos e como esses são determinantes naquelas. Podemos buscar uma possível explicação na agência humana – ou ação, implicada nas práticas –, afirmando com Fairclough (2012b, p. 308):

A concepção de práticas sociais nos permite combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural, ou cotidiana.

A relação, portanto, é dialética, caracterizada por poderes causais: a relação entre estrutura e ação é de interdependência causal. Ou seja, apesar de as (redes de) práticas sociais moldarem – que seja parcialmente – os eventos sociais e, assim, definirem as formas específicas de atuação dos sujeitos participantes diretos de cada evento, “os eventos reais podem mais ou menos divergirem dessas definições e probabilidades (porque eles [eventos] atravessam diferentes práticas sociais e por causa dos poderes causais dos agentes sociais)”¹³⁷ (Fairclough, 2003, p. 25, tradução nossa). Ao mesmo tempo em que os atores sociais se submetem ao que define cada prática social acerca da própria atuação, eles possuem certa autonomia e certos poderes para “administrar” eventos sociais específicos, envolvendo (redes de) práticas sociais específicas. Com isso, evidencia-se a agência humana, a ação dos sujeitos no discurso. Ação que implica a realização efetiva de algo concreto e irrepetível: são o evento social e o texto.

A agência/ação humana pode ser vista também em relação às mudanças a que as práticas sociais estão sujeitas. Sabemos: todas as práticas, quando se realizam, seguem e repetem aspectos prévios e socialmente estabelecidos e de um modo geral conhecidos dos sujeitos que nelas atuam. Ao mesmo tempo, podem, porém, inovar-se e conter aspectos novos, os quais poderão passar a compor ou não a prática em questão, isto é, toda prática é histórica e diacronicamente passível de modificação. Esses elementos novos podem ter

¹³⁶ “the relationship between what is structurally possible and what actually happens, between structures and events, is a very complex one” (Fairclough, 2003, p. 23).

¹³⁷ “actual events may more or less diverge from these definitions and expectations (because they cut across different social practices, and because of the causal powers of social agents)” (Fairclough, 2003, p. 25).

diferentes motivações, entre elas, as forças da esfera social em que se insere a prática, influências da macroestrutura social de natureza político-econômica ou de natureza do conhecimento, como também, embora raramente, determinações singulares e particulares de fundo intersubjetivo dos sujeitos envolvidos. Essas determinações são da agência humana: o sujeito com poderes de mudar, ainda que minimamente, práticas e estruturas sociais. Apesar disso, não é focando as possíveis mudanças que trataremos as práticas. E sim, o que elas têm de estabilidade.

Enfatizemos: o evento é a realização concreta da prática. Enquanto a prática é uma forma de atividade social repetível e relativamente estável – sujeita a mudanças, portanto –, o evento é irrepetível e único, embora de um evento para outro ocorram elementos comuns, como, por exemplo, as próprias práticas, gêneros, formas linguísticas, instrumentos tecnológicos, lugares, pessoas, todos postos como possíveis pelas estruturas sociais. Assim, podemos falar da produção de uma entrevista, notícia ou aula específicas como eventos: em lugar, data e horário específicos, com o envolvimento de determinados sujeitos com intenções e poderes causais específicos, com um ou mais assuntos específicos, com o emprego de determinado(s) gênero(s) discursivo(s), com a produção de um ou mais textos específicos. Como eventos, diariamente ocorrem várias aulas e a produção de várias notícias, as quais repetem as mesmas possibilidades estruturais prévia e convencionalmente selecionadas: isso são as práticas. Mas cada aula e cada notícia são eventos produzidos sob a coerção do que “determinam” as práticas, como explicitamos anteriormente.

Exemplos tanto de práticas quanto de eventos sociais (todos com o texto/enunciado como um de seus elementos) são a produção de um pequeno ou grande jornal, a produção de uma notícia, o telejornal local ou em rede nacional, o jogo de futebol ou a sua locução/transmissão via rádio para uma região ou país, a elaboração de um projeto arquitetônico, a construção de uma casa, a reunião de condomínio ou de partido político, o discurso político num pleito eleitoral, a celebração religiosa, a aula ou palestra no ambiente escolar, a assinatura de contrato de aluguel, o almoço “de negócio” ou em família, a consulta médica, a escrita ou edição de um romance, a divulgação de eventos ou produtos. Se pensarmos esses exemplos no seu aspecto repetível, isto é, no que, por exemplo, várias notícias têm em comum, estaremos focados na prática social. Se pensarmos os exemplos no seu aspecto de ineditismo, no que várias notícias se diferenciam e torna cada notícia como única, estaremos focados nos eventos sociais.

Devemos aqui fazer uma breve retomada ao capítulo anterior. Entendemos que os gêneros do discurso estão para as práticas, enquanto o enunciado – em termos bakhtinianos, o

enunciado concreto e real, único e irrepetível – ou *texto*, como preferencialmente emprega Fairclough (2003), está para os eventos sociais. Apesar desse entendimento, práticas sociais e discursivas envolvem muito mais que gêneros. Também, texto falado ou escrito como parte de um evento deve ser entendido nos seus diversos elementos sociais, cognitivos, interacionais, ideológicos, contextuais, linguístico-formais, como destacamos no item 2.3 acerca do enunciado, embora seu aspecto linguístico-formal seja crucial em abordagens específicas como, por exemplo, a nossa, em que elegemos as expressões referenciais como parte da análise.

As práticas sociais são formas orientadoras de as pessoas estarem no mundo e participarem da vida social, nos seus mais diferentes âmbitos e esferas. A vida social pode ser vista como organizada em práticas de diferentes tipos, entendendo que no âmbito das práticas articulam-se “diferentes tipos de elementos sociais que estão associados com áreas [esferas] particulares da vida social”¹³⁸ (Fairclough, 2003, p. 25, tradução nossa). As práticas são, de certa maneira, modos habituais de as pessoas interagirem socialmente em contextos específicos, empregando variados recursos materiais – como vestimentas, objetos por vezes sagrados, produtos industrializados e tecnológicos, instrumentos técnicos em geral – e recursos simbólicos¹³⁹ – como a língua, a iconografia, os sinais e símbolos religiosos e de trânsito. Os elementos componentes das práticas, na verdade, são múltiplos: sujeitos, contextos, instituições, relações sociais, ação e interação, gêneros discursivos, língua, formas de consciência (entendidas neste estudo como consciências imiscíveis, em termos bakhtinianos), valores sociais e culturais, crenças, atitudes, histórias, identidades, atividades produtivas, meios de produção, instrumentos, mundo material, tempo, lugar, discurso/semiose (Fairclough, 2003, p. 207; 2012a; 2012b). Devido a essa multiplicidade, muitos dos elementos são “sintetizados” em alguns deles, que são nucleares às práticas, como, por exemplo, o discurso, os gêneros discursivos, as relações sociais e os sujeitos.

A questão principal é que toda prática social articula o discurso com elementos não discursivos, a língua com elementos não linguísticos – esse é um ponto crucial dos estudos em ACD. Na perspectiva da ACD, um dos elementos mais importantes das práticas é o discurso. “Toda prática é uma articulação de diversos elementos sociais em uma configuração

¹³⁸ “Social practices can be seen as articulations of different types of social elements which are associated with particular areas of social life” (Fairclough, 2003, p. 25).

¹³⁹ Podemos tomar o conceito de *formas simbólicas* de Thompson (2011): “Por ‘formas simbólicas’, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não linguísticas ou quase-linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras).” (Thompson, 2011, p. 79)

relativamente estável, sempre incluindo o discurso” (Fairclough, 2012a, p. 94), sendo que a produção de um romance ou de uma notícia (ou de todo um jornal) “envolve mais” discurso – pensado como língua em uso – do que, por exemplo, a construção de uma casa ou, até mesmo, a elaboração de um projeto arquitetônico ou estrutural, ainda que em torno do projeto ocorra muita conversa – isto é, discurso verbal – entre as pessoas envolvidas na sua elaboração. O fato é que o projeto em si se compõe de pequena parte de linguagem verbal e de grande parte de linguagem matemática e pictórica. Já numa consulta médica, por exemplo, a linguagem verbal pode ocorrer em maior ou menor quantidade, numa mescla com a linguagem corporal.

Na verdade, “o discurso pode ser mais ou menos importante e visível em uma prática, ou conjunto de práticas, do que em outra e pode mudar em grau de importância no decorrer do tempo” (Fairclough, 2012a, p. 95). Diacronicamente, o discurso pode se tornar mais forte ou mais fraco na produção de um projeto arquitetônico, de uma charge, de uma peça publicitária, dentre outras práticas. Por exemplo, há cinquenta ou sessenta anos, nos jornais impressos, uma notícia se compunha quase só de texto (pensado especialmente como uso linguístico), enquanto hoje se mescla ao texto linguístico o uso de fotos e gráficos. Semelhante mudança ocorreu com a peça publicitária, que anteriormente utilizava sobremaneira o texto linguístico, enquanto hoje esse texto é sintético, dando grande espaço ao uso de fotos e imagens diversas, e da informação armazenada na memória do sujeito-enunciário. Também, mudou-se a distribuição das notícias e das propagandas na página do jornal, dando agora maior visibilidade e “leveza” ou impacto de certos elementos que as compõem, inclusive, se antes a impressão ocorria apenas em preto, hoje se tende ao uso da policromia.

Ao tomarmos como exemplos a notícia, a charge e a peça publicitária, estamos, indiretamente, atentando para os gêneros discursivos. Aliás, eles são um elemento de uso “obrigatório” nas práticas sociais: gêneros entendidos especialmente como modos de ação e interação socioverbal, como abordaremos no próximo item. Na verdade, as práticas sociais podem ser vistas numa relação importante com os gêneros, sobretudo as práticas em que a língua e o discurso (semiose linguística) estão fortemente presentes. Práticas sociais e gêneros estão intimamente interligados. Gêneros são empregados e reconstruídos historicamente nas práticas, são tributários das práticas. Gêneros incorporam e refletem orientações oriundas das práticas, ao mesmo tempo em que as compõem e contribuem para torná-las realizáveis, mantendo o seu grau de flexibilidade, abstração e concretude, contribuindo para que elas se mantenham relativamente estáveis e duráveis. Tanto os gêneros dependem das práticas quanto as práticas dependem dos gêneros, em especial na ótica de que um dos elementos das práticas é a língua, o discurso.

Vemos como inevitável o encontro entre prática e gênero, sobretudo, porque olhamos as práticas sociais (amplas ou específicas) pelo seu componente discursivo-semiótico, isto é, como *prática discursiva*¹⁴⁰. Por exemplo, a produção de um jornal (prática social ampla) envolve várias práticas sociais específicas, entre elas, o registro do entrevistado e a edição da entrevista, a investigação do repórter na rua, o recolhimento programado ou inesperado de informações, a escrita da notícia ou do editorial, a escrita e edição de editais, a produção de uma charge, a escrita, envio e edição da carta do leitor. Isto é, a produção do jornal se compõe de um conjunto de práticas, cada qual, em princípio, envolve a realização de um gênero, de modo que, enquanto falamos de uma prática social específica, falamos também do gênero nela implicado. Estamos, assim, tratando a relação gênero–prática como se para cada prática existisse um gênero, mas tal relação muito provavelmente valha apenas para o analista, como questão didática e metodológica. Na realidade da vida social, é possível que mais de um gênero componham práticas sociais específicas – um argumento nesse sentido se basearia, por exemplo, nos conceitos de interdiscurso e de ordens do discurso.

Essa breve reflexão sobre a presença – em quantidade variada – do discurso nas práticas e sobre a relação prática–gênero ocorre sem atentarmos para as diferenças entre os povos e culturas, o que nos permitiria identificar que, sincronicamente, práticas e gêneros podem diferenciar-se de uma sociedade para a outra, ainda que a globalização e o advento da internet tenham desencadeado certa padronização em âmbito mundial.

Mas, uma questão que se põe para toda a sociedade moderna é a condição dialética das práticas, sobre a qual, necessariamente, temos de refletir aqui, pois o objeto de estudo da ACD são as “relações dialéticas entre o discurso (inclusive a linguagem [verbal] mas também outras formas de semiose, por exemplo, a linguagem do corpo ou imagens visuais) e outros elementos das práticas sociais” (Fairclough, 2012a, p. 94-5). Tais relações nos permitem falar numa *dialética da prática social*. Diferentes elementos articulam-se dialeticamente, no sentido de que um elemento internaliza o outro na inter-relação estabelecida a cada prática. Trata-se de um processo que se confirma toda vez que cada prática se realiza socialmente. Isto é, cada elemento, em parte, “em um sentido contém e internaliza o(s) outro(s)”¹⁴¹ (Fairclough, 2003, p. 25, tradução nossa), sem que qualquer elemento se reduza aos demais. Por exemplo, a ação e interação são, assim, por natureza, em parte, discursivas e também compostas por

¹⁴⁰ A *prática discursiva* implica não só olhar a prática social na perspectiva do discurso ou com ênfase no seu componente discursivo-semiótico, mas também dedicar atenção ao que os sujeitos fazem discursivamente no que tange à produção, distribuição e consumo de textos (Fairclough, 2001). Ao menos em parte, nos preocuparemos com essas questões.

¹⁴¹ “in a sense contains or internalizes the other” (Fairclough, 2003, p. 25).

aspectos do mundo material; ao mesmo tempo em que o mundo material absorve o discurso e a ação e interação dos sujeitos. Ou, como destaca Fairclough (2003, p. 25, tradução nossa), “as relações sociais *são* em parte discursivas por natureza, o discurso *é* em parte as relações sociais”¹⁴².

Cada elemento se constitui pelos demais sem que cada um deixe de ser uma unidade singular componente das práticas sociais. Cada elemento mantém sua condição de ser identificado e interpretado individualmente, se assim o analista optar, por razões teóricas, metodológicas e/ou didáticas.

Essa internalização pode ser observada historicamente em termos dos processos de mudança social, entendendo que novos discursos são internalizados de determinados modos e em determinadas circunstâncias. Numa perspectiva histórica, como parte das práticas, a sociedade, ideologicamente, cria e incorpora uma (e se constitui numa) série de novos discursos – políticos, jurídicos, religiosos, artísticos, científicos, tecnológicos, midiáticos, por exemplo – que são internalizados pelos demais elementos das práticas sociais ou pela rede de práticas, ao mesmo tempo em que tais elementos são, de forma semelhante, internalizados por esses novos discursos.

Na relação que estabelecem, cada elemento exerce certo poder sobre os demais elementos, e juntos, equitativamente, pela internalização e pela articulação, constituem um encontro dialético singular e único, “assegurando que a estrutura social hegemônica seja um estado de relativa permanência de articulações de elementos sociais (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 25)” (Ramalho e Resende, 2011, p. 174). Trataremos da hegemonia e da luta hegemônica no item 3.5, especialmente na sua relação com o conceito de *ideologia*.

No próximo item, nos dedicaremos especialmente a um dos elementos das práticas sociais: o *discurso*, explorando-o como processo dialético.

3.2. A dialética do discurso: agir/interagir, ser e representar

De imediato, queremos especificar que o termo *discurso*, até aqui, tem sido usado “de modo abstrato, como um substantivo abstrato, significando língua e outros tipos de semiose como elementos da vida social”¹⁴³ (Fairclough, 2003, p. 26, tradução nossa). Trata-se de “um sentido geral para a língua (bem como, por exemplo, as imagens visuais) [...] que está

¹⁴² “social relations *are* partly discursal in nature, discourse *is* partly social relations” (Fairclough, 2003, p. 25).

¹⁴³ “abstractly, as an abstract noun, meaning language and other types of semiosis as elements of social life” (Fairclough, 2003, p. 26).

dialeticamente relacionado a outros elementos”¹⁴⁴ (Fairclough, 2003, p. 214-5, tradução nossa). Esse é o sentido que tem o *discurso* em relação aos demais elementos das práticas sociais, assunto do item anterior.

Para aprofundar o conceito de *discurso*, Fairclough (2001, 2003, 2012a, 2012b) baseia-se nos principais tipos de significado do discurso – representacional, acional e identificacional –, objeto de estudo da Linguística Sistêmica Funcional, sobretudo nos escritos de Michael A. K. Halliday (1978, 1994). Contudo, a aproximação do estudo de Fairclough ao de Halliday não permite uso intercambiável de suas respectivas nomenclaturas e deve ocorrer com ressalvas, como aponta, por exemplo, Gonçalves Segundo (2014, p. 1289-91).

Ao mesmo tempo, Fairclough identifica em Michel Foucault (1994) três aspectos do significado do discurso, os quais se tornaram cruciais à ACD faircloughiana, sem, porém, empregar a mesma nomenclatura de Foucault.

Unindo elementos dos estudos de Halliday aos de Foucault, Fairclough (2003) nomeia os aspectos do discurso como *representação*, *ação* e *identificação*, e, a seu modo, assim os sintetiza: “Representação é fazer com conhecimento, mas também ‘controle sobre as coisas’. Ação é fazer geralmente em relação aos outros, mas também ‘ação sobre os outros’ e poder. Identificação é fazer em relação consigo mesmo, ética e o ‘sujeito moral’.”¹⁴⁵ (Fairclough, 2003, p. 28, tradução nossa).

São três aspectos que se ligam a uma variedade de categorias em teorias sociais, enriquecendo o entendimento que temos sobre o texto/enunciado a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin. Ou seja, esses aspectos contribuem substancialmente para os estudos discursivos em ACD, em que a relação entre texto/enunciado e mundo social é o eixo de pesquisa.

Porque no mundo social as coisas estão intimamente interligadas e são interdependentes, os três aspectos do discurso “estão dialeticamente relacionados, ou seja, há um sentido de que cada um ‘internaliza’ os outros (Harvey, 1996a)”¹⁴⁶ (Fairclough, 2003, p. 29, tradução nossa). Esses três aspectos são interdependentes e estão dialeticamente inter-relacionados: é a *dialética do discurso*, que pode ser assim sintetizada: “Representações específicas (discursos) podem ser encenadas/legitimadas em formas particulares de agir e se

¹⁴⁴ “a general sense for language (as well as, for instance, visual images) [...] which is dialectically related to other elements” (Fairclough, 2003, p. 214-5).

¹⁴⁵ “Representation is to do with knowledge but also thereby ‘control over things’; Action is to do generally with relations with others, but also ‘action on others’, and power. Identification is to do with relations with oneself, ethics, and the ‘moral subject’.” (Fairclough, 2003, p. 28)

¹⁴⁶ “they are dialectically related, i.e. there is a sense in which each ‘internalizes’ the others (Harvey 1996a)” (Fairclough, 2003, p. 29).

relacionar (gêneros), e inculcada em modos particulares de Identificação (estilos)”¹⁴⁷ (Fairclough, 2003, p. 29, tradução nossa). Dito de outro modo, esse mesmo processo é também assim sintetizado por Fairclough (2003, p. 29, tradução nossa)¹⁴⁸:

Discursos (significados representacionais) encenados/legitimados em gêneros (significados acionais)
Discursos (significados representacionais) inculcados em estilos (significados identificacionais)
Ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) representadas em discursos (significados representacionais)¹⁴⁹

Quanto ao aspecto da *representação*, enfatizamos, há representações, cada qual ocorrendo em um discurso particular, o que implica falar de *discursos*, no plural. Temos aqui, portanto, o segundo sentido do termo: *discurso* “como um substantivo concreto, significando formas específicas de representar parte do mundo”¹⁵⁰ (Fairclough, 2003, p. 26, tradução nossa), em que o uso do termo ocorre numa acepção mais concreta e específica. Isto é, “diferentes discursos são diferentes maneiras de representar aspectos do mundo”¹⁵¹ (Fairclough, 2003, p. 215, tradução nossa). Esse é o sentido que privilegiaremos a seguir, em função das suas particularidades e das diversas relações que pode ter com vários outros conceitos privilegiados neste estudo. A propósito, os diferentes *discursos* também são parte das práticas sociais (como veremos adiante), vinculados a eventos sociais específicos. *Discursos* específicos e concretos são parte da relação dialética do *discurso*, esse entendido de modo amplo e abstrato.

Embora estejam integrados e não sejam distintos nem ocorram de modo separado, os três aspectos, por razões didáticas ou analíticas, precisam ser distinguidos e vistos como diferentes entre si. É essa distinção que realizaremos abaixo. Mais do que isso buscaremos esclarecer os conceitos e relações implicados em tal dialética.

Para Fairclough (2003, p. 26, tradução nossa), o *discurso* (geral e abstrato) pode figurar de três maneiras: como *forma de agir, interagir e atuar* socialmente (o que dá

¹⁴⁷ “particular Representations (discourses) may be enacted in particular ways of Acting and Relating (genres), and inculcated in particular ways of Identifying (styles).” (Fairclough, 2003, p. 29)

¹⁴⁸ O termo *enacted*, empregado por Fairclough (2003, p. 29 e p. 207, por exemplo), é traduzido para o português por Ramalho e Resende (2011, p. 52), entre outros autores, para *legitimado* e aparece em Fairclough (2012a; 2012b) como *encenado*. Entendemos que o que é *encenado* está prestes (ou possivelmente) a ser *legitimado*, e o que é *legitimado* acabara de ser *encenado*. Assim, *encenação* e *legitimação* são reciprocamente complementares. Tanto o uso de um termo quanto o do outro implica o processo de encenação–legitimação.

¹⁴⁹ “Discourses (representational meanings) enacted in genres (actional meanings)
Discourses (representational meanings) inculcated in styles (identificational meanings)
Actions and identities (including genres and styles) represented in discourses (representational meanings)” (Fairclough, 2003, p. 29).

¹⁵⁰ “as a count noun, meaning particular ways of representing part of the world” (Fairclough, 2003, p. 26).

¹⁵¹ “different discourses are different ways of representing aspects of the world” (Fairclough, 2003, p. 215).

destaque ao conceito de gêneros discursivos), como *forma de ser* (que se traduz no conceito de estilo) e como *forma de representar* (o que implica diferentes *discursos*, no plural). Noutros termos, o *discurso* (geral e abstrato) compõe as práticas sociais de três diferentes modos: como *gêneros*, como *estilos* e como *discursos* (específicos).

A *forma de agir e interagir* se volta para o uso da fala e da escrita, da linguagem verbal, em que o discurso figura-se como “parte da ação”¹⁵² (Fairclough, 2003, p. 26, tradução nossa). Toda ação é social, daí o discurso ser parte das práticas sociais. É o discurso como atividade humana e social. No uso da língua falada ou escrita, especialmente, “o discurso como parte da atividade social constitui os gêneros discursivos. Gêneros são formas diversas de agir, de produzir vida social, no modo semiótico” (Fairclough, 2012a, p. 95-6). Nesse sentido, o sujeito-enunciador vale-se de um gênero específico como forma de (inter)agir em determinada prática social. Por exemplo, um guarda de trânsito na sua atividade profissional e social usa a língua na modalidade falada e/ou escrita como parte da concretização do ato de fiscalizar (que é uma prática social) e nessa concretização há o uso de um gênero particular a essa prática. Processo semelhante se dá com outros atores e práticas sociais: com o professor na ação de ensinar, com o jornalista (repórter de rua ou editor do jornal) na ação de produzir uma notícia ou o jornal, com o presidente de um país no ato de governar ou com o arquiteto no ato de projetar uma casa. Gêneros discursivos estão intimamente vinculados às práticas sociais, os primeiros como elementos das segundas.

A *forma de ser* do sujeito-enunciador quando da produção discursiva – e da realização de determinada prática e evento social – aparece refletida no discurso, especialmente no uso linguístico (escolhas linguísticas), bem como na expressão facial e corporal, gestos, movimentos no uso de equipamentos componentes das práticas sociais. É o discurso como formas de ser dos sujeitos, como constituição dos seus estilos particulares. Nesse sentido, “o discurso figura nos modos de ser, na constituição de identidades” (Fairclough, 2012a, p. 95). Trata-se da sua identidade pessoal e social particular, colocada à mostra a cada evento e a cada texto. Os textos revelam as formas de ser assumidas pelos sujeitos a cada evento social. Por exemplo, a identidade social de um narrador esportivo, de um jornalista, professor ou político é constituída e conhecida em parte pelas escolhas linguísticas que faz, as quais são parte do(s) seu(s) discurso(s) e da materialização do(s) texto(s). Assim, podemos falar tanto do estilo dos jornalistas e dos professores quanto de determinado jornalista e de determinado

¹⁵² ““part of the action”” (Fairclough, 2003, p. 26).

professor. Em termos de análise, o uso linguístico particular de um sujeito específico torna-se um recurso para identificar sua identidade social.¹⁵³

A forma de ser, estilo e identidade do sujeito, quando esse atua discursivamente e participa de um evento social, é determinada em parte pela prática social e pela posição que ele ocupa nessa prática e no evento em questão. Mas não apenas. Há fatores socioculturais externos e prévios, ou da subjetividade, que também contribuem para o seu estilo. Isso podemos observar, sobretudo, se focarmos um evento específico. Isto é, na hipótese de ocuparem a mesma posição, dois ou mais sujeitos colocam à mostra usos linguísticos diferentes entre si por razões de natureza diversa inerente a cada pessoa: comunidade linguística, formação intelectual e escolaridade, experiência vivida, classe social, nacionalidade, cultura, etnia.

O estilo é tratado por nós, para fins de análise, especialmente como escolha de estratégias linguístico-referenciais, assunto do capítulo 4, as quais podem também ser vistas como *formas de representar*. Esse tratamento merece ser detalhado, explorando, por exemplo, fatores determinantes do componente estilístico e do componente representacional de discursos específicos, o que, porém, não realizamos neste estudo.

A *forma de representar* diz respeito à representação que têm a cada discurso os elementos do mundo: sujeitos/atores sociais, ideologias, atitudes, valores socioculturais, eventos e objetos sociais, “processos, relações e estruturas do mundo material, ‘mundo mental’ dos pensamentos, sentimentos, crenças etc., e mundo social”¹⁵⁴ (Fairclough, 2003, p. 124, tradução nossa).

A representação é um fenômeno discursivo que implica discursos distintos – político, religioso, literário, jornalístico, jurídico, educacional –, cada qual como forma particular de representar, possivelmente, os mesmos elementos do mundo de diferentes perspectivas ou posições. Em cada discurso o sujeito-enunciador procede de um modo particular, com uma posição particular em relação ao mundo focalizado. “Diferentes discursos [...] estão associados com as diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, que, por sua vez, dependem de suas posições no mundo, suas identidades sociais e pessoais, e as relações

¹⁵³ Entretanto, quando o jornalista, na notícia, reproduz/recontextualiza a fala de um político ou imigrante como discurso relatado, não podemos afirmar que aí há o estilo do político ou imigrante, pois o jornalista pode “subornar” as marcas originais de ambos os sujeitos. Mas podemos ver na notícia por inteiro o estilo do jornalista.

¹⁵⁴ “the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world” (Fairclough, 2003, p. 124).

sociais que elas têm com as outras pessoas”¹⁵⁵ (Fairclough, 2003, p. 124, tradução nossa). Isso indica que a representação ocorre na ótica do sujeito-enunciador: “Os atores sociais posicionados diferentemente veem e representam a vida social de modo distinto, com discursos distintos” (Fairclough, 2012b, p. 310). Por exemplo, as pessoas pobres e em desvantagem, como os imigrantes haitianos no Brasil, são representadas diferentemente nos discursos do governo, da mídia, das empresas, da igreja, da polícia, da academia e, dentro dessa, em discursos específicos, como o da ciência social, o da antropologia, o do serviço social e o da educação. Cada discurso correspondendo a uma posição particular dos atores sociais tece, em termos bakhtinianos, o interdiscurso, as relações entre vozes sociais.

Representações têm relação com as práticas sociais, fazem parte das práticas do governo, da mídia, da academia e da igreja, por exemplo. Sendo assim, formas específicas (que se mostram textualmente, em parte, nas expressões referenciais) de representação ocorrem em práticas sociais específicas, isto é, na representação realizada há uma relação de “respeito” às regras da prática em questão, em consonância com os elementos que a compõem.

Além de representar aspectos e elementos do mundo, os *discursos* representam as práticas sociais. Noutros termos, “a representação é um processo de construção social das práticas” (Fairclough, 2012b, p. 309). A esse respeito, destaca Fairclough (2012a, p. 95): “os atores sociais em qualquer prática produzem representações de outras práticas [...]. Eles ‘recontextualizam’ outras práticas (Bernstein 1990; Chouliaraki e Fairclough 1999) – isto é, eles incorporam-nas em sua própria prática”¹⁵⁶. Tal como nas demais representações, as práticas sociais são representadas de modo distinto por diferentes atores sociais, a cada discurso específico, dependendo de suas posições dentro das práticas sociais e de como cada um deles as percebem e as tratam, de modo a posição do sujeito-enunciador em relação às práticas ser determinante.

Ao mesmo tempo, o sujeito-enunciador realiza representações das práticas (e seus componentes) em que está inserido, trata-se de *representações reflexivas*, de uma autoconstrução reflexiva. Isso ocorre porque “as pessoas não apenas agem e interagem em

¹⁵⁵ “Different discourses [...] are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people.” (Fairclough, 2003, p. 124)

¹⁵⁶ Trataremos da *recontextualização* especialmente em relação aos *gêneros de controle* e ao *poder* no item 3.6. “A ‘recontextualização’ é um conceito desenvolvido na sociologia da educação (Bernstein 1990) que pode proveitosamente ser operacionalizado e usado na análise de discurso e de texto” (Fairclough, 2003, p. 33, tradução nossa). / “‘Recontextualization’ is a concept developed in the sociology of education (Bernstein 1990) which can be fruitfully operationalized, put to work, within discourse and text analysis.” (Fairclough, 2003, p. 33)

redes de práticas sociais, elas também interpretam e representam o que fazem para si mesmas e entre si, e essas interpretações e representações modelam e remodelam o que fazem” (Fairclough, 2012a, p. 99). Em síntese, a vida social, repleta de práticas sociais, é reflexiva.

Até aqui temos pensado as representações de como as coisas são, tem sido ou de como foram (ou melhor, de como os sujeitos as veem): são as *representações reais*. Mas há também “representações de como as coisas podem ou poderiam ou deveriam ser”¹⁵⁷ (Fairclough, 2003, p. 207, tradução nossa): são as *representações imaginárias*.

As *representações imaginárias* surgem em discursos que figuram como “projeções de possíveis estados de coisas, ‘mundos possíveis’” (Fairclough, 2012a, p. 98), e como prováveis existências.¹⁵⁸ Discursos com representações imaginárias, muitas vezes, são projetivos e estão “presos a projetos para mudar o mundo em direções particulares”¹⁵⁹ (Fairclough, 2003, p. 124, tradução nossa). Sendo diferentes do mundo real, possuem a proposta de um mundo novo. Isso nos interessa por buscarmos, levando em conta o caráter *crítico* da ACD, contribuir – ainda que minimamente – para a mitigação das condições socialmente desfavoráveis dos imigrantes haitianos no Brasil. Entendemos que esses discursos, sobretudo os produzidos na esfera jornalística, podem contribuir para mudanças positivas na vida desses imigrantes, assim como no modo de ser (no que tange aos sentimentos, ideologias, ações, interações socioverbais e à construção de novos discursos) dos brasileiros em relação a eles. Especificamente, novos modos de ser dos políticos, empresários, cidadãos em geral e dos próprios jornalistas podem promover benefícios na vida social e familiar dos haitianos no Brasil.¹⁶⁰

Essa possível mudança ocorre, em parte, como processo cognitivo, o que, em grande medida, retoma os postulados bakhtinianos de que a consciência é uma construção social. Ao mesmo tempo, diz respeito à defesa de van Dijk (2010), na perspectiva da Psicologia Social, de que as *elites simbólicas* controlam a mente do *outro* para, assim, controlar suas ações,

¹⁵⁷ “representations of how things might or could or should be” (Fairclough, 2003, p. 207).

¹⁵⁸ Um discurso desse tipo tão presente e “valioso” na vida social contemporânea é “o conhecimento da economia do conhecimento e da sociedade do conhecimento” (Fairclough, 2012a, p. 98). Aliás, conhecimento que se realiza sobremaneira em forma de discursos, especialmente no campo das ciências humanas. Em última análise, o conhecimento em ciências humanas é dependente e tributário de discursos. Outros discursos possivelmente com projeções, mas quase sempre negados pela sociedade em geral, são falas caluniosas, mentiras e falas hipotéticas.

¹⁵⁹ “tied in to projects to change the world in particular directions” (Fairclough, 2003, p. 124).

¹⁶⁰ Diferente do que talvez pareçam, as *representações imaginárias* não são necessariamente seguidas de uma “investigação” que as prove como real. Na verdade, o que ocorre são discursos posteriores, discursos novos, que, juntos com os anteriores, constituem uma cadeia discursiva e devem ser tratados cada qual de forma particular. Ao mesmo tempo, são passíveis de serem tratados na ótica da interdiscursividade e do dialogismo, em termos bakhtinianos. Esses discursos novos são discursos, às vezes, com *representações reais*, às vezes, com *representações imaginárias*.

discursivas e não discursivas: *outro* entendido nesse caso como leitores/ouvintes em geral dos textos escritos/falados por membros da *elite simbólica*. Trata-se do *poder simbólico* que algumas pessoas têm socialmente. Retomaremos essa questão cognitiva nos itens 3.6 e 3.7, ligando-a às relações de poder e aos efeitos sociais do texto.

Esse processo cognitivo pode ser visto também como possibilidade de as *representações imaginárias* poderem ser encenadas/legitimadas como reais. A *encenação/legitimação* discursiva faz o imaginário parecer ser real. É tomado e mostrado como real, na perspectiva do sujeito-enunciador, e visto como real, na perspectiva do sujeito-enunciatário. Ocorre, assim, a *inculcação*: o imaginário é incutido como real. A *encenação/legitimação* é um caminho para que a representação se torne real e, possivelmente, acarrete mudanças sociais positivas. Os discursos com *representações imaginárias*, ao serem legitimados/encenados, podem vir a ser inculcados como novas identidades, como novos modos de ser. Isso porque tais discursos podem implicar novas formações culturais, sociais, econômicas e políticas, novas maneiras de perceber o *outro*, os fatos e as relações sociais, o que depende de “novos sujeitos”. Tem-se um “processo de ‘mudança do sujeito’ [...] pensado em termos da inculcação de novos discursos [...], a inculcação é uma questão de as pessoas ‘possuírem’ discursos, para neles posicionarem-se, para agir e pensar, e falar, e ver a si mesmas em termos de novos discursos” (Fairclough, 2012a, p. 99). Inculcação, portanto, é o processo cognitivo de as pessoas assumirem como seus os discursos anteriormente legitimados/encenados.^{161 162}

O processo de encenação/legitimação e inculcação pode ocorrer também com as ideologias e as práticas sociais. Sobre as primeiras: “se ideologias são primeiramente representações, elas podem, ainda assim, também ser ‘encenadas’ em formas de agir socialmente, e ‘inculcadas’ nas identidades dos agentes sociais”¹⁶³ (Fairclough, 2003, p. 9, tradução nossa). Ideologias representadas como imaginárias podem ser encenadas/legitimadas e inculcadas como reais.

¹⁶¹ “Um estágio para a inculcação é o emprego da retórica: as pessoas podem aprender novos discursos e usá-los para determinados propósitos, enquanto ao mesmo tempo conscientemente mantêm distância deles. Um dos mistérios da dialética do discurso é o processo no qual o que começa como emprego retórico consciente torna-se ‘propriedade’ – como as pessoas tornam-se posicionadas inconscientemente em um discurso.” (Fairclough, 2012a, p. 99)

¹⁶² “A inculcação tem também seus aspectos materiais: os discursos são inculcados dialeticamente não apenas em estilos, modos de usar a língua, eles são materializados também em corpos, posturas, gestos, modos de movimentar-se, e assim por diante.” (Fairclough, 2012a, p. 99)

¹⁶³ “if ideologies are primarily representations, they can nevertheless also be ‘enacted’ in-ways of acting socially, and ‘inculcated’ in the identities of social agents” (Fairclough, 2003, p. 9).

Quanto às práticas sociais, discursivamente, imaginam-se “práticas sociais e redes de práticas sociais possíveis – possível síntese de atividades, sujeitos, relações sociais, instrumentos, objetos, lugares–tempos (Harvey, 1996a), valores, formas de consciência”¹⁶⁴ (Fairclough, 2003, p. 207, tradução nossa). Trata-se de imaginários que podem ser encenados/legitimados como (redes de) práticas reais – atividades imaginadas, sujeitos, relações sociais, dentre outros elementos das práticas, podem tornar-se atividades, sujeitos, relações sociais reais. Isto é, as projeções de “mundos possíveis” podem ser percebidas como representações de práticas sociais e redes de práticas possíveis, em que seus elementos componentes ganham relevo. Se ao menos discursivamente mudamos nossas práticas, contribuímos para um *mundo novo*.

Quer enfoquemos os elementos do mundo, quer enfoquemos as ideologias e práticas sociais, o fato é que nem todo discurso encenado será inculcado na consciência do sujeito-enunciatário. Daí, nem todo discurso projetivo – ou aposta de mudança dos atores sociais ou do sujeito-enunciador – resulta num *mundo novo*. Isso leva a concluir que a inculcação “é um processo complexo e, provavelmente, menos seguro do que a encenação” (Fairclough, 2012a, p. 99).

O fato de os sujeitos constantemente interpretarem e representarem as práticas sociais alheias significa que “os modos de (inter)ação e os modos de ser (inclusive os aspectos discursivos, os gêneros e os estilos) são representados nos discursos, o que pode contribuir para a produção de novos imaginários, o que por sua vez pode ser encenado e inculcado” (Fairclough, 2012a, p. 100). Exemplo disso ocorre com as práticas econômicas e/ou laborais na atualidade, em que as atividades das pessoas – entre elas, empregadores e trabalhadores brasileiros e haitianos no Brasil – são interpretadas e representadas pelo *outro*, quer especialistas, como os jornalistas, políticos, professores, cientistas sociais e analistas do discurso; quer o sujeito leigo e cidadão em geral. Essa interpretação e representação revelam “uma dialética que requer movimentos em elementos sociais diversos, inclusive movimentos entre o material e o não-material, e movimentos no discurso entre discursos, gêneros e estilos” (Fairclough, 2012a, p. 100).

O movimento entre discursos aponta para o interdiscurso como parte da dialética do discurso, o que implica relação entre sujeitos. Nesse sentido, essa exposição, especialmente

¹⁶⁴ “they imagine possible social practices and networks of social practices – possible syntheses of activities, subjects, social relations, instruments, objects, space–times (Harvey 1996a), values, forms of consciousness” (Fairclough, 2003, p. 207).

acerca da representação e do estilo, remete-nos às considerações bakhtinianas sobre o *eu-outro*. É na ótica do sujeito-enunciador sobre o *outro* que a representação se dá, como parte da interação socioverbal. O sujeito-enunciador, ao representar o *outro*, leva em conta o *outro*, seus valores, suas ideias, interesses e intenções. Ao mesmo tempo, o *outro* exerce influência na representação, nas escolhas linguísticas e no estilo que o sujeito-enunciador mostra como seu. Em relação à referenciação em textos autênticos, as expressões referenciais são parte dos recursos da representação e estilo, ao que cabe ter em conta a distinção, por exemplo, entre referenciação e representação. A nosso ver, a referenciação estaria para a relação do sujeito-enunciador com os referentes (*objetos de discurso*, como serão tratados no próximo capítulo), enquanto a representação estaria para a posição e ponto de vista do sujeito-enunciador em relação aos referentes.

Além disso, a referenciação diz respeito a escolhas do enunciador materializadas em formas linguísticas, embora os referentes sejam *objetos* (como veremos no item 4.1) elaborados cognitivamente e discursivamente, na cooperação e interação com o enunciatário. Já a representação é fortemente motivada pelo poder hegemônico e pela ideologia assumida pelo enunciador, embora indiretamente também diga respeito a escolhas do enunciador. Em linhas gerais, a referenciação é da ordem da língua e está no nível do discurso–texto, enquanto a representação é da ordem da cognição e está no nível dos *discursos*, discurso no plural, como expusemos no começo deste item a partir de Fairclough (2003).

Como “ponte” entre as pessoas, os discursos podem ser de cooperação, de consenso, de conflito, como se percebe em Fairclough (2003, p. 124, tradução nossa):

As relações entre diferentes discursos são um elemento das relações entre diferentes pessoas – elas podem complementar uma a outra, competir uma com a outra, denominar os outros etc. Os discursos constituem-se parte dos recursos que as pessoas empregam para relacionar com o outro – mantendo separado um do outro, cooperando, competindo, dominando – e buscando mudar as formas de relacionarem-se uma a outra.¹⁶⁵

Além das relações variadas entre as pessoas, os discursos constituem, interdiscursivamente, relações entre estilos, gêneros e entre os próprios discursos. Trataremos disso na sequência em termos de *ordem do discurso*.

¹⁶⁵ “The relationships between different discourses are one element of the relationships between different people – they may complement one another, compete with one another, one can dominate others, and so forth. Discourses constitute part of the resources which people deploy in relating to one another – keeping separate from one another, cooperating, competing, dominating – and in seeking to change the ways in which they relate to one another.” (Fairclough, 2003, p. 124)

3.3. Ordens sociais e (redes de) ordens do discurso

Faremos aqui uma retomada ao item 3.1, especialmente para argumentar que as práticas sociais existem em rede. Estão na sociedade de forma inter-relacionada e em permanente contato umas com as outras. Organizadas em rede de um modo particular – e talvez hierarquicamente –, um conjunto de práticas constituem uma *ordem social*.

São vários os motivos para continuarmos pensando as práticas sociais. Para além de serem “ponte” entre estruturas e eventos sociais, elas dizem respeito à agência humana. Respeitando as práticas e ordens sociais, os sujeitos (atores sociais) atuam, organizam-se e organizam a vida social, postulamos. Porque a vida social é uma rede interconectada de práticas sociais, os sujeitos interagem entre si seguindo “orientações” das *ordens sociais* já estabelecidas na sociedade, ao mesmo tempo em que suas interações delineiam tais ordens, assim como as práticas a elas vinculadas, reafirmando-as como tais ou fazendo-lhes mudanças (por vezes significativas, mas em geral quase imperceptíveis). E mais, como sabemos, as *ordens sociais* existem em conformidade com as estruturas sociais, o que significa que a agência humana resulta em certos efeitos nas estruturas sociais. Em síntese, a agência humana pode modificar as práticas e as estruturas sociais.

A *ordem social* pode ser ampla e global como, “por exemplo, a emergente ordem neoliberal global”¹⁶⁶ (Fairclough, 2003, p. 206, tradução nossa), que nas últimas décadas perpassa as economias nacionais delineando, em parte, as práticas sociais nacionais, regionais e locais. Mas pode ser também “em um nível mais local, [como, por exemplo,] a ordem social da (a ‘área’ da) educação numa sociedade particular em um tempo específico”¹⁶⁷ (Fairclough, 2003, p. 206, tradução nossa). Sociedade particular implica um lugar/espço também particular. Espaço pode ser pensado em termos de limites territoriais com estruturas sociais específicas e com práticas sociais particulares orientadas por regras sociais diversas, como leis civis, entre outros fatores determinantes da vida social e das ações e interações das pessoas.

Paralelamente à área/sistema de educação, há várias outras ordens sociais: a do sistema jurídico, econômico, político, religioso ou artístico de uma sociedade em particular. Cada sociedade possui uma série de ordens sociais¹⁶⁸. Nesse aspecto, podemos identificar

¹⁶⁶ “for instance, the emergent neo-liberal global order” (Fairclough, 2003, p. 206).

¹⁶⁷ “at a more local level, the social order of (the ‘field’ of) education in a particular society at a particular time” (Fairclough, 2003, p. 206).

¹⁶⁸ Essas ordens sociais são, a nosso ver, *ordens sociais específicas* – quer em relação às esferas sociais, quer em relação às escalas global, nacional, regional e local – que, juntas, constituem em cada sociedade uma *ordem social ampla*, dando a essa sociedade um todo organizado e relativamente estável, embora heterogêneo, que, em termos históricos, modifica-se e agrega novos elementos sociais, tal como cada ordem social. Exemplo de

semelhanças e diferenças de uma sociedade para outra, olhando-as nos seus limites político-territoriais. No que tange à ordem social nacional da política, por exemplo, se compararmos o Brasil com a Argentina ou o Brasil com o Irã, em linhas gerais, identificaremos semelhanças entre Brasil e Argentina por se denominarem Estados laicos, ou seja, suas práticas da ordem política distanciam-se da ordem social religiosa. Por outro lado, identificaremos diferenças entre Brasil e Irã, pelo fato de o poder político-administrativo do segundo – diferente do Brasil – vincular-se à religiosidade e ao poder religioso, isto é, suas práticas da política imbricam-se com as da religião.

Mas dentro do Brasil também há diferenças desse tipo, por exemplo, entre as minorias indígenas e a maioria não indígena, pois essa é (mais do que tais minorias) coercitivamente orientada por leis federais e por uma política nacional. Ou ainda, entre a população majoritariamente cristã e grupos minoritários de natureza religiosa, como umbandistas, judeus, muçulmanos e budistas. O fato é que no interior de grupos indígenas e de outros grupos minoritários ocorrem ordens sociais locais específicos, constituídas por uma rede de práticas locais, ainda que tal rede tenha relações com práticas nacionais e com a estrutura social ampla.

Esses breves exemplos sugerem que o deslocamento das pessoas de uma sociedade – de um lugar/espço específico, cidade, região ou país – para outra lhes acarreta, em princípio, compreenderem novas práticas e inserirem-se em novas ordens sociais. Voltemos nossa atenção para a migração haitiana. Os haitianos, ao saírem do Haiti e se fixarem no Brasil, deixam as ordens sociais haitianas e adentram as ordens sociais brasileiras. No entanto, em verdade, posicionam-se à margem dessas ordens e da sociedade brasileira, pois não possuem satisfatoriamente – na perspectiva linguístico-discursiva – as habilidades e o conhecimento do modo de agir e interagir, do modo de ser e do modo de representar valorizados e aplicados na sociedade brasileira e em cada espaço social de que se aproximam. Em última análise, são parcialmente incapazes de participarem, de imediato, da vida social do contexto brasileiro.

Em todos esses casos, as semelhanças e diferenças entre os povos ou entre maioria e minorias podem ser percebidas na perspectiva do componente semiótico, o discurso, especialmente a língua. Isto é, tal como as práticas, as ordens sociais têm o discurso como componente e podem ser observadas na perspectiva discursiva. A propósito, o discurso/semiose como parte da vida social é um elemento de maior importância em ACD. “O aspecto do discurso/semiose de uma ordem social é o que podemos chamar de uma ‘ordem do

mudança ocorre em decorrência do advento da internet e da tecnologia dos *softwares* na produção e distribuição de textos em diferentes ordens sociais: jurídica, política, educacional, artística, jornalística.

discurso”¹⁶⁹ (Fairclough, 2003, p. 206, tradução nossa). O termo *ordem do discurso* “deriva de Michel Foucault, mas é usado em análise crítica do discurso de uma forma muito diferente”¹⁷⁰ (Fairclough, 2003, p. 220, tradução nossa).

O aspecto discursivo de uma ordem social é a junção dos gêneros discursivos (que dizem respeito à ação e interação com o *outro* e às relações de poder dos sujeitos, situados em esferas sociais específicas), discursos (no plural – o que implica diferentes representações e que dizem respeito ao ponto de vista do sujeito-enunciador sobre o assunto ou objeto discursivamente focalizado, além de implicar discursos particulares a cada esfera) e estilos (relacionados aos modos de ser do sujeito-enunciador, especialmente). “Uma ordem de discurso é uma combinação ou configuração particular de *gêneros*, *discursos* e *estilos* que constitui o aspecto discursivo de uma rede de práticas sociais”¹⁷¹ (Fairclough, 2003, p. 220, tradução nossa). Assim, uma *ordem do discurso* é um modo particular de como estão dialeticamente reunidos e articulados os diversos gêneros, discursos e estilos numa determinada ordem social.

Em certa perspectiva, tomando o discurso como eixo de observação, identificaremos as práticas, sua organização em rede e a ordem social constituída. Para tanto, devemos considerar a inter-relação do componente discursivo das práticas com os demais componentes (que relacionamos no item 3.1).

Quanto ao “estilo”, se estilos específicos compõem as ordens de discurso, então podemos considerar que existe, de certo modo, em/para cada ordem do discurso, uma forma de ser típica ou apropriada e previamente definida, embora essa forma de ser não seja seguida à risca pelo sujeito-enunciador.

Ainda falando de estilos, em relação à língua, “discursos, gêneros e estilos [...] selecionam certas possibilidades definidas pelas línguas e excluem outras”¹⁷² (Fairclough, 2003, p. 24, tradução nossa). Essa seleção aponta, a nosso ver, para *língua* entendida como uso linguístico, *na boca do falante*, como destacamos a partir do Círculo de Bakhtin no capítulo anterior. Desse modo é que elementos da estrutura linguística – nomes, verbos, sentenças, formas morfológicas e sintáticas, por exemplo – compõem as ordens do discurso. É o uso linguístico efetivo integrado às práticas sociais. A partir disso afirmamos com

¹⁶⁹ “The discourse/ semiotic aspect of a social order is what we can call an ‘order of discourse’.” (Fairclough, 2003, p. 206)

¹⁷⁰ “The term derives from Michel Foucault, but is used in critical discourse analysis in a rather different way.” (Fairclough, 2003, p. 220)

¹⁷¹ “An order of discourse is a particular combination or configuration of *genres*, *discourses* and *styles* which constitutes the discursive aspect of a network of social practices.” (Fairclough, 2003, p. 220)

¹⁷² “discourses, genres and styles [...] select certain possibilities defined by languages and exclude others” (Fairclough, 2003, p. 24).

Fairclough (2003, p. 24, tradução nossa): “Uma ordem do discurso é uma rede de práticas sociais em seu aspecto linguístico”¹⁷³; gêneros, discursos e estilos “controlam a variabilidade linguística de áreas [esferas] particulares da vida social”¹⁷⁴, de modo que “as ordens do discurso podem ser vistas como organização social e controle da variação linguística”¹⁷⁵.¹⁷⁶

Na verdade, “podemos ver ordens do discurso em termos gerais como a estruturação social da variação ou diferença linguística – há constantemente muitas possibilidades diferentes de língua, mas a escolha entre elas é socialmente estruturada”¹⁷⁷ (Fairclough, 2003, p. 220, tradução nossa). Ao mesmo tempo, em relação às esferas sociais, cada ordem do discurso, podemos dizer, é a porção linguístico-discursiva de uma esfera específica.

Tal como as práticas sociais e as redes de práticas – as ordens sociais –, “as ordens do discurso têm uma estabilidade e durabilidade relativas”¹⁷⁸ (Fairclough, 2003, p. 220, tradução nossa). Embora sejam repetíveis, as ordens do discurso estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo, de acordo com as mudanças contextuais, estruturais, científicas e materiais, como o surgimento de novos instrumentos e tecnologias, por exemplo, a criação de *hardwares* e *softwares*, o que se vê com o advento da internet em toda a vida social. Além disso, toda ordem do discurso pode se enfraquecer face outras ordens concorrentes e socialmente mais fortes. Em síntese: “Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, é, na verdade, um sistema aberto posto em risco pelo que acontece em interações reais” (Fairclough, 2012b, p. 311).

O caráter de estabilidade e durabilidade de uma ordem do discurso, o que diz respeito à construção de sentido, a nosso ver, faculta-lhe a condição de dominância social. A combinação ou configuração particular de gêneros, discursos e estilos são relações entre diferentes formas de construir sentido, mas uma forma, muito provavelmente, será socialmente mais adequada ou propícia do que outras. Trata-se da dominância da ordem do discurso: “algumas maneiras de construir sentido são dominantes [e regulares] ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas”

¹⁷³ “An order of discourse is a network of social practices in its language aspect.” (Fairclough, 2003, p. 24)

¹⁷⁴ “they control linguistic variability for particular areas of social life” (Fairclough, 2003, p. 24).

¹⁷⁵ “orders of discourse can be seen as the social organization and control of linguistic variation” (Fairclough, 2003, p. 24).

¹⁷⁶ Estamos associando ordem do discurso a elementos linguísticos em termos de controle, mas essa correlação poderia ser problematizada privilegiando a noção de graus de instanciamento: do potencial e abstrato (a língua) ao real e concreto (o instanciado em texto). Uma contribuição nesse sentido pode ser tomada, por exemplo, de Gonçalves Segundo (2014) e de Vian Jr (2009).

¹⁷⁷ “We can see orders of discourse in general terms as the social structuring of linguistic variation or difference – there are always many different possibilities in language, but choice amongst them is socially structured.” (Fairclough, 2003, p. 220)

¹⁷⁸ “orders of discourse have a relative stability and durability” (Fairclough, 2003, p. 220).

(Fairclough, 2012b, p. 310). Por exemplo, há um modo dominante de conduzir uma entrevista jornalística, em que o repórter toma a direção das perguntas e limita a fala do entrevistado segundo os interesses prévios do jornal, rádio ou canal de televisão em que se veiculará a entrevista. Mas também, pode o repórter oferecer maior liberdade ao entrevistado, permitindo-o falar mais ou falar menos, fazer digressões, apresentar seu ponto de vista para além do desejado pelo repórter, isto é, um modo democrático de agir dos interlocutores que se aproxima da familiaridade e da amizade. Trata-se, portanto, de uma questão que se volta para os eventos sociais, ou seja, a construção de sentido ocorre num evento social particular.

Outro exemplo é a aula. O modo dominante, muito provavelmente, diz respeito à autoridade do professor, sua posição hierárquica acima da posição dos alunos e uma distância social baseada no maior ou menor conhecimento do assunto em pauta. Nesse caso, o professor administra os turnos de fala, posiciona-se explicitamente como sujeito que ensina, delimita conteúdos e tarefas. Outros modos de conduzir a aula tenderão a ser democráticos, com a possibilidade de os alunos manifestarem seus pontos de vista, dando sugestões e possíveis redirecionamentos, e de, em certos momentos da aula, existir relativo “nivelamento” de professor e alunos no que tange ao conhecimento – “nivelamento” baseado, por exemplo, no acesso ao conhecimento que alunos podem ter via televisão e via internet –, entre outras diferenças de flexibilidade em relação ao modo dominante.

Tanto no caso da entrevista quanto da aula, o modo dominante está em consonância com determinada ordem social, o que dá a esse modo e também a essa ordem o caráter de hegemonia, o que diz respeito ao poder na vida social. Como destaca Fairclough (2012b, p. 311): “Uma determinada estruturação social da diversidade semiótica pode ser hegemônica, tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação.” Isto é, tanto uma ordem do discurso quanto sua forma dominante de construir sentido pode ser hegemônica e sustentar relações de poder. Isso significa que os atores sociais que conhecem bem a forma dominante de uma ordem do discurso têm poder sobre as demais pessoas na sociedade, muitas vezes de abuso de poder, manipulação e exploração, mediante o discurso. No âmbito do jornalismo, a forma dominante está nas mãos dos jornalistas, os especialistas em redação jornalística e edição do texto jornalístico. Assim, políticos, professores, empresários ou o cidadão comum estão à mercê dos jornalistas quando se trata do texto jornalístico, ainda que, muitas vezes, o jornalista sofra coerção de políticos ou de empresários no sentido de escrever ou não escrever *x* ou *y*. Por fim, o jornalista, membro de uma *elite simbólica*, é dono de um poder simbólico considerável, é um dos poderosos das sociedades modernas complexas.

Quanto às formas marginais, subversivas ou alternativas de construir sentido, elas podem estar, em maior ou menor medida, em consonância com determinada ordem social. Quanto mais subversivas, mais distantes estarão – o que não é o caso dos modos democráticos de conduzir a construção de sentido de uma notícia ou aula segundo nossos exemplos acima – e mais ameaças representarão ao modo dominante e à ordem do discurso em geral. Na verdade, determinadas ordens de discurso permitem outros modos de condução e realização, que podem estar em maior ou menor grau em conflito com o modo dominante. Existe, portanto, uma forma hegemônica de conduzir e realizar cada ordem de discurso. Ao mesmo tempo, toda forma hegemônica está sob ameaça, ou seja, outras formas de conduzir/realizar tais ordens podem tornar-se dominantes e hegemônicas, que, por sua vez, estarão ameaçadas, sob o risco de perder a dominância. Na verdade, como é consenso nos estudos sociais, “a hegemonia, em seus períodos de crise, será sempre contestada em maior ou menor proporção” (Fairclough, 2012b, p. 311). Abordamos brevemente a *hegemonia* aqui por se tratar de um conceito político muito útil na análise das ordens do discurso (Fairclough, 1992, 2012a, 2012b). Retomaremos o conceito no item 3.5.

Queremos neste momento vincular, de modo explícito, o conceito de práticas e ordens sociais ao de esfera social e de ideologia do cotidiano que tomamos dos estudos do Círculo de Bakhtin. A nosso ver, as práticas podem ser percebidas em rede no âmbito das esferas sociais, tendo cada esfera um conjunto de práticas típicas. Isso significa que as ordens sociais existem no interior das esferas, como se cada ordem atuasse no âmbito de uma esfera específica. Ou, de outro modo, podemos inferir que as ordens sociais contribuem para a construção e definição das esferas. Assim as entendemos, sem essa ser, porém, a única maneira de aproximar tais conceitos e de percebê-los na vida social, no mundo real. Esse entendimento está implícito quando Fairclough (2003, 2012a, 2012b) exemplifica como ordem social o sistema de educação de uma sociedade específica.¹⁷⁹

Uma questão a acrescentar sobre esse vínculo das práticas e ordens ao conceito de esferas é que temos de levar em conta os imbricamentos das esferas, o trânsito dos sujeitos entre esferas, o estar sobre fronteiras dos sujeitos, dos gêneros discursivos e dos textos/enunciados, como expusemos no capítulo anterior. Isto é, as práticas sociais, de um

¹⁷⁹ Por estarem sobre fronteiras – em diálogo com outras esferas e com os elementos que as compõe –, as práticas (e os gêneros) da esfera jornalística, por exemplo, absorvem elementos das práticas de outras esferas, recontextualizando-os. As práticas típicas da esfera jornalística, por exemplo, trazem para os gêneros dessa esfera elementos e marcas típicas de outras esferas. Isto é, ao mesmo tempo em que há diálogo entre esferas e entre gêneros (da mesma esfera ou de esferas distintas), há diálogo entre práticas (da mesma esfera ou não). Consideramos a *recontextualização* estratégia discursiva de exercício de poder, que abordaremos no item 3.6.

modo geral, situam-se sobre fronteiras. A produção de uma notícia ou entrevista coletiva, por exemplo, embora pertença à esfera jornalística, são práticas que, muitas vezes, se iniciam na esfera empresarial, jurídica, política, educacional, artística.

Outra questão é que perceberemos de modo particular a aproximação desses conceitos se dermos mais atenção a um ou a outro dos elementos componentes das práticas e esferas sociais (sujeitos, relações sociais, instituições, discursos, objetos físicos e instrumentos materiais, contextos, elementos linguísticos ou outros elementos semióticos, por exemplo), o que é factível por razões teóricas, analíticas ou didáticas.

Trata-se, na verdade, de uma aproximação teórica complexa, mas que precisa ser explicitada pelo fato de tomarmos os estudos do Círculo de Bakhtin como base da ACD. Ao mesmo tempo, postulamos – em verdade, bastante influenciados pela construção do capítulo anterior – que também Fairclough (2003) baseou-se fortemente em tais estudos para a composição de sua teoria e método de uma ACD hoje em dia produtiva e respeitável na academia. A propósito, parte da obra dos membros do Círculo está elencada entre as referências bibliográficas de Fairclough (2003).

E mais, essa aproximação de conceitos percebida aqui acarreta relativo acréscimo ao conceito de esfera bakhtiniano, a saber: a “mesma” relação dialética entre os elementos (sujeitos, formas de consciência, crenças, valores, discursos, textos/enunciados, contextos, formas linguísticas, entre outros elementos) das práticas e ordens sociais ocorre nas esferas.

As ordens sociais, de certo modo, estão entre si em permanente contato. A partir disso, podemos afirmar que há uma *rede de ordens do discurso*, entendendo que o modo como se articulam gêneros, discursos e estilos de uma ordem social está em contato – de influência e absorção – com o modo como esses elementos articulam-se noutra ordem de discurso. Noutros termos, as *redes de ordens do discurso* dizem respeito aos aspectos discursivos das *redes de práticas sociais* (isto é, das *ordens sociais*) e às suas relações. Por exemplo, a forma de conduzir/realizar a ordem de discurso da ordem social jornalística, em parte, serve-se da ordem de discurso da ordem social política. Isso pode ser observado, em linhas gerais, quando o jornalista, após participar de uma entrevista coletiva de um ministro de estado, elabora uma notícia tomando como fonte a entrevista. Outro exemplo seria o jornalista que, ao produzir uma notícia, lança mão de textos de natureza jurídica ou econômica gerados na esfera jurídica, econômica ou política. De modo específico, gêneros, discursos e estilos da ordem social política ou econômica são incorporados a textos/enunciados do jornalismo; em forma de discurso relatado, de *box*, de gráficos, entre outras formas. Esse processo de produção

textual diz respeito a *cadeia de gêneros*, *cadeia de textos* e *mistura de gêneros*, questões que trataremos como interdiscurso nos itens subsequentes.

3.4. Cadeia de gêneros e cadeia de textos: a mediação tecnológica

Segundo Fairclough (2003, p. 30, tradução nossa): “As sociedades modernas complexas envolvem o trabalho em rede de diferentes práticas sociais sobre diferentes domínios ou áreas [esferas] da vida social [...] e sobre diferentes escalas da vida social (global, regional, nacional, local)”¹⁸⁰.¹⁸¹ Trata-se, diríamos, de uma *ordem social* ampla e complexa que atua como uma espécie de “organização” do social. Identificamos o Brasil como esse tipo de sociedade, entendendo que tal condição – questão relativa às estruturas sociais – lhe confere e o submete a variadas forças e poderes em diferentes escalas da vida social.

Um exemplo pertinente dessa condição é o processo de imigração haitiana no território brasileiro, que envolve práticas sociais de diferentes esferas: política, econômica, jurídica, religiosa, educacional, empresarial, familiar-cotidiana, artística, jornalística. Ou seja, é um processo de imigração que envolve questões discursivas relevantes, permitindo observá-lo no eixo do discurso (tendo o texto como objeto de análise): ele abrange uma série de gêneros discursivos que, em geral, estão diretamente interligados, cruzando as fronteiras imaginárias entre as esferas e entre as escalas da vida social.

Essa conexão discursiva denomina-se *cadeia de gêneros* (Fairclough, 2003). Componentes das sociedades modernas complexas,

as cadeias de gêneros contribuem para a possibilidade de as ações transcenderem as diferenças de lugar e tempo, interligando eventos sociais em diferentes práticas sociais, diferentes países e diferentes tempos, facilitando o aumento da capacidade de ‘ação à distância’, que foi considerada uma

¹⁸⁰ “Complex modern societies involve the networking together of different social practices across different domains or fields of social life (e.g. the economy, education, family life) and across different scales of social life (global, regional, national, local).” (Fairclough, 2003, p. 30)

¹⁸¹ “Os textos são uma parte crucial dessas relações em rede – as ordens de discurso associadas com redes de práticas sociais especificam o encadeamento particular e relações em rede entre tipos de texto. As transformações do novo capitalismo podem ser vistas como transformações na rede de práticas sociais, que incluem transformações em ordens do discurso, e transformações no encadeamento e rede de textos, e nas ‘cadeias de gêneros’” (Fairclough, 2003, p. 30, tradução nossa). / “Texts are a crucial part of these networking relations – the orders of discourse associated with networks of social practices specify particular chaining and networking relationships between types of text. The transformations of new capitalism can be seen as transformations in the networking of social practices, which include transformations in orders of discourse, and transformations in the chaining and networking of texts, and in ‘genre chains’” (Fairclough, 2003, p. 30).

característica definida da ‘globalização’ contemporânea, e, por consequência, facilitando o exercício do poder.¹⁸² (Fairclough, 2003, p. 31, tradução nossa)¹⁸³

Tais *cadeias* são, portanto, de significância especial tanto para as interações socioverbais concretas, embora os sujeitos-interlocutores não se deem conta da real ligação entre gêneros, quanto para os estudos discursivos, especialmente os estudos críticos, que buscam identificar as relações entre formas linguístico-textuais e elementos macrossociais e entre a construção do discurso e o exercício do poder.

Uma *cadeia de gêneros* pode se constituir no âmbito de uma esfera específica ou envolvendo diferentes esferas, mas sempre envolvendo diferentes espaços e diferentes tempos. Um exemplo disso poderia ser o que frequentemente – pressupomos – ocorre na redação de um jornal: reunião para fins de produção de uma reportagem ou notícia – entendendo como prática social “reunião de pauta” e como gênero “decisão de pauta” –, em que dois ou mais jornalistas, em diálogo, fazem menção a outros gêneros, os quais têm como objeto, possivelmente, o mesmo sujeito objeto da reportagem/notícia a ser produzida, qual seja: os imigrantes haitianos no Brasil. Nesse caso, podemos imaginar como possíveis gêneros mencionados: Resolução Normativa (do Conselho Nacional de Imigração)¹⁸⁴, artigo acadêmico, documento da ONU (sobre a Minustah), capítulo de livro, poema ou letra de música (de autor haitiano), filme ou documentário, entrevista televisiva (de um político sobre haitianos no Brasil), notícia (sobre haitianos em alojamentos temporários), relatório do Ministério do Trabalho (sobre o trabalho de haitianos em empresas brasileiras), depoimento (de membros de ONG que acolha os imigrantes). São gêneros de diferentes esferas sociais possivelmente produzidos em diferentes tempos e em diferentes lugares, sugerindo o cruzamento de diferentes escalas da vida social numa prática social específica: uma “reunião de pauta”. Por configurar-se como realização concreta de uma prática, essa “reunião de pauta” constitui-se num evento social.

Além de a “reunião de pauta” (prática) para a “decisão de pauta” (gênero) ativar gêneros situados no passado, compõe-se também da menção a gêneros a serem “produzidos” como processo da reportagem/notícia, ou seja, apontamentos de visita *in loco*, entrevistas e

¹⁸² “Genre chains contribute to the possibility of actions which transcend differences in space and time, linking together social events in different social practices, different countries, and different times, facilitating the enhanced capacity for ‘action at a distance’ which has been taken to be a defining feature of contemporary ‘globalization’, and therefore facilitating the exercise of power.” (Fairclough, 2003, p. 31)

¹⁸³ Trataremos do exercício e relações de poder no (e mediante o) discurso no próximo item.

¹⁸⁴ Para o que buscamos neste momento, esses possíveis gêneros devem ser lidos sem as expressões entre parênteses. Tais expressões aparecem aqui como forma de contextualizar nossa reflexão em torno dos haitianos no Brasil.

conversas com diferentes pessoas ainda ocorrerão para que a reportagem/notícia seja composta¹⁸⁵. Podemos, portanto, afirmar com Fairclough (2003, p. 35, tradução nossa):

Um gênero numa cadeia, caracteristicamente, entra em relações ‘retrospectivas’ e ‘prospectivas’ com os gêneros ‘anteriores’ e ‘posteriores’ na cadeia, que pode progressivamente levar à hibridização do gênero através de uma espécie de assimilação desses gêneros anteriores e posteriores.¹⁸⁶

Em relação à reportagem especificamente, podemos abstrair de suas palavras: ela é produzida a partir de outros gêneros; vai, hibridamente, incorporando elementos típicos de outros gêneros à sua forma genérica e relativamente estável, para, assim, tornar-se um gênero singular. Em síntese, o hibridismo interdiscursivo é inerente e singular a cada gênero. De modo semelhante, ocorre com a notícia e com a carta do leitor, mas em menor grau, pois esses são gêneros mais ágeis, de menor extensão e de conteúdo bem mais delimitado. Outra particularidade da carta do leitor é que ela é produzida após a publicação e em decorrência da reportagem/notícia.

De um modo geral, gêneros específicos “estão ligados entre si, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero”¹⁸⁷ (Fairclough, 2003, p. 31, tradução nossa). E, a exemplo do que ocorre entre gêneros, ocorre entre textos/enunciados. Por isso, anteriormente, apontávamos a realização concreta de uma prática, a “reunião de pauta”, como um evento social, o que implica compreender a realização concreta de um gênero como texto/enunciado. Sobre textos, destaca Fairclough (2003, p. 30, tradução nossa):

Existe relativamente relação regular e sistemática entre alguns deles [textos] – por exemplo, jornalistas produzem artigos com base em fontes de formas relativamente regulares e previsíveis, transformando as fontes materiais de acordo com convenções muito bem estabelecidas (por exemplo, transformar uma entrevista em uma notícia).¹⁸⁸

De fato, a *cadeia de gêneros* nos remete a textos: os gêneros componentes da prática “reunião de pauta”, por exemplo, implicam a ativação de textos específicos (impressos, em áudio ou em vídeo), que são, foram ou serão lidos, ouvidos ou vistos pelos jornalistas para

¹⁸⁵ Em termos de práticas sociais, esse processo envolve práticas “futuras” que, juntamente com a “reunião de pauta” e outras práticas, compõem a *ordem social* da esfera jornalística.

¹⁸⁶ “A genre within a chain characteristically enters both ‘retrospective’ and ‘prospective’ relations with the genres ‘preceding’ and ‘following’ it in the chain, which may progressively lead to hybridization of the genre through a sort of assimilation to these preceding and following genres.” (Fairclough, 2003, p. 35)

¹⁸⁷ “these are different genres which are regularly linked together, involving systematic transformations from genre to genre” (Fairclough, 2003, p. 31).

¹⁸⁸ “There are fairly regular and systematic relationship between some of them – for instance, journalists produce articles on the basis of sources in fairly regular and predictable ways, transforming the source materials according to quite well-established conventions (e.g. for turning an interview into a report).” (Fairclough, 2003, p. 30)

fins de produção da reportagem. A cada vez que leem, ouvem ou assistem a esses textos, estão realizando uma prática social e participando de um novo evento social. Esse processo evidencia que, embrenhada à *cadeia de gêneros*, existe uma *cadeia de textos*. Assim, ao mesmo tempo em que abordamos a relação entre gêneros, implicitamente falamos da relação entre textos, o que exige de nós analistas, por razões didáticas, estarmos atentos à (e deixarmos clara a) diferença principal existente entre eles: gêneros são genéricos e relativamente estáveis, enquanto textos/enunciados são concretos e irrepetíveis. Numa cadeia composta, por exemplo, de duas entrevistas, duas notícias e duas cartas do leitor, ocorrem (ou mencionam-se) seis textos e três gêneros.

Um elemento social e material que exerce influência na constituição dos gêneros são os instrumentos da tecnologia da comunicação: fala-se em *mediação tecnológica*. Aliás, nas sociedades modernas complexas, muitas ações e interações socioverbais (o que remete ao discurso como forma de agir e interagir, questão tratada no item 3.2) são mediadas. Para Fairclough (2003, p. 34, tradução nossa): “A (inter)ação mediada é a ‘ação à distância’, ação envolvendo os participantes que estão distantes um do outro no espaço e/ou tempo, o que depende de alguma tecnologia da comunicação (impressão, televisão, a internet etc.)”¹⁸⁹ – tecnologia que tem fortes vínculos com as estruturas sociais.

A *mediação por tecnologia*, podemos dizer, é um facilitador para a efetiva (inter)ação discursiva, pois sujeitos distantes no espaço e no tempo podem se comunicar “sem” problemas. É como se o gênero incorporasse em si determinada tecnologia em prol do êxito da comunicação – em última análise é isso o que ocorre. De outro olhar, podemos entender que variados instrumentos e recursos tecnológicos têm efeitos sobre os gêneros: dão-lhes formas, influenciam e modificam suas características, assim como reiteram a fixação de características já postas, contribuindo para sua estabilidade. Numa perspectiva histórica, isso seria como tratarmos da relação entre tecnologia e produção discursiva, desde o uso do papiro e do pergaminho ao uso da internet e da telefonia sem cabo.

As sociedades modernas são impensáveis sem os atuais instrumentos da tecnologia da comunicação, a ponto de, ao refletirmos sobre a sociedade no seu aspecto discursivo e comunicacional – ou seja, as (redes de) ordens do discurso –, termos de levar em conta tais instrumentos, seus efeitos e consequências, o que diz respeito à relação entre formas

¹⁸⁹ “Mediated (inter)action is ‘action at a distance’, action involving participants who are distant from one another in space and/ or time, which depends upon some communication technology (print, television, the Internet etc.).” (Fairclough, 2003, p. 34)

linguístico-textuais e elementos macrossociais. Daí a importância de pensarmos esses instrumentos nesta tese voltados para o texto jornalístico.

Os variados recursos tecnológicos, em especial a internet, fortemente presentes na sociedade contemporânea, são empregados nos mais diferentes contextos da vida social, influenciando e determinando a produção, circulação e consumo de textos, em maior ou menor medida. Isto é, a *mediação* é, também, constituinte dos textos. Aliás, muitos textos, senão a maioria, são *mediados*.

Pensemos, brevemente, interações socioverbais e textos “fora” e “dentro” da esfera jornalística. No uso do telefone, do rádio e da televisão, o sujeito-enunciador (falante, locutor ou apresentador) se comunica com o sujeito-enunciatário à longa distância simultaneamente: copresentes no tempo, mas distantes no espaço. O uso do telefone – em que o diálogo em geral se caracteriza como conversação ordinária – quase sempre se dá na relação um-a-um, mas também, com a tecnologia do telefone viva voz, o sujeito-enunciador pode conversar com duas ou mais pessoas “do outro lado”. De modo diferente ocorre com o rádio e a televisão, em que a interação se dá entre o locutor ou apresentador(es) e um grupo relativamente grande de ouvintes e telespectadores, muitas vezes distantes no tempo. Embora em todos esses casos a interação possa ser simultânea, no contexto do rádio e da televisão quase sempre o sujeito-enunciatário não pode falar com o enunciador, apenas ouve ou assiste, ainda que o enunciatário, às vezes, participe do programa radiofônico ou televisivo via telefone ou internet.

Sem poder falar com o locutor/apresentador do programa radiofônico ou televisivo, o ouvinte/telespectador pode, em diálogo com o programa, criar e participar de uma conversa em casa, escrever uma carta para a rádio, uma carta ou crônica para algum jornal – que a publicará ou não –, ou escrevê-la num blog ou numa página de rede social na internet. Essas e outras iniciativas do ouvinte/telespectador são possíveis textos-respostas ao programa radiofônico ou televisivo, passíveis de circulação social, por exemplo, no formato impresso ou digital na internet. São textos com *mediação tecnológica* que nos permitem falar de práticas e eventos sociais com a mesma *mediação*.

De modo semelhante ocorre quando o leitor do jornal, após ler uma notícia, escreve e envia uma carta, ou, diríamos hoje em dia, um e-mail ou uma mensagem por WhatsApp, para a redação do jornal, expressando sua opinião acerca da notícia, dos sujeitos ou fatos nela contidos, e, no dia seguinte, sua mensagem é publicada na seção de cartas do leitor. Seção, a propósito, denominada na *Folha de S.Paulo* como *Painel do Leitor*, nomenclatura que, sem nomear os textos ali publicados, desassocia tais textos da acepção convencional da carta,

manuscrita ou impressa, enviada em envelope, acepção já inadequada com o advento da internet. Nesse caso, a tecnologia usada na produção e veiculação do texto é determinante na nomenclatura e nas características do texto (e também do gênero, como argumentamos anteriormente).

Para além do diversificado processo de produção de um jornal, ele é lido em contextos variados por grande número de pessoas dispersas no tempo e no espaço, a ponto de o sujeito-enunciador não saber quantos e quem são os sujeitos-enunciatários do “seu” texto. Na verdade, “o texto conecta diferentes eventos sociais – a escrita de um [artigo ou notícia] por um lado, e os muitos e vários eventos sociais que incluem a leitura (olhando para, referindo a, etc) do [jornal] – uma viagem de [ônibus], uma sala de aula na escola, uma visita a uma livraria, e assim por diante”¹⁹⁰ (Fairclough, 2003, p. 30, tradução nossa). Desse modo, podemos falar de uma *cadeia de textos* e de uma *cadeia de eventos sociais*: “passados” e “futuros”.

Com a publicação de uma reportagem ou notícia, por exemplo, novos eventos sociais possivelmente se sucederão, como leituras e comentários. Os sujeitos leitores responderão à reportagem/notícia (de acordo com a relevância ou impacto dessa na vida social) de diferentes maneiras, em diferentes textos: comentários orais em casa ou no ambiente de trabalho, escrita e envio de um e-mail/carta a um amigo ou ao próprio jornal, escrita de um texto e sua publicação na internet. Em torno da publicação de uma carta do leitor, por exemplo, forma-se a possível cadeia de eventos “passados” e “futuros”: escrita, edição e publicação da notícia, leitura da notícia, escrita e envio da carta/e-mail, edição e publicação da carta, leitura da carta, comentários orais sobre a carta etc. Envolvendo múltiplos contextos socioculturais específicos e diferentes esferas sociais, constituem-se, assim, cadeias de textos e de eventos, como fomentação e realização, em termos bakhtinianos, do *simpósio universal: o diálogo inconcluso*.

Temos tomado a relação entre texto e evento social como uma relação direta, como se em cada evento o sujeito-enunciador construísse um texto específico. É um entendimento didaticamente útil e, por isso, é nossa opção neste estudo. Mas, na verdade, trata-se de uma questão complexa que pode ser problematizada, especialmente por causa da tecnologia dos meios de comunicação.

¹⁹⁰ “the text connects different social events – the writing of a book on the one hand, and the many and various social events which include reading (glancing at, referring to, etc.) the book – a train journey, a class in a school, a visit to a bookshop, and so forth” (Fairclough, 2003, p. 30).

Como um todo, o jornal – atualmente passível de ser acessado na tela do telefone celular via internet – acompanha o leitor por onde ele vá e passa a compor cada contexto físico e sociocultural das sociedades modernas complexas. Em última análise, cada edição do jornal passa a compor as esferas sociais “tomadas como fonte” para sua composição, como se retornasse aos sujeitos e atores sociais “fornecedores e fomentadores” do próprio jornal, num círculo vicioso da vida social. Esse retorno, porém, ocorre, possivelmente, provocando mudanças socioculturais ou reiterando a sociedade como tal, as condições e relações entre as pessoas, os valores e crenças (inclusive as crenças ideológicas) vigentes para o grupo de leitores entre os quais o jornal circula.

Isso ilustra, em linhas gerais, a importância e os efeitos da tecnologia da comunicação na vida social. É a tecnologia (elemento material da estrutura social e econômica) como mudança social e como recurso de os textos/discursos provocarem mudanças na sociedade ou manterem as relações sociais tal como estão. Acerca da internet especificamente, seu advento representa mudanças significativas na produção, distribuição e consumo do texto escrito ou oral, não só da esfera jornalística. Aliás, a *mediação tecnológica* também provoca mudanças na forma como os gêneros podem ser/estar interligados na composição de cada prática social, isto é, ela atua nas *cadeias de gêneros*: e “a mudança nas cadeias de gênero é uma parte significativa da mudança social”¹⁹¹ (Fairclough, 2003, p. 216, tradução nossa). Trata-se de uma característica da *globalização* e do *novo capitalismo*, em que a ação à distância contribui fortemente para o êxito das práticas sociais e para o exercício do poder de governos e instituições sobre as pessoas.¹⁹²

Embora devamos focar o texto como produção individual ao tratarmos da *mediação tecnológica*, essa, na verdade, ocorre envolvendo vários textos, integrando o processo semântico inerente à *cadeia de textos*. Assim, a *mediação* participa da construção semântica dos textos. A esse respeito, Fairclough (2003, p. 30, grifo do autor, tradução nossa) atenta: “A **mediação**, de acordo com Silverstone (1999), envolve o ‘movimento de sentido’ – de uma prática social a outra, de um evento a outro, de um texto ao outro.”¹⁹³ Isto é, os sentidos vinculados individualmente a uma prática, a um evento ou a um texto entram em relação com

¹⁹¹ “Change in genre chains is a significant part of social change.” (Fairclough, 2003, p. 216)

¹⁹² “Cadeias de gênero são um elemento importante na capacidade elevada para a ‘ação à distância’, que foi tomada como uma característica da ‘globalização’.” (Fairclough, 2003, p. 216, tradução nossa) / “Genre chains are an important factor in the enhanced capacity for ‘action at a distance’ which has been taken as a feature of ‘globalization’.” (Fairclough, 2003, p. 216)

¹⁹³ “**Mediation** according to Silverstone (1999) involves the ‘movement of meaning’ – from one social practice to another, from one event to another, from one text to another.” (Fairclough, 2003, p. 30).

os sentidos vinculados às outras práticas, eventos e textos. Muitas vezes, o sentido veiculado em um texto pertence, inicialmente, a outro texto, como ocorre no caso do discurso relatado (ou uso de expressão ou de uma só palavra, de origem explícita ou implícita) na escrita de uma notícia, em que o jornalista reproduz partes da fala do entrevistado, ou ainda na escrita de uma carta do leitor, em que o autor reproduz trechos da notícia.

Esse uso do discurso relatado, expressões ou palavras caracteriza-se como interdiscursividade, que abordamos no item 2.5, e será discutida na sequência em termos de *mistura de gêneros* na construção de textos individuais. Além disso, para fins de análise, vincularemos esse discurso relatado, expressões ou palavras às formas linguístico-referenciais.

3.4.1. O texto como mistura de gêneros: hibridismo interdiscursivo

Diferente da *cadeia de gêneros* – em que cada gênero se distingue dos demais – é a *mistura de gêneros*, em que a distinção entre eles pode ser obscura. Na *cadeia de gêneros*, os gêneros que estão em rede não compõem necessariamente um texto particular, enquanto, na *mistura de gêneros*, partes tidas como pertencentes a diferentes gêneros compõem um mesmo texto. A *mistura de gêneros* mostra que “a relação entre textos e gêneros é potencialmente complexa: um texto pode não ser ‘em’ um gênero único, ele pode ‘misturar’ ou hibridizar os gêneros”¹⁹⁴ (Fairclough, 2003, p. 34, tradução nossa).

Exemplos de textos de um só gênero são os cumprimentos diários e o bilhete, e, muitas vezes, a breve conversa cotidiana: são textos simples que, frequentemente, são incorporados a outros textos, como ocorre no romance. Mas, de um modo geral, “todo” texto contém uma “mistura” particular de gêneros, em grau diferente de outros textos. Por exemplo, uma reportagem ou uma aula são, em princípio, textos mais híbridos do que a notícia ou a carta do leitor. Nesse sentido, podemos considerar que uma reportagem e uma notícia específicas produzidas a partir de várias fontes mesclariam, em grau vário, gêneros como: registros de arquivo, documentos escritos ou fílmicos, textos literários, textos acadêmico-científicos, falas/depoimentos gravados, apontamentos de visita *in loco*, entrevistas coletivas ou realizadas para fins da reportagem/notícia, notícias publicadas no próprio jornal ou em revistas, leis e decretos.

¹⁹⁴ “The relationship between texts and genres is a potentially complex one: a text may not be ‘in’ a single genre, it may ‘mix’ or hybridize genres.” (Fairclough, 2003, p. 34)

Só podemos identificar e compreender a *mistura de gêneros* se nos debruçarmos sobre um texto/enunciado específico, examinando suas partes e relacionando-as com o seu exterior, no sentido de identificar a(s) fonte(s) discursiva(s) de onde o sujeito-enunciador “retirou” determinadas partes para compô-lo. Cada texto terá um modo particular de composição e de misturar gêneros, mas cada modo particular contribuirá para que cada gênero discursivo se fixe socialmente, de forma genérica e relativamente estável, caracterizado também pela mistura de gêneros, em maior ou menor medida. De um modo geral, esse processo de composição do texto notícia acaba resultando na composição do gênero notícia, isto é, o gênero notícia é um gênero híbrido em função do hibridismo dos textos/enunciados criados como notícia. Os gêneros inseridos no e componente do texto notícia tornam híbrido o gênero notícia.

E mais, a *mistura de gêneros* faz com que o texto seja possivelmente atravessado pelas diferentes escalas da vida social (global, nacional, regional e local). Pensemos numa possível notícia/reportagem: a fala de um haitiano é de natureza local, se tomada como fala do cotidiano; uma entrevista coletiva de um político pode ser de natureza local, regional, nacional ou global, de acordo, sobretudo, com a “jurisdição” e conteúdo dessa entrevista; uma Resolução Normativa é de natureza nacional; um poema de autor haitiano é de natureza global, se tomado como de conhecimento para além do Haiti; a entrevista de um empresário pode ser local, regional ou nacional, segundo seu foco e sua circulação.

Se compararmos os textos *notícia* e *carta do leitor* (sua versão editada e publicada), veremos que na carta do leitor o hibridismo interdiscursivo ocorre em menor grau, ao mesmo tempo em que será em menor grau sua variação nas escalas da vida social. Por ser um texto mais curto e direto, o sujeito-enunciador só pode compor uma carta com um número muito limitado de gêneros, talvez inserindo trecho de uma notícia, trecho de outra carta, trecho de um texto de legislação: são trechos que muito provavelmente fundamentem a posição defendida pelo sujeito-enunciador ou lhe sirva de contraponto. Diferente da carta, em maior grau do que na notícia tal hibridismo ocorrerá na reportagem, texto mais longo e de assunto detalhado.

A ativação de diferentes escalas aponta para a globalização e o novo capitalismo das sociedades modernas complexas como um fenômeno inerente às práticas sociais, inclusive as discursivas, ao discurso e ao texto. Todo texto, direta ou indiretamente, faz parte de uma ampla rede discursiva e social em diferentes escalas: nenhum sujeito está sozinho, nenhum texto está sozinho. Trata-se de um fenômeno sobre o qual necessariamente temos de nos preocupar na condução deste estudo, uma vez que nosso foco são as relações entre formas

linguístico-textuais, discurso(s) e estruturas sociais, ou seja, são as relações discursivas entre agência humana e elementos macrosociais.

Fairclough (2003, p. 35, tradução nossa) atenta “para os modos como as fronteiras sociais são borradas na vida social contemporânea e para as formas de ‘hibridismo’ ou mistura de práticas sociais resultantes” dessa condição da vida social, o que é “visto, por exemplo, como um aspecto da ‘pós-modernidade’”¹⁹⁵, chamado por Fairclough (2003) de *novo capitalismo*. Na área/esfera da comunicação e da mídia, tal hibridismo se concretiza de diferentes formas. No jornalismo em especial, têm-se na atualidade não só as práticas sociais e textos típicos do jornalismo, mas também da política, da publicidade, do setor empresarial, do entretenimento, da ficção. Assim composto, o jornalismo se mostra como campo vasto de estudo, para o qual podemos tomar as seguintes palavras de Fairclough (2003, p. 35, tradução nossa): “A análise do hibridismo interdiscursivo dos textos fornece um recurso potencialmente valioso [...], oferecendo um nível de análise detalhada que não é atingível com outros métodos.”¹⁹⁶

O hibridismo interdiscursivo dos textos e das práticas sociais está, de certo modo, vinculado às diferentes escalas da vida social e pode ser visto como algo, ao mesmo tempo, decorrente e componente da globalização. Fairclough (2003, p. 33, tradução nossa) vê “a chamada ‘globalização’ como realmente uma questão de mudanças nas *relações* entre diferentes escalas da vida social e organização social (Jessop, 2000).”¹⁹⁷ Trata-se de um movimento em escala no sentido de, por exemplo, as normas (identificáveis pelo jornalista em seu “trabalho de campo”) de gestão de uma empresa específica ou de um governo específico serem incorporadas à notícia ou reportagem e, assim, apresentadas ao leitor como algo global, válido para todo o mundo. Ou, em direção inversa, normas de natureza global são postas na notícia como algo local, válido e aplicável ao contexto específico de toda empresa ou de todos os governos (municipais inclusive), a ponto de desconsiderar e invalidar (no contexto da notícia) as particularidades de determinada empresa ou governo municipal. Por exemplo, embora acolher e ofertar emprego aos imigrantes haitianos, vítimas de um terremoto danoso, seja uma postura humanitária e global, muitos governos municipais e empresas não têm condições financeiras e de infraestrutura para absorver essa demanda como local e como sua.

¹⁹⁵ “to ways in which social boundaries are blurred in contemporary social life, and to the forms of ‘hybridity’ or mixing of social practices which results. This is widely seen for instance as a feature of ‘postmodernity’” (Fairclough, 2003, p. 35).

¹⁹⁶ “The analysis of interdiscursive hybridity in texts provides a potentially valuable resource [...], offering a level of detailed analysis which is not achievable within other methods.” (Fairclough, 2003, p. 35)

¹⁹⁷ “We can see so-called ‘globalization’ as actually a matter of changes in the *relationships* between different scales of social life and social organization (Jessop 2000).” (Fairclough, 2003, p. 33)

Esse movimento nas diferentes escalas, a nosso ver, figura, muitas vezes, como imposição de “algo externo” sobre a comunidade local, regional, nacional ou global, e diz respeito ao exercício de poder sobre essa comunidade. Em geral, utilizam-se da *mediação por tecnologia* – notavelmente a internet – para colocar em prática o “cruzamento” das diferentes escalas da vida social, que pode ser entendido como uma das leis subjacentes da globalização. Para Fairclough (2003, p. 30, tradução nossa), “o processo de ‘globalização’ inclui a capacidade elevada de algumas pessoas agirem sobre e dar forma a ações de outras por meio de distâncias consideráveis de lugar e tempo (Giddens, 1991; Harvey, 1990).”¹⁹⁸ ¹⁹⁹ Trata-se de uma capacidade exercida, por exemplo, com discursos e textos, isto é, algumas pessoas têm acesso a determinados espaços e instrumentos que dão a elas o poder de agirem sobre o *outro*, sobre sua fala ou escrita. Sobre essas questões é que trataremos nos próximos itens, explorando as relações dos conceitos de ideologia e hegemonia com os conceitos de poder e controle social e discursivo.

3.5. Ideologia e luta hegemônica

Dois importantes conceitos em ACD são o de *ideologia* e o de *hegemonia*. Dedicamos este item a ambos como forma de preparar o terreno para, no item subsequente, refletirmos sobre “poder” e “controle social e discursivo”. Aliás, esses são conceitos diretamente vinculados aos de ideologia e hegemonia.

Em respeito aos estudos do Círculo de Bakhtin com os quais nos ocupamos no capítulo anterior, fazemos aqui referência ao “conceito bakhtiniano” de *ideologia*, embora os membros do Círculo não a tenham conceituado especificamente. Augusto Ponzio (2009), pesquisador italiano que tem se dedicado à leitura dos estudos do Círculo, chama a atenção para a rara vez em que *ideologia* é conceituada em seus textos:

O ensaio de Voloshinov ‘Che cosa é il linguaggio?’ (1930) é provavelmente o único texto no qual encontramos de forma direta e explícita uma autêntica definição de ideologia de Bakhtin:

¹⁹⁸ “the process of ‘globalization’ includes the enhanced capacity for some people to act upon and shape the actions of others over considerable distances of space and time (Giddens 1991, Harvey 1990)” (Fairclough, 2003, p. 30).

¹⁹⁹ “Isso parcialmente depende de processos mais complexos de mediação textual de eventos sociais, e encadeamento e relações em rede mais complexos entre diferentes tipos de texto (facilitado pelas novas tecnologias da comunicação, notavelmente a internet).” (Fairclough, 2003, p. 30-1, tradução nossa) / “This partly depends upon more complex processes of textual mediation of social events, and more complex chaining and networking relations between different types of text (facilitated through new communication technologies, notably the Internet).” (Fairclough, 2003, p. 30-1)

Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e é expressa por meio das palavras [...] ou outras formas sígnicas. (Ponzio, 2009, p. 114)

A definição é ampla, mas nos dá algumas pistas significativas do entendimento do Círculo, a saber: ideologia é um todo na mente do sujeito; esse todo tem origem na sociedade e/ou na natureza; esse todo é dependente das interpretações do sujeito sobre o mundo; esse todo pode ser expresso por signo verbal, gestual, pictórico, sonoro ou outro. São aspectos da ideologia válidos para todos os discursos e textos, e para todas as pessoas, tanto o sujeito dominante quanto o sujeito dominado, assim como para o cotidiano e para as esferas sociais.

Se a ideologia pode ser expressa por meio das palavras, então pode ser expressa em enunciados concretos, os quais são expressão das interpretações do homem produzidas em face da realidade. Isso, de certo modo, torna o enunciado tributário da ideologia.

As ideologias aparecem na linguagem de um modo geral e, especificamente, nas palavras, sentenças e proposições nos textos, podendo, inclusive, estar “escondidas” nos recursos textuais da ordem da implicitude semântico-referencial, como, por exemplo, nas elipses, nos pronomes e nas derivações verbais (questão que diz respeito ao item 4.5. *Subespecificação referencial como estratégia discursiva*). Isto é, os recursos linguístico-referenciais podem estar carregados ideologicamente de valores de determinados grupos, de modo implícito ou explícito.²⁰⁰

A ideologia e o processo que a envolve não é simples: são complexas sua constituição e suas relações. Noutros termos, todo texto/enunciado – da vida cotidiana ou da vida institucional e formal – é construído nos limites da “complexidade concreta do horizonte ideológico (conceitos, crenças, costumes, e assim por diante)” (Medviédev, 2012, p. 152). Disso abstraímos que uma ou mais ideologias permeiam o enunciado, ainda que o sujeito-enunciador não se dê conta da(s) ideologia(s) manifesta(s). De um modo geral, no enunciado ocorrerá um embate ideológico, ainda que seja de forma velada, tendo no enunciado uma ideologia ou posição ideológica predominante.

Levar em conta esse embate ideológico é fundamental ao pesquisador quando se dedica a analisar enunciados concretos, independente da esfera social enfocada na pesquisa. Sem reconhecer a complexidade concreta do horizonte ideológico, seu estudo será falho e parcial. Acerca do texto literário, por exemplo, afirma Medviédev (2012, p. 220-1): “É

²⁰⁰ Acerca da possível oposição rígida entre *sentido* e *forma*, trata-se de um equívoco, pois “os sentidos dos textos são estreitamente interligados com as formas dos textos, e os aspectos formais dos textos em vários níveis podem ser investidos ideologicamente” (Fairclough, 2001, p. 119).

possível compreender a constituição da literatura e de uma obra separada apenas na totalidade do horizonte ideológico. Na medida em que separamos uma obra dessa totalidade, ela torna-se internamente imóvel e morta.” A ideologia, portanto, é do interior da obra, inseparável. Se tomamos determinada obra extraíndo ou ignorando o seu horizonte ideológico, essa obra se esfacela e perde sua totalidade e seu sentido na vida social. Trata-se de um horizonte constantemente (re)constituído de modo dialético. Mais do que isso, “em cada um dos momentos desse processo constitutivo, descobrimos conflitos e contradições dentro do horizonte ideológico” (Medviédev, 2012, p. 221).²⁰¹

Como se complementasse as palavras de Medviédev (2012) no que tange à complexidade concreta do horizonte ideológico, Fairclough (2001, p. 123), dialogando com o italiano Antonio Gramsci, destaca:

Gramsci concebia “o campo das ideologias em termos de correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas” (Hall, 1988: 55-56), a que se referiu como ‘um complexo ideológico’ (Gramsci, 1971: 195). Isso sugere um foco sobre os processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados.

O campo das ideologias parece implicar, em grande medida, a existência de um embate ideológico constituinte do sujeito. São os conflitos e contradições dentro do horizonte ideológico, que, além de embrenhados nas palavras e nos enunciados, acham-se embrenhados na consciência dos sujeitos (atores sociais). Sobre essa “construção” do sujeito, Fairclough (2001) apresenta um conceito permeado por esse embate interior: “há em Gramsci uma concepção de sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui um caráter ‘estranhamente composto’” (Fairclough, 2001, p. 123). Ou seja, as diversas ideologias que compõem, em parte, o sujeito aparecem manifestas nas suas práticas sociais. Essa concepção de sujeito considera “a ideologia ‘uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva’” (Fairclough, 2001, p. 123), incluindo o jornalismo; de modo específico, está manifesta nos enunciados das diferentes esferas.

Retomando a ideia de Volochinov – a partir de Ponzio (2009, p. 114) – de que a ideologia é um conjunto dos reflexos e interpretações da realidade social e natural, assumimos com Fairclough (2001, p. 117):

as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias

²⁰¹ Essas considerações que Medviédev dedica à obra literária podem ser estendidas, com as devidas ressalvas, ao texto jornalístico: esse é mais curto e mais imediato do que o conto ou o romance, por exemplo.

dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990), de que determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação.)

Suas palavras deixam claro que as ideologias podem ser tomadas como importante fator de dominação social entre grupos que se diferenciem pelas condições sociais, entendendo que, no caso de dominação de um grupo sobre o outro, a tendência é para uma luta ideológica que visa fortalecer o grupo dominado de modo a permitir que ele saia da situação de dominação. Ao fazer referência à *transformação* das relações de dominação, Fairclough (2001, p. 117) “aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva [que é um tipo de prática social], uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação”. Ou seja, as ideologias podem ser modificadas, especialmente em face de ideologias diferentes. Ao mesmo tempo, a luta ideológica pode resultar em modificação e reconstrução das práticas sociais; aliás, essa relação entre ideologia e práticas não foi destacada no item 3.1.

Ideologias são as coisas em que a pessoa acredita e que representam o seu grupo. São crenças coletivas que orientam o comportamento das pessoas e a construção dos seus discursos. Discursivamente, a pessoa observa a realidade e a constrói a partir de sua ideologia.

Na ótica cognitivista de van Dijk (1997, p. 107), tanto os grupos dominantes quanto os grupos dominados possuem ideologias, as quais controlam as ações sociais (discursivas ou não), a autoidentificação e os objetivos sociais de cada grupo. De forma similar ocorre com grupos de profissionais (jornalistas, professores universitários), ativistas (contrários ao aborto ou ao racismo, ambientalistas, feministas etc) ou instituições (educacionais, religiosas, policiais, sindicatos). Portanto, as ideologias, componentes da vida social, são sociais e diversas.

Os grupos, os profissionais, os ativistas ou as instituições possuem valores que são a base das ideologias: trata-se de “valores socioculturais como a Igualdade, a Justiça, a Verdade ou a Eficiência” (van Dijk, 1997, p. 112). Nesse sentido, as ideologias “são sistemas de cognição social essencialmente *avaliativos*” que fornecem, por exemplo, “as bases a partir das quais se formulam apreciações acerca do que é bom ou mau, certo ou errado” (van Dijk, 1997, p. 112).

Sobre a ideologia do dominante em relação ao dominado, van Dijk (1997, p. 113) lembra, por exemplo, de *identidade e pertencimento*, categoria que leva o sujeito-enunciador a dizer que o *outro* pertence ou não ao *meu grupo*. Isso diz respeito a “ideologias racistas, etnocêntricas, xenófobas ou nacionalistas”, que tira do outro a qualidade de cidadão *na minha comunidade*. Trata-se de ideologias de resistência a grupos minoritários, as quais permitem classificar o *outro* em diferentes grupos, por exemplo, “mulheres e homens, brancos e negros, velhos e jovens, cidadãos e forasteiros ou imigrantes” (van Dijk, 1997, p. 113).

Nos textos que falam das minorias (imigrantes, negros, indígenas), a ideologia está muito marcada. Em geral, seus autores empregam o *nós* e o *eles/outros*: o *nós* ocupa posição X, enquanto o *eles* ocupa posição Y. “É, por exemplo, típico das ideologias racistas e nacionalistas a tendência para categorizar as pessoas nos seguintes termos: Nós contra Eles, i. e., grupos internos e externos, como brancos contra negros, o ‘nosso’ povo contra os estrangeiros” (van Dijk, 1997, p. 112-3).

Esse vínculo da ideologia com o controle das mentes e do discurso alheio diz respeito à “ideologia [...] como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder” (Wodak, 2004, p. 235). Isso não significa que apenas os poderosos possuam ideologias, mas sim que sua ideologia orienta, parcialmente, suas práticas discursivas e sua dominação sobre o(s) *outro(s)*.²⁰²

A importância de enfatizar aqui o vínculo entre ideologia e dominação/poder é porque as relações de dominação – vistas por nós como prática efetiva de poder – são a origem e a base das ideologias. Isto é, a consciência do indivíduo, diferente do que talvez pareça, não é nem a origem nem a base das ideologias. Assim, as relações de dominação e as ideologias estão fundamentadas nas diferenças de classe social, de grupo cultural, de grupo linguisticamente majoritário, de gênero social, dentre outras bases sociais. As ideologias originam-se da própria sociedade segundo o quanto a dominação lhe faz parte, o que acarreta algumas sociedades terem mais ideologias do que outras e as ideologias de uma sociedade diferirem-se das ideologias de outra sociedade.

Em princípio, os indivíduos de dada sociedade estão submetidos às ideologias dessa sociedade, veiculando-as e fomentando-as em seus discursos. Mas, como argumenta Fairclough (2001, p. 121), “à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia.” Isto é, os indivíduos – atores sociais diferentemente caracterizados – não estão necessariamente para sempre submetidos à(s)

²⁰² Trataremos das relações de poder no próximo item, explorando sua possível aproximação com a *mistura de gêneros* e a *mediação tecnológica*.

ideologia(s) dominante(s) em seu meio social. Podem combatê-la(s) e superar uma ideologia dominante. Entra em questão a luta hegemônica.

Na ACD, o conceito de hegemonia é, quase sempre, tomado de Antonio Gramsci (1987, entre outras obras). Trata-se de um conceito que nos ajuda a compreender as relações de poder e de dominação, especialmente aquelas de âmbito institucional: familiar, político, midiático, educacional, religioso, jurídico, empresarial. É um conceito que implica certa disputa de poder – denominado luta hegemônica – que, associada ao discurso, tem como resultado a mudança social, em maior ou menor grau.

Fairclough (2001) sistematiza o conceito de *hegemonia* nos seguintes termos:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade.

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar o seu consentimento.

Hegemonia é um foco de bastante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (Fairclough, 2001, p. 122)

A luta hegemônica, concebida em termos da articulação, desarticulação e rearticulação de elementos – especialmente elementos sociais –, harmoniza-se com o conceito de discurso assumido aqui, discurso como relação dialética entre estruturas e eventos sociais.²⁰³

Uma questão sobre a luta hegemônica é que ela não ocorre preferencialmente em nível da política nacional ou dos poderes nacionais, mas sim no âmbito das instituições locais e particulares, como a família, a escola, a imprensa, a administração municipal dos municípios ou dos bairros, os tribunais de justiça. Na verdade, “os protagonistas não são classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos,

²⁰³ Fairclough (2001) relaciona *luta hegemônica* com *ordem do discurso*, focalizada no item 3.3. “Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução e a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévios são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes.” (Fairclough, 2001, p. 123-4)

a polícia e o público ou mulheres e homens” (Fairclough, 2001, p. 124), militantes em geral e jornalistas. Dado esse âmbito de atuação da luta hegemônica, ela se torna relevante para nossa pesquisa, pois se mostra como um instrumento ou aplicação teórica para examinar as relações de poder e as práticas sociais acerca dos imigrantes haitianos no espaço das instituições e das “ruas” de São Paulo, quer as relações e práticas dos próprios imigrantes ou de jornalistas ou representantes de ONGs e igrejas, por exemplo.

Nesses casos, a hegemonia se mostra novamente relevante por nos fornecer tanto uma *matriz* como um *modelo* para nossa análise. A *matriz* seria, de acordo com Fairclough (2001, p. 126), “uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes”. O *modelo*, por sua vez, seria “uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes” (Fairclough, 2001, p. 126).

3.6. Relações de poder e controle social: questões discursivas

Neste item, trataremos da relação da *mistura de gêneros* e da *mediação tecnológica* com o *poder* e *controle* dos jornais sobre as pessoas e dos governos sobre as pessoas e instituições, especialmente a mídia e os jornais. São relações de natureza discursiva, realizadas com e nos *discursos*. Para tanto, vincularemos a *mistura de gêneros* à *recontextualização* de elementos das práticas sociais.

Quanto ao poder e ao controle, eles existem em relação ao *outro*, ao menos na perspectiva assumida aqui, em que dialogamos com elementos teóricos das ciências sociais. Porque em análise do discurso o foco é o discurso e as relações sociais, poder/controle significa ter poder/controle, direta ou indiretamente, sobre alguém ou sobre algo (práticas, eventos, gêneros, instrumentos, espaços etc.). Poder sobre si mesmo e autocontrole são objeto, por exemplo, de parte da psicologia, psicanálise, parapsicologia, com que não buscamos dialogar nesta tese.

O poder atribuído e reconhecido do jornalista acerca da produção dos gêneros jornalísticos pode ser referido como *poder simbólico*. Trata-se de um poder, sobretudo, decorrente do *acesso* que os jornalistas têm a determinadas fontes de informação e a espaços específicos, inclusive aqueles de esferas sociais que não a jornalística. Na verdade, o *acesso* afigura como um elemento determinante na relação *controle–poder*. Isso é uma característica marcante da sociedade contemporânea: por exemplo, “políticos têm acesso ao discurso

público devido ao seu poder político, e professores, devido aos recursos de conhecimento” (van Dijk, 2010, p. 23). É uma característica institucionalmente reconhecida e válida também para tantos outros atores sociais ou especialistas – jornalistas, advogados, médicos, economistas, engenheiros, arquitetos –, para os quais, a nosso ver, o conhecimento é, ao menos em parte, um condicionante crucial para o acesso que eles têm ao discurso público.

Esse conhecimento é, sobretudo, de ordem acadêmica, mas que implica o conhecimento acerca da rede de gêneros, discursos e estilos – isto é, os elementos das (redes de) ordens do discurso, das quais tratamos no item 3.3. O maior ou menor conhecimento e habilidade do sujeito-enunciador com os gêneros, discursos e estilos que estão em rede num determinado contexto pode representar maior ou menor *acesso e poder simbólico* em relação ao sujeito-enunciatário, e maior ou menor poder na sociedade. Assim, o conhecimento das (redes de) ordens do discurso é instrumento de poder social entre os atores sociais.

Trata-se de um *acesso especial* às condições de produção discursiva que ocorre sistematicamente, diferenciando os sujeitos em termos de distribuição ou de acesso a recursos diversos, materiais e imateriais. Num olhar para além do discurso, destacamos com Thompson (2011, p. 79-80):

As pessoas situadas dentro de contextos socialmente estruturados têm, em virtude de sua localização, diferentes quantidades e diferentes graus de acesso a recursos disponíveis. A localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de ‘poder’, entendido neste nível como uma capacidade conferida a eles social ou institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses.

Nesse sentido, munidos de *acesso especial*, os profissionais donos de um *poder simbólico* se caracterizam – individual ou coletivamente – como *elites simbólicas*: “aquelas elites que literalmente têm tudo ‘a dizer’ na sociedade, assim como suas instituições e organizações” (van Dijk, 2010, p. 134). São, portanto, na sociedade moderna contemporânea, os poderosos que, mediante discursos, controlam o discurso e as atividades cotidianas das pessoas em geral, assim como de instituições específicas. Mais do que isso, tais elites são grupos, muitas vezes, envolvidos com a *dominação* e o *abuso de poder*, o que se efetiva especialmente em relação às pessoas em desvantagem social. A esse respeito, esclarece Thompson (2011, p. 80):

Podemos falar de ‘dominação’ quando relações estabelecidas de poder são ‘sistematicamente assimétricas’, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo,

permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

Em consonância com as ideias de Thompson e van Dijk aqui expressas, Pedro (1997, p. 37) destaca:

as desigualdades socioeconômicas e materiais são marcadas por relações de classe e são expressão em termos de uma hierarquia dominador/dominado, em que o papel da aceitação da dominação, por parte dos dominados, é decisivo para o exercício de formas de poder e controle.

Exemplo disso ocorre em relação aos haitianos no Brasil, que, devido a suas limitadas condições de sobrevivência no Haiti, aceitam a posição de dominados, aceitam a relação de controle e poder exercido sobre eles pelos governos municipais, estaduais e federal, e seus órgãos oficiais, além do controle e do poder da mídia, dos possíveis empregadores e da população das cidades que os *acolhe*. Os haitianos não têm acesso aos recursos materiais e imateriais que, em geral, tem o cidadão brasileiro. Similar à condição dos haitianos são a de outros “grupos brasileiros”, como índios, ciganos, nordestinos em São Paulo, moradores de rua, membros do Movimento Sem Terra (MST), negros e afrodescendentes: são pessoas “sem acesso” e socialmente desfavorecidas. Apesar disso, tais grupos, muitas vezes, se posicionam contra a força dominante, empreendendo uma luta hegemônica significativa, o que, até então, não existe por parte dos imigrantes haitianos.

As formas de poder e controle, portanto, são diversas. Mas, aqui, nosso foco são as mediadas pelo discurso, as contidas no discurso, as relações de poder representadas discursivamente. Voltando o olhar, em especial, para o discurso e o texto, Pedro (1997, p. 35) conceitua *poder* nos seguintes termos:

conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade desigual desses participantes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo – e, portanto, a forma dos textos – em contextos socioculturais particulares.

A dominação – relações de poder assimétricas estabelecidas sistematicamente –, a nosso ver, pode ser sutil e indireta, caracterizada, por exemplo, pelo não acesso ao discurso público, tendo alguém que fale por si. É o caso dos haitianos no Brasil. Desprovidos das competências e habilidades do uso da língua portuguesa, as elites simbólicas é que falam por eles e sobre eles. Falam a favor e falam contra. Produzem, entre si, discursos conflitantes.

Como explicitado anteriormente, *poder* envolve *controle*: sobre as ações (discursivas ou não) das pessoas (van Dijk, 2010). Isto é, as “pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente

controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia” (van Dijk, 2010, p. 18). Esse controle é geral, inclusive sobre os poderosos (as elites simbólicas) da sociedade atual: políticos, jornalistas, professores, entre outros, devem obedecer “restrições sociais de leis (por exemplo, contra a difamação ou a propaganda racista) ou de normas sobre o que é apropriado” (van Dijk, 2010, p. 18). Há casos de políticos ou jornalistas desrespeitarem as normas. Ao falarem ou escreverem em defesa das comunidades ou grupos que representam, por vezes, exageram e ofendem os direitos de cidadania do *outro*, do que decorrem discursos contrários e, muitas vezes, ações judiciais.

Para as minorias, tais restrições são maiores. Além das restrições de *quando e o quê* dizer, quase sempre não podem dizer. Por exemplo, em contraponto aos brasileiros, são mínimas a capacidade e possibilidade de os imigrantes haitianos produzirem textos sobre si e sua realidade. Menor ainda são suas condições de fazê-los circular. Se eles têm espaço nas revistas e jornais impressos (ou na internet), na televisão ou rádio, é como objeto da notícia ou como entrevistados, o que implica terem a voz restringida e manipulada por repórteres e editores.²⁰⁴

Na perspectiva cognitiva de van Dijk (2010), antes de o controle sobre o discurso do *outro* ocorrer, ele se concretiza em sua mente: especificamente, sobre seus conhecimentos, opiniões, valores, atitudes, normas, ideologias. Como processo decorrente, controlar a mente do *outro* significa controlar indiretamente suas ações (discursivas ou não), pois as ações humanas são controladas pela própria mente (van Dijk, 2010, p. 18). Assim, ao fazerem uso do discurso público, as elites simbólicas, conforme seus interesses, influenciam e controlam, de início, as mentes de leitores e ouvintes, e, conseqüentemente, influenciam e controlam suas ações.

Esse processo é teoricamente cadenciado e realizável. No entanto, as vozes das elites simbólicas não são o único elemento condicionante das ações do seu público. Na verdade, tais vozes dividem esse papel com um elemento já pertencente a leitores e ouvintes (o possível sujeito-enunciário): são as “próprias atitudes ou ideologias prévias (compartilhadas com

²⁰⁴ “Van Dijk pensou esse percurso de acesso para quem é excluído socialmente, ou seja, se preocupou em detectar como quem não participava de circuitos de poder tinha acesso a esses circuitos através da linguagem. Com isso, analisou muitos domínios discursivos, desde o jornalismo até o jurídico, e estipulou dois tipos de inserção: o acesso ao domínio discursivo através de voz reportada e o acesso ao discurso propriamente dito, por meio da construção predicativa. Por exemplo, é possível perceber como um grupo social desprestigiado adentra no domínio discursivo do jornal através desses dois mecanismos: no primeiro, como os jornalistas usam o discurso de tal grupo – quando o reporta e entrevista – e no segundo, como o texto criado no jornal constrói a imagem desse grupo através de predicções, ou seja, como esse grupo é comentado. Para van Dijk, a partir do modo como determinado grupo tem acesso a dados discursos, pressupõe-se como se constrói sua representação e inclusão social.” (Melo, 2012, p. 63-64).

outros membros de grupo), como também [...] suas experiências pessoais” (van Dijk, 2010, p. 25). Assim, as vozes das elites e as vozes interiores orientam, conjuntamente e muitas vezes em conflito, as novas ações do sujeito. Eis aí a base mental, a dimensão cognitiva mobilizada na ação pessoal do leitor/ouvinte defendida nos estudos de van Dijk (2010). Nesse sentido, retomando postulados do Círculo de Bakhtin, na mente do sujeito ocorre um conflito ideológico entre as vozes da elite simbólica e suas próprias – não tributárias da subjetividade, e sim da corrente dialógica do *simpósio universal* bakhtiniano – ideias, crenças, atitudes e experiências.

Em síntese, as elites simbólicas, por terem *acesso especial* ao discurso público – o que lhes torna *donos* do *poder simbólico* –, controlam o que as pessoas *querem* e *fazem*. Esse controle sobre a mente e as ações do *outro* mediante discursos pode ser visto como característica dos denominados *gêneros de controle*, entre eles, os gêneros da mídia. Na verdade, os gêneros em geral implicam, no âmbito das práticas sociais, interação com o(s) *outro(s)* e ação sobre o(s) *outro(s)*. Para tanto, o “bom” conhecimento e habilidades no uso dos gêneros podem significar poder e controle discursivo na vida social – conhecimento e habilidades adquiridos via *acesso especial*.

Os *gêneros de controle* se caracterizam por propriedades específicas de *recontextualização*, além de serem “essencialmente gêneros mediados especializados para a ‘ação à distância’”²⁰⁵ (Fairclough, 2003, p. 34, tradução nossa), o que envolve participantes distantes um do outro no tempo e/ou no espaço. Nesses gêneros em especial, a *mediação* e a *recontextualização* podem ser vistas como fenômenos discursivo-textuais de exercício do *poder simbólico* e do *controle social*, em que, de um modo geral, a *mediação* aparece como um instrumento facilitador da *recontextualização*.

Antes de mais nada, *recontextualização* (que mencionamos no item 3.2) é a apropriação de elementos das práticas – como discursos, representações, textos, linguagem, estilos ou formas linguísticas típicas – de uma prática social dentro de outra, colocando a primeira no contexto da segunda, transformando-a em formas particulares e readaptando ao novo contexto os elementos apropriados (Fairclough, 2003, p. 32). É o que acontece, por exemplo, na *mistura de gêneros* quando partes de textos impressos ou em áudio são recontextualizadas. Isso indica que existe, por parte do sujeito-enunciador, significativo poder e controle da *recontextualização*, *mistura de gêneros* e *mediação*: e ter esse poder é ter poder e controle sobre as práticas do *outro* e sua voz. Aliás, “a capacidade de influenciar ou

²⁰⁵ “The genres of governance are essentially mediated genres specialized for ‘action at a distance’” (Fairclough, 2003, p. 34).

controlar os processos de mediação é um importante aspecto do poder em sociedades contemporâneas”²⁰⁶ (Fairclough, 2003, p. 31, tradução nossa). Um grupo de pessoas que detém essa capacidade são, reconhecidamente, os jornalistas.

A *mediação* e a *recontextualização* ligam-se diretamente à característica que têm os *gêneros de controle* “de vincular diferentes escalas – conectando o local e o particular ao nacional / regional / global e geral”²⁰⁷ (Fairclough, 2003, p. 33, tradução nossa). Por exemplo, a informação/notícia de que os haitianos, na sua viagem até a fronteira do Peru com o Brasil, são vítimas de “coiotes”, veiculada como de natureza regional (envolvendo vários países) é recontextualizada como de natureza local pelo governo do Estado do Acre no Decreto n. 5.586, de 9 de abril de 2013²⁰⁸. Isso significa que o Decreto é, em certa perspectiva, um *gênero de controle*: nele, o ato/prática de informar foi recontextualizada em ato/prática de ordenar, ou administrar, assim o fez o então governador. É possível também pensar como exemplo parte do Decreto, ou a prática nele envolvida, sendo recontextualizada em notícia, debate ou palestra, como processo ocorrido após publicação do Decreto. Isso mostra que “as mudanças de gêneros pertencem à reestruturação e ao redimensionamento da vida social no novo capitalismo”²⁰⁹ (Fairclough, 2003, p. 34, tradução nossa), direta ou indiretamente ligadas às práticas tipicamente econômicas. Uma questão relevante nisso é o uso dos *gêneros de controle* como sustentação das relações estruturais entre governo, empresas, mídia/jornalismo, academia, envolvendo diferentes escalas da vida social, de modo tal uso se realizar no âmbito das fronteiras das esferas sociais.

Retomando o possível gênero “decisão de pauta” de que falamos no item 3.4, podemos dizer que ocorre *recontextualização* de gêneros/textos anteriores (registro de arquivo, filme ou documentário, entrevista na TV), o que pode significar o deslocamento de elementos desses gêneros/textos de uma escala para outra, contribuindo para a reestruturação e redimensionamento da vida social. Nesse deslocamento, gêneros/textos anteriores submetem-se a uma filtragem, isto é, os sujeitos trazem para o evento local o que é apropriado àquele contexto específico. Eles – e a própria prática social “reunião de pauta” – filtram e adaptam o que é específico à situação e prática/evento de que participam.

²⁰⁶ “the capacity to influence or control processes of mediation is an important aspect of power in contemporary societies.” (Fairclough, 2003, p. 31)

²⁰⁷ “of linking different scales – connecting the local and particular to the national/ regional/ global and general” (Fairclough, 2003, p. 33).

²⁰⁸ Decreto reproduzido no Anexo E.

²⁰⁹ “changes in genres are germane to both the restructuring and the rescaling of social life in new capitalism” (Fairclough, 2003, p. 34).

Essa questão põe em destaque as *cadeias de gêneros* e os diferentes discursos (no plural). Para Fairclough (2003, p. 34, tradução nossa):

Parte do efeito de ‘filtragem’, à medida que avançamos ao longo das cadeias de gênero, está nos discursos: os discursos que servem como base de um gênero (por exemplo, reuniões) podem ser ‘filtrados’ no movimento a um outro (por exemplo, notícia), de modo que a cadeia de gênero funciona como um instrumento regulador para selecionar e privilegiar alguns discursos e excluir outros.²¹⁰

Nesse sentido, os exemplos da relação notícia–Decreto e da prática “reunião de pauta” devem ser pensados em termos de discursos. Ou seja, em grande medida, o que o sujeito-enunciador mais faz é pôr em relevo determinados discursos, em detrimento de outros, intencionalmente. E mais, tal como diferentes gêneros, diferentes discursos vinculam-se a diferentes escalas da vida social. Em última análise, a *filtragem* de discursos e a *recontextualização* são decisivos na produção de uma notícia ou reportagem, que podem “circular nacional, regional (por exemplo, dentro da [Amazônia, entendida como área geopolítica multinacional]) ou globalmente, e, de certo modo, ligam as escalas local e global”²¹¹ (Fairclough, 2003, p. 34, tradução nossa).

Além da *mediação*, *recontextualização* e envolvimento de diferentes escalas da vida social, os *gêneros de controle* possuem a característica da *promoção*. Segundo Fairclough (2003, p. 33, tradução nossa):

Os gêneros de controle incluem gêneros promocionais, gêneros que têm a finalidade de ‘vender’ mercadorias, marcas, organizações ou indivíduos. Um aspecto do novo capitalismo é uma imensa proliferação dos gêneros promocionais (ver Wernick, 1991) que constituem uma parte da colonização de novas áreas [esferas] da vida social pelos mercados.²¹²

A *promoção*, na verdade, não é a finalidade primeira da notícia, mas, muitas vezes, ela se presta, indiretamente, a esse serviço do novo capitalismo e do mercado. Muitas vezes, ela “vende” para o leitor determinado ator social e suas ideias, mercadorias, marcas e organizações. Com frequência, a construção da notícia (texto) mescla (por

²¹⁰ “Part of the ‘filtering’ effect as we move along genre chains is on discourses: discourses which are drawn upon in one genre (e.g. meetings) may be ‘filtered out’ in the movement to another (e.g. report), so that the genre chain works as a regulative device for selecting and privileging some discourses and excluding others.” (Fairclough, 2003, p. 34)

²¹¹ “can circulate nationally, regionally (e.g. within the EU) and globally, and in that way link local and global scales” (Fairclough, 2003, p. 34).

²¹² “Genres of governance include promotional genres, genres which have the purpose of ‘selling’ commodities, brands, organizations, or individuals. One aspect of new capitalism is an immense proliferation of promotional genres (see Wernick 1991) which constitutes a part of the colonization of new areas of social life by markets.” (Fairclough, 2003, p. 33)

recontextualização) essa finalidade à sua finalidade de informar sobre fatos e eventos de interesse sociocultural, político e econômico. Assim construída, a notícia ganha um caráter de controle social ligado a governos, empresas, sindicatos, igrejas, universidades, como também aos próprios meios de comunicação. Novamente, os *gêneros de controle* se realizam nas fronteiras entre esferas.

Na notícia, a *promoção* ocorre, por exemplo, quando a notícia incorpora gêneros empresariais, ou o discurso dos empregadores. Especificamente, ela incorpora trechos de texto/fala dos empresários, de textos produzidos por empresas ou por agências de publicidade segundo os interesses das empresas. Ao incorporá-los, o jornalista participa socialmente em favor da postura socioideológica da empresa em relação à população, especialmente aos consumidores, empregados e sindicatos, mas também em relação ao governo. Desse modo, o jornalista e o jornal sustentam (e compartilham) as relações estruturais entre empregador e empregado, entre empregador e governo, a quem compete legislar, por exemplo, sobre o trabalho de imigrantes, se desejarmos focar a situação dos haitianos no Brasil.

Esse processo pode tornar a notícia um importante gênero – *gênero de controle* – vinculado às relações estruturais em geral – entre governo, mídia, empresas, partidos políticos, universidades, igreja, povo –, dando a cada notícia (texto/enunciado) a “faculdade” de contribuir para a sustentação e manutenção das estruturas e práticas sociais vigentes – hegemônicas, portanto. Por outro lado, conforme cada notícia é construída, estruturas e práticas podem, ao longo do tempo, sofrer pequenas mudanças e serem remodeladas. Assim, a construção e a circulação da notícia participam da *luta hegemônica* (nos termos do conceito exposto no item 3.5), quer de uma sociedade específica, quer da “sociedade globalizada”.

A nosso ver, portanto, a notícia é um gênero que está para além do fim de informar. Embora não tipicamente, ela se insere na categoria dos *gêneros de controle*, situada “nas mãos” dos poderosos da esfera jornalística. Aliás, no que tange à *medição*, *recontextualização* e *mistura de gêneros*, o jornalista é quem detém o poder e a competência de construir “a notícia”. Ele é quem pode melhor realizá-la, assim como outros gêneros da esfera jornalística – é consenso institucionalizado.

Essa visada sobre os *gêneros de controle*, direta ou indiretamente situados na esfera jornalística, serve-nos ao que buscaremos na sequência: refletir um pouco sobre a relação governo–jornalismo–cidadãos no contexto da vida social.

3.6.1. A relação entre governo, jornalismo e os cidadãos

Os *meios de comunicação de massa* podem ser vistos como parte do aparato do governo. Isto é, os profissionais da mídia e do jornalismo, de forma direta ou indireta, muitas vezes estão a serviço dos governos – municipais, estaduais e/ou federal –, os quais, com frequência, assumem os mesmos interesses de empresas, instituições ou segmentos específicos da sociedade.

Essa questão diz respeito à prática discursiva dos profissionais do jornalismo e, de modo especial, à *recontextualização*. Como atenta Fairclough (2003, p. 34, tradução nossa), “um gênero da mídia, como a notícia de televisão, recontextualiza e transforma outras práticas sociais, como políticas e governamentais”²¹³. Por conseguinte, as práticas (ou seus elementos) da mídia/jornalismo são recontextualizadas pelas pessoas e incorporadas à vida social cotidiana, assim como em diferentes esferas sociais. Aliás, as pessoas, tidas como cidadãos comuns, muito raramente têm contato direto com o governo e os políticos.

A questão principal é que, ao serem assim incorporados, tais práticas – condizentes com as ideias e discursos do governo – contribuem sobremaneira “para a formação de como vivemos e os significados que nós damos a nossas vidas (Silverstone, 1999)”²¹⁴ (Fairclough, 2003, p. 34, tradução nossa), ou seja, indireta e parcialmente os governos regulam a vida do cidadão comum, o sujeito desprovido dos poderes sociais reservados às *elites simbólicas*. Isso significa que os gêneros da mídia, muitas vezes, são “ponte” entre governo e povo, e incutem (no sentido do que expusemos no item 3.2) as ideias e o discurso governamental no cotidiano dos cidadãos em geral. Desse modo, a mídia e o jornalismo se põem como “braço” do governo. Uma vez mais, são os gêneros da mídia/jornalismo usados como *gêneros de controle*, caracterizados como tal expusemos anteriormente.

Ao considerarmos os *meios de comunicação de massa* como parte do aparato e “braço” do governo, estamos apontando que a mídia e o jornalismo submetem-se aos interesses governamentais e políticos, o que ocorreria, a nosso ver, de forma efetiva, mas não necessariamente de forma explícita. No entanto, essa submissão não é permanente nem está presente em todos os textos, pois jornalistas e editores podem, segundo sua postura ideológica, recontextualizar de forma conflituosa os elementos das práticas governamentais, redirecionando-os em oposição à voz e interesses do governo.

²¹³ “a media genre such as television news recontextualizes and transforms other social practices, such as politics and government” (Fairclough, 2003, p. 34).

²¹⁴ “to the shaping of how we live, and the meanings we give to our lives (Silverstone 1999)” (Fairclough, 2003, p. 34).

Na verdade, com frequência, na esfera jornalística, várias pessoas têm controle não mais do que relativo e parcial sobre o seu discurso e sobre a edição e circulação do seu texto: é o caso de políticos, empresários, professores, cidadãos comuns e imigrantes. A edição e circulação da sua *fala* estão sob o poder dos jornalistas. Trata-se de uma circulação dependente do trabalho de um ou mais jornalistas, que, ao editarem uma entrevista ou depoimento, assumem o controle da fala do *outro*. Porque o jornalista é quem “reproduz” – recontextualiza – no jornal a entrevista ou depoimento, o político e o imigrante perdem o controle sobre o próprio texto. Em verdade, essa perda ou esse controle ocorrem em grau variado: a perda de controle é bem maior para o imigrante e o cidadão comum – porque lhes “cortaram” o *acesso*, sobretudo o *acesso especial* – do que para o político ou o empresário.

Exemplo da perda do controle é o que ocorre com a entrevista coletiva de um político, a qual é, quase sempre, concedida a um pequeno grupo de jornalistas credenciados e realizada num ambiente fechado sem transmissão simultânea no rádio ou TV. Se essa transmissão ocorre, raramente é na íntegra. Em geral, a entrevista é editada e fragmentos passam a compor o noticiário do rádio ou TV, ou mesmo inseridos no corpo de notícias impressas, em forma de discurso relatado. Algo semelhante poderíamos dizer sobre o depoimento de um imigrante haitiano ou de um empresário brasileiro, como também sobre a carta do leitor, que implica um processo de edição que retira do autor (sujeito-enunciador) o controle total sobre o texto, sem o eximir da responsabilidade do conteúdo publicado. Na prática de edição da carta – e do depoimento –, o editor/jornalista exerce controle sobre o texto e seu autor (sujeito-enunciador).

Esse controle pode estar especialmente ligado à *mediação*, *recontextualização*, *mistura de gêneros* e às diferentes escalas da vida social. O jornalista seleciona determinados trechos da entrevista/depoimento e não outros, realiza escolhas dando ênfase a determinados aspectos sociais e ideológicos que podem ser de grande interesse – ou não – do governo ou do povo ou de outros atores sociais mencionados ou vinculados à entrevista, como empresas, igrejas, ONGs, sindicatos, partidos políticos. Com tais escolhas o jornalista contribui para que o leitor compreenda a fala do político, ou de outros atores sociais, sob uma ótica ou sob outra, avaliando, valorando e julgando o que disse o entrevistado, assim como suas práticas sociais administrativas, por exemplo.

Esse controle sobre o texto pode significar controle e poder sobre o leitor, indivíduo ou coletividade. Essa é, a nosso ver, uma questão crucial desse processo: como parte da *recontextualização* e *mistura de gêneros* do texto notícia, a entrevista resulta, de forma indireta, em efeitos na consciência dos leitores do jornal (de “toda” a população, por

consequente) de um modo bastante particular segundo como o jornalista edita tais fragmentos e a notícia. Trata-se de efeitos intermediados pelo jornalista, em que o texto jornalístico figura como parte do processo de construção da consciência do *outro*-enunciatório (isso exemplifica o exposto no item 2.8 a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin). Em última análise, o jornalista – membro de uma *elite simbólica* e dono de um *poder simbólico* – é quem tem poder e controle sobre a população, de forma direta ou indireta, segundo (ou não) os interesses e ideologia(s) de outros poderosos da sociedade contemporânea, a do novo capitalismo.

Em síntese, os efeitos, por exemplo, da notícia ou de uma carta do leitor na consciência do sujeito-enunciatório ocorrem conforme as escolhas (e opções) linguísticas e não linguísticas do jornalista e/ou editor do jornal, as quais podem se vincularem a uma ou a outra ideologia, por vezes, hegemônica na sociedade. Trataremos dessas escolhas e seus efeitos no próximo item, em termos de efeitos sociais do texto.

3.7. Os efeitos sociais do texto

Os textos e o que eles podem acarretar merecem atenção e podem ser tomados como núcleo do nosso estudo. Materialização de representações e de discursos diversos, eles são elemento de presença intensa e constante na vida social contemporânea – a sociedade do conhecimento. Ao mesmo tempo, toda pessoa vive o cotidiano “imersa” num mundo de discursos e textos, orais ou escritos, capazes de manterem e de modificarem suas ideologias, e de colocarem em xeque as “posturas” hegemônicas. Isto é, os textos possuem *efeitos sociais*.²¹⁵

O controle sobre a mente e as ações do *outro*, considerado no item anterior a partir de van Dijk (2010), pode ser visto como efeitos dos textos. Os textos têm efeitos sobre as pessoas, sobre a consciência dos leitores. De modo imediato, “os textos podem provocar mudanças em nosso conhecimento (nós podemos aprender coisas deles), nossas crenças, nossas atitudes, valores etc.”²¹⁶ (Fairclough, 2003, p. 8, tradução nossa).

Não só de modo imediato, os textos têm também efeitos sociais de longo prazo. As pessoas podem ver-se modificadas quando submetidas à recepção maciça de determinado tipo de texto. Como bem observa Fairclough (2003, p. 8, tradução nossa), “pode-se, por exemplo,

²¹⁵ Identificamos em Fairclough (2003) um uso intercambiável de “social effects” e “causal effects”. Expressões que vertemos para o português como “efeitos sociais”.

²¹⁶ “texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth.” (Fairclough, 2003, p. 8)

argumentar que a experiência prolongada à publicidade e outros textos comerciais contribuem para moldar as identidades das pessoas como ‘consumidores’ ou suas identidades de gênero.”²¹⁷ Semelhante é o contato por longo tempo com determinado discurso político – nesse caso, um conjunto de textos –, como fazem na televisão e no rádio os governos durante seu período no poder, um ou mais mandatos, em que veiculam determinadas ideias, crenças e ideologias sobre a política e os programas adotados no campo da saúde, educação, segurança pública, transportes e, sobretudo, economia. O resultado disso é que grande parte da população passa a ter incutido, a tomar como verdade e a compartilhar o que os textos dizem, tornam-se consumidores da política e programas governamentais. E se querem os políticos, esses moldam a identidade da população.

Quer de forma imediata, quer a médio ou longo prazo, os textos podem ter efeitos na ideologia da população: “são os efeitos ideológicos – os efeitos dos textos em inculcar e sustentar ou mudar ideologias (Eagleton, 1991; Larrain, 1979; Thompson, 1984; Van Dijk, 1998)”²¹⁸ (Fairclough, 2003, p. 9, tradução nossa). Esses efeitos, assim como a ideologia, vinculam-se ao estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder e dominação entre grupos de pessoas. Daí, falamos em ideologias como representações discursivas de aspectos do mundo. Nesse sentido, as representações ideológicas imprimem aos textos certos efeitos específicos, o que implica determinadas escolhas linguísticas por parte do sujeito-enunciador em prol dos efeitos que o texto pode causar. Esse raciocínio se aproxima muito do de Thompson (2011), para quem “determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117). As expressões referenciais, por exemplo, são, em princípio, muitas vezes, empregadas a serviço dessas relações.

Mais do que efeitos sobre as pessoas e suas consciências (o que retoma Bakhtin: a consciência como formação social), os textos podem ter efeitos de grande escala sobre a sociedade, sobre o mundo material e imaterial. Para Fairclough (2003, p. 8, tradução nossa):

Os textos podem também começar guerras, ou contribuir para mudanças na educação ou para mudanças nas relações industriais etc. Seus efeitos podem incluir mudanças no mundo material, tal como mudanças no design urbano, ou a arquitetura e design de tipos específicos de prédios. Em suma, os textos têm

²¹⁷ “one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people’s identities as ‘consumers’, or their gender identities.” (Fairclough, 2003, p. 8)

²¹⁸ “One of the causal effects of texts which has been of major concern for critical discourse analysis is ideological effects – the effects of texts in inculcating and sustaining or changing ideologies (Eagleton 1991, Larrain 1979, Thompson 1984, Van Dijk 1998).” (Fairclough, 2003, p. 9)

efeitos sociais sobre, e contribuem para mudanças em, as pessoas (crenças, atitudes etc), ações, relações sociais e o mundo material.²¹⁹

A percepção de que os textos têm efeitos sociais é relevante quando nos propomos a focar o uso linguístico e o discurso como “elemento dialético” da vida social e do contexto da sociedade do conhecimento, das sociedades modernas complexas, da pós-modernidade, da globalização e do novo capitalismo: contexto em que se inserem o processo de imigração haitiana no Brasil e os discursos e textos a ela relacionados.

A exemplo de Fairclough (2003), temos como motivação

a crença de que textos têm consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais, e que é vital para compreender essas consequências e efeitos sempre que estamos para levantar questões morais e políticas sobre as sociedades contemporâneas, e sobre as transformações do ‘novo capitalismo’ em particular²²⁰ (Fairclough, 2003, p. 14, tradução nossa).

Tais questões e transformações, em nosso caso, dizem respeito aos imigrantes haitianos no Brasil.

Em nossa análise de texto, em parte, preocupamo-nos com as possíveis mudanças que os textos – notícias escritas por jornalistas brasileiros vinculados à *Folha de S.Paulo*, mas nunca por um haitiano – sobre os imigrantes haitianos (sua condição de moradia e de trabalho no Brasil, entre outros assuntos relacionados a eles) desencadeiam e/ou podem desencadear na vida material e imaterial desses imigrantes e dos brasileiros com os quais se relacionam, e nas relações entre os atores sociais dessa imigração. De modo semelhante, preocupamo-nos com a possível manutenção – também entendida como efeito dos textos – das condições de suas vidas material e imaterial, e das relações entre esses atores sociais. Enfim, nosso foco é, em parte, quais os efeitos – de mudança ou de manutenção – na vida social têm as notícias acerca dos haitianos, publicadas na *Folha de S.Paulo*. Os efeitos sociais dos textos são parte da análise textual realizada em ACD, especialmente na vertente faircloughiana.

Na verdade, é fundamental pensarmos sobre os efeitos dos textos veiculados na mídia, quer os que tomam como fonte discursos das esferas política, acadêmica, jurídica, quer os que são, aparentemente, gerados na própria esfera jornalística. Como destaca Fairclough (2003, p.

²¹⁹ “Texts can also start wars, or contribute to changes in education, or to changes in industrial relations, and so forth. Their effects can include changes in the material world, such as changes in urban design, or the architecture and design of particular types of building. In sum, texts have causal effects upon, and contribute to changes in, people (beliefs, attitudes, etc.), actions, social relations, and the material world.” (Fairclough, 2003, p. 8)

²²⁰ “the belief that texts have social, political, cognitive, moral and material consequences and effects, and that it is vital to understand these consequences and effects if we are to raise moral and political questions about contemporary societies, and about the transformations of ‘new capitalism’ in particular” (Fairclough, 2003, p. 14).

8, tradução nossa), “Faria pouco sentido focar sobre a língua no novo capitalismo se nós não pensássemos que textos têm efeitos sociais desse tipo e efeitos sobre a mudança social.”²²¹

No entanto, a causalidade dos textos “não é uma simples causalidade mecânica – não podemos, por exemplo, afirmar que aspectos específicos dos textos automaticamente acarretam mudanças específicas no conhecimento ou comportamento das pessoas ou efeitos sociais ou políticos particulares”²²² (Fairclough, 2003, p. 8, tradução nossa), como se, por exemplo, uma mesma forma linguística provocasse o mesmo efeito toda vez que é empregada. Os efeitos decorrem também do contexto, das intenções do sujeito-enunciador, do compartilhamento dos interlocutores, isto é, de questões particulares que dizem respeito às peculiaridades do enunciado, as quais tratamos no item 2.3.

Também, causalidade não é o mesmo que regularidade. Os efeitos sociais podem existir sem que haja qualquer

padrão de causa–efeito regular associado com um tipo particular de texto ou aspectos específicos dos textos [...]. Os textos podem ter efeitos sociais sem eles serem necessariamente efeitos regulares, porque muitos outros fatores do contexto determinam se os textos específicos realmente têm tais efeitos, e podem levar um texto específico a ter uma variedade de efeitos, por exemplo, sobre diferentes intérpretes (Fairclough et al., 2002).²²³ (Fairclough, 2003, p. 8, tradução nossa)

Assim, os efeitos sociais dos textos podem ser vistos em termos de construção de sentido, a qual ocorre sempre contextualmente, sempre sob a coerção do contexto. Trata-se de uma questão também semântica. Isto é, “podemos querer dizer que os efeitos sociais dos textos são mediados pela construção de sentido, ou de fato que ele está significando que tem efeitos sociais em vez de textos como tais.”²²⁴ (Fairclough, 2003, p. 11, tradução nossa). Então, são os sentidos construídos pelo sujeito-enunciador que, de fato, causam efeitos e contribuem para mudanças na mente das pessoas, nas suas ações, nas relações sociais e no mundo (i)material. Nesse sentido, textos são construções de sentido carregadas de possíveis efeitos sociais.

²²¹ “It would make little sense to focus on language in new capitalism if we didn’t think that texts have causal effects of this sort, and effects on social change.” (Fairclough, 2003, p. 8)

²²² “It is not a simple mechanical causality – we cannot for instance claim that particular features of texts automatically bring about particular changes in people’s knowledge or behaviour or particular social or political effects.” (Fairclough, 2003, p. 8)

²²³ “regular cause–effect pattern associated with a particular type of text or particular features of texts [...]. Texts can have causal effects without them necessarily being regular effects, because many other factors in the context determine whether particular texts actually have such effects, and can lead to a particular text having a variety of effects, for instance on different interpreters (Fairclough et al. 2002).” (Fairclough, 2003, p. 8)

²²⁴ “we might want to say that the social effects of texts are mediated by meaning-making, or indeed that it is meanings that have social effects rather than texts as such.” (Fairclough, 2003, p. 11).

Relativo a isso, atenta Fairclough (2003, p. 11, tradução nossa): “um recurso que é necessário para qualquer consideração da construção de sentido é a capacidade de analisar textos a fim de esclarecer sua contribuição para processos de construção de sentido”²²⁵. E como analistas do discurso devemos ter essa capacidade. Fairclough (2003) se propõe em sua obra a fornecer esse recurso, o que nos fez elegê-la como principal fonte para a exposição teórica e metodológica da ACD com que trabalhamos nesta tese.

As formas linguísticas de um texto contribuem para os seus efeitos sociais; “pode-se atribuir os efeitos sociais a formas linguísticas específicas”²²⁶ (Fairclough, 2003, p. 12, tradução nossa). Mas devemos ponderar a força das formas linguísticas em relação às pessoas e ao mundo, “tem-se de ser cauteloso e evitar qualquer sugestão de que tais efeitos funcionam mecanicamente ou de forma simples e regular. Eles dependem do significado e do contexto”²²⁷ (Fairclough, 2003, p. 12, tradução nossa). Isto é, não há relação direta entre o uso de determinada forma linguística e o seu possível efeito, como se um efeito ocorrido face um texto necessariamente ocorresse com o uso da mesma forma linguística noutro texto. O contexto situacional e o significado construído no texto são determinantes no quanto as formas linguísticas são capazes de veicular efeitos sociais específicos. Isso significa que na perspectiva da produção textual, o sujeito-enunciador pode selecionar uma forma linguística em detrimento de outras formas, também boas. Formas alternativas podem ser descartadas num conjunto de textos em face da preferência ou “submissão” do sujeito-enunciador ao contexto e ao significado “fornecido” pela forma linguística selecionada. Assim, “podemos atribuir efeitos sociais às formas linguísticas, mas apenas através de uma cuidadosa consideração de significado e contexto”²²⁸ (Fairclough, 2003, p. 13, tradução nossa).

Podemos exemplificar as escolhas linguísticas em relação à expressão e à omissão do agente, aquele que pratica alguma ação sobre as outras pessoas ou sobre determinados objetos e animais. Isto é, o sujeito-enunciador pode optar por uma forma linguística que revele e explicita o agente ou por uma forma que o omita. Isso porque uma das formas linguísticas pode ser mais adequada ao contexto – inclusive aos seus interesses e intenções subjetivas ou coletivo-institucionais – e ao significado global do texto do que a outra. Muitas vezes, a explicitude ou a omissão parecerá mais coerente ao contexto. Nesse caso, o sujeito-

²²⁵ “one resource that is necessary for any account of meaning-making is the capacity to analyse texts in order to clarify their contribution to processes of meaning-making” (Fairclough, 2003, p. 11).

²²⁶ “One might attribute causal effects to particular linguistic forms” (Fairclough, 2003, p. 12).

²²⁷ “one has to be cautious and avoid any suggestion that such effects work mechanically or in a simple, regular way. They depend upon meaning and context.” (Fairclough, 2003, p. 12)

²²⁸ “we can attribute causal effects to linguistic forms, but only through a careful account of meaning and context.” (Fairclough, 2003, p. 13)

enunciador, inevitavelmente “submisso” ao contexto, orienta-se por elementos contextuais. De um modo ou de outro, a omissão do agente é um fenômeno de elisão da agência e da responsabilidade humana em relação aos processos e ações emergidos a cada texto.

Um recurso linguístico de elisão do sujeito agente é a nominalização (ou nomeação). A nominalização é o uso de um substantivo com sentido de um processo verbal que poderia ser expresso por uma sentença/enunciado. Uma diferença entre uma forma e outra é que a sentença representa como processo algo que ocorre no mundo, enquanto a nominalização representa-o como entidade. Por vezes, no texto há tanto a sentença como o “substantivo nominalizador”, ocorrendo entre eles, em princípio, relação de correferência. Por vezes, no texto há apenas uma das formas. “Uma consequência comum da nominalização é que os agentes dos processos, as pessoas que começam o processo ou agem sobre outras pessoas ou objetos, estão ausentes dos textos. [...] [No caso da sentença], os agentes [...] são textualizados”²²⁹ (Fairclough, 2003, p. 13, tradução nossa).

A nominalização e outros tipos de escolhas linguísticas realizadas pelo sujeito-enunciador serão tratados no capítulo 4 como estratégias referenciais, onde abordaremos também a noção de correferência. São estratégias que, na análise no capítulo 5, correlacionaremos aos possíveis efeitos sociais dos textos do nosso *corpus*.

Outras formas de referir (e construir) ao evento como se não houvesse agência são a omissão do agente no uso da forma verbal passiva, de certos verbos intransitivos, de certas construções metafóricas, de substantivos inanimados como agentes do verbo, em vez de agentes humanos. Nesses casos, há formas linguísticas concorrentes em que a diferença consiste em revelar e tematizar o agente verbal – ao qual o sujeito-enunciador, com propósitos definidos, pode dar destaque – ou elidi-lo, mantendo-o oculto e subentendido (ou subespecificado, como diremos no capítulo 4), mas nem sempre facilmente inferido. O caso de omissão/elição trataremos no capítulo 4 como subespecificação referencial, estratégia que leva o enunciatário a inferir o agente omitido, considerando sua relevância na construção de sentido. A omissão/elição e subespecificação do agente verbal não é, de forma alguma, o término da construção de sentido (nem da análise), pois, embora inicialmente o sujeito-enunciador opte por, de algum modo, omiti-lo, no decorrer do texto pode explicitá-lo.

Em termos de efeitos sociais dos textos, a opção que revela o agente verbal – como sentenças em que os agentes são textualizados – acarreta em uma exposição desse agente ao

²²⁹ “One common consequence of nominalization is that the agents of processes, people who initiate processes or act upon other people or objects, are absent from texts. [...], agents [...] are textualized.” (Fairclough, 2003, p. 13)

enunciatório e uma exposição social de quem praticou determinada ação, que pode ser avaliada socialmente como positiva ou negativa. Acarreta também em uma atribuição clara a alguém da ação expressa pelo verbo, exercida sobre determinadas pessoas, objetos, animais, sobre o mundo material ou imaterial.

De modo diferente ocorre com a opção que omite o agente verbal, em que propositalmente se “esconde” do sujeito-enunciatório esse agente, quer quando a ação expressa pelo verbo é socialmente positiva, quer quando ela é negativa. Com a elisão o sujeito-enunciador opta por não expor socialmente o agente verbal ao enunciatório nem atribuir de forma aberta a ação em pauta ao verdadeiro agente, o qual pode ser de conhecimento do sujeito-enunciador. Com isso, ao deixar vazia a agência verbal, o sujeito-enunciador deixa espaço para que, possivelmente, o enunciatório atribua a ação verbal a outras pessoas que não o verdadeiro agente (desconhecido do enunciatório). Se o enunciatório realiza essa atribuição como parte de sua leitura e interpretação do texto, corre-se o risco de atribuir efeitos sociais (socialmente positivos ou negativos) inadequadamente a pessoas alheias à agência verbal em questão.

Essas questões, brevemente expostas, evidenciam a importância de considerar o significado ao atribuir efeitos sociais a formas linguísticas específicas.

4. DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO

Tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica, da semântica e da linguística, *referência* é uma questão que vem dos escritos gregos fundadores da cultura ocidental – de Aristóteles sobretudo –, e, apesar do longo histórico, encontra-se ainda não resolvida. *Referência* é um termo repleto de nuances e vazio de consensos; um termo perpassado por importantes concepções divergentes: de língua, de referente, de sentido, de mundo.

Os estudos do texto e do discurso, por exemplo, especialmente a partir da década de 1990, têm tratado a *referência* como questão de grande relevância no que tange tanto à produção textual quanto à compreensão. Situado no campo da Linguística Textual, este capítulo – em grande medida caracterizado como uma releitura de Silva (2004) – é dedicado ao deslocamento teórico e analítico da *referência* para o processo de referenciação – defendido por Mondada (1994, 1997, 2001) e Mondada e Dubois (2003), entre outros autores –, com atenção especial para as formas linguísticas escolhidas e empregadas pelo enunciador ao referir pessoas, coisas, ações, sentimentos, eventos, processos.

De um modo geral, há, conforme Marcuschi (2008, p. 139), duas tendências básicas no tratamento da referência; são concepções gerais e divergentes em vários pontos. A primeira quase sempre se denomina *extensional* (diz respeito à realidade objetiva extramental). A segunda denomina-se *sociocognitiva* (diz respeito à interação e subjetividade discursiva dos sujeitos). Em tempo, essas duas visões não sintetizam, de maneira alguma, as diferentes abordagens dadas à referência nos estudos lógico-semânticos ou semântico-discursivos. Neste momento, aqui, mais do que expor um breve histórico sobre a referência, queremos expor um contraponto teórico à tendência privilegiada neste estudo, buscando coerência com os conceitos expostos nos capítulos 2 e 3.

Sobre a tendência *extensional*, Marcuschi (2008, p. 139) observa que ela é “mais antiga e ainda predominante nos estudos lógico-semânticos, é a que se funda numa concepção objetiva e realista de linguagem como transparente e referencialista (extensionalista), tendo por base uma visão instrumentalista de língua.” Isto é, nesta vertente as formas linguísticas são o instrumento com que as pessoas designam extensionalmente os objetos do mundo da realidade; são esses objetos os referentes. Para os autores que seguem essa tendência, “tanto a linguagem como o mundo estão previamente discretizados e podem ser correlacionados biunivocamente” (Marcuschi, 2008, p. 139).

Subjacente a essa tendência existe a “crença na possibilidade de dizer o mundo de forma objetiva”, do que decorrem “teorias da compreensão e da produção textual em que, de

um lado, está o texto com conteúdos objetivamente inscritos e, de outro, indivíduos que, em condições específicas, podem captar os conteúdos sem maiores problemas” (Marcuschi, 2008, p. 139). Isto é, não se reconhecem o texto nem a produção textual como processos de interação social, o que foge, por exemplo, dos postulados bakhtinianos que privilegiamos neste estudo.

Ao privilegiarem essa tendência, nos campos da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística, a *referência* “foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele [o mundo]”²³⁰ (Mondada, 2001, p. 9, tradução nossa). Com essa noção de referência, analisa-se a existência da realidade em termos de verdadeiro e falso, pressupondo três noções-chave que atuam mutuamente: a *vericondicionalidade*, segundo a qual os referentes devem existir de verdade no mundo real, a *extensionalidade*, que considera os objetos do mundo real como extensões a que se referem e se ligam os elementos lexicais, e a *discretização*, segundo a qual os objetos do mundo estão claramente distinguidos e nomeados, ao mesmo tempo em que os elementos linguísticos estão disponíveis para tal nomeação.

A essa tendência vinculam-se as teorias vericondicionais e extensionalistas, as quais trabalham sobretudo com itens lexicais, expressões nominais e frases gramaticalmente bem construídas, mas desprovidas de discurso, de uma interação socioverbal e de um contexto sócio-histórico de uso da língua. Esse recorte analítico torna tanto a teoria quanto a análise restritivas ao reconhecermos o discurso no seu conjunto. Visto que a “relação um a um” entre palavras e coisas do mundo real não é perfeita (ou existe apenas hipoteticamente), isto é, a discretização do mundo e uma língua natural são bem mais complexas do que tal relação (ou a tendência *extensional*) pressupõe, é razoável que palavras e frases “sem discurso” revelem “problemas referenciais”. É no discurso que a língua existe e se constitui, inclusive no que tange à referência. Por exemplo, em “situações discursivas reais, os termos ou são ambíguos ou podem referir simultaneamente várias entidades, já que a língua é heterogênea por natureza e as palavras não operam em ‘estado de dicionário’ nem em ‘contexto zero’” (Marcuschi, 2000, p. 15). No enunciado, a ambiguidade – traço inerente das línguas naturais – desaparece via relações estabelecidas cotextualmente pelas palavras que o compõem e/ou via relações do enunciado com o contexto situacional, cognitivo e histórico-social. “Isto significa que as

²³⁰ “elle a été historiquement posée comme un problème de représentation du monde, de verbalisation du référent où la forme linguistique choisie est évaluée en termes de vérité et de correspondance avec lui” (Mondada, 2001, p. 9).

expressões ou frases não referem por si, mas de acordo com os objetivos daquele que produz o texto. Assim, tratar o processo referencial no texto exige mais do que uma simples semântica extensional” (Marcuschi, 2000, p. 15)²³¹.

Essas considerações apontam para a segunda tendência – a *sociocognitiva* –, que diz respeito a “uma noção de linguagem como atividade *sociocognitiva* em que a interação, a cultura, a experiência e aspectos situacionais interferem na determinação referencial” (Marcuschi, 2008, p. 139). Sem uma preocupação estrita com a verdade e com a existência dos objetos no mundo, a *referência* se aproxima muito de um “dizer sobre”, em que aos interlocutores – fortemente orientados por fatores contextuais e socioculturais, relativas especialmente à esfera social em que se inserem – é dada significativa liberdade em relação ao mundo da realidade e da experiência, criam-se mundos cognitivo-textuais.

Sob a tendência *sociocognitiva*, a referência se constitui como processo discursivo denominado *referenciação*, termo preferencialmente empregado no lugar de *referência*, por exemplo, por Mondada (1994, 2001, 2005) e por Mondada e Dubois (2003).

A propósito, entre a noção de *referência* (na perspectiva extensionalista) e a de *referenciação*, a segunda é a que se aproxima dos conceitos bakhtinianos tomados por nós no capítulo 2 e dos conceitos da ACD expostos no capítulo 3, como mostraremos ao longo deste capítulo e especialmente na análise do *corpus* a ser empreendida no capítulo 5. No que refere à *língua*, a *referenciação* “liga-se de modo especial às teorias sócio-interativas preocupadas de modo especial com o aspecto dinâmico, histórico, social e não transparente da língua” (Marcuschi, 2000, p. 11). Isso significa a ausência de correspondência prévia da língua com o mundo, o que dispensa os sujeitos de realizar qualquer identificação automática e estável entre palavras e coisas. A relação entre as palavras e as coisas não é privilegiada no conceito de *referenciação*, e sim “a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores”²³² (Mondada, 2001, p. 9, tradução nossa)²³³. Trata-se da relação intersubjetiva e social entre enunciador e enunciatário, mas também entre os atores sociais em ação em eventos sociais específicos. Atribui-se à *referência*, portanto, forte caráter

²³¹ Contudo, sem descartar a extensionalidade por inteiro, sobre o que argumentaremos no item 4.2.

²³² “la relation intersubjective et sociale au sein de laquelle des versions du monde sont publiquement élaborées, évaluées en termes d’adéquation aux finalités pratiques et aux actions en cours des énonciateurs” (Mondada, 2001, p. 9).

²³³ Trata-se de um argumento presente também em Mondada (1994, 1997) e Mondada e Dubois (2003), e assumido, entre outros estudos, por Marcuschi (1998, 2000, 2008), Marcuschi e Koch (2002), Koch (2002, 2004, 2005) e Koch e Marcuschi (1998).

de situacionalidade e funcionalidade, o que remete ao conceito de discurso como *prática social* (Fairclough, 2001, 2003) exposto no capítulo anterior.

Quanto à *cognição*²³⁴ – aspecto crucial dessa tendência – ela “deixa seu limbo representacionista e passa para o plano da experiência e da situacionalidade”, dando ao processo cognitivo “uma dimensão social que deve ser considerada” (Mondada, 1994, p. 89, tradução nossa). Nesse sentido, as palavras não operam como rótulos ou imagens espelhadas das coisas na mente. A mente não armazena um conjunto de representações (representações mentais) e as torna disponíveis para o uso nas interações socioverbais. Nesse aspecto, essa tendência distingue-se especialmente da concepção de língua situada no interior da mente, em que a língua é de natureza mentalista e os elementos histórico-sociais e interacionais do discurso são desconsiderados. Essa concepção de língua de ordem mentalista, porém, não é desenvolvida aqui.²³⁵

Apesar disso, a mente tem papel de grande relevância no processo linguístico-referencial sob a tendência *sociocognitiva*. Por exemplo, os interlocutores elaboram “conteúdos mentais” intersubjetivamente comunicáveis e integrantes do discurso, embora não sejam exatamente esses conteúdos os quais o discurso veicula. No discurso, “conteúdos mentais” de diferentes sujeitos – falante/autor, ouvinte/leitor e sujeitos terceiros e alheios a determinado enunciado, as *vozes* em termos bakhtinianos – encontram-se e modificam-se devido a coerções diversas, relativas, por exemplo, às esferas sociais e aos gêneros discursivos. Assim, o discurso veicula um conteúdo (inclusive o de ordem referencial) construído no próprio discurso, um “conteúdo específico” a determinado enunciado, ainda que o “mesmo” conteúdo pareça comum a vários enunciados. Desse modo, quando Mondada e Dubois (2003, p. 20) afirmam que “a referenciação não diz respeito a uma ‘relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado’ (Rastier, 1994, p. 19)”, as autoras colocam em evidência os interlocutores atuando em conjunto em práticas sociodiscursivas, sem perder de vista que o falante/autor (enunciador) está à frente nessas práticas. São práticas atribuíveis à intersubjetividade e à cooperação, e não “a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo” (Mondada e Dubois,

²³⁴ Diferente da vertente cognitiva incorporada ao nosso estudo, há, segundo Marcuschi (2000, p. 11), “várias perspectivas teóricas que vão, entre outras, desde uma que anula a linguagem (o conexionismo funcionalista) até uma que faz a linguagem situar-se no interior da mente (naturalismo hipotético) de natureza mentalista. [...] Um dos problemas centrais que surge quando se fala em *cognição* é o fato de que esta expressão não é unívoca em seu uso e apresenta hoje inúmeras interpretações em variados modelos teóricos.”

²³⁵ As representações mentais dos interlocutores são uma contribuição para a construção dos objetos de discurso (item 4.1), mas um objeto de discurso não é igual nem corresponde à representação mental nem do falante/autor nem do ouvinte/leitor.

2003, p. 20). São práticas imputáveis “a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (Mondada e Dubois, 2003, p. 20).²³⁶

Assim entendida, a *referência* passa a ser um problema relativo “às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve”, entendendo “que o discurso *constrói* os ‘objetos’ a que faz remissão (‘objetos-de-discurso’), ao mesmo tempo em que é [parcialmente] tributário dessa construção” (Koch, 2012, p. 130).²³⁷ É sobre esses objetos elaborados sob a cooperação dos interlocutores que trataremos no próximo item.

4.1. Objetos de discurso e cooperação sociodiscursiva

Argumentando em defesa da concepção construtivista da referência, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 2, tradução nossa) defendem que os *objetos cognitivos e discursivos* “não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – dessa atividade.”²³⁸

Tais *objetos* são *objetos de discurso*. De acordo com o conceito de referenciação, o *referente* é um *objeto de discurso*, o qual “não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas languageiras; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente”²³⁹ (Mondada, 2001, p. 9, tradução nossa). Ele não preexiste ao enunciado nem é concebido numa relação especular das expressões referenciais com os objetos do mundo real ou com sua possível representação mental. Mas, quando o enunciador introduz referentes/objetos no enunciado, de certo modo – ou, ao menos, em parte – ocorre ativação de alguma construção pré-textual, algo do mundo da realidade (sobre o que trataremos no item 4.2), que se encontra à disposição dos indivíduos para o momento de fala ou escrita, porque a referenciação não é um fenômeno ou processo que começa do zero.

²³⁶ O processo de referenciação aqui assumido no lugar da *referência* foi, ao menos em parte, antecipado por Blikstein (1990).

²³⁷ Na elaboração dos *objetos de discurso* e na produção do discurso em geral, os sujeitos – atores sociais permeados pelas estruturas sociais – seguem orientações sociais e extradiscursivas, introduzindo no discurso elementos de uma ou outra estrutura. Ao mesmo tempo, com tais *objetos* e discurso os sujeitos constroem parcialmente o mundo social. Trata-se de uma questão dialética que, grosso modo, corresponde à questão dialética assumida pela Análise Crítica do Discurso, como expusemos no capítulo 3.

²³⁸ “ne préexistent pas ‘naturellement’ à l’activité cognitive et interactive des sujets parlants, mais doivent être conçus comme les produits – fondamentalement culturels – de cette activité.” (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995, p. 2)

²³⁹ “ne renvoie pas à la verbalisation d’un objet autonome et externe aux pratiques langagières; il n’est pas un référent qui aurait été codé linguistiquement” (Mondada, 2001, p. 9).

Na verdade, os *objetos de discurso* se constituem na “imbricação das práticas cognitivas e sociais nas operações de referenciação” (Mondada, 1994, p. 17, tradução nossa), o que faz o processo discursivo e a referenciação caracterizarem-se por uma dimensão sociocultural relevante. Elaborados sob coerções discursivas diversas – entre elas, as relativas à esfera social, ao gênero de discurso em que se dá a comunicação, ao assunto de que se fala, à posição e ideologia dos sujeitos –, os *objetos de discurso* são entidades de existência discursiva limitada ao espaço de cada enunciado, produzidas na interação dos interlocutores ao longo do discurso.

Desse modo, mundo discursivo/textual e mundo mental/cognitivo em grande medida se integram na confluência da dimensão sociocultural – especialmente por causa da interação entre enunciador e enunciatário –, ainda que, na teoria ou na análise, ora enfatizemos elementos discursivos/textuais, ora elementos mentais/cognitivos. Esses elementos são, concomitantemente, contemplados pela perspectiva sociocognitiva e interacional da referenciação.

Os *objetos de discurso* são elaborados no âmbito do discurso mediante a interação e a colaboração de enunciador e enunciatário, e existentes no discurso/enunciado em que são elaborados. São esses objetos discursivos que os itens lexicais vão designar e não propriamente algo localizado fora da mente e do texto (Koch e Marcuschi, 1998, p. 175)²⁴⁰.

Sem terem uma estrutura fixa, os *objetos de discurso* são “entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que [...] emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva”²⁴¹ (Mondada, 2001, p. 9, tradução nossa).

Isto é, o referente, uma vez discursivamente introduzido pelo enunciador, pode ser abandonado, reativado, revisto, modificado, redirecionado, fragmentado, enriquecido, repensado e redefinido durante a construção (e interpretação) do texto/enunciado²⁴². Trata-se de um processo que se dá mediante, sobretudo, o uso de diferentes formas linguístico-

²⁴⁰ “As caracterizações supostamente prototípicas podem quando muito ter um ar de virtualidade, mas é *no discurso* [que] elas assumem traços de pertinência específica e situadora que levam à identificação. É nesse processo que dois indivíduos, ao interagirem linguisticamente, chegam a saber do que estão falando e como estão construindo seus referentes. Esses referentes co-construídos interativamente são objetos ativados no discurso.” (Marcuschi, 2000, p. 20)

²⁴¹ “entités constituées dans et par les formulations discursives des participants: c’est dans et par le discours que sont posés, délimités, développés et transformés des objets de discours qui [...] mais qui au contraire émergent et s’élaborent progressivement dans la dynamique discursive.” (Mondada, 2001, p. 9)

²⁴² Essa é uma questão de (re)ativação do referente por diferentes formas linguísticas, que trataremos no item 4.7. *Progressão referencial: a correferência, a remissão e a retomada.*

referenciais. Mas também, por exemplo, mediante a ativação de inferências diversas, sobre as quais trataremos no item 4.5. *Subespecificação como estratégia discursiva*.

Mondada e Dubois (2003, p. 30) observam que “a referenciação adequada pode ser vista como um processo de construção de um caminho ligando diferentes denominações aproximativas que não são excluídas pela última escolha”. Esse processo mostra que o referente não necessita ser ativado de uma só vez, por uma única expressão referencial, mas que pode ser construído paulatinamente. Mostra também que uma única expressão pode ser insuficiente para apresentar no discurso a carga semântico-referencial pretendida pelos interlocutores. Quando isso ocorre parece que sempre há uma *referenciação* articulada individualmente em cada expressão²⁴³. “O processo de referenciação se constrói discursivamente, de maneira progressiva até a identificação de algo” (Marcuschi, 2000, p. 20). Por vezes, uma expressão referencial, por exemplo, corrige a expressão anterior.

Assim sendo, cada *referente* é construído de modo bastante particular segundo sua inserção e desenvolvimento no discurso. A *referência* – que passa a dizer respeito às operações realizadas pelos sujeitos à medida que o discurso acontece, situacionalmente, portanto – ganha um caráter de discursividade que revela dinamicidade e instabilidade. Dinamicidade e instabilidade sintetizadas nos *objetos de discurso*. A referenciação é um processo discursivo caracterizado por instabilidade da língua (que implica uma noção de língua como realização dinâmica e não transparente, sendo as formas linguísticas trabalhadas em enunciados específicos) e do ponto de vista dos interlocutores sobre os objetos referidos, que se modificam ao longo do enunciado.

Trata-se de um processo, portanto, em que os sujeitos interlocutores (especialmente o enunciatário) têm papel preponderante de “administração” da construção referencial e discursiva, e a eles deve ser imputada tal construção. É uma “administração” que diz respeito à noção de *atores sociais*, nos termos da Análise Crítica do Discurso.²⁴⁴

Considerar que os *objetos/referentes* são entidades inseridas, negociadas na relação enunciatário-enunciatário, manipuladas e configuradas discursivamente não significa que a participação dos interlocutores seja “desvairada” ou que a referenciação seja uma panaceia ou que os referentes se originem da liberdade subjetiva dos indivíduos. Pelo contrário, o processo

²⁴³ Nesse caso, o referente pode ser ou não recategorizado quando da inserção de cada expressão referencial. Trataremos da recategorização no item 4.4.1.

²⁴⁴ “Para a autora [Mondada], como para nós, mais do que ‘a maneira como o texto faz referência a uma exterioridade’, interessa ‘a maneira como os locutores concebem a referência a uma exterioridade’ (Mondada, 1994: 17). Isso significa que é essencialmente na interação (interpessoal ou com o texto) que se constrói o sentido. Na verdade, a referência é produzida na perspectiva do foco estabelecido. E quando o foco não é estabelecido com clareza, pode haver um desvio da focalização, o que acarreta também uma atribuição referencial inadequada.” (Marcuschi, 2008, p. 140)

de referenciação é intersubjetivamente organizado, ordenado, coerente ao projeto de dizer do enunciador. Os *objetos* são introduzidos no enunciado e se adaptam à situação discursiva, levando em conta conhecimento de língua e de mundo, ponto de vista e valores axiológicos que os interlocutores possuem sobre tais objetos (coisas, eventos, indivíduos, sentimentos).

A negociação/cooperação de enunciador e enunciatário na construção dos *objetos de discurso*, sobretudo no texto falado, ocorrem, a nosso ver, explícita ou implicitamente, isto é, de modo mais evidente ou menos evidente. Exemplo de cooperação explícita é quando o enunciatário participa diretamente da construção textual no diálogo direto com o enunciador. Inserindo diferentes expressões referenciais, corrige, redireciona, complementa, reitera a construção referencial conduzida pelo enunciador.

A cooperação implícita parece ocorrer quando o enunciatário aceita que o enunciador conduza livremente o texto e construa os referentes que deseja. É determinante da cooperação implícita o compartilhamento dos conhecimentos de língua, de mundo e de contexto situacional. São conhecimentos relevantes e necessários para a atividade referencial e para o sucesso da comunicação. E ainda, parece-nos que inerente ao texto há um exercício de checagem a partir do qual o enunciador verifica implicitamente com o enunciatário a construção de referentes, mediante expressões faciais, corporais e de olhar, e por meio de breves sussurros ou expressões do tipo *hum, hunhum, ok, é!, certo*.

4.2. A referenciação e o mundo da realidade

Sem negar a existência de um mundo real, extramente e extradiscursivo, buscamos evidenciar que a concepção de *referenciação* não diz respeito a uma relação biunívoca desse mundo com a linguagem humana, o que implicaria considerar a língua como representação da realidade e, ao mesmo tempo, o uso linguístico como uma espécie de etiquetagem das coisas do mundo. Na verdade, a língua e seu uso estão isentos de qualquer compromisso ou fidelidade com o mundo da realidade. É verdade também que, ao privilegiar a tendência *sociocognitiva*, descartamos, em parte, os objetos do mundo real, pois, muitas vezes, discursivamente, os interlocutores produzem objetos sem tomar como fonte – ao menos de forma direta e explícita – esse mundo, evidenciando que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, como anteriormente destacamos com Koch (2012, p. 130). A essa postura cabe ressalvas.

O mundo discursivo/textual e o mundo mental/cognitivo (que em grande medida se integram, como procuramos mostrar anteriormente) não se opõem ao mundo real, empírico e

da experiência. Na verdade, eles se aproximam de algum modo. E é nessa aproximação que os interlocutores enunciam e o discurso se constitui. Língua (e uso linguístico) e mundo real dialogam a todo momento, a cada enunciado proferido ou pensado.

O processo referencial (coerente ao conceito de objeto de discurso) não implica ignorar o mundo extratextual e pré-existente, muito pelo contrário, pois elementos desse mundo são, em parte, a motivação para a interação verbal, para a produção textual; além disso, tais elementos constituem o contexto situacional que envolve os interlocutores e o uso das palavras, os enunciados e os gêneros do discurso.

O mundo da realidade e seus objetos e eventos (e sua distribuição e organização) são o ponto de partida para o discurso e a referenciação. Como destaca Marcuschi (2008, p. 142), não “quer dizer que se nega a existência do mundo extramental, pois este continua sendo a base para a designação.” A partir do momento em que o enunciador constrói o discurso, os objetos do mundo “passam a ser” objetos de discurso, sem contudo negar a existência dos primeiros. Pelo contrário, muitas vezes, o discurso confirma sua existência, no sentido de o enunciador procurar mantê-los como tais ou modificá-los. Isso ocorre, por exemplo, quando, discursivamente, o enunciador defende os direitos humanos em relação aos imigrantes haitianos pessimamente abrigados em Brasileia (Acre). Nesse caso, o discurso reafirma a existência e a condição desses imigrantes, mas com a vontade de modificar tal condição: é o *feed back* – parte de um projeto de dizer – a que se propõe o enunciador a dar ao mundo da realidade.

A relação palavra-mundo é estabelecida, de começo, no sentido de a produção textual ser parcialmente motivada pelas coisas (e especialmente seu estado) do mundo, para em seguida o discurso ganhar existência independente. Essa postura é fomentada, por exemplo, por Marcuschi (1999, p. 15), ao assegurar que, “por certo, os conceitos ou as entidades elaboradas no texto não são fantasias nem surgem do nada e é justamente por isso que podem ter uma relação com o mundo extramente, o mundo da experiência direta”. Suas palavras fomentam que os objetos de discurso não estão isentos de fatores relativos ao mundo real. Aliás, esses fatores dizem respeito ao conhecimento de mundo e à experiência dos indivíduos. São fatores extradiscursivos e sociais cruciais no processo de referenciação.

Há, portanto, em alguma medida, uma relação entre objetos de discurso e objetos do mundo real. O fato é que não se trata de qualquer relação estável ou única, ou de identidade ou reprodução dos objetos do mundo no enunciado. O que ocorre é uma relação referencial instável e múltipla, sobretudo devido ao papel que assumem os sujeitos nas relações sociais, à

visão e valores que eles têm do mundo, devido às alterações, por exemplo, físico-químicas que os objetos do mundo sofrem.

Esse processo é duplo – de instabilidade e estabilidade – e acontece conforme a concepção de mundo e o trabalho discursivo (o qual remete à concepção de prática discursiva de Fairclough, exposta no capítulo 3) dos interlocutores, mas não apenas.

A instabilidade referencial (nos termos da referenciação) em relação ao mundo pode ser entendida, em parte, como a instabilidade das coisas em relação ao discurso. Isto é, o mundo fornecedor de elementos e informações para o texto (especificamente para a referenciação) está constantemente em mudança, o que provoca reflexos no léxico, nas expressões linguístico-referenciais. Exemplo de que os objetos do mundo se modificam são as alterações de ordem dos fenômenos naturais, o sucateamento e desgaste de máquinas e produtos industrializados em geral, a invenção de “novos” produtos de uso pessoal ou industrial, o processo natural de envelhecimento do ser humano, a mudança das condições sociais das pessoas, a alteração dos seus sentimentos e pontos de vista em relação ao *outro*. Não apenas os objetos do mundo modificam-se ou surgem, mas também o modo/critério de discretizá-los e agrupá-los no mundo. Ou seja, o objeto modificado pode mudar de grupo ou classe/categoria, pode proporcionar a criação de novo grupo, o objeto recém-inventado pode concomitantemente implicar a criação de novo grupo/classe ou se submeter a um grupo já estabelecido socioculturalmente. Contribui ainda para o fenômeno da instabilidade o desaparecimento (“morte”, não mais produção ou modificação) de objetos/coisas/eventos antes referidos na sociedade, enquanto a denominação que o designava se mantém como elemento linguístico. Com o desaparecimento do objeto, por vezes, modifica-se ou desaparece também todo o grupo a que pertencia, mas não necessariamente.

Assim que determinados indivíduos (comunidade de fala) percebem a modificação ou surgimento de um objeto/coisa/evento do mundo, ocorre “simultaneamente” a denominação linguística “nova”, agrupando-o (embora a denominação possa também surgir antes do surgimento do objeto), dando sempre ao objeto uma versão pública, integrando-o ao conhecimento partilhado, mesmo que esse processo linguístico-semântico-pragmático seja marcado por controvérsias. Essa agilidade perceptiva dos indivíduos gera estabilidade (o processo de agrupamento/classificação também contribui para essa estabilidade) na relação entre palavras e coisas (não se trata aqui de etiquetagem das coisas), embora as “mesmas” coisas/objetos/eventos continuem sofrendo as “mesmas” alterações. Isto é, essas alterações integram também a situação de estabilidade criada. As indicações são de que apenas um estudo diacrônico possibilitaria identificar a instabilidade–estabilidade referencial gerada na

relação entre os interlocutores e o mundo da realidade e da experiência. São alterações dos objetos do mundo ao longo de anos, décadas, séculos.

É a partir dessas considerações que podemos afirmar que o mundo real, ao menos na perspectiva do discurso, não é caótico. Em situações socialmente caóticas, como as de guerra, as de grande desestabilidade ou crise político-econômica, as de forte repressão militar, as de catástrofe ambiental, as de grande deslocamento humano ou imigração intensa, os sujeitos, por meio de discursos diversos, dão estabilidade e organização ao mundo, acabando, assim, com o caos da realidade inicialmente “estabelecido”. Esse procedimento dos sujeitos, contudo, não garante o fim da situação caótica da realidade. O discurso é apenas um dos importantes meios de os sujeitos mudarem o mundo real ou de percebê-lo como organizado. É o discurso como prática social, como defendemos no capítulo 3.

Essas questões reiteram que, como contrapartida, o enunciado/discurso fornece, dialeticamente, um *feed back* ou “resposta” ao mundo da realidade. O texto é constituído, ao menos em parte, em função do mundo e das relações sociais, no sentido de os interlocutores repensarem, (re)organizarem e darem sentido à realidade. Isto é, as práticas discursivas têm como resultado último a construção de “mundos possíveis” e também de partes do mundo real (por exemplo, a organização de suas coisas). Com textos, com a carga semântico-referencial atribuída aos itens lexicais, com a construção de objetos de discurso, com a organização discursiva dos objetos, os indivíduos “discretizam” e (re)organizam o mundo da realidade, seja como trabalho individual ou coletivo. Com textos, os interlocutores (re)constroem “mundos possíveis”, linguística e cognitivamente dependentes, a partir, por exemplo, do conhecimento e experiência de mundo de que compartilham. É nesse sentido que o enunciador “constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso” (Mondada e Dubois, 2003, p. 20), dando, desse modo, via discurso, pelo menos parcialmente, estabilidade e organização ao mundo da realidade, extratextual e extracognitivo.²⁴⁵

É sobre as categorias que trataremos na sequência.

²⁴⁵ “Defendemos em Koch & Marcuschi que a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constroem-na no próprio processo de interação: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. Interpretamos e construímos nossos mundos na interação com o entorno físico, social e cultural.” (Koch, 2005, p. 33-34)

4.3. Categorização: as propriedades dos objetos de discurso

A perspectiva discursiva e sociocognitiva assumida ao expor sobre o processo de referenciação é também assumida para pensarmos o processo de categorização. Referenciação e categorização são dois processos discursivos – mas também cognitivos – que se cruzam e se integram a cada enunciado concreto. Mondada (1997) e Mondada e Dubois (2003), por exemplo, no processo de referenciação consideram como questão relevante a construção discursiva de categorias, as quais, tal como os referentes, são elaboradas no âmbito do enunciado. A categorização é um processo que se dá a partir de propriedades atribuídas ao referente, de modo que a atividade de categorizar um referente é entendida, de certa maneira, como a escolha de uma de suas propriedades que o sujeito/enunciador faz ao designá-lo. Isso significa que os objetos possuem virtualmente um conjunto de propriedades, todas potencialmente disponíveis aos interlocutores na hora do uso da língua.

De começo, podemos indagar o que é uma categoria. Categoria é um grupo de indivíduos, sentimentos, coisas, eventos, agrupados a partir de uma propriedade, atributo²⁴⁶, aspecto, condição ou atividade comum a todos os membros do grupo. Por exemplo, *os muitos haitianos atingidos pelo terremoto* (categoria A) e *os haitianos alojados em Brasília* (categoria B), sendo que: para o agrupamento de A orienta-se pela propriedade que diz respeito ao sismo ocorrido em janeiro de 2010 na capital haitiana, podendo referir-se aos haitianos mortos e aos sobreviventes, enquanto para B orienta-se pela propriedade que diz respeito à localização de determinados haitianos e à sua condição de “moradia”. Considerando a hipótese de os interlocutores privilegiarem essas propriedades, eles constroem categorias distintas, ainda que B possa estar incluída em A em determinado contexto, ou apresentar áreas de intersecção.

Talvez essa noção de categoria aponte para uma postura reducionista do processo de categorização, sugerindo relativo vínculo com a tendência *extensional* de referência. Mas antes que questionar esse aparente problema, optamos aqui por reconhecer que essa noção expressa o princípio de agrupamento e organização de objetos. É a partir de tal princípio que partimos para o conceito de categoria e de categorização a ser explorado nesta pesquisa, o qual consiste, em síntese, no agrupamento discursivo de objetos de discurso, de modo a terem

²⁴⁶ Entendemos ser o atributo diferente da propriedade. Enquanto a propriedade é de “domínio público”, o atributo – ainda que possua certo caráter de coletividade e de interação – é subjetivo e particular ao enunciador e a determinado discurso/enunciado. Isso acarreta diferenças também quanto à inferenciação. Uma hipótese é de que os atributos estejam sempre explicitados na superfície do texto.

destaque os aspectos e procedimentos discursivos, cognitivos, históricos, sociais, linguísticos, interacionais.

Um conceito pertinente é o defendido por Mondada (1997) e Mondada e Dubois (2003). Trata-se de uma postura de ordem cognitivo-discursiva que nega a rigidez das categorias. Tal rigidez implicaria inserir e manter no texto as categorias pré-estabelecidas (estereotípicas, externas e prévias ao texto em construção). Implicaria estabelecer no texto representação das categorias, conforme elas são concebidas no mundo. Ao contrário de tal rigidez, discursivamente, o agrupamento de objetos no texto não se vincula e não corresponde necessariamente ao agrupamento de objetos no mundo. Como destaca Mondada (1997), “a atividade categorial não se reduz à atribuição de *labels* [rótulos] estereotipados a indivíduos ou a objetos, mas diz respeito aos métodos utilizados pelos sujeitos para categorizar, descrever, justificar, compreender os fenômenos da vida cotidiana”²⁴⁷ (Mondada, 1997, p. 300, tradução nossa)²⁴⁸. Essa relativa liberdade e subjetividade dos sujeitos resultam num processo discursivo particular de visão sobre o mundo e seus objetos. Nesse sentido, as categorias estereotípicas, histórica e socialmente constituídas adaptam-se à construção textual, segundo o projeto de dizer do enunciador. Sobre tais categorias, ocorre, no âmbito do discurso, relativa identificação sociocultural das categorias pré-estabelecidas, sem, contudo, o enunciador poder reproduzi-las no discurso.

A rigidez das categorias implicaria, também, necessariamente manter como tal no texto a categoria uma vez nele introduzida. Mondada e Dubois (2003) defendem que, na construção textual, as categorias são instáveis, dinâmicas, mas que ganham estabilidade discursivamente, por meio da negociação dos interlocutores, submetidas ao contexto sócio-histórico e situacional permeador e norteador de todo o enunciado/discurso. As categorias – tal como os objetos, que são referidos e categorizados – surgem na intersubjetividade e na visão pública, social e coletiva sobre o mundo, configurando-se como tais no desenrolar do enunciado, no seio da interação socioverbal. Em suma, qualquer categoria, uma vez introduzida no texto, pode ser redefinida, reconstruída, reorganizada (processo que, de certo modo, configura-se mediante o uso de diferentes sintagmas nominais, sobre os quais trataremos no item 4.4. *A formação linguística dos sintagmas nominais*).

²⁴⁷ “l’activité catégorielle ne se réduit pas à l’attribution de labels stéréotypés à des individus ou à des objets, mais concerne les méthodes utilisées par les sujets pour caractériser, décrire, justifier, comprendre les phénomènes de la vie quotidienne.” (Mondada, 1997, p. 300)

²⁴⁸ Cabe aos sujeitos um trabalho sociocognitivo que se configura nas designações linguísticas inseridas na superfície do texto.

Nessa mesma direção, atenta Marcuschi (2000, p. 19): “já que as categorias são discursivamente construídas, elas se dão tipicamente como *objetos de discurso* e não como fenômenos do mundo ou referentes externos e pré-existentes.”

As categorias são linguística e textualmente organizadas, dependentes do contexto e dos interesses dos sujeitos (não exclusivamente dos interlocutores, mas também do sujeito objeto do texto e de quem os interlocutores tomam vozes). Mas não são apenas e simplesmente organizadas. Dialeticamente, elas também contribuem para a organização e construção do sentido do enunciado, contribuem para a produção e recepção textual, para a compreensão do mundo real que nos rodeia. As categorias “tornam o conhecimento inteligível; elas são também procedimentos genéricos de controle social; elas organizam e limitam a maneira pela qual se constrói um novo conhecimento”²⁴⁹ (Mondada, 1997, p. 298, tradução nossa). As palavras de Mondada sugerem que as categorias, e os procedimentos dos interlocutores ao construí-las, são fundamentais para pensarmos a referencialização e progressão referencial, tendo em conta que a progressão referencial “cuida” da organização e construção do conhecimento ao longo do enunciado/texto. Isso será parte da nossa preocupação especialmente na análise no capítulo 5.

Entendemos que elas “tornam o conhecimento inteligível” porque certa propriedade do referente é destacada, indicando, assim, a interpretação adequada acerca desse referente, e, por conseguinte, do conjunto de referentes que compõem o texto. São “procedimentos genéricos de controle social” porque se comportam como espécie de *feed back* ao mundo – e possibilitam um *feed back* dos interlocutores ao mundo –, contribuindo para a organização e valoração (ponto de vista dos sujeitos) dos objetos no mundo da realidade e da experiência. Elas “organizam e limitam a construção de novos conhecimentos” porque a identificação da propriedade eleita – que diz respeito ao(s) significado(s) que tem a expressão referencial dentre seus significados virtuais e possíveis – é indispensável para a elaboração contextualizada do conhecimento acerca dos objetos referidos, e, ao mesmo tempo, um novo conhecimento implica atentar para novos objetos ou para novas propriedades de objetos conhecidos.

Ainda a respeito desse *feed back*, o sujeito/enunciador também “constrói o mundo no curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso” (Mondada e Dubois, 2003, p. 20). Isto é,

²⁴⁹ “Ces catégories rendent intelligible l’événement en question; elles sont aussi des procédés génériques de contrôle social; elles organisent et contraignent la façon dont on construit une nouvelle connaissance.” (Mondada, 1997, p. 298)

os usuários da língua dão, via discurso, estabilidade e organização ao mundo da realidade, o mundo extratextual e extramente: estabilidade e organização que continuam passíveis de novas modificações via discurso²⁵⁰. É nesse sentido que as categorias são usadas pelos sujeitos no *controle social* (conceito que expusemos no capítulo 3).

No enunciado, a propriedade eleita ao referir determinado objeto pode encontrar-se implicitada²⁵¹ (o que parece, em geral, ocorrer) e, por conseguinte, ser relativamente difícil a identificação da(s) categoria(s) que cobre(m) tal objeto. A dificuldade, porém, por certo, permeia apenas a atividade do analista que se propõe a observar a categorização, dado que ele é, em geral, um sujeito externo e alheio à interação verbal focalizada. Para os interlocutores quase sempre a implicitude de propriedades não acarreta qualquer dificuldade, visto que a implicitude é da natureza do enunciado e da interação. Os interlocutores lidam naturalmente com dados relevantes implicitados e interagem sem a preocupação de identificar categorias ao longo do texto. Com certeza, para eles, no que tange à categorização, identificar pistas das propriedades eleitas é o suficiente e necessário, tendo em conta que elas contribuem para o limite semântico e temático do texto. Em síntese, a categorização é um processo discursivo – de construção temática, de conhecimento, de compreensão textual – percebido de modos distintos por interlocutores e pelo analista.

Essas considerações fomentam e esclarecem as seguintes palavras de Marcuschi (2000, p. 20): “No geral, quando usamos uma dada categoria (um termo qualquer) num discurso, há propriedades atribuíveis ao indivíduo, fato, situação, evento etc. referido, que não explicitamos e que nem por isso lhe podem ser negadas, sendo possível inferi-las a qualquer momento.”²⁵²

Devemos ter em conta que as propriedades do objeto – escolhidas ao referir e ao categorizá-los – podem ser da natureza física do próprio objeto, de natureza social devido ao tratamento dado ao objeto pela comunidade de fala, de natureza (inter)subjetiva e cognitiva (inclusive propriedades fantásticas, surreais e *sui generis*). As propriedades podem ser de natureza diversa, devido à faculdade que têm os interlocutores de “lapidarem”, a seu modo, os objetos na interação socioverbal. Podendo, assim, a propriedade que serve de orientação ser tida como “inédita”. Tal diversidade contribui para a afirmação de que as categorias não são dadas *a priori*, mas construídas no desenvolvimento do discurso, imersas na prática social dos

²⁵⁰ Um conceito que provavelmente contribua para o entendimento da relação *palavra-mundo*, do *feed-back* do texto ao mundo, é o conceito de *refração* desenvolvido pelo Círculo de Bakhtin.

²⁵¹ A implicitude de propriedades dos objetos de discurso é assunto do item 4.5. *Subespecificação referencial como estratégia discursiva*.

²⁵² Trataremos da inferência no item 4.5.

sujeitos (vistos individual ou coletivamente), dependentes do “olhar” dos sujeitos sobre a realidade física e social, dependentes de uma prática pessoal e social em que determinada(s) propriedade(s) do objeto é/são reconhecida(s) e eleita(s) como parte do processo de referenciação.

4.3.1. A construção de categorias

O processo de categorização ou construção de categorias é heterogêneo e pode, na perspectiva do analista, ser observado de forma diferenciada. A nosso ver, ele ocorre essencialmente de quatro “maneiras” na progressão referencial, a saber:

- a) Escolha de uma ou mais propriedade do objeto de discurso quando da sua introdução no texto. Isto é, a presença desse objeto no discurso implica que, pelo menos, uma de suas propriedades está sendo eleita.
- b) Escolha de pelo menos uma nova propriedade do objeto já introduzido. Há reativação/retomada do objeto e a(s) propriedade(s) eleita(s) difere(m) da(s) eleita(s) em sua introdução ou na designação anterior. Nesse caso, o objeto é designado sob nova categoria.
- c) Inclusão de novo objeto em uma categoria já estabelecida no texto. Ou seja, a(s) propriedade(s) eleita(s) desse novo objeto corresponde(m) à(s) propriedade(s) eleita(s) na inserção da categoria.
- d) Agrupamento de dois ou mais objetos a partir de uma propriedade que possuam em comum.

Essas “maneiras” podem ser exemplificadas com os sintagmas nominais²⁵³ (SNs) componentes da possível e hipotética SEQUÊNCIA A²⁵⁴: *passaporte*[1] – *passaporte haitiano*[2] – *CPF*[3] – *carteira de trabalho*[4], em que:

- SN[1]: ocorre “maneira” (a). Há introdução de referente e escolha de uma de suas propriedades: aquela concernente à documentação pessoal;
- SN[2]: ocorre “maneira” (b). Refere ao mesmo objeto referido por [1]. Sem descartar a propriedade ativada em [1], ativa-se nova propriedade, a que diz respeito à origem do passaporte e do sujeito que o possui;

²⁵³ Trataremos da composição dos sintagmas nominais no português no item 4.4.

²⁵⁴ Inserimos neste capítulo várias sequências hipotéticas – isto é, não retiradas de textos autênticos – a fim de exemplificar aspectos teóricos em discussão. Esse tipo de exemplificação, porém, pode resultar em considerações não compatíveis com o que ocorre no uso real e concreto de uma língua.

- SN[3]: ocorrem “maneira” (a) e (c). Há introdução de referente com inclusão de [3] na categoria de [1], a partir da propriedade que possuem em comum;
- SN[4]: ocorrem “maneira” (a) e (c). Há introdução de referente com inclusão de [4] na categoria de [1] e [3];
- tomando a sequência completa, nota-se que ocorre a “maneira” (d): diferentes objetos são agrupados a partir de uma propriedade em comum.

As quatro “maneiras” de categorização postuladas aqui dizem respeito a procedimento, a recurso de seleção e organização de objetos no texto e, por conseguinte, também de organização temática e tópica²⁵⁵.

Apoiando em Sacks (1972a, 1972b), Mondada (1997) chama a atenção para uma forma de ver as categorias pelo comportamento discursivo dos interlocutores. A autora sugere que observemos “como” os interlocutores recorrem a determinada categoria e não a outras – também “boas” – ao tratarem os objetos no texto. Para observar o comportamento discursivo dos sujeitos, Mondada (1997, p. 298, tradução nossa) tem em conta que “as categorias se estruturam num dispositivo [...] que compreende coleções de categorias de pertencimento e regras de aplicação dessas categorias”²⁵⁶. Essas regras, porém, não consideraremos neste estudo.

Sobre a coleção de categorias, entendemos que a constituição de uma coleção ocorre devido à possibilidade que qualquer objeto tem de ser categorizado por diferentes categorias. Por exemplo, o SN *imigrante poliglota do Haiti* ativa três propriedades (concernentes à condição de o sujeito estar fora do seu País, à sua competência linguística e à sua origem/nacionalidade), as quais correspondem a três categorias. Cria-se, consequentemente, entre essas categorias um vínculo que lhes dá *status* de coleção, a qual é flexível e dinâmica, porque é constituída discursivamente. Tal flexibilidade e dinamicidade se explicam por várias situações, entre elas, quando determinado objeto perde uma de suas propriedades (atributos, atividades, aspectos, condições), a coleção tende também a perder a categoria correspondente a tal propriedade; ou, quando determinado objeto ganha nova propriedade, a coleção também ganha nova categoria, a que é correspondente a tal propriedade. Ou seja, as categorias que compõem uma coleção em torno de certo objeto encontram nesse objeto uma propriedade correspondente. As propriedades comuns ao objeto referido proporcionam certo imbricamento

²⁵⁵ Organização temática e organização tópica não são conceitos explorados neste estudo, apesar de sua importância para o processo de referenciação.

²⁵⁶ “Les catégories se structurent dans un dispositif [...] qui comprend des collections de catégories d’appartenance et des règles d’application de ces catégories.” (Mondada, 1997, p. 298)

entre as categorias, de modo que mesmo que uma coleção “abarque” grande número de categorias, essa coleção será sempre discursivamente constituída e (re)organizada.

As coleções defendidas por Mondada (1997) parecem ser uma solução para a heterogeneidade semântica inerente ao léxico e aos enunciados em geral. Sobre essa heterogeneidade, observa Ilari (2001b, p. 92):

Nos textos de que nos valem no dia-a-dia, não só é comum que se faça um uso polissêmico das palavras (por exemplo, um livro pode ser qualificado sucessivamente como encadernado – o que remete ao objeto físico ou a um tipo de edição, ou como difícil – o que remete mais provavelmente a seu conteúdo, ou como difícil de achar – o que pode ser ambíguo) mas ainda é normal que aspectos distintos de uma mesma realidade sejam tratados ora como iguais ora como distintos.

Embora o objeto de discurso esteja envolvido por uma coleção de categorias, o enunciador realiza escolhas. São escolhas feitas entre as várias possibilidades ao referir, assim como ao procedimento de enunciador e enunciatário ao “manipularem” objetos na interação socioverbal.

Retomando a sequência A, em que diferentes objetos acham-se sob a mesma categoria (“documentos pessoais”), consideramos a hipótese de cada objeto ser categorizado a partir de apenas uma mesma propriedade (o que não é de todo verdade, uma vez que em SN2 apontamos duas propriedades). Ao mesmo tempo, é possível outra categoria (“documentos pertencentes a imigrantes que trabalham no Brasil legalmente”), considerando que SN2 ative propriedade concernente à origem do passaporte e do sujeito que o possui, ou seja, discursivamente, essa propriedade teria maior relevância do que as demais. Isso mostra que a categorização é um processo gradual, indo de uma categoria mais específica à mais genérica.

No âmbito do discurso, embora a designação ocorra, minimamente, a partir de uma propriedade do referente – e isso basta à referenciação e ao discurso –, os interlocutores podem projetar mais de uma categoria a cada designação. Por exemplo, podem caracterizar determinada pessoa como “imigrante e simpática”; ou, um haitiano como “negro, pobre e merecedor de baixo salário”. Embora a “dupla ou múltipla categorização” seja possível, ela não nega as “maneiras” expostas anteriormente. De certo modo, a “dupla ou múltipla categorização” foi apontada pela “maneira” (a) no início deste item. Esse tipo de categorização ocorre, por exemplo, com os SNs [1] e [2] a seguir.

SEQUÊNCIA B: *um haitiano que perdeu tudo com o terremoto*[1] – *imigrante poliglota do Haiti*[2] – *outro imigrante haitiano*[3], em que:

- SN[1] refere-se a um haitiano, elegendo propriedades concernentes a sua origem/nacionalidade e à condição acarretada pelo terremoto de janeiro de 2010. Em [1], aplica-se “maneira” (a);
- SN[2] refere-se ao mesmo sujeito referido em [1], elegendo propriedades concernentes à sua condição de estar fora do País, à sua competência linguística e à sua origem/nacionalidade²⁵⁷;
- SN[3] refere-se a um imigrante diferente do referido por [1] e [2], elegendo duas propriedades: uma relativa à sua condição de estar fora do País, outra à sua origem/nacionalidade, as mesmas eleitas em [2].

Quanto à “maneira” (d), ela ocorre na sequência acima se considerarmos a propriedade concernente à origem/nacionalidade. Ou, então, ela ocorre com os SNs [2] e [3] se considerarmos a propriedade concernente à condição de estar fora do País. Vejamos que tais propriedades são ativadas nesses SNs e assim categorizados, hipoteticamente. Num enunciado concreto e real, esses SNs devem ser interpretados conforme a ênfase que os interlocutores dão a cada propriedade, isto é, conforme o projeto de dizer estabelecido e as pistas dadas pelo enunciador. Cada SN e suas propriedades (e categorias) devem ser identificados no enunciado e no discurso como um todo.

Pode parecer que o referente tende a ser categorizado a cada designação a partir apenas de uma única propriedade, preferencialmente aquela de maior interesse ao projeto de dizer dos interlocutores. Todavia, tomando a composição formal das expressões referenciais – a exemplo do que fizemos acerca da sequência B – como ponto de partida para análise, não se pode ignorar a relevância das várias propriedades do referente explicitamente ativadas no texto, assim como as que se acham implícitas. Desse modo, no presente estudo, procuramos considerar a “dupla ou múltipla categorização” do referente. Esse procedimento metodológico fundamenta-se, portanto, em razões teóricas e empíricas.

Mas, ainda assim, poderíamos postular que, na produção textual, ocorre uma espécie de disputa por uma ou outra propriedade e a progressão referencial acontece no sentido de privilegiar uma categoria em detrimento de outras possíveis do objeto. Não a rigor, porém.²⁵⁸

²⁵⁷ O SN *imigrante poliglota do Haiti* ativa simultaneamente três propriedades, as quais podem ajudar a compreender a heterogeneidade semântico-referencial do léxico, do enunciado e do discurso.

²⁵⁸ O ato de privilegiar uma categoria se dá sob a possibilidade de reativar o referente (designá-lo novamente) a partir da(s) mesma(s) ou de outra(s) propriedade(s). Com isso, ativa-se mais de uma categoria a cada designação. Mas cada designação pode também projetar apenas uma categoria.

No caso do texto jornalístico, a nosso ver, por vezes, o autor/enunciador elege uma das propriedades entre aquelas possíveis, exclusivamente a propriedade que lhe faculta referir o objeto de maneira conveniente e pertinente (o que resulta em categorização), como, por exemplo, o uso da expressão *os haitianos*. Por vezes, elege simultaneamente várias das propriedades possíveis, como o uso da expressão *imigrante poliglota do Haiti*. Entendemos que o autor/enunciador tem consciência da escolha que faz quanto à(s) propriedade(s). Ele não se dá conta, muito provavelmente, é da categorização que realiza, como já comentado anteriormente.²⁵⁹ Independentemente de o autor/enunciador se dar conta da categorização que realiza, o mais importante para nós – sobretudo quando nos posicionamos como analista crítico do discurso – é identificar (e saber investigar) as consequências da categorização e da escolha linguística realizada.

Além de poder eleger uma propriedade específica ou várias propriedades, pode ocorrer de apenas deixá-las suspensas e “disponíveis” para futura ativação, para eventual “escolha”. Isso parece se dar, por exemplo, nos títulos de notícias, como em *Haitianos no Acre sofrem com superlotação em alojamento*²⁶⁰, em que a expressão referencial *superlotação em alojamento* agrega ao referente *Haitianos no Acre* várias propriedades e “todas elas são implicitamente referidas com a asserção da entidade. Esse tipo de referenciação é um processo de *ativação de propriedades semânticas* que permanecem em *estado de alerta* para uso eventual”²⁶¹ (Marcuschi, 2000, p. 18). Ao longo da notícia cujo título mencionamos acima ocorrem as expressões *um grupo de 724 haitianos*[1], *uma pousada que comporta 80 pessoas*[2], *outros 700*[3], *as condições da pousada*[4], *a estrutura montada para recebê-los*[5] e *o impacto social na região*[6], as quais remetem por associação (direta ou indireta) à expressão do título *superlotação em alojamento* e ativam propriedades diversas nela implicitadas.

Em perspectiva teórica, a questão se volta para o fato de que um objeto/evento pode ser categorizado de diferentes modos, a partir de qualquer uma de suas propriedades, conforme o projeto de dizer do enunciador, a intenção e o ponto de vista dos interlocutores, a afinidade entre eles, o contexto situacional, a “resolução” e consenso que buscam na interação socioverbal. Em síntese, esse processo acontece discursivamente por critérios de organização do enunciado e por critérios determinantes dos gêneros discursivos, mas também pelas

²⁵⁹ Por outro lado, existe a hipótese de que o jornalista não saiba como está agrupando as pessoas, ações, coisas.

²⁶⁰ Excerto da notícia A1 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S.Paulo*, 21/12/2011, p. A18.

²⁶¹ “É por esse caminho que realizamos *associações* dos mais diversos tipos (as anáforas associativas, por exemplo). Também realizamos inferências de cadeias causais ou de relações não necessariamente lógicas entre elementos.” (Marcuschi, 2000, p. 18)

escolhas linguísticas feitas no momento da fala ou escrita. Para nós, são importantes as formas linguístico-referenciais, sobre as quais trataremos na sequência.

4.4. A formação linguística dos sintagmas nominais

As escolhas linguísticas de referenciação e categorização dizem respeito à ACD, área de estudo da linguagem que concebe o sujeito-enunciador como ator social ciente de suas escolhas discursivas, em prol da concretização do seu projeto de dizer. Mas não só as escolhas linguísticas (isto é, os SNs em si), pois as formas de remissão²⁶² ocorridas na superfície textual também dizem respeito às escolhas do sujeito-enunciador e a seu projeto de dizer. Nesse sentido, sujeito-enunciador são sujeitos sociais que atuam estrategicamente e o discurso é uma prática social permeada por estratégias diversas, entre elas as estratégias linguístico-referenciais. Assim, a desenvoltura dos interlocutores e o processamento do discurso não são gratuitos, e sim sempre estratégicos.

Neste item trataremos especificamente da composição linguística das expressões referenciais. O objetivo aqui é expor e refletir sobre as formas linguísticas da língua portuguesa disponíveis ao enunciador para a atividade de referenciação e categorização dos objetos designados a cada enunciado, independentemente da recorrência de cada forma no texto jornalístico, objeto de nossa análise no capítulo 5.

A composição linguística (nominal ou pronominal, sobretudo) aqui apresentada vale tanto para a introdução do objeto no enunciado quanto para sua reativação. Usamos indistintamente, ora *expressões referenciais*, ora *sintagmas nominais* (SNs), entendendo como equivalentes as duas nomenclaturas. Particularmente em português, os SNs – quer como introdutor de referente, quer como reativador desse referente – podem apresentar-se com as seguintes formações:

- a) Nome (nome-núcleo).
- b) Determinante + Nome.
- c) Nome + Modificador(es).
- d) Modificador(es) + Nome.
- e) Determinante + Nome + Modificador(es).
- f) Determinante + Modificador(es) + Nome.
- g) Determinante + Modificador(es) + Nome + Modificador(es).

²⁶² Trataremos da remissão no item 4.7.

O *nome* é substantivo ou outra forma linguística (por exemplo, o adjetivo, o verbo e o advérbio) com valor substantivo.

O *determinante* é artigo definido ou indefinido, numeral, pronome adjetivo, possessivo ou demonstrativo, numeral cardinal ou ordinal. As formas do *determinante* denominam-se *formas remissivas gramaticais presas*. Essas formas “são as que se prendem sintaticamente ao nome, por esse motivo exercem função de determinantes dentro de um grupo nominal. Nesse caso, a função referencial não é desempenhada por essas expressões, mas pelo sintagma nominal inteiro que as contém.” (Koch, 1993)

Em Linguística Textual, o caso em que o nome-núcleo acompanhado por pronome demonstrativo (sobretudo *esse, este, essa, esta*) faz remissão a algo dentro do texto é frequentemente considerado como *dêixis discursiva/textual* – por exemplo, por Apothéloz (2003) e Cavalcante (2001) –, devido ao fato de o pronome + nome apontarem para algum “objeto” dentro do texto. Consideramos esse tipo de SN como uma expressão referencial integrante do processo de referenciação, embora não usemos a nomenclatura *dêixis discursiva/textual*. Ao longo deste estudo, não tratamos SN construído com pronome demonstrativo como estratégia anafórico-referencial específica, pois entendemos que esse pronome pode ser usado em várias outras estratégias (a serem expostas no item 4.8. *Estratégias linguísticas de referenciação*) com diferentes funções ou papéis.

O *modificador* é adjetivo, advérbio, elemento preposicionado ou oração adjetiva/relativa. Essa composição faculta que a expressão referencial seja de caráter nominal, advérbio-nominal, verbo-nominal, numeral.

Aqui não consideramos o pronome como espécie de SN, em parte devido a sua particularidade de não autonomia semântica. SN envolve forma nominal nova ou forma nominal repetida, isto é, forma que introduza e retome um objeto. Desse modo, a categoria SN difere, por exemplo, da representação que tem o SN em diagramas arbóreos, em que uma forma pronominal pode ser classificada como SN. Mas o pronome tem seu papel relevante na referenciação. Um deles é seu uso anafórico de modo intercambiável com a forma nominal, em que o pronome correferente a um SN. Outro uso é a forma pronominal sem antecedente explícito. Trataremos desses usos do pronome no item 4.8.

Quanto ao termo preposicionado e à oração adjetiva relativa como modificador, eles podem conter um item lexical que aponte para referente distinto do designado pelo nome-núcleo. Nesse caso, o objeto referido é o do nome-núcleo, caracterizado pelo modificador. Isto é, não cabe classificar dois objetos de forma autônoma. Caberá ao analista, portanto, observar qual tipo de relação há entre núcleo e modificador. Por sinal, a oração adjetiva

relativa, por exemplo, quase sempre exerce influência significativa na carga semântico-referencial do núcleo por ela adjetivado. Influência que diz respeito às propriedades, à categorização e à avaliação do objeto. Além disso, a oração adjetiva relativa pode conter informações mais “fortes” do que as do nome-núcleo.

Determinantes e modificadores podem, por vezes, ter um papel secundário no processo semântico-referencial. Mas, muitas vezes, suas informações semântico-referenciais são mais relevantes do que a carga semântico-referencial do nome-núcleo exclusivamente. Isso ocorre, por exemplo, nos SNs destacados neste excerto de notícia:

Situação humanitária dos refugiados haitianos continua sem solução

[...] depois do **fechamento** do galpão que abrigava os refugiados na pequena cidade acreana de Brasileia, eles estão sendo enviados diretamente para a capital Rio Branco e logo em seguida rumo a outros estados, especialmente São Paulo.

[...] A cheia dos rios da região deixou o Acre isolado nos últimos meses, impossibilitando o deslocamento dos imigrantes para outras regiões e aprofundando a já degradante **situação** do galpão que lhes servia de abrigo. (Situação [...], 2014)

Também, o referente pode ser introduzido ou reativado por expressões do tipo *uns haitianos bons de serviço* ou *aqueles imigrantes folgados*. Tanto num caso quanto no outro a avaliação é expressa sobretudo pelos modificadores (*bons de serviço* e *folgados*) dos nomes-núcleos (*haitianos* e *imigrantes*). A despeito disso, o nome-núcleo também pode revelar a avaliação do enunciador sobre o objeto referido, por exemplo, em *esses trabalhadores do Haiti* e *esses folgados do Haiti*, em princípio, *trabalhadores* condiz com avaliação positiva, enquanto *folgados* com avaliação negativa.

Essa breve reflexão aponta que a avaliação e o ponto de vista do enunciador podem ser expressos por SNs que estabeleçam relação de *interseção* ou *disjunção semântico-referencial*, o que diz respeito à significação do léxico e às propriedades dos objetos. Portanto, pensar a composição linguística dos SNs é relevante no que tange tanto ao processo de referenciação quanto ao processo de (re)categorização. O *nome-núcleo*, o *determinante* e/ou o *modificador* empregados podem ativar determinado(s) aspecto(s) do referente submetendo-o a uma ou a outra categoria. Ao mesmo tempo, a escolha do *determinante* e do *modificador* pode ser o recurso com que o enunciador refocaliza o referente em questão e imprime seu ponto de vista, sua (re)avaliação sobre os objetos referidos. Por vezes, o conteúdo do(s) modificador(es) corresponde(m) a atributos do referente “espalhados” no cotexto. É verdade também que ponto de vista e (re)avaliação podem achar-se em informações difusas do cotexto, o que, em princípio, foge de uma análise sobre os SNs somente.

O vínculo entre (re)categorização e ponto de vista é objeto do próximo item.

4.4.1. Recategorização e ponto de vista

A possibilidade de referir um objeto elegendo qualquer uma de suas propriedades condiz, em parte, com a avaliação ou ponto de vista que o enunciador possui e emite sobre esse objeto. É uma avaliação/ponto de vista que pode ser individual ou negociada intersubjetivamente, ou ainda que corresponda, no todo ou em parte, à de determinado grupo social ou instituição com que porventura os interlocutores tenham algum vínculo. Em outras palavras, ao referir (ativar e reativar determinado referente), o enunciador pode estar inserindo no enunciado (e na progressão referencial) um ponto de vista particular, único, subjetivo, contextualmente situado. Por vezes, evidenciam-se pontos de vista e valores (inter)subjetivos, situacionalmente emergidos; por vezes, públicos, veiculados por diferentes jornais impressos e televisivos, por exemplo.

Uma vez que o processo de referenciação implica (re)categorizar objetos elegendo uma ou mais de suas propriedades e entendendo que eleger determinada propriedade do referente é posicionar-se em relação a ele, parece verdade que o ponto de vista/avaliação do enunciador sobre o objeto referido também condicione e integre o processo discursivo de referenciação e categorização. Isto é, qualquer avaliação/ponto de vista pode integrar a construção de objetos de discurso, sempre em conformidade com a postura assumida pelo enunciador em relação ao objeto em foco (Francisco, 2007).

É verdade que muitas vezes a (re)avaliação e ponto de vista sobre o objeto é uma atividade conjunta entre enunciador e enunciatário. Em face do *outro*, o enunciador expressa uma avaliação intersubjetiva. Intersubjetividade que na fala tende a ocorrer de forma explícita, enquanto na escrita tende a ocorrer de forma implícita. Na escrita, diferente da fala, há entre enunciador e leitor/enunciatário distanciamento de tempo e de espaço, fazendo com que o enunciador trabalhe com hipóteses sobre seu leitor/enunciatário em potencial.

Na interação socioverbal, a visão que os interlocutores (o enunciador, sobretudo) têm sobre determinado referente é um aspecto fundamental e determinante no processo referencial, tanto em relação às propriedades do referente ativadas na (re)categorização quanto em relação às escolhas linguísticas. Isso diz respeito a *atores sociais*, sujeitos com autonomia que expressam subjetividade sobre os *objetos de discurso*.

Tanto a referenciação e a categorização quanto a avaliação e o ponto de vista ocorrem mediante escolhas linguísticas dos sujeitos (enunciador) por causa e em prol de um projeto de

dizer, de um querer-dizer. O ponto de vista veiculado pelas expressões referenciais – ou SNs – diz respeito às escolhas do enunciador.²⁶³

Entendemos que um ou outro ponto de vista pode ser sobremaneira projetado pelas formas linguísticas empregadas – sobretudo as nominais – para referir os objetos. Fazer postulações dessa ordem significa ter como foco de atenção os elementos formais empregados na construção de objeto de discurso, as expressões referenciais de um modo geral. Ou seja, esse ponto de vista/avaliação, ao menos no presente estudo, é observado especialmente a partir da composição linguística das expressões nominais empregadas para a designação de dado referente, as quais denominamos aqui *sintagmas nominais* (SNs) e serão tratadas especificamente no item 4.8.

Essa questão do ponto de vista e atribuição de valores ao objeto de discurso está diretamente ligada à *recategorização* dos objetos e à *heterogeneidade semântica* inerente aos enunciados em geral. A propósito, “a noção de *recategorização* pode ser tomada como uma categoria fundamental para explicar os processos de *heterogeneidade semântica* no processamento textual” (Koch e Marcuschi, 1998, p. 174). Ou seja, a multiplicidade de significados que em geral constitui os textos, em parte, é oriunda das diferentes propriedades dos objetos ativados e das categorias integrantes da progressão referencial. De outra perspectiva, tal heterogeneidade está amalgamada na (re)categorização.

A *recategorização* ocorre quando o objeto, ao ser reativado, é designado elegendo propriedade(s) diferente(s) da(s) eleita(s) na designação anterior. A “manipulação” dos interlocutores sobre os objetos de discurso pode ocorrer ao longo do texto reativando-os sob o mesmo ponto de vista ou reavaliando-os. O caso em que o objeto é reavaliado, submetido a novo ponto de vista, significa que ele é designado a partir de nova propriedade, ocorrendo, assim, *recategorização*.

A oscilação ou mudança que sofre o referente devido à visão particularizada dos interlocutores resulta em submeter o referente a uma nova categoria. No processo de produção do enunciado ocorre uma espécie de concorrência ou disputa por uma ou outra categoria e a progressão referencial acontece no sentido de privilegiar uma categoria em detrimento de outras possíveis do objeto. Em outros termos, “a variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos” (Mondada e Dubois, 2003, p. 25). Exemplo disso pode ser observado nesta possível cadeia referencial, SEQUÊNCIA C: *a*

²⁶³ Parece produtivo pensar em *sujeitos-interlocutores*, como enunciador e enunciatário, visto que o enunciador pressupõe e orienta-se em parte pela visão e valores de seu(s) enunciatário(s) em potencial.

festa na praça da igreja[1] – *uma festa bastante animada*[2] – *uma verdadeira palhaçada de algumas pessoas*[3], em que [1] é categorizado pela propriedade concernente ao local da festa; [2], ao ânimo dos participantes da festa; e [3], ao comportamento de determinados participantes da festa.

Mondada e Dubois (2003, p. 25) atentam que “a ‘mesma’ cena [composta por indivíduos, coisas e fatos] pode [...] ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos.” Isso significa que as diferentes coisas, ações e indivíduos componentes de determinada cena podem ser diferentemente referidos no tempo discursivo e narrativo. Ou seja, no decorrer do discurso, coisas, ações, sentimentos e indivíduos, tornados objetos de discurso, podem ser reativados focalizando suas diferentes propriedades. E focalizar diferentemente o objeto a cada designação é recategorizá-lo. Para focalizar uma ou outra de suas propriedades – o que pode tratar-se de novo ponto de vista e reavaliação –, o enunciador tem como recurso linguístico as diferentes formas de composição das expressões referenciais, compostas por elementos complementares (adjetivo, elemento preposicionado, oração relativa) ao nome-núcleo do sintagma nominal²⁶⁴ que serve de designação.

Exemplo desse processo ocorre na possível SEQUÊNCIA D: *a principal saída para muitos haitianos*[1] – *sua alternativa de vida*[2] – *uma viagem que é prova de sobrevivência*[3] – *uma viagem cheia de surpresas e de propinas*[4], em que os quatro SNs referem-se a um só objeto: à viagem do Haiti ao Brasil realizada por muitos haitianos. Quanto à (re)categorização, temos:

- SN[1] ativa propriedade concernente a ser o Brasil o local onde haitianos poderão sobreviver e obter trabalho e renda. Aplica-se a “maneira” (a).
- SN[2] ativa a mesma propriedade de [1], sendo o determinante *sua* crucial na ativação dessa propriedade. Não há recategorização. Aplica-se a “maneira” (a).
- SN[3] ativa propriedade (valorativa) concernente ao envolvimento dos imigrantes. Há recategorização. Aplicam-se a “maneira” (a) e a (b).
- SN[4] ativa propriedade concernente a incidentes ocorridos ao longo da viagem até o Brasil. Há recategorização. Aplicam-se a “maneira” (a) e a (b). Os SNs [3] e [4] possuem o mesmo nome-núcleo, cabendo aos modificadores a distinção entre ambos os SNs.

Se compararmos as sequências C e D, percebemos na breve análise realizada que a (re)categorização é um processo gradual. Os objetos podem ser referidos com baixo grau de

²⁶⁴ A formação linguística dos sintagmas nominais será exposta detalhadamente no item 4.8.

categorização (como na sequência C) a um maior grau de categorização (como na sequência D).

A reflexão desenvolvida até aqui focaliza especialmente a construção de um único objeto: à medida que é retomado correferencialmente, ele pode ser também recategorizado, ser designado ativando propriedade distinta da anterior, tematizado diferentemente, redefinido, delineado no desenrolar do discurso.

Mas a recategorização não se dá apenas na progressão referencial acerca de um referente único, ela ocorre também na progressão que envolve mais de um referente. A *recategorização* pode ocorrer ao introduzir novo referente sob um ponto de vista “estranho” à progressão referencial já desenvolvida e que, portanto, diferencia-se do ponto de vista anterior. Constituindo uma cadeia referencial-coesiva, novos SNs introduzem novos objetos elegendo propriedade diferente da eleita pela expressão anterior (ou seja, objetos distintos são referidos ativando propriedades também distintas). Essa dinâmica implica maior ou menor contato com os eventos e objetos sociais na experiência de mundo, implica conhecimento de mundo, avaliação e posição frente a esses eventos/objetos, opção por determinados elementos lexicais e recursos linguísticos. Nesse caso, embora ocorra reativação do referente-antecedente, há introdução de um referente novo. Exemplo desse tipo de recategorização se dá quando a relação entre os dois referentes (ou mais de dois) é do tipo parte-todo, classe-membro, associação, hiperonímia, hiponímia, metonímia, meronímia²⁶⁵. Em outros termos, relações dessa ordem também se constituem como progressão referencial e pode haver nelas a recategorização.

Por exemplo, a SEQUÊNCIA E: *o terremoto de janeiro de 2010*[1] – *os sobreviventes ao terremoto*[2] – *uma criança órfã*[3], em que:

- SN[1] refere o evento sísmico que atingiu a capital do Haiti em 2010, elegendo propriedade concernente ao local e data de ocorrência. Aplica-se a “maneira” (a);
- SN[2], aos sobreviventes do evento referido por [1], ativando propriedade concernente ao fato de sobreviverem ao terremoto; há recategorização. Aplica-se a “maneira” (a). Entre [1] e [2] há relação associativa (*sobreviventes* associam-se a *terremoto*);
- SN[3], a uma criança filha de pais mortos no evento referido por [1], ativando propriedade concernente ao fato de seus pais terem falecido; há recategorização. Aplica-se a “maneira” (a). Entre [1] e [3] e entre [2] e [3] há associação.

²⁶⁵ Essas relações serão, em parte, abordadas nos itens 4.5 e 4.6.

Observemos que o processo de categorização que ocorre na progressão referencial acerca de um só referente é bastante semelhante ao processo que ocorre quando a progressão envolve referentes distintos. Uma diferença a se destacar é que, no segundo caso, com a ocorrência de diferentes SNs e cada qual ativando seu significado particular (seja estabelecendo intersecção, inclusão ou disjunção semântica) evidencia-se a heterogeneidade semântica inerente aos enunciados. Essa heterogeneidade decorre sobretudo do fato de cada forma nominal possuir um significado particular (Milner, 2003). Mas parece que não apenas a diversidade lexical faz projetar uma heterogeneidade semântica, há outros motivos: por exemplo, a designação de referentes novos, com a possibilidade de escolha de propriedades diferenciadas acerca de cada referente.

Considerar o referente como objeto que pode ser categorizado a partir de mais de uma propriedade possibilita examinar a heterogeneidade semântica na construção textual, pois essa heterogeneidade somente pode ser explicada se se reconhecer “todas” as propriedades dos referentes eleitas a cada designação, ao referir, ao (re)categorizar.

Identificar a propriedade e a categoria que envolve os SNs e os objetos referidos significa lidar com significados e sentidos constituintes da interação verbal, possibilitando, assim, entender como os significados e sentidos são tecidos no texto.

A instabilidade das designações/expressões linguísticas (tanto no que concerne à referenciação quanto à (re)categorização) deve ser entendida como característica da progressão referencial, e não como dificuldade de comunicação ou desconhecimento dos interlocutores sobre o mundo ou sobre o assunto em questão, embora situações assim possam ocorrer. Isso vale tanto para o texto oral – modalidade geralmente permeada por dúvidas, quebra da linearidade sintática, reavaliação, correção, mudanças –, quanto para o texto escrito.

4.5. Subespecificação referencial como estratégia discursiva

Na produção textual-discursiva de um modo geral, determinados elementos semântico-referenciais devem ser “sempre” explicitados cotextualmente, enquanto outros elementos podem ser implícitos. Mas a questão é muito mais do que isso, pois, “em nossos discursos, mais da metade do que entendemos ou pensamos estar sendo referido, é obtido por uma atividade sobre o texto (falado ou escrito) e não nos chega como informação direta e objetiva” (Marcuschi, 2000, p. 28).

Em princípio, o que o enunciatário sabe, ou pode saber com o que é explicitado, não precisa ser dito²⁶⁶. No caso do texto oral, o que pode ser implicitado surge, por exemplo, da interação e negociação discursiva direta entre enunciador e enunciatário, dos conhecimentos de mundo e do assunto em pauta previamente sabidos por ambos. No caso do texto escrito, o que pode ser implicitado advém, por exemplo, do que o enunciador julga do conhecimento do leitor, de quanto o enunciador quer ou deve deixar claro o assunto, de quanto quer se envolver em possíveis polêmicas ou se preservar. Além disso, tanto na fala quanto na escrita o conteúdo implícito está condicionado a orientações contextuais diversas e, até mesmo, a certas restrições de ordem “estritamente” linguística.

Trataremos aqui da implicitude referencial, o que significa que o SN pode ser subespecificado do ponto de vista semântico-referencial. A esse respeito, Apothéloz e Chanet (2003, p. 176) – reiterando que o referente pode ser melhor definido no desenrolar do texto – tratam de uma *referência subespecificada*: “de um objeto de discurso de contornos parcialmente (e talvez somente provisoriamente) incertos. Tal objeto pode muito bem ser posteriormente especificado”, embora, muitas vezes, se mantenha implícito de alguma maneira. Posteriormente especificado ou não, trata-se da *subespecificação referencial*, a qual ocorre, a nosso ver, de dois modos. Primeiro, como ausência cotextual de propriedades de um objeto relevantes para sua construção e identificação referenciais e relevantes ao projeto de dizer do enunciador, em que a inserção de um SN no texto se dá com baixa revelação referencial²⁶⁷. Segundo, como ausência da forma linguística que faria referência a objeto de discurso relevante na construção de sentido do texto, em que o objeto se faz presente, por exemplo, mediante informações cotextuais difusas, formas verbais (caracterizando-se como elipse verbal) e/ou itens lexicais que apenas dão indícios de sua presença.

A subespecificação está, portanto, correlacionada às estratégias linguístico-formais e procedurais empregadas na referenciação, entre elas, pronome sem antecedente explícito, pronome demonstrativo neutro, expressão genérica, nome semanticamente quase nulo (como *coisa*, *troço*, *negócio*, *ideia*), paráfrase, nomeação de processo (com nome deverbal ou não deverbal), relação do tipo todo-parte ou hipo-/hiperonímica (por vezes, mediante elipse de um dos itens lexicais) e o não preenchimento de papéis temáticos. Há casos de a ausência de SN se dar na construção da voz passiva, em que o agente é ocultado, muitas vezes propositalmente²⁶⁸. Essa relação entre subespecificação e estratégias linguístico-formais são

²⁶⁶ Essa questão remete a Grice (1982).

²⁶⁷ Isso mostra que a categorização de objetos pode ocorrer a partir de propriedades implícitas.

²⁶⁸ Essas e outras estratégias de referenciação serão abordadas no item 4.8.

questões relativas à concepção de língua privilegiada neste estudo: língua de caráter social, situacional, interativo e não transparente. Aliás, é no âmbito do enunciado concreto que itens lexicais diversos atuam semanticamente.

Para Marcuschi (2005, p. 85), “a subespecificação se dá quando não se fornece informação necessária para a compreensão de um texto e essa informação é buscada em conhecimentos pessoais ou elementos presentes em outros pontos do texto.” Desse modo, apesar da ausência cotextual de propriedades de determinado objeto ou de item lexical que faria referência ao objeto, tanto propriedades quanto objeto, de modo implícito, inserem-se na progressão referencial, independentemente da “facilidade” com que são identificados. Assim, a subespecificação, em geral, não causa quebra, prejuízo ou bloqueio à progressão referencial ou à continuidade textual, ao contrário ela é um aspecto natural ao enunciado concreto e real.

A subespecificação – que são “espaços vazios” – aponta, portanto, para um outro aspecto do processo referencial. Trata-se da *inferenciação*. Quando o referente é subespecificado, “entram em cena” as *inferências* para preencherem os “espaços vazios”. Ou seja, as *inferências*, como já sugerido acima com as palavras de Marcuschi (2005), são fundamentais na referenciação e no processamento discursivo-textual. Para que se constituam a referência e o significado desejados (ou adequados), as inferências se apresentam como integrantes do processo de referenciação. *Inferências* e *referência* estão discursivamente interrelacionadas, pois o ato de *referir* é realizar um processo no âmbito do discurso mediante inferências muito diversificadas (Marcuschi, 2000). Isso significa que em toda e qualquer atividade referencial e construção de objeto de discurso há, em maior ou menor medida, presença de inferências.²⁶⁹

A atividade inferencial “corresponde a movimentos discursivos em que certos elementos são tomados para que se chegue a outros” (Marcuschi, 2000, p. 24), entendendo que novas informações são geradas a partir de *elementos* gerados ao longo do próprio enunciado. Isto é, os objetos de discurso explicitados (por SNs ou pronomes) e significados ativados por itens lexicais diversos (nomes, verbos e advérbios, sobretudo) geram dados inferenciais “preenchedores” dos “espaços vazios” em prol do êxito da/na referenciação. Nesse sentido, inferir é identificar nas expressões e informações cotextualmente explicitadas dados relevantes para o preenchimento ou supressão da implicitude e dos “espaços vazios”

²⁶⁹ Poderíamos argumentar que a inferenciação se faz presente em maior grau nos casos de ausência da expressão referencial do que nos casos em que há inserção dessa expressão. Mas uma tentativa nesse rumo certamente não seria produtiva, uma vez que, mesmo sem inserção de um SN, o referente pode ser inferido sem dificuldades, enquanto há casos de SNs subespecificados a ponto de causarem “problemas” no processamento global do texto.

presentes ao longo do texto. Assim, o cotexto instaura as inferências: as inferências são cotextuais.

Mas as inferências não são só cotextuais. São também contextuais, como nos revelam ainda as palavras de Marcuschi (2005, p. 85) – *informação buscada em conhecimentos pessoais* – e também as de Koch (2012, p. 136), para quem informação inferível são “aqueles conhecimentos que o produtor do texto pressupõe compartilhados com seu interlocutor, acreditando, pois, que consiga acessá-los sem grande dificuldade”. A constituição de inferências de ordem contextual se dá na “ponte” entre elementos da superfície textual (sobretudo SNs subespecificados e itens lexicais diversos que dão indícios da presença do referente) e conhecimentos pessoais e compartilhados, sendo esses conhecimentos relativos ao contexto imediato e situacional (ou seja, ao espaço temporal, físico e social em que se dá a interação socioverbal) e ao contexto histórico-sociocultural amplo. Dessa “ponte” surgem informações necessárias ao processo semântico-referencial do texto/fala em questão (Silva, 2006)²⁷⁰. Os elementos da superfície textual são, para Koch (2012, p. 136), estratégias de “sinalização textual”, por intermédio das quais “o locutor, ao processar o texto, faculta ao interlocutor recorrer aos seus conhecimentos (textuais, situacionais, culturais e enciclopédicos) e, desse modo, ativar, por meio de inferências, os conhecimentos necessários à construção dos sentidos.” Suas palavras novamente consideram as inferências como do cotexto e do contexto.

Resumindo, inferências são informações buscadas em objetos de discurso explicitados e em informações diversas da superfície textual (daí, inferências cotextuais, chamadas em Linguística Textual de *endofóricas*), ou em conhecimentos pessoais, conhecimentos compartilhados de mundo, conhecimentos do contexto situacional e histórico-sociocultural (daí, inferências contextuais, também chamadas de *exofóricas*). O fato é que inferências cotextuais e inferências contextuais não ocorrem de forma estanque nem são independentes entre si. É possível que ora uma, ora outra, seja, em maior medida, buscada para o êxito da interpretação textual, ao que, porém, não cabe qualquer aferição.

Cabe destacar que as inferências têm uma dimensão cognitiva considerável. A atividade inferencial é uma atividade não só linguístico-discursiva e contextual, mas também cognitiva. Isso podemos perceber na exposição realizada aqui. De modo complementar, enfatizamos com Koch (1997, p. 29-30):

²⁷⁰ Sabemos que toda comunicação verbal aciona elementos contextuais diversos (como, por exemplo, os relativos à esfera social e ao gênero discursivo), mas parte desses elementos não diz respeito à referenciação. Essa parte alheia ao processo referencial, por ora, não integra nossa discussão.

as inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto.

Podemos perceber que Koch (1997, 2012), com destaque, atribui a atividade inferencial ao enunciatário, enquanto, acerca do que “dizer” e “não dizer”, focando o texto escrito, atribui tal tarefa ao enunciador: “visto que é impossível haver textos totalmente explícitos, o escritor competente deve ter a habilidade de realizar adequadamente o ‘balanceamento’ daquilo que não pode deixar de ser dito e do que pode (ou deve) permanecer implícito, por ser recuperável via inferenciação” (Koch, 2012, p. 136). Contudo, por vezes, as inferências obtidas pelo enunciatário não são idênticas às desejadas pelo enunciador. Por exemplo, na fala ou na escrita, quando fatos narrados e comentados são recentes, o enunciador implica uma série de informações facilmente recuperáveis pelo enunciatário, que em geral corresponde às expectativas do enunciador, sobretudo se compartilham do mesmo contexto. Isto é, os interlocutores, além de saberem das informações contextuais relevantes ao discurso, intuitivamente levam em conta a possibilidade de suprirem as “limitações” dos itens lexicais em geral (Silva, 2006, p. 191).

As considerações de Koch (1997, 2012), assim como a exposição realizada até aqui, talvez sugiram que a *subespecificação* seja um fenômeno exclusivamente da ordem da produção textual, enquanto a *inferência* seja da ordem da interpretação (o que é teoricamente interessante por didatizar pesquisas a respeito). Contudo, não podemos tratá-las como dicotomia nem dissociar a inferência do processo de produção, salvo por razões didáticas. Isso porque (a nosso ver e para os fins do nosso estudo) o enunciador – produtor de enunciados contextualmente situados, que atua sob as coerções de determinada esfera social – “joga” com “espaços vazios” e inferências, simultaneamente, o que, aliás, Koch (1997, 2012) não nega. De um modo ou de outro, *subespecificação* e *inferenciação* constituem um processo cognitivo de natureza sociointerativa único e de colaboração dos sujeitos interlocutores.

Nesse “jogo” o enunciador, a cada evento discursivo, estrategicamente, realiza escolhas de formas linguístico-referenciais e de “espaços vazios”, como forma de ação social e como parte de sua prática sociodiscursiva.

Assim, os “espaços vazios” da ordem da subespecificação referencial ocorrem, em parte, de forma necessária (em função, por exemplo, das “limitações” próprias das formas linguísticas disponíveis); em parte, de forma proposital e consciente. Implicitar/subespecificar

diz respeito às escolhas discursivas e linguístico-referenciais feitas pelo enunciador. O seu ponto de vista e avaliação sobre o referente podem, por exemplo, estar “escondido” no “silêncio” da subespecificação. Nesse sentido, tomamos a subespecificação como importante estratégia discursiva, que nos interessa para a análise do texto jornalístico. Informações implícitas são, em parte, procedimentos estratégicos que, em maior ou menor medida, sempre integram o processo referencial ao longo do texto.

As expressões referenciais podem ser empregadas no texto com ativação de parte das propriedades do objeto referido, como já argumentamos ao tratar da (re)categorização. Exemplo disso ocorreria com os seguintes SNs: *imigrantes haitianos*[1] e *haitianos no Brasil vítimas do terremoto*[2], em que, hipoteticamente, [1] não ativa propriedades relativas ao terremoto ativadas por [2], embora enunciador e enunciatário saibam de tal catástrofe ambiental e as ativam inferencialmente no emprego de [1], haja vista que os textos jornalísticos veiculados no Brasil desde 2010 – que façam referência ao Haiti ou aos haitianos – têm relação direta ou indireta com o terremoto.

Essa importância atribuída à subespecificação e inferenciação se justifica pelo fato de a referência e o significado explicitados com os itens lexicais expressos estarem aquém do significado e referência desejados pelo enunciador ou de fato veiculados no/pelo texto, independentemente da situação discursiva e do *gênero do discurso* da comunicação, o qual, sem dúvida, interfere no processo de subespecificação–inferenciação. Talvez os “espaços vazios” e as inferências possam ser considerados de modo gradual conforme o gênero discursivo ou o tópico/assunto em questão.

Se considerarmos subespecificação como implicitude exclusivamente de informações relevantes ao texto, as inferências podem ser entendidas como consequência da subespecificação; daí, tudo que é subespecificado aguarda por inferenciação. Noutros termos, asseveramos que, se o referente é subespecificado, o que está implicitado é necessário à interpretação textual; diante disso, necessariamente “entram em cena” as inferências. Apenas os aspectos referenciais e objetos relevantes à interação verbal são lembrados – inferidos – pelos interlocutores. Não cabe ao analista, portanto, falar em subespecificação se o “implícito” é desconsiderado pelos interlocutores (Silva, 2006, p. 190-1).

Em estudo voltado para a interpretação de textos escritos, Shiro (1994, p. 168, tradução nossa) atenta que “a maneira mais útil, embora calcada de dificuldades, é estudar o processo inferencial como ele ocorre no processamento do texto em vida real, em vez de especular sobre possíveis inferências retiradas de sentenças construídas ou textos produzidos artificialmente”. Suas palavras, em especial, orientam que o analista do discurso trabalhe de

fato com textos autênticos e leve em conta o momento sócio-histórico de produção, tomando o texto como processo vivo veiculado num meio social específico (portanto, texto como enunciado, nos termos bakhtinianos). Esforços devem ser despendidos nesse sentido, mesmo que haja limitações impostas por possível distância temporal e geográfica entre a produção e veiculação do texto objeto a ser analisado e a realização efetiva de sua análise.

4.6. Significado lexical, cossignificação e heterogeneidade semântica

Ao longo deste capítulo, temos falado de uma *carga semântico-referencial* dos SNs, a qual tem como elemento integrante o *significado*, de sorte que uma reflexão acerca do processo de significação torna-se necessário para pensarmos a referenciação e (re)categorização de objetos. Além disso, SNs podem ser cossignificativos, como argumentaremos ainda neste item.

Parafraseando Milner (2003), entendemos o significado/significação como o *conjunto de condições* que caracterizam um item lexical. Esse *conjunto de condições* é algo muito próximo das propriedades, traços e aspectos diversos – concretos, abstratos, estereotípicos, mas não da subjetividade dos interlocutores – pertencentes ao objeto do mundo real. Isto é, sem corresponder a um objeto do mundo real, o *conjunto de condições* apoia-se nele. Assim, as condições características de um item lexical, poderíamos dizer, advêm de um objeto do mundo e, ao mesmo tempo, permitem sua designação por meio desse item. De certo modo, o significado/significação serve de orientação para a *referenciação*.

Existe uma diferença significativa – relativa ao significado – entre *item/unidade lexical* e *expressão/grupo nominal* que deve ser considerada, sobretudo quando se pensa no emprego da língua, de modo que cabe questionar como se constitui o significado de SNs do tipo *aquele jovem estudante poliglota do Haiti*. O significado a ser considerado não é apenas o do nome-núcleo *estudante*, pois esse é somente parte do significado do SN, à qual se juntam o significado do determinante *aquele* e dos modificadores *jovem*, *poliglota* e *do Haiti* (esse ainda se subdivide em *de + o* e *Haiti*). A soma dos significados de cada item resultará no significado do SN.

As indicações são de que o significado é da ordem da estereotipia do léxico. Esse entendimento diz respeito ao aspecto apriorístico das palavras, o qual é levado em conta nas relações intradiscursivas que as palavras estabelecem a cada enunciado. No uso linguístico e na construção de textos, os interlocutores ativam alguma estereotipia semântica e certos aspectos pré-textuais do léxico. Frente a isso, entendemos que elementos de ordem semântico-

estereotípica são fatores determinantes da construção e identificação do significado constituído no enunciado (significado que não reproduz fielmente o significado pré-textual, pois se trata de um processo coerente a cada enunciado, pois, nos termos do Círculo de Bakhtin, a língua existe é no discurso e no enunciado concreto e real). Em suma, a significação/significado pode ser entendida como um conceito léxico-estereotípico determinante da carga semântico-referencial do léxico e em que se apoia o processo de referenciação, norteando, inclusive, o projeto de dizer do enunciador e a construção de sentidos do enunciado.

Entendemos que o aspecto léxico-estereotípico do significado é levado em conta na *significação discursiva* que efetivamente ocorre no enunciado concreto. Isso, em certa medida, condiz com o fato de os interlocutores tomarem os objetos do mundo da realidade, de algum modo, como ponto de partida para o processo de referenciação, como procuramos argumentar no item 4.2.²⁷¹

Assumimos, portanto, que o *significado* é de ordem estereotípica fundado e construído a partir das propriedades dos objetos e coisas do mundo da realidade. Dessa forma, os itens lexicais e seus significados são adaptados ao texto de acordo com as relações entre os itens empregados, informações contextuais, interesses dos interlocutores, conhecimento de mundo e de língua. Esses fatores concernem ao emprego e são eles que atribuem um caráter situado ao significado, isto é, uma *significação discursiva*.

O processo de significação implica a possibilidade de *relação cossignificativa* no emprego do léxico. Para Marcuschi (1998, p. 7), “a relação de co-significatividade se dá como uma relação léxico-semântica dos elementos linguísticos que constituem as relações anafóricas.”²⁷² É possível que o significado ativado por um item lexical seja o mesmo ativado por esse mesmo item noutra ocorrência. Isto é, a cossignificação ocorre entre formas nominais repetidas. Por exemplo, o nome *imigrante* ativa um significado (um conjunto de propriedades específico) ao ser introduzido no texto e, ao ser repetido, ativa o mesmo significado. Assim, *imigrante*, terá sempre um só significado, provavelmente bem próximo da *definição do dicionário* (a qual se apoia nas propriedades dos objetos do mundo).

²⁷¹ O emprego distingue os sentidos em vocábulos polissêmicos, como, por exemplo, em *manga* (fruta ou parte da camisa) ou em *casa* (casar (verbo) ou moradia ou parte da camisa / casa de botão), mas também distingue o sentido literal do sentido metafórico, como em *estrada*, que metaforicamente pode significar *vida*.

²⁷² Por ora, podemos entender *relações anafóricas* como uma cadeia referencial-coesiva. Trataremos da *anáfora* no item 4.8.

Esse mesmo significado de *imigrante* é ativado por expressões do tipo (a) *o imigrante documentado*, (b) *aquele imigrante no ônibus* e (c) *um imigrante de cor negra*, o que permite dizer que há relação cossignificativa entre seus nomes-núcleo, mas não entre os SNs, pois os modificadores são “fortes” a ponto de impedir tal cossignificação. No todo, esses SNs não são cossignificativos; e é no todo que os SNs atuam semanticamente no enunciado. Assim os entenderemos na análise no capítulo 5.

A progressão referencial constituída por itens lexicais diferentes (correferenciais²⁷³ ou não) sempre se caracteriza pela não-cossignificação (conforme a concepção léxico-estereotípica). A *sinonímia lexical absoluta* não ocorre discursivamente. Assumimos, portanto, o pressuposto de que, na perspectiva da significação, todas as unidades lexicais são distintas entre si. Em síntese, a correferência não depende da cossignificação, e ambas são dissociáveis. A cossignificação não implica correferência.

Isso não significa, porém, que diferentes nomes não possam ter significados semelhantes, o que, aliás, muitas vezes ocorre, considerando, por exemplo, a condição de os itens de uma cadeia referencial pertencerem a campos semânticos bastante próximos, senão a um mesmo campo. Na verdade, itens lexicais distintos podem “ter alguns traços em comum: tem-se, então, *interseção referencial*, algo como um caso particular de inclusão” (Milner, 2003, p. 89). Exemplo disso é uma possível cadeia referencial constituída por *passaporte*, *CPF* e *documento*, em que cada item ativa um conjunto específico de propriedades/traços (cada item com um significado próprio) e, ao mesmo tempo, cada qual ativa propriedades que são comuns aos demais itens. Os três nomes estabelecem certa *interseção semântica estereotípica*. Outro exemplo de *interseção* é o que ocorreria entre *homem*, *imigrante* e *haitiano*, em que, semanticamente, um item é parte integrante do outro, tendo em conta as propriedades que cada item ativa.

Uma cadeia referencial constituída por SNs em que há repetição do nome-núcleo com diferença nos determinantes e nos modificadores, como em *um imigrante haitiano* e *aquele imigrante do Senegal*, provoca-nos a questionar sobre a possível cossignificação entre os dois nomes-núcleo, sobretudo levando em conta a *interseção referencial* proporcionada pelos nomes-núcleo. A questão é que o elemento preposicionado *do Senegal* na segunda expressão imprime propriedades ao nome-núcleo que não condizem com as propriedades de *haitiano* da expressão anterior. O termo *do Senegal* leva a designar um objeto distinto do comumente

²⁷³ Sobre a correferência trataremos no item 4.7.

designado pela primeira expressão: os termos *haitiano* e *do Senegal* provocam *disjunção referencial*. Esses exemplos mostram que a *intersecção* ocorre de forma variada e gradual.

Considerando que cada item lexical possui/ativa uma carga semântico-referencial particular, que a *cossignificação* ocorre apenas em casos de repetição lexical e que os textos em geral têm como constituinte a diversidade lexical, tem-se como consequência que a progressão referencial e todo o texto caracterizam-se por significativa *heterogeneidade semântica*. Essa heterogeneidade diz respeito ao fato de um novo SN (quer devido ao nome-núcleo, quer devido a determinantes ou modificadores) implicar novo significado, ainda que haja semelhança semântica entre os SNs. Ocorre relativa “homogeneidade semântica” no enunciado.

Até aqui refletimos sobre a *cossignificação* entre formas nominais. Mas cabe-nos pensá-la, por exemplo, na relação correferencial entre nome e pronome²⁷⁴, como entre *aquele imigrante* e *ele*. Conforme Milner (2003), o pronome *ele*, nesse caso, ativa o significado de *aquele imigrante* e, por conseguinte, o adquire. Assim, para Milner (2003), quando fazem referência a um mesmo objeto, nome e pronome são cossignificativos. No entanto, a nosso ver, o pronome não poderia adquirir o significado de um nome quando empregado no discurso, submetendo-se a critérios diferentes daqueles a que são submetidos os nomes cossignificativos. Estamos usando como critério que o significado do léxico é estereotípico e pré-textual, o que deve valer tanto para o nome quanto para o pronome. Assim, a relação entre *aquele imigrante* e *ele* é não cossignificativa. Esse entendimento condiz, por exemplo, com Marcuschi (1998) e Marcuschi e Koch (2002), e assim tratamos a cossignificatividade: o que valerá para nossa análise no capítulo 5.

4.7. Progressão referencial: a correferência, a remissão e a retomada

Referenciação e progressão referencial são processos discursivo-textuais intimamente integrados, se não quase sinônimos. A referenciação implica introdução de um objeto no texto, que o objeto é designado minimamente uma vez. E introduzir o objeto significa realizar *referenciação*²⁷⁵. Esse mesmo objeto pode ser reativado por outro item lexical, constituindo

²⁷⁴ Os *pronomes dêiticos* e os focalizados aqui – *pronomes referenciais* – provavelmente possuam certos aspectos que se imbricam.

²⁷⁵ Conforme o que expusemos anteriormente, *referir* é designar um objeto no texto mediante o uso de uma forma linguística – quer nominal, quer verbo-nominal, quer pronominal –, considerando esse objeto como entidade do texto, manipulável e dinâmico. O ato de referir, em princípio, não opera sobre um segmento textual

uma progressão referencial. A progressão referencial “diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às *estratégias de designação de referentes*²⁷⁶ e formando o que se pode denominar *cadeira referencial*” (Marcuschi, 2008, p. 141).

Uma das relações que pode ter a progressão referencial é a de correferencialidade. Mas não se trata de característica crucial e indispensável à relação entre duas ou mais formas linguísticas que integram uma cadeia referencial/coesiva, e sim uma característica possível, aceitável e também importante ao processo coesivo-referencial do texto. Esse entendimento é o que nos interessa aqui, o qual difere da postura, por exemplo, de Halliday e Hasan (1976) e de Milner (2003), autores para quem a relação correferencial é determinante na concepção de referência.

A *correferência* é uma “remissão que retoma o referente como sendo o mesmo já introduzido (identidade de referentes); dá-se, no geral, com retomadas por repetição, sinônimos ou designações alternativas para o mesmo referente” (Marcuschi, 1998, p. 6), mas também por formas pronominais, por exemplo.

Há dois aspectos a enfatizar. O primeiro é que o referente pode ser retomado correferencialmente submetendo-se a um novo ponto de vista (como já exposto no item 4.4.1), agregando novas propriedades e/ou perdendo outras. O segundo aspecto é que a cadeia referencial pode constituir-se por elementos não-correferenciais; em que a relação entre tais elementos não é de retomada, e sim de remissão, de associação, do tipo classe-membro, toda-parte.

No entanto, mesmo no caso da repetição nominal – ainda que as expressões referenciais sejam enunciadas espacialmente próximas – não há necessariamente correferência. Isso porque o mesmo item lexical pode ser empregado com diferentes funções, principalmente quando ele é de caráter genérico ou possui uma carga semântico-referencial ampla e heterogênea, isto é, seu uso ativa uma das propriedades dentre aquelas que virtualmente lhe pertencem (o que remete ao conceito de significação exposto no item 4.6). Além disso, os interlocutores (não apenas o enunciador), orientando-se por elementos do contexto imediato ou amplo, em determinado discurso, podem atribuir ao léxico um papel e uma carga semântico-referencial particular – da ordem da (inter)subjetividade ou da metáfora,

(estabelecendo relação metalinguística), mas sim sobre um objeto, indivíduo, coisa, evento. Isso ocorre seja introduzindo referente novo, seja reativando referente já dado.

²⁷⁶ A serem tratadas no item 4.8.

por exemplo – que diferenciaria as formas nominais repetidas quanto à referência. Assim, a correferência é apenas uma relação possível entre nomes repetidos.

Portanto, para pensarmos sobre o processo coesivo e referencial precisamos de suportes teóricos para além do conceito de correferência, porque, com o conceito de referenciação, o que há é uma diversidade, de recursos linguístico-formais, de estratégias, de funções/papéis, na coesão tecida ao longo do enunciado/discurso. Acerca dessa questão, Costa (2000) observa:

A sistematização das marcas formais relacionadas à apresentação e retomada dos referentes no discurso dentro de uma forma de ver o texto que incorpore as discussões de Mondada & Dubois tem como consequência a análise de formas de retomada dos referentes textuais para as quais o conceito de correferência é insuficiente.

Frente a esse alerta, para examinarmos a progressão referencial na perspectiva cognitivo-discursiva do processo de referenciação faz-se necessário lançar mão de mais dois conceitos: o de *retomada* (sobretudo não correferencial) e o de *remissão*. São conceitos que podem nos ajudar a compreender a dinamicidade, instabilidade, estabilidade e continuidade (não linear) que caracterizam o enunciado e a referenciação.

Há casos em que a identificação do objeto se limita à expressão referencial empregada e às informações cognitivas e contextuais a seu respeito, sem a necessidade de recorrer a outros itens nominais ou verbais do enunciado, independentemente de tal objeto ser reativado e redefinido ao longo do discurso. Isso pode ser observado, por exemplo, no início de uma notícia jornalística, em que o leitor identifica sem problemas o referente de determinado SN, mas também ao longo do texto, sobretudo quando se trata de assunto já do conhecimento enciclopédico e de mundo dos interlocutores.

No entanto, na introdução de um objeto, sua identificação referencial pode ser informacionalmente dependente de outras formas lexicais (talvez designadoras de outros objetos) pontualizadas no cotexto, localizadas retrospectiva e prospectivamente. Esse “ato” (de não correferencialidade) de o item lexical em foco apontar para outro(s) em busca de informação, complemento e apoio referenciais configura-se como *remissão*, tipo de relação característica da progressão referencial. Isto é, “*remeter* é uma atividade de processamento indicial na co-textualidade” (Koch, 2002, p. 84) permeada por aspectos semânticos, pragmáticos, cognitivos, inferenciais, associativos ou de outro tipo.

A *remissão* pode ocorrer como simples relação indireta e indicial, quando da introdução de um referente. Nesse caso, a atividade de remissão diz respeito às inferências

cotextuais (sobre as quais tratamos no item 4.5), visto que um item lexical remete a outro (busca informações) quando não possui autonomia semântico-referencial suficiente para satisfazer às necessidades do discurso. Isso não significa, porém, que *remissão* e *inferenciação* sejam intercambiáveis (Silva, 2006). Entendemos que inferência e remissão ocorrem de modo paralelo e conjunto: a *inferência* como informação obtida e a *remissão* como movimento de busca dessa informação. A remissão é uma atividade permeada por inferências, ou, remissão é, em certa medida, uma atividade inferencial.

A *remissão* pode ocorrer também reativando um objeto introduzido no cotexto retrospectivo, no sentido de o objeto não se limitar à sua introdução, mas sim ser reativado agregando ou perdendo propriedades, fragmentando-se e redefinindo-se, de modo que os itens lexicais formam uma cadeia referencial. Nesse caso, a relação de *remissão*, caracteriza-se como *retomada*.

A *retomada* pode ser total ou parcial, e os itens referenciais não estabelecerem necessariamente relação de correferência entre si. De acordo com Koch (2002, p. 84), “*retomar* é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não.” Isto é, embora ocorra manutenção do núcleo referencial, ele pode reaparecer com modificações, correferencialmente ou não, como em *haitianos que entraram pelo Acre*[SN1] e *vários haitianos alojados em Brasileia*[SN2].

Há também relações não correferenciais em que o núcleo referencial é retomado mas não mantido como núcleo. Por exemplo, quando o núcleo da primeira expressão (SN1) transforma-se em modificador do núcleo referencial da segunda expressão (SN2), como em *os haitianos que entraram pelo Acre*[SN1] e *a chegada dos haitianos*[SN2].

Essas atividades discursivas – referir, remeter, retomar – pertinentes para examinar a progressão referencial estabelecem entre si uma relação hierárquica. Conforme Koch (2002, p. 84):

- “ . a retomada implica remissão e referenciação;
- . a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada;
- . a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada.”

E mais: a correferência implica retomada, remissão e referenciação.

As atividades de *referir*, *remeter* e *retomar*²⁷⁷ são mecanismos intratextuais que facultam a construção de objetos e a progressão referencial. Sabemos que o referente, uma vez introduzido, pode ser retomado ou remetido por qualquer outra forma linguística,

²⁷⁷ As indicações são de que essas atividades podem, metodologicamente, ser tomadas como *instrumento* de identificação da progressão referencial.

estabelecendo uma relação clara e explícita. Porém, pode não ocorrer retomada e a relação de remissão ser implícita, vaga, incerta. Nesse caso, entram em cena as inferências, o conhecimento de mundo dos interlocutores e as informações contextuais, para suprirem o papel da remissão, quase sempre de modo suficiente e necessário a cada discurso. Isso indica que as inferências, o conhecimento de mundo e as informações contextuais se juntam às três atividades acima no processo de referenciação em geral, mesmo que esses novos fatores tenham papéis menores ou relativamente distintos do que *referir*, *remeter* e *retomar*.

Essas atividades discursivas remetem às relações intradiscursivas e interdiscursivas expostas no capítulo 2, baseado nos estudos do Círculo de Bakhtin.

Essa contribuição do co(n)texto e do conhecimento de mundo diz respeito, por exemplo, ao ponto de vista do enunciador sobre o objeto em foco, à inserção histórico-social dos *objetos de discurso* na realidade dos sujeitos, à presença ou ausência de certos indivíduos (alheios à conversa) na interação enunciator–enunciatário, ao ambiente (espaço físico e social) propício para dizer ou não dizer algo, ao ambiente propício para tratar ou não tratar o referente de determinado modo. Em outras palavras, a carga semântico-referencial de cada SN é resolvida e projetada de acordo com as circunstâncias de cada enunciado, o que implica relações intradiscursivas e interdiscursivas (em termos bakhtinianos). Subjacente a essa postura há o pressuposto de uma noção de léxico concebido “menos como um dado limitado da *língua* e mais como um material constantemente retrabalhado no e pelo *discurso*”²⁷⁸ (Mondada, 1997, p. 300, tradução nossa).

Essas questões lançam luz sobre a continuidade referencial discursiva e tópica. Continuidade que resulta de dois fatores textuais que atuam de modo equilibrado e complementar: “repetição (retroação) e progressão. Remete-se a algo que já está, de alguma forma, presente na memória do interlocutor e acrescentam-se as informações novas, que, por sua vez, passarão também a constituir suportes para outras informações” (Koch, 2012, p. 135). Nesse sentido, o exame do processo referencial por meio, por exemplo, dos conceitos de remissão e retomada é uma compreensão de como se dá a construção dos sentidos nos discursos em geral e nos enunciados únicos e concretos. Isso mostra a relevância de tais conceitos quando se trata de referenciação, pois *referir*, como destaca Marcuschi (2008, p. 142), é uma *atividade discursiva* essencialmente criativa.

A exposição feita até aqui aponta para o fato de a identificação de cadeias referenciais – mesmo que tenha seu conceito ampliado pelas noções de remissão e inferência – ser

²⁷⁸ “moins comme un donné contraignant de la *langue* que comme un matériau constamment retravaillé dans et par le *discours*” (Mondada, 1997, p. 300).

insuficiente para examinar a referenciação que perpassa todo o texto, porque a progressão referencial nem sempre ocorre limitando-se a um referente com formas linguísticas pontualizadas (o que evidenciaria a *linearidade*). Há casos em que o referente é construído a partir, por exemplo, de uma sequência de inferências ou de inferências difusas no cotexto. Além disso, ocorre com frequência casos em que a progressão de um referente “cruza” com a de outro(s) referente(s) formando uma espécie de *rede referencial progressiva* tecida ao longo de todo o texto, a qual não pode ser explicada a partir do conceito e identificação de cadeias referenciais puramente. Não obstante essa observação, o conceito de cadeia referencial não deve ser descartado, visto que ele é muito útil na possível identificação da *rede* que postulamos existir.

4.8. Estratégias linguísticas de referenciação²⁷⁹

Muitos estudos – vários aos quais fazemos aqui referência – dão ênfase à questão anafórica das expressões referenciais, o que, aliás, não descartamos. No entanto, a nosso ver e para os fins desta pesquisa, mais importante do que pensar tais expressões no escopo da anáfora, é pensá-las no escopo da referenciação, o que coloca em foco a composição das expressões referenciais, entendendo-as como escolhas linguísticas estrategicamente realizadas. São estratégias linguístico-referenciais empregadas conforme o projeto de dizer do enunciador e com fins próprios a cada discurso, a partir das quais podemos perceber as ações dos atores sociais discursivamente envolvidos e elementos importantes da interação socioverbal estabelecida por eles. Entendemos – coerentemente aos postulados do Círculo de Bakhtin e da ACD – que as expressões referenciais revelam, ao menos em parte, a ideologia do enunciador e as relações de poder socialmente estabelecidas. Noutros termos, as formas linguísticas da referenciação são parte da materialização linguística das relações sociais de poder, abordadas no capítulo 3.

Embora nosso foco seja a referenciação e (re)categorização de objetos, também a anáfora merece atenção, porque relações anafóricas dizem respeito à progressão referencial, à reavaliação, à mudança ou manutenção do referente no discurso. Além disso, a anáfora é tomada por nós como procedimento metodológico, isto é, em certa medida lançamos mão da anáfora para identificarmos como os interlocutores referem e categorizam os objetos.

²⁷⁹ As expressões referenciais – que são escolhas do enunciador que se dão de forma coerente às orientações extratextuais e intradiscursivas – podem ser percebidas como parte do *estilo* (em termos bakhtinianos) do gênero discursivo e do *estilo* individual do falante/autor.

No processo referencial, muitas vezes uma opção que tem o enunciador é a elipse, caso em que o referente é de algum modo (re)ativado, mas sem um item lexical que lhe faça referência. E, tal como as demais estratégias, a elipse, muitas vezes, é empregada estrategicamente. Nesta pesquisa, sem ignorá-la, não a tratamos como uma estratégia específica, pois, em princípio, ela é intercambiável à maioria das estratégias, se não a todas.

Neste item, focalizaremos especialmente os tipos de relação que SNs e formas pronominais estabelecem entre si no processo de referenciação e categorização de objetos, tendo em conta que, aos SNs e pronomes, voltam-se conteúdos (inclusive ideológicos) dos verbos e informações difusas do cotexto. Para tanto, retomaremos parte significativa dos conceitos expostos anteriormente, entre eles referenciação, (re)categorização, inferenciação, correferência, remissão e retomada.

A seguir, as estratégias linguísticas de referenciação são agrupadas em três itens: *Anáfora correferencial sem recategorização*, *Anáfora correferencial com recategorização* e *Anáfora não-correferencial (re)categorizadora*. Procuraremos expor aqui o maior número possível de estratégias do português brasileiro, mesmo sabendo da impossibilidade de apresentá-las na sua totalidade, visto que os textos autênticos sempre revelam “novidades”. Desse modo, nossa exposição não passa de um quadro geral²⁸⁰, que tem a seguinte configuração:

Anáfora		
Correferencial		Não correferencial
Sem recategorização	Com recategorização	Com ou sem recategorização
Repetição lexical	Parassinonímia	Papéis temáticos
Pronome reativador de referente	Hiperonímia ou hiponímia	Anáfora associativa
Pronome indefinido ou numeral	Termo genérico	Esquema cognitivo
Adjetivo	Descrição especificadora	Conhecimento textual
–	–	Nominalização
–	–	Pronominalização neutra
–	–	Pronome introdutor de referente
–	–	Rotulação metalinguística

²⁸⁰ Para a elaboração desse quadro nos inspiramos especialmente em Koch (2004), Marcuschi e Koch (2002), Marcuschi (2005) e Cavalcante (2001, 2003).

4.8.1. Anáfora correferencial sem recategorização

As estratégias aqui contempladas caracterizam-se pela indicialidade e pela explicitude do referente retomado. Por meio do elemento anafórico, o núcleo do antecedente é reativado de modo a não sofrer alteração substancial e a manter o referente sob a mesma categoria. O elemento antecedente é retomado correferencialmente com possibilidade de cossignificação, isto é, na repetição lexical há cossignificação, enquanto no uso da forma pronominal, mesmo com antecedente explícito, não há, conforme argumentamos no item 4.6.

a) Repetição lexical

Nessa estratégia, SN2 repete SN1, e a relação é de retomada total. Trata-se de uma repetição total que evidencia os aspectos de indicialidade, explicitude, correferência e cossignificação, os quais, em conjunto, garantem e proporcionam a manutenção do referente. Quanto à categorização, o uso de SN2 mantém o referente sob a mesma categoria em que se encontra em SN1. Não há recategorização.

Esse é o caso, por exemplo, de *o governo* abaixo:

Haitianos no Brasil temem que parentes não possam imigrar

Anteontem, **o governo** anunciou que pretende facilitar a emissão de até cem vistos por mês diretamente na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. No entanto, **o governo** quer começar a expulsar aqueles que entrarem no país clandestinamente.²⁸¹

Poderíamos dizer que essa é uma das estratégias que tecem a “relação ideal” entre os elementos lexicais da superfície textual no sentido de proporcionar clareza ao texto, contribuindo para a homogeneidade semântico-referencial dos enunciados em geral, em contraponto com a heterogeneidade semântico-referencial predominante.

Quanto à repetição parcial, a estratégia será outra. Por exemplo, entre *imigrante do Haiti*[SN1] e *imigrante do Senegal*[SN2] não há cossignificação, haja vista que o significado em questão não é apenas dos nomes-núcleo. Se são correferenciais, há recategorização, possivelmente SN2 corrigindo o uso de SN1. E ainda, SN1 e SN2 podem referir a pessoas distintas.

b) Pronome reativador de referente (forma pronominal com antecedente explícito)

Aqui, o elemento anafórico é um pronome que estabelece retomada correferencial com o referente de um SN. Esse pronome é *ele, ela, nosso, dele, seu, tua, aquele, essa, o qual, o, a*

²⁸¹ Excerto da notícia B1 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S.Paulo*, 12/01/2012, p. A14.

(não só no singular, mas também no plural). Quanto à categorização, o uso do pronome mantém o referente do SN sob a mesma categoria. Não há recategorização.

Quanto à cossignificação, ela não ocorre, pois, como já explicitamos no final do item 4.6, a forma pronominal é desprovida de carga semântico-referencial e não absorve o significado do SN antecedente. Por exemplo:

O governador do Acre, Tião Viana, descreve como “tragédia humanitária” o que seu estado está vivendo com a chegada de imigrantes ilegais do Haiti e de **outros países** – entre **eles** Senegal, Nigéria e República Dominicana. (Governador [...], 2013)

Em geral, essa estratégia (particularmente a forma *ele, ela*) é de fácil interpretação e não causa menor problema discursivamente, salvo em ocorrência ambígua. Uma contribuição para tal facilidade de processamento é o fato de esse uso pronominal ocorrer de preferência quando o SN1 encontra-se relativamente perto. A esse respeito, Silva (2000, p. 195) observou em textos da fala cotidiana tipo entrevista, do *Banco de Dados Linguísticos do VARSUL*, que o uso do pronome *ele/ela* se dá, em geral, quando, entre o pronome e seu antecedente não ocorre nenhum outro elemento de outra cadeia referencial, o que reduz consideravelmente a possibilidade de ambiguidade pronominal.

c) Pronome indefinido ou numeral

O pronome indefinido (*um, uns, uma, todos, tudo*, entre outros) e o numeral também podem ser empregados como retomada correferencial. Muitas vezes, trata-se de uma escolha estratégica do enunciador ou de expressão de menosprezo e indiferença em relação ao objeto de discurso, ao *outro*. É o caso de *tudo* abaixo, que retoma *haitianos*.

Governador do AM propõe que **haitianos** vão viver em Brasília
[...] pede para o governo federal (...) levar **tudo** para Brasília. É, tem muitos apartamentos de deputados federais, bota os caras para morar lá”, afirmou.²⁸²

No texto a seguir ocorrem dois indefinidos (*um* e *outro*) como espécie de parte do SN retomado (*dois caminhões*). Isto é, ocorre correferencialidade parcial.

Estavam **dois caminhões** voando. Até que **um** disse: - Peraí, caminhão não voa! Um deles caiu no chão mas **o outro** continuou voando. Por quê? R: Porque era caminhão-pipa. (Piadas da Internet)²⁸³

No uso do numeral também nem sempre ocorre correferencialidade total, ela pode ser parcial ou do tipo parte-todo. Os textos abaixo contém exemplos de referenciação por

²⁸² Excerto da notícia B4 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 27/01/2012, p. A10.

²⁸³ Exemplo copiado de Cavalcante (2003, p. 112).

numeral, em que *2 mil* refere-se a *2 mil haitianos*, enquanto *60%* refere-se à parte de *2 mil haitianos*.

Difícil andar pelo centro de Curitiba e não ver **um haitiano**. Hoje, segundo estimativas da Pastoral do Migrante, há mais de **2 mil** circulando pela cidade e pela região metropolitana, dos quais **60%** homens com idade entre 20 e 40 anos. (Marins, 2013)

Brasil terá **50 mil imigrantes haitianos** até o fim do ano
Pesquisa da PUC Minas revela que **40% dos haitianos no Brasil** têm curso médio e **30%** trabalham na construção civil (Maakaroun e Augusto, 2014)

Trataremos esse tipo de estratégia como *referência quantitativa*.

d) Adjetivo

O adjetivo, com valor de substantivo, também opera como retomada correferencial. É o caso de *último* em:

Vereadores renunciam ao mandato
Após Lucílvia Girão (PL) renunciar ao mandato de vereador, na última quinta-feira, para assumir seu assento na Assembleia Legislativa, ontem foi a vez dos demais vereadores eleitos apresentarem suas cartas de demissão à Câmara Municipal de Fortaleza. **O último** a enviar o documento foi o Jaziel Pereira (PHS). (notícia – jornal *Diário do Nordeste*)²⁸⁴

Aqui, *O último* é um dos membros do grupo *os demais vereadores*.

Outro caso é SN2 abaixo, em que o núcleo é o adjetivo *primeira*, que retoma correferencialmente SN1.

Empresários vão ao Acre para contratar haitianos
[...] **A catarinense Fibratec**[SN1], que fabrica piscinas, foi **a primeira a viajar para conseguir mão de obra**[SN2], escassa no Oeste de SC. “Fomos a trabalho para Rio Branco em março e descobrimos que havia gente procurando emprego”, diz Érico Tormem, sócio da empresa.
Desde então, contratou 25. **Ele**[SN3] foi **responsável pelas passagens e acomodação**[SN4]. “Mesmo assim valeu a pena.”
A Massas Romena, fabricante de alimentos do RS, deve contratar até 20 haitianos.
“A mão de obra já não é abundante na região de Porto Alegre, e a demanda crescerá por causa das obras de infraestrutura e da Copa”, diz André Rosa, diretor da empresa. [...] ²⁸⁵

Por vezes, o adjetivo é núcleo de novo SN que, no âmbito da sentença e do discurso, qualifica (fazendo papel de modificador) outro SN. Por exemplo, acima, o núcleo de SN4 é *responsável*, que, embora com valor de substantivo, qualifica o antecedente *Ele*, que, por sua

²⁸⁴ Exemplo copiado de Cavalcante (2003, p. 112).

²⁸⁵ Excerto da notícia B2 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S.Paulo*, 12/01/2012, p. B12.

vez, correferre a *Érico Tormem*. A natureza de substantivo identificada em SN4 pode ser esclarecida acrescentando-lhe, por exemplo, um artigo definido: *o responsável*.

Tanto o uso do pronome indefinido ou numeral quanto do adjetivo dão um caráter de vagueza na reativação do referente (sobretudo se focarmos na forma linguística), mas que se desfaz com a relação de retomada correferencial e com informações dos elementos modificadores e do cotexto. São casos de fácil processamento cognitivo-textual.

4.8.2. Anáfora correferencial com recategorização

As estratégias contempladas neste item (assim como as do item 4.8.3) constituem num conjunto variado, especialmente devido à diversidade de formas linguísticas com que a expressão referencial pode ocorrer, aos aspectos teóricos que lhe são inerentes e, sobretudo, ao processamento discursivo que envolve a relação anafórica. Essa diversidade linguística dos SNs tende à recategorização, ativação de novas propriedades e, muito provavelmente, reavaliação do referente. A relação entre SN1 e SN2 é de retomada correferencial com recategorização. A recategorização, quer na explicitude da formação linguística dos SNs, quer via inferências, está no ato de aspectualizar e refocalizar o referente ou de imprimir em sua construção novo atributo (subjetivo ou intersubjetivamente negociado), o que em geral diz respeito ao ponto de vista e ao projeto de dizer do enunciador. Quanto ao significado, a relação entre SN1 e SN2 é sempre não cossignificativa.

Tratamos a *anáfora correferencial com recategorização* em quatro subtipos: parassinonímia, hiperonímia ou hiponímia, termo genérico e descrição especificadora.

a) Parassinonímia

Essa estratégia tem como característica principal a relação de “quase sinonímia” (parassinonímia, a qual se denomina também paráfrase) entre SN1 e SN2, predominando a natureza léxico-estereotípica dos SNs. A partir do princípio de que sinonímia absoluta não existe e de que itens lexicais distintos não possuem o mesmo significado (como destacado no item 4.6), nesta estratégia não ocorre cossignificação. Ao mesmo tempo, SN2 recategoriza o referente de SN1.

O SN2, em relação ao antecedente, pode ser um novo nome-núcleo apenas ou um novo nome-núcleo acrescido de determinantes e modificadores também novos. Esses acréscimos formais podem ser fundamentais no processo referencial, considerando que

refocalizam e aspectualizam o referente, além de ativarem novas propriedades sob novo ponto de vista (com avaliação positiva ou negativa).

Exemplo de parassinonímia ocorre no excerto abaixo, em que *os cidadãos haitianos* retoma *haitianos*, quase sem acréscimos em relação a suas propriedades.

Brasil vai ampliar concessão de vistos para **haitianos**
O ministro da Justiça disse que **os cidadãos haitianos** [...] terão prioridade no acesso aos serviços públicos. (Brasil [...], 2014)

Essa estratégia pode ocorrer também como metonímia, em que o antecedente é reativado por seu “conteúdo”, seu “autor”, de modo a manter a continuidade referencial. Por exemplo: *Acabei de ler **Minerai noir**. Não me canso de ler **René Depestre**, minha poesia haitiana preferida.*

Esse tipo de anáfora nominal exige dos interlocutores um conhecimento linguístico e de mundo, e uma atividade cognitivo-discursiva maiores do que a repetição lexical. Apesar disso, em geral a identificação do referente na parassinonímia não é complexa nem problemática ou ambígua.

b) Hiperonímia ou hiponímia

Nessa estratégia, SN2 é, em relação a SN1, um termo hiperônimo ou hipônimo, em que predomina a carga semântico-referencial estereotípica e pré-textual dos SNs. O referente de SN1 é retomado correferencialmente, mas SN2 ativa novas propriedades do referente. Isto é, há recategorização e não há cossignificação.

Quanto ao hiperônimo, ele

contém, em seu bojo, todos os traços lexicais do hipônimo. Por esta razão é que se pode afirmar que, na retomada por hiperônimo, tem-se um ‘menor grau’ de recategorização, visto que a carga semântica do hiperônimo, ao ser usado anaforicamente, se ‘ajusta’ ao antecedente, ou seja, selecionam-se apenas aqueles de seus traços que a ele se ajustam (Koch, 2004, p. 248).

Por exemplo, entre *carros* e *veículos* em: *Centenas de haitianos cruzam o Peru em **carros fretados**, mas nem sempre **os veículos** estão em boas condições de viagem.*

No uso de um hiperônimo como retomada correferencial, o enunciador pode estrategicamente preferir um hiperônimo imediato ou um mais distante na escala hiperonímica. Tanto um quanto o outro ativam propriedades mais ou menos específicas à orientação argumentativa e ao seu projeto de dizer. Assim, atentar para o grau de hiperonímia do termo mobilizado pode significar muito na análise dos enunciados concretos.

Hiperonímia/hiponímia e repetição lexical são, em certa medida, intercambiáveis. Um dos principais motivos para o emprego do hiperônimo/hipônimo como retomada correferencial (especialmente no texto escrito), segundo Apothélos e Chanet (2003, p. 162), “é a pressão exercida pela norma, a qual proscree, na escrita, a repetição à curta distância de uma mesma palavra. A escolha de um termo superordenado (hiperônimo) constitui, assim, uma das soluções que permitem evitar a repetição.” Esse critério a que submete o enunciador de dada escrita deve ser relativizado com o gênero discursivo em que se insere, pois cada situação comunicativa pode fazer mobilizar recursos linguísticos específicos.

A norma proscree também casos em que a retomada de um hiperônimo (SN1) por um hipônimo (SN2) torna o enunciado ambíguo, como ocorre na possível construção: *Haitianos gastam **muito dinheiro** para chegarem ao Acre. Agora os reais não os permitem chegar a São Paulo.*

Mas o hipônimo na posição de SN2 tem sua importância textual-discursiva. Trata-se de uma *anáfora especificadora*, que ocorre, por exemplo, quando o enunciador se vê na necessidade de refinar a categorização anterior do referente, ou seja, o hipônimo “permite trazer, de forma compacta, esclarecimentos ou especificações a respeito do objeto-de-discurso” (Koch, 2004, p. 249).

c) Termo genérico

Essa estratégia é uma retomada correferencial realizada por meio de nomes genéricos, como *pessoa, indivíduo, cara, criatura, material, produto, elemento, coisa e negócio*. Um termo é mais genérico do que outro, o que torna a genericidade um aspecto gradual. Assim, o emprego de um termo mais genérico ou menos genérico pode ser estratégia discursiva do enunciador.

A diferença do *termo genérico* para o *hiperônimo* está, basicamente, no fato de a relação hipônimo–hiperônimo estar inscrita no léxico, isto é, ser léxico-estereotípica, enquanto o *termo genérico* não se apegando tanto à estereotipia lexical.

Aqui, a carga semântico-referencial é do nome-núcleo. Embora determinante(s) e/ou modificador(es) possa(m) ser usado(s), esses não são determinantes no processo referencial (caso contrário, a estratégia se tornaria *descrição especificadora*, que veremos abaixo). A recategorização do referente ocorre em função sobretudo do nome-núcleo. Por exemplo, o uso de *os caras*[SN2] como retomada de *haitianos*[SN1], em:

Governador do AM propõe que **haitianos**[SN1] vão viver em Brasília

[...] pede para o governo federal (...) levar tudo para Brasília. É, tem muitos apartamentos de deputados federais, bota **os caras**[SN2] para morar lá", afirmou.²⁸⁶

Há no uso de SN2 uma generacidade que revela menosprezo aos sujeitos referidos, o que se constrói referencialmente também por inferências cotextuais: a posição tomada pelo enunciador face aos sujeitos.

d) Descrição especificadora

Aqui, o SN2 retoma um referente já conhecido, refocalizando-o com novos aspectos e quase sempre lhe imprimindo nova avaliação, positiva ou negativa. Essa estratégia implica recategorização do referente, dado o novo olhar que lhe é lançado a partir de novas propriedades, sejam elas estereotípicas ou “inusitadas”, da ordem do mundo da experiência ou do contexto situacional, de ordem da inferência, da (inter)subjetividade ou intencionalmente atribuídas pelo enunciador. Com o uso dessa estratégia, em geral, não ocorre manutenção plena do referente, pois, ao refocalizá-lo, a tendência é que ele seja redirecionado modificando sua carga semântico-referencial, seja ganhando ou perdendo propriedades. Para tanto, o enunciador realiza escolhas linguísticas coerentes ao seu projeto de dizer e à interação verbal estabelecida, tendo os modificadores do nome-núcleo grande relevância.

Essa estratégia auxilia os interlocutores na construção do sentido do texto e pode ocorrer com diferentes objetivos, dentre os quais podemos apontar a partir de Cavalcante (2003, p. 110) e Koch (2004, p. 252):

- a) acrescentar informações de algum modo relevantes, particularizando o referente;
- b) enfatizar determinadas propriedades do referente relevantes ao evento discursivo;
- c) enfatizar a avaliação (positiva ou negativa) acerca do referente;
- d) apresentar ao enunciatário crenças, atitudes e opiniões acerca do referente (próprias do enunciador ou pertencentes a uma outra voz presente no enunciado);
- e) apresentar, com variados propósitos, fatos relativos ao referente que o enunciador julga desconhecidos do enunciatário.

Desse modo, a *descrição especificadora* não é uma estratégia para simplesmente retomar o referente e mantê-lo em foco no texto, mas sobretudo para aspectualizar, refocalizar e reavaliá-lo, para recategorizá-lo, para redirecioná-lo enfatizando determinada(s) propriedade(s), para conduzi-lo conforme os interesses do enunciador (ou dos interlocutores) em dada interação verbal. Tudo isso acontecendo na quase independência do cotexto, pois cabe ao nome-núcleo e modificadores, “sempre novos”, revelarem as “novidades” sobre o

²⁸⁶ Excerto da notícia B4 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 27/01/2012, p. A10.

referente, as intenções e o ponto de vista do enunciador. No entanto, inferências co(n)textuais podem, em grau variado, fazerem parte da interpretação de SN2 e da sua relação com SN1.

Um exemplo dessa estratégia é o SN2 abaixo, que retoma SN1 correferencialmente, acrescentando informações relevantes sobre o referente.

Governador do AM propõe que **haitianos**[SN1] vão viver em Brasília
O governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), sugeriu anteontem que o governo federal abrigue em "apartamentos de deputados federais", em Brasília, **os imigrantes haitianos que entraram ilegalmente no país pela fronteira amazônica**[SN2].²⁸⁷

Semelhantemente, ocorre neste excerto:

Brasil vai ampliar concessão de vistos para **haitianos**
O ministro da Justiça disse que **os cidadãos haitianos que entrarem no Brasil de forma regular** terão prioridade no acesso aos serviços públicos. (Brasil [...], 2014)

Há casos em que a *descrição especificadora* é de uso mais simples, por exemplo, entre *um imigrante do Haiti*[SN1] e *um imigrante do Senegal*[SN2], considerando a possibilidade de SN2 se realizar como correção de SN1. Denominaremos esse tipo de SN2 como *descrição especificadora simples*.

Há casos em que a *descrição* tem como nome-núcleo um *termo genérico*, o qual tem seu grau de genericidade consideravelmente reduzido, devido às informações especificadoras dadas pelo(s) modificador(es). Isso ocorre, por exemplo, nos SNs destacados abaixo. A saber:

Situação humanitária dos refugiados haitianos[SN1] continua sem solução
[...] depois do **fechamento** do galpão que abrigava os refugiados na pequena cidade acreana de Brasileia[SN2], eles estão sendo enviados diretamente para a capital Rio Branco e logo em seguida rumo a outros estados, especialmente São Paulo. [...] A cheia dos rios da região deixou o Acre isolado nos últimos meses, impossibilitando o deslocamento dos imigrantes para outras regiões e aprofundando a já degradante situação do galpão que lhes servia de abrigo[SN3]. (Situação [...], 2014)

Ainda sobre a composição linguística dessa estratégia, em geral o nome-núcleo é determinado por artigo definido, o que remete às considerações sobre *descrição definida* de Marcuschi e Koch (2002), Koch (2004) e Cavalcante (2003), entre outros trabalhos. O uso de artigo definido + nome é a forma clássica de retomar um referente conhecido. Mas também outros determinantes podem fazer o “mesmo” papel, como o pronome demonstrativo e o artigo indefinido. O uso de artigo indefinido + nome é explorado, por exemplo, por Cunha Lima (2003), que trata esse tipo de SN como *descrição indefinida*. De acordo com a autora, “um uso do indefinido parece dar mais destaque para o aspecto novo contido na recategorização [...], ou seja o aspecto novo da informação é posto em relevo”. Soma-se a

²⁸⁷ Excerto da notícia B4 do corpus de análise. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 27/01/2012, p. A10.

essa força do indefinido o caráter de paráfrase que tem essa estratégia. “A paráfrase também parece favorecer acima de tudo o aspecto de novidade, o nome-núcleo é reativado e novas predicções são aplicadas sobre ele” (Cunha Lima, 2003, p. 139).

Somente nos trabalhos recentes em Linguística Textual o uso do artigo indefinido em posição de SN2 tem recebido atenção. Até então, reconhecia-se apenas a concepção clássica segundo a qual o artigo indefinido é usado para introduzir um referente e não para retomá-lo. Aqui queremos também tratar seu uso na retomada correferencial, em que se ativam propriedades novas de um referente velho.

4.8.3. Anáfora não-correferencial (re)categorizadora

As estratégias – denominadas *Anáforas Indiretas* (AIs) – agrupadas neste item têm em comum a ausência de retomada correferencial. Aqui, o elemento anafórico introduz referente novo (em geral, como se já fosse conhecido) e estabelece relação de remissão a uma “âncora” do cotexto. Essa “âncora” pode ser SN, verbo ou informações difusas, que mobilizam conhecimento de mundo e trabalho cognitivo e textual. Nesse processo, as inferências, em maior ou menor grau, têm grande relevância.

Pode ou não ocorrer recategorização. Sua ausência se dá em casos, por exemplo, de a construção referencial de SN2 depender apenas de inferências indiretas cotextuais. Quando ocorre, a recategorização aparece de forma relevante, dando os modificadores do nome-núcleo contribuição substancial para a referenciação e para o projeto de dizer do enunciador.

A cossignificação também é possível, visto que nomes iguais podem referir objetos distintos, embora aqui cossignificação não seja aspecto relevante.

As AIs envolvem diferentes tipos de relação anafórica, que pode ser de base léxico-semântica, cognitivo-conceitual, inferencial-textual. *Anáfora indireta* (AI) é um termo amplo que envolve diferentes formações de SNs e diferentes tipos de relações textuais na construção referencial do elemento anafórico, para o qual se admite não só SN definidos, mas também SN indefinidos e pronomes.

Quanto ao antecedente, ele é um elemento-fonte que pode ser tanto um item lexical pontualizado (nome, verbo, advérbio, por exemplo) quanto informações difusas no cotexto, isto é, “uma ‘expressão-âncora’ ativa significados desencadeando inferências potenciais ou relações possíveis nem sempre lexicalizadas, mas situadas no texto” (Marcuschi, 2005, p. 95). Tais itens lexicais e inferências podem estar no cotexto retrospectivo ou prospectivo.

De modo geral, a AI tem “duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global” (Marcuschi, 2005, p. 59).

A partir de Schwarz (2000), Marcuschi (2005, p. 60) elenca as seguintes características da AI, pelas quais nos orientamos:

- a) a inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada, e presença de uma *âncora*, isto é, uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da AI;
- b) a ausência de relação de correferência entre a *âncora* e a AI, dando-se apenas uma estreita relação conceitual;
- c) a interpretação da AI se dá como a *construção* de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não como uma busca ou reativação de referentes prévios por parte do receptor;
- d) a realização da AI se dá normalmente por elementos não pronominais, sendo menos comum sua realização pronominal.

Frente à variedade de realização da AI, cabe tratar dos seus tipos, levando em conta a relação entre o elemento anafórico e a respectiva *âncora*. Para Marcuschi (2005, p. 61), há dois tipos básicos de AI: os *semanticamente fundados* e os *conceitualmente fundados*. Os primeiros “exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos semânticos armazenados no léxico (mais especificamente ligadas a âncoras lexicais precedentes)”. Os segundos

exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédicos (mais especificamente vinculados ao modelo de mundo textual presente no co(n)texto) e mais ligados a processos inferenciais gerais (Marcuschi, 2005, p. 61).

Os tipos semanticamente fundados se subdividem em papéis temáticos verbais e anáfora associativa. Os tipos conceitualmente fundados, em esquemas cognitivos e modelos mentais, inferências ancoradas no modelo textual, nominalização e pronomes introdutórios de referente. Embora possamos apontar casos típicos de cada uma das classificações, não há uma fronteira exata que distancia ou diferencia um tipo do outro, o que ocorre no processamento textual é um imbricamento de conhecimentos léxico-estereotípicos com conhecimentos cognitivo-conceituais e discursivos conforme a particularidade de cada AI.

A seguir, trataremos desses subtipos com a seguinte nomenclatura: papéis temáticos, anáfora associativa, esquema cognitivo, conhecimento textual, nominalização, pronominalização neutra, pronome introdutor de referente e rotulação metalinguística.

a) Papéis temáticos (argumento verbal)

Esta estratégia refere-se a papéis determinados pelos verbos. Os papéis mais comuns, conforme Ilari (2001a, p. 131), são

o *agente* (indivíduo que tem a iniciativa da ação, que tem controle sobre a realização da ação); o *alvo* (indivíduo ou objeto diretamente afetado pela ação); o *instrumento* (o objeto de que o agente se serve para praticar a ação); o *beneficiário* (o indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo); o *experienciador* (o indivíduo que passa pelo estado psicológico descrito pelo verbo).

Nem sempre os papéis temáticos são explicitamente preenchidos. Isso pode se dar pelo fato de a informação elidida ser conhecida e de fácil recuperação, ou, ainda, quando o objeto relativo a tal papel é, na situação discursiva ou na concepção do enunciador, “irrelevante” à construção referencial e discursiva. Mas pode ser também que tal elisão ocorra por escolha do enunciador que, propositalmente, quer enfatizar determinado referente e manter oculto outro.

Os enunciados a seguir são construções com papéis temáticos elididos.

- 1) *Natal é celebrado com música tradicional em praça*²⁸⁸
- 2) *Haitianos no Brasil temem que parentes não possam imigrar*²⁸⁹
- 3) ***Haitiana** conta o medo que passou nas mãos de atravessadores bolivianos até conseguir entrar **ilegalmente** no Brasil, pelo Acre* (grifos do original)²⁹⁰

Os enunciados 1 e 2 são títulos de notícia, enquanto o enunciado 3 é a linha fina de uma notícia, cujo título é *Nas garras dos coiotes*.

No enunciado 1, construído em voz passiva, há omissão/elisão do agente, que pode ser facilmente identificado logo no início da notícia, a saber: *O grupo de aproximadamente 900 haitianos que está instalado provisoriamente em Brasileia, no Acre*.

No enunciado 2, constituído de oração principal e oração subordinada substantiva objetiva direta, há omissão do local de destino (o *alvo*) do sujeito da segunda oração. Apesar disso, é facilmente identificável no texto para onde os *parentes* querem ou devem *imigrar*: o Brasil.

²⁸⁸ Excerto da notícia A4b do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S.Paulo*, 26/12/2011, p. A11.

²⁸⁹ Excerto da notícia B1 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S.Paulo*, 12/01/2012, p. A14.

²⁹⁰ Linha fina da notícia A5 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S.Paulo*, 28/12/2011, p. A14.

No enunciado 3, é elidido o sujeito a quem a *haitiana conta o medo*, ou seja, é elidido o *beneficiário*. Trata-se de uma informação relevante na produção do texto (e da *prática discursiva*), pois a *haitiana conta* à/ao repórter o que viveu para, em seguida, a/o repórter produzir a notícia (isto é, sem sua ação de contar não se produziria a notícia). Por inferências contextuais sabe-se facilmente a quem a *haitiana conta* algo. No entanto, é uma informação irrelevante no consumo da notícia, diferentemente do que ocorre na leitura dos enunciados 1 e 2. A propósito, a própria linha fina da notícia (com os referentes nela explicitados) já aponta para os elementos importantes na sua interpretação.

Muitas vezes o referente de determinado papel temático tem de ser inferido para a construção de outro(s) referente(s). Como processo natural dos textos em geral, neles há cadeias referenciais que sequenciam pessoas, coisas, ações, estados de coisas, entre outros objetos de discurso. “Essas cadeias quase sempre são lacunosas, exigindo conhecimentos comuns, partilhados, situativos etc. para preenchimento” (Marcuschi, 2005, p. 91). Essa observação é válida não somente para o preenchimento ou não de papéis temáticos, mas para a referência e a anáfora em geral.

b) Anáfora associativa

A *Anáfora Associativa* (AA) tem recebido teoricamente dois tratamentos diferentes, denominados concepção ampla e concepção restrita. A distinção entre ambas diz respeito ao aspecto formal do SN2 e, conseqüentemente, à relação de associatividade de SN2 com SN1. A escolha das formas linguísticas resulta em mudança na associatividade dos termos, de modo a formação linguística dos SNs desempenhar importante papel na definição da AA.

Na definição ampla, o SN2 pode ser composto de nome-núcleo determinado por artigo indefinido ou por demonstrativo. Além disso, “a definição abrangente acolhe todo pronome anafórico indireto e todo demonstrativo anafórico indireto como anáfora associativa, enquanto a definição restrita proíbe um agrupamento como esse, reconhecendo somente como anáfora associativa possível o SN com artigo definido” (Kleiber, Schnedecker e Ujma, 2003, p. 8-9).

Assumimos neste estudo a concepção restrita, seguindo, por exemplo, Kleiber (1994, 2001), para quem a AA é um fenômeno de ordem léxico-estereotípica (semântico-lexical, portanto). O estudo de Kleiber (2001) é resenhado por Ilari, Buin e Zanin (2003), resenha da qual, em parte, nos valem para seguir.

No caso típico de AA, SN1 refere a um todo e SN2 a uma parte desse todo, em relação não correferencial. Há entre ambos os SNs relação de *meronímia*, que ocorre como *ingrediência*, ou seja, um referente é tipicamente ingrediente do outro, como, por vezes, nos

casos de metonímia. Um aspecto é que os núcleos de SN1 e de SN2 quase sempre pertencem ao mesmo campo lexical. É o que ocorre em: *Foi encontrado na rua **um passaporte do Haiti***[SN1]. *A **foto***[SN2] *não parecia ser de nenhum dos haitianos do alojamento.* Aqui, *foto* é ingrediente de *passaporte*.

Quanto à composição de SN2, tipicamente o nome-núcleo é determinado por artigo definido. Para Kleiber (2001), o artigo definido é um ingrediente essencial, cuja presença no SN2 ressalta o fato de seu referente ser apresentado como conhecido, além de atribuir-lhe um grau de acessibilidade determinado, diferente do que ocorre se SN2 contém um pronome ou um demonstrativo (Ilari, Buin e Zanin, 2003, p. 357). Assim, o recurso da meronímia tem a vantagem de acolher vários casos em que a relação parte-todo é de fácil processamento e reconhecida sem problemas, como o citado acima.

No entanto, essa estratégia ocorre também com SN2 de outra formação. Kleiber (1994, 2001) considera o artigo indefinido como determinante do elemento anafórico, mas sem fugir da “aura” do definido. A regra é o emprego do definido. Os casos em que ocorre indefinido “são na verdade a exceção que confirma a regra, porque se interpretam por um raciocínio que obriga por estabelecer o artigo definido e acaba por qualificar o indefinido como um partitivo” (Ilari, Buin e Zanin, p. 356). Por exemplo: *O policial observou **o passaporte***[SN1]. ***Uma das páginas***[SN2] *continha uma rasura estranha.* O uso de *uma das* ocorre adequadamente porque o *passaporte* contém várias páginas, que poderiam noutro contexto linguístico ser referidas por *as páginas*, confirmando a regra. A relação de meronímia/ingrediência se estabelece em ambos os casos.²⁹¹

Na AA, há recategorização, pois a categoria de SN2 não é a mesma de SN1. E mais, o referente de SN2 pode ser avaliado positiva ou negativamente. Nos exemplos acima é possível imaginar como SN2 o uso de *a foto bem produzida* ou de *a foto do sujeitinho* (nesse caso, pejorativamente) e de *uma das páginas cheia de registros positivos* ou de *uma das páginas que trazia um carimbo indesejável*.

Na concepção restrita, portanto, a AA orienta-se pelos seguintes aspectos:

- a. SN2 é, preferencialmente, determinado por artigo definido;

²⁹¹ A restrição formal não recai apenas no SN2, mas também no SN1. Há sobre o antecedente um caráter de indefinitude. Kleiber defende que “o antecedente que melhor ilustra a natureza da AA é do tipo *um N*. O antecedente indefinido é apropriado para estabelecer uma ponte estereotípica entre o antecedente e a expressão anafórica, pois carrega uma informação que não é individualizada. Dessa maneira, a saturação se dá pelo conhecimento estereotípico proporcionado pelo antecedente, e não pelo conhecimento dos referentes, que não é necessariamente acessível a todo intérprete do texto. O uso do indefinido exclui o estabelecimento de relações de conhecimentos particulares, pressupondo uma relação genérica que faz com que o referente seja compreendido por qualquer intérprete, bastando para isso a forma linguística” (Ilari, Buin e Zanin, 2003, p. 360-1).

- b. SN2 introduz referente novo, em geral apresentado como conhecido;
- c. no cotexto retrospectivo há, preferencialmente, um SN indefinido que serve de âncora para SN2, isto é, SN1 fornece inferências para a referenciação de SN2;
- d. a relação ou “ancoramento” é de base léxico-estereotípica;
- e. a relação entre SN1 e SN2 é de *ingrediência* e de não correferencialidade.

Tais aspectos indicam, portanto, que a associatividade envolve inferências (de baixo grau), conhecimento de língua, conhecimento de mundo, trabalho cognitivo-discursivo. No caso das inferências, elas dizem respeito à estereotipia lexical, isto é, “ao contrário das anáforas indiretas em geral, que podem mobilizar os conhecimentos mais variados, as AAs mobilizam sempre inferências de um tipo muito particular, cujo fundamento é, num sentido a ser esclarecido, lexical-estereotípico” (Ilari, Buin e Zanin, p. 357).

c) Esquema cognitivo

Essa estratégia é um tipo de anáfora que se funda em conhecimentos de mundo cognitivamente armazenados, os quais fazem parte da nossa memória de longo prazo e são representados no enunciado concreto por modelos mentais, comumente chamados de *frames* (enquadres), cenários, esquemas e *scripts*. Desse modo, a referenciação ocorre como atividade cognitivo-textual.

Um esquema cognitivo (modelo mental) implicitamente disponibiliza no texto vários elementos passíveis de ativação, alguns são ativados no SN2, muitos não. O objeto introduzido por um SN2 insere-se no modelo mental previamente ativado por um ou mais itens lexicais [SN1], com o qual (ou os quais) SN2 estabelece relação indireta. Na verdade, SN1 dá suporte (servindo-se de âncora) à referenciação do objeto introduzido por SN2.

Nesse tipo de estratégia, ocorre, de algum modo, relação associativa, mas não léxico-estereotípica como no caso de AA. Nos modelos mentais ativam-se conhecimentos conceituais armazenados na memória, enquanto na AA ativam-se conhecimentos semânticos lexicalizados. A distinção entre os dois tipos de associação não é clara nem rígida, trata-se de uma fronteira tênue.

d) Conhecimento textual

Aqui, o trabalho cognitivo é maior do que no caso anterior. Esse subtipo de AI, em geral, tem como âncora informações explicitadas no cotexto retrospectivo, mas tais informações, muitas vezes, apenas dão indícios para a referenciação do SN introdutor de objeto, o que exige sobremaneira mobilizar inferências co(n)textuais. Trata-se de uma anáfora

fundada “em conhecimentos retrabalhados por estratégias inferenciais maximizadas pelo conjunto de conhecimentos textuais mobilizados” (Marcuschi, 2005, p. 64).

e) Nominalização

Para essa estratégia Marcuschi e Koch (2002) empregam o termo *nominalização*, enquanto Cavalcante (2001, 2002) e Apothéloz e Chanet (2003), por exemplo, empregam *nomeação*. São termos intercambiáveis que aqui usamos indistintamente.

Entende-se “como *nomeação* a operação discursiva que consiste em referir-se por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição” (Apothéloz e Chanet, 2003, p. 132). A característica principal dessa estratégia consiste em dar a um conjunto de informações (chamadas *informações-suporte*) um estatuto discursivo que até então ele não tinha: um estatuto de *objeto de discurso*. Trata-se de um novo objeto de discurso, ainda que o núcleo referencial da nomeação implicitamente já se faça presente nas informações-suporte.

Nessa estratégia, em geral, o elemento anafórico é um nome deverbal. No entanto, “a expressão lexical [...] não é necessariamente um derivado morfológico do verbo empregado na proposição que forneceu as informações-suporte” (Apothéloz e Chanet, 2003, p. 136-7). Aliás, há casos em que inexistente na língua um nome derivado disponível, necessitando, assim, do emprego de *forma supletiva*: nome não deverbal que cumpre o mesmo papel do nome deverbal.

No caso típico de *nomeação*, o núcleo do SN é um nome que quase sempre possui carga semântico-referencial condizente com as informações-suporte, e a relação se estabelece no sentido de nomear um conteúdo implicitado.

Em geral o nome-núcleo tem como determinante um artigo definido ou um pronome demonstrativo e, por vezes, é seguido de modificadores. Assim, com a *nominalização* pode-se imprimir na continuidade referencial uma avaliação positiva ou negativa sobre o objeto de discurso erigido, contribuindo para a orientação argumentativa do texto. Na verdade, a nomeação “pode dar ao enunciador a oportunidade de manifestar sua subjetividade ou de repetir a de outrem” (Apothéloz, 2003, p. 72).

Por vezes, usam-se na *nominalização* termo hiperônimo ou nome semanticamente vago²⁹² (caracteristicamente nome não deverbal), mesmo que exista disponível na língua um

²⁹² O uso do hiperônimo e do nome semanticamente vago tratado aqui difere do uso que têm na Retomada por hiperonímia ou hiponímia e na Retomada por termo genérico, expostas no item 4.8.2. *Anáfora correferencial com recategorização*, em que a relação anafórica ocorre entre dois SNs correferenciais explicitados no cotexto.

nome deverbal. Há razões para que o enunciador opte por essas formas e há efeitos no processo referencial. A partir de Apothéloz e Chanet (2003) podemos considerar:

- a) para evitar a repetição entre a base lexical do verbo e a do nome deverbal, principalmente quando próximos no texto, opta-se por um hiperônimo. Esse mecanismo é pouco recorrente na fala cotidiana, tipo de texto em que a repetição (deverbal) é muito frequente;
- b) há casos em que o hiperônimo reagrupa sob um mesmo nome vários processos introduzidos por uma sucessão ou coordenação de proposições, operando, assim, uma globalização (sumarização) de informações em um só objeto de discurso. Segundo Apothéloz e Chanet (2003, p. 165), “parece que este resumo por um hiperônimo é facilitado quando o cotexto anterior já comporta substantivos predadores: a nomeação pode, então, englobar, sob um referente único, informações transmitidas por uma proposição e objetos designados por SNs deverbais”;
- c) há casos em que o processo/estado a ser nomeado apresenta certa complexidade, a ponto de dificultar a inserção de um nome com carga semântico-referencial explícita e/ou concernente ao item verbal das informações-suporte. Assim, opta-se por um nome semanticamente vago, ou *semanticamente quase nulo* (nos termos de Apothéloz e Chanet, p. 163), como, por exemplo, *negócio*, *ideia*, *coisa*²⁹³. Como efeito dessa solução, acentua-se o uso de predicções (adjetivo, elemento preposicionado, oração relativa) vinculadas ao nome. Ou seja, as propriedades complementares atribuídas ao referente tornam-se ainda mais importantes e caracterizadoras do referente, pois, uma vez que o nome-núcleo é vago, cabe às predicções revelar as propriedades a serem enfatizadas e a avaliação atribuída ao referente.

Há casos de nomeação em que, entre as informações-suporte e o elemento anafórico, ocorre transformação de um processo específico em um processo genérico. Isto é, o referente do elemento anafórico é genérico em relação ao referente que ele faz emergir das informações-suporte. Para tanto, em geral, emprega-se um nome não deverbal, mesmo que haja um deverbal disponível na língua. Assim, o nome usado pode ser semelhante ou igual ao usado na estratégia *termo genérico* (por exemplo, *questão*, *fato*, *hipótese*, *ocorrência*), mas há

²⁹³ Apothéloz e Chanet (2003, p. 163) observam que “esta operação apresenta a vantagem suplementar de evitar um recurso a um pronome demonstrativo, solução [...] estigmatizada pela norma, pelo menos na escrita”. Em geral são intercambiáveis o nome deverbal, a forma supletiva, o nome semanticamente quase nulo e o pronome demonstrativo (pronominalização neutra).

uma diferença substancial entre ambas que diz respeito à relação entre SN2 e o antecedente: enquanto a *nominalização* remete a uma proposição ou informação-suporte, o *termo genérico* retoma correfencialmente o objeto de um SN antecedente.

f) Pronominalização neutra

Concordamos com Apothéloz e Chanet (2003, p. 134): “um pronome demonstrativo pode muito bem executar a mesma operação” da *nominalização*. Embora se assemelhe à *nominalização* no que tange ao elemento-fonte (informações-suporte²⁹⁴), tratamos esse uso do pronome como nova estratégia, denominando-a *pronominalização neutra*, cujos casos típicos são os demonstrativos neutros *isso* ou *isto*. Por não possuir carga semântico-referencial própria, o que acrescentaria alguma informação nova ao discurso, tal *pronominalização* tem sempre o estatuto de velha, ao mesmo tempo em que introduzem referentes novos, erigidos de informações cotextualmente difusas (Cavalcante, 2001, p. 132).

Enquanto a *nomeação* favorece ao enunciador avaliar o referente, a *pronominalização* tende a impedir tal avaliação. Apesar disso, o pronome pode revelar uma avaliação negativa em relação ao objeto erigido, no sentido de o uso de *isso* ser de menosprezo e desdém, o que lhe retira a neutralidade que, em princípio, tem a forma linguístico-pronominal em si. Vejamos um exemplo:

[...] Aziz disse que os haitianos são "muito bem-vindos", mas que o Estado não tem condições de fornecer emprego, moradia e alimentação para os imigrantes "ad eternum".

"**Isso** não vai acontecer, nem aqui nem em lugar nenhum. [...]".²⁹⁵

Considerando a *nomeação* e a *pronominalização neutra* como estratégias intercambiáveis, observamos com Apothéloz e Chanet (2003, p. 142): “para nomear, o oral cotidiano tende a evitar as soluções lexicais e faz uso abundante de pronome demonstrativo neutro”. Em direção contrária, a norma proscreve na escrita (jornalística, por exemplo) o uso recorrente do pronome. Outra diferença entre ambas as estratégias está na ausência de carga semântico-referencial do pronome: enquanto a *nominalização* em geral requer relativo esforço cognitivo dos interlocutores no seu processamento, a *pronominalização* permite ao enunciador

despender pouco esforço cognitivo, uma vez que não precisará escolher o nome que designe mais apropriadamente suas intenções comunicativas.

²⁹⁴ Sobretudo as informações-suporte é o que torna a *pronominalização neutra* diferente do *pronome reativador de referente* (forma pronominal com antecedente explícito), que retoma correferencialmente um referente pontualizado.

²⁹⁵ Excerto da notícia B4 do *corpus* de análise. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 27/01/2012, p. A10.

Assim, quando [...], por exemplo, [...] não se pretende acrescentar nenhum conteúdo argumentativo, [...] parece ser mais cômodo, dado o alto grau de genericidade, empregar apenas uma pro-forma resumidora. (Cavalcante, 2001, p. 128)

g) Pronome introdutor de referente

Esta estratégia é uma *forma pronominal sem antecedente explícito*, introdutora de referente novo. Consiste no uso de pronome, sobretudo *ele(s)* ou *ela(s)*, que, em geral, estabelece remissão com alguma forma linguística (sobretudo nominal ou verbal), a qual apenas fornece orientações para construção referencial do pronome, de modo que essa estratégia “leva a considerar as formas de referenciação que deixam vaga a procedência dos elos referenciais estabelecidos sob o aspecto da pontualização” (Marcuschi e Koch, 2002, p. 51).

Embora se atribua a esse uso do pronome um caráter anafórico, sua identificação referencial ocorre sem que exista um SN antecedente em que o pronome encontraria seu referente explicitamente. Não há no cotexto (retrospectivo, sobretudo) um objeto a ser retomado. A esse respeito, comentam Marcuschi e Koch (2002, p. 51): “trata-se de um caso típico de indicição pronominal com introdução de referentes explicitáveis apenas compreensivamente, mas não explicitados discursivamente”, o que evidencia a realização da referenciação com informações implicitadas, a construção do referente por informações difusas e por inferências instauradas pelo co(n)texto. Não há propriamente uma progressão na relação direta, mas sim uma construção referencial por indução, fundada em inferências.

O aspecto de situacionalidade e de co(n)textualidade caracterizador dessa estratégia evidencia-se com o fato de o pronome depender de alguma carga semântico-referencial presente no cotexto, a qual deve facultar a construção de seu referente. Em geral, essa carga encontra-se numa forma nominal ou verbal, mas pode também encontrar-se cotextualmente difusa. Nesse processo, mais importante que a forma linguística são a atividade cognitiva dos interlocutores, a ativação das informações co(n)textuais, do conhecimento de mundo e de língua. Dois exemplos desse uso pronominal ocorrem nos possíveis enunciados:

Não houve entendimento com a editora. Os direitos autorais que **eles** queriam pagar era simplesmente vergonhoso.²⁹⁶

Estamos *pescando* há mais de duas horas e nada, porque **eles** simplesmente não mordem a isca.²⁹⁷

²⁹⁶ Exemplo copiado de Koch (2009, p. 67).

²⁹⁷ Exemplo copiado de Marcuschi (2005, p. 67).

Trata-se de um tipo de referenciação em que as noções de recategorização, correferência e cossignificação são irrelevantes, não se aplicam.

Quanto a um possível cotejo fala–escrita, essa estratégia “é mais rara na escrita e pode ser tida como típica (mas não exclusiva) da fala” (Marcuschi, 1998, p. 15). As particularidades desse tipo de uso pronominal fazem “com que o divisor entre fala e escrita, no que concerne aos processos de progressão referencial, se dê preferencialmente nesta estratégia” (Marcuschi e Koch, 2002, p. 53).

h) Rotulação metalinguística

Essa estratégia não é tratada, por exemplo, por Marcuschi (2005) como *anáfora indireta*. Nós a consideramos como tal devido a seu alto grau de inferenciação, ao processo cognitivo-textual e linguístico que mobiliza. De qualquer modo, aqui a referenciação é de outra ordem. O elemento anafórico refere e nomeia alguma parte do texto, tornando-a objeto de discurso. Diferente das demais estratégias, aqui o referente não é uma coisa, indivíduo ou evento. Devido ao seu caráter metalinguístico, a *rotulação* é a única estratégia em que o elemento anafórico refere-se a seu antecedente. Ao empregá-la, o enunciador realiza um procedimento metalinguístico.

Os SNs característicos das *rotulações metalinguísticas* “nomeiam, certamente, um processo, mas não aquele que denota um conteúdo proposicional; elas nomeiam o tipo de ato de fala realizado por uma enunciação, e categorizam este ato como *questão, conselho, pedido, anúncio, preceito, regra* etc” (Apothéloz e Chanet, 2003, p. 161)²⁹⁸. Ao categorizar parte do enunciado como ato de fala, o enunciador produz uma mudança para o nível metalinguístico (mudança que não ocorre na *nominalização*), atribuindo ao enunciado força ilocucionária. Essa força e/ou os possíveis modificadores do nome-núcleo contribuem para a avaliação do enunciado nomeado e para a orientação argumentativa do discurso. Nesse sentido,

todos os rótulos contêm algum grau de subjetividade, ou seja, funcionam de forma metaenunciativa, pois, ao rotular segmentos textuais, criando um novo objeto de discurso, o produtor procede não apenas a uma avaliação do que neles está dito, mas, sobretudo, de como deseja que isso seja visto pelo leitor, escolhendo, para tanto, aquele rótulo que considera adequado à realização de seu projeto de dizer. (Koch, 2012, p. 133-134)

Aqui, os nomes-núcleo “são *metalinguísticos* no sentido de que rotulam uma extensão discursiva como sendo um tipo particular de *linguagem*” (Francis, 2003, p. 202). Essa

²⁹⁸ Para Apothéloz e Chanet (2003) essa estratégia é um tipo de *nomeação anafórica*, embora os próprios autores enfatizem que há certa diferença entre os critérios dessa estratégia e os da *nomeação*.

extensão é mais comum no cotexto retrospectivo, mas também pode estar no prospectivo. Além disso, nem todos os nomes rotulam *extensão* prospectivamente localizada.

Os rótulos metalinguísticos são subdivididos por Francis (2003) em quatro grupos, havendo certa imbricação entre eles. Empregamos, a seguir, a mesma terminologia do autor.

Grupo 1 – Nomes ilocucionários. São nomes-rótulos de processos verbais, normalmente atos de comunicação: têm tipicamente verbos ilocucionários cognatos. Por exemplo, *acusação, aviso, alegação, resposta, apelo, argumento, reivindicação, comentário, queixa, cumprimento, conclusão, opinião, crítica, decisão, descoberta, desculpa, indicação, observação, promessa, proposta, protesto, reconhecimento, recomendação, lembrança, pedido, revelação, declaração, sugestão*.

Grupo 2 – Nomes de atividades languageiras. São nomes que se referem a alguns tipos de atividade languageira ou aos resultados dessa atividade. São similares aos nomes ilocucionários, mas não têm necessariamente verbos ilocucionários cognatos. Por exemplo: *consideração, comparação, critério, debate, defesa, definição, descrição, detalhe, disputa, distinção, exemplo, fórmula, ilustração, ocorrência, linguagem, mensagem, mito, bobagem, comprovação, discussão, história, conversa, tema, julgamento, colocação*.

Grupo 3 – Nomes de processos mentais. São nomes que se referem a estados e processos cognitivos e a seus resultados. Incluem rotulação de verbos de processo mental do tipo os usados para projetar ideias como *pensar* e *acreditar*, mas nem todos os nomes têm verbos cognatos. Quando esses nomes são usados como núcleo de rótulos, seus referentes já foram expressos pelo item verbal, mas a expressão via verbo não é necessariamente parte do significado do nome. Por exemplo, *interpretação* pode referir-se tanto à teoria particular formulada como resultado da interpretação, quanto ao processo de interpretação. Alguns desses nomes são *análise, suposição, atitude, crença, conceito, convicção, dúvida, descoberta, hipótese, ideia, insight, interpretação, conhecimento, noção, opinião, posição, princípios, suspeita, teoria, modo de pensar, pensamento, (ponto de) vista*.

Grupo 4 – Nomes de textos. São nomes que se referem à estrutura textual formal do discurso. Não há nenhuma interpretação envolvida: simplesmente rotulam extensões do texto precedente, cujos limites precisos os nomes definem. Nomes nucleares deste tipo são, por exemplo, *frase, pergunta* (ortograficamente assinalada), *sentença, questão* e *palavras*, que estão no “modo sintático da metalinguagem”, em oposição ao modo semântico. Também incluem nomes como *passagem, citação, termo*, que, similarmente, referem-se às estruturas formais, embora não sejam unidades sintáticas.

No texto jornalístico, por exemplo, é muito comum o enunciador referir à voz do *outro* empregando algum tipo de *rotulação metalinguística*. Esse procedimento muitas vezes imprime ao discurso avaliação positiva ou negativa acerca do *outro*, o que contribui para a orientação argumentativa do texto e para a ideologia assumida pelo enunciador, mesmo no gênero notícia, o qual, em tese, aproxima-se da imparcialidade.

Um exemplo é o uso do nome ilocucionário *declaração* em:

Governador do AM propõe que haitianos vão viver em Brasília
 O governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), sugeriu anteontem que o governo federal abrigue em "apartamentos de deputados federais", em Brasília, os imigrantes haitianos que entraram ilegalmente no país pela fronteira amazônica.
A declaração, que provocou risos dele mesmo, ocorreu durante entrevista a um grupo de jornalistas.²⁹⁹

Nesse caso, ainda que o verbo antecedente seja *sugeriu*, o enunciador nomeia a fala do governador como *declaração*, que é de força ilocucionária mais fraca do que *sugestão*, nome que se esperaria devido ao verbo usado.

O uso de *declaração* acima não é nominalização (como talvez pareça) porque o que provocou risos não foi a ação do governador, e sim a frase enunciada pelo governador. A nominalização nomeia o conteúdo e diz respeito à ação do sujeito, enquanto a rotulação nomeia parte do texto, como processo metalinguístico.

Neste capítulo, ao nos afastarmos da noção estrita de referência privilegiando o processo de referenciação, mobilizamos uma série de fenômenos discursivos inerentes ao enunciado concreto, os quais, em grande medida, amalgamam-se na materialização linguística do discurso, especialmente nas expressões referenciais. É uma mobilização que retoma e dialoga com grande parte dos conceitos expostos nos capítulos 2 e 3, e remete a questões histórico-culturais, políticas e socioeconômicas expostas no capítulo 1, dedicado à contextualização do deslocamento dos imigrantes haitianos para o Brasil. O diálogo direto entre este capítulo e os anteriores se fazia necessário porque tomaremos como eixo de nossa pesquisa os sintagmas nominais e pronomes (entre outras formas linguístico-referenciais) empregados na referenciação e categorização dos imigrantes haitianos e de outras pessoas e ações e eventos a eles relacionados. Isto é, entendemos que as expressões referenciais, de certo modo, sintetizam os conceitos e fenômenos discursivos expostos por nós, ao mesmo tempo em que podem ser tomadas como ponto de partida para a percepção de como os sujeitos (enunciador e enunciatário) atuam discursivamente.

²⁹⁹ Excerto da notícia B4 do corpus de análise. Fonte: *Folha de S.Paulo*, 27/01/2012, p. A10.

5. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO MÉTODO: *CORPUS* E ANÁLISE

Para análise dos textos do *corpus* lançamos mão de critérios de uma leitura crítica do *texto* que se relacionam com os (e se baseiam nos) vários conceitos discutidos no capítulo 3, em que aproveitamos significativamente os conceitos bakhtinianos expostos no capítulo 2, assim como consideramos, de forma direta ou indireta, diferentes aspectos contextuais e conceitos expostos nos capítulos 1 e 4. Isto é, na ótica dessa espécie de catalisação ocorrida no capítulo 3, buscaremos identificar os elementos discursivo-textuais mais evidentes em cada notícia, sem, porém, compreendermos, a rigor, a ACD como método de análise. Quando pertinente, segundo as particularidades que a notícia nos revela, dialogaremos com o capítulo 1, tecendo considerações sobre os imigrantes haitianos no Brasil numa perspectiva econômico-laboral, e com o capítulo 4, avaliando as estratégias linguístico-referenciais empregadas no processo de referenciação e (re)categorização, entendidas como escolhas do sujeito-enunciador.

Considerando que “a análise do hibridismo interdiscursivo dos textos fornece um recurso potencialmente valioso [...], oferecendo um nível de análise detalhada que não é atingível com outros métodos”³⁰⁰ (Fairclough, 2003, p. 35, tradução nossa), estaremos especialmente preocupados com as relações interdiscursivas entre as notícias, assim como as possíveis relações dessas com textos externos ao *corpus*.

Nosso objeto de análise é o *texto*. E análise de texto em ACD implica observar os possíveis efeitos sociais que os textos têm, ou podem ter, na vida social, sobre as pessoas e sobre o mundo material ou não material. Esses efeitos são também um dos nossos interesses na leitura crítica que empreenderemos, pois, ao identificá-los, estaremos identificando o quanto e como o enunciador e os atores sociais referidos no texto se preocupam – ou não –, discursivamente, em retirar os imigrantes haitianos da situação de desfavorecidos na sociedade brasileira. Noutros termos, o quanto se preocupam e contribuem para uma possível luta hegemônica em prol da minoria imigratória haitiana.

Um problema que pode surgir é se tivermos a pretensão de observar tais efeitos de modo objetivo puramente, porque qualquer procedimento como uma análise *objetiva* de um texto será infundado. Na verdade, uma análise *objetiva* de um texto não existe, se por *objetividade* entendemos, como destaca Fairclough (2003, p. 14-5, tradução nossa), “uma análise que simplesmente descreve o que ‘existe’ no texto sem ser ‘influenciado’ pela

³⁰⁰ “The analysis of interdiscursive hybridity in texts provides a potentially valuable resource [...], offering a level of detailed analysis which is not achievable within other methods.” (Fairclough, 2003, p. 35)

‘subjetividade’ do analista”³⁰¹. O processo de análise assim ocorre porque “nossa capacidade de saber o que é que ‘há’ é inevitavelmente limitada e parcial. E as questões que nós perguntamos necessariamente surgem das motivações específicas que vão além do que ‘existe’”³⁰² (Fairclough, 2003, p. 15, tradução nossa). Ou, as motivações que nos levam a questionar sobre um texto não se fundamentam apenas no que nele existe nem no que nele percebemos como existente.

Nesse sentido, nossa análise ocorre sob escolhas – objetivas e subjetivas – que nos fazem privilegiar determinados aspectos teóricos expostos nos capítulos anteriores, e não outros, tornando nossa análise limitada e parcial. Ao mesmo tempo, nossa motivação em realizar uma leitura crítica, pautada especialmente em conceitos da ACD – que contribua, embora de forma indireta e mínima, para retirar os imigrantes haitianos da condição socialmente desfavorecida em que se encontram na sociedade brasileira – influenciará nitidamente os resultados que alcançaremos.

Na sequência, faremos uma apresentação sobre os critérios de composição do *corpus* e o tratamento que lhe daremos. Depois, cuidaremos da análise em si. Partes dessas notícias nos serviram em várias passagens dos capítulos anteriores para exemplificar um ou outro tópico ou conceito da nossa fundamentação teórica.

5.1. Composição do *corpus* e análise

Nosso *corpus* se limita ao texto notícia. No entanto, estamos usando o termo “notícia” de forma genérica, pois analisaremos também “chamadas” feitas na primeira página do jornal ou na seção/caderno *Folha Corrida*, relativas a notícias no seu interior, e pequenas notas sobre a imigração haitiana que dialogam com as demais notícias e/ou indicam ao leitor/enunciário o acesso a um texto maior na internet. Ao incluir tais “chamadas” e notas, buscamos identificar a maior ou menor importância atribuída pelo jornal à imigração haitiana e seus vários aspectos sociais, explorando os diferentes elementos discursivos componentes da notícia.

Para a composição do *corpus* nos orientamos especialmente pelos “momentos problemáticos” mencionados na introdução desta tese, os quais usamos como critério de categorização das notícias, mantendo nosso foco sobre os haitianos chegados ao Brasil, suas

³⁰¹ “an analysis which simply describes what is ‘there’ in the text without being ‘biased’ by the ‘subjectivity’ of the analyst” (Fairclough, 2003, p. 14-5).

³⁰² “our ability to know what is ‘there’ is inevitability limited and partial. And the questions we ask necessarily arise from particular motivations which go beyond what is ‘there’” (Fairclough, 2003, p. 15).

condições laborais e de permanência no novo país. Isso nos permite fazer um recorte no amplo conjunto de notícias sobre o Haiti e os haitianos veiculadas na *Folha de S.Paulo* de 2010 a 2015. Assim, não analisaremos, por exemplo, notícias sobre o terremoto de 2010, a reconstrução das estruturas físicas da região atingida pelo tremor, a atuação da Minustah em Porto Príncipe, a eleição para a presidência do Haiti ocorrida em outubro de 2015, o tratamento dado aos haitianos pelo governo da República Dominicana nos últimos anos. Embora tais notícias tenham relação direta com os haitianos migrados para o Brasil, excluimo-las do *corpus* devido, também, à necessidade de trabalharmos com um número relativamente pequeno de notícias a fim de tornar viável nosso estudo.

Na perspectiva da ACD, o local do jornal em que a notícia é publicada é fator determinante em questão da importância e valor atribuído pelos sujeitos da esfera jornalística ao conteúdo e atores sociais referidos na notícia. Nesse sentido, abaixo reproduzimos do site da *Folha de S.Paulo* a caracterização³⁰³ que o jornal faz das seções e cadernos, diários ou semanais, de onde coletamos as notícias do *corpus*. A saber:

Cotidiano: “Oferece ao leitor informações úteis ao seu dia-a-dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país. Na edição São Paulo, concentra sua cobertura na capital paulista. Procura prestar serviço ao leitor sobre temas como direito do consumidor, saúde, trânsito e meteorologia.”

Folha Corrida: “Criada para ser lida em até cinco minutos, a **Folha Corrida** traz diariamente resumos de notícias, extratos de colunistas, dicas práticas e curiosidades que perpassam todos os cadernos da Folha, de política a cultura, de economia a esporte. O objetivo é oferecer ao leitor, sempre com textos curtos, uma segunda ‘porta de entrada’ para o jornal além da primeira página. Aos domingos, a seção publica um resumo com as principais notícias da semana e os personagens que mais se destacaram. A intenção é atender àqueles que não acompanharam o noticiário ou que só leem o jornal no final de semana. A **Folha Corrida** é sempre publicada na última página do caderno Cotidiano.”

Mercado: “A conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios são o principal alvo do caderno **Mercado**. Com informações precisas, linguagem clara e elucidativa, o caderno orienta quanto a investimentos, traz

³⁰³ Caracterização disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml> e em <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/suplementos.shtml>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

indicadores econômicos e faz a cobertura de temas que mereçam atenção especial em função da conjuntura econômica.”

Mundo: “Folha Mundo publica diariamente as principais notícias internacionais, sempre acompanhadas de análises precisas e enfoque didático. O leitor também tem acesso ao que é publicado nos mais influentes meios de comunicação do planeta.”

Poder: “No primeiro caderno da **Folha**, a editoria se dedica à vida política, institucional e aos movimentos sociais. Procura oferecer ao leitor informações pluralistas e apartidárias, para que ele exerça sua cidadania. É, ao mesmo tempo, um instrumento fundamental para os formadores de opinião, que nele encontram análises sobre os últimos acontecimentos.”

Além do caderno/seção, na perspectiva da ACD, é relevante na análise da notícia sua composição visual, como também a composição da página, isto é, a distribuição e organização dos elementos linguísticos e não linguísticos que a compõem. Para que possamos analisar essa composição – sempre voltando nosso olhar para a notícia em foco –, reproduzimos no Anexo K, em *fac-símile*, a página inteira em que se encontra a notícia, destacando com “marcador de texto” a(s) notícia(s) a(s) ser(em) analisada(s). Em tempo, no capítulo dedicado à ACD, não abordamos essas questões com a relevância que elas têm em pesquisas nesse campo da análise do discurso, pois privilegiamos questões teóricas relativas ao discurso verbal.

Tomando o interdiscurso como “chave-metodológica”, elegemos focalizar nas notícias, sobretudo, a recontextualização da voz dos diferentes atores sociais (imigrantes e não imigrantes – governos federal, estadual e municipal, empresários e instituições que acolhem e auxiliam os haitianos no Brasil) e a recontextualização das práticas sociais (e/ou seus elementos) de que tais atores fazem parte. Somaremos a isso observações acerca da referenciação – textual e discursivamente realizada mediante o uso de diferentes estratégias linguístico-referenciais – a esses mesmos atores, suas ações e eventos, e acerca das imagens (fotos, gráficos e mapas) componentes de várias notícias, assim como a distribuição da notícia na página do jornal. A mesma recontextualização e observações serão tomadas por nós como subsídios para analisar as representações que o enunciador constrói sobre os diferentes atores sociais, inclusive sobre o próprio jornal – a *Folha*. Na realização desses procedimentos metodológicos, as relações intradiscursivas, numa espécie de anáforas de tipos diversos, serão para nós um recurso metodológico de grande valia. Por fim, mas não necessariamente em ordem cronológica, em diálogo com as relações de poder possivelmente recontextualizadas na

notícia, teceremos considerações críticas sobre os possíveis efeitos sociais da referenciação e das representações construídas.

Essas orientações metodológicas podem ser sintetizadas no seguinte diagrama (elaboração nossa):

Realizaremos uma análise orientando-nos, em parte, pelas particularidades do “momento problemático” a que as notícias pertencem, do “momento A” ao “momento F”. Antes da análise em si, faremos uma breve apresentação sobre cada “momento”, tendo em conta tanto o exposto na introdução quanto as reflexões de ordem política e socioeconômica abordadas no capítulo 1, a fim de explicitar em que contexto cada bloco de notícias se insere. Trata-se de uma contextualização em que, às vezes, faremos referência ao conteúdo noticiado pela *Folha*, mas sem a pretensão de apresentar qualquer síntese das notícias a serem analisadas.

As notícias são duplamente identificadas junto do título: pelo “momento” a que pertencem e por um número ordinal conforme a ordem cronológica de sua publicação: A1, A2, A3 e assim por diante. Nos casos em que ocorre duas ou mais notícias na mesma página, acrescentamos na identificação uma letra, em minúsculo, a fim de distingui-las, por exemplo, A4a e A4b. Essa identificação é importante para que possamos retomá-las sem dificuldades. Também junto do título inserimos outras duas identificações: a primeira é a seção ou caderno de publicação da notícia; trata-se de uma informação que pouco faremos referência ao longo da análise, mas que servirá para nossas considerações finais. A segunda é a página em que a notícia é publicada, que é uma informação em destaque desde o começo da análise de cada notícia.

A seguir, apresentamos uma relação das notícias, com as indicações a que referimos acima e sua data de publicação na *Folha*. Cada notícia, se necessário, pode ser buscada no Anexo K, organizado na mesma sequência abaixo.

- A1 – *Haitianos no Acre sofrem com superlotação em alojamento* (Mundo, A18 – 21/12/2011)
- A2 – *À espera* (Folha Corrida, C12 – 21/12/2011)
- A3 – *Haitianos pagam até US\$ 300 a ‘coiotes’ para entrar no Brasil* (Primeira página – 26/12/2011)
- A4a – *Haitianos desembolsam US\$ 300 para entrar ilegalmente no Brasil* (Mundo, A11 – 26/12/2011)
- A4b – *Natal é celebrado com música tracional em praça* (Mundo, A11 – 26/12/2011)
- A5 – *Nas garras dos coiotes* (Mundo, A14 – 28/12/2011)
- B1 – *Haitianos no Brasil temem que parentes não possam imigrar* (Mundo, A14 – 12/01/2012)
- B2 – *Empresários vão ao Acre para contratar haitianos* (Mercado, B12 – 12/01/2012)
- B3a – *Conselho aprova limite à vinda de haitianos* (Mundo, A14 – 13/01/2012)
- B3b – *Inteligência da PF detecta procurados entre os imigrantes* (Mundo, A14 – 13/01/2012)
- B3c – *Empresários já recrutam imigrantes do Haiti* (Mundo, A14 – 13/01/2012)
- B4 – *Governador do AM propõe que haitianos vão viver em Brasília* (Mundo, A10 – 27/01/2012)
- C1 – *Entrada de estrangeiro com pouco estudo aumenta mais* (Mercado, B7 – 13/01/2013)
- C2 – *Acre decreta ‘emergência’ por imigrantes* (Mundo, A16 – 10/04/2013)
- C3 – *Acre tem boom de imigrantes ilegais* (Folha Corrida, C10 – 10/04/2013)
- C4 – *Na internet* (Mundo, A12 – 11/04/2013)
- C5a – *Africanos e asiáticos seguem o caminho de haitianos no Acre* (Mundo, A23 – 21/04/2013)
- C5b – *Imigrantes apontam cobrança de taxa indevida e extorsão* (Mundo, A23 – 21/04/2013)
- D1 – *Acre quer fechar a divisa com Peru para barrar haitianos* (Mundo, A10 – 16/01/2014)
- D2 – *Na internet* (Mundo, A8 – 22/01/2014)
- D3a – *Cheia deixa haitianos ‘represados’ no Acre* (Mundo, A22 – 06/04/2014)

- D3b – *Convivência com senegaleses gera pequenos atritos* (Mundo, A22 – 06/04/2014)
- D4 – *Acre vai fechar abrigo para imigrantes* (Mundo, A17 – 11/04/2014)
- D5 – *O Haiti não é aqui* (Poder, A4 – 24/04/2014)
- D6 – *Governo do Acre acusa SP de preconceito contra haitianos* (Cotidiano, C3 – 25/04/2014)
- D7 – *Sem diplomacia* (Poder, A4 – 26/04/2014)
- D8 – *Acre manda mais haitianos a São Paulo* (Cotidiano, C4 – 26/04/2014)
- D9 – *Pedreiro do Haiti ajuda imigrantes em São Paulo* (Cotidiano, C6 – 27/04/2014)
- D10a – *Sonho da ‘terra prometida’ acaba no Acre* (Cotidiano, C4 – 28/05/2014)
- D10b – *Estado admite que abrigo tem estrutura falha* (Cotidiano, C4 – 28/05/2014)
- E1 – *Pedaço do Haiti* (Primeira página – 05/05/2015)
- E2 – *Bairro negro* (Cotidiano, B3 – 05/05/2015)
- E3 – *Sem avisar, governo do Acre volta a enviar haitianos a SP* (Cotidiano, B7 – 19/05/2015)
- E4 – *Banho de lata* (Primeira página – 20/05/2015)
- E5 – *Ministério suspende envio de haitianos a SP* (Cotidiano, B5 – 20/05/2015)
- E6a – *Périplo de um imigrante* (Cotidiano, B4 – 21/05/2015)
- E6b – *Emprego para estrangeiro cai 50% em maio* (Cotidiano, B4 – 21/05/2015)
- E7 – *O padre dos haitianos* (Cotidiano, B8 – 24/05/2015)
- F1 – *Disparos ferem seis haitianos em São Paulo* (Poder, A14 – 09/08/2015)
- F2 – *‘Achei que era uma pedrada’, diz haitiano ferido em São Paulo* (Cotidiano, B7 – 11/08/2015)
- F3 – *Total de refugiados no Brasil dobra em 4 anos* (Mundo, A12 – 20/08/2015)
- F4 – *São Paulo terá ‘poupatempo’ para imigrantes, com serviços da PF* (Cotidiano, B4 – 05/09/2015)
- F5 – *Imigrantes mudam rotina e paisagem de Guaianases* (Cotidiano, B7 – 20/09/2015)
- F6 – *Inglês, crioulo e francês são adotados em igrejas locais* (Cotidiano, B9 – 20/09/2015)
- F7 – *Desemprego faz imigrantes regressarem a seus países* (Primeira página – 11/10/2015)
- F8 – *Desemprego inverte a rota de imigrantes* (Mercado, A17 – 11/10/2015)
- F9 – *Estrutura de apoio dá fôlego a refugiados* (Mercado, A19 – 11/10/2015)

F10 – *Mercado formal adiciona imigrantes em 2015* (Mercado, A18 – 16/10/2015)

F11 – *Haitiano morre após ser atacado por grupo em Santa Catarina* (Cotidiano, B4 – 21/10/2015)

F12 – *Protesto* (Cotidiano, B9 – 02/11/2015)

F13 – *Permanência* (Primeira página – 12/11/2015)

F14 – *Brasil dá permanência a 44 mil haitianos* (Mundo, A14 – 12/11/2015)

5.1.1. Notícias do “momento A” – 2011

Embora desde meados de 2010 os imigrantes haitianos, vitimados ou não pelo terremoto, já chegassem a Tabatinga-AM (Costa, 2011) e a Brasileia-AC, somente em dezembro de 2011 a *Folha* noticiaria sobre a presença deles no Brasil. Até então, o jornal não havia se dado conta ou não quisera informar seus leitores sobre a chegada desses imigrantes nem sobre o modo como a população e autoridades locais lidavam com eles. Mas, a nosso ver, tal desatenção da *Folha* – jornal tido como um dos mais importantes atores sociais da imprensa brasileira – diz respeito a “o que dizer” e à sua postura em relação aos haitianos nas fronteiras amazônicas. A migração haitiana era assunto de menor importância.

As notícias desse “momento” focalizam a superlotação do alojamento em Brasileia e a ação de “coiotes” na Bolívia. Não fizeram parte da pauta da *Folha* os haitianos migrados para o Amazonas – ou em trânsito nesse Estado rumo, por exemplo, à Guiana Francesa.

A1 – *Haitianos no Acre sofrem com superlotação em alojamento* (Mundo, A18 – 21/12/2011)

Esta é a primeira notícia da *Folha* sobre a chegada dos haitianos à Amazônia e da superlotação do alojamento em Brasileia-AC. A falta de importância dada pela *Folha* a essa questão se confirma na construção da notícia, que é publicada numa página par, página-verso, o que, em geral, foge da primeira vista do leitor do jornal ao folheá-lo. Além disso, ela ocupa o canto esquerdo inferior da página sem qualquer negrito no título, dividindo a página com outros três textos, um opinativo – *Vitória para a paz* – e duas outras notícias – *Egípcias protestam contra brutalidades* e *Vice-presidente do Iraque se diz inocente e acusa premiê xiita* –, ambas com o título em negrito e em fonte ampliada. Se comparado aos demais textos, o título de A1 é o que recebe menor destaque, embora seja ilustrada com uma foto.

Essa foto faz com que o conteúdo noticiado ganhe destaque, se comparado ao da notícia *Vice-presidente do Iraque [...] xiita*. Ela mostra haitianos, de forma organizada, em fila indiana (prática social usada em casos de distribuição de algo a um grande número de

peessoas) recebendo comida. Ao mesmo tempo, o conteúdo da foto é explicitado pela legenda “Haitianos fazem fila para receber comida em Brasileia (AC)”. Assim, o enunciador destaca a situação inadequada e crítica do alojamento. Tanto com o título quanto com a foto e legenda, o enunciador assume o discurso em defesa dos direitos humanos, no sentido de, ao produzir a notícia e colocá-la em circulação, denunciar a “superlotação do alojamento” e as condições insalubres a que se submetem os haitianos no Acre. Na verdade, o enunciador recontextualiza o discurso de denúncia que fazem ONGs e instituições que atuam em prol dos imigrantes. Esse discurso de ONGs e instituições assumido, de forma implícita, na notícia é sustentado pela ideologia de que se deve ajudar os mais necessitados e desfavorecidos socialmente, que é uma ideologia contra o poder hegemônico de que os ricos e socialmente privilegiados devem-se manter como tais, sem ceder benefícios às pessoas carentes ou abrir mão dos benefícios que têm.

Para sustentar esse discurso contra o poder hegemônico, o enunciador lança mão de diferentes vozes sociais. São elas:

- a) a dos próprios haitianos, informando que outros 700 haitianos chegariam nos dias seguintes, dando maior impacto a um alojamento com 724 pessoas alojadas, mas com capacidade para 80 apenas;
- b) a voz do Itamaraty: o governo brasileiro dá aos haitianos direito de residir no país, por razões humanitárias, após pedirem refúgio;
- c) sem explicitar o ator social, o enunciador insere uma voz relevante que, em parte, justifica a superlotação do alojamento: à espera da documentação da Polícia Federal para que possam sair da cidade, aguardam por até 45 dias;
- d) a voz do padre R. Crispim: as condições insalubres da pousada (em parte, decorrentes da superlotação, inferimos) e a informação de que entre os haitianos há 12 crianças, sendo uma delas um bebê de três meses, o que dá maior gravidade à superlotação (e o enunciador lança mão desse efeito);
- e) sem explicitar o ator social “dono” de tal voz: os países por onde passam os haitianos até chegarem ao Brasil e a chegada de 3.000 haitianos ao país desde 2010, após o terremoto de janeiro daquele ano no Haiti;
- f) a voz do secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre: o fluxo migratório aumentara nos meses anteriores para além do que comportava a estrutura montada (o que, em parte, desencadeou a superlotação, inferimos);
- g) a voz do Estado do Acre: gastara até aquele momento R\$ 120 mil com os haitianos e, na semana anterior, pedira ajuda ao governo federal;

- h) a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência: a liberação futura de 1.200 cestas básicas para os Estados do Acre e do Amazonas como auxílio aos haitianos;
- i) a voz do secretário (da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, inferimos): que reconhece a ajuda do governo do Acre por razões humanitárias e para reduzir os impactos sociais (da presença dos haitianos) na região;
- j) também sem explicitar o ator social “dono” da voz: após obterem a documentação, muitos haitianos vão para Rondônia em busca de emprego; poucos ficam no Acre;
- k) a voz do Ministério do Trabalho: a escolaridade dos haitianos e sua relação com a obtenção de trabalho.

Essas vozes sustentam a afirmação explicitada pelo título e pela foto. São vozes da ideologia do cotidiano, como a dos imigrantes haitianos, ainda que esses as tenham enunciado em forma de entrevista ou depoimento a um jornalista, e de diferentes esferas, sobretudo a política: de diferentes setores do governo acreano e do governo federal. Além disso, há “vozes anônimas”, tratadas pelo enunciador como de conhecimento público, que na notícia não possuem um “dono” explícito.

Ainda sobre o título, são nas vozes citadas que identificamos a razão de uso de “sofrem”, um verbo de sensação e experimentação, cujo significado no contexto de A1 é de sofrimento físico e mental, desencadeado pela superlotação e insalubridade do abrigo, somando-se à necessidade de espera, falta de recursos financeiros e dependência de ajuda dos haitianos.

Várias das vozes citadas pelo enunciador pertencem a eventos específicos. São eles: o pedido de refúgio e a espera pelo recebimento de visto a ser concedido pela Polícia Federal, o fluxo migratório do Haiti ao Brasil, a assistência dada pelo governo do Acre aos imigrantes haitianos. São eventos parte da migração haitiana selecionados pelo enunciador para compor a notícia. Isto é, de certo modo, tais eventos são recontextualizados na notícia, numa prática social do jornalismo.

Na construção de A1, identificamos que a voz dos haitianos é usada apenas em forma de discurso indireto, enquanto a voz de vários atores sociais ligados ao governo do Acre, ao governo federal e à igreja é usada como discurso relatado. Essa diferença na construção discursiva revela que são esses atores os que falam e, em menor grau, fazem algo pelos haitianos no Brasil. É a elite simbólica e os poderosos (com acesso ao discurso público) enunciando sobre o que se passa ou passou com esses imigrantes, sem, de forma significativa

– considerando a construção de A1 –, buscar mitigar os problemas vividos pelos haitianos, nesse caso, a superlotação do alojamento e suas condições insalubres. É o jornalismo alimentando-se do discurso dessa elite e seu poder, e, ao mesmo tempo, fazendo parte desse grupo e gozando do mesmo poder a ele conferido na/pela sociedade.

A2 – À espera (Folha Corrida, C12 – 21/12/2011)

Trata-se de um breve resumo – “**Haitianos** que pedem refúgio no Brasil vivem em condições insalubres no Acre enquanto aguardam regularização” – ou “chamada” que remete à notícia A1. É publicado na *Folha Corrida*, seção que tem a função de chamar a atenção do leitor para as notícias mais relevantes do dia (ou da semana). Isto é, a *Folha* se mostra contraditória ao publicar o resumo de uma notícia à qual deu menor relevância em relação aos demais textos da página, como argumentamos anteriormente. Assim, considerando A1 e A2, é difícil afirmar qual o grau de importância atribuído pela *Folha* ao conteúdo sobre os haitianos e sua condição de alojamento em Brasileia (AC).

De qualquer modo, a construção do resumo topicaliza os sujeitos haitianos, caracterizando-os pelo seu pedido de refúgio, as condições de insalubridade no Acre e a espera por documentação. Com isso, destaca-se a vulnerabilidade dos sujeitos haitianos, como se o enunciador denunciasses à sociedade o modo como os haitianos são tratados no Acre. Trata-se, tal como em A1, do discurso de ONGs e instituições que atuam em prol dos imigrantes e pessoas desfavorecidas. Também aqui, o enunciador reproduz a representação que tais ONGs e instituições têm dos imigrantes.

Tal como o resumo está construído, os serviços prestados pelo governo do Acre e por outros atores sociais são ignorados e, conseqüentemente, não informados ao leitor do jornal. Um dos efeitos dessa construção é uma possível posição do leitor contrária ao governo acreano.

A3 – Haitianos pagam até US\$ 300 a ‘coiotes’ para entrar no Brasil (Primeira página – 26/12/2011)

Trata-se de uma “chamada”, publicada na primeira página, da notícia A4a. O enunciador atenta especialmente para três pontos: (i) o valor pago pelos haitianos a coiotes bolivianos, ignorando ou não se dando conta da atuação de coiotes peruanos ou de outra nacionalidade, sobre os quais expusemos no item 1.4; (ii) o início dessa migração para o Brasil “Iniciada em 2010, depois do terremoto que devastou o Haiti”; (iii) Brasileia como a

cidade onde “aguardam regularização para poder trabalhar”, ignorando Tabatinga (AM) como outro ponto de entrada e estadia de haitianos.

Ao fazer essa “chamada” na primeira página, a *Folha* destaca a migração haitiana no Acre, dando indícios de que se trata de algo que merece atenção tanto dos leitores do jornal (e, de forma mais ampla, da população brasileira) quanto das autoridades brasileiras. No entanto, não se trata da notícia mais importante do dia, pois há outras em maior destaque na primeira página do jornal, com o título em fontes maiores e/ou em negrito.

A representação que o enunciador constrói/tem do enunciatário é de quem desconhece o uso do termo “coiote”, por isso, conceitua-o: “atravessadores bolivianos [que] montaram um esquema de imigração ilegal para levar haitianos ao Acre”. Quanto à referenciação, o uso de “imigração ilegal” classifica os haitianos como imigrantes ilegais.

Quanto à ilustração, em destaque e no centro da página, ela parece tratar de outro assunto, haja vista a legenda: “Haitianos dançam para festejar o Natal, com caixa de som improvisada, na praça central de Brasileia, no Acre”. De fato, é uma foto que remete à notícia A4b. A imagem focaliza haitianos em momento de descontração e festa, que funciona como antídoto às condições de insalubridade e precariedade do alojamento em Brasileia, e à própria realidade de sujeitos desprovidos de recursos materiais mínimos de sobrevivência e dependentes de ajudas do Estado, da comunidade local e ONGs. Mostra casais dançando sorridentes, mas também homens só observando, o que é de se esperar, considerando ser a maior parte dos imigrantes do sexo masculino.

Visualmente, a foto recebe na página destaque maior do que a parte linguística de A3. Assim, na capa do jornal a *Folha* enfatiza o momento de lazer e descontração dos imigrantes, em detrimento da exploração de “coiotes” e das condições desfavoráveis do alojamento. No entanto, na página A11, a ênfase se inverte, como podemos ver em A4a e A4b. Isto é, há explicitamente relações interdiscursivas: a parte linguística de A3 com A4a e a foto de A3 com A4b.

A4a – *Haitianos desembolsam US\$ 300 para entrar ilegalmente no Brasil* (Mundo, A11 – 26/12/2011)

Diferente das notícias A1, A2 e A5, a notícia A4a é publicada em página ímpar, página-anverso, o que a põe à primeira vista do leitor que folheia o jornal. Soma-se a esse destaque ao assunto: o fato de A4a ocupar quase toda a página; seu título estar em negrito e em fonte ampliada; ser a notícia da “chamada” em A3.

Reiterando o que ocorre em A3, o enunciador enfatiza no título o valor gasto pelos haitianos com “coiotes” e sua condição de indocumentados na entrada no Brasil. E, na linha fina – “Atravessadores bolivianos, chamado de ‘coiotes’, levam os imigrantes para cidades do Acre” –, novamente destaca os bolivianos, ignorando (ou mostrando desconhecer) os coiotes peruanos, tal como em A3.

Diferente dessa ênfase aos bolivianos, o mapa, intitulado *Rota da imigração haitiana*, que ilustra a notícia, dá indícios de que não são apenas esses que “auxiliam” os haitianos no extenso trajeto do Haiti ao Brasil. Além disso, conforme a informação acrescida ao título do mapa – “Viagem até a fronteira amazônica do Brasil leva seis dias e custa cerca de US\$ 3.000” –, trata-se de uma questão para além do que sugerem o título e a linha fina da notícia. Na verdade, ao restringir o foco sobre os bolivianos, os US\$ 300 e a entrada no Brasil, o enunciador privilegia tratar a migração haitiana como um problema brasileiro situado na fronteira com a Bolívia, chamando a atenção do enunciário (autoridades e leitores em geral) para tanto. Ainda assim, não cabe ignorar os coiotes peruanos, pois também eles atuavam na travessia de haitianos na fronteira do Peru com o Brasil, tanto no Acre quanto no Amazonas. Além disso, no mapa, ignora-se que os haitianos entravam no Brasil também por Tabatinga (AM).

Além do mapa, a foto no alto da página chama a atenção e tem um significado especial, inclusive no todo da notícia. Com a legenda “Haitianos caminham por baixo de ponte que liga o Brasil e a Bolívia na cidade de Brasileia, no Acre; cerca de 900 deles entraram ilegalmente no país”, a foto revela haitianos abatidos e inferiorizados sob uma ponte de concreto, aparentemente, imensa, que, nesse caso, representa a sociedade moderna capitalista, em que poderosos dominam e subjulgam grupos minoritários. Eles não passam sobre a ponte cruzando de uma margem à outra, e sim caminham sob ela entre dois pilares robustos, mantendo-se na mesma margem. Nesses aspectos, podemos compreender a foto como representação do Haiti e dos haitianos no Brasil: socialmente em desvantagem, desprovidos de recursos para realizarem seus sonhos, impossibilitados de atingirem uma condição social digna e de respeito aos direitos humanos.

Além da foto no alto da página, outras fotos podem ser vistas no site da *Folha*, como indica o seguinte enunciado ao final da notícia em negrito: “Veja fotos de haitianos no Acre”. Com essa indicação, o enunciador elege a mediação tecnológica no processo de leitura, isto é, ele sugere ao enunciário complementar sua leitura noutro espaço, não físico como o jornal impresso, mas virtual, na internet. Mas, sem fazer uso direto dessa mediação na produção e consumo de A4a.

Em destaque, no resumo que encabeça a notícia, o enunciador informa: “Fluxo aumentou muito após o terremoto de 2010”. Infere-se que a chegada de haitianos ao Brasil pelas fronteiras amazônicas ocorria antes do terremoto, o que não é verdade. Esse fluxo começou após o tremor, como mostramos no capítulo 1. Outro destaque dado no resumo é a autorização por parte do governo brasileiro de entrada dos haitianos por razões humanitárias, recontextualizando, assim, uma informação inicialmente veiculada pelo governo federal. Nesse aspecto, a notícia A1 se constitui a serviço do governo. Essa recontextualização se repetirá ao longo de A4a.

A notícia se compõe especialmente pela voz do *outro*, com ou sem explicitude dos “donos” das vozes citadas. O enunciador cita, em forma de discurso relatado, apenas a haitiana Barbara Bellanger, voz caracterizada como da ideologia do cotidiano (ainda que B. Bellanger, anteriormente, tenha enunciado a um jornalista da *Folha* para fins específicos de produção da notícia), e o delegado da Polícia Federal Geraldo Sávio Pedrosa, voz caracterizada como da esfera político-jurídica. Além disso, várias informações sobre a viagem e a travessia da fronteira podem ser, inferencialmente, atribuídas a B. Bellanger, devido às relações intradiscursivas e anafóricas existentes entre essas informações e a voz explicitamente atribuída a B. Bellanger.

Mas também, essas informações pertencem a outros haitianos. Há casos em que o enunciador usa suas vozes sem referi-los pelo nome, e sim, por expressões e predicções amplas (caracterizadas por subespecificação) como “Haitianos que entraram no país ilegalmente nos últimos dias relataram”. Outros casos, com frequência, o enunciador insere informações como se se tratasse de conhecimento público, dispensando qualquer referência de onde as “copiou”, como, por exemplo, quando conceitua “coiotes”: “referência aos agentes que guiam imigrantes clandestinos na fronteira entre México e EUA”. A propósito, ao inserir tal conceito, o enunciador cria uma representação do enunciatário como leitor desconhecedor da terminologia comum relativa a esse tipo de migração.

Por outro lado, a voz de G. S. Pedrosa é sempre explicitamente atribuída a ele, várias vezes, bem mais do que ocorre com B. Bellanger. Essa explicitude ocorre com expressões do tipo “O delegado [...] diz que” e “afirma Pedrosa”, além de sua voz estar entre aspas, recurso gráfico usado no discurso relatado.

Em contrapartida, mas sem mudar o *status* dos imigrantes na notícia, a restrição do enunciador em considerar “coiotes” como bolivianos, e não também peruanos, muito provavelmente, advém da voz de B. Bollinger, o que a torna um ator social importante na

construção da notícia. Sua voz é, implicitamente, privilegiada no título e na linha fina: os US\$ 300 e os atravessadores bolivianos.

A4b – *Natal é celebrado com música tracional em praça* (Mundo, A11 – 26/12/2011)

A notícia A4b tem relação direta com a foto de A3, em que “haitianos dançam para festejar o Natal”. Aliás, a foto de A3 poderia ser publicada, coerentemente, como ilustração de A4b, se assim a *Folha* quisesse.

Essa notícia pode ser vista e lida como uma espécie de subnotícia de A4-a, considerando seu título em menor destaque, sem negrito, e por parecer uma continuidade de A4-a, tal como se distribuem e compõem a mesma página³⁰⁴. No entanto, A4b tem como foco algo novo: a celebração do Natal por cerca de 900 haitianos abrigados em Brasileia-AC. Por isso, parece-nos mais adequado tratá-la como notícia “independente”.

Quanto a seu título, o enunciador o constrói omitindo o(s) sujeito(s) que celebra(m) o Natal com música tradicional, o que se caracteriza como subespecificação do agente. Mas é uma subespecificação, a nosso ver, facilmente inferida a partir de relações interdiscursivas de A4b com A4a cujo título topicaliza o termo “Haitianos”. Essa inferência é quase automática para o enunciatário, especialmente pelo fato de A4b parecer subnotícia de A4a, como argumentamos acima.

Essa importância da inferência no preenchimento do agente do verbo “celebrar” mostra que as relações interdiscursivas – reconhecidas e valorizadas pelo enunciador – é um recurso crucial empregado na composição de A4b.

No 1º parágrafo – “O grupo de aproximadamente 900 haitianos que está instalado provisoriamente em Brasileia, no Acre, para regularizar a condição de imigrante ilegal festejou o Natal com churrasco e um baile a céu aberto.” –, quando há exposição dos elementos principais da notícia – quem, o que, onde, como, quando –, identificamos que o enunciador qualifica os haitianos com uma predicação dispensável no que tange à celebração natalina, a saber: “para regularizar a condição de imigrante ilegal”. Ao qualificar os haitianos pela sua condição de não legalidade, o enunciador destaca que, para estarem no Brasil, eles utilizam de meios inaceitáveis e recusados nos termos da legislação brasileira.

Do 2º ao 5º parágrafo, o enunciador relata, feito um “observador *in loco*” do/no mundo do *outro* – como forma de dar veracidade à notícia –, as práticas sociais dos haitianos antes e durante a celebração do Natal. Enfatiza-se o uso de “um equipamento de som emprestado no

³⁰⁴ Também na mesma página a *Folha* publica uma nota intitulada *38 haitianos morrem em naufrágio*. Não a analisamos pelo fato de os sujeitos noticiados não estarem em deslocamento para o Brasil.

qual tocaram música em creole [...] que se podia ouvir a quadras de distância durante a noite”. Com essa ênfase, o enunciador, indiretamente, classifica o volume do som como inadequado por, possivelmente, incomodar moradores próximos à praça.

Também se destacam: vários dançaram kompa, “rodeados pelos demais, que riam e cantavam”; “comeram carne assada e mandioca com refrigerante”; a comida havia sido preparada “por moradores locais com a ajuda dos próprios haitianos”; “se produziram para a festa. As mulheres fizeram tranças e penteados. Os homens raspam o cabelo”. É uma festa organizada em conjunto pelos haitianos e por moradores, o que revela existir interação social entre ambos os grupos e integração dos haitianos à cidade que os acolhe, embora, pela notícia, não sabemos se brasileiros participaram da festa. Também, a preparação ao fazerem penteados e rasparem o cabelo revela que se tratava de um momento especial para aqueles imigrantes.

A fim de “levantar o ânimo”, privilegiaram elementos da cultura haitiana: música em creole e a kompa. Quanto a esses dois elementos, o enunciador especifica entre parênteses ou travessões seus significados: creole é o “idioma falado pela maioria dos habitantes da ilha caribenha”, em que o nome “ilha caribenha” refere-se ao Haiti, por inferência e remissão a “haitianos”; kompa é o “estilo musical mais popular do Haiti”. Ao acrescentar essas especificações entre parênteses ou travessões, o enunciador revela a representação que tem do enunciatário, isto é, sujeito que desconhece a cultura haitiana, em especial a música em creole e a kompa.

A inserção no texto dessas práticas sociais dos haitianos e moradores locais caracteriza-se como recontextualização. O enunciador recontextualiza elementos dessas práticas – privilegiando e avaliando determinados elementos, em detrimento de outros – na prática social do jornalismo, especificamente no evento social de que A4b é parte.

O enunciador não só observa e relata, também ouve e “copia”, em forma de discurso relatado, a voz de haitianos. Sobre o momento natalino vivido, cita: “‘Estamos muito felizes porque tivemos fartura no almoço e na janta de hoje [...] e é importante festejar para levantar o ânimo de todos’, afirma Brice Innel, 36, uns dos haitianos que ajudam na coordenação logística do grupo.” A voz de B. Innel revela que o grupo está contente por ter comida para todos, com fartura (o que não significa ter desperdício), exatamente o oposto do que ocorria no abrigo. Podemos dizer, felizes com algo básico, com o mínimo.

A voz de B. Innel, implicitamente, revela também que a prática social de celebrar o Natal na praça, com música e dança, tinha uma finalidade direta, a de “levantar o ânimo de todos”. Essa finalidade indica que elementos da cultura haitiana (prática social típica do/no

Haiti) foram recontextualizadas numa nova prática social, no Brasil, com um novo fim, o de “levantar o ânimo”. Ao mesmo tempo, a voz de B. Innel revela a representação real, criada por B. Innel e demais haitianos participantes da festa sobre si mesmos na condição de imigrantes em Brasileia: a representação de sujeitos desanimados, desmotivados, sem dinheiro e “cientes” da possibilidade de não realizarem seus sonhos no “novo país de morada”.

Mas, como se aproveitasse “a deixa”, além da celebração do Natal, o enunciador noticia, como informação secundária, sobre a chegada de “mais nove haitianos na cidade” na véspera de Natal, quando outros 20 haitianos aproximadamente haviam recebido o protocolo do Conare. Considerando que o enunciatário desconhece o teor desse documento, esclarece o enunciador: “O documento permite a eles trabalhar livremente em qualquer lugar do país até o julgamento final do pedido de refúgio.”

O recebimento do protocolo permite aos haitianos deixarem o abrigo e seguirem viagem, quase sempre com a perspectiva e o desejo de obter um trabalho no Brasil. Essa é a sensação expressa na voz de contentamento de um desses imigrantes: “‘É um presente de Natal. Na semana que vem, já vou embora para Porto Velho [capital de Rondônia] encontrar meu primo e tentar trabalhar com ele’”, declara o pedreiro Fidele Richelin, 34, que chegou a Brasileia em 7 de novembro” de 2011. Aqui, o enunciador especifica o nome Porto Velho, entre colchetes: “capital de Rondônia”, o que revela a representação que tem do enunciatário, isto é, sujeito desconhecedor do referente do nome Porto Velho.

O esclarecimento sobre o protocolo do Conare e o acréscimo “capital de Rondônia” são especificações de termos que o enunciador julga subespecificados e, a seu ver, de identificação referencial difícil para o enunciatário. Com o acréscimo de tais especificações, o enunciador revela a representação que constrói do enunciatário: sujeito desconhecedor de tal documento e sua finalidade, e do referente Porto Velho.

A5 – *Nas garras dos coiotes* (Mundo, A14 – 28/12/2011)

Quanto à localização na página, esse texto, “apesar de” ser reproduzido numa página par, página-verso, e não receber qualquer “chamada” na primeira página do caderno principal ou na *Folha Corrida*, situa-se no alto da página com o título em destaque, dividindo a página apenas com uma peça publicitária. Essas condições conferem a A5 relativo destaque.³⁰⁵

³⁰⁵ Vejamos que aqui, como acerca das demais notícias, pensamos a localização da notícia na página individualmente, isto é, sem considerar outras notícias sobre o “mesmo” assunto. Caso o fizéssemos, aspectos que conferem à notícia maior ou menor destaque possivelmente seriam vistos de modo diferente.

O foco é sobre a viagem do Haiti ao Brasil, especialmente a exploração a que se submetem os haitianos ao dependerem dos “coiotes”/atravessadores. O enunciador, desde o título, chama a atenção para essa exploração, sobretudo com a expressão “nas garras”. Há no título a omissão do referente que está sob as garras dos coiotes, embora seja facilmente inferido: são os imigrantes haitianos, enfaticamente a imigrante depoente Anita Antonio.

Trata-se de um depoimento – anunciado pelas expressões “Minha história” e “Depoimento a” – de uma cidadã haitiana, cujo conteúdo está resumido no canto superior esquerdo da página. Mas é o título e a linha fina – “**Haitiana** conta o medo que passou nas mãos de atravessadores bolivianos até conseguir entrar **ilegalmente** no Brasil, pelo Acre” – que recebem maior destaque. Na linha fina, ao usar negrito em “Haitiana” e em “ilegalmente”, o enunciador, além de chamar a atenção para a nacionalidade e a condição feminina da imigrante – “sem visto prévio” (expressão usada pelo delegado G. S. Pedrosa na notícia A4a) ou desprovida dos documentos exigidos pelo Brasil no caso dos imigrantes haitianos –, classifica-a como *ilegal*.

O jornalista a que A. Antonio concede depoimento usa esse depoimento para construir, poderíamos dizer, uma notícia-depoimento, o que dá veracidade ao conteúdo veiculado e causa maior impacto no enunciário a respeito da exploração noticiada. Aliás, o texto se compõe de uma série de episódios vividos pela depoente e outros imigrantes estrategicamente escolhidos pelo enunciador/jornalista, a fim de intencionalmente causar o impacto de que falamos. São episódios marcados pela sensação de medo, por roubos, dificuldades e obstáculos diversos.

Contribui para tal impacto no leitor o fato de o jornalista escolher para exposição o depoimento de uma mãe com o filho de dez meses de idade, o que é evidenciado pela ilustração. Com a ilustração, expõe-se em primeiro plano a condição de vulnerabilidade da mãe e da criança de dez meses, explorando a fragilidade de quem está sozinha num contexto estranho com um filho pequeno: frágeis e dependentes de ajuda. Ao expor essa imagem, explora-se a condição de inferioridade a que se submetem os haitianos em deslocamento.

Tanto o depoimento quanto a foto são usados para expor uma face da imigração haitiana e para impactar seus leitores – em geral distantes da região fronteira do Acre e Amazonas –, sem buscar mitigar as condições desfavorecidas dos imigrantes, nem ao menos discursivamente. Essa ação de mitigação, que “cobramos” do enunciador (e da *Folha*) seriam os efeitos sociais que os textos sobre os haitianos no Brasil deveriam vislumbrar, os quais estão para além de qualquer sensação de impacto ou surpresa que o leitor situado no contexto paulistano ou paulista pode ter diante da foto.

5.1.2. Notícias do “momento B” – janeiro de 2012

Em janeiro de 2012, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado ao então Ministério do Trabalho e Emprego, publicou a Resolução Normativa (RN) nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do CNIg, a qual dispõe sobre a concessão do visto permanente a nacionais do Haiti, por razões humanitárias. Com essa Resolução, o governo federal, por um lado, mostrou-se receptivo aos haitianos chegados ao Brasil desde 2010 e aos que desejassem migrar para o território brasileiro; por outro lado, mostrou-se favorável ao controle da entrada desses imigrantes no País, dada a restrição no número de vistos a serem concedidos. Acerca dessas duas posturas – ou leituras da RN – manifestaram-se na imprensa tanto vozes e posições favoráveis quanto contrárias à decisão do governo federal.

Ao mesmo tempo, nesse contexto, a *Folha* noticiou sobre a identificação, por parte da Polícia Federal (PF), de estrangeiros, entre os haitianos, vinculados a organizações criminosas e procurados internacionalmente, e sobre viagens a Brasileia (AC) e Manaus (AM) de empresários de vários lugares do Brasil, mas sobretudo das Regiões Sul e Sudeste, a fim de contratar haitianos. Esse tipo de contratação ocorria desde o início de 2011, como informa, por exemplo, Fernandes, Castro e Ribeiro (2014, p. 5) de uma indústria alimentícia que foi buscar em Manaus os primeiros haitianos chegados a Belo Horizonte (MG).

B1 – *Haitianos no Brasil temem que parentes não possam imigrar* (Mundo, A14 – 12/01/2012)

Localizado no canto inferior direito de uma página-verso, com título em negrito, sem ilustração, a notícia divide a página com outras duas – *Bomba mata cientista nuclear em Teerã* e *Jornalista de TV francesa é morto na Síria* –, as quais são ilustradas, fazendo com que recebam maior destaque do que B1.

Essa notícia é produzida basicamente a partir de um anúncio – esse mencionado na notícia – do governo federal, sem, porém, explicitar o contexto imediato em que tal anúncio ocorreu. No entanto, seu foco é o temor, preocupação e receio dos haitianos já migrados para o Brasil, o que é explicitado no título e na linha fina – “Receio é que restrição imposta pelo governo brasileiro barre a entrada de compatriotas” –, mas também no corpo da notícia: “Os haitianos [...] reagiram com preocupação”, no 1º parágrafo, e “Eles temem que o país feche as fronteiras nos próximos dias”, no 3º parágrafo. São processos mentais (ou sentimentos) decorrentes da interpretação que os imigrantes fazem do anúncio e da postura que têm em prol

dos compatriotas que, naqueles dias, estavam a caminho do Brasil e de parentes e cônjuges que estavam no Haiti com pretensões de também realizarem a mesma migração.

A notícia se constrói a partir de várias vozes. O anúncio é a voz governamental. Consta do 2º parágrafo: “Anteontem, o governo federal anunciou que pretende facilitar a emissão de até cem vistos por mês diretamente na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.” Ou seja, o anúncio e a notícia remetem a (e antecipam) parte do conteúdo da RN 97/2012, que seria publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte.

Os processos mentais de temor, preocupação e receio são noticiados com o uso da voz de haitianos, o que resulta em maior veracidade a tais processos/sentimentos. Por vezes, usando o discurso indireto, o enunciador refere ao sujeito-autor de tais vozes, por subespecificação, uma das estratégias referenciais, como no uso de “eles” referindo aos haitianos já chegados ao Brasil em “Eles temem [...] nos próximos dias”; no uso de “haitianos” em “Os haitianos que já estão no Brasil também disseram estar preocupados com”, no 5º parágrafo; no uso de “parte de” em “Parte dos haitianos [...] acha positivo o anúncio do governo”, no 6º parágrafo.

Por vezes, usando o discurso relatado, o enunciador especifica o sujeito-autor de tais vozes, como em “‘É preciso pensar nos que estão chegando. Temos gasto até US\$ 5.000 na viagem e esse dinheiro é conseguido com muito esforço de toda nossa família’, disse à **Folha** Ogiris Theranor, 33, que chegou a Manaus há dois meses”. Esta é uma das poucas notícias do *corpus* em que se faz referência a Manaus ou ao Estado do Amazonas, local que recebeu grande quantidade de haitianos, exemplo do Acre.

Essas vozes que compõem a notícia são claramente conflitantes. Por um lado, muitos “haitianos que já estão no Brasil [...] disseram estar preocupados com os familiares que ficaram no Haiti. O temor é que as medidas que o governo pretende adotar impeçam a migração de namorados e parentes no futuro.” Por outro lado, “Parte dos haitianos [...] achou positivo o anúncio do governo”, o que é explicitado com a voz de Ronald Alexis: ele “disse que a emissão de vistos diretamente no Haiti evitará que os imigrantes caiam nas mãos de atravessadores em viagens arriscadas.” É uma voz que compartilha do conteúdo do anúncio: a voz do governo federal. Na sequência, o enunciador expõe a justificativa do mesmo Ronald: “‘Assim vamos poder pegar um avião e descer do lado brasileiro. Na migração ilegal sofremos muitos dias para chegar aqui’, disse.”

Ao lançar mão de diferentes vozes, o enunciador constrói a notícia a partir de enunciados oriundos de diferentes esferas sociais: o anúncio – apenas mencionado –, da esfera política; a RN 97, da esfera jurídico-governamental; a fala de haitianos, da ideologia do

cotidiano, ainda que os haitianos tenham enunciado como entrevista ao jornalista/repórter para o fim primeiro de construção da notícia. Ao mesmo tempo, há recontextualização desses enunciados: da resolução (textos da prática social governamental) e da “fala” de haitianos, quer como fala cotidiana (prática social da ideologia do cotidiano), quer como entrevista ou depoimento (prática social do jornalismo). Com essa recontextualização, o enunciador cria na notícia uma *mistura de gêneros*: resolução e “fala”.

Desse modo, o enunciador não “fala” por si ou com a própria voz, mas sim com a voz do governo e de haitianos, recurso que lhe dá credibilidade na prática social de noticiar algo. Trata-se de um hibridismo interdiscursivo caracterizado pelo conflito que, em síntese, diríamos, põe o governo e R. Alexis numa posição e O. Theranor e outros haitianos noutra posição. Com o uso da voz do *outro*, o enunciador dá um tom de veracidade ao conteúdo noticiado, garantindo certo impacto no enunciatário, no sentido de provocá-lo a se posicionar contra ou a favor do governo: são os efeitos sociais do texto. Mas, como nenhum texto é neutro, a notícia em questão também não é. Dado o destaque que tem a voz de temor no título e na linha fina, o enunciador se posiciona do lado dessa voz. Apesar disso, o enunciatário pode ainda se posicionar do lado da voz governamental.

B2 – *Empresários vão ao Acre para contratar haitianos* (Mercado, B12 – 12/01/2012)

Publicada numa página par, página-verso, D2 divide a página com outras três notícias e uma charge. Diferente de outras duas notícias, B2 não é ilustrada, o que lhe confere um caráter de menor importância.

O foco são empresários das regiões Sul e Sudeste que viajavam ao norte do Brasil a fim de buscar trabalhadores para suas empresas, alegando que em suas regiões a mão de obra se tornou escassa.

No 1º parágrafo, a ida de empresários ao Acre (sem qualquer menção ao Estado do Amazonas) para contratar haitianos é noticiada em contraponto ao anúncio de medidas do governo federal para conter a entrada de imigrantes no Brasil (o que estabelece relações interdiscursivas com a notícia B1). Isto é, enquanto o governo busca restringir a entrada de haitianos, as empresas os acolhem ofertando-lhes trabalho, exatamente o que eles esperam encontrar no Brasil. Nessa perspectiva, o enunciador, implicitamente, se posiciona do lado dos empresários, o que, aliás, condiz com o caderno *Mercado*, onde é publicada a notícia: o enunciador assume a voz empresarial, a qual, em parte, contempla os interesses do governo: quanto maior a oferta de trabalho, melhor para a economia e para a política.

Mantendo-se favorável aos empresários, o enunciador compõe a maior parte da notícia com a voz empresarial. São vozes e empresas apresentadas como exemplificação do que anuncia o título. Para uma delas, a Fibratec, apesar de ter sido “responsável pelas passagens e acomodação” dos 25 haitianos contratados, a contratação “valeu a pena”. Já segundo o diretor da empresa Massas Romena, a contratação dos haitianos se justifica pela demanda que “crescerá por causa das obras de infraestrutura e da Copa”, além da escassez de mão de obra na região. Com o mesmo teor, seguem o dono de uma construtora de Navegantes (SC), Alexandre Dias, e o “secretário da Justiça do Acre, Nilson Mourão”, cuja voz é usada na notícia como favorável aos empresários.

As escolhas do enunciador pela voz dos empresários, sem críticas e sem mostrar, nem mesmo hipoteticamente, que a ação deles pode ser de exploração ou aproveitamento da vulnerabilidade dos haitianos, sustentam um discurso de promoção das empresas. Isto é, o enunciador recontextualiza vozes (enunciados parte das práticas sociais) da esfera empresarial, construindo, nesse caso, a notícia como um *gênero de controle*, no sentido de formar na mente do enunciatário a representação de que tais empresas são idôneas e estão bem intencionadas em relação aos imigrantes haitianos. Ou seja, o enunciador constrói uma representação imaginária positiva de tais empresas para o enunciatário. Aliás, sem qualquer voz de um imigrante haitiano.

A menção do diretor das Massas Romena às obras da Copa é uma representação imaginária de que grandes frentes de trabalho se abriram com as obras de preparação da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Trata-se de uma representação inicialmente construída talvez pelo governo federal, mas compartilhada por empresários e brasileiros em geral, e, especialmente, pelos imigrantes haitianos. No entanto, essa representação imaginária se tornou real apenas parcialmente, o que se certificou no decorrer da realização das obras ligadas à Copa do Mundo.

B3a – Conselho aprova limite à vinda de haitianos (Mundo, A14 – 13/01/2012)

Essa notícia divide a página com duas outras notícias. Por se localizar no alto da página e pelo maior destaque do título, ela é de maior importância no todo da página. Apesar disso, está numa página par, página-verso, o que tira da primeira vista do leitor que folheia o jornal.

Publicada no mesmo dia de publicação da RN 97 no Diário Oficial da União, B3a enfatiza o limite de vistos a serem concedidos pelo governo brasileiro a haitianos a partir dessa resolução. A restrição de 1.200 vistos anuais aparece tanto no título e na linha fina

quanto nos três primeiros parágrafos, em que há também outros destaques relativos à RN 97: o fato de ser a primeira vez que o Brasil adota esse tipo de restrição a estrangeiros; o fato de a dispensa de vínculo empregatício ser inédita, valendo apenas para cidadãos haitianos; e o fato de a medida ter prazo inicial de dois anos. Ao destacar esses aspectos da RN 97, o enunciador a divulga para o enunciatório e reproduz parte do discurso jurídico do governo brasileiro, mostrando-se, assim, a serviço do governo, ao mesmo tempo em que recontextualiza um texto da prática social da esfera/estrutura jurídico-governamental.

Além do interdiscurso com a RN 97/2012, B3a se constrói no interdiscurso com outros textos, pondo em relação de conflito diferentes vozes de diferentes atores sociais, situados em diferentes esferas sociais. No 5º parágrafo, há relação interdiscursiva explícita com a notícia A3 – *Haitianos pagam até US\$ 300 a coiotes para entrar no Brasil*: “Como a **Folha** revelou em dezembro, atravessadores têm esquema para levar haitianos ao Acre por até US\$ 300.” Aqui, é quando, em B3a o enunciador faz referência ao ponto de entrada dos haitianos: o Acre, sem se referir ao Estado do Amazonas.

Já em diálogo com a esfera político-governamental, no 6º parágrafo o enunciador revela, por meio do discurso indireto, a principal justificativa dada pelo governo federal para a publicação da RN 97: “O objetivo da resolução [...] é evitar a entrada ilegal de haitianos por meio de quadrilhas criminosas e ‘coiotes’, segundo afirmou o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça).” Nessa voz, está implícito que a RN 97 não é uma restrição ao número de vistos, e sim um instrumento a favor dos haitianos em deslocamento para o Brasil.

Por outro lado, “O embaixador brasileiro no país [Haiti], Igor Kipman, reconhece que a limitação de vistos ‘não eliminará a imigração ilegal’.” Ao mesmo tempo, “o diplomata diz que a medida ‘é um instrumento para dar uma chance àqueles que buscam oportunidades de emprego e renda’.” Trata-se de uma voz que, ao menos parcialmente, diverge da de J. E. Cardozo, mostrando relações interdiscursivas conflitantes no âmbito da política.

Também da esfera política é a voz do então chanceler Antonio Patriota: “os 1.200 vistos anuais serão suficientes.” O enunciador, porém, se mostra cético ao chanceler: “Ele não explicou, contudo, qual será a postura do governo se a procura for maior. Sobre o perfil dos candidatos, Patriota diz que ‘haverá sensibilidade’.” Aqui, tanto A. Patriota quanto o enunciador se “furtam” a explicar o uso do termo “sensibilidade” e a detalhar os critérios de seleção de haitianos que receberão o visto. Trata-se de uma subespecificação referencial que sugere sentidos conflitantes na construção discursiva.

Outra voz é a do então presidente do Conare, Luiz Paulo Barreto, para quem o *status* de refugiado “não cabe, pois os imigrantes do Haiti alegaram que fugiam do flagelo ainda

existente no país dois anos depois do tremor”. É uma voz jurídica inserida na notícia como justificativa do governo federal e do CNIg para a concessão de vistos humanitários e regularização de todos os haitianos chegados ao Brasil, processo previsto na RN 97/2012.

Uma voz contrária às vozes governamentais do então ministro J. E. Cardozo e do então chanceler A. Patriota é a voz de Lucia Nader, da ONG Conectas: “O Brasil caminha para uma política migratória restritiva, violadora dos direitos humanos que tanto crítica em outros países.” Sua voz é apresentada também em *box*, em negrito, o que condiz com o destaque dado pelo título e pela linha fina. Isto é, a voz de L. Nader, embora ocupe um pequeno espaço, escolhida pelo enunciador como a principal na notícia: uma postura crítica à decisão do governo.

Por outro lado, como tentativa de ser imparcial, o enunciador conclui B3a informando que “As autoridades brasileiras negam que a decisão contrarie a política de direitos humanos do governo.” Essa tentativa, porém, em última análise, não se confirma, pois, a ênfase dada na construção tanto do título e da linha fina quanto dos três parágrafos iniciais já fora determinante para revelar a postura do enunciador com a publicação da RN 97: de que a política governamental é restritiva. Caso o enunciador – e a *Folha* – desejasse expressar concordância com as vozes governamentais, a construção da notícia se daria no sentido de enfatizar a postura dos membros do governo. Ou seja, ainda que lance mão de diferentes vozes sociais, a postura do enunciador está definida logo no início da notícia. Isso reitera o conceito jornalístico de que, na notícia, o principal é dito no começo.

Apesar de assumir uma postura indiretamente a favor dos imigrantes no sentido de alertar o leitor para a política migratória restritiva adotada pelo governo brasileiro, o enunciador ignora a voz dos haitianos: atores sociais objeto da RN 97. Com isso, mantendo o *status quo* vigente e o discurso hegemônico, os desfavorecidos e destituídos de poder na sociedade brasileira não têm acesso ao discurso público, não podem falar e não são ouvidos, enquanto a elite simbólica – nesse caso, ministro, embaixador/diplomata, chanceler, CNIg, Conare, ONG Conectas – é ouvida e tem sua voz, ideologia e valores reproduzidos e socialmente propagados, fazendo valer seu poder e acesso ao discurso público. Assim, os efeitos sociais do texto/notícia é a consciência do enunciatário/leitores construída apenas a partir da voz dos poderosos. É o discurso jornalístico e a *Folha* a serviço dos poderosos da sociedade, fazendo parte do mesmo grupo de poderosos, ainda que o enunciador privilegie um ou outro ator social.

Vejamos que não faz parte dessa notícia o medo, preocupação e receio de haitianos chegados ao Brasil em relação aos haitianos em trânsito, como evidencia, por exemplo, a

notícia B1 – *Haitianos no Brasil temem que parentes não possam imigrar*. No entanto, de forma implícita, o enunciador dialoga com as vozes e posturas evidenciadas nessa notícia, como também em outros textos, pois, inevitavelmente, fazia parte daquele contexto a preocupação com os haitianos em trânsito. Exemplo desse diálogo – implícito – é a referência a “quadrilhas criminosas e ‘coiotes’”, na voz do então ministro J. E. Cardoso.

Quanto à ilustração, embora a notícia B3a possa indiretamente dialogar com a foto no centro da página, tal foto tem relação direta com B3c, como argumentaremos na sequência. A notícia B3a dialoga diretamente com o mapa – *Rota da imigração haitiana* – na parte de baixo da página, apesar de notícia e mapa estarem relativamente afastadas entre si no espaço da página. O vínculo de B3a com o mapa se torna evidente pela “repetição” de conteúdo da notícia como “legenda” do mapa: “Estima-se que 4.000 já tenham atravessado a fronteira, dos quais 2.400 ainda estão em situação irregular.” Também, o mapa dialoga com B3c, no sentido de mostrar os destinos dos haitianos após chegarem ao Acre e obterem documentação pertinente para seguirem viagem, o que diz respeito à contratação realizada por empresários (assunto de B3c) e à busca de emprego em várias partes do Brasil. No mapa, ignora-se o Amazonas como ponte de chegada de haitianos.

B3b – *Inteligência da PF detecta procurados entre os imigrantes* (Mundo, A14 – 13/01/2012)

Embora assinado por uma colunista da *Folha*, o que pressupõe não se tratar de notícia, e sim de texto opinativo, B3b é de caráter noticioso e se caracteriza como notícia, cujo assunto é a identificação pela Polícia Federal (PF) de estrangeiros procurados internacionalmente entre os imigrantes haitianos.

Com a expressão “Conforme a **Folha** apurou”, no 2º parágrafo, o enunciador cria uma representação do próprio jornal como detentor de poderes para além do poder jornalístico, isto é, com poderes que se aproximam da investigação conferida a peritos e detetives. A referida expressão tem no texto efeito de veracidade e seriedade do trabalho jornalístico realizado pelos atores sociais da *Folha*. Com a expressão, o enunciador “busca” formar na mente do enunciatário a representação de uma “apuração” (nominalização derivado do verbo “apurou”) inquestionável.

Além de usar a voz da PF – informações veiculadas pela (ou obtidas com a) PF –, o enunciador usa explicitamente a voz do então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo para construir a notícia. As vozes da PF e do ministro é que compõe o conteúdo noticioso, sem qualquer voz contrária e conflitante. Assim, o enunciador se mostra a serviço da PF e do

ministro: atores sociais que detêm significativo poder social, inclusive sobre a produção de B3b.

Ao final da notícia inserem-se vozes dos governos peruano e boliviano, e do Itamaraty, mas são vozes secundárias – não necessariamente contrárias – e irrelevantes no contexto da notícia, até mesmo na visão do enunciador, haja vista o fato de inseri-las brevemente como parágrafo final. Aliás, o principal da notícia está no seu início.

Também nessa notícia, a exemplo de B3a, não aparece a voz dos imigrantes, e sim apenas das autoridades, instituições e sujeitos que têm poder sobre eles.

Quanto à referenciação, o enunciador usa as expressões metonímicas “Inteligência da PF” e “Inteligência da Polícia Federal”, como “sinônimo” de “serviço de inteligência” ou, em última análise, “membros da PF”, considerando que são esses os atores sociais que praticam a ação de detectar (considerando o verbo usado no título) os sujeitos X. Com o uso metonímico, o enunciador destaca a “capacidade mental elevada” de investigação dos membros da PF.

Também quanto à referenciação, há uso metafórico na voz do então ministro J. E. Cardozo em “Fica difícil separar o joio do trigo” – metáfora bíblica – em referência à dificuldade de identificar entre os imigrantes haitianos aqueles (haitianos ou não) que são procurados pela justiça, criminosos em seus países, uma vez que muitos haitianos “perderam ou mesmo jamais tiveram passaporte ou outros documentos”.

Outro uso metafórico é em “Aqui não é casa da mãe Joana” – uma metáfora do senso comum – em referência à ação de fiscalização na fronteira de quem entra e de quem sai do país, no sentido de receber os haitianos por razão humanitária e controlar com rigor a entrada e saída dos demais imigrantes, mantendo a ordem conforme a legislação brasileira de imigração e de fronteira. Essa metáfora figura como complemento de “separar o joio do trigo”.

B3c – *Empresários já recrutam imigrantes do Haiti* (Mundo, A14 – 13/01/2012)

O assunto é a contratação de haitianos por empresas do Norte e do Sul do Brasil, levando em conta tanto haitianos chegados ao Amazonas quanto ao Acre. Há relações interdiscursivas diretas com a notícia B2, inclusive citando, em parte, as mesmas empresas.

O enunciador cita a voz de vários empresários, alimentando a crença/ideologia de que a contratação de imigrantes resulta em benefícios para esses imigrantes. Para tanto, o enunciador revela o quanto ganham (“R\$ 702”) e os benefícios de assistência médica, vale alimentação e vale transporte, além de informar que as empresas, como a Coplast, de Manaus, alugaram casas para abrigá-los, mas sem revelar em que condições e com que ônus para os

imigrantes, o que, muito provavelmente, seria um “depoimento” contra a empresa. Ao omitir tais informações, o enunciador se posiciona do lado da empresa, e não dos trabalhadores haitianos.

O enunciador, a partir da voz das empresas, conta sobre o interesse dos empresários pelos trabalhadores haitianos e sobre aqueles que se adaptaram e tiveram êxito no trabalho, como ocorre acerca da empresa Fibratec, de Chapecó, mas não conta sobre os que tiveram experiências laborais adversas.

Entre os motivos para a contratação de haitianos, “os empresários citam a falta de mão de obra [em sua região] e a ajuda humanitária” e a possibilidade de lhes “dar algo mais digno”. Sabemos que “falta de mão de obra” significa terem de pagar mais a trabalhadores da própria região. Ao buscar no Norte haitianos vulneráveis e “pedintes” de emprego, os empresários podem pagar menos, reduzir seus custos e tratá-los como “mão de obra barata”. Entendemos que essa percepção da relação que podem ter com os haitianos está incutida na mente dos empresários, o que os fazem ter práticas sociais questionáveis. Essa questão, porém, é ignorada pelo enunciador.

Além disso, as vozes e postura dos empresários citados são endossadas com a voz do governo do Acre. Trata-se de relação intradiscursiva estrategicamente produzida pelo enunciador.

Sobre as questões que enunciam os empresários, não há, na notícia, inserção equivalente da voz dos trabalhadores haitianos, que divirja e estabeleça um conflito discursivo. Assim, a voz dos empresários é publicada para o enunciatário como verdade inquestionável. Vigora na notícia o discurso hegemônico de que empresários ofertam trabalho à população (inclusive imigrantes socialmente desfavorecidos) e, assim, agem sempre de forma a solucionar problemas sociais.

A única voz de um haitiano é a de Nenio Gabriel, que se insere no texto, como exemplificação, a fim de endossar o êxito dos haitianos explicitado com a voz dos empresários. No entanto, enquanto a voz desses é aspeada, é um discurso relatado, o que formalmente lhe dá destaque, a voz de N. Gabriel não é aspeada, e sim parafraseada, fazendo-a se diluir formalmente no texto. Com isso, os empresários se fazem mais presentes e fortalecidos em B3c, enquanto N. Gabriel é enfraquecido e afastado do discurso. Isso é a “tradução” das relações de poder social, tanto nas relações entre patrão e empregado, quanto no acesso ao discurso público. Ou seja, enfraquecidos e desprovidos de poder, os haitianos não têm sua voz veiculada nem ouvida pela sociedade, sua voz é apagada. Quem fala por eles e sobre eles são os poderosos da sociedade: empresários, governo do Acre, jornalista.

Claramente, o enunciador assume o discurso empresarial e se mostra a serviço do empresariado. Isto é, o enunciador cria uma representação positiva dos empresários, a qual poderá ser incutida na mente do enunciatário, a fim de que esse propague a mesma representação. Ao mesmo tempo, o enunciador recontextualiza a representação construída por tais empresas/empresários sobre si mesmas, sobre os trabalhadores haitianos e sobre as relações sociais entre elas e esses trabalhadores.

Quanto à foto em destaque na página, ela se liga a B3c, ainda que B3a e B3b digam respeito aos haitianos como trabalhadores, haja vista sua legenda – “Um dos haitianos que trabalham na Coplast, indústria de plásticos de Manaus (AM) que contratou 77 deles desde 2011” –, que “reproduz” informações constantes de B3c. Com a foto, o enunciador destaca haitianos – embora apenas um deles – trabalhando, empregados, ocupados, desfrutando dos benefícios ofertados pelas empresas, o que lhes possibilita, em tese, recomeçarem a vida, pois, trabalhando, recebem o próprio salário. Assim, a foto reitera o discurso hegemônico e a representação construída na parte linguística de B3c.

B4 – Governador do AM propõe que haitianos vão viver em Brasília (Mundo, A10 – 27/01/2012)

Essa notícia se baseia na entrevista coletiva concedida pelo então governador do Amazonas em 25 de janeiro de 2012, reproduzindo sua voz. Trata-se de uma notícia sobre o discurso do governador, haja vista os verbos de dizer “propõe” no título e “sugere” na linha fina: “Omar Aziz sugere instalar imigrantes em apartamentos funcionais”. Isto é, a ação do governador é apenas discursiva.

O enunciador constrói B4 revelando como o governador traz para seu discurso a voz do governo federal e a da igreja católica, vozes das quais ele diverge, proporcionando, assim, um diálogo conflitante que permeia tanto o seu discurso quanto a notícia. Na verdade, o enunciador recontextualiza em B4 o conflito vocal e ideológico da prática social do governador ao conceder a entrevista.

Embora a notícia seja sobre o discurso do governador sobre “o que fazer” com os imigrantes haitianos, não há na sua construção a voz de um haitiano sequer. Isso se vê no título e na linha fina, enunciados que reproduzem a voz do governador como autoridade que detém um poder de “fazer algo” com um grupo minoritário e socialmente em desvantagem. É o poder do Estado sobre uma minoria que incomoda a sociedade local, na visão do governador e de muitas pessoas de Manaus, as que compartilham a ideologia do governador.

Implicitamente, há em B4 relações interdiscursivas de fundamental importância para sua construção de sentido. São relações com a RN 97, que havia sido publicada há cerca de duas semanas da entrevista concedida pelo governador, e com as notícias B1 e B3a, especialmente. Assim, por remissão a RN 97/2012 e essas notícias, identificamos que o governador do Amazonas faz uma leitura tendenciosa da RN, opondo-se às propostas do governo federal. Isto é, o governador não percebeu qualquer restrição à entrada de haitianos no país, a qual seria um argumento favorável aos interesses defendidos por ele.

Na notícia evidencia-se que a preocupação maior do governador é com Manaus. Preocupa-se com os problemas locais, mostrando-se incapaz de acolher no seu contexto e sob seu poder imigrantes desprovidos de todos os bens materiais. Propositalmente, para expor tal postura, o enunciador utiliza, sobretudo, da voz do próprio governador. Mas, apesar desse uso, o texto não está a serviço do governador. Pelo contrário, o texto “depõe” contra ele no que tange, por exemplo, ao respeito aos direitos humanos, à política a favor dos menos favorecidos, à postura diplomática diante de questões humanitárias. Em síntese, a notícia revela a posição do governador: os haitianos devem ser rejeitados e mal recebidos. Isto é, cria-se na notícia uma representação negativa do governador.

O enunciador produz um texto com estratégias linguístico-informais que mostram o governador discursivamente contraditório, o que dá sustentação à notícia como texto que depõe contra ele. No 3º parágrafo, por exemplo, o “emprego” que o Estado e empresas podem oferecer aos haitianos lhes dará condições para se sustentarem. Isso dispensa o Estado do “*ad eternum*” referido pelo governador. E mais, a rejeição aos haitianos torna falacioso o uso de “muito bem-vindos” por parte do governador.

Outro exemplo ocorre quando, no 5º parágrafo, o enunciador destaca o conhecimento de mundo sobre o governador: a origem similar à dos haitianos no Brasil. Com isso, provoca no enunciatário percepção de que ele não dá aos haitianos o tratamento recebido por seu pai: “um imigrante palestino”. A consequência disso é o enunciatário se posicionar, possivelmente, contra o governador.

No parágrafo final, o enunciador informa sobre a nota³⁰⁶ emitida pelo governador, em que ele se mostra receptivo a essa minoria. Mas, ao deixar tal nota para o final, o enunciador lhe dá menor importância e provoca o enunciatário a considerá-la do mesmo modo. Isto é,

³⁰⁶ O gênero *nota* é assim nomeado pelo enunciador na composição das notícias B4, E3, E5, F1 e F2. São notas emitidas, por exemplo, pelos governos e suas secretarias, especialmente destinadas à imprensa em geral. Outra conotação tem o termo *nota* quando referimos a C4 e D2, considerando sua brevidade textual, mas que, para fins de composição do *corpus*, consideramos como notícias particulares. Nem o enunciador nem a *Folha* nomeiam C4 e D2.

após a representação negativa do governador ser inculcada na mente do enunciatário, o conteúdo dessa nota não causa efeito de, por exemplo, o enunciatário perceber o governador como sujeito que atua em prol dos haitianos nem das pessoas socialmente desfavorecidas em geral.

Quanto à referenciação, no 1º parágrafo, com “os imigrantes haitianos que entraram ilegalmente no país”, o enunciador enfatiza a travessia ilegal da fronteira político-territorial.

No 4º parágrafo, na construção “[...] pede para o governo federal (...) levar tudo para Brasília. É, tem muitos apartamentos de deputados federais, bota as caras para morar lá”, afirmou”, o uso de “tudo” e “os caras”, um pronome indefinido e um termo genérico, faz referência aos imigrantes haitianos categorizando-os com desprezo e desmerecimento de atenção e acolhimento, embora pareça que o governador quer que o governo federal os acolha. Com essas estratégias linguístico-referenciais, a representação dos haitianos feita pelo governador é a de sujeitos que não merecem atenção do governo local.

A foto de B4 mostra haitianos em grupo, abrigados na casa paroquial da Igreja de São Geraldo, em Manaus. Chama a atenção um haitiano, em primeiro plano, cabisbaixo e pensativo, com sensação de desânimo e desolação pela própria condição de imigrante, num país estranho, sem dinheiro, longe da família, dependente de ajuda, totalmente desapoderado. E mais, afastado e sem diálogo com os haitianos ao fundo, o haitiano em destaque somatiza, mais do que os demais, a rejeição explicitada pelo governador.

5.1.3. Notícias do “momento C” – janeiro e abril de 2013

Em abril de 2013, com o grande contingente de imigrantes haitianos no alojamento em Brasileia, o governo do Acre, julgando insustentável aquela situação de acolhimento, decretou Situação de Emergência Social (Decreto nº 5.586, de 9 de abril de 2013), atribuindo ao governo federal maior responsabilidade com relação aos imigrantes acolhidos. Além dos haitianos, imigrantes naturais, por exemplo, da República Dominicana, Senegal, Nigéria e Bangladesh chegavam ao Acre tentando usar, a/em princípio, dos mesmos recursos legais que os primeiros, o visto humanitário.

A maior parte das notícias deste “momento”, publicadas em abril de 2013, tem relação direta com esse grande contingente de imigrantes no Acre e o mencionado decreto. Uma das exceções é a notícia *Entrada de estrangeiro com pouco estudo aumenta mais*, de 13 de janeiro de 2013, sobre o ingresso de estrangeiros em geral no mercado de trabalho brasileiro. Embora

possa destoar das demais notícias do “momento C”, sua análise se justifica pelo fato de dizer respeito a uma questão relevante da migração haitiana, a busca por trabalho no Brasil.

C1 – *Entrada de estrangeiro com pouco estudo aumenta mais* (Mercado, B7 – 13/01/2013)

Trata-se de uma notícia que recebe destaque, especialmente por ser publicada numa página ímpar, página-anverso, e ocupar mais da metade da página, com seu título em negrito e fonte ampliada, uma foto em tamanho grande e um gráfico, no alto da página. Outro texto que compõe a página é uma peça publicitária, em cores.

A imagem da foto, porém, não condiz com sua legenda: “Bena Benoit, 30, trabalha em fábrica de plásticos em Manaus (AM)”. Diferente, a imagem é de um trabalhador numa oficina mecânica. De qualquer modo, enfatiza-se um haitiano no ambiente de trabalho, empregado, concentrado na tarefa laboral. A legenda ainda destaca o grau de escolaridade e o êxito de B. Benoit após migrar: “com ensino médio incompleto, o haitiano chegou ao Brasil há dois anos, fez curso técnico no Senai, recebeu promoção e hoje ganha R\$ 960”. Também na legenda, o enunciador recontextualiza a voz de B. Benoit, a qual não aparecerá mais na notícia: “Quero virar engenheiro”. Trata-se de uma fala sintética que revela o sonho de B. Benoit e sua representação do Brasil como país em que poderá reconstruir a própria vida.

Essas informações sobre B. Benoit dizem respeito ao foco da notícia, que é a relação entre o nível de escolaridade de estrangeiros no Brasil e seu ingresso no mercado de trabalho. São considerados em C1 estrangeiros em geral, entre eles os imigrantes haitianos. Diante disso, analisaremos apenas parte da notícia, preferencialmente aqueles elementos relativos, de forma direta ou indireta, a esses imigrantes.

Como uma espécie de especificação do título, o enunciador destaca na linha fina: “Permissões para trabalhadores com até o ensino médio incompleto sobem 246%”. Destaca-se aqui o alto índice dos imigrantes com baixa escolaridade, entre os quais se encontram grande parte dos haitianos. Como contraponto, o enunciador destaca no resumo que encabeça a notícia: “Autorização para superqualificados cresce só 42%; governo quer atrair estrangeiros com mais estudo”. Isto é, os estrangeiros superqualificados não são os que mais procuram o Brasil, os quais o governo brasileiro gostaria que viessem em maior quantidade, pois podem contribuir, mais do que os de baixa qualificação, para o desenvolvimento do país.

Essa mesma contraposição norteia a construção da primeira parte da notícia, composta de oito parágrafos, em que o enunciador especifica um ou outro aspecto, enfatizando-os. Uma informação importante é a contextualização dos dados apresentados, o que é feito no 5º

parágrafo: eles “se referem ao período de janeiro a setembro de 2012 e se comparam aos mesmos nove meses de 2011”.

No 1º parágrafo, destaca o enunciador: “As autorizações para trabalhar legalmente no Brasil concedidas a estrangeiros com pouca escolaridade mais do que triplicaram em 2012”. Essas autorizações “cresceram bem mais do que as permissões dadas aos chamados ‘superqualificados’ (trabalhadores com doutorado, mestrado ou pós-graduação)”, como consta do 2º parágrafo.

No 3º e 4º parágrafos, o enunciador especifica as informações anteriores com referências quantitativas e de quem as “copiou”: “as autorizações dadas a estrangeiros com até o ensino médio incompleto aumentaram 246%”. Diferentemente, “as permissões para os ‘superqualificados’ aumentaram menos: 42%”. Esses dados são do “Conselho Nacional de Imigração – órgão vinculado ao Ministério do Trabalho”. Aqui, o enunciador, ao especificar o CNIg como órgão do Ministério do Trabalho, usa de recurso que fortalece seu discurso e apresentação de tais dados, passando maior veracidade e confiabilidade ao enunciatório.

O enunciador informa no 6º parágrafo: “Estrangeiros com formação superior são a maioria dos que têm autorização para trabalhar no Brasil. Mas no último ano, o maior crescimento de permissões aos menos qualificados fez essa fatia minoritária do grupo subir”. Esse aumento significativo, “é reflexo do aumento da entrada de haitianos no Brasil”, segundo o Ministério do Trabalho, como consta do 7º parágrafo. Também nesse parágrafo, enunciador o Brasil “passou de 23º a 3º maior emissor de trabalhadores [haitianos] em 2012”. Uma justificativa para esse aumento é apresentada pelo enunciador ainda no 7º parágrafo, fazendo uso do discurso relatado: “Segundo o governo, ‘experiência profissional ou escolaridade não são motivos de análise’ na permissão a haitianos.”

Outra justificativa para o alto ingresso de haitianos no país é apresentada no 8º parágrafo: “Desde o terremoto que devastou o país, em 2010, o Brasil mantém ajuda humanitária no Haiti. Com isso, tornou-se porto para muitos que deixam o país caribenho em busca de uma vida melhor.”

Esse ingresso no Brasil de haitianos com baixa escolaridade ou com até o ensino médio incompleto ocorreu sob o consentimento do governo brasileiro, “apesar do desejo crescente do governo em atrair imigrantes com mais estudo para o país”, como destaca o enunciador no 2º parágrafo. Ou seja, embora o Brasil deva conceder visto humanitário aos haitianos – devido às suas condições de vida e trabalho decorrentes de questões internas ou externas ao Haiti –, não são esses estrangeiros os mais desejados pelo governo brasileiro. Isso porque a baixa escolaridade da maioria os impedem de contribuir para o capital humano e o

desenvolvimento econômico do Brasil, o que é uma das exigências impostas pelo capitalismo global a fim de que um país figure entre as principais economias mundiais. Exigência “acatada” pelo governo brasileiro, especialmente na última década.

Essa visão crítica que esboçamos aqui acerca do ingresso de estrangeiros no Brasil e sua relação com o mercado de trabalho se sustenta, em parte, pelo que revela o enunciador no 1º parágrafo do item *Qualificados* de C1: “O interesse do governo, contudo, é elevar a presença de estrangeiros qualificados no país. A SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) estuda facilitar a entrada desses estrangeiros, conforme a **Folha** revelou no mês passado”. Na verdade, o interesse pela presença de estrangeiros no país é sempre de ordem econômica. E, pelas considerações do governo e pela construção discursiva do enunciador, os haitianos, que, em geral, podem contribuir apenas no trabalho braçal, são, em certa medida, quantitativamente excessivos.

Não analisaremos o item *Qualificados* pelo fato de seu foco ser os estrangeiros opostos aos haitianos no que tange à qualificação ou nível de escolaridade.

Quanto ao gráfico *Mercado de trabalho*, que compõe C1, parte de seus dados são as referências quantitativas que comentamos anteriormente. Mas também, o enunciador destaca, em forma de box, informações importantes sobre os haitianos. Primeira: “Haitianos são 98% dos [estrangeiros] com ensino fundamental incompleto e 90% dos com ensino médio incompleto”, isto é, os haitianos são a maior parte dos estrangeiros que ingressaram no país no período em questão: “Até o 3º trimestre de 2012”. Segunda: “O número de autorizações para haitianos aumentou 444%”, no mesmo período.

Por fim, o enunciador informa, embora em fonte reduzida, de quem “copiou” os dados constantes do gráfico: “Fonte: Conselho Nacional de Imigração/MTE”. Os dados foram fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e dizem respeito ao mercado formal, em se que incluem os haitianos e demais estrangeiros trabalhadores com registro, ficando de fora da contagem os estrangeiros que atuam no mercado informal.

C2 – Acre decreta ‘emergência’ por imigrantes (Mundo, A16 – 10/04/2013)

Publicada no centro de uma página-verso, a notícia divide a página com um artigo de opinião e uma peça publicitária, a qual recebe maior destaque por ocupar toda a metade inferior da página. No entanto, a notícia “salta aos olhos” do leitor em função do uso de negrito e de fonte ampliada no título, o que não ocorre com o artigo de opinião no alto da página.

O foco de C2 é a situação de emergência social decretada pelo governo do Acre em decorrência da grande quantidade de imigrantes naquelas últimas semanas – sobretudo haitianos, mas também do Senegal, Nigéria, Bangladesh e República Dominicana – e da impossibilidade de o governo estadual acolher adequadamente todos os imigrantes no abrigo em Brasileia. Esse foco aparece na linha fina – “Novas rotas de entrada ilegal no Estado levam a boom de estrangeiros, vindos não só do Haiti, mas de África e Ásia” – e no resumo, em negrito, que encabeça a notícia – “Falta espaço, colchão e água para imigrantes; governador cobra ação do Itamaraty para atender à demanda” –, atentando para vários aspectos relativos a esse fluxo migratório.

A partir disso, a principal relação interdiscursiva da notícia é com o Decreto nº 5.586, de 9 de abril de 2013, embora o enunciador não explicita ou faça referência direta a tal decreto. Ao não incluir na notícia qualquer citação de partes do decreto nem fazer-lhe qualquer menção direta, o enunciador se exime de qualquer compromisso com o decreto. Assim, na perspectiva do enunciador, o discurso dos atores sociais da política se tornam suficientes para sustentarem o discurso jurídico que perpassa a notícia.

Embora o enunciador enfatize a chegada de imigrantes naturais do Senegal, Nigéria, Bangladesh e República Dominicana, inclusive destacando no mapa a rota percorrida por senegaleses, são os haitianos o maior número, cuja presença em Brasileia e Eritaciolândia proporciona a superlotação do alojamento, do que decorre a situação de emergência social. Isto é, o enunciador chama a atenção para um grupo relativamente pequeno – 60 senegaleses e os de outras nacionalidades –, se comparado aos haitianos, muito provavelmente mais de 1.100 pessoas. Na verdade, a situação de emergência social não decorre das “novas nacionalidades”, e sim do grande contingente de imigrantes, independente da sua nacionalidade. O enunciador, ao enfatizar as “novas nacionalidades”, chama a atenção para a atração que a migração haitiana para o Brasil exerce sobre indivíduos de outras nacionalidades, também socialmente desfavorecidos, também grupos minoritários. Assim, o enunciador direciona o foco para a “novidade”: a chegada de imigrantes não haitianos, como enuncia no segundo parágrafo. O destaque maior é para Senegal, haja vista a rota destacada no mapa – *Acre tem nova rota de entrada ilegal* – e os enunciados a ele vinculados: “Além de haitianos, imigrantes do Senegal chegam sem visto ao Brasil” e “60 é o número de senegaleses identificados em Brasileia”.

O enunciador usa a voz de vários atores sociais como discurso relatado, aspeado ou não, explicitando os “donos” de tais vozes com expressões do tipo: “segundo o governo do Estado”, “disse o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Nilson Mourão”, “disse o

secretário”, “O governo do Acre, Tião Viana (PT), disse” e “O Itamaraty informou”. São todos atores sociais da esfera política, integrantes da elite simbólica, que detêm acesso ao discurso público e poderes sociais, inclusive com poderes sobre os imigrantes. De maneira contrária, não usa/cita qualquer voz de um imigrante. O enunciador constrói a notícia especialmente a partir da “observação” que faz do “mundo dos imigrantes” e das vozes enunciadas pela elite simbólica. Assim, reproduzindo a voz governamental, o enunciador se mostra a serviço desse poder.

Desse modo, a representação dos haitianos em C2 é a representação que essa elite simbólica faz sobre eles e suas práticas sociais: pessoas cujas opiniões são dispensáveis e que necessitam de ajuda e atenção do governo.

C3 – *Acre tem boom de imigrantes ilegais* (Folha Corrida, C10 – 10/04/2013)

Trata-se de uma “chamada” relativa à notícia C2. Por ser publicada na seção *Folha Corrida*, C3 resulta em C2 a condição de ser uma das mais importantes notícias do dia – é o efeito de um texto sobre o outro –, provocando no enunciatário a leitura de C2.

O conteúdo noticiado se compõe do Decreto nº 5.586, de 9 de abril de 2013, embora referido por subespecificação, e de informações (sem explicitar a fonte) sobre o grande contingente de imigrantes em Brasileia (AC), não só haitianos, “mas também de senegaleses, nigerianos e até de bengaleses”. Imigrantes referidos explicitamente, no título e no corpo do texto, como “ilegais”, isto é, sem visto prévio.

O elemento “até” encabeçando o termo “bengaleses” revela surpresa do enunciador com a informação sobre nacionais de Bangladesh entre os imigrantes, além de indicar acréscimo de novo referente.

C4 – *Na internet* (Mundo, A12 – 11/04/2013)

Consiste numa breve nota baseada na voz de um adolescente haitiano, cujo conteúdo – “Fascinado pelo Brasil, haitiano de 14 anos diz ter ‘sede’ do país” – revela a atração que o Brasil naquele contexto exercia sobre os haitianos, refletindo o quanto eles vislumbravam poder concretizar seus sonhos no novo país. Trata-se de um imaginário construído especialmente a partir da presença de militares brasileiros no Haiti (embora haja controvérsias sobre tal presença), a presença da construtora OAS no país, da visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da visita da seleção brasileira de futebol em 2004, da construção de obras para a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, elementos motivacionais que abordamos no capítulo 1 como razões da migração haitiana para o Brasil.

O termo “sede” na voz do adolescente é uma metáfora da carência do povo haitiano, por exemplo, de trabalho, educação e serviços de saúde, o que eles vislumbravam obterem no Brasil, por isso “‘sede’ do país”. Havia o imaginário de que trabalho, educação e serviços de saúde existissem em abundância no Brasil e de que aqui poderiam reconstruir suas vidas, arruinadas pelo terremoto de 2010 e pelas mazelas sociais decorrentes tanto de forças internas quanto de forças externas ao Haiti. Trata-se de uma representação imaginária sobre o Brasil, a qual muitos haitianos tentariam torná-la real com sua chegada ao País. No entanto, para parte significativa dos haitianos, essa representação não viria a se concretizar, mesmo conseguindo trabalho no “novo país de morada”. O sonho não se realizou.

Propositalmente, para revelar o imaginário dos (possíveis) imigrantes haitianos sobre o Brasil, o enunciador usa a voz de um adolescente de 14 anos de idade. Além de mostrar que tal imaginário arraigou-se na identidade do povo haitiano, a voz de uma criança pode provocar impacto e sensibilidade no enunciatário; e o enunciador valoriza essa hipótese ao construir C4.

Ao mesmo tempo em que revela o imaginário dos haitianos sobre o Brasil, o enunciador constrói uma representação do povo haitiano: a representação de pessoas que vislumbram encontrar no Brasil o que lhes falta: trabalho, educação e serviços de saúde, por exemplo.

Além dessas questões relativas ao conteúdo, a nota visa levar o enunciatário a acessar o *site* da *Folha*, onde encontrará uma notícia ilustrada pela foto do haitiano de 14 anos, sorridente e vestido com a camisa da seleção brasileira de futebol. Ou seja, na perspectiva do enunciador, não basta que o enunciatário leia C4, o enunciador quer mais. Para tanto, indica-se com <folha.com/no1260297> uma leitura complementar. Trata-se de uma indicação em que se reconhece a mediação tecnológica como parte da ordem do discurso jornalístico.

C5a – *Africanos e asiáticos seguem o caminho de haitianos no Acre* (Mundo, A23 – 21/04/2013)

Ocupando mais da metade de uma página ímpar, com o título em negrito e em fonte ampliada no alto da página, e com duas ilustrações (foto e mapa), a notícia é tratada com destaque pela *Folha*, independente de não haver “chamada” nem na *Folha Corrida* nem na primeira página do jornal/edição. Esse destaque ocorre também em comparação com os demais textos da página: uma notícia, sem ilustração e com o título em fonte menor, embora em negrito; duas peças publicitárias; e uma nota de um banco.

No título de C5a, o enunciador topicaliza “africanos” e “asiáticos”, e sobre eles enuncia a seguinte predicação: “seguem o caminho de haitianos no Acre”. Trata-se de uma construção que enfatiza os imigrantes africanos e asiáticos que chegam sem visto prévio ao Brasil, via Acre. Tal ênfase se justifica pelo fato de esses imigrantes se “misturarem” aos haitianos e serem uma novidade no Acre.

Na linha fina, como complemento ao título, o enunciador especifica a origem dos africanos e asiáticos anteriormente enunciados por subespecificação – “Senegal e Bangladesh” –, além de especificar o motivo de seu deslocamento: “atrás de trabalho”.

Já no resumo que encabeça a notícia, que também pode ser lido como complemento do título e da linha fina, o enunciador chama a atenção para a superlotação do abrigo que acolhe os imigrantes (sabe-se, por inferência, que se localiza no Acre), onde esperam em condições insalubres por uma oportunidade de trabalho. Esse conteúdo do resumo, em parte, aparece na foto (de 11 de abril de 2013) cuja legenda – “Imigrantes deitados sobre colchões no abrigo de Brasileia (Acre, fronteira com a Bolívia)” – reitera vínculo entre resumo e foto. A foto explora as condições do abrigo: durante o dia, imigrantes deitados sob tendas improvisadas em colchões espalhados no chão, enquanto, ao fundo, possivelmente autoridades do governo acreano ou federal, da PF e da prefeitura de Brasileia observam-nos.

O conteúdo do título, da linha fina, do resumo e da foto provoca uma junção de haitianos, senegaleses e bengalis – nomes que remetem à notícia C2, criando relações interdiscursivas entre C2 e C5a –, como se os três grupos fossem quantitativamente equivalentes. Ao dar equivalência ao número de haitianos, senegaleses e bengalis chegados ao Acre, o enunciador sugere que a imigração no Acre é um problema para o Brasil maior do que se imaginava até então, provocando no enunciatário a sensação de preocupação maior do que ele teria com a chegada de haitianos. Por outro lado, o enunciador privilegia na notícia a referência aos senegaleses, considerando, por exemplo, o mapa intitulado *Acre tem nova rota de entrada legal*, que destaca a rota do Senegal ao Acre e os especifica quantitativamente: “60 é o número de senegaleses identificados em Brasileia”.

Na verdade, a imigração de senegaleses e bengalis diverge da de haitianos, no mínimo, por dois aspectos: (i) seu contingente é bem menor do que o de haitianos; (ii) suas condições de entrada no Brasil são outras: caracterizam-se como refugiados e não desfrutam do visto humanitário, concedido apenas aos haitianos. Por outro lado, possuem algo em comum, é a razão de imigrarem, como enfatiza o enunciador no final do 2º parágrafo: “todos em busca de um trabalho que os tire dali”, do abrigo em Brasileia (AC).

No 1º parágrafo, o enunciador destaca a proximidade de Brasileia com a Bolívia, interligadas por “uma ponte” e a tranquilidade dos moradores de Brasileia, “habitados à vida na fronteira”. Em contraposição a essa tranquilidade que inferimos da construção linguístico-discursiva, agora esses moradores “vivem dias inquietos com a chegada de uma multidão de imigrantes que se espreme em um abrigo estadual”. Isto é, os imigrantes chegaram e mudaram a rotina dos moradores, causando-lhes problemas. Ao referir aos imigrantes com a expressão “multidão de imigrantes”, atribuindo-lhes a condição de causa dos “dias inquietos” vividos pelos moradores de Brasileia (AC), o enunciador categoriza-os como problema. Subjacente a essa referenciação e categorização existe a ideologia de que imigrantes pobres e em grande quantidade são problema para a população e as cidades que os acolhem, e deveriam, por isso, serem, de algum modo, rejeitados.

No 2º parágrafo, o uso de “onda” em “Nessa onda de imigração” é, em certa medida, pejorativo, especialmente diante da relação com o conteúdo do 1º parágrafo. Uma onda (metáfora da grande quantidade de imigrantes) que chega provocando “dias inquietos” aos moradores de Brasileia e causando problemas na cidade, o que significa que os imigrantes são categorizados como causadores de problemas a quem os acolhe e, ao mesmo tempo, tem uma representação negativa criada pelo enunciador.

Trata-se de uma “onda” constituída, sobretudo, por haitianos, mas também por imigrantes de outras nacionalidades, “até um bengali (de Bangladesh)”. O uso de “até”, além de expressar adição, revela surpresa por parte do enunciador. Já a indicação do país, entre parênteses, é sinal de que o enunciador julga, pela representação que constrói do enunciário, que esse desconheça o adjetivo pátrio “bengali”.

No 3º parágrafo, há novamente ênfase aos haitianos como o maior grupo de imigrantes e como os únicos que, até certo momento, chegavam ao Acre, quando passaram a chegar também “outras nacionalidades”, quando “a rota ilegal entre o Equador e o Acre [...] se tornou mundialmente conhecida”.

No 4º parágrafo, mas também nos parágrafos anteriores, o enunciador constrói o discurso a partir de sua “observação *in loco*” da realidade vivida no alojamento (ou de vozes de quem presenciou tal realidade) e apresenta as condições insalubres – “Pilhas de lixo de um metro de altura, mau cheiro de banheiros e o temor de epidemia” – destacadas no resumo que encabeça a notícia como motivo de o governo do Acre publicar o Decreto nº 5.586, de 9 de abril de 2013, embora não refira explicitamente a esse decreto. O fato é que há relações interdiscursivas de C5a – especialmente o fragmento “fizeram o governo acreano decretar neste mês estado de emergência social na cidade” – com o decreto e com C2 e C3, notícias

que focalizam as condições de insalubridade do abrigo, além de focalizarem o decreto. São relações interdiscursivas cruciais para a construção de sentido de C5a, que o enunciatório “deve levar em conta”.

A ação do governo do Acre de publicar tal decreto é nomeada pelo enunciador como “um grito de socorro ao governo federal”. Isso, “Na prática”, o que dá ao “grito” um sentido quase literal, ou seja, o decreto foi uma forma de a voz do governo do Acre chegar ao governo federal. Trata-se de um uso metafórico de “um grito de socorro”. Nesse aspecto, o efeito de C5a é o enunciatório sentir o quanto caótico estava o abrigo e o quanto o governo acreano se sentia impotente e incapaz de solucionar os problemas vividos pelos imigrantes.

Como resposta a esse “grito”, o governo federal enviou uma força-tarefa ao Acre, – que “aterrissou na cidade disposta a legalizar todos os imigrantes”, como consta do 5º parágrafo. O enunciador, reproduzindo dados da força-tarefa, informa que 1.126 estrangeiros foram identificados, dos quais 1.106 foram regularizados, mas omite o que ocorreu com os outros 20 estrangeiros, os que não foram regularizados. Esse trabalho da força-tarefa indica que grande parte dos imigrantes no alojamento encontrava-se sem registro ou documentos emitidos pela PF.

A partir desses dados e do trabalho da força-tarefa, o enunciador insere a voz de um senegalês³⁰⁷ que teve a situação regularizada, isto é, obteve o registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e, possivelmente, a Carteira de Trabalho. Trata-se de Chiekhou Thiam, cuja voz – “Havia várias opções de países, mas escolhi aqui porque o povo brasileiro tem bom coração” – revela a representação imaginária que têm do Brasil antes de partirem de seus países. E o enunciador faz questão de destacar essa idealização do Brasil: “Thiam é porta-voz de um grupo de 75 senegaleses que idealizam o Brasil como terra acolhedora e repleta de oportunidades.” As possíveis oportunidades de trabalho, somadas à imagem de um país pacífico e acolhedor, são o maior atrativo de optarem pelo Brasil. Ao chegarem, o trabalho se torna uma conquista-chave e necessária para se sustentarem e, quase sempre, para enviarem dinheiro a familiares que ficaram no país de origem, como é o caso de C. Thiam.

As construções predicativas “o povo brasileiro tem bom coração” e “terra acolhedora e repleta de oportunidades”, na voz de C. Thiam, e “Outro país não faria isso [o acolhimento]. Para o mundo, o Brasil é quase uma potência”, na voz do dominicano Juan Ribas, são uma

³⁰⁷ Em nenhuma notícia do *corpus* há exposição das razões pelas quais os cidadãos do Senegal deixam seu país, diferentemente do que ocorre acerca dos haitianos. Pelas notícias, inferimos que a principal razão dos imigrantes senegaleses é a atração (de fundo imaginário) que o Brasil exerce sobre eles: oportunidades de trabalho (que indica alto índice de desemprego no Senegal), povo acolhedor, ausência de perseguição a estrangeiros.

síntese metafórica de que no Brasil os grupos minoritários não são excluídos e perseguidos por uma elite poderosa nem conflitos armados contra esses grupos, o que eles possivelmente encontrariam em outros países de destino.

A visão que têm C. Thiam e J. Ribas sobre o Brasil – isto é, uma representação real ou imaginária – aponta para a representação que eles têm de outros países para onde possivelmente poderiam migrar e onde poderiam reconstruir suas vidas. Trata-se da representação de que o povo desses países não tem bom coração, de que não é uma terra acolhedora e não tem oportunidades de trabalho.

A referência a africanos e asiáticos em C5a, assim como o uso da voz de C. Thiam e de J. Ribas, em forma de discurso relatado ou indireto, ocorre como recurso de o enunciador explicitar as semelhanças das condições dos diferentes imigrantes em Brasileia, o que tomamos como justificativa para considerar em nesta análise o discurso sobre os imigrantes não haitianos.

No entanto, entre haitianos e demais imigrantes há uma diferença importante, que o enunciador explicita, em forma de comparação, no 10º parágrafo: os haitianos “ganham o direito de residir no Brasil quase automaticamente com o chamado visto humanitário”, enquanto e os outros “ainda poderão ter de deixar o país caso não provem ser alvo de perseguição em suas terra natal – condição para obter o refúgio”. Trata-se de uma diferença relativa ao tratamento, baseado na legislação, lhes dedicado pelas autoridades migratórias brasileiras, e que estabelece relação interdiscursiva de C5a com A1, A4, B1 e B3a, entre outras notícias. Ao explicitar essa diferença, o enunciador revela a representação que cria/tem do enunciatário: sujeito desconhecedor da legislação migratória brasileira.

Com a força-tarefa e emissão de documentos, destaca o enunciador no 11º parágrafo: “acreditava-se” que os imigrantes deixariam o abrigo com destino a várias cidades brasileiras em busca de trabalho, onde encontrariam parentes ou conterrâneos. Mas, apenas “uma pequena parte conseguiu deixar o interior do Acre, [...] a maioria continua à espera de empresas que cheguem para recrutar mão de obra e bancar a viagem”. Como exemplificação da atuação das empresas – em diálogo com as notícias B2 e B3c – o enunciador informa brevemente sobre “cinco representantes de empresas que foram a Brasileia buscar 137 trabalhadores.” Por outro lado, os imigrantes que permaneciam no alojamento, naturalmente, começavam “a se mostrar impacientes e desanimados”. Aqui, o enunciador apresenta as empresas como atores sociais que contribuem para a solução dos problemas dos imigrantes, criando, assim, uma representação positiva delas.

Ao mesmo tempo, o contingente no abrigo não se reduzia, pois à medida que alguns eram levados pelas empresas, outros chegavam, passando pelo mesmo processo de registro e de espera.

Por fim, como algo de menor importância no âmbito de C5a, porque o enunciador escolhe focar as condições insalubres no parágrafo final, ele informa que naqueles dias o abrigo começara a receber melhorias – “como banheiros, que eram químicos, e tabladões de madeira sob os colchões, para evitar que os imigrantes continuem a dormir sobre a urina que escorre no chão” – a fim de reduzir suas condições de insalubridade.

No entanto, o enunciador não informa o ator social que promoveu tais melhorias, que pode ser o governo federal ou o governo acreano, por exemplo. Com essa omissão, o enunciador evita que o enunciatário tenha incutida em sua mente qualquer representação positiva desse ator social. Assim, de certo modo, o enunciador assume uma ação discursiva – de modo implícito, mas eficaz – contra esse mesmo ator social. Contribui para essa prática social, como também para a não representação positiva na mente do enunciatário, o fato de tais melhorias serem enunciadas apenas no parágrafo final, prevalecendo, assim, discursivamente, as condições insalubres.

C5b – *Imigrantes apontam cobrança de taxa indevida e extorsão* (Mundo, A23 – 21/04/2013)

Aparentemente, considerando a distribuição na página e a configuração formal do título (sem negrito e em fonte pequena), C5b seria parte de C5a. No entanto, a entendemos com nova notícia, pois se trata de novo assunto, ainda que sejam fortes as relações interdiscursivas entre ambas.

O foco de C5b é a ação de alguns haitianos, dentro do alojamento, como intermediador entre empresas e os demais imigrantes haitianos a fim de serem contratados, e a respectiva cobrança de R\$ 50,00 por esse “serviço”. Essa cobrança se soma aos tantos pagamentos já feitos pelos imigrantes ao longo da viagem – por exemplo, “US\$ 200 a taxistas para cruzar a fronteira entre o Peru e o Acre, ser extorquido por policiais peruanos” –, o que lhes deixaram sem dinheiro. Aqui o enunciador apresenta o pagamento dos R\$ 50,00 como exploração de pessoas vulneráveis e dependentes de ajuda, e, posicionando-se, por empatia, no lugar dos haitianos explorados, “lamenta” fazendo suas as palavras desses imigrantes: “sem dinheiro, ainda ter que pagar para conseguir emprego”.

A notícia é construída a partir de depoimentos de haitianos: “Dois ou três conterrâneos, afirmam os haitianos, têm atuado como intermediários”. São

conterrâneos/compatriotas, chamados de “tradutores”, o que indica dominarem a língua portuguesa, que “desfrutam de vantagens dentro do abrigo e ‘despacham’ de uma salinha nos fundos. O pagamento dessa ‘taxa de recolocação’, mesmo estando regularizados no país, é a maior queixa dos imigrantes.” Aqui, o enunciador se põe do lado dos imigrantes e, indiretamente, denuncia o apoio que os “tradutores” têm dos coordenadores do abrigo, haja vista o uso de “uma salinha nos fundos”.

Esse processo a que se submetem os haitianos para obter um emprego é apresentado pelo enunciador como contraponto a quando os empregadores escolhiam os haitianos “por aptidões e porte físico”. Aqui, o enunciador omite – talvez por desconhecimento – o que explicitamos no item 1.8: os critérios assumidos por algumas empresas na escolha de haitianos para trabalhar remontam ao tempo da escravidão. Essa omissão contribui para a construção de uma representação positiva dessas empresas, estabelecendo relações interdiscursivas com B2 e B3c, por exemplo.

Para acabar com esse pagamento, o governo do Acre, administrador do abrigo – mostrando-se desconhecedor de tal prática dentro do abrigo, o que leva a caracterizar a prática social jornalística como de natureza investigativa – disse que, a partir daquele momento, “‘institucionalizou as contratações’, que passarão a ocorrer em um posto fora do abrigo”. Com essa voz, o governo do Acre se mostra como organizador das contratações respeitando os direitos dos imigrantes, o que implica uma representação positiva de si. Ao reproduzir essa voz, o enunciador concorda e reitera a mesma representação e se mostra a serviço desse governo. Mas, ao mesmo tempo, o governo se põe a serviço das empresas, pois a elas interessa a organização das contratações. Por sua vez, o enunciador omite esse tipo de crítica e se mostra, também, a serviço das empresas.

Por fim, o enunciador mostra explicitamente a *Folha* como ator social no papel investigativo: “A **Folha** apurou que a força-tarefa coordenada pelo Ministério da Justiça também identificou o problema e enviará duas funcionárias do Ministério do desenvolvimento Social para gerir o abrigo e extinguir a intermediação paga no local”. Aqui, o enunciador se mostra a serviço do Ministério da Justiça e do governo federal por prestar-lhes o serviço de divulgação de sua iniciativa em acabar com a exploração dos imigrantes no abrigo. Também, o uso da expressão “força-tarefa” estabelece relação interdiscursiva com C5a.

No último parágrafo, o enunciador, retomando a informação de que os haitianos eram extorquidos por policiais peruanos, constante do primeiro parágrafo – o que se caracteriza como relação intradiscursiva –, explicita no parágrafo final: “A reportagem não conseguiu contato com a polícia peruana para comentar as acusações dos haitianos”. Com isso,

novamente, o enunciador mostra a *Folha* como ator social que tem papel investigativo na sociedade.

5.1.4. Notícias do “momento D” – janeiro a maio de 2014

De janeiro a maio de 2014, imigrantes (não só haitianos, mas também dominicanos, senegaleses e nigerianos, sobretudo) superlotavam o alojamento de Brasileia. Isso se deu em decorrência da chegada de grande contingente de imigrantes desde dezembro de 2013 e da cheia do rio Madeira na divisa do Acre com Rondônia, impedindo o deslocamento por via terrestre entre os dois Estados.

No mês de abril, o governo do Acre fechou o alojamento em Brasileia e deslocou os imigrantes para Rio Branco, onde foram alojados no Parque de Exposições. Ao mesmo tempo, o governo acreano enviou centenas de haitianos para a cidade de São Paulo, em/a princípio, sem consentimento das autoridades paulistanas, o que desencadeou críticas ao governo acreano.

Esse procedimento do governo do Acre causou descontentamento das autoridades de São Paulo, que alegaram desconhecerem previamente a chegada dos imigrantes. “A gestão Geraldo Alckmin (PSDB) acusou o Acre de ser ‘irresponsável’ por não avisar sobre o envio dos refugiados” (Ribeiro e Italiani, 2014). Por sua vez, o governador do Acre, Tião Viana (PT), dizia que a “elite paulista” não quer os haitianos por “preconceito” (Ribeiro e Italiani, 2014). Na ocasião, o então secretário municipal de Direitos Humanos de São Paulo, Rogério Sottili, disse que a cidade se tornou local de “despejo” para os refugiados. Naquele mês de abril, até o dia 28, segundo a Prefeitura, mais de 800 haitianos haviam chegado do Acre. Do total, 400 se estabeleceram em casas de amigos, parentes, ou foram para outras cidades no Sul do País. Os demais foram abrigados em São Paulo: 120 em albergues da Prefeitura e outros 280, na Casa do Migrante da Igreja Nossa Senhora da Paz, no Glicério, no centro da capital (Ribeiro e Italiani, 2014).³⁰⁸

D1 – Acre quer fechar a divisa com Peru para barrar haitianos (Mundo, A10 – 16/01/2014)

Publicada numa página par, página-verso, essa notícia ocupa uma posição hierárquica inferior em relação a outras duas notícias, considerando a composição da página. A saber: a

³⁰⁸ Essa transferência dos imigrantes a partir do Acre gerou vários problemas, pois, apesar de São Paulo “ser a cidade com maior PIB do Brasil, não teve condições de atender este novo fluxo e só não vivenciou uma situação de crise humanitária por conta da pronta ação da sociedade civil que, como em outros momentos, se desdobrou para acolher e encaminhar os imigrantes” (Fernandes, Castro e Milesi, 2014, p. 94).

notícia principal ocupa a metade superior da página e tem o título – *Papa afasta d. Odilo de banco do Vaticano* – em maior destaque do que as outras duas. Abaixo dessa notícia, no grau de importância, está a notícia sobre a nomeação a cardeal do bispo haitiano Chibly Langlois pelo Papa Francisco, intitulada *‘Igreja está dando atenção a nós’, diz cardeal do Haiti*. A essa notícia, devido à nacionalidade do sujeito noticiado, vincula-se, observando a composição da página, a notícia D1.

O enunciador inicia a notícia com a voz do governo do Acre, mas sem explicitar de onde a retirou nem quando o governo a enunciou. Assim, o enunciador se mostra detentor de “informação privilegiada” e, explicitamente, membro da elite simbólica, que, além de ter acesso ao discurso público, tem acesso a fontes que “outros jornalistas” não têm. Mostra-se a serviço do governo do Acre, por “divulgar” sua voz. Com esse acesso, o enunciador anuncia o que o governo acreano está pretendendo em relação à imigração haitiana. Um possível resultado desse anúncio se daria na mente do enunciatário, que poderia se mobilizar a favor ou contra a proposta do governo.

Também no 2º parágrafo, o enunciador recontextualiza a voz do governo acreano relativa ao grande contingente de haitianos no abrigo em Brasileia (AC). Sua voz se insere na notícia de forma implícita, como em “O fluxo migratório do Haiti intensificou-se desde a semana passada”, e de forma explícita (embora o enunciador opte pelo discurso indireto), como em “o governo teme conflitos devido à superlotação no abrigo público de Brasileia”. O conteúdo dessas preposições é, implicitamente, enunciado como justificativa da proposta do governo constante do 1º parágrafo: “O governo do Acre irá propor ao Ministério da Justiça fechamento temporário da fronteira com o Peru”.

O termo “superlotação” (cuja referência é subespecificada), empregada na voz do governo, é especificada no 3º parágrafo por dados quantitativos, também recontextualizando, mais uma vez, a voz do governo acreano: “O abrigo pode receber até 300 pessoas por vez, mas hoje há 1.200 alojados. Desde dia 9, chegam em média 70 novos imigrantes por dia ao abrigo, segundo dados do governo”.

No 4º parágrafo, o enunciador usa o discurso reportado, entre aspas, do secretário de direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, ator social que possui/constrói uma representação imaginária, baseada numa representação real, acerca da presença dos haitianos no Acre: “Temo a eventualidade de uma tragédia [representação imaginária]. Não tem espaço para dormir, não tem água suficiente, tem problemas de alimentação [representação real]. Dá forma que está é insustentável.” Sua voz, explicitamente, é um alerta sobre problemas graves que podem ocorrer, mas evitáveis.

De um modo geral, a notícia é uma representação imaginária – haja vista seu título enunciar o que o governo acreano quer fazer –, mas baseada em representações reais sobre a realidade do abrigo: sua superlotação.

No parágrafo final, o enunciador destaca que procurou ouvir o Ministério da Justiça a respeito, mas que esse não respondera à reportagem. Com essa informação final, o enunciador tenta mostrar a *Folha* como jornal imparcial e se eximir de possíveis críticas, como, por exemplo, de que se baseia apenas numa voz/posição ao construir seu discurso.

Na verdade, D1 é uma notícia baseada apenas na voz do governo do Acre, mas que tem como efeito social alertar o enunciatário sobre os atuais (daquele momento) problemas vividos (e outros possíveis) na fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia decorrentes do grande contingente de imigrantes.

D2 – Na internet (Mundo, A8 – 22/01/2014)

Trata-se de uma nota que tem o fim de provocar no enunciatário a execução de determinada prática social: o acesso a uma notícia específica disponível na internet.

Até janeiro de 2014, a *Folha* não havia noticiado sobre haitianos fora do Acre e ou Amazonas, isto é, aqueles que passaram por esses Estados e se encontravam no Brasil em diferentes localidades, já trabalhando ou ainda em busca de trabalho. A breve nota (D2) *Governo estuda centro de apoio a refugiados haitianos em SP* é a primeira notícia a respeito e indica que os haitianos tornaram-se “problema” também em São Paulo. Caso contrário, não seriam noticiados.

A nota apresenta duas questões importantes relativas à referenciação. A primeira é quanto ao referente de “Governo”: de uso genérico e caracterizado por subespecificação, o termo poder referir tanto ao governo do Estado de São Paulo como ao governo federal. A segunda questão é sobre o uso equivocado de “refugiados haitianos em SP”: como argumentamos no começo do capítulo 1, os haitianos no Brasil, juridicamente, não são “refugiados”, e sim “imigrantes”.

Outro aspecto que observamos é a construção de uma representação imaginária na predicação “centro de apoio a refugiados haitianos em SP”. Isto é, trata-se de um “centro” a ser, possivelmente, criado pelo governo. Depois de criada, sua representação imaginária, muito provavelmente, se tornará noutros textos uma representação real.

D3a – Cheia deixa haitianos ‘represados’ no Acre (Mundo, A22 – 06/04/2014)

Publicada numa página par, página-verso, a notícia aparece abaixo de um artigo de opinião, localizado no alto da página. Apesar disso, a notícia ocupa quase toda a página e recebe destaque significativo, tanto pelo seu título em negrito e em fonte ampliada, quanto pela sua ilustração: duas fotos e um mapa.

O foco de D3a é a cheia do rio Madeira como causa da superlotação do abrigo de Brasileia – o que estabelece relação interdiscursiva com D1 –, uma vez que a cheia impedia o trânsito via terrestre do Acre para Rondônia. Essa relação de causa é explicitada no título, na linha fina – “Imigrantes não conseguem deixar Estado por via terrestre após inundações e causam superlotação em abrigos” – e em parte do resumo que encabeça a notícia: “situação faz Brasileia (AC) hospedar recorde de estrangeiros”.

Uma solução governamental diante da impossibilidade de trânsito foi o uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para levar os imigrantes, já documentados, até Rondônia, como explicita o enunciador em parte do resumo. Ao destacar essa solução, o enunciador enfatiza o esforço dos governos estadual e federal em minimizar o sofrimento dos imigrantes e reduzir seu tempo de espera no abrigo, criando, assim, uma representação positiva de tais governos, a qual poderá ser incutida na mente do enunciatário. Ao mesmo tempo, o enunciador se mostra a serviço dos governos.

A relação de causa que apontamos acima é uma construção linguístico-relacional com que o enunciador desvia o foco para a causa (a cheia do rio) do agravamento das condições gerais do abrigo, que já eram péssimas, como revelam notícias anteriores, como C1, C4a e D1. Assim, o mais adequado seria dizer, desde o começo da notícia, que a cheia agravou as condições do abrigo. No entanto, não é essa a escolha do enunciador, pois ele constrói a notícia na perspectiva da mesma relação de causa–consequência, coerentemente ao que enunciara no título e linha fina.

Para tanto, o enunciador usa, como discurso relatado, vozes de imigrantes haitianos alojados no abrigo, do governo do Acre e do Ministério do Trabalho, além de usar vozes sem explicitar o sujeito de quem “copia”, mas que, muitas vezes, nós, analistas, podemos identificar sua “origem” e as relações interdiscursivas estabelecidas.

Estrategicamente, o enunciador inicia o 1º parágrafo com a voz de um imigrante: “O haitiano Marc Derisma, 45, define o embarque no ônibus com destino a Rio Branco como o fim de uma agonia.” Com isso, o enunciador destaca a sensação vivida por Marc Derisma ao embarcar, cujo efeito de sentido é o de ser também a sensação dos demais imigrantes que deixam o abrigo em Brasileia. Ao mesmo tempo, o enunciador destaca a representação real

que Marc Derisma tem do alojamento e a representação imaginária das condições a encontrar em São Paulo, cidade para onde vai em busca de trabalho, passando por Rio Branco (AC) e, de avião, para Porto Velho (RO). Derisma é um dos tantos haitianos que viveram essa “saga”.

Usando a voz do governo do Acre, o enunciador “assume” que a cheia do rio Madeira levou à maior ocupação do alojamento vista até então, “reconhecendo” que antes da cheia o abrigo não ficava tão cheio. Mostrando-se a serviço do governo do Acre, o enunciador revela que, para amenizar a superlotação do abrigo e os problemas decorrentes, o governo do Acre retirara mais de 500 imigrantes de Brasileia desde a semana anterior. Para tanto, usaram-se aviões da FAB que saíam com alimentos de Porto Velho para Rio Branco e voltariam vazios. Assim, o enunciador revela que governo do Acre e governo federal atuavam de forma conjunta no sentido de ajudarem os imigrantes e de mitigarem sua “agonia”, seus problemas.

Com essa construção discursiva, o enunciador cria uma representação real positiva de ambos os governos, a qual é passada ao enunciatário, possivelmente incutindo-se em sua mente. O resultado disso é que o enunciatário (pensado de modo amplo como os leitores da *Folha*) passaria a ter um comportamento social a favor desses governos, pelo menos no que tange ao respeito aos direitos humanos das pessoas socialmente desfavorecidas. Desse modo, o enunciador produz um discurso jornalístico em prol dos governos acreano e federal e se mostra a seu serviço.

Ao mesmo tempo, o enunciador revela que, embora a ajuda governamental tenha efeitos positivos para os imigrantes beneficiados com a viagem de avião, o trabalho de deslocamento dos imigrantes parece infundável, pois, “à medida que pequenos grupos saem, outros chegam, numa média diária de 40 pessoas”. Mas é um “porém” que não enfraquece a representação positiva criada sobre os governos.

E não são apenas haitianos (o que já sabemos a partir de notícias anteriores), mas também, por exemplo, senegaleses, sobre os quais o enunciador no 9º parágrafo: “Na última quinta-feira, quando a **Folha** esteve na cidade, 32 senegaleses se juntavam a outros 550 compatriotas. Nos últimos dois anos, o total dos que cruzaram a fronteira com o Peru chega a 1.550”. Aqui, o enunciador personifica o próprio jornal, criando uma representação de que a *Folha* é um jornal sério e investigativo cujos profissionais vão ao local dos fatos a fim de criar um discurso jornalístico com vínculos diretos com a realidade.

Dessa visita-investigação a Brasileia, tem-se na notícia D3a, informações quantitativas importantes sobre os imigrantes senegaleses, as quais, até então, não havia sido noticiadas em textos do *corpus*. São dados quantitativos que estabelecem relações interdiscursivas com notícias anteriores, como C1, C2 e C4a, nas quais os senegaleses foram referidos por

subespecificação, isto é, os dados noticiados no 9º parágrafo de D3a preenchem, de algum modo, a lacuna deixada em tais notícias anteriores. Além disso, noticiar que 32 senegaleses chegaram em um dia e que 1.550 já chegaram ao Brasil via fronteira com o Peru é mais forte do que apenas dizer que senegaleses também chegam juntamente com haitianos. Tais dados causam maior efeito de sentido no discurso/texto.

No item *Superlotação*, o enunciador explora as condições do abrigo mantido pelo governo do Acre em Brasileia: “Cerca de 1.500 haitianos e senegaleses dividem um espaço que comportaria, no máximo, 500”. Esse alto contingente de pessoas num espaço reduzido e sem infraestrutura tem relação intradiscursiva direta com a “agonia” referida pelo haitiano Marc Derisma, citada em forma de discurso indireto no 1º parágrafo. De acordo com o enunciador, sua “agonia” “ao deixar a cidade é representada pelo esgoto a céu aberto, pela falta de banheiros, pelo ambiente abafado e pela ociosidade à espera de uma chance de ir embora”: situação que “se agrava nos dias de chuva, quando a água com detritos se espalha pelo quintal”. Ao fazer essa descrição, o enunciador denuncia publicamente as condições insalubres do abrigo – estabelecendo relação interdiscursiva com C1, C4a e D1 –, que vão contra os direitos humanos. Assim, o enunciador age em prol dos imigrantes abrigados em Brasileia, e não em prol dos governos acreano e federal como identificamos em parágrafos acima. Também, constrói uma representação real altamente negativa do abrigo e de seus administradores, especialmente o governo do Acre.

Se há críticas ao governo do Acre, há também elementos que mostram sua ajuda e postura de quem procura respeitar os direitos humanos e minimizar o sofrimento dos imigrantes, dando a D3a um caráter paradoxal.

Em meio ao caos no abrigo, um dos haitianos, há mais de 20 dias ali, Tony Batiptes “conseguiu montar um pequeno comércio”, onde “vende de sabão a créditos de celular da operadora boliviana Tigo, pela qual eles conseguem ligar para os parentes no Haiti”. O desejo maior também de Tony é deixar o abrigo, como diz em discurso relatado: “Quero dinheiro para me encontrar com meu primo em São Paulo. [...]. As condições aqui estão muito ruins, não há onde dormir, tomar banhar”. Novamente o enunciador usa a voz de um imigrante para enfatizar as condições inadequadas do abrigo. Esse uso é intencional, pois dá maior veracidade às “condições” noticiadas, a ponto de fortalecer a representação negativa do abrigo e seus administradores na mente do enunciatário.

No item *Documentação*, o enunciador destaca a iniciativa do Ministério do Trabalho em deslocar para Brasileia “servidores de Rio Branco e Porto Velho para agilizar a emissão de documentos” e reduzir o tempo de espera dos imigrantes em Brasileia, embora “falhas na

internet [tenham dificultado] o atendimento aos imigrantes”. Ao destacar essa iniciativa, o enunciador usa a voz do Ministério criando uma representação positiva do Ministério do Trabalho e do governo federal. Em certa medida, o enunciador se põe a serviço desse Ministério e governo, e cria uma notícia caracterizada como *gênero de controle*.

Mas, como contraponto à voz do Ministério e à representação positiva a ele conferida, no parágrafo seguinte, usando do discurso relatado, o enunciador insere a voz do haitiano Exilus Franzy: “preciso da minha carteira de trabalho. Toda vez que vou em busca dela dizem que o sistema não está funcionando”, o que se contrapõe à representação positiva do ministério. Por fim, o enunciador conclui o item (e a notícia) reproduzindo de forma indireta a voz do governo, que “diz que entrega até 50 carteiras por dia”, cujo efeito de sentido é de que os profissionais que atuam na emissão da carteira têm realizado suas tarefas a contento.

A ilustração da notícia explora especialmente as condições insalubres e subumanas do abrigo em Brasileia. Na foto maior, haitianos espremem-se numa “fila para se cadastrar em abrigo em Brasileia”, conforme a legenda. Na foto menor, haitianos se banham no quintal do abrigo, com água e local impróprios, como destaca a legenda: “Imigrantes têm de tomar banho com água suja, próximo de local com esgoto a céu aberto”, o que explicita o ambiente insalubre em que se encontram os imigrantes. Vejamos que, enquanto a parte linguística da notícia explora a cheia do rio Madeira como causa da superlotação do abrigo, as fotos exploram as condições decorrentes dessa superlotação.

Quanto ao mapa – *Rota dos haitianos no Brasil* – o enunciador procura explicitar os trajetos mais comuns percorridos pelos haitianos. Nesse mapa, especificamente em seu item 3, há referência à travessia da fronteira pelo Peru e pela Bolívia, diferente de mapas anteriores, em que se ignorava a travessia peruana, como em A4a, B3a, C1 e C4a. Junto do mapa, o enunciador também insere informações particulares ao Haiti: sua área territorial, população, PIB, PIB per capita e o índice de analfabetismo. Com essas informações, destacam-se as condições socialmente inferiores do povo haitiano.

D3b – *Convivência com senegaleses gera pequenos atritos* (Mundo, A22 – 06/04/2014)

O foco é a interação entre haitianos e senegaleses no abrigo de Brasileia, marcada por pequenos desentendimentos entre os dois grupos. Há no título omissão dos sujeitos que convivem com senegaleses, mas seu referente é de facilmente inferido, considerando tanto D3a, na mesma página, como o parágrafo inicial de D3b.

No 1º parágrafo, o enunciador explicita Brasileia como porta de entrada dos haitianos no Brasil e como “base exclusiva” para a busca de emprego – tal como em outras notícias,

ignorando Tabatinga (AM) –, que “agora também recebe dezenas de senegaleses” com o mesmo objetivo. O enunciador denomina o encontro entre os dois grupos de “choque cultural”, uma espécie de “nominalização metafórica” com nome não verbal usada no começo do 2º parágrafo. É uma expressão cuja construção referencial se dá por relações anafóricas retrospectivas – às informações difusas no parágrafo anterior, e por relações anafóricas prospectivas.

O uso de “choque cultural” ocorre no sentido de “encontro cultural”, encontro de duas culturas, haitiana e senegalesa, o qual “provoca alguns atritos, mas nada que não possa ser apaziguado”, pondera o enunciador. Como exemplificação desses “atritos”, o enunciador, usando do discurso relatado, recorre à voz de Damião Borges, representante do governo do Acre no abrigo de Brasileia: “Um senegalês passa, e os haitianos fazem brincadeira com ele, o que acaba irritando o outro”.

Novamente usando a voz de D. Borges como discurso relatado, o enunciador exemplifica no 3º parágrafo: “‘Os haitianos se incomodam com as orações diárias dos africanos, dizem que faz barulho, mas nada que leve a agressões físicas’, diz Borges”. Na sequência, explica o enunciador: “Muçulmanos, os senegaleses oram cinco vezes por dia”. Vemos, o “choque cultural” são manifestações de haitianos contra a cultura dos senegaleses, baseadas, sobretudo, no desconhecimento e rejeição ao mundo do *outro* que, naquele momento, passara a ocupar parte do espaço “dos” haitianos e a concorrerem com eles na disputa pelas vagas de emprego.

Com a presença dos senegaleses, os haitianos criam uma representação negativa deles. Ao mesmo tempo, o enunciador, ao relatar, por “observação” ou pela voz de D. Borges, as ações de haitianos, cria uma representação também negativa desses.

A notícia não consiste apenas nos atritos entre os dois grupos. A segunda metade do texto é dedicada à voz de Cheíkhouna Diout, “líder do grupo dos senegaleses” em Brasileia, que, por ser o “único a falar espanhol, serve de intérprete improvisado”, o que lhe confere certo poder discursivo nas relações sociais no abrigo. Inferimos que o fato de falar espanhol é que o torna líder.

Antes de “dar voz” a Diout, o enunciador descreve, brevemente, a rota percorrida pelos senegaleses, muito provavelmente a partir da voz de Diout.

No parágrafo final, o enunciador revela a razão de C. Diout escolher o Brasil como destino, em forma de discurso relatado: “‘No Senegal, não há oportunidade de emprego. O Brasil é acolhedor, por isso escolhemos aqui’, diz Diout”. Trata-se de uma voz selecionada e inserida na notícia como fala emblemática com características de ser a mesma dos demais

imigrantes senegaleses. Ao fazer tal escolha, o enunciador contribui substancialmente para que as representações construídas por Diout cheguem ao enunciatário e sejam incutidas em sua mente.

Essas representações são uma representação real do Senegal e uma representação imaginária do Brasil. Essa última talvez viesse a se tornar real para Diout, à medida que se concretizasse seu sonho, destacado pelo enunciador em forma de discurso indireto: “Ele sonha em ir para São Paulo onde pretende trabalhar como guia turístico na Copa”. Hoje, a partir de inferências contextuais, podemos dizer que seu sonho não tenha se concretizado, pois ser guia turístico num país desconhecido, sem conhecer a cultura local, é algo quase impossível, especialmente porque a Copa começaria a poucos meses daquela entrevista ao jornalista e publicação de D3b.

De qualquer modo, a construção discursiva do enunciador revela dois pontos importantes: (i) os sonhos e anseios dos imigrantes são maiores do que encontrar um emprego no Brasil e ter uma vida melhor; (ii) entre os imigrantes existe um forte imaginário de que, no Brasil, há toda sorte de oportunidades à sua espera, favorável à realização de seus sonhos.

D4 – *Acre vai fechar abrigo para imigrantes* (Mundo, A17 – 11/04/2014)

Publicada numa página ímpar, página-anverso, o que põe seu conteúdo à primeira vista do leitor que folheia o jornal, a notícia divide a página com um artigo de opinião e a peça publicitária de um filme, *O caçador*. Quanto ao grau de importância, a peça publicitária é de maior destaque por ocupar mais da metade da página, além de ser composta em cores fortes. Em comparação com o artigo, a notícia tem maior destaque, considerando seu título em negrito e em fonte ampliada, o que não ocorre com o artigo, embora esse esteja no alto da página.

O foco da notícia é o fechamento do abrigo para imigrantes em Brasileia, ainda que no título o enunciador opte por uma forma verbal futura: “vai fechar”. No título, o enunciador enfatiza o governo acreano como agente da ação verbal, especialmente pela topicalização de “Acre”. Com isso, enfatiza-se o poder social do governo sobre os imigrantes, poder de abrir e de fechar abrigos, e de conduzir os imigrantes para distintos locais, como se destaca na linha fina: “Cerca de 1.500 haitianos e senegaleses que chegaram a Brasileia serão levados para alojamento em Rio Branco”.

Na linha fina, a topicalização é da grande quantidade de imigrantes que estão alojados no abrigo em Brasileia, embora a referência em parte da predicação seja aos que chegaram à cidade. Esse grande contingente alojado é um dos motivos para o fechamento anunciado no

título, os quais serão detalhados na primeira parte da notícia, do 1º ao 7º parágrafo, tal como ocorre em relação ao título. São questões que dialogam interdiscursivamente com notícias anteriores.

Outra parte da predicação na linha fina – “serão levados para alojamento em Rio Branco” – diz respeito ao que o enunciador noticia como novo, o que será especificado no item *Novo abrigo*.

No resumo que encabeça a notícia – “Secretário diz que governo federal fará hospedagem em SP; ministérios não confirmam construção” –, porém, o enunciador parece noticiar algo distinto. Mas é algo que, ao longo do texto, no mínimo, tem de ter relação direta com o título e a linha fina. No resumo, o termo “Secretário” é usado com subespecificação, mas, por inferência, podemos dizer que seu referente é algum secretário do governo do Acre, do governo federal ou de São Paulo. Mas isso é muito pouco. Há subespecificação também no uso de “ministérios”. O conteúdo do resumo será retomado nos dois parágrafos finais da notícia, o que o caracteriza como conteúdo secundário na perspectiva do enunciador.

A informação de fechamento do abrigo é nova, mas os motivos para tal fechamento são conhecidos, isto é, a notícia D4 remete, estabelecendo relações interdiscursivas, a notícias anteriores, entre elas, D3a. Por exemplo: “No último domingo, a **Folha** mostrou que mais de 1.500 pessoas moravam no local em situação degradante, com esgoto a céu aberto, ausência de banheiros e de água potável para consumo”, enunciado que, explicitamente, retoma de D3a elementos do item *Superlotação*.

Outro caso é o 3º parágrafo de D4 – “O secretário de Direitos Humanos, Nilson Mourão, disse que a superlotação foi agravada pelo bloqueio da BR-364, principal acesso terrestre do Estado, devido à cheia do rio Madeira” –, que retoma elementos do 3º parágrafo de D3a.

Também, o enunciador, ao inserir no 5º parágrafo o argumento de N. Mourão de que o abrigo foi fechado porque a situação em Brasileia e Epitaciolândia era “insustentável” (termo usado pelo secretário), o enunciador reconhece o uso de um termo que sintetiza/nominaliza um conjunto de informações explicitadas em D3a. Isto é, o enunciador e o enunciatário de D3a poderiam, sem dúvida, com o mesmo termo, sintetizar a situação vivida pelos imigrantes no abrigo.

Outro diálogo interdiscursivo é do enunciado “Na semana passada, o Acre já conseguiu retirar de seu território 1.450 estrangeiros em aviões da FAB (Força Aérea Brasileira)”, parte do 7º parágrafo, com partes de dois parágrafos de D3a, a saber: “o governo do Acre conseguiu retirar mais de 500 imigrantes de Brasileia” (do 7º parágrafo de D3a) e

“Aviões da Força Aérea Brasileira [...] voltam a Porto Velho transportando os imigrantes” (do 8º parágrafo de D3a).

Considerando essas relações interdiscursivas, identificamos que a primeira parte de D4 é construída, sobretudo, a partir de D3a. É a notícia sendo base para outra notícia, o discurso jornalístico se constituindo pelo discurso jornalístico. O enunciador de D4 “repete” conteúdo já noticiado pela *Folha*. Melhor, ele recontextualiza parte de D3a em D4. Contudo, D4 retoma elementos de D3a acrescentando elementos novos.

Há, porém, como “voz original” em D4, a do secretário de Direitos Humanos do Acre. Ao mesmo tempo, o enunciador de D4 reitera de D3a a representação positiva do governo acreano e do governo federal, por atuarem em conjunto na tentativa de mitigarem os problemas vividos pelos imigrantes, inclusive retirando-os do abrigo de Brasileia, superlotado e em condições insalubres.

No item *Novo abrigo*, o enunciador detalha, brevemente, as condições do abrigo em Rio Branco: “O abrigo terá banheiros químicos e água portátil, além de um posto da Polícia Federal para emissões de documentos”. Ao enfatizar esses elementos, o enunciador dialoga com informações relativas ao abrigo de Brasileia, isto é, suas carências e inadequação no acolhimento aos imigrantes. Ao mesmo tempo, o enunciador recontextualiza, indiretamente, a voz do governo do Acre, que, a partir de então, passaria a atender melhor os imigrantes, com respeito aos direitos humanos.

No entanto, o novo abrigo seria improvisado e temporário – “local usado pela prefeitura para convenções e para abrigar famílias desalojadas pela cheia do rio Acre” –, do que podemos inferir se tratar de um abrigo relativamente precário, mas não insalubre e de espaço tão reduzido como o de Brasileia. Por inferências contextuais e conhecimento de mundo, sabemos que o local do abrigo é o Parque de Exposições, onde ocorreria, em breve, a Expoacre 2014, o que diz respeito à informação do enunciador “A intenção é mantê-los no local até maio”, em que se omitem as razões dessa restrição temporal.

De forma não muito clara, isto é, de forma subespecificada, a construção de D4 relaciona o abrigo temporário em Rio Branco a outro em São Paulo: “Nilson Mourão disse que, depois, eles serão transferidos para um abrigo que será construído pelo governo federal em São Paulo. O local será controlado pelos ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Social”. Trata-se de uma informação com relações interdiscursivas com D2 – “Governo estuda centro de apoio a refugiados em SP” –; duas notícias que, juntas, apontam para o *outro*, o outro governo, a solução de um abrigo adequado.

Diante dessa voz do secretário, no parágrafo final, o enunciador procura enfatizar para o enunciatário a representação de que a *Folha* é um jornal investigativo: “Procurados pela **Folha**, os dois ministérios não se pronunciaram até o fechamento desta edição”. Enunciado do qual se infere (e que cria a representação de) que a *Folha* é também um jornal imparcial e receptivo aos atores sociais “donos” de vozes possivelmente contrárias para que possam enunciar e esclarecer o que sobre eles (no caso, atores sociais também da esfera governamental) é noticiado. No entanto, ao longo da notícia o enunciador não toma vozes de cidadãos haitianos, sujeitos transferidos e diretamente afetados ou beneficiados pelo fechamento do abrigo em Brasileia e da abertura do abrigo em Rio Branco. Nesse sentido, o enunciador se mostra a serviço dos governos e das práticas sociais típicas da esfera política. Ou seja, em D4, o enunciador recontextualiza como prática jornalística elementos da prática política, fazendo com que tais elementos sejam possivelmente incutidos na mente do enunciatário.

De um modo geral, em D4, o uso do discurso relatado é relativamente pequeno, sem, porém, o enunciador produzir a notícia de forma autônoma. Na verdade, a voz do *outro* está em todo o texto, na forma de discurso indireto velado.

D5 – O Haiti não é aqui (Poder, A4 – 24/04/2014)

O título de D5 sugere perguntas do tipo “onde é o Haiti?”, “no território haitiano?”. Sugere que deveriam os haitianos permanecer em seu país, independente das condições de vida e de infraestrutura, educação, saúde e oferta de trabalho. Se podem se deslocar, que não seja para São Paulo, e sim para outros lugares do Brasil, haja vista o fato de esse título surgir na *Folha* apenas após os imigrantes chegarem à capital paulista. Nesse sentido, o título é um eufemismo com marcas de metonímia de “São Paulo não é lugar de imigrante haitiano”. Com o título, o enunciador revela rejeição aos haitianos. Subjacente ao título há representação de que eles não deveriam vir para o Brasil. E assim são categorizados pelo enunciador.

O foco da notícia (sem ilustração) é o aparente desentendimento ou conflito discursivo – considerado como fato real pelo enunciador – “entre três governos do PT: o acreano, o da capital paulista e o federal” a respeito da transferência de imigrantes haitianos do Acre para São Paulo por iniciativa do governo acreano. Essa é a primeira vez, nos textos do *corpus*, que o Partido dos Trabalhadores (PT) é objeto de notícias sobre os haitianos, como uma espécie de núcleo do aparente desentendimento entre “governos petistas”. Ao tentar enfatizar o desacordo entre os governos, o enunciador enfatiza (ou cria, no discurso jornalístico,) possíveis desacordos dentro do PT, propositalmente, a fim de o enunciatário, assim, perceber.

Como tentativa de solucionar o problema, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, “disse ter ligado para o governador Tião Viana”, do Acre. Também, “pediu a intervenção do Ministério da Justiça para arbitrar o assunto”. Com essa prática/ação discursiva, o prefeito, reconhecendo se tratar de uma questão que implica decisões do governo federal e parte de seus ministérios, evita expor para atores da esfera jornalística qualquer desacordo com o governo acreano. No entanto, não é a postura de evitar conflito a que o enunciador enfatiza, pois, inferimos, seu interesse é fomentar o possível conflito entre os “governos petistas”.

Com a construção “Reservadamente, para não escancara a briga partidária, auxiliares do prefeito confirmam que secretários de Viana têm se recusado a dar informações”, o enunciador expõe abertamente (ou “escancara”) o que os auxiliares não quiseram fazer, pois tal ação seria agir contra os interesses do partido em questão. Mas o enunciador o faz intencionalmente, expondo para a sociedade que há conflitos internos ao partido. Com essa prática/ação discursiva, o enunciador cria para o enunciatário uma representação negativa do partido e dos políticos envolvidos nessa questão, o que pode ter como efeito uma avaliação negativa e uma postura de rejeição (já existente ou criada a partir de D5) por parte dos leitores do jornal em relação ao partido.

Ao mesmo tempo, nós, analistas e leitores da notícia, devemos, criticamente, ter em conta que os atores sociais (políticos) objeto de D5 ocupam posições e poderes distintos da esfera política – de âmbito municipal/local, estadual/regional ou nacional –, o que torna natural possíveis conflitos, pois cada qual atua no seu “âmbito político” e governa “para” sua população. Trata-se de uma ponderação ignorada pelo enunciador.

Como forma de mostrar que há desacordos de ordem discursiva entre o governo do Acre e a prefeitura de São Paulo, o enunciador cria dois itens com a expressão “telefone sem fio”, fragmentando-o feito a divisão de opinião dos atores sociais. No primeiro item, *Telefone ...*, o enunciador reproduz a voz do secretário de Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, segundo o qual “‘ainda está aguardando’ um contato paulistano. ‘Estamos à disposição para desenvolver ações humanitárias’”. No outro item, *... sem fio*, o enunciador revela que “O secretário de Direitos Humanos de Haddad, Rogério Sottili, evita a bola dividida, mas auxiliares da prefeitura dizem que Mourão foi contatado logo que os haitianos começaram a chegar sem aviso prévio”. Propositamente, o enunciador cria um texto que põe em conflito o discurso do secretário acreano e o discurso de “auxiliares da prefeitura” paulista, selecionando e recontextualizando fragmentos de cada discurso/voz. Isto é, novamente, o enunciador tenta criar na mente do enunciatário uma representação negativa do PT e dos políticos petistas.

Quanto à referenciação, “deportação”, “refugiados”, “queda de braço”, “escancorar”, “a briga partidária”, “telefone ... / ... sem fio”, “a bola dividida”. Analisando cada expressão, enumeramos:

- “deportação”: refere-se à ação de o governo do Acre enviar imigrantes para São Paulo. Caracteriza-se como hipérbole, apesar de ser usado entre aspas;
- “refugiados”: refere-se aos imigrantes haitianos, equivocadamente, pois os haitianos não são categorizados como “refugiados”, como argumentamos no capítulo 1;
- “queda de braço”: é uma metáfora do diálogo – construído de forma indireta – entre os governos sobre a transferência dos haitianos. Com essa expressão, esse diálogo é representado como disputa, provocada pelo governo do Acre, conforme a construção da notícia;
- “escancorar”: é um verbo usado como “sinônimo” de *mostrar* ou *expor*. Com características de hipérbole, seu uso indica a exposição de algo, muito provavelmente, negativo;
- “a briga partidária”: trata-se de uma hipérbole que se refere ao “diálogo com ruído” entre os governos acerca dos haitianos, pois tal diálogo não implica existência de briga dentro do partido. Mais do que usar uma hipérbole, o enunciador categoriza as relações entre políticos do PT como relação negativa, criando, ao mesmo tempo, uma representação negativa de tais políticos e do partido, o que será incutido (e o enunciador sabe disso e quer isso) na mente do enunciatário. Como fim último, o enunciador busca que o enunciatário passa a ter ações sociais, discursivas ou não, contrárias ao PT e seus políticos;
- “telefone ... / ... sem fio”: expressão de uso coloquial tipicamente usada em referência a conversas que passam de pessoa a pessoa e vai se modificando a ponto de o enunciatário final compreender algo bem diferente do pretendido pelo enunciador inicial. Em D5, seu uso é de natureza metafórica e expressa que determinados políticos do PT não se comunicam diretamente e com clareza, daí a razão do conflito explicitado na notícia.
- “a bola dividida”: trata-se de uma metáfora oriunda do campo esportivo-futebolístico que implica a disputa direta pela bola. Essa disputa, muitas vezes, causa prejuízos (físico, se pensarmos no futebol; moral e político, se pensarmos na

política) a uma das partes, por isso o secretário paulista evitou a ação discursiva de conflito direto com o governo acreano.

D6 – Governo do Acre acusa SP de preconceito contra haitianos (Cotidiano, C3 – 25/04/2014)

Trata-se de uma notícia que recebe destaque no jornal, pois é publicada numa página ímpar, página-anverso, e tem seu título no alto da página em negrito e em fonte ampliada. Apesar disso, uma peça publicitária ocupa maior parte da página chamando a atenção do leitor ao folhear o jornal, especialmente pelas cores com que é produzida e a distribuição dos elementos que a compõem.

No título, o enunciador topicaliza o “Governo do Acre” como ator social que pratica a ação de acusar “SP de preconceito contra haitianos”. O fato é que não fica claro, nem mesmo com a linha fina e o resumo que encabeça a notícia, quem é o referente de “SP”; mas inferimos, a partir de notícias anteriores, da expressão “Governo do Acre” e da predicação “de preconceito contra haitianos”, que são autoridades da cidade ou do Estado de SP.

No entanto, com o uso de “SP”, sigla de referência genérica, o enunciador (intencionalmente ou não) possibilita ao enunciatário interpretar como referente de “SP” também a população de SP (cidade e/ou Estado). Nesse sentido, o governo do Acre estaria acusando a população de SP, parte da qual são leitores da *Folha*, de preconceito contra os haitianos.

Interpretando “SP” como autoridades ou como população, o possível efeito social do título é uma posição e ação sociodiscursiva por parte do enunciatário contra o governo do Acre, que seria inadequada, se pensarmos que o possível conflito, de começo, ocorre apenas na esfera política. Conflito que pode ser, na verdade, ou hipoteticamente, “invenção jornalística” a fim de criar uma representação negativa do governo petista (do Acre) e, ao mesmo tempo, incuti-la na consciência do enunciatário. Isto é, o possível conflito da prática política é recontextualizado na prática jornalística, como representação real.

Essa representação negativa é, indiretamente, mantida e complementada pela linha fina – “Tião Viana (PT) atribui críticas à migração de estrangeiros à ‘higienização’” –, que contribui para que o enunciatário a incuta e tenha ações sociais (discursivas ou não) contra o governo do Acre.

Antes de mais nada, esclarecemos o sentido da linha fina: segundo Tião Viana, as críticas (feitas pelo governo paulista) à migração haitiana ocorrem devido à postura de “higienização” assumida por membros do governo de SP. Para a concepção desse sentido,

levamos em conta o intradiscurso da linha fina com o resumo que encabeça a notícia, isto é, desse resumo inferimos que a autoria das “críticas à migração” e da tentativa de “higienização de SP” é da secretária de Justiça de SP.

O resumo – “Declaração foi resposta à secretária de Justiça de SP, que chamou de ‘irresponsável’ a vinda do grupo sem aviso” – tem informações implicitadas importantes, como, por exemplo, quando e onde a secretária “chamou de ‘irresponsável’ a vinda do grupo sem aviso”, o que será posteriormente, ao longo da notícia, esclarecido. Aliás, na *Folha*, não há notícias anteriores a respeito, as quais poderiam ser retomadas como relações interdiscursivas. São informações importantes porque dizem respeito à recontextualização em D6 do discurso da secretária/secretaria de Justiça Eloisa Arruda.

Enquanto no título o enunciador usa o verbo “acusa” como ação do governo do Acre, o que é pragmaticamente forte, na linha fina ele opta pelo verbo “atribui”, que se caracteriza como eufemismo em relação a “acusa”, e no resumo ele opta por amenizar ainda mais a força pragmática de ambos os verbos, usando um nome relativamente vago – “Declaração” –, que é uma das estratégias linguístico-referenciais do tipo termo metalinguístico. O fato é que, das três formas, o verbo “acusa” é o que recebe maior destaque, tem maior importância para o enunciador e cujo sentido tende a ser incutido na mente do enunciatário, em detrimento de “atribuir” e “Declaração”.

No 1º parágrafo, o enunciador estabelece uma comparação do tipo “enquanto X come e dorme mal, Y (que deveria se preocupar com X) discute, despreocupado com a situação de X”. Ao fazer essa comparação, o enunciador cria uma representação de que os governos paulista e do Acre se preocupam mais com seus discursos e troca de acusações do que com os imigrantes comendo e dormindo mal. Trata-se de uma representação negativa de tais governos, portanto – não só do governo do Acre, como no título, mas também do paulista.

Entendemos essa comparação e representação negativa como uma espécie de eixo da primeira parte da notícia (14 parágrafos), construída, sobretudo, a partir da voz de dois atores sociais da esfera política (ora como discurso relatado, ora como discurso indireto): o governador do Acre, Tião Viana, e a secretária de Justiça do Estado de São Paulo, Eloisa Arruda. Mas também, em menor medida, da voz do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do Ministério Público e da Polícia Federal. De modo proposital, o enunciador indica a que partido político vinculam-se “o governador do Acre, Tião Viana (PT)”, “a secretária do governo Alckmin (PSDB)” e “o prefeito Fernando Haddad (PT)”. Com isso, o enunciador desvia o desentendimento discursivo, “troca de farpas”, da esfera política para a esfera

político-partidária. Desvio que alimenta e é alimentado pela representação negativa sobre o PT sutilmente criada no título da notícia.

O enunciador, privilegiando, de certo modo, a mediação tecnológica como parte da construção da notícia, toma a voz do governador do Acre na internet e a recontextualiza: “Ontem, por meio de redes sociais, o governador do Acre, Tião Viana (PT), chamou a ‘elite paulista’ de ‘preconceituosa’”. E, estabelecendo uma relação dialógica de conflito, direciona a voz do governador à voz de uma secretária do governo paulista: “A avaliação é direcionada às declarações da secretária de Justiça do Estado de São Paulo, Eloisa Arruda, que criticou a vinda dos haitianos para São Paulo sem nenhum aviso”. Aqui, o termo “avaliação” é um termo metalinguístico que rotula a fala do governador do Acre, atribuindo ao governador ação de julgamento de “pessoas paulistas”. Com essa voz, o enunciador deixa subespecificado “quando” e “onde” a secretária fez tais “declarações” ou “criticou”.

Subespecificação semelhante ocorre também no parágrafo seguinte: “À **Folha** a secretária [...] chamou de ‘irresponsável’ o procedimento do governo acreano de facilitar o deslocamento de 500 haitianos nas últimas semanas.”

Como mediador de um debate, o enunciador retoma com a voz (em forma de discurso indireto) do governador acreano: “Na internet, Viana definiu as críticas como ‘preconceito racial’ e parte de um processo de ‘higienização’”. E em forma de discurso relatado: “‘Como é que a elite paulista quer obrigar o povo do Acre a prender imigrantes haitianos em nosso território, preconceito racial? Higienização?’, escreveu o petista.”

Tudo indica ser desse fragmento de onde o enunciador abstrai o termo “higienização” usado na linha fina. Podemos concordar com o enunciador que, com essa fala, o governador atribua à “higienização” as críticas à migração feitas pela secretária de São Paulo, tal como é enfatizado na linha fina. Mas entendemos que, ao destacar tal atribuição na linha fina, o enunciador, de modo coerente ao título, age propositalmente, a fim de evidenciar uma postura do governo do Acre contra SP (seja cidade ou Estado, seja os poderes políticos ou a população de São Paulo).

Prossegue o enunciador inserindo a voz da secretária de São Paulo, ora como discurso indireto, ora como discurso relatado. O enunciador cria ao longo de quase toda a primeira parte uma espécie de diálogo face a face entre o governador e a secretária, intercalando suas vozes. Mas isso não significa que, de fato, as críticas e respostas de um ao outro tenham ocorrido na sequência cronológica que o enunciador as apresenta. Trata-se, portanto, de uma construção dialógica do enunciador, com a qual, esse passa ao enunciatário um caráter de veracidade, como estratégia jornalística de formar a consciência social do enunciatário (e, por

consequente, da sociedade) acerca dos atores sociais objetos da notícia: especialmente a representação negativa explicitada no título da notícia.

Outro ator social possivelmente envolvido no “conflito” é o prefeito de São Paulo, cuja voz é citada em apenas um parágrafo, em forma de discurso relatado: “o prefeito Fernando Haddad (PT) disse ontem que não existe nenhuma ‘animosidade’ com o governo acreano”. Ao inserir a voz do prefeito, o enunciador procura se mostrar atento a todos os atores possivelmente envolvidos na transferência de haitianos para São Paulo, passando, assim, para o enunciatário a representação de que a *Folha* é um jornal imparcial, sério e investigativo.

Nessa mesma direção, o enunciador insere, nos parágrafos finais da primeira parte, em forma de discurso indireto, a voz do Ministério do Trabalho de São Paulo e a da Polícia Federal (PF). Da voz do Ministério, considerando a notícia até aqui, pode-se inferir que, a partir do momento em que os haitianos chegam a São Paulo, enviados pelo governo do Acre sem qualquer comunicação prévia às autoridades de São Paulo, esses haitianos ficam vulneráveis a serem aliciados para trabalho escravo. Complementarmente a essa inferência, é voz da PF, que “investiga casos na região do Glicério e empresas que teriam contratado imigrantes ainda no Acre”. Ou seja, com as vozes do Ministério e da PF, o enunciador reitera a representação negativa criada sobre o governo do Acre desde o título da notícia, porque esse governo, conforme construção de D6, é que colocou tais imigrantes em situação de vulnerabilidade. Desse modo, o enunciador faz, cada vez mais, que o enunciatário (e, por conseguinte, a sociedade brasileira) compartilhe também essa representação. Os efeitos sociais dessa notícia são os de uma postura contrária, de crítica e conflito, ao governo do Acre, por parte de cidadãos brasileiros, leitores ou não da *Folha*, mas, sobretudo, moradores de São Paulo.

Já na segunda parte de D6, o item *Uma refeição*, há retomada de parte do 1º parágrafo – “ao menos 300 haitianos comem apenas uma vez ao dia e dormem no chão no centro de São Paulo” –, especificando a condição vivida pelos imigrantes. O enunciador, tal como quem observa o mundo do *outro*, descreve a preparação para dormir de ao menos 300 haitianos “na Pastoral do Migrante, na região central de São Paulo”, dos quais “a maioria [...] precisou improvisar cobertores e roupas no chão de um salão para passar a noite, com previsão para temperaturas de 16°C”. Também, relata, brevemente, que, desde a chegada do grupo de imigrantes, a pastoral conseguia oferecer-lhes apenas uma refeição por dia. São informações “observadas *in loco*” pelo enunciador, mas também, muito provavelmente, ouvidas dos atores sociais da pastoral.

Além dessa descrição, o enunciador usa, como discurso relatado (mas também como discurso indireto), a voz do coordenador da Pastoral do Migrante padre Paolo Parise: ele “afirmou à **Folha** que, a partir [daquele dia], [haveria] duas refeições por dia graças a doações recebidas”. Acrescentando o que ainda carecia: “‘Agora, o que a gente mais precisa é de carne, cobertores e materiais de higiene pessoal’, afirmou o padre”.

Outra voz acrescida é do haitiano Dynn Achesson, que “levou três novos imigrantes para morar na [sua] casa”. E, em forma de discurso relatado, o enunciador recontextualiza a voz de D. Achesson: “‘Eles só querem trabalhar. Assim como eu, receberam uma notícia de que a situação estava melhor aqui e resolveram arriscar’, afirmou”. A manifestação de D. Achesson dos motivos pelos quais migraram para o Brasil é irrelevante no todo da notícia. Sua voz e a do padre Parise revelam que a chegada de grande número de haitianos a São Paulo surpreendeu as instituições de apoio aos imigrantes, desprevenidas, sem poderem oferecer adequadamente comida e condições de dormir. Novamente, o enunciador reitera a representação negativa do governo do Acre.

A parte final, item *Força-tarefa*, constitui-se especialmente como recontextualização da voz do superintendente do Ministério do Trabalho, Luiz Antônio Medeiros, a qual remete à vulnerabilidade dos haitianos ao aliciamento para o trabalho escravo, referido no final da primeira parte da notícia. Uma das tarefas do Ministério é a emissão de carteiras de trabalho, que contribui para que o “problema” causado pelo governo do Acre em São Paulo seja minimizado. Além disso, precisa-se, segundo L. A. Medeiros, “evitar o trabalho precário que algumas empresas oferecem a eles”. Isto é, o enunciador apresenta o Ministério do Trabalho de São Paulo como ator social que ajuda o governo de São Paulo a solucionar seus problemas e agir em prol dos imigrantes, posicionando-se, assim, indiretamente, contrário ao governo do Acre.

Quanto à ilustração, há apenas uma foto em tamanho reduzido, com a legenda “Imigrantes haitianos em Igreja no Glicério, no centro de SP”. Ao compará-la com a peça publicitária na mesma página, identificamos ser desproporcional à ênfase dada ao título: no alto da página, em negrito e em fonte ampliada. Embora a parte linguística tenha importância pelo espaço que ocupa, a foto é uma parte sem importância, “mitigada e espremida num canto” pelo título e pela peça publicitária. Essa composição da página revela a representação – que a *Folha* faz circular na sociedade – dos imigrantes haitianos, agrupados ou, aparentemente, em fila. São representados como seres humanos de menor valor do que os elementos componentes da peça publicitária: os modelos/pessoas no alto da peça, o supermercado “dono” da peça e os produtos nela divulgados. E mais, o enunciado “Economia

6 estrelas – As melhores ofertas sempre perto de você” da peça se opõe, visual e discursivamente, aos sujeitos (o *outro*) da foto, reafirmando a mesma representação e gerando para a foto, por inferência, o *slogan* “Sujeitos sempre distantes de você”. Os efeitos sociais da relação entre foto e peça publicitária, na mesma página, é a inculcação dessa representação na consciência do enunciário, que manterá sua maior aproximação com o supermercado e maior distanciamento dos imigrantes haitianos. Ao compor essa página, a *Folha* se mostra do lado das empresas – no caso, o supermercado Sonda – e distante das minorias, no caso, os imigrantes haitianos.

D7 – *Sem diplomacia* (Poder, A4 – 26/04/2014)

O título refere-se, por subespecificação, ao desentendimento entre o governo acreano e o governo paulista, representado em D7 pela secretária de Justiça paulista, por causa da transferência de haitianos do Acre para São Paulo. O preenchimento das informações subespecificadas ocorre por inferências cotextuais, baseadas no 1º parágrafo, mas também e sobretudo, por inferências contextuais, baseadas no conhecimento de mundo e nas notícias D5 e D6, com as quais D7 estabelece relações interdiscursivas explícitas. Por exemplo, se na notícia D6 enfatiza-se o “governo do Acre acusa SP”, em D7, “a secretária [...] acusa o governador Tião Viana”, embora em D7 o verbo “acusar” não seja tão enfatizado quanto em D6.

A falta de diplomacia é a falta de diálogo – se não discursivamente construída em D5, D6 e D7, ao menos enfatizada – entre os dois governos sobre os imigrantes haitianos que, em grande número, não podiam permanecer no Acre, uma vez que no Estado não há oferta de trabalho suficiente para que recomeçassem a vida. A solução escolhida pelo governo do Acre foi a transferência desses imigrantes para a cidade de São Paulo, onde há maior oferta de trabalho e de onde podiam partir para outras localidades, especialmente para a região Sul e Sudeste, onde muitos compatriotas já moravam e trabalhavam. Essa solução parece ser aceita pelo governo de São Paulo; o que esse governo não aceita e questiona é o fato de o governo acreano enviar os imigrantes sem avisar com antecedência. Daí, “a secretária de Justiça paulista, Eloisa Arruda, [acusar] o governador Tião Viana (PT) de agir como ‘coiote’ e facilitar a ação de aliciadores de trabalho escravo ao ‘soltar nas rodoviárias’ da capital paulista os refugiados ‘que não falam a língua nem têm documentação trabalhista’. ‘Eles se tornam vulneráveis para aliciadores. Um governo não pode patrocinar uma ação dessa, não pode agir como coiote.’”

Evidencia-se no discurso relatado da secretária a atribuição ao governo do Acre as ações de “agir como ‘coiote’” e de “facilitar a ação de aliciadores de trabalho escravo”. Essas ações tornam o governo acreano detentor de propriedades típicas de “coiote” e de “aliciador”, categorizando-o, em última análise, como tal. Ao mesmo tempo, a secretária cria uma representação altamente negativa do governo do Acre, pois, conforme a legislação brasileira, agir como coiote e/ou em prol do trabalho escravo são crimes. Apesar disso, não podemos afirmar que a secretária tenha enunciado, em defesa de São Paulo, com a intenção de categorizar o governador do Acre como “criminoso”.

O fato é que, com o uso da voz da secretária e com o destaque dado a determinadas expressões, o enunciador reproduz na notícia – isto é, recontextualiza – a representação negativa criada pela secretária, a qual se torna factível a ser incutida na consciência do enunciatário, que passará a ter, como efeitos sociais do texto, ações contrárias e críticas a esse governo.

A voz citada da secretária relaciona, de forma direta e explícita, o fato de o governador do Acre “soltar nas rodoviárias” os haitianos (que não falam a língua portuguesa e não têm documentação trabalhista) como causa de eles, possivelmente, serem aliciados para o trabalho escravo. Também, de forma indireta e implícita, relaciona o fato de os haitianos não falarem a língua portuguesa e não terem documentação trabalhista como fator condicionante para eles serem aliciados para o trabalho escravo.

Quanto à referenciação, o uso do verbo “patrocinar” remete ao fato de o governo do Acre pagar passagem de ônibus de Rio Branco a São Paulo para os haitianos. O uso do nome “coiote” remete à atuação de bolivianos e peruanos na fronteira como atravessadores na ação de exploração de haitianos, como consta das notícias A3, A4a e B3a, por exemplo. O uso de “soltar nas rodoviárias” nos parece inadequada em referência ao desembarque de haitianos na capital paulista; uso que sugere se tratar do desembarque de seres não humanos e que, implicitamente, cria uma representação negativa da própria “dona” da voz, a secretária. O uso de “refugiados” revela que o enunciador não absorveu a diferença semântica entre “refugiado” e “imigrante”, isto é, não absorveu a inadequação de “refugiados” em referências aos haitianos.

No item *Aqui, não*, o enunciador recontextualiza, em forma de discurso indireto, a voz da secretária em que ela estabelece relação interdiscursiva com a voz do governador Tião Viana, veiculada na internet (redes sociais) e explicitada na notícia D6: “Ela também rebate a acusação de Viana de que quem reclama é a ‘elite paulista’.” Ao mesmo tempo, o enunciador dialoga interdiscursivamente com a notícia D6, de modo específico com o fragmento “Ontem,

por meio das redes sociais, o governador do Acre, Tião Viana (PT), chamou a ‘elite paulista’ de ‘preconceituosa’.”

Para “rebater”, a secretária usa como argumento a própria história e experiência de vida (agora em forma de discurso relatado): “Sou neta de retirantes nordestinos. Não falo de deslocamentos em massa porque aprendi na academia, mas porque fiz trabalho de campo no Timor Leste. ‘Conversinha de elite’ é para fugir da responsabilidade.”

Ao dizer que é “neta de retirantes nordestinos”, a secretária busca destacar que não faz parte da “elite paulista”, como o governador acreano parece considerá-la. Com a expressão “deslocamentos em massa”, ela faz referência aos haitianos migrados do Haiti para o Brasil, numa espécie de relação metonímica: os sujeitos que se deslocam pela ação de se deslocar.

Ao dizer que seu conhecimento sobre “deslocamentos em massa” não ocorreu no âmbito da academia, a secretária desqualifica os estudos acadêmicos e os atores sociais que os realizam, pois, inferimos de sua voz, “na academia” não se tem contato direto com os sujeitos em deslocamentos, o que torna os conhecimentos acadêmicos de “menor qualidade” do que os conhecimentos de quem vivencia a realidade dos “deslocamentos em massa”.

Como contraponto a conhecimentos adquiridos na academia, a secretária apresenta seu trabalho de campo no Timor Leste como algo mais relevante e de maior formação. Esse trabalho a qualifica a falar sobre os haitianos com mais propriedade do que os sujeitos formados e atuantes apenas “na academia”, segundo seu ponto de vista, recontextualizado em forma de discurso relatado.

Quanto a “Conversinha de elite” – expressão não usada pelo governador, pelo menos em notícias do nosso *corpus* –, a secretária a cria e a utiliza de forma irônica. É uma expressão criada com base no discurso do governador, especialmente na expressão “elite paulista”, usada na internet e recontextualizada na notícia D6. Mais do que isso, a secretária atribui ao governador a ação de fuga da responsabilidade sobre os haitianos chegados ao Acre. Mas uma fuga discursiva – o que é reconhecido tanto pela secretária quanto pelo enunciador –, pois essa fuga ocorre apenas no uso das palavras: “elite paulista”, “‘Conversinha de elite’ é para fugir da responsabilidade”, por exemplo.

D8 – Acre manda mais haitianos a São Paulo (Cotidiano, C4 – 26/04/2014)

Publicada numa página par, página-verso, a notícia divide a página com uma peça publicitária de uma loja de eletrodomésticos. Quanto ao grau de importância, inferimos que ambos os textos são equitativamente iguais. A notícia é ilustrada e tem seu título no alto da

página em negrito e em fonte ampliada, e a peça publicitária, em cores fortes, ocupa mais da metade da página chamando a atenção do leitor do jornal.

No título, o enunciador topicaliza o “[governo do] Acre” como ator social que pratica a ação de mandar “mais haitianos a São Paulo”. Na linha fina – “Entre quinta e ontem, 176 imigrantes saíram rumo à capital paulista, segundo o governo acreano; mais 44 viajam hoje” –, o enunciador enfatiza o grande contingente de haitianos recém-chegados a São Paulo, mantendo ênfase sobre o governo do Acre como agente verbal. Ainda como forma reiterar essa ação do governo acreano, o enunciador, usando a voz de haitianos em forma de discurso indireto, destaca no resumo que encabeça a notícia: “Recém-chegados relatam que essa foi a única opção de destino oferecida aos que aceitaram viajar”. Com essa voz, o enunciador, indiretamente, destaca que o governo acreano forçou os imigrantes a viajarem para São Paulo e cria uma representação negativa desse governo.

Um elemento formal importante nessa notícia são as referências quantitativas, que podem ser entendidas como eixo da construção textual. São referências vinculadas, de forma direta ou indireta, a vozes de diferentes atores sociais, as quais são recontextualizadas em D8, ora como discurso relatado, ora como discurso indireto. Tais vozes são igualmente importantes e podem ser entendidas como outro eixo da notícia. Elas são enfatizadas logo no 1º parágrafo com o termo “polêmica” em “Apesar da polêmica”, cujo uso é um caso de estratégia linguístico-referencial do tipo termo metalinguístico, que, de certo modo, retoma o título, a linha fina e o resumo que encabeça a notícia, mas também os conflitos discursivos explicitados em D5, D6 e D7.

O título já direciona para a referência quantitativa, especialmente pelo elemento “mais”, indicador de soma que tem relação de especificação com elementos da linha fina, onde se quantificam que “176 imigrantes saíram rumo à capital paulista, segundo o governo acreano” nos dois dias anteriores à publicação de D8, além de informar que “mais 44” viajariam naquele dia.

No 2º parágrafo, repete-se que “176 imigrantes saíram do Acre rumo a São Paulo, segundo o governo daquele Estado”: trata-se de uma informação sobre a qual o enunciador especificará no 3º parágrafo: “É quase três vezes mais do que a quantidade de haitianos que a capital paulista recebeu por mês nos últimos três anos. Desde 2011, 2.000 chegaram a São Paulo.” O enunciador trata essa especificação como de conhecimento público, pois não menciona de onde ou de quem “copia” tais informações.

Com o mesmo tratamento, o enunciador acrescenta no 4º parágrafo: “No último mês, 500 chegaram à cidade [São Paulo] vindos do Acre”, e no 5º: “Para hoje, estava prevista a

saída de um grupo com mais 44 pessoas”. São informações, caracterizadas como somatória de números, em forma de discurso indireto, inseridas no texto como argumento para desqualificar o procedimento do governo acreano.

Esse contingente (500 mais 44 pessoas) chegado do Acre tem resultados efetivos na capital paulista, pois precisa de acolhimento, quer por parte dos governos paulista ou paulistano, quer por parte de instituições como igrejas e ONGs. Mas, o resultado desse deslocamento, na perspectiva do enunciador, não é nesse sentido, e sim no campo discursivo, haja vista a construção do 6º parágrafo: “A chegada de mais haitianos ao centro de São Paulo deve aumentar a troca de farpas entre os dirigentes petistas do Acre e a administração tucana de São Paulo”. Aqui, tal como os dirigentes e a administração, o enunciador direciona o foco para o debate entre eles, em detrimento do foco sobre os problemas vividos pelos haitianos. Direciona o foco construindo uma previsão, de caráter opinativo, baseada no conflito discursivo entre os políticos revelado (ou construído!) em notícias anteriores; portanto, por relações interdiscursivas. Com isso, o enunciador dá à notícia D8 características da prática discursiva da esfera político-partidário.

Nesse parágrafo, o debate e desacordos discursivos explicitados são renomeados como “troca de farpas”, termo metafórico que retoma a expressão “trocar farpas” usada no 1º parágrafo de D6.

Ainda privilegiando o conflito discursivo entre políticos, o enunciador retoma as notícias D5, D6 e D7, mas sem mencioná-las, no 7º parágrafo: “O governador Tião Viana (PT) chegou a dizer que a ‘elite paulistana’ é ‘higienista’ por não querer que o Acre envie haitianos para o Sudeste.”

Alimentando esse conflito discursivo e explicitando-o para o enunciário, o enunciador – usando, tal como no 7º parágrafo, o discurso indireto – recontextualiza no 8º parágrafo a voz que se opõe ao governador acreano: “Antes disso, a secretária de Justiça do governo Alckmin (PSDB), Eloisa Arruda, havia chamado de ‘irresponsável’ a ação de enviar imigrantes sem aviso prévio”. E, no 9º parágrafo, complementa, revelando uma voz da secretária que manifesta respeito ao deslocamento dos haitianos e a seus direitos humanos: “Segundo Eloisa, São Paulo vai continuar a acolher todos os haitianos que chegarem, mas ela quer ser avisada antes – o que até ontem não havia ocorrido”. Com a recontextualização dessa voz, o enunciador mostra que, enquanto o governador acreano quer se livrar dos imigrantes a todo custo, o governo paulista os acolhe e os respeita. Isto é, o enunciador cria uma representação negativa do governo acreano (especialmente do governador Tião Viana) e uma representação positiva do governo paulista (especialmente da secretária de Justiça). São duas

representações que, como efeitos do texto/notícia, o enunciador espera serem incutidas na consciência do enunciatário.

No parágrafo final da 1ª parte, usando o discurso relatado, explicita a voz da secretária paulista, que destaca o grande contingente: “‘Um deslocamento humano desse tamanho precisa ser comunicado. Gostaria que o governo do Acre nos avisasse se isso pode ocorrer novamente, nós não sabemos’, disse Eloisa ontem, sem saber que uma nova leva de pessoas está a caminho.” O enunciador explicita a postura humanitária e de acolhimento aos haitianos, sem revelar qualquer espécie de rejeição a esse grupo minoritário, criando, assim, uma representação positiva do governo paulista. Explicita também que o governo acreano, em vez de dialogar e comunicar com antecedência, age como quem surpreende o *outro*, passando a esse *outro* um problema que não consegue solucionar.

No item *Caminho único*, no 1º parágrafo, usando o discurso indireto, o enunciador explicita uma voz dos imigrantes que “depõe” contra o governo acreano: “Os haitianos que chegaram do Acre neste mês relataram que os que aceitaram viajar não tiveram outra opção de destino a não ser a capital paulista”. Nesse caso, a voz dos imigrantes é usada pelo enunciador com peso significativo na construção discursiva, especialmente no sentido de contribuir para a representação negativa do governo acreano.

Essa construção discursiva do enunciador é reiterada no parágrafo seguinte, agora explicitando o “dono” da voz: “De acordo com Alis Lusnret, 29, um funcionário do governo acreano convenceu um grupo de haitianos a viajar”. E complementa em seguida, usando o discurso relatado: “‘O governo pagou tudo. Fomos para Porto Velho de avião e lá compramos a passagem para São Paulo. Não tinha outra opção’, afirma o haitiano [Alis Lusnret] que está há um mês no Brasil”. O argumento usado pelo referido funcionário é apresentado logo após pelo enunciador, usando a voz do imigrante, em forma de discurso indireto: “Lusnret afirma que o principal argumento para convencê-los a fazer a viagem era de que em São Paulo seria mais fácil conseguir emprego”. Vejamos que o enunciador, com a proposta – inferimos – de criar uma representação positiva do governo paulista, enfatiza as palavras do imigrante haitiano que “denunciam” como inadequada a conduta do governo acreano, reafirmando sua representação negativa criada desde o começo da notícia. Uma contribuição para a força significativa da voz do imigrante contra o governo acreano é o uso, duas vezes, do verbo “afirmar”, isto é, Lusnret não apenas “falou” ou “disse”, verbos de carga semântica relativamente neutra.

Com o mesmo intuito, a voz de Lusnret é novamente empregada, como discurso relatado: “‘Estamos aqui em busca de trabalho. Lá [no Acre] falaram que não tinha, então viemos para cá’”.

Enfatizando a representação sustentada com a voz de Lusnret, o enunciador, no mesmo tom, insere a voz de outros dois haitianos, mesclando o discurso indireto com o discurso relatado: “Djems Modestim, 21, e Frandy Joseph, 29, passaram pela mesma situação. ‘Não tinha opção. Vim para cá, mas eu quero mesmo é ir para Santa Catarina’, diz Modestim”.

No 7º parágrafo do item *Caminho único*, usando o discurso indireto da voz do governo paulista, o enunciador apresenta esse governo como agente de medidas emergenciais e humanitárias, em função da falta de melhores condições de acolhimento: “Ontem o governo de São Paulo anunciou medidas emergenciais para amenizar a situação dos 170 haitianos que continuam dormindo na igreja no Glicério, no centro.” E complementa no parágrafo seguinte: “Eles ganharam colchões doados pela prefeitura”. E também: “Cerca de 90 pessoas já receberam carteira de trabalho”.

No 9º parágrafo do item, também como medida do governo paulista, informa o enunciador: “O restaurante popular Bom Prato vai servir até 200 refeições aos haitianos que forem ao local. Quem quiser, poderá participar de um curso de panificação, na quarta-feira.” Ao explicitar essas medidas de caráter humanitário – colchões, 200 refeições, curso de panificação –, o enunciador sustenta a representação positiva de que o governo paulista acolhe e assiste os imigrantes haitianos, sem mostrar qualquer rejeição.

No parágrafo final, após apresentar as medidas humanitárias do governo paulista, o enunciador retoma interdiscursivamente a notícia D7: “Segundo o governo de São Paulo, os imigrantes correm o risco de ser aliciados para trabalho escravo ou pelo tráfico de drogas”. Essa voz, novamente, mostra a situação de vulnerabilidade a que se submetem os imigrantes em São Paulo. Trata-se de uma vulnerabilidade – o que inferimos ao longo da notícia – desconhecida ou desconsiderada pelo governo acreano, que continua enviando-os para a capital paulista: essa é uma informação veiculada pelo enunciador, de modo intencional.

Quanto à ilustração, logo após a linha fina, ela é colocada em evidência, apesar da amplitude da peça publicitária. A imagem mostra haitianos recebendo a carteira de trabalho em São Paulo, como destaca a primeira parte da legenda: “Haitianos retiram carteira de trabalho em São Paulo”. Seu conteúdo, num olhar inicial, parece divergir do conteúdo da parte linguístico, pois apenas no antepenúltimo parágrafo é que o enunciador faz, de forma direta, mas de forma breve – “Cerca de 90 pessoas já receberam carteira de trabalho” –,

referência ao que mostra a imagem. No entanto, não entendemos a foto como algo incoerente à parte linguística, e sim que a notícia é um todo composto de parte linguística e ilustração, suas cores e tamanho, e sua distribuição no espaço da página. Isto é, D8 é a soma do conteúdo da parte linguística com o conteúdo da parte imagética, embora tais partes possam ter maior ou menor relevância no todo, tanto para o enunciador como para o enunciatário.

Além de enfatizar o recebimento de carteiras de trabalho, a legenda, na sua segunda parte, “segundo governo acreano, entre quinta-feira e ontem, 176 imigrantes vieram para a capital paulista”, retoma o título. Com essa “repetição”, o enunciador, novamente, chama a atenção para a prática do governo acreano e para o impacto que o número de haitianos chegados a São Paulo pode ter para as instituições que os atendam.

D9 – *Pedreiro do Haiti ajuda imigrantes em São Paulo* (Cotidiano, C6 – 27/04/2014)

Publicada numa página par, página-verso, a notícia divide a página com uma peça publicitária, que recebe maior destaque do que a notícia, devido às cores fortes com que é produzida e por ocupar mais da metade da página. Ainda assim, a notícia recebe atenção, considerando seu título em negrito e em fonte ampliada, além de sua ilustração estar na parte superior da página, chamando a atenção para a notícia.

Seu título destaca o papel de ajuda assumido por um haitiano em São Paulo, o qual é topicalizado e referido pelo termo metonímico “Pedreiro”, que ativa propriedades relativas a sua profissão. Essa mesma ênfase ocorre na linha fina: “Haitiano abriga conterrâneos que chegaram neste mês do Acre”.

Já no resumo que encabeça a notícia – “‘Se pudesse dar um conselho, diria: não venham. Muitos brasileiros têm preconceito’, afirma” –, que recontextualiza, em forma de discurso relatado, a voz do haitiano referido no título e na linha fina, o destaque é para a advertência que esse imigrante, se possível, daria aos compatriotas antes de partirem para o Brasil. Ao por em destaque essa fala, a *Folha* expõe explicitamente a representação negativa que parte dos haitianos tem do povo brasileiro: caracterizado como preconceituoso e não acolhedor.

O pedreiro haitiano aparece em destaque na foto ao lado do título. Entre dois compatriotas, o foco da câmera é sobre ele, enquanto os outros têm sua imagem fora de foco. Esse destaque na imagem é coerente tanto com o título, a linha fina e o resumo que encabeça a notícia quanto com a legenda da foto: “Dynn Saintilus (no centro), que sobreviveu ao terremoto no Haiti e migrou para o Brasil, onde ajuda compatriotas”. Propositamente, o

enunciador remete ao terremoto de 2010, criando, assim, uma representação de D. Saintilus como sujeito vitorioso.

A notícia é construída, sobretudo, a partir da voz de Dynn Achesson Saintilus, cujo nome completo aparece no 1º parágrafo. O enunciador recontextualiza sua voz em forma de discurso ora relatado, ora indireto, mas sem construir uma notícia-depoimento, tal como A5, por exemplo.

A voz citada pelo enunciador ao longo da notícia mescla a ajuda que Saintilus dá aos compatriotas recém-chegados com a realidade vivida por ele no Haiti após o terremoto. No entanto, com o 3º parágrafo – “A vinda dos haitianos sem aviso prévio abriu um crise entre os dois Estados.” – o enunciador faz referência a algo, em princípio, “fora da alçada” de Saintilus, o que parece quebrar a sequência textual. Mas, ao fazer isso, o enunciador retoma a “polêmica” (independente de ser real ou criada discursivamente em notícias do *corpus*) entre o governo acreano e o paulista, estabelecendo relações interdiscursivas com D5, D6, D7 e D8. Mais do que isso, o enunciador insere, de certo modo, a voz de Saintilus na mesma “polêmica”. Trata-se de uma relação, a nosso ver, equivocada. Mas ao fazer tal relação, o enunciador contribui para manter em foco os conflitos discursivos de membros da elite simbólica, os quais (conflitos e membros) são sobremaneira usados para a sustentação do discurso jornalístico.

Nos dois parágrafos iniciais, o enunciador faz uma síntese sobre Saintilus: a saída do Haiti devido ao terremoto para o Brasil e o acolhimento em sua casa de três haitianos parte dos 500 que chegaram a São Paulo naquele mês, criando, assim, a representação de que Saintilus é um sujeito sensível às dificuldades encontradas pelos compatriotas no Brasil. representação construída desde o título e a linha fina. Esse acolhimento será especificado no 4º parágrafo, mas também ao longo do texto.

Enquanto os parágrafos iniciais são construídos em forma de discurso indireto, o 5º parágrafo recontextualiza, em forma de discurso relatado, a voz de Saintilus, o que dá maior veracidade ao já dito anteriormente na notícia. Mas também, no 5º parágrafo, há especificação de determinados elementos, por exemplo, “A gente paga R\$ 400 por mês e oferecemos o espaço para eles por até dois meses”.

Após expor sobre o acolhimento de Saintilus aos compatriotas, o enunciador faz referência ao passado vivido por ele, especialmente os problemas decorrentes do terremoto em 2010. Mescla o discurso indireto – “Formado em jornalismo, Saintilus já enfrentava dificuldades antes do terremoto” – com o discurso relatado: “Quando minha filha nasceu a gente passou muita fome. [...]. Depois que a poeira do terremoto baixou, chorei quando

descobri que um primo tinha morrido. Ele era como um irmão’, conta”. Prossegue o enunciador com o discurso relatado: “‘As coisas só pioraram com o passado do tempo. [...], decidi que teria de mudar de país para ajudar minha família.’”

Ainda mesclando o discurso indireto com o discurso relatado, o enunciador enfatiza a escolha do país: “O destino escolhido foi o Brasil, onde um amigo já estava e contava sobre boas oportunidades de trabalho. ‘Meus pais e irmãos compraram a passagem. Arrisquei tudo o que tinha e vim.’” Notamos que, a partir da voz do amigo no Brasil, criara-se uma representação positiva imaginária sobre o Brasil, especialmente no que tange à oferta de trabalho. Essa representação fora incutida na mente de Saintilus, fazendo com que ele escolhesse o Brasil como destino e que seus pais e irmãos comprassem-lhe a passagem. Isto é, a voz do amigo atuou na mente de Saintilus e de seus pais e irmãos, que, em seguida, agiram no sentido de concretizarem a viagem.

Como se Saintilus é que enunciasse, o enunciador complementa usando o discurso indireto: “Sem saber uma palavra em português, [...] cruzou o Peru e entrou no Brasil pelo Acre”. Ao expor para o enunciatário suas condições linguísticas, o enunciador cria uma representação de Saintilus como sujeito trabalhador, dedicado e esforçado, que enfrenta desafios para poder fugir das adversidades em que se encontra e para poder ajudar sua família. Isso será enfatizado no parágrafo seguinte: “agora em português claro que aprendeu sozinho, na marra”.

No entanto, a vida no Brasil tem seus contrapontos, como destaca Saintilus, retomando o resumo que encabeça a notícia: “‘Mesmo com a melhoria de vida aqui, se pudesse dar um conselho para os haitianos, eu diria: não venham para o Brasil. Muitos brasileiros têm preconceito’, afirma”. No parágrafo seguinte, o termo “preconceito” é exemplificado pela voz de Saintilus: “‘No ônibus percebo que as pessoas evitam sentar ao meu lado, já me disseram que aqui não tem lugar para estrangeiros e que a [presidente] Dilma tinha que mandar todo mundo de volta para casa’, conta”. Vejamos que o preconceito de “muitos brasileiros” sentido por Saintilus é tão forte a ponto de ser, para ele, razão para compatriotas não virem para o Brasil. Ao mesmo tempo, suas palavras e o sentimento expresso relevam uma representação negativa real do Brasil, criada na mente de Saintilus a partir de suas relações sociais e interações socioverbais, no caso, especificamente dentro de ônibus.

Por outro lado, “Apesar das dificuldades, ele diz acreditar que o pior já passou e agora planeja seu futuro por aqui. ‘Meu maior sonho é trazer minha filha e minha mulher para morar comigo e abrir uma loja de roupas. Se tivesse condições, traria as duas hoje mesmo. É triste ouvir minha filha chorando pelo telefone.’”. O termo “dificuldades” no começo de sua voz é

de referência ampla, mas facilmente identificável. São o preconceito explicitado no parágrafo anterior e todos os percalços e problemas que ele viveu desde o Haiti. Isto é, “dificuldades” é um termo que condensa (numa espécie de encapsulamento referencial) um conjunto de adversidades, relatadas ao longo de D9.

Sua voz, também, revela uma mescla de representações negativas e representações positivas do Brasil, haja vista a manifestação do preconceito sentido e o desejo de trazer a filha e a mulher para morar no país.

A história de Saintilus é semelhante à de muitos outros haitianos migrados para o Brasil, e é objeto de uma notícia devido ao poder de representar de forma emblemática a história dos demais.

O enunciador não só constrói a notícia a partir da voz de um imigrante haitiano, mas a constrói de maneira que a voz do imigrante se sobressaia à voz enunciativa. Isto é, o enunciador apenas organiza a voz do *outro*, ora como discurso relatado, ora como discurso indireto, fazendo com que o imigrante se aproxime do enunciatário, o que dá veracidade ao conteúdo noticiado. O enunciador, porém, mantém o controle sobre a voz desse *outro*, o que é típico do gênero notícia e do discurso jornalístico em geral.

D10a – *Sonho da ‘terra prometida’ acaba no Acre* (Cotidiano, C4 – 28/05/2014)

Publicada numa página par, página-verso, a notícia ocupa três quartos da página, sendo o restante dedicado à seção de obituário, na parte inferior. A notícia é tratada pela *Folha* com grande destaque, considerando o fato de seu título estar em negrito e em fonte ampliada, e de ser composta, além da parte linguística de D10a, de uma foto grande no alto da página e de duas fotos menores e um mapa no meio da página.

O foco da notícia, cuja construção ocorre, sobretudo, a partir da “observação *in loco*” do enunciador, com reduzido uso da voz dos atores sociais, são as condições do abrigo em Rio Branco, no Parque de Exposições e a sensação sentida pelos imigrantes de que seus sonhos não se realizarão.

Seu título é de caráter metafórico e se fundamenta na ideologia de que os imigrantes (haitianos, dominicanos, senegaleses) deixam seu país rumo ao Brasil movidos pelo sonho de, aqui, poderem morar com dignidade, trabalhar, enviar remessas para seus familiares, trazer membros da família. Daí, o Brasil ser a “terra prometida”. Mas, na verdade, anuncia o título, quando chegam ao Acre o sonho se desfaz, isto é, percebem que no Brasil não conseguirão realizar seus sonhos. O sonho acaba diante das condições de acolhimento e das dificuldades de seguirem viagem, devido à falta de dinheiro e à demora no processo de regularização.

Na linha fina – “Ao chegar ao Brasil, imigrantes latinos e africanos são acomodados em instalações destinadas a bois e cavalos em Rio Branco” –, o enunciador, além de explicitar o elemento de “chegada” implicitado no título, faz referência aos sujeitos que têm seus sonhos acabados no Acre: os “imigrantes latinos e africanos”. No entanto, essa referência é genérica e com subespecificação, embora com aparência de especificação suficiente, pois, nessa notícia, a expressão não tem como referente todos os imigrantes latinos nem todos os imigrantes africanos que chegam ao Brasil. Trata-se de uma referência subespecificada que será especificada ao longo do texto.

Também na linha fina, o enunciador evidencia o local de acomodação dos imigrantes, sugerindo ao enunciatário que o governo acreano os trata inadequadamente. O efeito disso é que se cria uma representação negativa do governo acreano, a ser incutida na mente do enunciatário.

A referência a “instalações destinadas a bois e cavalos” pode, de forma indireta, levar ao entendimento de que o governo acreano trata os imigrantes como “bois e cavalos”, o que, a nosso ver, nada indica esse tratamento de fato. Mas, se assim o enunciatário entende, é muito em função das escolhas linguísticas do enunciador, pois é ele que seleciona e organiza os elementos linguísticos na composição textual, ou seja, o enunciador, de forma proposital, usa elementos favoráveis para tanto. O efeito desse possível entendimento é a representação negativa, identificada anteriormente, se tornar mais forte na mente do enunciatário.

No resumo que encabeça a notícia – “Por causa de festa, será preciso buscar novo abrigo” –, o enunciador explicita a nova mudança de espaço que os imigrantes terão de realizar em breve. Chama a atenção a forma com que o enunciador insere o motivo pelo qual se buscará novo abrigo: subjacente à expressão “Por causa de festa” há a ideia de que esse motivo é bastante irrelevante diante dos haitianos acomodados, isto é, infere-se que para o governo acreano a “festa” é mais importante do que o atendimento aos haitianos. Essa inferência reitera a representação negativa do governo acreano criada pelo enunciador e incutida na mente do enunciatário.

A primeira parte do resumo, construído de forma sintética e por subespecificação, será especificada no 5º parágrafo: “Em Rio Branco, até o próximo mês, o abrigo funcionará no Parque de Exposições.”, e no 6º: “Por causa da ExpoAcre, uma tradicional festa agropecuária, o governo terá de procurar um novo endereço para os imigrantes, o oitavo desde que a migração em massa começou a ser registrada na região da Amazônia ocidental, entre 2010 e 2011.”. Aqui, o enunciador insere uma informação nova, a de esse abrigo ser “o oitavo” desde que os haitianos começaram a chegar em 2010; informação sobre a qual não temos registro.

Já na segunda parte desse resumo – “na fronteira, **Folha** flagra haitianos sem comer por três dias” –, o enunciador destaca o “papel investigativo” da *Folha*. O que se obtém com tal “investigação” reitera, novamente, a mesma representação negativa do governo acreano.

No 1º parágrafo, o enunciador reitera parte do que foi dito no título e na linha fina, acrescentando informação como “após a longa travessia pela América Latina”, embora, na verdade, seja por parte da América Latina, e, no 2º parágrafo, especifica parte dos “fatores que contribuem para adiar o futuro do sonho brasileiro”, a saber: “Instalações precárias, demora na regularização dos documentos, dificuldades com a língua e ofertas de emprego muitas vezes degradantes”. Ao longo da notícia, percebe-se que a ênfase dada no título e linha fina (e nesses fatores) é usada pelo enunciador para criar uma representação negativa do governo acreano.

Na sequência, estabelecendo relações interdiscursivas, o enunciador retoma D3a e D4, isto é, faz referência ao abrigo mantido pelo governo acreano em Brasileia (já fechado quando da publicação de D10a) até a transferência dos imigrantes para o abrigo em Rio Branco. Mas, ao dialogar, o enunciador, estrategicamente, manifesta determinada avaliação (ponto de vista) sobre o referido abrigo: “Na cidade fronteira, a situação beirou o ‘caos social’, com uma superlotação que chegou a quase 2.500 imigrantes.” Tal avaliação centra-se especialmente na expressão “caos social” que, ao mesmo tempo, significa que o enunciador categoriza as condições do abrigo em Brasília como “caos social”: trata-se de uma ação discursiva contra os administradores do referido abrigo. O enunciador, indiretamente, compara as condições do abrigo de Rio Branco com o de Brasileia, a fim de mostrar que são muito semelhantes.

Em diálogo especificamente com D3a, o enunciador explicita “a cheia do rio Madeira, que deixou o Acre ilhado e impediu o ‘escoamento’ de imigrantes para outros Estados do país”, como elemento que agravou a situação já caótica, mas não a causa única da superlotação do abrigo e do “caos social”. Assim, de certo modo, o diálogo de D10a com D3a e D4 ocorre a fim de reiterar a representação negativa do governo acreano.

O enunciador, reiterando e somando algo a essa representação negativa, cria também uma representação negativa do governo federal no 7º parágrafo: “Sem o abrigo na fronteira, os imigrantes que chegam não encontram amparo algum. O governo federal não disponibiliza nenhuma estrutura para recebê-los”. Diante dessa falta de recepção, podemos questionar qual a alternativa dos imigrantes, ao que parece “responder” o enunciador no 8º parágrafo: “A reportagem encontrou dezenas de haitianos na rodoviária de Eptaciolândia (vizinha a Brasileia) que estavam ao relento e sem comer havia três dias. Eles diziam não ter dinheiro para sair dali”. Isto é, os imigrantes não tinham alternativas, porque estavam desprovidos de

todos os poderes de deslocamento, sobretudo relativos a dinheiro e documentos. Essa exposição discursiva é propositalmente realizada pelo enunciador, pois ela, em grande medida, contribui para a construção da representação negativa dos governos acreano e federal.

Ao mesmo tempo, o enunciador destaca, com a expressão “A reportagem encontrou”, a *Folha* como jornal investigativo, o que ocorre também no 9º parágrafo, em referência ao abrigo de Brasileia: “Há duas semanas, quando a **Folha** visitou o abrigo, 412 pessoas estavam no local. Senegaleses eram maioria. Eles esperam muito mais tempo pela regularização dos documentos do que os haitianos, que recebem visto humanitário, cujo trâmite é rápido”. Vejamos que, ao comparar a regularização de documentos dos imigrantes de ambas as nacionalidades, no caso dos haitianos o “trâmite é rápido”, o que diverge de outras notícias, pois, em vários contextos, considerou-se que a espera dos haitianos por documento (ou protocolo da PF) era longa.

No 10º parágrafo, redirecionando o foco para o abrigo de Rio Branco, sem usar recursos linguístico-formais que explicita a mudança de foco, o enunciador relata que “todos os imigrantes – homens, mulheres e adolescentes – estão agrupados em galpões destinados à exposição de bois e cavalos”. Trata-se de uma informação que retoma a linha fina, especificando que, além dos homens, mulheres e adolescentes estão alojados inadequadamente num mesmo espaço, o que reitera a representação negativa do governo acreano construída na linha fina.

No 11º parágrafo, como se parafraseasse D3a, especificamente a construção “Como não há talheres, o papel alumínio das tampas é usado como colher”, o enunciador de D10a, expondo a precariedade do abrigo provisório no Parque de Exposições em Rio Branco, diz feito um “observador *in loco*”: “Na hora da comida, eles não têm mesa nem onde se sentar. Utilizam o chão. Como não há talheres, comem com a tampa das quentinhas como nas prisões”. Ou seja, as condições do abrigo de Brasileia se repetem no abrigo de Rio Branco. Ao final, com a comparação de uso da “tampa das quentinhas” tal como nas prisões, o enunciador intensifica a representação negativa já criada sobre o governo acreano, ao mesmo tempo em que cria uma representação dos imigrantes como pessoas dispostas a se submeterem a condições subumanas a fim de realizarem seus sonhos de trabalho e vida melhor.

No entanto, antes que interpretar a voz do enunciador de D10a como paráfrase do enunciador de D3a, entendemos que ambos os enunciadores observam o mesmo fenômeno entre os imigrantes: um no abrigo de Brasileia, outro no abrigo de Rio Branco. Isso não nega a existência de relações interdiscursivas entre D10a e D3a. Pelo contrário, confirma-a.

Na sequência, no 12º parágrafo, o enunciador tece considerações sobre as condições do abrigo de Rio Branco e do abrigo de São Paulo mantido pela Missão Paz, comparando-os: “O espaço no Parque de Exposições é grande, mas há pouco com que se ocupar. Diferentemente da Missão Paz em São Paulo, por exemplo, no Acre não há aulas de português ou qualquer outro processo que os ajude na integração aos costumes brasileiros.” Com essa comparação, o enunciador avalia de forma negativa o abrigo de Rio Branco e de forma positiva o abrigo de São Paulo, assim como as pessoas que os dirigem. Isto é, tal comparação tem a função discursiva de reiterar a representação negativa do abrigo de Rio Branco e seus responsáveis, e de criar uma representação positiva do abrigo de São Paulo e das pessoas que o dirigem.

No 13º parágrafo, recontextualiza-se a voz do imigrante dominicano Melvin de Jesus Javier: ““Se soubesse que seria assim, não teria vindo. Não recomendo ninguém passar pelo que estou passando””. Trata-se de uma voz, usada em forma de discurso relatado e destacada em box, que estabelece relação interdiscursiva com D9, especificamente com a voz de haitiano Saintilus citada em D9. A relação interdiscursiva entre as duas vozes pode ser vista como paráfrase, mas sem que um soubesse da voz do *outro*. Muito provavelmente, nunca tenham se visto. Isso indica que as realidades e sensações vivenciadas, assim como as representações incutidas nas mentes de ambos (Javier e Saintilus) – e de muitos outros imigrantes – serem bastante similares. Uma possibilidade é a de que o enunciador de D10a, sabendo da construção de D9, privilegiou na construção de D10a tal voz de M. de J. Javier, a fim de, propositalmente, alimentar a mesma representação negativa sobre o governo acreano e, assim, fazer com que o enunciatário tenha incutida em sua mente tal representação.

Diante das condições precárias oferecidas pelo governo em Rio Branco, surgem soluções dentro do abrigo, como revela o enunciador no 14º parágrafo: “Apesar da precariedade, o abrigo funciona com uma lógica própria. Senegaleses (geralmente muçulmanos) e haitianos (cristãos) fazem cultos, mas pouco se misturam. Um comerciante acreano com algum dinheiro e tino empreendedor criou uma lan house no local, sempre cheia. Trinta minutos de internet custam R\$ 1”. Trata-se de um parágrafo que suscitam considerações de ordem da referência. O termo “precariedade” no início sintetiza a descrição feita anteriormente pelo enunciador, especialmente a partir de “observação *in loco*”, mas também a partir da voz de imigrantes, em forma de discurso relatado ou indireto.

A expressão “lógica própria” indica que, dentro do abrigo, há relações socominteracionais não vistas em outros espaços de Rio Branco e que os abrigados, de certo modo, se relacionam de forma independente dos administradores do abrigo, o Estado do Acre.

O pronome indefinido “algum” em “com algum dinheiro” dá indicações de que o enunciador caracteriza o “comerciante acreano” com relativo desmerecimento; na verdade, não seria necessário fazer qualquer referência ao dinheiro com que ele criou a *lan house*.

Com o termo “tino” em “um comerciante acreano com [...] tino empreendedor”, o enunciador caracteriza o comerciante como uma pessoa que possui certo juízo, discernimento, inclinação para o empreendedorismo, isto é, não é um empreendedor completo. Com esse termo o enunciador desqualifica o comerciante, categorizando-o como não empreendedor. Isso pode não ser verdade, pois não se conhece, a partir da notícia, o histórico desse comerciante. Por outro lado, o enunciador poderia ter construído o enunciado sem esse tipo de categorização. Mas assim o constrói porque condiz com a representação negativa do governo acreano que explicitamente permeia a notícia.

Mantendo o foco sobre o aspecto financeiro, destaca o enunciador no 15º parágrafo: “Há uma constante tentativa de fazer dinheiro dentro do abrigo: imigrantes foram flagrados tentando revender a comida distribuída lá dentro e até os colchões”. Aqui, o enunciador omite quem flagrou imigrantes tentando revender a comida, o que permite inferências de terem sido repórteres da *Folha*, reiterando, assim, o caráter lhe atribuído de jornal investigativo.

Como contraponto a essa forma “ilícita” de fazer dinheiro, o enunciador revela no 16º parágrafo a função assumida por D. Gueye, mas sem referência a qualquer relação financeira entre os imigrantes: “alguns deles se tornam referência. É o caso do senegalês Dame Gueye, 29, formado em comércio exterior e que domina sete idiomas. Além de tradutor, ele virou uma espécie de coordenador informal do abrigo.”

A foto no alto, ocupando aproximadamente ¼ da página, causa impacto no enunciatário e chama a atenção pela precariedade do abrigo e pela desocupação dos sujeitos focalizados. Sua legenda – “Imigrantes descansam em colchões sob armações de barracas no abrigo provisório de Rio Branco (AC)” –, em parte, minimiza a desolação e incerteza vivida pelos imigrantes. Uma contribuição para esse sentido da legenda é o uso do verbo “descansam”: na verdade, como diz o enunciador no corpo da notícia, “no Parque de Exposições [...] há pouco com que se ocupar”. A imagem diz muito mais que a legenda, pois mostra as estruturas de madeira com roupas e toalhas dependuradas, reforçando, assim, o conceito de abrigo provisório na parte linguística de D10a. Os imigrantes, ainda que esbocem um riso (que não é de alegria e satisfação pelo que vivem), seus olhos e a disposição de seus corpos – sentados ou deitados sob colchões sem lençol esticados no chão – revelam a incerteza do futuro no novo País. Com essa foto, a *Folha* reitera, novamente, a representação negativa dos governos acreano e federal.

A foto de tamanho médio no centro da página, em relação intradiscursiva com o 14º parágrafo, mostra imigrantes numa *lan house* montada no abrigo, numa construção de madeira e também provisória, atentos à (e, aparentemente, satisfeitos com a) conversa com membros da família em sua terra natal, como destaca a legenda: “Abrigados conversam com a família pela internet em lan house montada na moradia provisória”. É um dos poucos momentos em que podem minimizar o descontentamento por terem tomado o Brasil como destino e pelas condições vividas desde que saíram de seus países.

A foto de tamanho pequeno, abaixo da de tamanho médio, cujo conteúdo é explicitado por sua legenda, “Senegalês muçulmano lava os pés para fazer oração”, também tem relação intradiscursiva com o 14º parágrafo. Com essa foto, destacam-se uma prática cultural diária de senegalês estranha a haitianos e a brasileiros em geral.

O mapa intitulado *A rota dos imigrantes* esboça o trajeto percorrido na América Latina por haitianos e senegaleses. Esse mapa recontextualiza informações expostas em A5 e D3a, por exemplo, se pensarmos nos haitianos, e em C5a e D4, por exemplo, se pensarmos nos senegaleses. Isto é, no mapa amalgamam-se as rotas dos imigrantes de ambas as nacionalidades. Quanto à sua legenda – “RIO BRANCO (AC) Desde o mês passado, a capital acriana passou a receber os imigrantes em um abrigo provisório no parque de exposições agropecuárias da cidade” –, ela destoa da rota enfatizada no mapa, reiterando informações explicitadas na parte linguística de D10a.

D10b – Estado admite que abrigo tem estrutura falha (Cotidiano, C4 – 28/05/2014)

A notícia D10b, que divide a página com D10a, poderia ser tomada como subnotícia ou subtópico dessa, considerando a relação direta entre ambas, inclusive no que tange à ilustração (fotos e mapa), que, podemos dizer, compõem tanto D10a como D10b. O conteúdo de D10b é a voz do governo acreano a respeito do abrigo em Rio Branco. No título, o enunciador destaca o Estado do Acre, que admite e assume a estrutura falha do abrigo, o que justifica “dar rotatividade aos imigrantes que estão no local”, segundo o secretário de Justiça, Nilson Mourão, ator social cuja voz é a base para construção de D10b.

O termo “rotatividade” usado no 1º parágrafo pelo enunciador como discurso indireto da voz do secretário é especificado no 2º parágrafo: “Desde o final de abril, ônibus partem quase que diariamente de Rio Branco para São Paulo, levando sobretudo haitianos e senegaleses. Em média, 400 novos imigrantes chegam ao abrigo em Rio Branco a cada semana.” De certo modo, o enunciador compartilha a posição do governo acreano, isto é, diante da chegada de imigrantes em grande número, aos quais se deve dar abrigo, havia de

liberar espaços ocupados por imigrantes que chegaram há mais tempo, o que foi feito enviando-os para localidades onde, em princípio, conseguiriam trabalho mais rapidamente, no caso, São Paulo. Ao compartilhar a posição do governo acreano, o enunciador contribui para a construção de uma representação positiva desse governo, a qual se contradiz à representação negativa construída em D10a.

Em seguida, o enunciador, estabelecendo relações interdiscursivas com D1, retoma a proposta do governo acreano de fechamento temporário da fronteira com o Peru, e acrescenta: “ideia que o governo Tião Viana (PT) discretamente levou a Brasileia, mas a proposta foi imediatamente rechaçada pelo governo Dilma Rousseff.”

Obviamente, a decisão do governo federal fora acatada pelo governo acreano. Mas, diante da decisão, questionou o secretário de Justiça do Acre, com perguntas retóricas, que o enunciador apresenta em forma de discurso relatado: “‘Ok, vamos receber os imigrantes. Mas vamos fazer o quê? Qual é o fluxo? É necessário um plano do governo federal, falta política para lidar com o problema’, disse Mourão.” Na parte final de sua fala, N. Mourão revela, em tom de denúncia, a falta de política do governo federal para a imigração recente chegada via Acre, o que pressupõe a indisposição do governo federal em pensar sobre tais imigrantes no Brasil e elaborar uma política para tanto. Isto é, há em D10b a criação de uma representação do governo federal como quem não se preocupa com tais imigrantes, com os habitantes das cidades para onde eles se dirijam nem com os governos locais que, sozinhos, não podem nem conseguem atender tais demandas. Embora essa falta de política esteja no discurso relatado da voz do secretário, é o enunciador que recontextualiza em D10b tal discurso e o faz chegar ao enunciatário, assim como faz chegar à sua mente a representação negativa do governo federal. Se o enunciador quisesse, poderia ter evitado essa representação negativa, decorrente das escolhas discursivas que realiza.

O enunciador omite “quando” e “onde” Mourão disse o que é recontextualizado na notícia. Pode ser no contexto de construção de D10b (28 de maio de 2014), mas pode ser também no contexto de construção de D1 (16 de janeiro de 2014). Cabe pensar no tempo de construção de cada discurso e cada notícia, pois a veiculação de tais palavras/vozes em D10b não significa que seu conteúdo seja “atual” por inteiro, como o enunciador parece considerar e faz chegar ao enunciatário.

Em seguida, no parágrafo final, o enunciador reproduz, por discurso indireto, a voz do secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão, segundo o qual “o governo federal, em parceria com os governos do Acre, de São Paulo e da prefeitura da capital [paulista], vai anunciar nesta sexta (30), na Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, um plano de integração

e apoio aos imigrantes.” Trata-se de uma voz que, por um lado, se contrapõe à voz do secretário acreano citada anteriormente, pois mostra que o governo federal tem pensado sim “política para lidar com o problema”. Mas, por outro lado, compartilha da voz do secretário, pois o governo federal somente anunciaria naquela sexta-feira, na referida Conferência, “um plano de integração e apoio aos imigrantes”, um plano ainda não implementado e que, na prática, não existia.

Em última análise, no todo da notícia, o enunciador expõe, intencionalmente, uma falta (talvez inexistente ou não tão forte como na notícia parece ser) de diálogo e sintonia entre o governo acreano e o governo federal, o que contribui para criar e/ou sustentar a representação negativa de governos/políticos petistas. Aliás, o enunciador usa uma vez “o governo de Tião Viana (PT)” em referência ao governo acreano e uma vez “governo Dilma Rousseff” em referência ao governo federal, o que é suficiente para o enunciatário categorizar os atores sociais noticiados como políticos do PT – processo sociocognitivo conhecido e, implicitamente, ativado pelo enunciador –, incutindo-se, assim, a representação negativa identificada anteriormente.

5.1.5. Notícias do “momento E” – maio de 2015

Em maio de 2015, novos grupos de haitianos chegavam a São Paulo “enviados” pelo governo acreano, o que provocou superlotação do abrigo da paróquia Nossa Senhora da Paz, localizada no Glicério, região central da capital paulista, e desencadeou reações contrárias de membros dos governos paulistano e paulista.

No mês seguinte um acordo sobre tal transferência seria selado entre a Prefeitura de São Paulo, o governo do Acre e o Ministério da Justiça. Mais de 900 haitianos chegariam à cidade nos dois meses subsequentes. Para recebê-los, a previsão era de que a Prefeitura montasse um abrigo provisório no centro da cidade. Parte do grupo iria para o alojamento da Igreja Nossa Senhora da Paz. Também estavam previstos outros locais: “Um dos abrigos fica na região da estação Armênia, na Zona Norte, e tem capacidade para 40 pessoas. Na Penha, o abrigo tem capacidade para acolher 80 pessoas [e] é dedicado exclusivamente a mulheres e crianças” (SP recebe [...], 2015). Esse acordo, porém, não aparece nas notícias da *Folha*.

E1 – *Pedacinho do Haiti* (Primeira página – 05/05/2015)

Trata-se de uma “chamada” da notícia E2 na primeira página do jornal. O destaque é a foto em cores, que ilustra um culto em igreja evangélica. Ao fundo, destacam-se três

bandeiras: do Haiti, de Portugal e do Brasil, que remetem ao processo de integração dos haitianos no Brasil e ao uso da língua portuguesa por eles. Trata-se de uma foto em tamanho relativamente grande no alto da página, o que lhe dá destaque. Por exemplo, se exposto na banca o jornal dobrado, a foto fica para cima, à vista de transeuntes e leitores do jornal.

A parte linguística se limita à legenda: “Culto bilíngue em igreja evangélica no Glicério, bairro no centro paulistano com crescente ocupação de imigrantes haitianos; lojas de roupas, lan houses e restaurante de comida típica abriram as portas na região” Aqui, o enunciador enfatiza a presença crescente de haitianos na região do Glicério.

E2 – *Bairro negro* (Cotidiano, B3 – 05/05/2015)

Publicada numa página ímpar, página-anverso, a que está à primeira vista do leitor do jornal. A notícia ocupa quase toda a página, exceto a parte de baixo, 1/5 da página, dedicado a notas de obituário. O destaque está tanto na foto, grande, no alto da página, quanto no título, em fonte bastante ampliada e em destaque pelo contraste criado com o escuro da foto e o branco da página. É uma foto que não tem relação com a foto de E1 (e sim com sua legenda) nem relação direta com o início da parte linguística de E2, e sim com o item *Rei do Glicério*.

Como o título, cujo maior destaque visual é para o qualitativo “negro” e não para o nome-núcleo “bairro”, o enunciador faz referência ao bairro do Glicério em São Paulo, categorizando-o de um modo, até então, não categorizado, isto é, ativa-se a propriedade do bairro relativa à cor da pele dos imigrantes haitianos em grande número abrigados pela Missão Paz ou já residentes no bairro. Esse número, porém, pode ser relativamente pequeno em relação à população do bairro, o que é ignorado pelo enunciador.

O maior destaque para o qualitativo “negro” chama a atenção para a cor da pele dos imigrantes, o que é considerado pelo enunciador como algo novo e estranho no bairro, e apresentado como tal ao enunciatário. Vários questionamentos podem surgir diante do título assim construído, por exemplo, o quanto o qualitativo expressa preconceito ou discriminação “do” bairro ou dos haitianos. Estaria o qualitativo sendo usado no sentido de escuridão, metaforicamente como dificuldades e tempos difíceis para os moradores do bairro? Se sim, o título expressa manifestação de preconceito e racismo. Mas, na verdade, o conteúdo da notícia desconsidera esse possível sentido de escuridão.

Outro questionamento – por analogia ao “bairro japonês”, em referência ao bairro da Liberdade, ou ao “bairro italiano”, em referência à região do Bixiga, também em São Paulo – seria por que “bairro negro”, e não “bairro haitiano”?, considerando que o foco da notícia são os haitianos no Glicério e não pessoas negras de diferentes nacionalidades, inclusive

brasileira, embora no 5º parágrafo dirá o enunciador: “Há também africanos, mas os haitianos são a maioria”. Trata-se de um bairro em que, naquele contexto, os haitianos, imigrantes negros, iam chegando e fixando, modificando a aparência do bairro.

A propósito, destacará o enunciador no 4º parágrafo: “Ali ao lado da Liberdade, tradicional reduto oriental, os haitianos já mudaram a cara da região. Assim como a cidade cresceu com italianos, árabes e judeus, rapidamente São Paulo vai ganhando um novo bairro de imigrantes, um ‘bairro negro’.”

Uma justificativa para o uso de “bairro negro” pelo enunciador é a voz, inserida em forma de discurso relatado, de um importante ator social entre os haitianos: “‘Pode escrever aí, mais um ano e o Glicério vai ter só loja de haitianos’, vaticina o pastor Luciano Gomes, 44, que aprendeu francês e creole [língua derivada do francês].” No entanto, tal justificativa não se sustenta, pois o enunciador poderia ter evitado construído o título de outra maneira.

A linha fina – “**Haitianos** mudaram a cara do Glicério, na região central de São Paulo: igrejas **evangélicas** bilíngues, **lojas**, cabeleireiros, **lan houses** e um **restaurante típico** atraem cada vez mais imigrantes para o local” –, com cinco termos/expressões referenciais em negrito, a exemplo de “negro” no título, o que destaca elementos pertencentes aos haitianos.

O título de E2 pode ser lido como uma espécie de opinião do enunciador sobre a presença de imigrantes negros no bairro do Glicério, o que dá a E2 um caráter opinativo. E, como opinião, esperamos que o enunciador apresente argumentos que a fundamentem. Diante disso, ao longo da notícia, podemos identificar vários exemplos, em princípio, “coletados *in loco*”, ora da voz de atores sociais na relação face a face com o “enunciador-observador”, ora pela observação do comportamento das pessoas nos espaços coletivos.

Em referência à prática religiosa na igreja Assembleia de Deus: “cerca de 70 pessoas cantam sem parar. Não fosse o idioma, o ritmo já deixaria claro que algo ali é diferente.” Nesse fragmento, há omissão de dois elementos importantes. Um é “a quem” o ritmo deixaria claro: o que pode ser preenchido por “pessoas que passam na rua” e/ou por “quem não frequenta a igreja”. Outro elemento é “do que” algo ali é diferente: o que sugere a existência de algo estranho na igreja e “fora do lugar”. Antes de perceberem o ritmo que vem de dentro da igreja, as pessoas que passam na rua identificam se tratar de “algo diferente” devido ao idioma, o qual é enfatizado pelo enunciador ao começar o 1º parágrafo em francês, usando o discurso relatado: “‘Merci, Seigneur! Merci!’”. Ou seja, há uma ênfase na língua dos imigrantes para sustentar a opinião expressa no título.

Nesse mesmo sentido, destaca o enunciador que, na igreja, a maioria são imigrantes haitianos, “com exceção de um missionário africano, de duas mulheres e de um religioso brasileiro”.

No 3º parágrafo, também como argumento para o título, revela outra “manifestação” religiosa: “A menos de 50 metros, dez jovens negros [...] recepcionam os fieis em outra celebração. Trata-se da Igreja Batista Bethlehem”. Na verdade, com essa informação, o enunciador mostra, talvez para além da realidade, que um grande contingente de negros moram ou frequentam o Glicério, criando, assim, a representação (textualmente construída como representação real) de que o bairro é altamente frequentado por pessoas negras. Tal representação será incutida na consciência do enunciatário.

Mas os argumentos do enunciador são também tomados da voz de atores sociais do bairro, como este em discurso relatado: “‘Pode escrever aí, mais um ano e o Glicério vai ter só loja de haitianos’, vaticina o pastor Luciano Gomes”. Aqui, há, na voz do pastor, a construção de uma representação imaginária sobre o bairro. Embora seja uma representação futura e possível, o enunciador a insere no texto como algo já presente, isto é, a existência futura de apenas lojas de haitianos é tão certa que influencia o presente. Esse sentido e essa ênfase são de interesse do enunciador para poder sustentar sua opinião expressa no título.

Numa espécie de síntese dos parágrafos anteriores, no 7º parágrafo o enunciador retoma e especifica tanto a notícia E1 quanto a linha fina de E2: “Igrejas evangélicas [frequentadas por imigrantes negros, sobretudo haitianos] com cultos bilíngues [cujas línguas são desses imigrantes] são ao menos três [no Glicério]. Lojas de roupas, cabeleireiros, lan houses [cujos proprietários e frequentadores são esses imigrantes] e, agora, um restaurante de comida típica [dos países de origem dos imigrantes negros] também abriram suas portas na região”. Na construção linguística do parágrafo, o enunciador omite uma série de informações, provocando subespecificação referencial, embora sejam espaços vazios facilmente preenchidos por inferências cotextuais. Acima, preenchamos tais espaços com os fragmentos entre colchetes, lançando mão dessas inferências. Apesar de optar pela omissão de tais informações, o enunciador faz pensar que os haitianos estão ocupando, aos poucos, todos os espaços comerciais do Glicério, o que, muito provavelmente, não seja verdade. Mas tal ênfase se justifica após o conhecimento dos elementos destacados no título e na linha fina e nas fotos.

No 8º parágrafo, embora o enunciador relacione a presença dos imigrantes com a circulação de dinheiro no bairro, o foco não foge da presença deles. Diz o enunciador: “essa população que busca trabalhar e se fixar na capital vai fazendo o dinheiro girar no bairro”.

Com esse fragmento, parece que, antes da chegada dos imigrantes, a movimentação financeira do bairro era reduzida. Isto é, implicitamente, o enunciador faz uma avaliação positiva sobre os imigrantes e, por conseguinte, constrói uma representação positiva sobre eles, no que tange ao “aquecimento da economia” local.

No 9º parágrafo, o enunciador contextualiza, no espaço físico, toda a interação social dos imigrantes – “O ‘epicentro’ desse fluxo fica na rua do Glicério, na Missão Paz – entidade ligada à Pastoral do Migrante” – e parece fazer referência à própria prática social de “observar o *outro*” para poder falar desse *outro* – “Andar por ali é mergulhar numa extensão paulistana de Porto Príncipe (capital do Haiti)” –, mas sem lhe dar voz no texto que constrói. Com essa “inserção *in loco*” o enunciador transfere, ainda que minimamente, para o enunciatário a sensação de estar rodeado por haitianos num contexto social definido.

O uso do termo “epicentro” ativa na memória de longo termo informações relativas ao terremoto de janeiro de 2010 no Haiti.

Em seguida, o enunciador, estabelecendo relações interdiscursivas, retoma informações de D5, D6, D7 e D8: “Desde o início de 2014, o local passou a abrigar um número cada vez maior desses imigrantes enviados pelo governo do Acre, por onde chegam ao país. Diariamente, cerca de cem novos haitianos eram enviados a São Paulo”. Trata-se de um breve relato histórico cuja função é contextualizar a então presença de haitianos no Glicério, ao mesmo tempo em que insere o enunciatário no processo mais amplo do que o focalizado em E2, decorrente da imigração haitiana. Nesse mesmo sentido, complementa o enunciador no 11º parágrafo: “O fluxo inesperado gerou atrito entre os Estados”. Ao fazer referência ao “atrito entre os Estados”, o enunciador expõe para o enunciatário a representação negativa dos governos criada e explicitada em D5, D6, D7 e D8, realimentando tal representação, o que seria desnecessário, pois, até então, E2 focalizara a atual presença de haitianos no Glicério e suas relações sociais.

A essa “retomada histórica”, o enunciador estabelece comparações com o contexto imediato focalizado em E2, usando, a exemplo do que ocorre em D6, a voz do padre Paolo Parise, em forma de discurso indireto: “Atualmente, no entanto, o número caiu para não mais do que 30 por dia – o que surpreendeu o coordenador da Missão Paz, padre Paolo Parisi”. Como espécie de causa para a redução do número de imigrantes que chegam ao Acre, o enunciador insere a voz do governo acreano, também em forma de discurso indireto: “Segundo a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, 850 haitianos permanecem em um abrigo em Rio Branco. O Estado, porém, parou de pagar as passagens para que eles saiam

de lá e espera que o governo federal assuma a gestão do local”. Trata-se de uma informação que revela certo impasse entre os governos acreano e federal.

Item *Rei do Glicério*: no parágrafo inicial, o enunciador mostra – como quem observa as interações sociais do *outro* – a Missão Paz como ponto de referência para os haitianos já instalados em São Paulo. Eles vão ao local à procura de “informações de quem chegou, de quem partiu e, principalmente, buscam emprego”. E são bem recebidos: “Às terças e quintas-feiras, o salão da igreja Nossa Senhora da Paz, onde funciona a entidade [Missão Paz], recebe empresários em busca de mão de obra”.

Em seguida, ativando informações de que anteriormente houvera grande procura pela mão de obra haitiana, o enunciador retoma informações de grande fluxo de empresários na Missão Paz: “O número de contratantes, porém, vem caindo”, e o emprego, cada vez mais, parece estar do ‘outro lado da rua’”.

Com o uso da expressão “outro lado da rua”, o enunciador prepara uma mudança de foco, a qual o enunciatário perceberá apenas ao ler o parágrafo seguinte, quando há referência ao “Rei do Glicério”, o ator social destaque do item e da foto no alto da página. Embora ocupando menos de três dos dez parágrafos do item, a ênfase é sobre o comerciante Robson Pierre (o haitiano em destaque na foto grande no alto da página), apresentado pelo enunciador como um imigrante bem-sucedido: há três anos no Brasil, “é o dono de um salão de cabeleireiros, de uma lanchonete, de um restaurante e de um box alugado apenas para disponibilizar acesso gratuito à internet”. Todos os estabelecimentos ficam numa pequena galeria localizada em frente à igreja Nossa Senhora da Paz. O êxito no comércio local tornou R. Pierre, um ex-vendedor de carros no Haiti, conhecido como “Rei do Glicério”, título que ele rejeita. Para justificar seu sucesso, o enunciador usa, em forma de discurso relatado, a voz de R. Pierre: “‘Todo mundo fala de mim, mas ninguém me conhece. Saio cedo e trabalho até de noite. Então não sou rei de nada. Só trabalho’, diz, atrás do balcão em que se vê [sic] macarrões instantâneos, bolachas recheadas, CDs e shampoos, assim mesmo, tudo junto”. Parte de sua voz é destaca em box, o que contribui para o destaque dado a R. Pierre no item *Rei do Glicério* e na foto no alto da página.

No entanto, o êxito de R. Pierre não se assemelha ao que ocorre com a maioria dos imigrantes haitianos. Como contraponto, o enunciador faz referência ao desemprego: “Nem todos, porém, encontram por aqui a prosperidade de Robson. Metade dos fiéis da igreja do pastor Luciano [muito provavelmente da Igreja Assembleia de Deus, referidos no começo da notícia] está desempregada.” A segunda parte desse parágrafo é a recontextualização, em forma de discurso indireto, com omissão do seu falante, embora possamos inferir que esse

seja, provavelmente, o pastor Luciano Gomes ou outro ator social membro da igreja. Ao omitir o “dono” dessa voz, o enunciador se mostra como quem conhece a realidade que está além dos seus “olhos de observador *in loco*”.

Para sustentar a observação de que “metade dos fiéis [...] está desempregada”, o enunciador exemplifica: “Charles Lunes, 33, é um deles. Paga R\$ 600 de aluguel. Vive com os R\$ 300 que restam do salário da mulher. Enquanto procura por trabalho, frequenta a Assembleia de Deus. Seu filho, Charles Luckson, 9, é baterista na igreja.” Esse parágrafo remete a uma das fotos menores na página, cujo conteúdo da legenda – “Aos 9 anos, Charles Luckson é baterista na Assembleia de Deus e seu pai está desempregado” – é também dito no parágrafo. A foto mostra o menino Charles, com expressão de satisfação. Há, assim, um destaque tanto para Charles quanto para a atuação da igreja na vida dos haitianos no Glicério, o que revela o pastor e a igreja como importantes atores sociais nesse contexto, criando uma representação positiva.

A voz do pastor aparecerá novamente, em forma de discurso relatado, em referência aos imigrantes: “‘São pessoas que vieram para cá depois de ir para o Sul. Os contratos acabaram e então voltaram’, diz o pastor.” Trata-se de uma informação nova, pois, até então, noticiava-se o deslocamento deles para diferentes cidades já contratados pelas empresas que iam à Missão Paz. Um dos imigrantes que “voltaram” é Charles Lunes, considerando a voz do pastor. E ainda exemplifica o enunciador: “Entre eles, um chama a atenção, John Vixamar, 28, fala inglês, espanhol, francês, creole e agora português. Fiscal de um supermercado, recebe cerca de R\$ 1.000. Há um ano cursa engenharia civil, graças a uma bolsa”. Com tais informações, o enunciador revela, criticamente, que o imigrante haitiano não tem reconhecimento profissional equivalente a sua competência linguística. Isto é, no Brasil seu domínio linguístico é ignorado.

Também, o enunciador omite o ator social que fornece a bolsa de estudos a J. Vixamar: pode ser a instituição de ensino, mas também o governo federal. Se é o governo, tal omissão se explica como tentativa de o enunciador evitar criar em E2 uma representação positiva desse governo, o que não iria condizer com a representação predominante do governo federal noutras notícias do *corpus*.

Ainda referindo a J. Vixamar, o enunciador conclui E2: “Irmão de um médico que tenta revalidar o diploma no Brasil, faz planos para depois de formado. ‘Vou ganhar mais e ter minha casa’, afirma. ‘Merci, Selgneur! Merci!’”. Aqui, indiretamente, o enunciador faz referência ao irmão de J. Vixamar mostrando outra realidade, a de haitianos com curso de graduação concluído que tentam revalidar seu diploma para se inserirem no mercado de

trabalho formal, ocupando funções compatíveis a sua formação, o que, para eles tem sido, surpreendentemente, difícil. Ao mesmo tempo, a voz de J. Vixamar revela a representação imaginária positiva que ele e seu irmão têm do Brasil, como país onde poderão reconstruir suas vidas.

Estrategicamente, o enunciador conclui a notícia com a mesma expressão com que a iniciou, “Merci, Selgneur! Merci!”, o que indica o quanto a relação com Deus é importante para os imigrantes haitianos – talvez por estarem em situação socialmente desfavorecida – na sua busca por sobrevivência. Ao mesmo tempo, a retomada ao começo da notícia pelo uso da mesma expressão sugere que a história dos haitianos noticiada é uma história sem fim. Há em E2 a ideia de moto-contínuo.

E3 – *Sem avisar, governo do Acre volta a enviar haitianos a SP* (Cotidiano, B7 – 19/05/2015)

Publicada no alto de uma página ímpar, página-anverso, com título em negrito e fonte ampliada, a notícia divide a página com uma peça publicitaria, que ocupa mais de 50% da página, e uma segunda notícia na parte inferior da página. Assim constituída a página, E3 recebe destaque relativo.

O foco da notícia é o envio de haitianos a SP pelo governo do Acre – sujeito agente propositalmente explicitado no título –, o que ocorre sem avisar previamente as autoridades de SP, e o “conflito discursivo” entre o governo acreano e a prefeitura de São Paulo. O destaque maior do título é a locução adverbial topicalizada “sem avisar”, o que implica caracterizar a ação do governo acreano como inadequada, especialmente por se tratar de reincidência: “volta a enviar”.

Na linha fina – “Gestão Haddad critica petistas e diz que haverá dificuldade para receber grupo” –, o termo “petistas” retoma “governo do Acre” do título, o qual recebe críticas de Haddad, prefeito de São Paulo. Mais do que isso, o enunciador, considerando ser Haddad também petista, realiza escolhas linguísticas que apontam, implicitamente, para possíveis desavenças entre administrações e políticos petistas. Isso sabemos, tal como o enunciatário, mediante inferências e conhecimento de mundo, isto é, Haddad é também petista. Se quisesse e se a orientação discursiva e a posição ideológica permitissem, o enunciador poderia ter realizado escolhas alheias ao aspecto partidário dos atores sociais envolvidos, isto é, poderia ter noticiado o desentendimento, discursivo ou não, entre os governos sem usar qualificadores do tipo “petistas” ou “PT”.

Com a predicação da linha fina “diz que haverá dificuldade para receber grupo”, o enunciador explicita a posição do prefeito Haddad diante do envio de imigrantes a SP, opondo-se ao governo do Acre. Ao enfatizar tal posição, o enunciador revela-se interessado em expor possíveis desentendimentos entre governos petistas. A linha fina estabelece relações interdiscursivas, por exemplo, com D5, D6, D7, D8 e E2, notícias em que esses desentendimentos/conflitos foram referidos e (re)avaliados pelo enunciador e por diferentes atores sociais.

O conteúdo enfatizado no título e na linha fina – o fato de o governo do Acre voltar a enviar haitianos a SP sem avisar com antecedência o governo paulista nem a prefeitura de São Paulo – tem maior impacto devido à quantidade de haitianos a serem enviados, topicalizado no resumo que encabeça a notícia: “Mil haitianos devem chegar de ônibus nos próximos dias”. Ou seja, em E3 a quantificação de haitianos é uma referência relevante, a exemplo de D3a e D8.

Antes de explorar a referência quantitativa, no 1º parágrafo, o enunciador “repete” o conteúdo do título, acrescentando “após quatro meses de interrupção”, o que justifica o uso de “volta a enviar” e “retomou o envio”. Mas não simplesmente “repete”, também reitera a representação negativa já criada sobre o governo acreano em notícias anteriores, como em D5, D6, D7 e D8: a representação de que o governo acreano é não afeito ao diálogo.

Quanto à referência quantitativa, ela pode ser tomada como eixo de construção e de interpretação de E3, isto é, sobre esse tipo de referência e a partir dela o enunciador articula informações e vozes conflitantes. Por exemplo, o uso de “Mil imigrantes” no resumo que encabeça a notícia e de “cerca de mil haitianos”, que chegariam nos dias subsequentes, no 2º parágrafo são usados pelo enunciador como provocação de impacto no enunciatório. Não que esse contingente seja muito para a metrópole São Paulo, mas porque é muito para chegarem de uma vez só. E mais, é muito porque o enunciador assume uma posição contrária ao governo acreano. Ao provocar esse impacto o enunciador quer criar no enunciatório uma posição contrária à ação do governo acreano. E o envio de haitiano já havia começado: “O primeiro ônibus, com capacidade para 44 passageiros”, que em breve chegariam à capital paulista.

Ao mesmo tempo em que o enunciador articula referências quantitativas, insere os atores sociais que as enunciam, como esta no 3º parágrafo: “Serão 22 viagens, duas por semana, para transportar 968 haitianos no total, de acordo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre”. O que se nota, desde o título, é a omissão de imigrantes não haitianos abrigados em Rio Branco, senegaleses, por exemplo. Isto é, retomando, feito relação

interdiscursiva, as notícias C1, C4a, D3b, D10, entre outras, podemos questionar se o governo do Acre, de fato, voltara a enviar somente haitianos. Provavelmente não. Inferimos por fatores contextuais que a ênfase se dá sobre os haitianos por serem o maior número entre os imigrantes.

Mediante o uso de discurso indireto, o enunciador insere a voz do prefeito de São Paulo, no 4º parágrafo: “A medida foi criticada pela gestão petista de Fernando Haddad, que disse não ter havido preparo para receber os haitianos e criticou os governos federal e do Acre, comandados também pelo PT.” Aqui, tal como em notícias anteriores, o enunciador evidencia o conflito discursivo entre governos petistas, estratégia com que alimenta a representação (não necessariamente real) negativa do PT e seus políticos, a qual busca, possivelmente com sucesso, incutir na mente do enunciatário.

Como se complementasse as informações, o enunciador dirá no 6º parágrafo: “O custo do transporte, de R\$ 1 milhão, será financiado pelo Ministério da Justiça do governo Dilma Rousseff (PT)”. Com isso, o enunciador põe em destaque o possível confronto do governo federal (petista) com a prefeitura de São Paulo (também petista), pois o financiamento do transporte é uma ação de fomento à ação do governo acreano, desagradando o prefeito de São Paulo.

A justificativa do governo acreano para o envio de imigrantes é a chegada ao Acre de mais imigrantes e a superlotação do abrigo em Rio Branco. No 7º parágrafo, o enunciador expõe essa justificativa usando o discurso indireto: “Segundo o secretário acreano Nilson Mourão, até 20 imigrantes chegam ao Acre todos os dias, e o abrigo do governo estadual na capital do Estado tem hoje 500 pessoas”. Aqui, recebe destaque a referência quantitativa: “até 20 imigrantes chegam ao Acre todos os dias”, “500 pessoas”. São dados apresentados como problemas que o governo acreano é incapaz de resolver sozinho. Isso é o que enfatiza o enunciador no parágrafo seguinte em forma de discurso relatado da voz de Mourão: “Chegamos ao limite. A situação é delicada, passou do nosso nível de capacidade.”. Aqui, com o uso de discurso relatado, o enunciador “deixa” o governo do Acre falar na notícia, cuja voz pode provocar no enunciatário relativa condescendência com relação ao envio de haitianos para São Paulo e, assim, provocar no enunciatário uma representação positiva desse governo.

Por outro lado, como se quisesse se contrapor a essa representação positiva, o enunciador revela sobre o governo do Acre, em forma de discurso indireto: “Questionado sobre se a prefeitura de São Paulo ou o governo do Estado teriam sido informados da medida, o secretário disse que não vê necessidade disso”. No entanto, como já identificamos tanto

nesta notícia, quanto em outras, a prefeitura de São Paulo e o governo paulista reivindicam tal informação com antecedência.

Mais uma vez “dando” voz ao secretário N. Mourão, explica-se o porquê de enviar os imigrantes, no 10º parágrafo: “‘Nosso papel é fazer os imigrantes chegarem ao destino final. Isso [ir para SP] é uma opção deles. Eles não vêm para ficar no Acre, mas para [ir a] outros centros’, disse. ‘Muitos também não ficarão em São Paulo, seguirão para outras cidades onde estão seus parentes’, completou”. Vejamos que o governo acreano, especificamente o secretário N. Mourão, ao procurar agir socialmente em prol dos imigrantes, acaba se posicionando contra a prefeitura e o governo de São Paulo, com ações discursivas e não discursivas.

O item *Desconforto* retoma o desacordo discursivo (ou ausência de conversa) do governo acreano com o governo paulista e a prefeitura paulistana referido em várias notícias, como D5, D6, D8 e E2.

O título *Desconforto* poderia intitular também a primeira parte de E3. Identificamos que o conteúdo do item é uma continuação da primeira parte, haja vista a construção do seu 1º parágrafo: “A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da gestão Haddad, disse ter sido ‘surpreendida’ e que essa medida gera ‘grande desconforto’.”

Em seguida, o enunciador recontextualiza, em forma de discurso relatado, a voz do governo paulistano, com a qual expõe ao enunciatório possíveis problemas acarretados com a ação do governo acreano de enviar os imigrantes: “‘Sem notificação e prazo para planejamento e mobilização, nem por parte do governo do Acre nem por parte do governo federal, nossa cidade terá dificuldades para receber em sua rede assistencial essa quantidade de pessoas.’” Com isso, o enunciador contribui para a construção de uma representação do governo paulistano. Ao mesmo tempo, o enunciador alimenta a representação negativa dos governos petistas.

Na sequência, o enunciador explicita de onde colheu a voz da secretaria paulistana: “Na nota, a pasta disse”. Isto é, aqui, a notícia se alimenta de um documento da prefeitura produzido especialmente para a imprensa e para uso externo à prefeitura. Isto é, o enunciador recontextualiza a “nota” e cria em E3 uma *mistura de gênero*: com a nota e entrevistas ou depoimentos de outros atores sociais.

A fim de mostrar que a prefeitura de São Paulo age de forma coerente, dialogando e respeitando as demais esferas político-administrativas, o enunciador cita: “Na nota, a pasta disse que esteve com representantes do Ministério da Justiça levando uma proposta para organizar esse fluxo migratório. ‘Se os entes federados agissem de forma articulada e

colaborativa os resultados seriam muito mais eficazes’, afirmou”. Trata-se de uma voz que revela o governo paulistano como ator social munido de compaixão pelos imigrantes e com disposição de recebê-los, desde que haja uma preparação para tal, o que não tem sido possível, pois o governo acreano não tem agido favoravelmente a isso. Assim, o enunciador alimenta a representação positiva do governo paulistano de que falamos anteriormente.

Mediante interdiscurso com notícias do “momento D”, o enunciador retoma informações do ano anterior relativas ao “desentendimento” entre os governos petistas: “Em março do ano passado, houve troca de acusações entre membros dos governos do Acre e de São Paulo por causa do envio dos imigrantes.” Isto é, trata-se de um problema não resolvido e que se arrasta, o que mostra incapacidade ou desinteresse dos governos de solucionar tal impasse. Prossegue o enunciador no parágrafo seguinte: “A prefeitura paulistana reclamou de não ter sido avisada sobre os ônibus. Já o governador do Acre, Tião Viana (PT), disse que a ‘elite paulistana’ é ‘higienista’”. Esses termos usados por Viana foram enfatizados em D6 e D8, agora em E3 são reiterados, alimentando a mesma representação negativa dos governos petistas, inclusive a prefeitura paulistana.

Temos aqui a notícia como relato histórico, construção estrategicamente realizada pelo enunciador a fim de sustentar para o enunciatório, direta ou indiretamente, a representação negativa dos governos petistas.

Continua o enunciador em forma de relato histórico: “Entre março e dezembro de 2014, ao menos 70 ônibus saíram de Rio Branco para São Paulo, transportando mais de 3.000 haitianos. O traslado foi interrompido no final do ano por falta de recursos”. Com essa interrupção das viagens, haveria de ocorrer superlotação, como destaca o enunciador: “o abrigo de Rio Branco enfrentou superlotação em 2015. Mais de mil pessoas se aglomeravam num espaço com capacidade para 200”. Vejamos que para referir ao transporte de imigrantes, sua interrupção e a superlotação, as referências quantitativas são nucleares. São referências que contribuem para criar uma representação de que o governo acreano dedicou todos os seus esforços na tentativa de ajudar os imigrantes a ponto de tornar justificável o envio de imigrantes para São Paulo.

Novamente, o enunciador explicita o conflito discursivo entre o governo acreano e o governo federal, ambos petistas, em forma de discurso indireto: “No começo deste mês, o Acre afirmou que repassaria o gerenciamento do abrigo para o governo federal, mas continua à frente do local até agora”. E, mesclando o discurso indireto com o discurso relatado, o enunciador conclui: “O Ministério da Justiça informou que firmou convênios para o transporte, a fim de fazer a ‘desconcentração dos destinos conforme padrões e demanda de

emprego’.”. Trata-se de uma voz carregada de subespecificação referencial, que não é especificada em E3, haja vista o fato de se tratar do parágrafo final da notícia, isto é, um conteúdo tratado pelo enunciador como secundário. Conteúdo que, caso fosse devidamente especificado, poderia provocar a criação de uma representação positiva do governo federal (petista), ainda que seja uma representação imaginária, pois o “transporte” referido na voz do Ministério ainda iria acontecer.

Quanto à ilustração, com a legenda “Haitianos reunidos para tirar documentos em Rio Branco”, trata-se de uma foto de 12 de março de 2014, um ano antes da publicação de E3. Com ela o enunciador não privilegia o conteúdo explicitado na parte linguística, e sim insere um conteúdo que se soma ao “relato histórico” que identificamos no item *Desconforto*, ampliando o todo noticiado.

E4 – *Banho de lata* (Primeira página – 20/05/2015)

Trata-se de uma “chamada” da notícia E5, cujo maior destaque é a foto, que evidencia a limitação do abrigo oferecido pela paróquia Nossa Senhora da Paz na capital paulista ao grande número de imigrantes chegados ao local. O título, a imagem e a legenda – “Haitiano se lava em mictório de igreja no Glicério (região central de SP); o espaço na paróquia com infraestrutura adequada para refugiados está lotado” –, em conjunto, chamam atenção do enunciatário para a precariedade do abrigo.

O enunciador, tanto com o título quanto com a imagem e a legenda, categoriza (e cria uma representação dos) os haitianos como sujeitos que se submetem a condições subumanas para conseguirem trabalho e inserção social no novo país de morada. Com representação e o conteúdo da foto e legenda, os possíveis efeitos sociais de E4 é de o enunciatário ter sentimento de compaixão pelos imigrantes haitianos e de crítica aos governantes que os acolhe sem respeitar os direitos humanos, nem mesmo minimamente.

Ao publicar essa foto na primeira página, embora na sua metade inferior, a *Folha* mostra-se disposta a destacar as condições do abrigo e de vivência dos imigrantes.

E5 – *Ministério suspende envio de haitianos a SP* (Cotidiano, B5 – 20/05/2015)

E5 é uma notícia que recebe destaque, haja vista ser publicada numa página ímpar, página-anverso, seu título estar no alto da página em negrito e em fonte ampliada, e ser composta com duas fotos. Apesar disso, E5 divide a página com uma peça publicitária que também tem destaque, considerando ocupar mais da metade da página, em cores fortes.

Embora, no processo de edição do jornal, E5 tenha relação com E4, no sentido de E4 ser uma “chamada” de E5, o título, a linha fina e o resumo que encabeça a notícia – partes em que se anuncia o conteúdo principal da notícia – não estabelecem relações interdiscursivas diretas com E4. Esse tipo de relação ocorre é entre as fotos/legendas de ambos os textos.

De começo, percebemos que o título e a linha fina são uma espécie de síntese do 1º parágrafo, com uso de expressões referenciais intercambiáveis no cotexto de E5, embora não sejam expressões, em princípio, correferenciais. É o caso de “Ministério” (no título) e “Pasta da Justiça” (na linha fina) e “O governo da presidente Dilma Rousseff (PT)” (no 1º parágrafo). Também quanto à referenciação: “envio de haitianos” (no título), “transporte desses imigrantes” (na linha fina), “o transporte de refugiados haitianos” (no 1º parágrafo). No título, enquanto o “envio” é apenas “a SP”, no 1º parágrafo é “para São Paulo e outras cidades brasileiras”. Aqui, ainda ocorre o uso do termo “refugiados” em referência aos imigrantes haitianos, a exemplo do que identificamos em D7.

O título e a linha fina – “Pasta da Justiça, que financia transporte desses imigrantes, diz que não permitirá viagens sem plano de acolhimento” – explicitam o foco de E5, que é a decisão do Ministério da Justiça de suspender, até a criação de um “plano de acolhimento”, a prática social do governo acreano de enviar haitianos para São Paulo, como vinha acontecendo, conforme D5, D6, D7, D8 e E3, entre outras notícias. A justificativa do Ministério para tal decisão é expressa no resumo que encabeça a notícia – “Medida foi tomada após queixa do prefeito Haddad (PT) de que não foi avisado sobre chegada de 968 pessoas” –, o qual é uma síntese do 2º parágrafo.

Duas relações intradiscursivas importante aqui são: (i) a “queixa do prefeito Haddad (PT)”, expressão usada no resumo, é a causa da suspensão do “envio de haitianos a SP”, expressão usada no título; (ii) no 2º parágrafo se especifica o “governador acreano, Tião Viana (PT)”, como quem não avisou o prefeito de São Paulo, referente subespecificado no resumo.

O 2º parágrafo estabelece relação interdiscursiva, por exemplo, com E3, especialmente acerca da referência a “o prefeito paulistano, Fernando Haddad (PT), reclamar, nesta terça, que não fora informado pelo governo acreano, Tião Viana (PT), da nova leva de 968 haitianos que chegaria à cidade”. Em ambas as notícias o enunciador evidencia o partido político a que o prefeito e o governador pertencem, expondo, assim, ao enunciatário, que, entre eles, há falta de diálogo, ainda que essa falta não seja real o quanto se expõe na notícia.

No 3º parágrafo, o enunciador usa novamente relações correferenciais usadas no título e na linha fina: “O Ministério da Justiça” e “a pasta”. O enunciador informa, implicitamente,

que o Ministério da Justiça havia firmado convênio de R\$ 1 milhão com o governo acreano a fim de “viabilizar a distribuição de haitianos pelo país”. Isto é, esse Ministério estava financiando o transporte dos imigrantes e, de certo modo, sendo condescendente com a ação do governo acreano de não informar a respeito o prefeito paulistano. Nesse sentido, a relação entre ministério, governo e prefeito é conflituosa e alimenta a representação que o enunciador constrói sobre os políticos/governos petistas. Diante do impasse, “o ministério decidiu impedir “as viagens até que haja um plano de acolhimento”.

A falta desse plano é, no âmbito da notícia, a causa da superlotação na paróquia, como destaca o enunciador no 4º parágrafo: “A ausência de planejamento causou superlotação na paróquia”. Isso estabelece relações intradiscursivas com as duas fotos da notícia.

Quanto às duas fotos e sua legenda “Haitianos são alojados de forma improvisada em salão da paróquia Nossa Senhora da Paz, no centro de SP; à dir., imigrante toma banho em mictório”, elas destacam que a infraestrutura disponível no espaço da paróquia é insuficiente para acolher grande quantidade de imigrantes. Ao mesmo tempo, as fotos revelam, implicitamente, significativo esforço dos administradores do espaço para acolher os imigrantes, que chegam sem dinheiro, sem parentes ou amigos na cidade e sem para onde ir. Nesse aspecto, as fotos dialogam com partes da parte linguística: (i) no 4º parágrafo, “A ausência de planejamento causou superlotação na paróquia que é referência para os haitianos”; (ii) no 5º parágrafo, “A população que dormia improvisada no saguão da igreja mais que dobrou desde domingo (17) – foi de 60 para 140 pessoas”; (iii) no 6º parágrafo, “a reportagem flagrou um dos imigrantes tomando banho em um mictório no saguão da igreja”; (iv) no 8º parágrafo, “‘Às vezes acontece, já que não temos como oferecer (chuveiro na Casa do Migrante) ao mesmo tempo para todos’, disse o padre, sobre o banho improvisado no mictório. ‘(O salão) não foi planejado para essa finalidade.’”.

Ao fazer referência ao atendimento da paróquia aos imigrantes, quer usando de “observações *in loco*”, quer usando a voz do padre Paolo Parisi – por exemplo, no 12º parágrafo, “‘Nós preparamos sopa, quebramos a cabeça para cumprir uma função que deveria ser do Estado’, afirma o padre.” –, o enunciador cria uma representação positiva da paróquia e do padre, a qual se contrapõe à representação (criando uma representação negativa) do poder público, prefeitura e estado de São Paulo e governo federal. Esse contraponto é evidenciado no 9º parágrafo: “Há mais de um ano, quando a imigração de haitianos para o Brasil explodiu, a paróquia ocupa um vácuo deixado pelo poder público.”

A nosso ver, o verbo “explodiu”, usado pelo enunciador, é forte demais – uma hipérbole, portanto – e inadequado para um sentido do tipo “cresceu e tornou visível”.

A expressão “poder público” é de referência ampla, mas é facilmente inferível quem são os atores sociais que deveriam ter dado assistência aos haitianos, mas fora omissos deixando o vazio que veio a ser ocupado pela paróquia. A expressão “poder público” refere-se, especificamente, à prefeitura de São Paulo, ao governo estadual de São Paulo e ao governo federal, suas secretarias e ministérios de justiça, assistência social e direitos humanos, assim como as pessoas que neles ocupam cargos, munidas de poderes para atuarem em prol dos imigrantes.

O enunciador retoma (interdiscurso) a notícia E3 no 10º parágrafo de E5: “O governo Tião Viana diz que os haitianos não querem ficar no Acre” e “Haddad cobra planejamento dos governos federal e do Acre”, explicitando o polêmica/atrito entre as duas gestões.

Como forma de incrementar a polêmica, acrescenta o enunciador, também no 10º parágrafo: “A gestão Dilma concede vistos humanitários, mas não conseguiu dar conta do acolhimento.” Aqui, o enunciador enfatiza o fato de o governo federal, que é petista, não ter conseguido atender de modo satisfatório e adequado os haitianos chegados ao Brasil. Isto é, na perspectiva do enunciador, conceder vistos humanitários não resolve o problema dos haitianos.

O fato é que, tal como o enunciador constrói linguisticamente esses fragmentos e os põe juntos num mesmo parágrafo, cria-se uma representação negativa das três gestões (Acre, cidade de São Paulo e governo federal). Mas, sobretudo, uma representação negativa da “gestão Dilma”, que apenas concede um documento, mas não resolve questões humanitárias, de acolhimento.

Essa falta de acolhimento adequado é mostrada na notícia como causa da superlotação da paróquia em São Paulo: “O resultado é que muitos haitianos chegam a São Paulo sem emprego ou moradia e vão direto para a paróquia”, considera o enunciador no 11º parágrafo.

Reiterando a representação positiva criada sobre a paróquia e o padre, o enunciador destaca no 13º parágrafo em forma de discurso indireto: “Parisi disse ter sugerido à prefeitura um convênio com entidades que acomodem imigrantes. A prefeitura disse que, enquanto tenta agilizar essas parcerias, procura terreno para um abrigo de emergência”. Aqui a representação da paróquia e do padre é de quem, de fato, se preocupa com os imigrantes e querem solucionar seus problemas e dar condições de acolhimento mais dignas. Por outro lado, a representação da prefeitura é de quem “tenta agilizar essas parcerias” e de quem “procura terreno”, mas, de fato, não mostra iniciativas práticas e diretas que contribuam para um acolhimento digno aos haitianos, ou seja, a representação da prefeitura é de quem tenta e de

quem procura, prática muito comum no serviço público em geral, baseada na burocracia que lhe é característica.

A notícia se constitui, basicamente, da voz de um conjunto de atores sociais – Ministério da Justiça, governador do Acre, prefeito de São Paulo, padre P. Parisi –, em forma de discurso relatado ou indireto, construindo, assim, relações dialógicas conflitantes e relevantes sobre o envio dos haitianos do Acre para São Paulo e sobre uma possível solução favorável a esses imigrantes. Ao recontextualizar tais vozes em E5, o enunciador elege seus “donos” como atores sociais detentores de poder social para decidir sobre o que fazer e como receber/acolher os imigrantes, caracterizando esses atores como elite simbólica, que diz (por terem acesso ao discurso público) e o que diz deve ser “repetido” no discurso jornalístico. Ao mesmo tempo, o enunciador, ao construir a notícia tal como constrói, busca contribuir para a possível solução favorável aos imigrantes. Em contrapartida, os sujeitos objeto do discurso e das relações dialógicas interdiscursivas e intradiscursivas, os haitianos, são atores sociais (tal como se constitui a notícia) desprovidos de vozes relevantes para que uma possível solução favorável a eles ocorra. Isto é, na perspectiva do enunciador, os imigrantes são sujeitos desprovidos de poder, não compõem a elite simbólica, e o que eles têm a dizer é um “dito” sem importância para a questão em pauta.

E6a – *Périplo de um imigrante* (Cotidiano, B4 – 21/05/2015)

Trata-se de uma notícia-depoimento, a exemplo de A5, *Nas garras dos coiotes*. Publicada numa página par, página-verso, a notícia (parte linguística e foto) ocupa quase toda a página, exceto a parte baixa (cerca 1/5 da página), que é dedicado à seção de obituário, e uma pequena notícia, E6b, na lateral da página.

Seu título aparece em destaque no centro da página, em fonte ampliada, com maior destaque para o termo “imigrante”, em negrito. O uso do termo “périplo” – cujo sentido é de relato de uma viagem, o que condiz com a notícia-depoimento –, pouco comum no dia a dia do leitor do jornal, sugere relativa erudição por parte do enunciador.

A exemplo do título, o enunciador usa negrito em quatro termos da linha fina: “Após aventura há um ano para chegar ao Brasil, haitiano aprende a fazer pizza em Florianópolis, onde diz ter achado a paz”. O uso de negrito contribui para o enunciatário perceber que a viagem dos haitianos focalizada em E6a é uma “aventura”, o que, no contexto, implica uma série de dificuldades e percalços. Como também para perceber a ligação entre “pizza” e “paz”, no sentido de que a prática laboral de fazer “pizza” é onde o haitiano referido em E6a encontra “paz” e tranquilidade, após viver a “aventura”. Isto é, “pizza” se opõe a “aventura”.

Os primeiros parágrafos do texto é um relato de Jeremi Dozima sobre sua viagem do Haiti a Florianópolis-SC, sobre a qual ele constrói uma representação real e negativa, marcada por dificuldades: “Em alguns momentos, pensei que nunca encontraria minha irmã em Santa Catarina”. Segundo J. Dozima, “Toda a travessia é complicada, e no Peru nos roubam muito, principalmente os policiais. Não há como viajar sem recorrer aos coiotes”. Aqui, julgando que o enunciatário desconheça o significado de “coiotes”, o que é uma representação imaginária criada pelo enunciadador, esse especifica o termo entre colchetes: “[pessoas que aliciam os imigrantes e buscam facilitar a travessia em troca de dinheiro]”.

J. Dozima, após chegar a Santa Catarina e conhecer muitos compatriotas, todos trabalhando, cria uma representação positiva do lugar: “Aqui só não trabalha quem não quer.” Trata-se de uma representação comum entre parte dos haitianos no Brasil, mas também contrária à representação que muitos imigrantes criaram após meses ou anos trabalhando ou buscando trabalho.

Em Florianópolis, J. Dozima trabalha numa pizzaria. “Geralmente trabalho de segunda a sábado, folgando aos domingos. Estou registrado no trabalho, recebo um salário mínimo”. Suas palavras dão indícios de seu patrão tratá-lo como mão de obra barata, pois, além de trabalhar, provavelmente, mais de 48 horas semanais, limite recomendado pelas leis trabalhistas brasileiras, é consenso quase geral de que um salário mínimo por mês é muito pouco para qualquer trabalhador no Brasil. Assim, a representação do patrão (e dos empresários brasileiros em geral que se beneficiam indevidamente da mão de obra haitiana) que emerge da voz de J. Dozima é uma representação negativa: a de quem explora os imigrantes, independente de cumprirem os registros formais exigidos na legislação brasileira.

Fazendo referência ao ambiente de trabalho, J. Dozima, implicitamente, avalia e categoriza os colegas de trabalho de forma positiva: “Estou aprendendo a falar português com meus colegas de trabalho. Já melhorei bastante”. Ao mesmo tempo, categoriza o português como língua semelhante ao espanhol: “é uma língua que se parece muito com o espanhol, que eu já falava”, isto é, pelo critério de semelhança, J. Dozima coloca o português e o espanhol na mesma categoria. Trata-se de uma semelhança que facilita o aprendizado da nova língua, na visão dos haitianos em geral.

J. Dozima reitera a representação positiva criada dos colegas de trabalho: “O pessoal da pizzaria gosta muito de mim. São dos poucos amigos que tenho no Brasil. [...] Um dia, de folga, fui com os colegas de trabalho conhecer umas praias nos arredores de Florianópolis, todas belíssimas. São bastante diferentes das praias que eu havia visto.” Ao mesmo tempo, avalia positivamente as praias da cidade, criando, assim, uma representação também positiva.

J. Dozima também se classifica, expondo a representação que tem si: “tenho uma vida muito pacata em Florianópolis. Sou assim desde o Haiti [...]. Não sou muito de sair, de festa, de balada, gosto de ficar na minha, geralmente em casa. É meu programa favorito nas horas de folga.”

Também, casado, expõe sua opção pela fidelidade à esposa: “Todos me perguntam se [...] já encontrei uma namorada brasileira. Mas como? Sou casado, minha mulher e minha filhinha estão na República Dominicana”. Sua pergunta retórica, “Mas como?”, explicita sua estranheza em relação à possibilidade de um homem casado namorar outra mulher.

Ao contar que gostaria de trazê-las para o Brasil, expõe a rejeição de sua mulher: “minha mulher não quer, não sei o motivo. Ela resiste à mudança”. Isso sugere a possibilidade de sua mulher ter uma representação negativa do Brasil.

J. Dozima mescla avaliação positiva e avaliação negativa ao fazer referência ao Brasil, ao preconceito sofrido por muitos compatriotas, às oportunidades de trabalho no Brasil e no Haiti, e, também, ao comparar os dois países: “O Brasil, como o Haiti, é um país muito desigual, mas aqui pelo menos há muitas oportunidades, muito diferente da vida por lá.” Aqui, J. Dozima avalia positivamente o Brasil, em função das ofertas de trabalho.

Em seguida, avalia positivamente o Haiti, por ser sua terra natal: “Sonho em voltar para o Haiti, afinal é o meu país, a minha casa e ainda tenho familiares por lá. Mas não sei quando conseguirei voltar.”. Em contrapartida, revela-se satisfeito por estar no Brasil, no parágrafo final: “Gosto do Brasil, gosto de Santa Catarina. Aqui encontrei a paz e estou feliz.” Aqui, avalia positivamente o novo espaço de morada e as pessoas com quem tem interações sociais, criando uma representação positiva do Brasil e dessas pessoas.

A foto no alto da página destaca o imigrante de costas para a sala de espera, vazia e fechada, da rodoviária de Epitaciolândia. A placa acima da porta, “Espera”, é pertinente ao contexto da migração haitiana, pois as cidades fronteiriças – Epitaciolândia e Brasileia, no Acre, e Tabatinga, no Amazonas – foram para milhares de haitianos no Brasil a “sala de espera” antes de adentrarem o país rumo a diferentes cidades. Muitos deles contratados por empresas que foram, por exemplo, a Brasileia; muitos sem saberem, na “sala de espera”, ao certo o que fazer nem o que lhes aguardava. Ali, o haitiano J. Dozima esperava algo, está à espera de algo, situação vivenciada por tantos compatriotas.

A imagem suscita a avaliação de alguns aspectos, ainda que de forma breve: (a) os braços cruzados indicam a situação de J. Dozima, sem o que fazer, sem iniciativa, pensativo, à espera somente; (b) o corpo encostado num dos bancos sugere estar sem forças próprias para se sustentar por inteiro; (c) o olhar indica estar busca de algo no horizonte, à procura da

realização de seus sonhos, de dias melhores; (d) as malas ao lado são quem está em trânsito, ainda não desfeitas e prontas para embarcar novamente; (e) a sombra de J. Dozima na parede entre os vidros da porta, às suas costas, sugere um “novo J. Dozima”, a se fazer no novo País de morada.

Numa relação intradiscursiva entre foto e parte linguística, identificamos em E6a que o “algo” oculto no olhar de J. Dozima iria se concretizar em Florianópolis-SC. Esse algo seria o seu encontro com a irmã já residente na cidade e a oferta de trabalho numa pizzaria, o que remete ao sentido de “pizza” e “paz” como oposição a “aventura”, que identificamos anteriormente.

E6b – *Emprego para estrangeiro cai 50% em maio* (Cotidiano, B4 – 21/05/2015)

A notícia E6b dialoga diretamente com E6a, não só por estarem na mesma página, mas especialmente por, de certo modo, E6b estabelecer uma relação interdiscursiva de conflito com a voz de J. Dozina. Enquanto em E6a destaca-se a condição de empregado de J. Dozina, em E6b destaca-se a redução na oferta de trabalho.

E6b é construída basicamente a partir da voz da assistente social Ana Paula Caffeu, profissional que identificamos, por inferências intratextuais, atuar no âmbito da “Missão Paz da paróquia Nossa Senhora da Paz, organização da Igreja Católica que acolhe imigrantes” (assim caracterizada pelo enunciador) na capital paulista. O vínculo de A. P. Caffeu com a Missão Paz lhe confere condições de conhecer dados relativos à procura pela mão de obra haitiana.

No 1º parágrafo – “A imigração para São Paulo pode ser frustrante para haitianos em busca de uma recolocação no mercado de trabalho.” –, o enunciador expõe uma representação imaginária, evidenciada pelo uso de “pode ser”, da busca de trabalho empreendida pelos imigrantes que chegavam a São Paulo em maio de 2015, a representação de que estava difícil conseguir trabalho.

De acordo com a Missão Paz, “a oferta de emprego vem caindo”. O conteúdo dessa voz é de natureza opinativa e, portanto, dependente de argumentos, os quais são apresentados pelo enunciador mediante o uso, em forma de discurso indireto, da voz de A. P. Caffeu: “em maio, a demanda foi reduzida à metade em comparação com o mês anterior”. A essa voz de autoridade, acrescentam-se dados quantitativos, os quais têm grande peso para sustentar tanto a “voz opinativa” de que “a oferta de emprego vem caindo” quanto a representação exposta no parágrafo inicial.

Tais dados são referências quantitativas importantes. Aliás, desde o título, em que se usou “50%”. No 4º parágrafo, informa o enunciador usando o discurso indireto: “De acordo com ela [A. P. Caffeu], no primeiro trimestre do ano, 558 imigrantes foram contratados por 120 empregadores. Em maio, 60 empregadores manifestaram interesse de participar do processo seletivo organizado pela Missão Paz.” E mais, no ano anterior, 2014, “816 empresas contrataram cerca de 2.800 imigrantes”. Essas referências quantitativas contribuem substancialmente para tornar o discurso em E6b confiável e verídico, e, assim, o enunciatário tomá-lo como verdade.

Como forma de evitar que os imigrantes se submetam a critérios contrários aos direitos humanos e à exploração de sua mão de obra, a Missão Paz “exige que os interessados [empregadores] assistam a uma palestra de duas horas oferecida às terças e quintas-feiras, às 9h50, na paróquia”. Essa “medida visa evitar o trabalho escravo”. Ao destacar o procedimento aplicado pela Missão Paz aos empregadores que desejam contratar os imigrantes, o enunciador cria a representação de que essa organização atua, de fato, em prol dos imigrantes, inclusive usando práticas sociais de proteção e de respeito aos direitos humanos, especialmente no sentido de evitar exploração. Trata-se de uma representação positiva da Missão Paz.

Ao referir à palestra “oferecida às terças e quintas-feiras”, o enunciador estabelece relação interdiscursiva com o item *Rei do Glicério* de E2, em que também se refere à mesma palestra.

E7 – O padre dos haitianos (Cotidiano, B8 – 24/05/2015)

E7 é uma notícia do tipo perfil que, aqui, denominamos notícia-perfil. Ela difere da notícia-depoimento, A5 e A6a, pois na notícia-perfil há, por exemplo, “observações *in loco*” do enunciador.

E7 é publicada numa página par, página-verso, cuja maior parte é ocupada por uma peça publicitária, que, devido ao tamanho e cores fortes, recebe maior destaque do que a notícia. Apesar disso, E7 tem destaque, considerando seu título em negrito e fonte ampliada, especialmente o termo “haitianos”. Além disso, a foto (de 29 de janeiro de 2015) no alto da página ajuda a chamar a atenção do enunciatário para o ator social objeto da notícia: o padre Paolo Parise, “italiano da região do Vêneto”. A legenda explicita o conteúdo da foto: “O padre Paolo Parise, em frente à igreja onde recebe imigrantes no centro de SP”.

O enunciador tem a proposta de expor ao enunciatário um perfil do padre, ator social de participação importante no acolhimento dos imigrantes haitianos na paróquia Nossa

Senhora da Paz em São Paulo, o que o faz ser, na perspectiva do enunciador, “o padre dos haitianos”, daí o título. Ao fazer essa exposição, o enunciador constrói a representação de que P. Parise é um padre que atua, de fato, em prol das pessoas socialmente desfavorecidas, especialmente os imigrantes, a ponto de abrir mão do seu conforto e descanso nos fins de semana. Com isso, o enunciador assume uma prática social e discursiva de promoção de Parise, da paróquia e de suas ações sociais, isto é, o enunciador se mostra a serviço da paróquia.

Para realizar essa exposição, o enunciador lança mão de suas “observações *in loco*”, do discurso indireto e do discurso relatado da voz de P. Parise. Exemplos de “observações *in loco*” são “mais de mil pessoas se reuniram na paróquia [...], para o Dia da Bandeira, celebração da Independência do Haiti”, “Foram servidos pratos típicos e bebidas alcoólicas. Bandas e rappers haitianos se apresentaram. O padre Paolo Parise estava exausto”.

Exemplos de discurso indireto são “Completava uma jornada de 16 horas sem descanso. E ainda teria que ajudar a equipe, composta por cerca de 50 funcionários e outros três padres, a limpar o salão de festa, onde têm dormido quase duas centenas de refugiados”; P. Parise “recebe visitas daqueles que, anos depois de instalados, ainda o procuram. Celebra casamentos e batizados”; “A maioria é evangélica. Mas não só os 30% católicos se apegam. Todos estabelecem uma relação, que começa pela confiança, ele nota”.

Exemplos de discurso relatado são: (i) “Dançar? Não, obrigado. Prefiro olhar sentado” no enunciado “Às 23h30, o padre teve que, enfim, dizer não. ‘Dançar? Não, obrigado. Prefiro olhar sentado’, recusou com o bom humor e o afeto costumeiros”; (ii) “aflora um pouquinho depois” no enunciado “A espiritualidade ‘aflora um pouquinho depois’, uma vez digerido o drama da migração”. (iii) “Quando começamos com ‘bonjour’, rostos se iluminam” no enunciado “‘Quando começamos com ‘bonjour’ [bom dia em francês], rostos se iluminam’, observa Parise”; (iv) “Você arruma emprego para 20 e logo chegam mais 50. O estresse é psicológico e físico” e “A equipe está sobrecarregada” no enunciado “Em geral, Parise [...] acredita estar cumprindo sua missão. Mas, às vezes, sente-se impotente. ‘Você arruma emprego para 20 e logo chegam mais 50. O estresse é psicológico e físico’, descreve, em português fluente com resquício do sotaque italiano. ‘A equipe está sobrecarregada.’”

Vemos que, ao analisar o discurso relatado, não podemos ignorar nem as “observações *in loco*” nem o discurso indireto. Isto é, essas duas estratégias discursivo-dialogicas, em certa medida, fornecem a contextualização do discurso relatado.

O enunciador – revelando a representação que tem do enunciatário, a representação de quem desconhece expressões básicas da língua francesa – insere, entre colchetes, a tradução

de “bonjour” na fala de P. Parise: “‘Quando começamos com ‘bonjour’ [bom dia em francês], rostos se iluminam’, observa Parise”.

Como forma de mostrar que a prática social de P. Parise e demais atores sociais da paróquia decorre do grande contingente de imigrantes chegados a São Paulo e da falta de iniciativas dos governos municipal, estadual e federal em assumir tal acolhimento, o enunciador retoma interdiscursivamente notícias anteriores. Por exemplo:

- a) o 4º parágrafo – “O número tende a aumentar. O governo Tião Viana (PT), do Acre, anunciou, no início da semana, que quase mil imigrantes viajariam a SP. O prefeito Haddad (PT) e o governo Dilma (PT) dizem que não foram avisados.” – retoma E3 e E5;
- b) o 5º parágrafo – “O município afirmou que procuraria um abrigo. O governo federal suspendeu as viagens saindo do Acre. Mas, ainda na sexta (22), 43 haitianos aportaram na cidade.” – retoma E5;
- c) o 6º parágrafo – “Sobrou para a paróquia. Com colchonetes no chão, caldeirões de sopa à noite e aulas básicas de português, a Missão Paz, organização católica da qual o padre faz parte, acolhe os imigrantes.” – retoma E4 e E5.

Com essas relações interdiscursivas, o enunciador reitera a representação positiva do padre e da paróquia. Mais que isso, o enunciador reitera a representação negativa (construída nas notícias retomadas) dos atores sociais da política referidos: o governo acreano e o governador Tião Viana, a prefeitura de São Paulo e o prefeito Fernando Haddad, o governo federal e a presidente Dilma Russeff.

Também, ao mencionar no 4º parágrafo, entre parênteses, a que partido político pertencem os atores sociais, o enunciador reitera a representação negativa sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) construída em mais de uma notícia: D5, D7, E3 e E5, por exemplo.

No item *Cenas de cinema*, o enunciador, fazendo referência ao padre P. Parise, relata passagens de sua vida análogas à que ele vive à frente da paróquia Nossa Senhora da Paz acolhendo imigrantes. Por exemplo, “Na primeira passagem por São Paulo, entre 1999 e 2007, Parise morou em favelas da zona sul e viveu ‘verdadeiras cenas de cinema’.” Aqui, há o uso do discurso relatado, de onde o enunciador retira o título do item, assim inferimos.

Uma dessas “cenas”, o enunciador relata brevemente a partir da voz de P. Parise: “O padre narra uma delas, com direito a briga entre mulheres, fuga de carro e mordida no braço. O trabalho com jovens logrou reduzir a violência, diz Parise, levando-o a se mudar.”. O trabalho de P. Parise é também de migração, pois se desloca para outro espaço após ajudar os necessitados com a ajuda que oferece, como explica no parágrafo final, em forma de discurso

relatado: “‘Somos parte de um grupo de padres meio malucos que, quando está tudo bem, vão embora’, relata. Por ora, não há sinal de trégua. Mas que não venham tratá-lo como herói. ‘Eu infarto’, brinca.”

Portanto, o item *Cenas de cinema* consiste num breve relato histórico que funciona como reiteração da representação positiva criada ao longo de E7, a qual o enunciador visa inculcar na mente do enunciatário.

5.1.6. Notícias do “momento F” – agosto a novembro de 2015

As notícias deste “momento” privilegiam a relação emprego–desemprego. Registram-se os haitianos na condição de empregados, além de nigerianos e senegaleses, e os imigrantes sendo afetados pela onda de desemprego no Brasil, o que é um dos pontos destacados na introdução desta tese como critério orientador da divisão do *corpus* em cinco “momentos”. A propósito, no segundo semestre de 2015, por razões da economia brasileira, um número significativo de trabalhadores foram demitidos de seus empregos, entre eles os haitianos, que se viram motivados a voltar para o Haiti ou a realizar nova migração rumo a outros países, como Chile, Canadá e Estados Unidos.

Aqui há também notícias, por exemplo, sobre agressões físicas e verbais a haitianos em São Paulo e em Navegantes (Santa Catarina). Trata-se de uma questão pertinente da imigração haitiana e da relação entre brasileiros e os imigrantes, o que é uma justificativa para analisar tais notícias.

F1 – *Disparos ferem seis haitianos em São Paulo* (Poder, A14 – 09/08/2015)

Notícia publicada numa página par, página-verso, o que retira a notícia da primeira visão do leitor que folheia o jornal. Além disso, F1 ocupa uma posição de menor destaque na página, numa coluna na lateral, dividindo a página com outra notícia cujo título – *Ex-senador repassou doações da UTC que seriam propina no DF* – é destaca no alto da página em negrito e fonte ampliada. Também recebe maior destaque do que F1 uma peça publicitária, que ocupa mais da metade da página, em cores fortes.

A notícia aparece abaixo da expressão “**Cotidiano** em cima da hora”, o que indica ser o conteúdo noticiado acontecimento recente, uma “notícia quente”. A expressão também contribui para a representação da *Folha* como jornal investigativo, o que ocorre em outras notícias. No entanto, ao lermos o 3º parágrafo – “O caso, divulgado na sexta-feira (7), ocorreu no sábado retrasado (1º)” –, percebemos que a expressão acima é uma falácia, uma

“propaganda enganosa”, pois não se trata de “notícia quente”. Além disso, desfaz a representação da *Folha* como jornal investigativo, pois F1 não foi produzida por meio de investigação jornalística. Aliás, o mesmo conteúdo de F1, muito provavelmente, já fora noticiado em outros veículos de comunicação, digitais, impressos ou radiofônicos.

No título, o enunciador destaca que “disparos ferem haitianos”, mas omite o sujeito agente dos disparos. Essa omissão ocorre também na linha fina – “Imigrantes baleados nas pernas passam bem” –, que acrescenta informações importantes: a parte do corpo atingida e a situação de saúde dos seis haitianos atingidos.

A ideia de agressão implícito no título é nomeada, por subespecificação, como “dois crimes” no 1º parágrafo, em que o enunciador também especifica a linha fina, usando o discurso indireto: “Todos foram baleados abaixo da linha da cintura e não correm risco de morte, segundo a Secretaria Municipal de Saúde”. Complementando as informações da linha fina e do 1º parágrafo, o enunciador destaca no 8º parágrafo: “A secretaria de saúde informa que todos os feridos foram atendidos no Hospital Municipal do Tatuapé, na sexta-feira, para reavaliação”. Aqui, o enunciador, implicitamente, se mostra como quem vai até as fontes para construir a notícia, o que dá à *Folha* o caráter de jornal investigativo.

E especifica no 9º parágrafo sobre a condição dos imigrantes atingidos: “Dos seis haitianos, quatro continuam com balas alojadas no corpo. Eles passarão por novos exames nos próximos dias, para saberem se os projéteis serão retirados.”

Retomando a expressão “dois crimes”, no 2º parágrafo, o enunciador fragmenta seu referente: “Em um dos casos, quatro pessoas ficaram feridas. No outro, mais duas”. É uma referência específica ainda ampla, isto é, marcado por subespecificação. Mas que, em seguida, é recebe outra especificação, retomando novamente “dois crimes”: “Todas as vítimas são homens”.

Uma das questões que surgem a respeito é o motivo dos disparos. O enunciador, usando o discurso indireto, sem precisão, informa no 5º parágrafo: “De acordo com o poder municipal, que acompanha o caso, uma das suspeitas é que o criminoso possa ter agido por xenofobia. Mas testemunhas afirmam que pode ter havido vingança”. A razão de possível vingança é destacada no 6º parágrafo: “Um dos baleados havia impedido o furto de uma bolsa no local dias antes”. Se é esse o motivo dos disparos, podemos considerar que a relação conflituosa entre haitianos e brasileiros, especificamente o que é focalizado em F1, é passageira. Isto é, impedimento de furto de bolsa não ocorre com frequência.

Quanto ao outro possível motivo, o enunciador revela no 7º parágrafo: “Segundo testemunhas, em um dos ataques, o autor passou gritando pela janela do carro que os haitianos

“estavam roubando os empregos dos brasileiros”. Depois sacou uma arma de fogo e fez os disparos contra o grupo.” Trata-se, nesse caso, de xenofobia ou motivação similar, o que indica não ser passageira a relação conflituosa, pois o sentimento xenofóbico, preconceituoso e rejeição perdura no sujeito para além de casos isolados. Ou seja, se esse é o motivo, novas ações de agressão poderão ocorrer, tanto por parte dos mesmos agentes dos disparos, quanto por outros brasileiros.

Ainda no 7º parágrafo, a acusação de que haitianos estão roubando os empregos de brasileiros é uma visão deturpada do acolhimento – quer de ONGs e igrejas, quer de empresários, quer dos governos municipais, estaduais ou federal – dado a esses imigrantes no Brasil. Nesse contexto, o fato de serem homens é um aspecto relevante, pois são esses, na visão de muitos ou alguns brasileiros, que podem tomar as vagas de emprego.

Independente dos motivos, cabe às autoridades competentes repudiar as agressões aos imigrantes. A esse respeito, o enunciador, usando de uma nota emitida pela prefeitura de São Paulo, informa: “A prefeitura, por meio de nota, repudiou os atos e ressaltou o compromisso da gestão em combater toda e qualquer forma de violência e xenofobia na cidade”. O uso dessa nota na construção do parágrafo contribui para a *mistura de gênero* em F1, juntamente com o uso de outros gêneros, por exemplo, a voz da Secretaria Municipal de Saúde no 1º e 8º parágrafo e a voz de testemunhas no 7º parágrafo.

Os disparos ocorreram “nos arredores da igreja do Glicério, tradicional ponto de encontro da comunidade”, como destaca o enunciador no 4º parágrafo, estabelecendo relações interdiscursivas com várias notícias, especialmente, E1, E2, E4, E5 e E7, nas quais se focalizaram a presença dos haitianos e suas relações sociais na região do Glicério.

Essas mesmas relações interdiscursivas são reativadas nos parágrafos finais, 11º ao 13º: “Há mais de um ano, o fluxo de imigrantes do Haiti para o Brasil, principalmente passando pelo Acre, aumentou bastante”, o que estabelece relações também com A1, A4a, B1, C2, C5a, D3a, D4, entre outras notícias. O enunciador destaca: “A maior parte dos viajantes escolhe São Paulo como seu porto seguro”. Aqui, o enunciador expõe para o enunciatário a representação que esses viajantes têm de São Paulo como a cidade em que poderão reconstruir suas vidas. O ponto principal de chegada e acolhida em São Paulo é a paróquia Nossa Senhora da Paz, dirigida pelo padre Paolo Parise, no Glicério, que “recebeu milhares de cidadãos do Haiti nos últimos meses. Muitos deles, agora, trabalham no país.” Vejamos que a conclusão de F1 se dá com referência à paróquia e ao acolhimento dado aos imigrantes, um assunto ao qual o enunciador, coerentemente, dá menor atenção no todo da notícia, pois seu foco são os disparos aos seis haitianos.

F2 – ‘Achei que era uma pedrada’, diz haitiano ferido em São Paulo (Cotidiano, B7 – 11/08/2015)

Esta notícia é publicada em página ímpar, página-anverso, e recebe grande destaque, considerando seu título no alto da página em negrito e fonte ampliada, assim como pela foto ao lado do título. No entanto, mais da metade da página é ocupada por uma peça publicitária, em cores fortes que chamam a atenção do leitor do jornal.

O enunciador constrói o título com a voz de um dos haitianos feridos, em forma de discurso relatado, o que indica que o(s) haitiano(s) enuncia(m) em F2. Do mesmo jeito, a mesma voz é usada em parte da linha fina: “‘todo país tem bandido, afirma vítima’”. Também na linha fina o enunciador usa a voz da prefeitura, em forma de discurso indireto: “Secretaria Municipal de Saúde informou que projéteis eram chumbinho”.

Já no resumo que encabeça a notícia, o enunciador usa, em forma também de discurso indireto, a voz de quem presenciou o ocorrido: “Segundo testemunha, suspeito passou de carro e gritou ‘haitiano’ antes de atirar contra imigrantes no centro” da cidade.

Esta notícia estabelece relações interdiscursivas diretas com F1, pois o sujeito em foco em F2 é um dos seis haitianos agredidos por disparos, como notícia F1. Aliás, destaca o enunciador no 1º parágrafo: “Gregory Deralus, um dos seis haitianos atingidos por balas de chumbinho em São Paulo, disse que não percebeu na hora que tinha sido baleado. ‘No primeiro momento eu achei que era uma pedrada’, afirmou.” Vejamos aqui a voz destacada no título.

O enunciador também destaca em *box*, ao final da notícia, a voz de G. Deralus destacada na linha fina: “Não [tenho], medo [de morarem são Paulo] não. Todo país tem bandido”. Aqui, G. Deralus expressa uma representação negativa de São Paulo e do Brasil. Ainda assim, implicitamente, se mostra, disposto a morar na cidade, pois todo país, na sua visão, tem problemas similares, o que não justificaria uma nova migração.

Em um dos parágrafos o enunciador, mesclando o discurso indireto com o relatado, mostra a posição de G. Deralus sobre a agressão: “O estrangeiro afirma que não sabe se foi vítima de xenofobia. ‘Eu não posso explicar se [a agressão] é porque sou haitiano. Eu não tenho problema com ninguém.’”. Vejamos que, aparentemente, o(s) agressor(es) agiu(ram) contra o(s) haitiano(s) sem motivação clara a todos os envolvidos.

Ao destacar a voz de G. Delarus, no título, linha fina, box e em parágrafos da notícia, o enunciador privilegia sua voz para contar sobre o ocorrido, e não a voz de terceiros, como ocorre em F1. Coerente ao destaque à voz é a foto de G. Delarus ao lado do título, cuja

expressão facial é de susto. A imagem é de “Gregory Deralus após prestar depoimento à polícia [naquela] segunda-feira”, como consta da legenda.

Em F2, além da voz de G. Delarus, o enunciador usa a voz da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, a voz de testemunha, a voz do padre Paolo Parisi e uma nota da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Em conjunto, essas vozes e essa nota configura na notícia uma *mistura de gêneros*, mas de baixo grau, pois são apenas dois gêneros usados.

F3 – Total de refugiados no Brasil dobra em 4 anos (Mundo, A12 – 20/08/2015)

Publicada numa página par, página-verso, F3 divide a página com uma notícia – *Merkel chega com pauta comercial modesta* – e uma peça publicitária produzida em cores. Posicionada na parte baixa da página, F3, sem ilustração, é que recebe menor destaque.

Seu foco são os refugiados, e não os imigrantes haitianos. Apesar disso, o enunciador faz referência a esses, especialmente porque são quantitativamente significativos no Brasil. Aqui, dedicamos atenção apenas aos dois parágrafos em que são referidos: “Haitianos e refugiados africanos foram hostilizados diversas vezes nos últimos meses”. Aqui, de forma sintética, o enunciador faz remissão, por exemplo, às notícias F1 e F2, e, possivelmente, a informações veiculadas noutros textos e noutros jornais.

Também, o enunciador destaca: “Há 45.607 haitianos vivendo no Brasil com residência permanente por motivos humanitários (eles não entram como refugiados)”. Aqui, o enunciador faz uso de uma importante referência quantitativa, mas sem revelar de quem “copia” esse dado. Ao mesmo tempo, especifica porque os haitianos recebem o visto humanitário, o que indica a representação que o enunciador constrói do enunciatário, isto é, um sujeito desconhecedor da concessão desse tipo de visto.

Por fim, também fazendo uso de referência quantitativa sem revelar seu “dono”, destaca: “As solicitações de refúgio pendentes de análise também bateram recorde, chegando a 12.666, e 5.148 foram rejeitadas”. Trata-se de uma informação, provavelmente, fornecida pelo Ministério da Justiça, ator social referido na linha fina, “Segundo Ministério da Justiça, maior contingente é de sírios, que vivem guerra civil”, e em parte da notícia.

Uma consideração a fazer sobre a referência aos haitianos em F3 é que, nesta notícia, eles não são referidos como *refugiados*. O enunciador os refere conforme são também referidos e categorizados pela legislação brasileira. Esse procedimento discursivo é favorável ao enunciatário, que não mais se vê diante de um uso confuso da nomenclatura, como ocorreu em algumas notícias.

F4 – São Paulo terá ‘poupatempo’ para imigrantes, com serviços da PF (Cotidiano, B4 – 05/09/2015)

Publicada numa página par, página-verso, F4 divide a página com outras notícias, ficando em menor destaque por ocupar um dos cantos inferiores, sem ilustração.

O foco de F4 é a instalação do Centro de Integração da Cidadania do Imigrante, no bairro Barra Funda, em São Paulo, onde os estrangeiros poderão solicitar refúgio e documentos, como a cédula de identidade. Esse atendimento é a todos estrangeiros, entre eles, os imigrantes haitianos. O enunciador faz referência a esses no item *Onda de imigração*: “A cidade de São Paulo vive uma onda de imigração. Além de haitianos que procuram recomeçar a vida, a capital paulista também é o destino final de refugiados.”

Vejamos que o foco, mais do que os haitianos, são os refugiados. Ainda assim, identificamos que, com a predicação “procuram recomeçar a vida” o enunciador refere aos haitianos ativando propriedades relativas a uma das razões pelas quais vieram para o Brasil: o sonho de uma vida melhor. Ao mesmo tempo, a predicação revela a representação dos haitianos sobre o Brasil: país em que, possivelmente, conseguiriam trabalho e bom salário, elementos-chaves para recomeçarem a vida.

F5 – Imigrantes mudam rotina e paisagem de Guaianases (Cotidiano, B7 – 20/09/2015)

Publicada numa página ímpar, página-anverso, a notícia divide a página com uma peça publicitária, que atrai a atenção do leitor que folheia o jornal, pois ocupa mais da metade da página e é produzida em cores fortes. Ainda assim, a notícia recebe destaque com o título em negrito e em fonte ampliada, e por se localizar no alto da página. Apesar

O foco de F5 é a presença e fixação de moradia de imigrantes, sobretudo haitianos e nigerianos, no bairro Guaianases, no extremo da zona leste da capital paulista. Aqui, para análise, privilegiamos a presença dos haitianos no bairro, mas como estão em interação social com nigerianos, esses não podem ser ignorados. Coerentemente, em referência a haitianos e nigerianos, o enunciador emprega preferencialmente os termos “estrangeiros” e “imigrantes”. Isto é, não refere a haitianos como “refugiados”, o que ocorre, por exemplo, em D6 e D7.

O conteúdo do título evidencia que os imigrantes já se fixaram no bairro e passaram a compor a população do local. Não são mais imigrantes em deslocamento ou temporariamente abrigados, como ocorre no Glicério, no centro de SP, em que a maior parte dos haitianos que circulam na região estão abrigados no espaço da paróquia Nossa Senhora da Paz, como mostram as notícias E2, E5 e E7, por exemplo.

Na construção do título, o enunciador dá indícios de os imigrantes que vivem em Guaianases serem em grande número, pois foram capazes de mudar a rotina e a paisagem do bairro, o que, também, indica que são vistos frequentemente nas ruas. Na linha fina – “Bairro no extremo da zona leste de São Paulo concentra haitianos e nigerianos” –, o enunciador revela que haitianos e nigerianos em São Paulo moram, em sua maioria, em Guaianases, especialmente em função do uso do verbo “concentrar”.

A foto – no canto superior direito da página, em destaque, portanto –, com a legenda “Imigrantes em rua de Guaianases, no extremo leste de SP”, ilustra a presença de haitianos e nigerianos no bairro, ainda que focalize apenas três imigrantes, num ponto de ônibus.

Considerando a relação intradiscursiva entre título, linha fina e foto, identificamos (como também o enunciatário) que o termo “imigrantes” não se refere a todos os imigrantes, de forma genérica, mas sim aos haitianos e nigerianos, que possuem a pele negra e elementos culturais visíveis que divergem de elementos comuns aos demais moradores do bairro e aos brasileiros em geral. Isto é, a paisagem do bairro se modifica porque alguém, não imigrante e não negro, os observam e os classificam como sujeitos capazes de modificarem a paisagem do lugar.

No resumo que encabeça a notícia, o enunciador revela por que haitianos e nigerianos se concentram em Guaianases: “Informalidade e preços baixos são atrativos para estrangeiros”, cujo conteúdo seria especificado no item *Aluguel e comunidade*. Mas é uma construção linguística que, indiretamente, estabelece comparações de Guaianases com outros bairros da cidade. A concentração em Guaianases provocou mudanças em parte do ambiente linguístico do bairro: “região tem cultos e folhetos em inglês, francês e crioulo” (que é o foco de F6). Trata-se de uma adaptação linguística favorável ao acolhimento.

A primeira parte (8 parágrafos) da notícia é construída especialmente a partir de aspectos culturais de haitianos e nigerianos: a língua, a música, restaurantes típicos, cultos religiosos. Explorando esses aspectos, o enunciador, ao modo de um “observador *in loco*”, focaliza relações socioverbais entre haitianos e nigerianos, que, entre si, usam a língua portuguesa.

Descreve o enunciador no 1º parágrafo: “A haitiana Roselina Joachin, 40, entra em uma LAN house [...] caminha até o caixa”. E prossegue no 2º parágrafo, em forma de discurso relatado: “‘Preciso ligar para minha filha. Ela está chorando, ela está chorando. Deixa eu ligar para minha filhinha’, pede, num português enrolado. ‘Só tenho dois reais’, diz, e mostra as moedas, nervosa”. E complementa no 3º parágrafo: “‘Pode ligar. Se falar três minutos, vai

ficar devendo um real’, responde o nigeriano Victor Chukwuebulka, 31, em português também com forte sotaque, mas muito mais compreensível.”

Relata o “enunciador-observador” no 4º parágrafo: “A cena de um africano e uma haitiana conversando em português é cada vez mais comum por ali.” No entanto, ao apresentar enfaticamente a “cena” – tanto é verdade que a notícia se inicia com essa conversa –, o enunciador dá provas de que esse tipo de interação socioverbal ainda causa estranhamento aos brasileiros que circulam entre os imigrantes.

Identifica-se, no diálogo face a face entre R. Joachin e V. Chukwuebulka, recontextualizado em F5, que o enunciador enfatiza o domínio rudimentar que ambos os interlocutores têm da língua portuguesa. O enunciador, “observador *in loco*” atento à conversa do *outro*, apresenta ao enunciatário a interação entre os imigrantes de forma caricatural.

Nesses primeiros parágrafos, fazendo uso do discurso relatado, o enunciador insere a voz de ambos os interlocutores não a fim de lhes dar voz ou de fazer com que suas vozes ou visões de mundo sejam expressas na notícia e cheguem ao enunciatário, e aos atores sociais que detêm poderes na sociedade. Caso isso ocorresse, a construção linguística de F5 poderia, em última análise, promover mudanças em prol dos imigrantes. Na verdade, o enunciador insere tais vozes a fim de mostrar o conhecimento incipiente que têm da língua majoritária do novo país de morada. Insere tais vozes também para mostrar ao enunciatário como esses imigrantes se comunicam entre si e que se esforçam em falar a língua de comunicação do lugar em que agora se encontram, com a qual poderão – segundo a representação imaginária que constroem do Brasil – ter êxito nas relações sociais e laborais.

De um modo geral, o enunciador cria uma representação de que esses imigrantes são pessoas que se esforçam para se adaptarem ao novo país de morada, apesar de adversidades várias.

No 5º parágrafo, o enunciador estabelece relação interdiscursiva com várias notícias do “momento E”, nas quais o foco são os haitianos abrigados na paróquia Nossa Senhora da Paz ou moradores do Glicério: “Os estrangeiros deixam áreas do centro, aonde chegam primeiro, e vão viver no bairro da periferia em sobradinhos sem reboco”. Aqui, o enunciador usa a expressão “bairro da periferia” em correferência ao nome Guaianases, reclassificando o bairro pela sua propriedade relativa à posição que ocupa no município de São Paulo, mas também pelas suas características de infraestrutura inferior em relação aos bairros centrais e melhores atendidos pelo serviço público em geral. Essa propriedade relativa à infraestrutura parece, de fato, ser ativada, considerando, por exemplo, o complemento “em sobradinhos sem reboco” usado pelo enunciador.

A chegada de haitianos e nigerianos ao bairro Guaianases leva o enunciador a compará-lo com outros bairros de São Paulo, historicamente formados por imigrantes de outras nacionalidades, no 6º parágrafo: “Assim como a Mooca se tornou um reduto de imigrantes italianos, o Bom Retiro, de judeus, e a Liberdade, de orientais, Guaianases – historicamente morada de nordestinos – é hoje o bairro de africanos e haitianos”. Aqui, como em outros parágrafos de F5, o enunciador, tal como grande parte dos brasileiros, usa “africanos”, termo genérico e relativo a toda a África, para referir aos nigerianos, processo cognitivo-referencial que não ocorre em relação aos haitianos, isto é, esses não são referidos como “americanos” ou “centro-americanos”, por exemplo. Ao expor a formação de alguns bairros paulistanos, o enunciador mostra que a capital paulista é uma cidade que se forma dessa maneira, isto é, por imigrações diversas, inclusive de brasileiros de outros lugares, e que, por isso, os demais paulistanos devem aceitar que Guaianases esteja se reconstruindo com a chegada de haitianos e nigerianos.

Nos dois parágrafos finais da primeira parte, o enunciador volta a explorar elementos culturais, linguísticos e não linguísticos, dos imigrantes. “Quem anda pelas ruas estreitas logo nota os estrangeiros: na feira, nas igrejas, na estação de trem. Haitianos falam francês e crioulo. Nigerianos, inglês ou algum dos 250 dialetos do país”. Aqui, 7º parágrafo, o enunciador escolhe a diferença linguística como o elemento pelo qual “quem anda pelas ruas” nota os estrangeiros, objeto da notícia. O enunciador prefere não especificar aspectos relativos à roupa que usam e à cor de pele, por exemplo. Ao fazer essa escolha, o enunciador atua sociodiscursivamente como quem evita usar palavras que indiquem preconceito ao *outro*, isto é, não quer promover qualquer olhar preconceituoso.

No 8º parágrafo, o enunciador lança mão de recursos visuais e auditivos: “A paisagem de Guaianases acompanha a transformação da área em bairro imigrante. Surgem bares de música africana, restaurantes típicos, cultos em inglês e crioulo”. Aqui, o enunciador correlaciona “bairro imigrante” com o surgimento de bares, restaurantes e cultos cuja aparência e sonoridade até então inexistentes. São novos estabelecimentos que mudam a paisagem, reafirmando, a área como “bairro imigrante”.

Como “observador *in loco*”, o enunciador narra o que vê no dia a dia dos imigrantes, criando uma representação positiva de que haitianos e nigerianos convivem em harmonia, sugerindo que, juntos, realizam seus sonhos de uma vida melhor após fugirem das mazelas de seus países. Reiterando essa representação, conclui o enunciador-observador: “Aos sábados, o campo de várzea recebe uma partida de haitianos contra nigerianos.”

O item *Aluguel e comunidade* tem como foco as razões de os imigrantes escolherem Guaianases para morar, quer os “refugiados nigerianos, de seis anos para cá [2015]”, quer os “haitianos que há um ano começaram a ‘invadir’ o bairro”. Com o título do item o enunciador já aponta as duas principais razões: o aluguel mais acessível do que em outros bairros e a boa interação social entre os imigrantes. Isto é, trata-se de duas explicações: uma econômica e outra comportamental.

O uso do verbo “invadir”, ainda que entre aspas, sugere que os haitianos estão ocupando em Guaianases, indevidamente, espaços que não lhes pertence, morando e trabalhando onde *outros* deveriam morar e trabalhar. Nesse sentido, o enunciador cria uma representação negativa dos haitianos moradores do bairro.

Estabelecendo relação intradiscursiva com os primeiros parágrafos de F5, especialmente com a voz de R. Joachim, relata o enunciador: “Alugar uma casa em Guaianases é mais fácil e barato que em outros lugares. Não se exige fiador, seguro ou comprovante de renda”. Como exemplo, o enunciador cita o caso da haitiana R. Joachim, que “pagava R\$ 600 em um quarto no Glicério”; em Guaianases, com os mesmos R\$ 600 aluga uma “casa de dois quartos e cozinha”, dividindo “o aluguel com um amigo e o irmão”. O fato de o aluguel em Guaianases ser mais barato que em outros lugares é uma das características de ser periferia e de sua inferioridade infraestrutural e dos serviços prestados pelos governos municipal e estadual.

Quanto à explicação comportamental, o enunciador destaca, usando de sua “observação *in loco*” e do discurso relatado: “O boca a boca também contribui para o fluxo de imigrantes. ‘Você chega e quer ficar perto de pessoas conhecidas’, conta o haitiano Alcious Jorcely”.

O enunciador reitera a explicação/razão comportamental, usando o discurso indireto mesclado com o relatado: “Segundo Marcelo Haydu, 37, do Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado – Brasil), a interação em Guaianases é ‘sensacional’, mas fato raro na capital. Em albergues de imigrantes, conta, há rixa entre haitianos e africanos”. Aqui, o enunciador emprega a voz de uma ONG que trabalha com os imigrantes, reiterando a representação positiva do bairro Guaianases.

Brasileiros moradores do bairro também expressam a mesma representação. De acordo com o enunciador, “Brasileiros aprovam a chegada dos estrangeiros no bairro.” Para confirmar essa visão, o enunciador cita, em forma de discurso relatado, a voz do pernambucano Pedro Nascimento: “‘Vim de longe, acho que no mundo não deve existir

barreiras””. Trata-se da voz de um brasileiro que confirma o aspecto “comunidade”, parte do título do item.

No entanto, a representação criada até aqui do bairro tem contrapontos, expressos, por exemplo, na voz de A. Jorcely: “A convivência, porém, nem sempre é harmônica. Jorcely diz não gostar muito dali e que contrerrâneos estão sendo roubados. ‘Haitiano gosta de andar com dinheiro’, diz”. Mas trata-se de uma representação negativa do bairro reservada, pelo enunciador, para o parágrafo final de F5, o que indica ser quase desconsiderada. Isto é, o enunciador privilegia na notícia a representação positiva de Guaianases.

Nesta notícia, o enunciador, além da “observação *in loco*”, privilegia a voz dos imigrantes (haitianos e nigerianos) para relatar ao enunciário a realidade do bairro Guaianases, o que dá ao conteúdo noticiado um caráter de fidelidade. Ou seja, tanto na voz do enunciador, quanto na voz dos imigrantes, as referências apresentam-se, de um modo geral, como reais. Com isso, cria-se uma representação real e, predominantemente, positiva do bairro e dos imigrantes que para lá se deslocam.

Ao privilegiar a voz dos imigrantes e ignorar a voz das autoridades políticas – as quais em muitas notícias já analisadas se sobrepõem à voz dos imigrantes –, o enunciador os privilegia como atores sociais capazes de recomeçarem e reconstruírem as próprias vidas no Brasil. Cria-se, assim, uma representação positiva dos imigrantes, haitianos e nigerianos.

Além da foto sobre a qual falamos brevemente, também ilustra F5 um mapa na parte baixa da página, intitulado “Raio-X Guaianases”, que compõe F5 de forma discreta. São informações de Guaianases, em parte, secundárias à questão dos imigrantes focalizados na notícia. Duas informações importantes do bairro são: sua população de 164.512 habitantes (conforme Censo 2010) e seu IDH de 2010 de 0,713, que corresponde à 30ª posição de 32 da cidade. Quanto à população, inferimos que os imigrantes são uma pequena parte. São, sob determinada perspectiva, quantitativamente irrelevantes no contexto de todo o bairro. Quanto ao IDH, inferimos que tais imigrantes se descolaram para um dos pontos mais vulneráveis da capital paulista, onde encontrarão a menor presença do Estado no que tange aos serviços de saúde, educação, segurança, transporte, entre outros, quer os serviços oferecidos pela prefeitura municipal, quer os oferecidos pelos governos estadual e federal. Nesse sentido, a representação positiva do bairro de convivência harmônica entre os imigrantes, criada e exposta ao longo da notícia, pode ser, relativamente, enganosa ou falsa.

Ao final de F5, o enunciador aponta para outras duas notícias na mesma edição jornal, com a expressão “LEIA MAIS nas págs. B8 e B9”. Isto é, o “mesmo” assunto é focalizado em três notícias, que se complementam. No entanto, pelo fato de o objeto de nossa pesquisa ser

os haitianos no Brasil, não analisaremos a notícia da página B8, cujo foco são nigerianos e senegaleses em atuação no comércio de Guaianases, sem fazer qualquer referência aos imigrantes haitianos.

F6 – *Inglês, crioulo e francês são adotados em igrejas locais* (Cotidiano, B9 – 20/09/2015)

O foco principal de F6 são as igrejas no bairro Guaianases voltadas a imigrantes nigerianos, como se destaca no título, linha fina, resumo que encabeça a notícia e na legenda da foto. Apesar disso, há também referência aos haitianos, por exemplo, com “crioulo e francês”, línguas dos haitianos enfatizadas no título. Isto é, “crioulo e francês” são referências que implicam os sujeitos falantes de tais línguas, os haitianos.

Em várias passagens de F6, nigerianos e haitianos parecem receber atenção similar do enunciador, com em: “A chegada principalmente de nigerianos e haitianos movimentou as igrejas evangélicas do distrito da periferia. Congregações tocadas por eles começam a se erguer em alguns pontos”. Aqui, o enunciador destaca ambos os grupos como “empreendedores religiosos” que erguem suas igrejas em pequenos espaços, a fim de receberem e atenderem os compatriotas. Com o uso de “movimentou”, verbo típico da esfera econômico-financeira, o enunciador atribui às “igrejas evangélicas” referidas um caráter de negócio. Trata-se de um caráter fortemente criticado hoje em dia na sociedade brasileira.

Não só os estrangeiros “erguem” igrejas, mas também brasileiros: “Outras igrejas, de brasileiros, estão se adaptando e já fazem cerimônias totalmente em inglês, francês e crioulo”. Aqui, o termo “brasileiros” tem um uso subespecificado. Mas, inferimos do contexto que seu referente são pastores evangélicos, considerando que nigerianos e haitianos se vinculam, sobretudo, às igrejas evangélicas. Implicitamente, o enunciador categoriza os brasileiros/pastores como pessoas também interessadas a agrupar os imigrantes em torno do seu discurso religioso e que, por isso, adaptam as cerimônias ao novo ambiente linguístico, ao mesmo tempo em que o fomenta.

Como forma de disputar e atrair os imigrantes, exemplifica o enunciador a partir de sua “observação *in loco*”: “Pelas ruas, testemunhas de Jeová tentam arrebanhar imigrantes falando a língua deles”, estratégia sociolinguística que ajuda a atrair novos fieis. O uso do verbo “arrebanham”, escolhido pelo enunciador, é coerente à ideia de igreja, que considera, metaforicamente, os fieis como um “rebanho”, aliás, uma metáfora bíblica.

Mais do que falarem a língua do *outro*, nas cerimônias ou nas ruas, os líderes das igrejas preparam materiais impressos nessas línguas – “Folhetos e livros com mensagens

bíblicas agora vêm em inglês e francês” –, intensificando, assim, sua estratégia sociolinguística.

Pastores e outros líderes das igrejas agem estrategicamente, lançando mão de diferentes recursos, como revela, em forma de discurso relatado um desses líderes: “Percebemos que Guaianases tem cada vez mais estrangeiros. Para recebê-los, criamos uma congregação em que todos falam inglês, outra em crioulo e francês”, diz Ronaldo Agostinho, da Congregação Inglesa Leste.” Aqui, a Congregação Inglesa Leste “separa” os nigerianos dos haitianos, no sentido de criar cultos segundo suas línguas, a fim de obter êxito na proposta de “arrebanhar imigrantes”.

Identificamos que, nessa notícia, a referência aos haitianos ocorre vinculada às línguas que usam, crioulo e francês, e não por suas manifestações religiosas ou outras. Isso podemos identificar no título e nos parágrafos em que há referência a eles ou a suas línguas. No 5º parágrafo, ocorrem “A chegada principalmente de nigerianos e haitianos”, em que o elemento “haitianos” é coqualificador do nome-núcleo “chegada”, e “eles”, em referência tanto a haitianos quanto a nigerianos.

No 6º parágrafo, ocorre “francês e crioulo”, em referência às línguas dos haitianos, o que implica ativar interpretação na referencial os falantes dessas línguas.

No 7º parágrafo, ocorrem “imigrantes”, em referência tanto a haitianos quanto a nigerianos, e “francês”, em referência à língua oficial e de ensino do Haiti e, portanto, em princípio, falada pelos haitianos.

No 8º parágrafo, ocorrem “estrangeiros”, em referência tanto a haitianos quanto a nigerianos, e “francês e crioulo”, em referência similar à que ocorre no 6º parágrafo.

O uso dessas expressões referenciais evidencia a restrição com que os haitianos são referidos e categorizados na notícia F6, recebendo, portanto, pouca atenção do enunciador. Diferente ocorre com relação aos nigerianos. Diante disso é que consideramos F6 uma notícia predominantemente sobre os nigerianos.

As indicações são de que, à medida que os haitianos chegaram a São Paulo – independentemente se foram enviados pelo governo acreano –, eles se misturaram com nigerianos, a ponto de esses passarem a receber maior atenção discursiva do que os haitianos. Isso podemos notar especialmente em F5 e F6. Podemos atribuir essa atenção discursiva à capacidade de empreender dos nigerianos, o que pode implicar que eles, em geral, cheguem ao Brasil com mais dinheiro do que os haitianos.

F7 – *Desemprego faz imigrantes regressarem a seus países* (Primeira página – 11/10/2015)

Trata-se de uma “chamada” sem ilustração das notícias F8 e F9, publicada na primeira página. Em comparação com as demais notícias da página, o grau de importância de F7 é médio, levando em conta, por exemplo, tamanho da fonte dos títulos, ilustração e distribuição das notícias na página.

O foco de F7 é a crise econômica – real ou discursivamente criada por grande parte da imprensa – vivida no Brasil em 2015, que provocou desemprego. Entre os imigrantes, um dos grupos afetados são os haitianos, que “começaram a voltar a seus países ou buscar outros destinos, como o Canadá e os Estados Unidos”. Fazendo uso de referência quantitativa, destaca o enunciador em referência ao desemprego: “só o setor da construção civil fechou 385 mil vagas formais nos últimos 12 meses. Entidades que apoiam estrangeiros dizem que os contratados neste ano [2015] serão um terço dos de 2014”. Essas informações, especialmente por se tratar de uma “chamada”, serão especificadas em F8 e F9.

F8 – *Desemprego inverte a rota de imigrantes* (Mercado, A17 – 11/10/2015)

Publicada no alto da primeira página do Caderno Mercado, numa página ímpar, página-anverso, a notícia, com título em negrito e fonte ampliada, recebe grande destaque. Ela divide a página com uma peça publicitária, que também recebe destaque, pois ocupa metade da página, espaço maior que o da notícia.

No título, com o verbo “inverte”, o enunciador indica que os imigrantes se deslocavam em certa direção e “decidem” tomar rumo contrário, cujo motivo é subespecificado no título. O motivo para tal decisão é especificado na linha fina – “Maior procura de vaga por parte de brasileiros eleva concorrência e já faz estrangeiros voltarem a seu país natal” –, embora essa especificação talvez seja apenas uma parte do motivo. Também, é na linha fina que o enunciador explicita o foco da notícia.

No que tange à referenciação, o enunciado “não consegue enviar nada para a família, principalmente depois que o dólar disparou” exige do enunciatário ativar conhecimentos de mundo relativos ao câmbio do dólar no Brasil e que o envio de remessas para o exterior submete-se à taxa da moeda estadunidense. Isto é, com a alta do dólar – que, em janeiro de 2015, estava na casa de R\$ 2,60, no dia 1º de outubro do mesmo ano chegou a R\$ 4,00 –, se em janeiro, com R\$ 500,00, por exemplo, os haitianos poderiam fazer chegar a seus familiares cerca de US\$ 192,00, ou, em outubro, com os mesmos R\$ 500,00, eles faziam chegar ao Haiti apenas US\$ 125,00. Isto é, com a alta do dólar se tornou mais difícil pagar as dívidas contraídas para a viagem (como expusemos no capítulo 1) ou ajudar a família no Haiti.

Na linha fina, o enunciador explicita que “a inversão da rota” (nominalização da expressão “inverte a rota” do título) dos imigrantes é “voltarem a seu país natal”, e o motivo para tanto é o fato de passar a existir “Maior procura de vaga por parte de brasileiros”, a qual “eleva concorrência” pela oferta de trabalho. Há, aqui, subespecificação do termo “vaga”, que pode ser preenchida por inferências contextuais, isto é, sabe-se que os imigrantes estão no Brasil em busca de uma vaga de trabalho. E o uso de “Maior procura de vaga por parte de brasileiros” pressupõe que esses estão ficando desempregados, daí o termo “Desemprego” do título refere-se ao “desemprego de brasileiros”. Ou seja, o desemprego de brasileiros provocou a inversão de rota dos imigrantes, a volta a seu país natal.

Mas o desemprego não é apenas de brasileiros, e sim também de imigrantes, como sugere o resumo que encabeça a notícia: “Entidades dizem que número de contratados em SP neste ano será cerca de um terço do que foi no ano passado”. Aqui, há subespecificação no uso da expressão “número de contratados em SP”, que pode referir tanto a apenas brasileiros ou apenas imigrantes, quanto aos dois grupos conjuntamente. Sua identificação referencial se dará por inferências prospectivas, lendo F8. Há também subespecificação no uso do termo “Entidades”, cuja referência será especificada ao longo da notícia.

Vemos, portanto, que, no título, linha fina e resumo, concentram-se questões de ordem da referenciação relevantes. Trata-se de um trabalho cognitivo que cabe ao enunciatário realizar com êxito para que a notícia – como texto de um evento social que é –, cumpra a prática social a ela conferida pelo enunciador, dentro da estrutura social do jornalismo.

No 1º parágrafo também há questões de ordem da referenciação relevantes. O enunciador “repete”, especificando, o que havia referido no título e na linha fina, e também acrescentando informações referenciais. Por exemplo, a expressão “A situação econômica” (no 1º parágrafo) se soma a “Maior procura de vaga por parte de brasileiros” como causa da “elevação da concorrência” e da “inversão da rota dos imigrantes”. O termo “imigrantes” usado no título são “imigrantes que tentavam refazer a vida no Brasil” usado no 1º parágrafo. Esses imigrantes, diferente do que foi explicitado na linha fina, não apenas começaram “a voltar a seus países”, mas também a “procurar outros destinos, como Canadá e EUA”. Ou seja, o 1º parágrafo se soma às partes anteriores no sentido de explicar ao enunciatário as questões-chave do gênero notícia: o que, quem, onde, quando, como.

O fato de os imigrantes começarem a voltar a seus países ou a migrarem para outros devido à diminuição da oferta de trabalho é a prova cabal de que o objetivo primeiro de migrarem para o Brasil é a busca por trabalho.

O título pode ser entendido como fato. Mas ele tem algo de opinativo, e assim parece ser tratado pelo enunciador ao longo da notícia, na qual, a exemplo de D1, D3a D8, E3 e E6b, são importantes as referências quantitativas, especialmente “copiadas” de instituições consideradas confiáveis pelo enunciador. Esse caráter de confiabilidade indica a criação de uma representação positiva das instituições. Entre o título e essas referências existe a relação típica de opinião–argumentos. Isto é, o enunciador usa tais referências como uma espécie de argumento de autoridade a fim de sustentar que os imigrantes inverteram sua rota.

Tais referências compõem vários parágrafos, permeando toda a notícia. Destacamos essas referências em negrito a seguir. Por exemplo, no 2º parágrafo, “**Dados da Missão Paz de São Paulo** [...] mostram que neste ano, até setembro, havia **1.239 contratados**, número **68%** menor que o do período em 2014.”

No 3º parágrafo: “Nas feiras que reúnem empregadores, às terças e quintas, **o número de postos oferecidos** despencou. O padre Paolo Parise, que dirige o Centro de Estudos Migratórios, diz que neste ano **o número de contratados** deve chegar a **30%** dos de 2014”. A referência aqui aos dias da semana em que ocorrem as feiras é uma informação dada também no item *Rei do Glicério* de E2 e em E6b.

No 4º parágrafo: “**Grande parte dos entrevistados**, com destaque para haitianos e africanos, buscou um lugar na construção civil, um setor que nos últimos 12 meses fechou **385 mil vagas formais, mais de um terço** de todos os empregos encerrados no país no mesmo período, segundo **dados do Caged**.”

No 11º parágrafo: “em 2010, [...] o PIB do Brasil crescia **7,6%** e o desemprego era **6,7%** pela pesquisa PME do IBGE, que abrange as seis principais regiões metropolitanas.”

No 12º parágrafo: “Cinco anos depois, o desemprego foi de **7,6%** em agosto (**dado mais recente da mesma pesquisa**) e o PIB deve cair **3%**.”

No 13º parágrafo: “Estrangeiros qualificados também são afetados, diz Rene Ramos, sócio da empresa de imigração corporativa Emdoc. Com **mais brasileiros sem vaga**, empregadores hesitam antes de contratar um europeu, afirma ele.”

No 14º parágrafo: “Segundo **dados da Rais**, do Ministério do Trabalho, a contratação de estrangeiros, que chegou a crescer cerca de **20%** entre os finais de 2012 e 2013, ficou praticamente estável em 2014. **Os dados para este ano** só serão divulgados no ano que vem.”

Percebemos que não só as referências quantitativas são usadas como argumentos para sustentar a “opinião do título”, mas também as vozes das instituições “fornecedoras” desses dados. A importância dessas instituições é explicitada no resumo que encabeça a notícia, em que o enunciador as refere como “Entidades”, termo de referência subespecificada, que é

especificada ao longo da notícia. São elas: “Missão Paz de São Paulo”; “O padre Paolo Parisi, que dirige o Centro de Estudos Migratórios”; Ministério do Trabalho, responsável pela “Caged” e pela “Rais”; e o “IBGE”.

Além dessas instituições, vozes de outros atores sociais são igualmente importantes na construção da notícia, a saber: “O eletricitista haitiano Pierre”, no 5º parágrafo; “o soldador Joseph Levitique”, no 6º parágrafo; “Marcelo Haydu, um dos fundadores do Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado)”, no 8º parágrafo; “O haitiano Charles Macantonie”, no 9º parágrafo; “o senegalês Pape Embaye”, no 10º parágrafo; e “Rene Ramos, sócio da empresa de imigração corporativa Emdoc”, no 13º parágrafo.

Nessas vozes de instituições e atores sociais, às vezes outros atores são referidos com relevância, por exemplo, “Grande parte dos entrevistados, com destaque para haitianos e africanos”, no 4º parágrafo; “Mesmo os que estão empregados”, no 6º parágrafo

O enunciador não cita apenas instituições e pessoas como argumentos, mas também documentos, a saber: “Caged”; “pesquisa do PME do IBGE”, que pressupõe publicação de um relatório, que fora consultado pelo enunciador; e “Rais, do Ministério do Trabalho”. Isto é, há em F8 recontextualização desses documentos.

Os diferentes discursos que o enunciador “copia” de diferentes atores sociais apontam para uma *mistura de gêneros* em F8. A saber: entrevistas, depoimentos e falas da ideologia do cotidiano ou de esferas sociais. Podemos enumerá-los: “Dados da Missão Paz de São Paulo”, “o padre Paolo Parise [...] diz”, “dados do Caged”, “diz Marcelo Haydu”, “haitiano Charles Macantonie [...] diz”, “afirma o senegalês Pape Embaye”, “pesquisa do PME do IBGE”, “diz Rene Ramos, sócio da empresa de imigração corporativa Emdoc” e “dados da Rais, do Ministério do Trabalho”,

Ainda quanto à referenciação, o enunciador dispensa a especificação das siglas Caged, PIB, PME, IBGE e Rais, isto é, não fornece seus significados por extenso, mas faz diferente com o nome “Adus” ou “Missão Paz”. Isso mostra que o enunciador pressupõe que as primeiras são conhecidas do enunciatário, enquanto as últimas são desconhecidas. Tal como em F8, “Adus” é especificada em F5 e “Missão Paz”, especificada em E5, E6b e E7, por exemplo.

Quanto à foto, ela explicita a procura por trabalho dos imigrantes, como destaca sua legenda: “Imigrantes consultam vagas e aguardam por entrevista de emprego na Missão Paz, na região do Glicério, centro de SP”. Seu conteúdo reitera a condição de desempregados de parte dos haitianos, exposta na parte linguística de F8.

F9 – Estrutura de apoio dá fôlego a refugiados (Mercado, A19 – 11/10/2015)

Essa notícia recebe destaque por ocupar quase metade da página e ser publicada no alto de uma página ímpar, com título em negrito e fonte ampliada, e duas fotos. Seu foco é a relação da diminuição da oferta de trabalho com a oferta de cursos aos imigrantes, a fim de ajudá-los a se inserem no mercado de trabalho.

Embora em F9 os imigrantes refugiados tenham maior destaque do que os haitianos, sua análise nos ajuda a compreender tanto o tratamento discursivo dedicado a esses nas notícias do *corpus* como sua realidade em relação ao desemprego, fenômeno vivido no Brasil em 2015 e referido em várias notícias do ‘momento F’.

O enunciador constrói o título usando mais de um caso de subespecificação referencial. São as expressões “Estrutura de apoio” e “fôlego”, que serão especificadas pelo nome “instituições” e o verbo “qualificam” na linha fina – “Instituições qualificam para mercado de trabalho, mas falta de vagas também já começa a afetar colocação” –, assim como pelo nome “Casa de Passagem Terra Nova” no 1º parágrafo e “cursos técnicos e aulas de português” no 2º parágrafo. Por relações intradiscursivas (especialmente de ordem inferencial), identificamos que a “estrutura de apoio” são os cursos e aulas oferecidos pelas “instituições” e que “fôlego” é uma metáfora da qualificação contida no verbo “qualificam”.

No processo emprego–desemprego, mais forte do que a “estrutura de apoio” e a qualificação recebida pelos imigrantes são os fatores econômicos. Isso fica evidente com a construção linguística escolhida pelo enunciador: “mas falta de vagas também já começa a afetar colocação” na linha fina e “Imigrantes econômicos, porém, não conseguem progredir” no resumo que encabeça a notícia. Ou seja, as conjunções adversativas “mas” e “porém” tornam a predicação posposta preponderante na realidade vivida pelos imigrantes.

Outro caso de subespecificação no título é o termo “refugiados”, que envolve, equivocadamente, também os haitianos. Por isso, no lugar de “refugiados” deveria usar “imigrantes” ou “estrangeiros”. Essa mudança se justifica, pois, considerando a construção da notícia, o enunciador deixa de referir aos haitianos como “refugiados”.

Essa notícia dialoga de forma direta com F8 – aliás, é F9 considerada continuação de F8 –, especialmente pela construção do 1º parágrafo, em que se estabelece implicitamente comparação entre refugiados e haitianos: “A situação do imigrante que busca emprego é um pouco melhor para os refugiados, que saem de seus países em razão de alguma violação de direitos”. Aqui, a segunda parte do enunciado é uma explicação do termo “refugiados”, com a qual o enunciador expõe a representação que tem do enunciatário, de sujeito desconhecedor da terminologia relativa à migração humana em geral.

Para sustentar que os refugiados estão numa situação melhor, o enunciador usa, em forma de discurso indireto, a voz de José Roberto Mariano, coordenador da Casa de Passagem Terra Nova, que “diz que ainda não sente resistência para inserir esses estrangeiros [refugiados] no mercado de trabalho”. No entanto, o enunciador mostra, por exemplificação, que a realidade é outra. Por exemplo, “a angolana Nsukaa Paulina, 45, refugiada política que chegou ao Brasil em maio, não conseguiu emprego mesmo após várias entrevistas.”

Consonante à voz de N. Paulina, o enunciador privilegia também uma voz conflitante à de J. R. Mariano, já destacada, embora por subespecificação, no resumo que encabeça a notícia: “para professora, é falso dizer que Brasil é acolhedor”. Essa voz será especificada no 3º parágrafo: “Para a professora Zilda Iokoi, do Diversitas (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos), da USP, a ideia do Brasil como acolhedor para imigrantes – independentemente do motivo que os tenha levado a imigrar – é falsa. ‘Só se cria uma aura em torno dos imigrantes se eles têm ascensão social.’”. Trata-se de uma voz que se caracteriza como argumento de autoridade, no sentido de conferir uma visão crítica ao discurso de que os imigrantes são bem recebidos no Brasil. Assim, as ajudas que recebem são paliativas e não permitem à maioria deles reconstruir suas vidas.

No item *Esperança*, ao qual se vincula uma das fotos de F9, focaliza-se a camaronesa Nyukang Mirabel Bejacha, que pertence ao grupo de refugiados. Por causa dessa classificação, não analisaremos esse item.

O item *Abatimento* tem como foco o sentimento do haitiano Vilner Guervil, de 44 anos, de abatimento e vontade de deixar o país. Ele havia chegado ao Brasil há um ano e dois meses e naquele momento estava desempregado. Segundo o enunciador, “Guervil foi uma das pessoas atingidas por tiros no início de agosto, enquanto estava em um cyber café, na região central de São Paulo, quando um atirador em um carro atacou imigrantes”. Trata-se de um breve relato que estabelece relações interdiscursivas com F1 e F2, embora nessas notícias não se usa o nome de V. Guervil. Ao fazer esse relato, o enunciador recontextualiza em F9 partes de F1 e F2, de modo o discurso jornalístico ser fonte para o próprio discurso jornalístico.

O sentimento de abatimento explicitado no título decorre da agressão recebida e do fato de estar desempregado, como informa o enunciador, em forma de discurso indireto e discurso relatado, recontextualizando a voz de V. Guervil: “Abatido, ele, que continua com a bala alojada no quadril, conta que a soma da aversão a estrangeiros com a falta de oportunidades profissionais alimenta a vontade de deixar o país. ‘Quero ir para a Guiana Francesa ou qualquer outro local’, diz”. Decididamente, V. Guervil quer deixar o Brasil, independente para qual país vá. Ao contrário da representação imaginária de o Brasil ser um

país acolhedor onde poderia – como revelam vários haitianos noutras notícias – realizar o sonho de refazer a vida, V. Guervil sentiu no corpo a aversão de brasileiros a imigrantes negros, pobres, desconhecedores da língua portuguesa e, em geral, de baixa escolaridade. Uma aversão que se soma ao desemprego, que os tornam sem condições de pagarem aluguel e dependentes de compatriotas ou instituições que os acolham para além da ajuda inicial. No aspecto do desemprego, o caso de V. Guervil exemplifica, em parte, o que fora noticiado em F7 e F8, estabelecendo relações interdiscursivas com essas notícias.

Acima, com a predicação “continua com a bala alojada no quadril”, o enunciador estabelece relação interdiscursiva com F1, em que se noticiou, naquele contexto, que, dos seis haitianos atingidos, quatro continuavam com balas alojadas no corpo e passariam por novos exames nos dias subsequentes, para saberem se os projéteis seriam retirados. Um desses haitianos é V. Guervil, embora não tenha sido referido como tal em F1.

Liga-se diretamente ao item *Abatimento* a foto maior de F9, que mostra V. Guervil em frente da igreja/paróquia que abriga os imigrantes em São Paulo. Sua expressão facial revela o sentimento de abatimento decorrente da agressão e do desemprego, apesar de seu olhar direto para a câmara mostrar firmeza e altivez. A cruz na parede às suas costas simboliza, coerentemente, as dificuldades e rejeição vividas por V. Guervil. São “pesos de uma cruz” encontrados no contexto brasileiro de um pseudo-acolhimento. Por ironia, essa representação ocorre em frente da igreja Nossa Senhora da Paz, onde o padre P. Parise e sua equipe acolhem os imigrantes e amenizam seus sofrimentos, procurando dar suporte e direcionamento no mercado de trabalho, como mostram, por exemplo, as notícias E5, E7 e E8.

Sua legenda – “O haitiano Vilner Guervil, desempregado há 4 meses” – revela que o sonho de recomeçar a vida no Brasil se tornou irreal com crescimento do desemprego no país. Isto é, a representação imaginária que houvera criado do Brasil não se tornou real. Ao mesmo tempo, criou-se na mente de V. Guervil – e de tantos outros haitianos – a representação real de um país cujo povo é preconceituoso e rejeita imigrantes negros, pobres, desconhecedores da língua portuguesa e de baixa escolaridade.

Voltando à voz da professora Zilda Iokoi, do Diversitas, percebemos que a realidade vivida no Brasil pela angolana N. Paulina e o haitiano V. Guervil são fatos concretos e, portanto, fortes, que sustentam a voz opinativa e de avaliação da professora, explicitada no resumo que encabeça a notícia e no 3º parágrafo. Isto é, a voz da professora é mais forte do que a voz de J. R. Mariano, coordenador da Casa de Passagem Terra Nova. E o enunciador se mostra interessado em enfatizar a voz preponderante, haja vista o box com a voz de Zilda Iokoi: “só se cria uma aura em torno dos imigrantes se eles têm ascensão social”. Vejamos

que nem N. Paulina nem V. Guervil obtiveram essa ascensão, embora a tenham buscado, com sua vontade, seu trabalho, suas forças físicas e, podemos dizer, psicológicas.

F10 – *Mercado formal adiciona imigrantes em 2015* (Mercado, A18 – 16/10/2015)

Publicada numa página par, página-verso, F10 recebe destaque entre as demais notícias que compõem a página, pois é publicada no alto da página e tem o título em negrito, com fonte em tamanho médio. O foco de F10 é o salto positivo de imigrantes, contratados no mercado formal em 2015, entre os quais haitianos e senegaleses são o maior número.

O enunciador, no título, faz referência, por subespecificação, aos sujeitos sobre os quais noticiará: trabalhadores, naturais de diferentes países, e empregadores que empregar trabalhadores mediante registro formal. Com “Mercado formal”, o enunciador exclui de F10 empregadores e imigrantes que atuam no mercado informal (sem registro), realizando, assim, uma referência restritiva, porque inclui um grupo de sujeito e exclui outro, segundo o tipo de vínculo empregatício existente entre eles. Com “imigrantes”, o enunciador refere a todo imigrante, por exemplo, os refugiados, realizando, assim, uma referência ampla/genérica.

Dados quantitativos são referências importantes na construção da notícia, como destaca o enunciador no 1º parágrafo: “O saldo de contratações de estrangeiros no mercado formal de trabalho foi positivo em 8.165 vagas no primeiro semestre deste ano, de acordo com levantamento feito pelo OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais, da UnB).” Aqui, o enunciador enfatiza de quem ele “copia” tais dados, pois quanto mais séria e confiável parecer para o enunciatário a instituição³⁰⁹ fornecedora dos dados, mais credibilidade terá o discurso que se constrói com a notícia, isto é, mais verdadeiro e convincente será o conteúdo noticiado. Ao usar UnB, o enunciador pressupõe que o enunciatário saiba seu significado, isto é, revela que tem uma representação imaginária de um cidadão familiarizado com o tal sigla. Ao contrário, revela o enunciador sobre a sigla OBMigra.

A expressão “saldo de contratações” é especificada no 2º parágrafo, caracterizando-se como “prova” de que, de fato, ocorreu o preenchimento de 8.165 vagas: “foram 11.011 admissões e 2.846 demissões de trabalhadores de outras nacionalidades”, dados também “copiados” do levantamento do OBMigra.

³⁰⁹ O OBMigra – abrigado no Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI) – foi instituído a partir de um termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), e a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da mesma universidade, segundo informações disponível em <<http://www.ceppac.unb.br/laboratorios/laemi>>. Acesso em: 02 maio 2016.

Numa espécie de explicação desses dados, o enunciador usa, no 2º, 3º e 4º parágrafos, a voz de Leonardo Cavalcanti, o coordenador do centro de estudos ao qual se vincula o OBMigra, mesclando o uso do discurso relatado com o do discurso indireto:

- a) “Haitianos e senegaleses são os mais numerosos”, entre os admitidos e demitidos;
- b) “As contratações aconteceram principalmente no Sul do país, onde a taxa de desemprego é mais baixa do que em outras regiões.”;
- c) “A maioria dos estrangeiros encontra vagas no fim da cadeia produtiva de agronegócios, especialmente em frigoríficos e no abate de aves e suínos”.

Ao citar dados do levantamento do OBMigra e a voz do coordenador do centro de estudos, inclusive mencionando seu vínculo com a Universidade de Brasília (UnB), o enunciador cria uma representação de que OBMigra e coordenador são atores sociais que atuam socialmente de forma confiável, agindo de modo a incutir essa representação na mente do enunciatário, que poderá ou não aceitar tal inculcação.

Após analisarmos o discurso construído em F10 com esses dados quantitativos e a voz de L. Cavalcanti, o título da notícia passa a ser lido de um modo um pouco diferente. Ele ganha um caráter opinativo, como se o enunciador estivesse expressando um ponto de vista que necessitasse ser provado com argumentos ao enunciatário, sem, porém, transformar a notícia em texto opinativo.

Reiterando essa relação entre título e “argumentos”, o enunciador usa a voz empresarial, que se soma à voz de L. Cavalcanti e aos dados quantitativos. Assim, criando um diálogo intradiscursivo explícito, destaca o enunciador em forma de discurso indireto: “Esse setor ainda cresce porque cerca de um terço da produção é exportada, diz Francisco Turra, presidente-executivo da Associação Brasileira de Proteína Animal”. Aqui, o termo “Esse setor” retoma “fim da cadeia produtiva de agronegócios, especialmente em frigoríficos e no abate de aves e suínos”, recontextualização da voz de L. Cavalcanti em forma de discurso indireto. Vejamos que, segundo a voz de F. Turra, o desemprego noticiado, por exemplo, em F7, F8 e F9 não foi maior porque parte da produção brasileira é exportada. Isto é, F10 estabelece relação interdiscursiva e recontextualiza partes dessas notícias no sentido de justificar, em parte, a oferta de trabalho que se contrapõe às demissões de imigrantes.

Num breve relato histórico, o enunciador especifica algo mais da atividade laboral dos imigrantes, no 6º parágrafo: “Os migrantes começaram a ser empregados há quatro anos, exercendo as atividades no ‘pisso de fábrica’ dos abatedouros, afirma [Turra].” Aqui, é o relato histórico como parte da notícia, realizando, assim, a *mistura de gêneros*.

Outra voz empresarial importante na construção da notícia é a de Ciliomar Tortola, inserida no 7º parágrafo em forma de discurso indireto: “O tempo de adaptação à rotina do trabalho é igual ao dos brasileiros, diz Ciliomar Tortola, diretor do grupo GT-Foods, um conglomerado especializado em carne de aves.” Aqui, ao revelar a avaliação de que haitianos e brasileiros possuem a mesma característica de adaptação à rotina de trabalho, o enunciador revela que C. Tortola agrupa-os sob a mesma categoria. Essa semelhança, porém, sob um olhar crítico, é apenas um ponto de vista usado na construção da notícia, sem necessariamente corresponder ao real ponto de vista de C. Tortola. Ao mesmo tempo, o enunciador, juntamente com C. Tortola, cria uma representação positiva dos trabalhadores haitianos, o que pode levar outros empresários a contratá-los. Nesse sentido, o enunciador atua tanto a favor do grupo GT-Foods quanto dos haitianos em geral, na perspectiva de que estarem empregados sempre lhes é positivo, independente do salário recebido. Também, com a especificação “um conglomerado especializado em carne de aves”, o enunciador mostra a representação que tem do enunciatário: sujeito desconhecedor do que seja o grupo GT-Foods.

Retomando “grupo GT-Foods” com o termo “empresa”, o enunciador especifica no 8º parágrafo informações relativas à contratação dos imigrantes. Para tanto, usa especialmente referências quantitativas: “A empresa, que faturou R\$ 1,4 bilhão em 2014, emprega 605 trabalhadores haitianos, que representam 6,4% de um quadro de funcionários de 9.500 pessoas”. Ao destacar a quantidade de trabalhadores haitianos contratados pelo grupo GT-Foods, o enunciador atua discursivamente a favor do grupo e se mostra a seu serviço, especialmente no sentido de mostrar ao enunciatário que se trata de uma empresa que acolhe os imigrantes e contribui de forma direta para a reconstrução de suas vidas no Brasil. Isto é, o enunciador cria uma representação positiva da empresa e contribui para que ela seja inculcada na mente do enunciatário.

Fazendo referência indiretamente aos trabalhadores brasileiros, de sua região em especial, C. Tortola destaca sobre os haitianos no 9º parágrafo: ““Nós os contratamos por falta de mão de obra nacional, mesmo.””. Ou seja, os haitianos são contratados para preencher o vazio que há de mão de obra brasileira. Prossegue C. Tortola avaliando-os: ““Os haitianos saíram de uma situação precária e, ao conseguir uma oportunidade em uma empresa, se dedicam bastante. Não estão aqui para brincar, mas para trabalhar e sobreviver.””. Aqui, C. Tortola revela por que, de fato, contratar os imigrantes: porque dedicam todas as suas forças ao trabalho e produzem muito. Simultaneamente, avalia, de forma implícita, os trabalhadores brasileiros: sujeitos que “brincam” no trabalho e produzem pouco. Na voz de C. Tortola, há uma representação positiva dos haitianos e uma representação negativa dos brasileiros.

Ao mesmo tempo, a voz de C. Tortola, recontextualizada em F10, permite ao enunciatário classificar C. Tortola e o grupo GT-Foods como atores sociais que exploram os empregados e se beneficiam indevidamente, embora de forma legal, dos haitianos e de sua vulnerabilidade, aproveitando da “situação precária” de que saíram e em que se mantêm no Brasil. Trata-se, na verdade, de uma representação negativa de C. Tortola e do grupo GT-Foods, que poderá ter sido incutida na mente do enunciatário.

Os dados quantitativos destacados a partir da voz de L. Cavalcanti são também destacados no gráfico que compõe a notícia, intitulado *Carteira assinada Contratação de estrangeiros*, cuja fonte é o OBMigra, ao qual se vincula L. Cavalcanti. Esses dados contribuem diretamente para o enunciador criar a representação de que, no Brasil, empresas e empresários, de fato, acolhem e empregam os imigrantes, especialmente haitianos e senegaleses, como revela a voz L. Cavalcanti na parte linguística de F10. Quanto às demissões ocorridas nos períodos – ano de 2014 e primeiro semestre de 2015 –, elas são representadas como parte da relação emprego–desemprego, processo socialmente tido como natural ao meio empresarial. Em nenhuma passagem de F10, o enunciador sugere que tais demissões foram demais ou são problema na vida dos imigrantes no Brasil. Essa visão de que as demissões são algo natural contribui para a representação positiva das empresas e empresários citados na notícia, e para as empresas em geral, contrapondo-se à representação negativa de C. Tortola e do grupo GT-Foods identificada anteriormente.

Mais uma vez como forma de reiterar essa representação positiva, destaca-se no gráfico: “Total no mercado formal no fim do 1º sem. 2015: 164.147” estrangeiros empregados com carteira assinada.

Por fim, em diálogo com F7, F8 e F9, nas quais se enfatizam o desemprego e a falta de oferta de trabalho, o foco de F10 se contrapõe às notícias anteriores.

F11 – *Haitiano morre após ser atacado por grupo em Santa Catarina* (Cotidiano, B4 – 21/10/2015)

Publicada numa página par, página-verso, F11 divide a página com outras quatro notícias e é uma das notícias que recebe menor destaque. Seu foco é a morte de um haitiano em Navegantes (SC).

No 1º parágrafo, o enunciador informa o conteúdo principal de F11: “O haitiano Fetiere Sterlin, 33, que morava em Navegantes (a 78 km de Florianópolis), morreu após ser atacado no sábado (17)”. Aqui, com a predicação “a 78 km de Florianópolis”, inserida entre

parênteses, o enunciador revela a representação que tem do enunciatário, sujeito que desconhece a distância entre as duas cidades.

No 2º parágrafo, o enunciador especifica como morreu F. Sterlin: “Ele foi espancado com pedaços de ferro e levou dezenas de facadas no peito.”

Também especificando as condições da morte de F. Sterlin, o enunciador revela no 3º parágrafo: “Os agressores teriam chamado Sterlin de “macici” (homossexual, em crioulo). O grupo ainda levou o celular da vítima.” E mesclando o uso do discurso relatado com o indireto, o enunciador especifica ainda mais as condições da morte, no 4º parágrafo: “Para a Associação de Haitianos de Navegantes, trata-se de um crime de ódio. ‘Macici é a única palavra que eles [brasileiros] aprendem’, diz João Edson Fagundes, diretor da associação. Ele afirma que o grupo que atacou Sterlin era composto por dez jovens entre 16 e 19 anos. Ninguém foi preso ainda.”

Observamos que o enunciador, à medida que constrói a F11, torna cada vez mais específica a referência à morte de F. Sterlin, no sentido de direcionar a causa para o crime de ódio, preconceito e xenofobia. Com isso, o enunciador cria uma representação negativa dos agressores, não só por terem matado uma pessoa, ou um imigrante haitiano, mas também pelas razões da morte, aparentemente não ser outra, senão o ódio e o preconceito.

O enunciador conclui a notícia sobre a companheira do haitiano morto: “Sterlin estava com a sua companheira, a brasileira Vanessa Nery Pantoja, 27, que conta ter sido atacada por apenas um dos agressores.”

Ao longo da notícia, fica evidente que foi o grupo “composto por dez jovens entre 16 e 19 anos” é que matou F. Sterlin. No entanto, esses não são referidos como assassinos, e sim como “agressores”, tanto na voz do enunciador, quanto na voz de V. N. Pantoja, ou como “o grupo que atacou”, na voz de J. E. Fagundes. Com a referenciação empregada, o enunciador faz referência ao crime usando eufemismos.

F12 – *Protesto* (Cotidiano, B9 – 02/11/2015)

Esta notícia é publicada numa página ímpar, página-anverso, o que a coloca à primeira vista do leitor que folheia o jornal. Mas esse destaque é, em parte, diminuído pelo restante da página, ocupada também por duas notícias com maior destaque do que F12 e por uma peça publicitária, que ocupa toda a metade inferior da página, em cores fortes e chamativas.

F12 consiste apenas de uma foto e sua legenda: “Refugiados e imigrantes fazem ato na av. Paulista, que estava fechada para carros, contra a morte de um haitiano foi linchado em Santa Catarina em 17.out”. Aqui, inferimos que a referência a haitiano diz respeito a F.

Sterlin, agredido e morto em Navegantes, Santa Catarina, cuja morte é noticiada em F11. Isto é, F12 estabelece relações interdiscursivas importantes com F11, inclusive para sua construção referencial.

Também na legenda, o enunciador informa da presença de “refugiados e imigrantes”, muito provavelmente haitianos, unidos na manifestação contra a agressão e contra, pelo que podemos ler na imagem focalizada na foto, contra o “racismo e a xenofobia”.

A foto mostra um pequeno grupo de estrangeiros caminhando na avenida Paulista, com megafone e faixa com dizeres contra a rejeição que sofrem refugiados e imigrantes pobres, negros e de baixa escolaridade no Brasil. Isso inferimos ser considerando o contexto sociocultural em que esses estrangeiros se inserem. Ao informar sobre a manifestação, o enunciador possibilita criar uma representação dos imigrantes como pessoas que lutam pelos seus direitos – direitos humanos – de estarem no Brasil, sem serem vítimas de ódio, preconceito, xenofobia.

F13 – *Permanência* (Primeira página – 12/11/2015)

Trata-se de uma “chamada” da notícia F14. A foto, em tamanho grande, publicada no centro da primeira página do jornal indica se tratar de um das principais assuntos do dia. A foto destaca um imigrante haitiano no ambiente de trabalho, como identifica parte da legenda: “O haitiano Gabriel Lesli, 37, na confeitaria onde trabalha em São Paulo”. Embora seu olhar esteja direcionado para a câmera, sua expressão facial é de compenetração na atividade laboral, transmitindo a sensação de que G. Lesli se cuida para se manter empregado.

Outra parte da legenda chama a atenção para o foco principal de F14: “governo concederá residência permanente a 44 mil imigrantes do país caribenho que, com essa mudança, poderão ter documentos definitivos”. Isto é, enquanto a foto de F13 enfatiza o trabalhador haitiano no espaço de trabalho, sua legenda enfatiza a concessão de residência permanente aos haitianos no Brasil. São dois focos aparentemente distintos, mas que, na verdade, se complementam.

F14 – *Brasil dá permanência a 44 mil haitianos* (Mundo, A14 – 12/11/2015)

Embora publicada numa página par, página-verso, a notícia recebe grande destaque, pois ocupa quase toda a página, exceto um ¼ da página, em que há uma peça publicitária. O título em negrito e fonte bastante ampliada, juntamente com uma foto grande, um mapa e um gráfico, contribuem para o destaque visual da notícia.

Entre o título e a linha fina – “Imigrantes do país que solicitaram refúgio entre 2011 e julho deste ano [2015] receberão status de residente permanente” – há uma relação bidirecional relativa à inferenciação. Isto é, a expressão “Imigrantes do país” ativa inferências do termo “haitianos” do título fazendo identificar seu sentido como “imigrantes do Haiti”. Também, na linha fina, construída na forma passiva, a forma linguística do agente é omitida, mas, sem problemas de interpretação, pois seu referente já fora explicitado no título e identificado pelo enunciatório, de modo a elipse ser facilmente preenchida.

Por outro lado, informações explicitadas na linha fina preenchem expressões subespecificadas do título. Isto é, a expressão “44 mil haitianos” do título refere-se a “Imigrantes [...] que solicitaram refúgio entre 2011 e julho deste ano [2015]”. Aqui, há também subespecificação no uso de “deste ano”, o que pode ser preenchido por inferências contextuais, especificamente pela data de publicação da notícia. Também, a expressão “dá permanência” do título torna-se mais clara ao enunciatório pela informação contida na linha fina: “status de residente permanente”.

Uma diferença entre título e linha fina, mas que não se contradiz à relação bidirecional que identificamos anteriormente, é quanto ao uso da voz ativa no título e o da voz passiva na linha fina. Com essa construção, o enunciador ora topicaliza/enfatiza o Brasil (o governo federal), ora topicaliza os imigrantes haitianos. E topicalização significa que a informação noticiada é sobre o elemento topicalizado. De um modo ou de outro, o governo federal é o ator social que concede algo a alguém – ele é o agente.

Uma questão importante explicitada na linha fina é o fato de tal concessão ser aos haitianos “que solicitaram refúgio”, os quais chegaram por via terrestre, especialmente ao Acre e ao Amazonas. Essa questão será especificada no 6º, 7º e 8º parágrafo, em contraposição aos haitianos que chegaram via aérea.

No resumo que encabeça a notícia – “Com decisão, haitianos vão ter documentos definitivos, como carteira de trabalho, e pagarão impostos” – também há relação bidirecional de inferência com o título e a linha fina. Isto é, o termo “decisão” refere-se à decisão de o Brasil dar permanência a 44 mil haitianos. Ao mesmo tempo, “vão ter documentos definitivos, como carteira de trabalho, e pagarão impostos” é uma predicação que contribui para a interpretação referencial do termo “permanência”, do título, e “status de residente permanente”, da linha fina. Portanto, título, linha fina e resumo são autocomplementares e se constituem cada qual com inferências fornecidas pelas “outras partes”. Antecipamos: o conteúdo do resumo será especificado no 5º parágrafo, mediante o uso da voz do então ministro do Trabalho e Previdência.

Tal como no título, no 1º parágrafo o enunciador destaca a voz do governo federal: “O governo brasileiro anunciou que concederá residência permanente a 43.781 imigrantes haitianos que solicitaram refúgio no Brasil de janeiro de 2011 a julho de 2015”. Esse conteúdo, tal como a linha fina e o resumo, especifica alguns elementos referenciais subespecificados no título, preenchendo lacunas. Aliás, todo título é, em geral, sintético e marcado por subespecificação referencial, cabendo ao texto fornecer informações relevantes para a identificação real do seu sentido. Com as informações explicitadas no 1º parágrafo, o título é melhor lido assim: Governo federal/brasileiro concede residência permanente a quase 44 mil imigrantes haitianos.

No 2º parágrafo, em que “Essa população” correfere a “43.781 imigrantes haitianos” no parágrafo anterior, o enunciador destaca as condições de legalidade dos haitianos no Brasil: “Essa população vive hoje – alguns deles há quatro anos – apenas com um protocolo da solicitação do refúgio, já que sua situação, na avaliação do governo brasileiro, não se enquadra nos requisitos de refugiado: ter sido vítima de perseguição ou de violação de direitos humanos.” Aqui, o enunciador atribui ao governo federal uma informação de natureza da legislação relativa aos refugiados, por exemplo, a *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, a Resolução Recomendada nº 08 do CNIg e a Resolução Normativa nº 13 do CONARE (documentos que abordamos no capítulo 1). Isso significa que essa legislação está implícita na construção discursiva de F14. São relações interdiscursivas importantes entre F14 e legislação, pois é baseado nessas condições de legalidade que o governo federal concede “residência permanente” e “documentos definitivos” aos haitianos. Ao privilegiar tais relações interdiscursivas – mesmo que usando a “voz” do governo –, o enunciador fortalece o que enuncia/noticia no sentido de ser um conteúdo veiculado pelas autoridades brasileiras.

Também, com essas relações interdiscursivas, que se caracteriza como recontextualização, o enunciador constrói a notícia inserindo-a, de forma explícita, numa rede de textos, cujo assunto seja os haitianos no Brasil, ou seja, a rede da qual faz parte nosso *corpus* de análise.

Acima, o termo “avaliação” usado em “na avaliação do governo brasileiro” não se refere ou diz respeito a um ponto de vista do governo, pois se baseia na legislação. Assim, melhor seria usar “no entendimento legal do governo”. Com a predicação “ter sido vítima de perseguição ou de violação de direitos humanos”, o enunciador revela a representação que tem do enunciatário: sujeito que desconhece os motivos pelos quais os haitianos deixaram o Haiti e o que caracteriza o sujeito em situação de refúgio, relativa à migração humana em geral. Trata-se de uma representação que ocorre em outras notícias, como, por exemplo, F9.

De modo coerente a essa representação, o enunciador continua esclarecendo ao enunciatário no 3º parágrafo: “O solicitante de refúgio não está irregular no país e pode trabalhar, mas a residência dará a esses haitianos documentos definitivos, como carteira de trabalho permanente, que ajudarão em tarefas como abrir conta em banco”. Aqui “residência” é um termo subespecificado que retoma correferencialmente “residência permanente a 43.781 imigrantes haitianos que solicitaram refúgio no Brasil de janeiro de 2011 a julho de 2015”, no 1º parágrafo.

Ao destacar a abertura de “conta em banco” na exemplificação de “benefícios” que os haitianos terão com a carteira de trabalho, o enunciador se posiciona ao lado dos banqueiros e do capitalismo, que “determina” que todos os cidadãos devam ter conta em banco, inclusive para receber os próprios salários. Ao mesmo tempo, ter uma conta em banco interessa aos banqueiros e ao governo federal, que, juntos, se beneficiam financeiramente. Ou seja, pela construção do parágrafo, a concessão de “residência” e “documentos definitivos” é uma forma de o governo também se beneficiar com o trabalho formal dos haitianos.

Essa interpretação que fazemos, porém, não corresponde à voz do governo federal, como destaca o enunciador, no 4º parágrafo, em forma de discurso relatado: “‘Isso traz segurança e estabilidade e cria uma melhor condição de integração ao país. Facilita o acesso ao trabalho, à educação, aos serviços públicos’, disse o ministro Miguel Rossetto (Trabalho e Previdência) à **Folha**”. O pronome demonstrativo “Isso” na voz de M. Rossetto retoma partes anteriores de F14, especialmente a concessão de “residência permanente” e “documentos definitivos”.

A fala do ministro M. Rossetto sugere que sem tais documentos os haitianos têm vivido inseguros e de forma instável, e não têm tido acesso ao trabalho, à educação, aos serviços públicos, ou, no mínimo, tal acesso tem sido dificultado devido à falta dos documentos. No entanto, as várias notícias que analisamos não indicam que a falta desses documentos tenha significado ou acarretado aos haitianos insegurança, instabilidade, dificuldades de integração ou falta de acesso ao trabalho, educação e serviços públicos. Na verdade, a insegurança ou instabilidade, por exemplo, identificadas no *corpus* não são atribuídas, nem pelo enunciador nem pelos atores sociais referidos, à falta de “residência permanente” e de “documentos definitivos”. Mas sim, ao preconceito de parte de brasileiros, à dificuldade de adaptação do empregado haitiano ao trabalho, ao desemprego (e suas causas) que afetou toda a população, aos baixos salários pagos ao haitiano no Brasil.

Desse modo, a voz de M. Rossetto no 4º parágrafo é, de certo modo, falaciosa ou retórica, pois, na verdade, ao conceder “residência permanente” e “documentos definitivos”, o

governo brasileiro passa a ter controle, maior do que antes de tal concessão, sobre os imigrantes haitianos. Beneficia-se de sua mão de obra e trabalho, inclusive cobrando-lhes impostos. Aliás, o enunciador destaca esse tipo de vantagem do governo no 5º parágrafo com a voz do próprio ministro: “Rossetto destaca que, como residentes, eles terão direitos, mas também deveres iguais a outros trabalhadores. ‘Eles pagarão impostos, contribuições previdenciárias, ajudarão a construir o país.’”. São aspectos explicitados por M. Rossetto e também no resumo que encabeça a notícia, isto é, propositalmente destacado pelo enunciador. Em última análise, a concessão de “residência permanente” e “documentos definitivos” aos haitianos ajuda o governo brasileiro a “construir o país”.

No 6º parágrafo, o enunciador esclarece ao enunciatário: “Antes [dessa decisão do governo brasileiro], a residência permanente só podia ser solicitada por haitianos que chegavam ao Brasil com o visto humanitário criado em 2012 e emitido pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe”. A ação de esclarecer ao enunciatário implica, novamente, uma representação de sujeito que desconhece as condições legais de imigração dos haitianos.

Na construção desse parágrafo, o enunciador omite informações importantes, o que se caracteriza como subespecificação. Parte delas é inferível do conteúdo explicitado na notícia, parte inferível do conhecimento de mundo. O enunciador faz referência aos haitianos que migraram para o Brasil por via aérea após solicitarem visto permanente por razões humanitárias (nos termos da RN 97/2012 do CNIg) na embaixada brasileira no Haiti ou em outros países (o que fora ampliado com a RN 102/2013 do CNIg), gozando do “status de residente permanente”.

Com esse esclarecimento, o enunciador mostra que, antes da concessão de residência a 43.781 haitianos, o governo brasileiro oferecia opções de documentação e registro aos haitianos, sem que esses tivessem de se submeterem ao pedido de refúgio em Brasileia (Acre), por exemplo. Esse pedido de refúgio diz respeito à ação dos coiotes, como destaca o enunciador no 7º parágrafo: “A quem chegava pela fronteira terrestre, geralmente vítima de coiotes, restava apenas solicitar refúgio, sem a perspectiva de obtê-lo.” As relações intradiscursivas explicitadas na notícia entre “refúgio”, “coiotes” e “fronteira terrestre” estabelecem relações interdiscursivas com várias notícias analisadas, entre elas, A3, A4, A5, B3a.

Como forma de sustentar o que “copia” de outras notícias, o enunciador exemplifica com “o caso de Gabriel Lesli, 37, que chegou ao Acre em abril [de 2015, inferimos], após uma viagem de oito dias pela rota clássica dos coiotes: de Santo Domingo ao Panamá, Equador, Peru e Brasil.” Novamente, o enunciador retoma interdiscursivamente notícias

anteriores, traçando brevemente a rota – aliás, desenhada no mapa parte de F14 – percorrida pelos haitianos e, implicitamente, ativando informações relativas à exploração de coiotes no Equador e Peru. Com isso, o enunciador cria uma representação de G. Lesli como um imigrante que enfrenta as adversidades para poder, talvez, ter um trabalho e uma vida melhor. A propósito, relata o enunciador usando o discurso relatado: “Lesli, que trabalhava com contabilidade no Haiti, hoje [outubro de 2015] é confeitoiro em São Paulo, de onde diz não querer sair. Ele, porém, ainda pretende trazer a mulher, Polimena, e o filho Doly, 4. ‘Quero ficar aqui. E quero que minha família venha para cá, mas está difícil.’”

G. Lesli, implicitamente, revela seu ponto de vista de que viver no Brasil é melhor do que viver no Haiti, assim como a representação positiva que tem do Brasil e do seu empregador. Tal ponto de vista e representação tanto é assim que G. Lesli deseja trazer sua família para o novo país de morada. Ao mesmo tempo, declara que “está difícil” trazer a família, o que não é especificado em F14.

No item *Reunião familiar*, usando o discurso indireto, o enunciador insere a voz do então secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, segundo o qual “a residência permanente facilitará a reunião familiar, como no caso de Lesli. E esse encontro será estimulado a ocorrer de forma segura, por meio de vistos humanitários.” Há duas questões a apontar na voz do secretário: uma é a relação intradiscursiva explicitamente estabelecida com trechos de F14 relativos a G. Lesli, especialmente por meio da expressão “como no caso de Lesli”. Outra questão é que a “reunião familiar” já ocorria desde a publicação da RN 108/2014 do CNIg, que dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar. A novidade expressa na voz de B. Vasconcelos é que a reunião familiar seria estimulada “a ocorrer de forma segura”. Mas, pelo que sabemos, esse processo já vinha ocorrendo dessa forma. De qualquer modo, ao inserir sua voz na notícia, o enunciador notícia a concessão de residência permanente fundamentando-se na voz de autoridades imigratórias, o que transmite ao enunciatário maior confiabilidade em relação ao conteúdo noticiado.

Nessa mesma direção é a voz do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para quem “a chegada dos haitianos pela fronteira terrestre causou uma situação ‘inesperada’, mas o status de residente permanente ‘abre novas portas’ a esse público. ‘Os haitianos contribuirão com o nosso país, serão bem recebidos. Bem-vindos. Vocês aqui estão e não sairão’, disse.” Aqui, a voz do ministro destaca a contribuição que os trabalhadores haitianos darão ao Brasil. Dessa ênfase, inferimos que um dos motivos para o governo brasileiro conceder residência permanente é a contribuição a receber em troca. Na voz de J. E. Cardozo

há a construção da representação de que os haitianos são trabalhadores cuja mão de obra pode ajudar no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Ao mesmo tempo, revela a representação de que o governo brasileiro se dispõe a acolher e conceder residência permanente aos imigrantes, desde que esses sejam trabalhadores em condições reais de contribuir para tal desenvolvimento; caso contrário, essa concessão seria “inviável”. Trata-se de uma representação negativa do governo, que visa benefícios para si e não, tão somente, para os imigrantes. Ao recontextualizar essa voz de J. E. Cardozo, o enunciador recontextualiza a representação expressa nessa voz e, assim, a faz chegar à mente do enunciatário, que, muito provavelmente, a terá inculcida.

O enunciador prossegue com a voz de J. E. Cardozo em forma de discurso indireto: “A decisão [de conceder residência permanente] faz parte de uma tentativa do governo brasileiro de mudar o fluxo de haitianos, fazendo com que eles utilizem rotas legais”. Aqui, há referência indireta à ação dos “coiotes” na viagem dos haitianos.

Complementa o enunciador, mostrando que a cota de 1.200 vistos mensais estabelecida pela RN 97/2012 era insuficiente: “Como parte desse esforço, a concessão de vistos humanitários em Porto Príncipe foi ampliada – de cerca de 500 por mês até o início do ano para mais de 2.200 em outubro. O Brasil também começou a trabalhar com os governos de Peru, Equador e Bolívia para combater a ação dos coiotes”. Soma-se à ampliação do número de vistos a atuação do governo brasileiro com o governo de países da rota dos haitianos a fim de mitigar a ação dos coiotes. O resultado foi positivo, como revela o enunciador, a partir da voz indireta de J. E. Cardozo: “As medidas fizeram com que o número de haitianos que entram pelo Acre caísse de 1.852 em fevereiro para menos de 200 em outubro”. Aqui, parece faltar referência aos haitianos que entraram pelo Estado do Amazonas. Isso sugere omissão de informações por parte do enunciador.

Essas informações a partir da voz de J. E. Cardozo não dizem respeito apenas à concessão de residência a 43.781 haitianos, mas também a questões anteriores, o que caracteriza a construção discursiva como relato histórico. De qualquer modo, com a recontextualização da voz de J. E. Cardozo, o enunciador não noticia por si, mas sim com a voz do governo.

Como forma de fomentar a representação positiva do governo brasileiro ao conceder a residência permanente, o enunciador insere a voz do então embaixador do Haiti no Brasil, Madsen Cherubin, para quem “a regularização adotada pelo Brasil ‘pode servir de modelo a outros países’.” Isto é, de forma explícita, o embaixador avalia (expõe seu ponto de vista) positivamente a ação social do governo brasileiro em conceder “residência permanente” e

“documentos definitivos” aos imigrantes haitianos. Ao explicitar a avaliação positiva do embaixador ao governo brasileiro, o enunciador, implicitamente, compartilha da mesma avaliação, reiterando, assim, a representação positiva do governo brasileiro.

No último parágrafo, o enunciador volta ao começo da notícia (título, linha fina e resumo): “A decisão deve ser publicada no ‘Diário Oficial’ nesta quinta (12). A partir daí, os haitianos terão prazo de um ano para solicitar o novo status. É preciso preencher requerimento, apresentar fotos, documentos e pagar taxas de cerca de R\$ 450.” São informações de ordem prática relevantes aos haitianos “beneficiados” por essa decisão do governo e interessados em fazer tal solicitação. São informações tão importantes que não poderiam estar no final da notícia, lugar de informações secundárias, como nos pareceu as informações finais de outras notícias. Deveriam estar, a nosso ver, em parágrafos iniciais e também em destaque em forma de box, a fim de fazer saltar aos olhos do enunciatário. Mas, essa forma de construir a notícia, noticiando como “secundário” algo relevante aos haitianos, indica que o enunciador não tem os haitianos como enunciatário, indica que a notícia não foi produzida visando-os como leitores, indica que a *Folha* não é produzida para os (nem para ser lida por) imigrantes. Essas indicações compõem a representação da *Folha* construída na notícia.

Uma justificativa para a escolha por um tipo de interlocutor em detrimento dos haitianos talvez seja o fato de a maioria dos haitianos não dominar a língua portuguesa. Essa justificativa não é plausível, pois, mesmo não dominando a língua, a informação relevante, se explicitada, poderia mais facilmente chegar a eles, de forma indireta. Isto é, lhes dariam a informação atores sociais com quem têm contato diária ou semanalmente, por exemplo, as instituições que os acolhe, as empresas onde trabalham, as igrejas que eles frequentam. Em síntese, inferimos que o enunciador não “faz questão” de que os haitianos saibam da decisão do governo.

Tanto na primeira parte da notícia, quanto no item *Reunião familiar*, há uma representação positiva do governo brasileiro, no sentido de regularizar e documentar os haitianos que possuíam apenas um “protocolo da solicitação do refúgio” (expressão usada no 2º parágrafo da primeira parte) recebido nos postos da PF nas cidades fronteiriças, assim como de facilitar o deslocamento de familiares (esposa e filhos, sobretudo) para o Brasil, ainda que esse deslocamento já fosse facilitado anteriormente com o pedido de visto de reunião familiar, previsto na RN 108/2014 do CNIg.

Consideramos *Permanência para haitianos* como novo item de F14 que se compõe de mapa, gráficos, boxes, elementos linguísticos. De início, o enunciador reitera o conteúdo do

título: “Brasil concederá status de residente a 44 mil imigrantes”. Quanto ao mapa, *Rota da imigração haitiana ao Brasil*, a exemplo de outros mapas de notícias anteriores, ele destaca a rota percorrida pelos haitianos, desde o Haiti até as principais Regiões do Brasil onde buscam trabalho, passando pelo Acre. Também, como os demais mapas, ignora-se a passagem por Tabatinga (Amazonas), cidade fronteiriça igualmente importante nesse fluxo migratório.

Quanto ao box *Perfil dos beneficiados*, “43.781 é o número de haitianos que entraram no Brasil entre jan.2011 e jul.2015 e que poderão solicitar residência”. Desses haitianos, mostra um dos gráficos, 77% são homens e 23%, mulheres.

O gráfico *Idade, em %*, mostra que, dos 43.781 imigrantes, 19% possui de 19 a 25 anos de idade, 52%, de 26 a 35 anos; e 22%, de 36 a 45 anos. Ou seja, grande parte dos haitianos no Brasil tem de 19 a 45 anos de idade. Estão, portanto, na “idade produtiva”, o que interessa ao governo brasileiro, ao conceder residência permanente, como identificamos na parte linguística, especialmente a partir da voz dos então ministros M. Rossetto e J. E. Cardozo.

Em forma de pergunta–resposta, em box, o enunciador destaca informações sobre o *status* dos haitianos, já expostas no corpo da notícia: “Qual era o status desses haitianos? Ao entrar pela fronteira terrestre, eles só puderam solicitar refúgio no país. Eles, contudo, ainda eram apenas ‘solicitantes’, por não atender às exigências para refúgio”. Com essa informação, o enunciador, em parte, revela a representação de que o enunciatário desconheça as condições legais de tratamento dos haitianos. Mas também, estabelece um contraponto com a pergunta seguinte: “O que muda agora? Os haitianos poderão solicitar o status de residente permanente. Com isso, terão documentação definitiva, o que dá direito, por exemplo, a carteira de trabalho permanente”. Essa é a informação nova veiculada em F14, já explicitada em parágrafos da primeira parte, que é destacada em box a fim de torná-la evidente para o enunciatário.

Quanto ao gráfico *Rota mais segura*, construído com dados de janeiro a outubro de 2015, mostra que o “número de entradas por terra cai[u] e cresce[u] emissão de vistos” para entrada por via aérea. São dados em parte citados no item *Reunião familiar* a partir da voz de J. E. Cardozo, quando se fez referência apenas ao Acre como porta de entrada, ignorando o Estado do Amazonas.

Tomando os dois extremos desse gráfico como exemplo, vemos que, em janeiro, 1.321 haitianos chegaram por via terrestre, e 889, por via aérea, com visto emitido em Porto Príncipe; por outro lado, em outubro, apenas 192 chegaram por via terrestre, e 2.221, por via aérea. Ao destacar tais dados, o enunciador destaca que, de fato, os haitianos têm deixado de viajar por via terrestre, evitando, assim, se submeterem a roubos e à exploração de coiotes, e

procurado cada vez mais a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Esses dados e esse entendimento sustentam a voz do então ministro J. E. Cardozo, no corpo da notícia. Ao mesmo tempo, ao destacar esses dados no gráfico, o enunciador reitera a representação positiva do governo brasileiro criada no corpo da notícia.

Para dar maior credibilidade à notícia no que tange aos dados informados, o enunciador insere, ainda que em fonte reduzida, no rodapé do gráfico *Rota mais segura*, os atores sociais de quem “copiou” tais dados: “Fontes: MRE, DPF/MJ”.

As análises apresentadas permitiram-nos examinar as relações interdiscursivas que cada notícia – entendida como enunciado concreto e real – estabelece, por exemplo, com outras notícias, com textos escritos não jornalísticos e com falas de diferentes esferas sociais ou da ideologia do cotidiano. Isto é, o enunciador recontextualiza na notícia diferentes vozes, possibilitando efeitos sociais diversos, discursivos e não discursivos. Ao mesmo tempo, identificamos o uso de formas linguísticas específicas em referência aos principais atores sociais no que tange à imigração haitiana no Brasil: são os próprios haitianos, empresários/empregadores, membros de governos e de instituições que acolhem esses imigrantes. Essas formas linguísticas são recursos discursivos que contribuem para a construção da representação real ou imaginária, por exemplo, desses atores e suas práticas sociais.

Assim, a partir das análises apresentadas, podemos compreender como as elites simbólicas – especialmente os atores sociais do jornalismo e da política – fazem uso do discurso público e *moldam* discursiva e cognitivamente a si próprios e suas ações, como também os imigrantes, suas ações e eventos a eles relacionados.

Também a partir dessas análises, a seguir, em termos de nossas considerações finais, teceremos uma reflexão que sirva, mesmo que de forma indireta e sutil, para motivar ações sociais, discursivas e/ou não discursivas, que busquem mitigar a condição de socialmente desfavorecidos vivida pelos imigrantes haitianos. Trata-se de uma reflexão, a nosso ver, catalizadora da leitura crítica que propusemos realizar quando da delimitação dos objetivos desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teceremos aqui considerações acerca dos elementos teóricos que nos pareceram mais evidentes ao longo da análise do *corpus*. Para tanto, levaremos em conta nossos objetivos e hipótese previamente estabelecidos na introdução desta tese, assim como as orientações metodológicas apresentadas no início do capítulo 5.

Com o intuito de dar clareza a essas considerações, quando necessário, faremos referência a cada notícia pela sua dupla ou tripla identificação: a letra em maiúsculo relativa ao “momento” a que pertence, o número ordinal relativo à ordem cronológica de sua publicação e a letra em minúsculo relativa à ocorrência de duas ou mais notícias numa mesma página, por exemplo, A1, A2, A4a, A4b. Por vezes, faremos referência aos “momentos problemáticos” ou blocos de notícias, tendo em conta suas particularidades, pois essas, em parte, foram elementos orientadores da análise realizada.

Uma questão-chave de nossa análise são as relações interdiscursivas. O interdiscurso ocorre, por exemplo, entre textos da *Folha* publicados numa mesma edição ou em edições distintas. Verificamos a relação entre textos da mesma edição especialmente entre o que denominamos “chamada” e a notícia no interior da edição. Esse tipo de relação ocorre entre A1 e A2, A3 e A4a, a foto de A3 e A4b, C2 e C3, E1 e E2, E4 e E5, F7 e F8, F7 e F9, F13 e F14.

Um caso de interdiscurso de edições distintas ocorre em B3a: “Como a **Folha** revelou em dezembro, atravessadores têm esquema para levar haitianos ao Acre por até US\$ 300”. Trata-se de uma construção que recontextualiza A3 de maneira sintética. Esse tipo de relação interdiscursiva apenas explicita que o conteúdo já fora noticiado e acaba tendo a função de fazer com que o enunciatário recorra à edição retomada, ação que, em geral, a nosso ver, ele não executa. Ao mesmo tempo, é uma construção que provoca o enunciatário realizar um processo discursivo-cognitivo de ativação do conteúdo recontextualizado, o que depende de o enunciatário tê-lo armazenado na memória. Percebemos que no envolvimento de edições distintas o enunciador valoriza sobremaneira a produção discursiva do próprio jornal.

Mas a análise mostrou também que o interdiscurso ocorre com frequência entre a notícia e textos não jornalísticos ou entrevistas/conversas realizadas com fins jornalísticos. Nesse caso, de maneira crucial, atores sociais externos ao jornalismo são referidos como fonte do discurso jornalístico, de modo suas vozes “alimentarem” notícias particulares. É o que identificamos em grande parte das notícias quando o enunciador, usando o discurso relatado ou o discurso indireto, recontextualiza a voz, por exemplo, do cidadão haitiano, de membros

dos governos federal ou acreano, do Estado ou da prefeitura de São Paulo, da PF, de igrejas e ONGs.

Esse tipo de interdiscurso resulta na mistura de gênero, em que o enunciador recontextualiza na notícia diferentes gêneros, quase sempre de forma explícita. Os principais gêneros que identificamos são entrevistas coletivas de membro de governo (como em B4), notas emitidas pelos governos e suas secretarias, especialmente destinadas à imprensa em geral (como em B4, E3, E5, F1 e F2), resoluções e decretos (como em B1, B3a, C2 e, implicitamente, em F14), fonte de dados do governo do Acre (como em C2 e C5a) e dados do Caged, dados da Rais, do Ministério do Trabalho, e da pesquisa PME do IBGE (como em F8), relatório do OBMigra (como em F10), dados do MRE, DPF/MJ (como em F14).

Na maioria das vezes, a mistura de gênero é de baixo grau, o que nos faz inferir que o “gênero-fonte” é entrevista ou conversa informal quando o enunciador emprega expressões do tipo “segundo o” e “X disse que”. Isso, porém, não é necessariamente verdade. O fato é que, em muitas notícias, o enunciador omite o gênero que está sendo recontextualizado, criando, assim, na notícia significativa vagueza no que tange a suas fontes discursivas e, ao mesmo tempo, cria-se acerca do próprio enunciador uma representação de poder e conhecimento sobre o conteúdo noticiado.

De um modo ou de outro, ao recontextualizar na notícia vozes de atores sociais externos à esfera jornalística, o enunciador recontextualiza modos de ser típicos de onde tais vozes são comuns, isto é, da ideologia do cotidiano e das esferas política e jurídica, por exemplo.

Na composição de grande parte das notícias analisadas, os gêneros da mistura de gênero se juntam à voz do enunciador, a qual caracterizamos como observação *in loco*, relato histórico e voz de conhecimento público, em função de suas diferentes características.

Com a observação *in loco*, o enunciador cria uma representação de si que se aproxima da representação da *Folha* como agente de investigação (sobre o que refletiremos abaixo), de modo que a primeira contribui para a construção da segunda. No registro da observação *in loco*, o jornalista usa algo da prática do antropólogo em atividade em campo, isto é, recontextualiza na prática da notícia algo da prática da Antropologia.

Com o relato histórico, o enunciador se mostra conhecedor de fatos anteriores ao assunto objeto da notícia, criando sobre si uma representação de superioridade no que tange ao conhecimento de mundo, nem sempre compartilhado pelo enunciatário. No relato histórico, o enunciador usa algo da prática do historiador, isto é, recontextualiza na prática da notícia algo da prática da História.

Com a voz caracterizada como de conhecimento público, o enunciador exime-se de atribuir a qual ator social a condição de “dono” dessa voz, ao mesmo tempo em que faz parecer estar compartilhando na notícia algo que também pertence ao enunciatário. Nesse caso, o enunciador usa algo das práticas da ideologia do cotidiano, em que o assunto passa de “boca em boca”, isto é, recontextualiza na prática da notícia algo da prática do dia a dia.

Com o emprego dessas três “formas” de voz, o enunciador cria a representação de uma prática jornalística séria e comprometida com a verdade, tendo cada uma das “formas” efeitos particulares nessa criação e na notícia. São efeitos ligados às práticas sociais de origem: a da Antropologia, a da História e a do dia a dia. Tais efeitos são particulares no sentido de a voz parecer inquestionável, por razões também particulares: no caso da observação *in loco*, ela tem o aval do olhar perito e, de modo subjacente, do trabalho científico; no caso do relato histórico, ela se apoia na lembrança e na memória, como algo do tipo “eu vi e sei”; no caso do conhecimento público, ela é uma espécie de reprodução (recontextualização) do que já sabe e pensa o enunciatário. Juntas, essas particularidades conferem à notícia o caráter de veracidade e confiabilidade, o que contribui para os efeitos sociais que cada notícia pode ter.

Tanto as relações interdiscursivas quanto as três “formas” de voz do enunciador, identificadas no *corpus*, contribuem para delinear o que, agora, denominamos *forma contemporânea do gênero notícia*, sem, porém, estabelecermos qualquer comparação com formas da notícia do passado. Isto é, se pensávamos que a notícia é exclusivamente informação objetiva de um acontecimento (o que, quem, como, quando, onde, por que), nos equivocamos. Ao mesmo tempo, a notícia é um gênero em que predomina o encontro de diferentes discursos, em parte conflitantes entre si. Essa percepção indica que o modo hegemônico de construir a notícia – ou de percebê-la – está sob ameaça.

Também contribui para a mesma *forma contemporânea* e para essa ameaça o que identificamos como representação da *Folha* como agente de investigação. Em várias notícias, o enunciador expõe uma representação da *Folha* como agente de investigação, indicando que os profissionais do jornal vão a campo e investigam diferentes elementos da vida social dos imigrantes, especialmente problemas relativos às condições de alojamento ou moradia, de trabalho e de adaptação dos haitianos ao contexto brasileiro. A prática investigativa, porém, não é, a rigor, a prática do *jornalismo investigativo*, mas sim uma prática que se realiza como parte da prática discursiva da notícia.

Muitas vezes, essa representação é construída de modo implícito e aparece difusa ao longo da notícia, como construção subjacente. Por exemplo, em C5b, sobre o fato de os haitianos pagarem para ser contratados, o enunciador sugere a realização de uma prática

jornalística como de natureza investigativa, o que parece ter provocado o governo acreano dizer que “‘institucionalizou as contratações’, que [passariam] a ocorrer em um posto fora do abrigo”. Também, as construções “À **Folha** a secretária [...] chamou de”, “o padre Paolo Parise afirmou à **Folha** que” e “o prefeito Fernando Haddad (PT) disse”, em D6, sugerem a existência de outra prática, a de ouvir diferentes atores sociais, o que figura na notícia como um aspecto da prática investigativa. Assim, o enunciador se mostra atento a todos os atores possivelmente envolvidos nos problemas em foco, o que ocorre também, por exemplo, em F1, no uso de “segundo a Secretaria Municipal de Saúde” e, em F14, no uso de “disse o ministro Miguel Rossetto (Trabalho e Previdência) à **Folha**”. De modo semelhante, outras expressões também sugerem a prática investigativa, como “imigrantes foram flagrados”, em D10, e “**Cotidiano** em cima da hora” em F1.

Diferentemente, nos casos em que a construção dessa representação se dá de modo explícito, o enunciador faz uso, diretamente, de informações coletadas na perspectiva da investigação. Determinadas formas linguísticas contribuem para essa construção e para esse entendimento. Por exemplo, “Conforme a **Folha** apurou”, em B3b; “A **Folha** apurou”, em C5b; “a **Folha** esteve na cidade”, em D3a; “na fronteira, **Folha** flagra haitianos sem comer por três dias”, “A reportagem encontrou” e “Há duas semanas, quando a **Folha** visitou o abrigo” em D10a; e “a reportagem flagrou” em E5. São construções, especialmente devido às formas verbais – “apurou”, “esteve”, “flagra”, “encontrou”, “visitou” –, com que o enunciador explicitamente personifica o próprio jornal como agente de investigação. Outra expressão que contribui para a mesma representação é “Enviados especiais a Rio Branco”, em D10a, sob o nome de dois jornalistas da *Folha*.

Há casos, porém, em que se faz referência à tentativa de realizar a prática investigativa, a qual os atores sociais da *Folha*, por algum motivo, não a puderam realizar. São exemplo disso as construções “A reportagem não conseguiu contato com a polícia peruana”, em C5b, “O Ministério da Justiça não respondeu à reportagem até a conclusão desta edição”, em D1, e “Procurados pela **Folha**, os dois ministérios não se pronunciaram até o fechamento desta edição”, em D4.

Quer a representação seja construída de modo implícito – em que a representação contribui sutilmente para a confiabilidade e credibilidade da prática jornalística –, quer de modo explícito – inclusive quando a explicitude é apenas da tentativa de se realizar a prática investigativa –, ao citar diferentes atores sociais, o enunciador cria para o enunciatário a representação de que a *Folha* é um jornal investigativo, imparcial e sério. O efeito dessa

representação é, muito provavelmente, uma postura favorável à *Folha* por parte do enunciatário.

O enunciador cria uma representação do próprio jornal como detentor de poderes para além do poder jornalístico, isto é, com poderes que se aproximam da investigação conferida a peritos e detetives. O uso, por exemplo, do verbo “apurou” tem no texto efeito de veracidade e seriedade do trabalho jornalístico realizado pelos atores sociais da *Folha*. Com tal verbo, o enunciador “busca” formar na mente do enunciatário a representação de uma “apuração” (nominalização derivada do verbo “apurou”) inquestionável. No *corpus*, a prática investigativa como ação de peritos ocorreu especialmente em relação às condições dos haitianos, em que o ator social da *Folha* fez observações *in loco* com o fim de construir a notícia, por exemplo, D3a e D10a. Com isso, o enunciador recontextualiza elementos da prática jornalística: profissionais vão ao local dos fatos, a fim de criar um discurso com vínculos diretos com a realidade, o que remete às considerações de Bakhtin acerca do discurso romanesco de Dostoiévski.

Também, a análise mostrou que a prática investigativa na notícia é, em parte, uma forma de conceder voz aos diferentes atores diretamente envolvidos nos problemas sociais focalizados, especialmente em situações conflitantes. Isto é, o enunciador cria a representação de que a *Folha* é um jornal receptivo aos atores sociais “donos” de vozes possivelmente contrárias, para que esses possam enunciar e esclarecer o que sobre eles, por vezes, é noticiado. No entanto, no *corpus*, essa concessão/recepção não ocorre a todos os atores equitativamente. Ouvem-se, sobretudo, membros dos governos federal, estaduais e municipais ou membros de ONGs, em detrimento, muitas vezes, dos imigrantes haitianos.

Podemos avaliar que a prática investigativa, como parte da prática jornalística, é positiva. Mas, numa leitura crítica, cabe-nos questionar por que ela ocorreu em determinados contextos, e não também em outros. Em várias notícias, parecem ter ficado lacunas a serem preenchidas, possivelmente, com a mesma prática. A sensação é de que a notícia construída e o enunciatário pediam mais informações, esclarecedoras ou conflitantes, dados quantitativos ou falas opinativas, por exemplo.

Outra questão: ao longo da análise, os haitianos no Acre e seu deslocamento para São Paulo são especialmente enfatizados. Mas é uma ênfase em que há sobremaneira referência e representação dos governos acreano, federal e da capital paulista: três atores sociais referidos como protagonistas de vários eventos sociais focalizados, o que lhes confere, por vezes, o *status* de mais importantes do que os próprios imigrantes.

Nos “momentos A, B e C” – em que se focalizam, especialmente, a ação de coiotes bolivianos, a superlotação do abrigo de Brasileia-AC, a comemoração natalina dos haitianos na cidade, a publicação da RN 97/2012 e seus (possíveis) efeitos na imigração haitiana, a ida de empresários ao Acre para contratar haitianos, a identificação de criminosos entre esses imigrantes, a rejeição do governo do Amazonas aos haitianos, a inserção de estrangeiros com pouco estudo no mercado de trabalho, a atração dos haitianos pelo Brasil, a Situação de Emergência Social decretada pelo governo do Acre, a ação dentro do abrigo de haitianos como intermediadores entre contrerrâneos e empresários, e a chegada em meio aos haitianos de imigrantes de outras nacionalidades –, acerca dos governos acreano e federal, predomina uma representação positiva, ainda que a emissão de documentos pela PF pudesse ser mais rápida e as condições do abrigo não fossem as ideais, por causa da limitação de espaço e de recursos materiais e humanos para atender a grande quantidade de imigrantes. Trata-se de uma representação que entendemos ser tributária do esforço do governo acreano em acolher os imigrantes, como ação humanitária necessária. Isto é, nem as condições precárias do abrigo foram motivo suficiente para o governo estadual ser referido, classificado e representado, predominantemente, de forma negativa.

Entendemos que a representação positiva do governo acreano predominante nos “momentos A, B e C” revela, explicitamente, que o enunciador não privilegiou assumir uma postura crítica em relação a esse governo e, ao mesmo tempo, não assumiu predominantemente uma prática discursiva em favor dos imigrantes, o grupo minoritário abrigado em condições precárias. Caso tivesse assumido essa prática, teria feito sérias críticas ao governo do Acre baseadas especialmente em tais condições.

No “momento D” – em que se focalizam, especialmente, a cheia do rio Madeira e suas consequências no abrigo de Brasileia-AC, o fechamento do abrigo e abertura de outro na capital Rio Branco, e o envio de imigrantes do Acre para São Paulo pelo governo acreano –, a representação do governo acreano começa a se modificar em relação à representação até então construída. Por exemplo, em D3a, enfatizam-se as condições insalubres do abrigo de Brasileia-AC, criando uma representação negativa do governo acreano. Ao mesmo tempo, enfatiza-se a ação conjunta dos governos acreano e federal no deslocamento dos imigrantes para Porto Velho (Rondônia), o que diz respeito a uma representação positiva de ambos os governos, que seria reiterada em D4.

Diferentemente da representação construída até então, em D5, D6, D7 e D8 – cujo foco é o envio de imigrantes para São Paulo –, o enunciador constrói uma representação negativa do governo acreano, inclusive qualificando-o (o que diz respeito às estratégias

linguísticas de referenciação) com o partido ao qual se vincula, o Partido dos Trabalhadores (PT); qualificação ocorrida, até então, apenas uma vez, em C2, mas sem a função que identificamos no “momento D”. Da mesma maneira, o enunciador qualifica a prefeitura de São Paulo e o governo federal. Ao mesmo tempo, em D6 e D8, qualifica o governo do Estado de São Paulo pelo partido a que se vincula, o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), criando, especialmente em D8, uma representação positiva desse governo, em contraponto aos três governos petistas: federal, acreano e da prefeitura paulista.

Poderíamos argumentar que não há outra avaliação ou representação a fazer do governo acreano, independentemente do partido a que se vincula o governador, pois, considerando o que se recontextualiza nas notícias, ele envia os imigrantes para São Paulo sem, ao menos, comunicar com antecedência às autoridades paulistas, o que é uma atitude de desrespeito tanto com os imigrantes quanto com os governos estadual e municipal de São Paulo. Ainda assim, como analista do discurso, cabe-nos dizer que o enunciador faz escolhas conscientes, a fim de construir a representação que efetivamente constrói sobre o governo acreano. Se quisesse e se escolhesse fazer, o enunciador poderia ter “omitido” tal representação e construído outra, como ocorre nos “momentos A, B e C”. Essa nova representação não teria de ser necessariamente positiva, mas poderia advir de uma postura relativamente imparcial do enunciador.

Essa representação negativa decorre, na perspectiva do enunciador, tanto de ações discursivas como não discursivas dos governos petistas. Em geral, o enunciador, intencionalmente, destaca certa falta de diálogo entre os governos federal, acreano e da prefeitura de São Paulo. Criticamente, entendemos essa falta de diálogo – senão criada discursivamente a cada notícia e inexistente na realidade – como algo existente sem a força que parece ter na perspectiva do enunciador. Isto é, a nosso ver, o enunciador assume uma postura clara contra os governos petistas, a fim de incuti-la na mente do enunciatário. Ao mesmo tempo, coerentemente a essa postura, o enunciador desloca do âmbito da administração pública para o âmbito da esfera político-partidária a tentativa de solucionar os problemas vividos pelos haitianos.

No “momento E” – em que se focalizam a presença de haitianos no Glicério, na região central da capital paulista, o envio novamente de haitianos do Acre para São Paulo, a suspensão desse envio pelo Ministério da Justiça, as condições limitadas de abrigo na Paróquia Nossa Senhora da Paz em São Paulo e o périplo de um haitiano chegado a Florianópolis-SC –, os governos petistas são novamente representados, sobretudo, de maneira negativa. Por exemplo, em E2, omite-se referir ao ator social que concede bolsa de estudos a

um haitiano, referência que poderia contribuir para a representação positiva, talvez, do governo federal. Em E5 e E7, há uma representação positiva da Paróquia Nossa Senhora da Paz, que atuaria em contraposição aos governos petistas.

No “momento F” – cujo foco são, sobretudo, os disparos contra haitianos em São Paulo, a presença de haitianos e nigerianos em Guaianases, bairro da capital paulista, o impacto do desemprego na migração haitiana, a presença de imigrantes no mercado formal em 2015, a agressão e morte de um haitiano em Santa Catarina, e a concessão de residência permanente a cerca de 44 mil haitianos –, o governo acreano já não é mais referido e a referência ao governo federal e à prefeitura de São Paulo não ocorre mais com o qualificador PT. Sobre o governo federal, a prefeitura e alguns ministérios e secretarias predomina uma representação positiva.

Correlacionando, por exemplo, F14 com D5, D6, D7, D8 e E3, nas quais o enunciador enfatiza a possível polêmica ou falta de diálogo entre governos petistas (do Acre, da cidade de São Paulo e do governo federal) e cria uma representação negativa de tais governos, identificamos que em F14 ocorre algo contrário, isto é, não há qualquer menção ao PT numa notícia em que é positiva a representação ao governo federal. A ausência do qualificador PT, a nosso ver, ocorre pelo fato de o enunciador se recusar a construir uma representação positiva do PT e dos políticos petistas, a qual poderia vir a ser incutida na mente do enunciatário, que passaria a ter na sociedade ações favoráveis ao PT.

Em várias notícias de diferentes “momentos”, o enunciador cria uma representação positiva do governo federal e se põe a seu serviço, recontextualizando seu discurso e fazendo-o chegar à população. Isso ocorre quando focaliza alguma prática social desse governo em benefício dos haitianos. Mas não faz o mesmo em relação ao PT e governos petistas.

A partir do momento em que identificamos a existência de uma ação jornalística proposital a fim de criar uma representação negativa do PT e governos petistas, passamos a duvidar do conteúdo noticiado, da imparcialidade, seriedade e credibilidade da prática jornalística. Ou seja, o enunciador põe em xeque a representação que tem a *Folha* de jornal sério e imparcial criada (ou que se tentou criar) em várias notícias do *corpus*.

Essa ação jornalística vai contra a caracterização do caderno/seção *Poder*, que, segundo a *Folha*: “Procura oferecer ao leitor informações pluralistas e apartidárias, para que ele exerça sua cidadania”, conforme expusemos no início do capítulo 5. Na verdade, realiza-se em D5, D6, D7 e D8, e possivelmente em outras notícias, uma prática partidária, influenciando de forma determinante no exercício de cidadania do leitor. Ou seja, o

enunciador e a *Folha* participam diretamente das relações de poder estabelecidas na sociedade, sem qualquer propósito explícito de modificá-las.

Percorrendo as notícias do “momento A” ao “momento F”, percebemos que para parte dos haitianos o Brasil passou do sonho de recomeçarem suas vidas ao desapontamento, da sensação de acolhimento à rejeição por parte de brasileiros. Esse desapontamento e rejeição foram se tornando reais à medida que eles tomavam contato com a população brasileira – relação marcada por preconceitos ao imigrante pobre e negro – e com os trabalhos a eles oferecidos, numa relação com o empregador quase sempre de aproveitamento de sua mão de obra produtiva e barata, mesmo no mercado formal. Nas notícias, a expressão máxima do preconceito, e também de xenofobia, são as ocorrências de ataques a haitianos na capital paulista e em Navegantes-SC, episódios referidos em F1, F2, F11 e F12.

Sem agressão física, semelhante é o preconceito sentido por Dynn Saintilus e recontextualizado em D9: “‘No ônibus percebo que as pessoas evitam sentar ao meu lado, já me disseram que aqui não tem lugar para estrangeiros e que a [presidente] Dilma tinha que mandar todo mundo de volta para casa’, conta”. A sensação de D. Saintilus lhe é tão forte a ponto de ser, para ele, razão para compatriotas não virem para o Brasil. Suas palavras e o sentimento expresso revelam uma representação negativa real do Brasil, criada na mente de D. Saintilus a partir de suas relações sociais e interações socioverbais. O episódio brevemente descrito por D. Saintilus e sua visão sobre o Brasil são semelhantes à de muitos outros imigrantes haitianos e representam, de forma emblemática, a realidade de sua inserção nas ordens sociais do contexto brasileiro: sempre à margem dessas ordens.

Essa rejeição era perceptível no instante de chegada e estadia nas cidades fronteiriças, especialmente Brasileia-AC e Tabatinga-AM, mas os haitianos em geral não puderam percebê-la naquele instante. Isso, sobretudo, devido às representações fortemente presentes na sua consciência: são as representações reais da situação desumana vivida no Haiti e da submissão à exploração de “coiotes”, e a representação imaginária do Brasil como um mundo melhor. Ou seja, naquele instante, fazia parte de suas representações imaginárias se inserirem adequada e satisfatoriamente nas ordens sociais do contexto brasileiro.

No *corpus*, a representação do Brasil como país acolhedor – cuja expressão referencial emblemática é “terra prometida”, usada em D10a – é compartilhada não só pelos haitianos, mas também por dominicanos, senegaleses e nigerianos, como identificamos em C5a, D3b, D10a e F6. Essa representação é uma construção fomentada pelas vozes, sobretudo, dos governos, ONGs, empresários e atores sociais da *Folha*, que, juntos, assumem práticas sociais

de “bem-querer aos imigrantes” que sugerem convívio e compartilhamento de espaços públicos ou laborais. Essas vozes são recontextualizadas em notícias como A4b, E6b e F5.

No entanto, esse acolhimento não é o que os haitianos deveriam esperar, pois, sabemos que o povo brasileiro em geral, veladamente, sustenta forte preconceito e exclusão social em relação às pessoas negras do próprio país. Aliás, essa prática social é ignorada na maior parte das notícias analisadas.

Podemos visualizar o desapontamento e rejeição aos haitianos como decorrente da impossibilidade de se inserirem nas ordens sociais – várias práticas sociais em rede – vigentes na sociedade brasileira. Isto é, impossibilitados de participarem e realizarem satisfatória e adequadamente as práticas sociais de diferentes esferas sociais e da ideologia do cotidiano, os haitianos se viram à margem da sociedade, reafirmando sua condição de minoria no Brasil. Um dos motivos dessa impossibilidade é a falta de domínio da língua portuguesa, mas também a baixa escolaridade de grande parte dos haitianos e o fato de serem pobres e negros.

Desconhecedores da língua portuguesa, eles se mantêm também à margem das ordens do discurso, o aspecto discursivo de uma ordem social. Isso ocorre ainda que dominem um ou outro elemento de uma ordem do discurso específica; por exemplo, um elemento relativo a gêneros discursivos, discursos e estilos. Esse domínio, porém, seria precário e não satisfatório às exigências do contexto brasileiro.

O fato de estarem à margem das ordens sociais e das ordens do discurso diz respeito às relações sociais de poder. Sem poderem atuar nas práticas sociais do dia a dia, são sujeitos dependentes do *outro*, quer compatriotas, quer brasileiros que os auxiliem e os acolham. Ao mesmo tempo, sem poderem produzir diferentes discursos em diferentes gêneros, referindo o mundo que os rodeia e expressando seu(s) estilo(s), são dependentes de quem podem dizer por eles.

Suas vozes não são recontextualizadas na maior parte das notícias, embora o assunto noticiado sempre diga respeito a eles, direta ou indiretamente. A voz dos haitianos é recontextualizada e tratada com destaque quando esses relatam seu passado recente, desde o terremoto, o percurso até o Brasil e as adversidades relativas aos abrigos de Brasileia, Rio Branco e São Paulo, ao trabalho e às relações sociais com brasileiros e senegaleses, por exemplo, ou quando falam de seus sonhos e o futuro que desejam no Brasil. Exemplo disso são as notícias-depoimento A5, *Nas garras dos coiotes*, e E6a, *Périplo de um imigrante*, mas também em D9. Diferentemente, sua voz não é destaque quando o assunto é a busca de soluções para os problemas que vivem. Nesse caso, em geral, predomina nas notícias a voz de membros de ONGs, da Igreja Católica, da PF e, sobretudo, dos governos federal, acreano e

paulista, e da prefeitura de São Paulo, o que dá, reiteradamente, à voz dos haitianos um caráter secundário e irrelevante.

Caberia aqui questionar por que essa assimetria. Entendemos ser em função do poder social do ator que a enuncia. Por exemplo, o delegado da Polícia Federal em A4a; o então ministro da Justiça em B3a, B3b e F14; o então secretário de Direitos Humanos do Acre em B12, C2 e D4; a então secretária de Justiça do Estado de São Paulo em D6; o então ministro do Trabalho e Previdência em F14. Mais do que isso, em D6, por exemplo, o governo do Acre e a secretária de Justiça de São Paulo – sujeitos que detêm socialmente poder político, jurídico e policial – compõem mais da metade do texto (que é a primeira parte da notícia), isto é, o enunciador deixa para segundo plano as vozes, por exemplo, do padre Paolo Parise e do haitiano Dynn Achesson.

Ao contrário, os imigrantes são sujeitos desprovidos de poderes no território alheio e, por isso, na perspectiva do enunciador/*Folha*, podem/devem ter sua voz ignorada. Isso ocorre, por exemplo, em relação à falta de moradia, à possibilidade de trazerem seus familiares, à dificuldade de obterem trabalho, aos baixos salários, à possível exploração de sua mão de obra, às relações sociais com brasileiros e a manifestação de preconceito por parte desses, à educação dos filhos e acesso à escola, entre outras questões emergentes relativas à sua vida no Brasil. São buscas de solução sem voz do sujeito vulnerável e inferiorizado.

O fato é que o enunciador mantém sem voz quem não a tem na sociedade e cujo acesso ao discurso público é cerceado, como é para todas as minorias, e, ao mesmo tempo, mantém com voz quem já pode falar na sociedade, os donos do poder, cujo acesso ao discurso público é quase sempre factível. Ou seja, o enunciador recontextualiza em várias notícias a assimetria das relações de poder existentes na sociedade.

Com essa recontextualização assimétrica, o efeito social do texto é a manutenção da hegemonia em que os poderosos podem falar e serem ouvidos (ainda que suas vozes sejam editadas e controladas pelo editor do jornal), enquanto os desfavorecidos têm pouco ou nada a dizer e, por isso, quando falam, têm sua autoria minimizada ou não reconhecida. Isto é, não a tem reconhecida pelos poderosos de uma elite simbólica, nesse caso, os atores sociais produtores do jornal e administradores do discurso jornalístico e, ao mesmo tempo, administradores do discurso alheio (tanto dos imigrantes como dos poderosos). Em síntese, o jornal reproduz/recontextualiza o discurso dos poderosos porque está a serviço desses mesmos poderosos, e não dos desfavorecidos, que continuam na condição de socialmente inferiorizados.

Assim, a representação dos poderosos é de que o dito por eles é sempre importante e, por isso, devem ser sempre ouvidos, em detrimento dos grupos minoritários. Ao mesmo tempo, a representação de tais grupos ou dos imigrantes é de que eles não dizem coisas importantes ou o que têm a dizer é irrelevante. Um dos efeitos de um texto assim construído é a reprodução na consciência do enunciatário das mesmas representações e, por conseguinte, na sociedade ouvem-se mais os poderosos e menos as minorias.

Embora a voz e pontos de vista dos haitianos não sejam preferencialmente recontextualizados nas notícias em geral, eles e parte de suas ações e eventos de que participam são sobremaneira referidos e categorizados.

Por exemplo, eles participam de uma “imigração ilegal” e entram no Brasil “ilegalmente” ou “clandestinamente”, sobretudo segundo o discurso produzido pelo enunciatador, inclusive no uso do discurso indireto da voz de autoridades. Esse tipo de referenciação ocorre, por exemplo, em A4a: “Segundo o delegado [...], o esquema de imigração ilegal também atraem brasileiros”. Construção semelhante ocorre em B3a: “O objetivo da resolução [...] é evitar a entrada ilegal de haitianos por meio de quadrilhas criminosas e ‘coiotes’, segundo afirmou o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça)”. Em ambos os casos, é possível que o delegado e o ministro tenham empregado “imigração ilegal” e “entrada ilegal”, mas, numa leitura crítica, podemos afirmar que o enunciatador privilegiou na construção da notícia o uso de tais expressões e seus efeitos. Caso contrário, usando seu poder de construir o texto, poderia tê-las substituído por expressões que não categorizassem os imigrantes de maneira negativa ou depreciativa.

Situação diferente ocorre, por vezes, no uso do discurso relatado, também em A4a: “‘A Polícia Federal não pode deixar nenhum haitiano atravessar a fronteira sem visto prévio [...]’, afirma Pedrosa”. Aqui, o delegado refere-se aos haitianos usando critérios sociocognitivos não depreciativos ou desmoralizantes. Ele ativa propriedades relativas especialmente ao que prescreve a legislação sobre imigração: obter visto antes de iniciar o deslocamento rumo ao país de chegada.

Mas as autoridades nem sempre evitam o uso de expressões depreciativas. Exemplo disso ocorre no discurso relatado em B3a: “O embaixador brasileiro no país, Igor Kipman, reconhece que a limitação de vistos ‘não eliminará a imigração ilegal’.”. Embora possamos fazer crítica ao embaixador, nossa leitura crítica se volta para o enunciatador (produtor da notícia), pois, caso preferisse, poderia ter evitado o uso de “imigração ilegal”.

Em geral, os haitianos não são referidos pelas autoridades brasileiras com desprezo ou desmerecimento. No entanto, isso ocorre, por exemplo, em B4, em que a voz do governador

do Amazonas é recontextualizada, inclusive com uso do discurso relatado: “[...] pede para o governo federal (...) levar tudo para Brasília. É, tem muitos apartamentos de deputados federais, bota as caras para morar lá’, afirmou”. Aqui, entendemos que “tudo” e “os caras”, um pronome indefinido e um termo genérico, referem e categorizam os haitianos com desprezo e desmerecimento de atenção e acolhimento, embora possa parecer que o governador deseje o acolhimento de todos por parte do governo federal. Com as estratégias referenciais empregadas, a representação dos haitianos feita pelo governador é de sujeitos que não merecem atenção.

Em B4, o enunciador se mostra como quem compartilha da posição do governador, por exemplo, com o uso de “os imigrantes haitianos que entraram ilegalmente no país”, construção com que enfatiza a travessia ilegal da fronteira político-territorial.

Em referência à condição de entrada e estadia dos haitianos no Brasil, o enunciador não usa termos do tipo “indocumentados”, relativamente neutros e sem depreciação aos sujeitos referidos. Em geral, usa sim, as mesmas expressões já apontadas acima. Em B1 usa “Os haitianos que entraram clandestinamente no Brasil”, “a entrada de imigrantes ilegais” e “aqueles que entrarem no país clandestinamente”. Em B3a, usa “A entrada ilegal de haitianos no Brasil”, “os haitianos que entraram de forma irregular no Brasil até agora” e “2.400 ainda estão em situação irregular”. Em C1, usa “entrada ilegal” e “um novo boom de imigrantes ilegais”. Em C2, usa “imigrantes ilegais”. Quase sempre, a referência dessas expressões é abrangente e por subespecificação, isto é, não se referem de maneira direta e específica aos haitianos explicitados na notícia.

As ocorrências de B1 – em que no discurso relatado/direto da voz do haitiano Ronald Alexis há o uso de “Na migração ilegal”, expressão que poderia ter sido evitada pelo enunciador, se assim esse quisesse – sugerem novos aspectos. A referência não são os haitianos citados na notícia e de quem o enunciador recontextualiza vozes, a saber, Ogiris Theranor e Ronald Alexis. Ou seja, pela construção referencial de B1, nem O. Theranor e R. Alexis entraram no Brasil clandestinamente nem são imigrantes ilegais. Isso sugere que a *Folha* procura tratar os “sujeitos face a face” sem classificá-los como quem age de forma incorreta em relação às leis. Mas essa prática interacional é apenas uma “máscara”, pois os termos “ilegal”, “ilegalidade” e “clandestinamente” são fortemente usados em várias notícias, inclusive na composição do título, como em A4a e C3, e/ou da linha fina, como em A5, C2 e C5a. Essa escolha referencial diz respeito a uma avaliação negativa dos haitianos por parte do enunciador e, por conseguinte, contribui para uma representação também negativa deles, a qual, muito provavelmente, seria incutida na mente do enunciatário, que passaria a ter ações

discursivas e não discursivas contra esses imigrantes, fomentando, assim, o preconceito de brasileiros em relação aos haitianos.

Esse tipo de referência, porém, não ocorre a partir do “momento D”, sugerindo que, na perspectiva do enunciador, os haitianos já teriam passado a fazer parte do cotidiano brasileiro. Podemos indagar se o número de protocolo ou documento recebido quando pediram refúgio na cidade fronteira seria o suficiente para o enunciador entendê-los como não mais merecedores do rótulo de *ilegais* e *clandestinos*. O fato é que essa mudança na estratégia linguístico-referencial é uma contribuição para a representação, agora, relativamente positiva dos imigrantes haitianos, a qual passaria a ser incutida na mente do enunciatário.

Outro termo com que os haitianos são referidos em várias notícias é “refugiados”. Trata-se de termo inadequado, como argumentamos no capítulo 1. Também em B3a, o enunciador, recontextualizando a voz do então presidente do CONARE, Luiz Paulo Barreto, esclarece que a concessão de “refúgio político” aos haitianos “não cabe”.

O uso de “refugiados” ocorre no corpo de várias notícias, mas também no título e/ou na linha fina, como em F3 e F9. No entanto, em vez de “refugiados”, no *corpus* em geral, os termos “imigrantes” e “estrangeiros” são preferencialmente usados.

Um tipo de expressão referencial que chama a atenção são as formas quantitativas, frequentemente usadas para fazer referência aos imigrantes. A análise mostrou que dados quantitativos são de grande relevância no discurso (jornalístico, político, jurídico, cotidiano) sobre o processo migratório. Trata-se de uma quantificação dos imigrantes que leva em conta, por exemplo, sua via de entrada no país – pela fronteira terrestre ou via aérea –, os que chegavam diariamente ao Acre, os que estavam nos abrigos em determinado período, os que eram enviados para São Paulo pelo governo acreano, seu grau de escolaridade e instrução, sua condição de empregado/desempregado. De um modo geral, a referência quantitativa contribui para a credibilidade que o enunciador busca dar ao discurso jornalístico e para as representações que ele constrói, especialmente sobre os governos e os imigrantes. Ou seja, trata-se de um tipo de referência que resulta na mente do enunciatário como inculcação dessas representações e de uma representação positiva da *Folha*.

Também, faz-se referência à ação dos imigrantes, como ocorre em A4a, em que um dos itens é intitulado “Palavra mágica”. É uma expressão de cunho metafórico que o enunciador recontextualiza parte da voz do delegado G. S. Pedrosa, um dos atores sociais referidos na notícia. Segundo o delegado, em referência ao pedido que fazem os haitianos ao chegarem à delegacia da Polícia Federal, “eles aprenderam a palavrinha mágica ‘refúgio’”.

Outro exemplo é o uso de “odisseia”, em A4a, usada pelo enunciador como referência ao percurso e às dificuldades vividas pelos haitianos na viagem do Haiti ao Brasil. Esse termo possui aspectos metafórico e hiperbólico que contribuem para a explicitude de tais dificuldades.

Às vezes, a referência é sobre o que se faz com os imigrantes. É o uso de “higienização”, em D6, que o enunciador recontextualiza a voz do governo acreano. Com esse termo, também de natureza metafórica, o governo acreano faz referência à manifestação do governo paulista contra o “recebimento inesperado” dos haitianos chegados do Acre.

Por vezes, as expressões referenciais são uma espécie de núcleo das relações interdiscursivas. Por exemplo, o termo “desconforto” (usado em E3) é uma parassinonímia de “queda de braço” e “telefone sem fio” (usadas em D5), de “polêmica” e “troca de farpas” (usadas em D8), de “atrito” (termo usado em E2). É verdade também que cada uma dessas expressões/termos possui conotações particulares, coerentemente à notícia e discurso particular em que se insere.

Quanto a “Palavra mágica”, “odisseia”, “higienização”, “desconforto”, “queda de braço”, “telefone sem fio”, “polêmica”, “troca de farpas” e “atrito”, são expressões/termos que o enunciador seleciona e usa de maneira proposital, privilegiando discursivamente conotações específicas. Isto é, o enunciador, conscientemente, faz escolhas linguístico-discursivas sabendo dos seus possíveis efeitos na consciência do *outro*, de modo que sua prática sociodiscursiva visa agir na consciência do enunciatário e, por conseguinte, fazer com que esse tenha ações sociais (discursivas e não discursivas) a favor ou contrárias ao ator social em questão.

Um comentário à parte fazemos à notícia-depoimento (A5 e E6a) e à notícia-perfil (E7). Embora as tenhamos tomado como componentes do *corpus* e as analisado como notícia, sobretudo por focalizarem a imigração haitiana, elas possuem características diversas da notícia típica. Pelas particularidades que possuem, não seria estranho denominá-las como outros gêneros ou subgêneros, por exemplo, como “notícia-depoimento” e “notícia-perfil”. Outro texto com características de notícia-perfil é D9, em que se recontextualiza a voz do haitiano Dynn Achesson Saintilus, embora D9 não seja nomeado igual a D7 pela *Folha*.

Uma particularidade é que a construção da notícia-depoimento ou da notícia-perfil ocorre por recontextualização do depoimento/fala a um jornalista. Ou seja, recontextualiza-se uma prática social da esfera jornalística noutra prática da mesma esfera, sendo a primeira a base para a construção da segunda. Nesse caso, “toda a prática” é recontextualizada, embora alguns de seus elementos sejam eliminados no processo de recontextualização, como o uso de

gravador, a relação face a face, o diálogo pergunta–resposta. É uma eliminação necessária, porque tais elementos nunca podem compor o texto impresso.

Mais do que isso, fazem parte da notícia-depoimento e da notícia-perfil exclusivamente a voz e conteúdo enunciados pelo ator social em foco. Sem espaço, portanto, a vozes de qualquer outro ator social, inclusive a do jornalista entrevistador.

Mas há também semelhanças entre a notícia típica e a notícia-depoimento ou a notícia-perfil. Por exemplo, diferentemente do que talvez pareça, os sujeitos depoentes nunca têm autonomia sobre sua voz. Essa é editada e controlada por atores sociais da esfera jornalística.

Outra semelhança é que o discurso da ideologia do cotidiano é tomado como fonte para o discurso jornalístico: a notícia se constitui, em maior ou menor medida, a partir de gêneros produzidos por atores sociais que não detêm o conhecimento nem poder do jornalismo, por exemplo, os imigrantes.

De um modo geral, entendemos que a análise e particularidades da notícia-depoimento ou notícia-perfil não contribuem para a forma contemporânea do gênero notícia, como apontamos, brevemente, acima acerca da notícia típica.

Temos feito aqui considerações especialmente sobre a parte linguística das notícias, priorizando o discurso verbal. A propósito, de um modo geral, esse discurso ainda é privilegiado na composição da notícia, haja vista que várias notícias não são ilustradas por foto, mapa ou gráfico. São elas: A2, que é uma “chamada” de A1; B1; B2; C3, que é uma “chamada” de C2; C4 e D2, que são notas com indicação de acesso à internet; D1; D4; D5; D7; F1; F3; F4; F7, que é uma “chamada” de F8; F11.

No entanto, na perspectiva da ACD, a parte pictórica é igualmente importante e devemos fazer considerações sobre fotos, mapas e gráficos componentes dos textos analisados. Aliás, parte linguística e parte pictórica estão interligadas e constituem, juntas, um texto único. Mais do que isso, como identificamos em A3, A4a, A5, B4, C5a, D3a, D10a, E1, E2, E4, E5, E6a, F9, F14, entre outras notícias, a parte ilustrativa quase sempre revela conteúdos não explicitados na parte linguística. Também, o uso de diferentes elementos gráficos, como cores e tamanhos, exerce influência na percepção e interpretação do enunciatário.

A maioria das fotos mostra haitianos em situação de vulnerabilidade e inferioridade, deitados em colchões no chão do abrigo, tomando banho em lugares impróprios, recebendo comida, esperando para se cadastrar ou receber documentos, à procura de emprego. Essas diferentes situações, que, por vezes, dizem respeito também a dominicanos, nigerianos e

senegaleses, por exemplo, constam de A1, A4a, A5, B4, C5a, D3a, D6, D8, D10a, E2, E3, E4, E5, E6a, F2, F5, F8 e F9.

Situações opostas, porém, aparecem em quantidade bem menor. Por exemplo, na foto de A3, haitianos estão se divertindo, dançando descontraídos. As fotos de B3c, C1, F13 e F14 mostram haitianos trabalhando, isto é, empregados. Em D9, E1 e E2, haitianos – e também nigerianos, como ilustra a foto de F6 – estão em situação de relativa superioridade e empoderamento. O mesmo aparece em F12, em que haitianos manifestam na Avenida Paulista contra o assassinato de um compatriota, que fora referido em F11.

Quanto a gráficos, seu uso ocorre apenas em F10 e F14. Eles dizem respeito a dados quantitativos relevantes nem sempre referidos na parte linguística da notícia. Especialmente devido a suas fontes – o OBMigra e o MRE, DPF/MJ –, esses dados são considerados confiáveis tanto pelo enunciador quanto pelo enunciatário, o que contribui para a representação de um discurso jornalístico merecedor de credibilidade.

Quanto aos mapas, seu uso ocorre em A4a, B3a, C2, C5a, D3a, D10a e F14. Uma questão que seu uso revela é que o enunciador ignora a entrada dos imigrantes pela cidade de Tabatinga-AM, privilegiando a entrada pelo Acre (Assis Brasil-AC ou Brasileia-AC). Isso condiz com a ênfase dada na parte linguística das notícias, por exemplo, ao abrigo de Brasileia, ao governo acreano, à polêmica entre esse governo, o governo paulista, a prefeitura de São Paulo e o governo federal. Ou seja, ignorou-se nas notícias a presença de haitianos no Estado do Amazonas (exceto principalmente em Ba, B3c, B4 e C1) e seus possíveis problemas de abrigo, moradia, trabalho. Essa questão nos faz pensar na hipótese de o enunciador (a *Folha*), propositalmente, ter evitado expor para a sociedade o que, porventura, inadequadamente, ocorria no Amazonas, cujo governo, de janeiro de 2011 a abril de 2014, estava vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), diferentemente do governo petista do Estado do Acre.

Ainda assim, o uso dos mapas contribui para a construção das notícias no que tange principalmente à rota percorrida pelos imigrantes, não só haitianos, mas também senegaleses, como destacam os mapas em C2, C5a e D10a. Além de destacar a rota, os mapas de, sobretudo, D3a e F14, contêm informações em discurso verbal relevantes da imigração haitiana.

De um modo geral, a parte pictórica contribui de forma relevante para a representação que o enunciador constrói, ao longo do *corpus*, sobre o governo do Acre, os imigrantes haitianos (mas também dominicanos, nigerianos e senegaleses), entre outros atores sociais referidos. Ao mesmo tempo, a parte pictórica contribui para a recontextualização da

representação dos haitianos sobre o Brasil, representação que é recontextualizada em várias notícias.

Pensar a junção dos elementos pictóricos com os elementos verbais na composição da notícia leva-nos a pensar também a composição da página, no sentido de refletir sobre o espaço ocupado pela notícia e sua distribuição na página. Nos diferentes “momentos”, as notícias ocupam menor ou maior espaço na página do jornal, às vezes sendo publicadas num canto inferior, às vezes, no alto da página, quer na página-anverso (a que está à primeira vista de quem folheia o jornal), quer em página-verso (que confere menor importância ao conteúdo noticiado). Quanto à publicação na *Primeira página*, ela ocorre em A3, E1, E4, F7 e F13. Ou seja, esse tipo de publicação ocorre especialmente a partir do contexto de inserção e presença dos imigrantes na cidade de São Paulo, o que indica que somente a partir desse contexto os atores sociais da *Folha* entenderam ser a imigração haitiana uma questão de grande importância da (para a) sociedade brasileira, considerando que a publicação na *Primeira página* assim categoriza a notícia. Por outro lado, notícias ocupando (quase) toda a página ocorrem em todos os “momentos”, sem influências evidentes, por exemplo, de conteúdos específicos.

O caderno ou seção de publicação da notícia também é relevante. Nos “momentos A, B e C” e no começo do “momento D”, as notícias são publicadas principalmente no caderno/seção *Mundo*, que, segundo a caracterização que apresentamos no início do capítulo 5, “publica diariamente as principais notícias internacionais”. Isto é, nesses “momentos”, a *Folha* ainda trata a imigração haitiana no Brasil como uma questão internacional, e não como questão nacional ou local.

Também nesses “momentos” algumas notícias são publicadas no caderno/seção *Mercado*, que tem como principal alvo “a conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios”. Elas dizem respeito à ida de empresários das Regiões Sul e Sudeste a Brasília-AC e a Manaus-AM a fim de contratar os imigrantes (notícia B2), o que é também referido em B3c, notícia publicada no caderno/seção *Mundo*. Notícia do caderno/seção *Mercado* também diz respeito à inserção de estrangeiros no mercado de trabalho (notícia C1). Outras notícias no caderno/seção *Mercado* são F8, F9 e F10, cujo foco são a influência do desemprego na imigração haitiana, o apoio da prefeitura de São Paulo aos imigrantes e a inserção dos imigrantes no mercado formal.

No “momento D”, diferentemente do que ocorria até então, publicam-se notícias também no caderno/seção *Cotidiano*, o que diz respeito ao fato de os haitianos passarem a fazer parte do cotidiano paulistano. Duas dessas notícias são D6 e D8, que, em parte,

focalizam a (possível) polêmica entre os governos petistas, acreano, federal e da prefeitura de São Paulo. Essa mesma polêmica é referida em D5 e D7 (essa na mesma edição de D8), duas notícias publicadas na seção/caderno *Poder*, que é dedicada “à vida política, institucional e aos movimentos sociais”, segundo a caracterização que apresentamos no início do capítulo 5. Ou seja, a mesma polêmica está vinculada, simultaneamente, ao cotidiano paulistano e à esfera do poder político-administrativo do País.

Muito provavelmente sob influência dessa inserção dos haitianos no cotidiano da capital paulista, publicam-se duas notícias sobre haitianos no abrigo de Rio Branco-AC no caderno/seção *Cotidiano*: D10a e D10b. Assim publicadas, a realidade vivida pelos imigrantes no Acre é trazida para o cotidiano dos leitores paulistanos.

No “momento E”, as notícias são todas publicadas no caderno/seção *Cotidiano*. Já no “momento F”, elas se dividem especialmente entre o caderno/seção *Cotidiano*, o *Mundo* e o *Mercado*.

Independentemente do “momento”, ao publicar a notícia na seção/caderno *Mundo*, a *Folha* classifica a migração haitiana para o Brasil como evento internacional, e não como questão nacional ou local, embora em todos os textos privilegiam-se questões relativas aos haitianos no Acre ou em São Paulo.

Várias questões aqui brevemente consideradas dizem respeito às relações sociais de poder. A análise mostra que relações de poder presentes nos eventos sociais referidos são recontextualizadas e evidenciadas em várias notícias. Tais relações são especialmente de poder discursivo, exercido entre diferentes atores sociais.

De maneira explícita, esse poder ocorre, por exemplo, em B4, em que o enunciador, ao recontextualizar o discurso do governador do Amazonas, expõe relações de poder discursivo existentes em torno dos haitianos no Brasil: poderes locais *versus* o poder nacional. Relações em que atuam diferentes forças ideológicas e se constroem diferentes discursos, cada qual com seu modo particular de representação: o discurso político *versus* o discurso humanitário, o discurso em prol da(s) elite(s) *versus* o discurso em prol dos grupos minoritários, a afronta aos direitos humanos *versus* o respeito a tais direitos.

Também explicitamente, relações semelhantes ocorrem, por exemplo, em D5, D6, D7 e D8, em que o enunciador recontextualiza a (possível) polêmica entre os governos petistas acerca do envio de haitianos do Acre para a capital paulista. Nesse caso, destacam-se relações de poder entre Estados (Acre e São Paulo), entre Estados e o Governo Federal, entre a prefeitura de São Paulo e o Estado do Acre.

Ao recontextualizar as relações de poder discursivo, o enunciador recontextualiza também o discurso de quem exerce o poder discursivo sobre o *outro*, contribuindo, assim, para a manutenção da relação dominador–dominado. São parte desse processo, em especial, as relações interdiscursivas de que falamos anteriormente, assim como as formas linguístico-referenciais, pois o poder sobre o *outro* se dá também pela escolha de uma ou outra expressão referencial.

Mas, numa leitura crítica em ACD, são (mais) relevantes as relações de poder constituídas no discurso objeto de análise, isto é, nas notícias do *corpus*. Isso porque a ação do enunciador – ao fazer referência a eventos sociais específicos – de criar determinadas representações sobre um ou outro ator social pode resultar na inculcação dessas representações na mente do enunciatário, que, muito provavelmente, passaria a ter atitudes sociais, discursivas ou não discursivas, a favor ou contra – o que deve ser pensado de forma gradual – esse mesmo ator social. Isto é, o enunciador exerce poder sobre o enunciatário ao “fazê-lo crer” em determinadas representações, provocando-lhe agir socialmente de maneira X ou Y.

Em várias notícias, identificamos esse tipo de representação, positiva ou negativa – gradualmente –, em relação, por exemplo, aos imigrantes haitianos, aos brasileiros que os acolhem ou os agredem, aos governos petistas e suas secretarias ou ministérios, ao governo de São Paulo (PSDB), à Igreja Católica, em especial à Paróquia Nossa Senhora da Paz, na região do Glicério na capital paulista. Muito contribuem para essas representações, novamente, as relações interdiscursivas, pois a recontextualização de determinadas vozes e a ausência de outras na composição da notícia dizem respeito diretamente às relações de poder que o enunciador estabelece com o enunciatário e evidencia na produção discursiva.

Especialmente com relação aos haitianos, o enunciador, ao fazer referência a eles – assim como a suas práticas sociais e ao que com eles se faz ou se deve fazer –, emprega sobremaneira a voz dos governos e autoridades, em detrimento da voz dos próprios haitianos. Por vezes, apaga a “autoria” no uso de suas vozes na construção da notícia. Com essa prática, além de recontextualizar o poder de tais governos e autoridades sobre os imigrantes, o enunciador exerce poder discursivo sobre os mesmos imigrantes. Trata-se do poder da elite simbólica sobre os grupos minoritários e pessoas que não têm acesso ao discurso público e, por isso, não podem falar e, quase sempre, não têm sua voz recontextualizada no texto jornalístico. Em última análise, o enunciador fomenta que esses grupos e pessoas sejam, cada vez mais, *minorizados*.

De um modo geral, uma estratégia de exercício de poder que se mostrou altamente importante na construção das notícias é a recontextualização. O enunciador, ao recontextualizar outras práticas ou seus elementos, exerce poder e controle sobre o que é recontextualizado, no sentido, por exemplo, de destacar X em detrimento de Y, de direcionar a compreensão sobre as práticas e seus elementos de um modo e não de outro, de construir determinadas representações com a possibilidade de incuti-las na mente do enunciatário. Assim, o enunciador exerce poder e controle indireto sobre os sujeitos “donos” desses elementos recontextualizados. Ao mesmo tempo, exerce poder direto sobre o enunciatário, o que identificamos como o principal efeito social do texto: a inculcação na mente do enunciatário de determinadas representações ou pontos de vista, positivos ou negativos, acerca de uns ou outros atores sociais.

Quanto à relação entre dominador e dominado, entre brasileiros e minoria haitiana, entre elite simbólica e sujeitos referidos, o discurso constituído nas notícias, de um modo geral, mantém o poder hegemônico. Isto é, o enunciador não produz a notícia com o fim de estabelecer uma luta hegemônica que dê aos haitianos – as pessoas desfavorecidas por quem se deveria fazer algo favorável e concreto – ao menos acesso às ordens sociais do contexto brasileiro ou que mitigue sua condição de grupo minorizado no Brasil. Ou seja, o enunciador não tem o fim último de (tentar) mudar as estruturas sociais, nem mesmo parte delas.

Numa espécie de resposta – dialógica – à hipótese posta na introdução desta tese, a análise reiteradamente confirmou que os haitianos e suas ações, muito em função de se constituírem no Brasil numa *minoría* – sujeitos desprovidos de poderes sociais relativos, por exemplo, a trabalho, educação e domínio da língua portuguesa, mas também por se caracterizarem como negros e pobres –, são representados, em geral, de forma negativa. Ao mesmo tempo, são sujeitos dependentes tanto de ações dos atores sociais da esfera jornalística para fazerem sua voz circular e ser minimamente ouvida (que, na verdade, é quase ignorada na produção das notícias analisadas), quanto de ações de membros do governo (federal, do Acre e da prefeitura de São Paulo), empresários e instituições que os acolheram e os auxiliaram na inserção no contexto brasileiro, o que ocorreu parcialmente, pois obtiveram e obtêm emprego, em geral, sem o devido reconhecimento de sua mão de obra e sua formação.

Quanto à representação dos principais atores sociais não imigrante – membros de governo, empresários e instituições – envolvidos na imigração haitiana, ela oscila numa escala positiva–negativa, gradualmente, segundo o contexto extratextual e social de construção da notícia. Essa representação se construiu, a nosso ver, tanto em função do poder que tais atores têm no mundo real e em cada evento “fonte” de notícias específicas, quanto em função de

uma postura política – implícita – da *Folha*. Nesse sentido, trata-se de uma representação tributária da recontextualização das forças de poder dos diferentes atores sociais, entre eles, a *Folha*. Nesse processo, foram fundamentais as escolhas linguístico-referenciais feitas pelo enunciador, mas também a maior ou menor atenção dedicada aos vários sujeitos da notícia, as lacunas (de referentes ou de informações) deixadas pelo enunciador, as ilustrações (fotos, gráficos e mapas) componentes de várias notícias, a distribuição da notícia na página.

A leitura crítica e as considerações que realizamos aqui não são conclusivas. São, na verdade, um *diálogo inconcluso*, uma pequena voz no grande simpósio universal bakhtiniano. Melhor assim!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de. Imigração brasileira na França pós-1980: notas de pesquisa. In: BAENINGER, Rosana; DEDECCA, Claudio (Orgs.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo**: estudos temáticos. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013, p. 481-494. (Por dentro do Estado de São Paulo, 10). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_10.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

ALMEIDA, Jilwesley. Lei de Migração: Missão Paz defende que migrantes não sejam mais vistos como ameaça. **Adital – Agência de Informação Frei Tito para América Latina**: on line, Fortaleza, 29 out. 2015. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=87079>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. Tradução de M. M. Cavalcante e A. Ciulla. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84.

_____.; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. Tradução de M. M. Cavalcante e C. M. B. Regadas. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 131-176.

_____.; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. **Travaux neuchâtelois de linguistique** (TRANEL), n. 23, p. 227-271, 1995. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00869154/document>>. Acesso em: 04 set 2014.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch [1929]. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. [1924]. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. Tradução do russo de Aurora F. Bernardini et al. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010c, p. 13-70.

BELCHIOR, Marcela. Nações Unidas contrariam pedido dos movimentos sociais e renovam missão no Haiti. **Adital – Agência de Informação Frei Tito para América Latina**: on line, Fortaleza, 22 out. 2015. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=86990>>. Acesso em: 24 out. 2015.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser, ou a fabricação da realidade**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

BOLÍVAR, Adriana. Análisis del discurso y compromiso social. **Akademios**, Caracas, v. 5, n. 1, p. 7-31, 2003. Disponível em: <http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_ak/article/view/851/779>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente. **Migração de trabalhadores para o Brasil**: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Saraiva, 2013. 298 p.

BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAoui, Mohamed; LÉCUYER, Bernard-Pierre. **Dicionário de Sociologia**. Tradução de António J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 315-331, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/03%20Djuan%20Bracey%20-%20Vol%2033%20n%202.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

BRANDÃO, Raquel; VIEIRA, Victor. Haitianos são alvo de ataques no Glicério. 08 Ago. 2015. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haitianos-sao-alvo-de-ataques-no-glicerio,1740642>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 04 set. 2015.

_____. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 2.516**, de 2015a. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A56DFA1A73DA94DB2E07C58087028ECE.proposicoesWeb2?codteor=1366741&filename=PL+2516/201>. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Justiça. Despacho. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, n. 216, p. 48, 12 nov. 2015b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=48&data=12/11/2015>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BRASIL, Kátia. Governador do AM propõe que haitianos vão viver em Brasília. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2012. Disponível em: <<http://folha.com/no1040165>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BRASIL vai ampliar concessão de vistos para haitianos. **D24am**: on line, Manaus, 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://new.d24am.com/noticias/brasil/brasil-ampliar-concessao-vistos-para-haitianos/111282>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

CAROIT, Jean-Michel. Cólera no Haiti: ONU é alvo de duas queixas. Tradução Lana Lim. **UOL**: on line, São Paulo, 20 jan. 2012. Disponível em: <<http://m.noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2012/01/20/colera-no-haiti-onu-e-alvo-de-duas-queixas.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

CARRERA, Gabriela Bernal. ¿Por qué migrar? Algunos apuntes sobre las viejas y nuevas heridas de Haití. **Cuadernos Migratórios**, n. 6 (La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos). Buenos Aires: OIM, 2014a, p. 33-50. Disponível

em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno_migratorio_no6_sp.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. La migración haitiana en Perú y su tránsito hacia Brasil. **Cuadernos Migratórios**, n. 6 (La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos). Buenos Aires: OIM, 2014b, p. 67-82. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno_migratorio_no6_sp.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; FERNANDES, Duval. A emigração dos haitianos para cidades brasileiras: desafios para políticas públicas de integração. In: III SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: cidade e democracia, 2014, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2014, p. 78-92.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. As nomeações em diferentes gêneros textuais. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 41, p. 127-140, 2001.

_____. Expressões indiciais e anáforas indiretas. Texto mimeografado. 9 p. 2002.

_____. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 105-118, 2003.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tania (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais. 2014. p. 11-22.

CLAUDIA, Maria. Governo concede autorização de permanência a 43,8 mil imigrantes haitianos. **Agência Brasil**: on line, Brasília, 11 nov. 2015. Disponível em: <<http://agencia.brasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/ministros-assinam-ato-concedendo-autorizacao-de-permanencia-para-haitianos>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS – CONARE. **Resolução Normativa nº 13**, de 23 de março de 2007. Dispõe sobre o encaminhamento, a critério do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, ao Conselho Nacional de Imigração, de casos passíveis de apreciação como situações especiais, nos termos da Resolução Recomendada CNIg n. 08, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/asilos-refugiados-e-apatridas/resolucao-normativa-conare-no-13-2007>>. Acesso em: 05 dez. 2015

CONECTAS. Brasil esconde emergência humanitária no Acre. **Conectas Direitos Humanos**: on line, São Paulo, 12 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/brasil-esconde-emergencia-humanitaria-no-acre>>. Acesso em: 30 out. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg. **Resolução Normativa nº 27**, de 25 de novembro de 1998. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <<http://www.mtsp.gov.br/publicacoes-do-mtsp/trabalho/trabalho-estrangeiro/item/428-resolucao-normativa-n-27-de-25-de-novembro-de-1998>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Resolução Recomendada nº 08**, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre pedidos de refúgio apresentados ao Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, que a critério deste, possam ser analisados pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg como situações especiais. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/legislacao/resolucao-recomendada-n-08-de-19-12-2006.htm>>. Acesso em: 04 set. 2015.

_____. **Ata da II Reunião realizada no dia 16 de março de 2011**. Brasília. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E21660130D7CE9FAD1DD9/ata_cnig_20110316.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **Resolução Normativa nº 97**, de 12 de janeiro de 2012a. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 12 de janeiro de 2012b**. Brasília. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C140137E0DAB22838B5/Ata%20Reuni%C3%A3o%20Extraordin%C3%A1ria%20janeiro-2012%20v2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **Resolução Normativa nº 102**, de 26 de abril de 2013a. Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=253792>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 106**, de 24 de outubro de 2013b. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=261070>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 108**, de 12 de fevereiro de 2014a. Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=265729>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 113, de 09 de dezembro de 2014b**. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=278602>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 117, de 12 de agosto de 2015**. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=301701>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

COSTA, Gelmino A. Imigração haitiana em Manaus: presença da Pastoral do Migrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 68, p. 83-87, jan./jun. 2011.

COSTA, Iara Bemquerer. Indicações para o estudo da referenciação no texto. IV Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – CELSUL. Curitiba, 16 e 17 nov. 2000. s/p. **Anais ...**, Curitiba. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/04/artigos/056.htm>>. Acesso em: 04 set 2014.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

_____.; PIMENTEL, Marília Lima. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 70, p. 99-106, jan./jun. 2012.

CUNHA LIMA, Maria Luiza. Artigo indefinido e anáfora. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 133-141, 2003.

DADOS sobre o Haiti, país mais pobre das Américas. **Agence France-Presse**: on line, s/l. 23 out. 2015. Disponível em: <<http://www.afp.com/pt/taxonomy/term/366/>>. Acesso em: 25 out. 2015.

DUTRA, Delia, et al. Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tania (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais. 2014. p. 48-81.

EVANS, Luciane. Atingidos pelo desemprego, haitianos radicados na Grande BH sonham com nova migração. **Estado de Minas**, Belo Horizonte. 03 set. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/09/03/internas_economia,684637/atingidos-pelo-desemprego-haitianos-radicados-na-grande-bh-sonham-com.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FAGUNDEZ, Ingrid. Desemprego no Brasil faz imigrantes voltarem a seus países. **Folha de S.Paulo**, São Paulo. 11 out. 2015. Disponível em: <<http://folha.com/no1692697>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 77-104.

_____. [1992]. **Discurso e mudança social**. Coordenação de tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 320 p.

_____. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Oxon; New York: Routledge, 2003. 272 p.

_____. [2001]. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, Isabel (Org.). **Discursos e práticas de letramento**: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado de Letras, 2012a. p. 93-107.

_____. [2001]. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, São Paulo, n. 25 (2), p. 307-329, 2012b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>>. Acesso em: 04 set. 2014.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

_____; NEGRI, Lígia. O falante: que bicho é esse, afinal? **Revista Letras**, Curitiba, n. 49, p. 159-170, 1998.

FÉLIX, Tatiana. Ministério da Saúde atualiza números da cólera; mortos já ultrapassam 2.500. **Adital – Agência de Informação Frei Tito para América Latina**: on line, Fortaleza, 21 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/?n=bwa9>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FELLET, João. Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira. **BBC Brasil**: on line, São Paulo, 30 mar. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329_haitanos_frenteira_acao_jf.shtml>. Acesso em: 30 out. 2015.

FERNANDES, Duval. (Coord.). **Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2014. 158 p. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4AC03DE1014AE84BF2956CB6/Pesquisa%20do%20Projeto%20E2%80%9CEstudos%20sobre%20a%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20Haitiana%20ao%20Brasil%20e%20Di%C3%A1logo%20Bilateral%E2%80%9D.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de. A migração haitiana para o Brasil: resultado da pesquisa no destino. **Cuadernos Migratorios**, n. 6 (La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos). Buenos Aires: OIM, 2014. p. 51-66. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno_migratorio_no6_sp.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; MILESI, Rosita. O fluxo de imigração recente para o Brasil e a política governamental: os sinais de ambiguidade. Notas preliminares. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 9, p. 93-102, 2014.

_____; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; RIBEIRO, Carolina. Migração haitiana para o Brasil: Minas Gerais como destino, a fala dos haitianos. In: XVI SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2014, Diamantina. **Anais...**, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2014. 19 p. Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2014/site/arquivos/migracao-haitiana-para-o-brasil.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 6, p. 73-97, 2011.

_____; et al. Migração dos haitianos para o Brasil: a RN no. 97/2012: uma avaliação preliminar. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 8, p. 55-71, 2013.

FONTENELE, Cristina. Milhares de pessoas seguem sem direito à nacionalidade na República Dominicana. **Adital – Agência de Informação Frei Tito para América Latina**: on line, Fortaleza, 21 jul. 2015. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=85812>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. What is enlightenment? In: RABINOW, P. (Ed.). **Michel Foucault: Essential Works**. Vol. 1 (Ethics). Harmondsworth: Penguin, 1994. p. 303-19.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. Tradução de M. M. Cavalcante, V. S. C. Deus e T. P. Miranda. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

FRANCISCO, Milton. Maratona Atenas 2004: a (re)categorização em textos jornalísticos. **DELTA**, São Paulo, v. 23:2, p. 167-202, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v23n2/a01v23n2.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

_____. Bakhtin e as primeiras cartas de “Carlos & Mário”: fronteiras e diálogos. **Revista Leitura**, Maceió, v. 1, n. 55, p. 163-180, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2314/1775>>. Acesso em: 11 nov 2016.

GIFFONI, Carlos. Haitianos ‘vingam’ como operários no Brasil. **Adital – Agência de Informação Frei Tito para América Latina**: on line, Fortaleza, 27 ago. 2012. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=70033>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1282-97, 2014. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/523/398>>. Acesso em: 11 nov 2016.

GOVERNADOR do Acre pede ação para coibir ‘coiotes’ na fronteira. Fonte: **BBC Brasil**: on line, s/l. 14 abr. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414_acre_entrevista_governador_ru>. Acesso em: 04 set. 2015.

GRAMSCI, Antonio. [1955] **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 342 p.

GRICE, H. Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Vol. IV: Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p. 59-80.

HAITIANOS votam no domingo em busca de estabilidade política. **Agence France-Presse**: on line, s.l., 23 out. 2015. Disponível em: <<http://www.afp.com/pt/taxonomy/term/366/?page=1>>. Acesso em: 25 out. 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 480 p.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood e HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

_____. The sociosemantic nature of discourse. In: HALLIDAY, M. **Language as Social Semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HAMEL, Rainer Enrique. Derechos lingüísticos como derechos humanos: debates y perspectivas. **Revista Alteridades**, Iztapalapa, n. 5 (10), p. 11-23, 1995.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. 430 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

IDOETA, Paula Adamo. Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só ‘de visita’. **BBC Brasil**: on line, São Paulo. 12 jan. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120111_haitianos_sp_pai.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2015.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam? **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 41, p. 91-109, 2001b.

_____; BUIN, Edilaine e ZANIN, Graziela. Resenha de KLEIBER, Georges (2001). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 355-372, 2003.

KLEIBER, Georges. Discours et stéréotypie: le contexte peut-il remettre d'aplomb une anaphore associative mal formée? In: SCHNEDECKER, C. et al. (Eds). **L'anaphore Associative**. Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques. Paris: Klincksieck, 1994. p. 93-116.

_____. **L'anaphore associative**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. 385 p. (Coleção “Linguistique Nouvelle”)

_____; SCHNEDECKER, Catherine e UJMA, Laurence. **A anáfora associativa, de uma concepção à outra**. Tradução de Miriam Parker Machado apresentada ao curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Linguística. Mimeografado, 2003. 57 p.

KOCH, Ingedore G. Villaça [1989]. **A coesão textual**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, Ligia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de (Orgs.). **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 244-262.

_____. *Referenciação e orientação argumentativa*. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

_____. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. (Coleção linguagem)

_____. Flagrantes da construção interacional dos sentidos. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012. p. 129-143.

_____.; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de Referenciação na Produção Discursiva. **DELTA**, São Paulo, v. 14, Número Especial, p. 169-90, 1998.

KRESS, Gunther. Considerações de carácter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 47-76.

LIMA, Wilson. Haitianos refugiados no Acre são enviados a SP e Porto Alegre. **Último Segundo**: on line, São Paulo, 09 jan. 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/haitianos-refugiados-no-acresao-enviados-a-sp-e-porto-alegre/n1597559789374.html>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

LOUIDOR, Wooldy Edson. Suspensão da repatriação de haitianos: o sentido da petição de Acnur e da Oacdh. **Adital – Agência de Informação Frei Tito para América Latina**: on line, Fortaleza, 24 jun. 2011. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=57727&langref=PT&cat=>>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

_____. Uma história paradoxal. In: SANTIAGO, Adriana (Org.). **Haiti por si**: a reconquista da independência roubada. Fortaleza: Adital; Expressão Gráfica e Editora, 2013. p. 13-43.

MAAKAROUN, Bertha; AUGUSTO, Leonardo. Brasil terá 50 mil imigrantes haitianos até o fim do ano. **Estado de Minas**: on line, Belo Horizonte, 17 maio 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/17/interna_politica,529700/brasil-tera50-mil-imigrantes-haitianos-ate-o-fim-do-ano.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MACEDO, Jorge. Engenheiro haitiano vira servente para trabalhar em Esmeraldas. **Estado de Minas**: on line, Belo Horizonte, 14 set. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/09/14/interna_gerais,568807/engenheiro-haitiano-vira-servente-para-trabalhar-em-esmeraldas.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: **Colóquio Internacional – A Investigação do Português em África, Ásia, América e Europa: Balanço e Perspectivas**, Berlin. Texto mimeografado. 1998.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. **XVII Jornada do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste**, Fortaleza. Texto mimeografado. 1999.

_____. Quando a referência é uma inferência. **XLVIII Seminário do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo**, Assis. Texto não publicado, versão preliminar. 2000.

_____. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez. 2001.

_____. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008. (Educação linguística, 2)

_____. KOCH, Ingedore G. Villaça. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. **Gramática do Português Falado** – Volume VIII: Novos estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, Vol. 8, p. 31-56, 2002.

MARINS, Lucas Gabriel. 2 mil haitianos vivem “sonho curitibano”. **Gazeta do Povo**: on line, Curitiba, 29 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/2-mil-haitianos-vivem-sonho-curitibano-9eej1gowl4ytsphn772ph8y1a>>. Acesso: 04 set. 2014.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução do russo de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012. 269 p.

MELLO, Iran Ferreira. Por uma análise crítica do discurso. In: MELLO, Iran Ferreira. **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas: Pontes, 2012. p. 53-98.

METZNER, Tobías. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. **Cuadernos Migratorios**, n. 6 (La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos). Buenos Aires: OIM, 2014. p. 15-32. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno_migratorio_no6_sp.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Migrantes, apátridas e refugiados**: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ipea, 2015. 170 p. (Série Pensando o Direito, 57). Disponível em: <<http://pensando.mj.gov.br/publicacoes/migrantes-apatridas-e-refugiados/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours. 1994. 670 f. Tese (Doutorado em Letras) – Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

_____. Processus de catégorisation et construction discursive des catégories. In: DUBOIS, Danièle. (Org.). **Catégorisation et cognition**: de la perception au discours. Paris: Éditions Kimé, 1997. p. 291-313.

_____. Gestion du topic et organisation de la conversation. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, 41(1), p. 7-36, 2001.

_____. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.

_____; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p. 95-114, out./nov. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>>. Acesso em: 04 set. 2015.

MOULIN, Carolina. A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia**: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012. p. 275-288.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. A ‘virada político-linguística’ e a relevância social da linguística e dos linguistas. In: CORREA, Djane Antonucci (Org.). **A relevância social da linguística**: linguagem, teoria e ensino. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Parábola, 2007. p. 79-93.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 10 out. 2015.

PAULA, Elder Andrade de. Entre desastres e transgressões. A chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 2, p. 187-206, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1124/1871>>. Acesso em: 04 set. 2015.

_____; VALENCIO, Norma; CORREIA, Diego. Entre desastres catastróficos e mobilidades controladas: das idas e vindas de camponeses brasileiros à chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico”. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/118/65>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

PERAZA-BREEDY, Jorge; LUSSI, Carmem. Encontros de Diálogo Bilateral Brasil – Haiti. **Cuadernos Migratorios**, n. 6 (La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos). Buenos Aires: OIM, 2014. p. 107-119. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno_migratorio_no6_sp.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Relatório** (concernente à migração haitiana para o município de Porto Velho). Porto Velho: Laboratório de Estudos da Oralidade, Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, 2012. 7 p. Disponível em: <<http://www.haitiaqui.com/files/M.L.%20Pimentel,%20G.C.%20Cotinguiba>>

%20-%20Relat%C3%B3rio%20sobre%20a%20migra%C3%A7%C3%A3o%20haitiana%20-%20Jan.%202012.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

PINTO, Sónia Reis. **A migração de haitianos para o Brasil e os usos da razão humanitária**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9161>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011. 194 p. (Linguagem e Sociedade, v. 1)

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 158 p.

RIBEIRO, Bruno; ITALIANI, Rafael. Haitianos estão sendo ‘despejados’ em São Paulo, diz secretário. **O Estado de S.Paulo**: on line, São Paulo, 28 abril 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haitianos-estao-sendo-despejados-em-saopaulo-diz-secretario,1159640>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SACKS, Harvey. An initial investigation of the usability of conversational data for doing sociology. In: SUDNOW, D. (Ed.). **Studies in social interaction**. New York: Free Press, 1972a. p. 31-74.

_____. On the analyzability of stories by children. In: GUMPERZ, J.J. e HYMES, D. (Ed.). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Rinehart & Winston, 1972b. p. 325-45.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 128 p.

SANCHES, Mariana. São Paulo tem romaria de empresários para contratar imigrantes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-tem-romaria-de-empresarios-para-contratar-imigrantes-13633389>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SANTINI, Daniel. Sistema Nacional de Empregos não funciona e refugiados ficam sujeitos a aliciadores. **Repórter Brasil**: on line, São Paulo, 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://imigrantes.webflow.io/#header>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SCHWARZ, Monika. **Indirekte Anaphern in Texten**. Tübingen: Niemeyer, 2000.

SEIXAS, Raimundo Jorge Santos. **Soberania hobbesiana e hospitalidade em Derrida: estudo de caso da política migratória federal para o fluxo de haitianos pelo Acre**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Centro Universitário Unieuro, Brasília, 2014.

SHIRO, Martha. Inference in discourse comprehension. In: COULTHARD, M. (Ed.). **Advances in written text analysis**. London: Routledge, 1994. p. 167-178.

SILVA, Camila Rodrigues da. Haitiano é assassinado em Navegantes (SC). **UOL Notícias**: on line, São Paulo, 19 out. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/19/haitiano-e-assassinado-em-navegantes-sc.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

SILVA, Milton Francisco da. Alguns aspectos de referenciação e tópico discursivo na fala. **Revista Fragmenta**, Curitiba, n. 17, p. 187-204, 2000.

_____. **A progressão referencial-anafórica na fala cotidiana**. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

_____. Subespecificação e inferenciação na fala não planejada. **Revista Letras**, Curitiba, n. 68, p. 185-200, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/6145/4387>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SILVA, Sidney Antonio da. “Aqui começa o Brasil”. Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia**: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012. p. 300-322.

SIQUEIRA, Sueli; SANTOS, Mauro Augusto. Crise econômica e retorno dos emigrantes da microrregião de Governadores Valadares. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 70, p. 27-47, jan./jun. 2012.

SITUAÇÃO humanitária dos refugiados haitianos continua sem solução. **ADITAL – Agência de Informação Frei Tito para América Latina**: on line, Fortaleza, 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/?n=cqq4>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SP RECEBE novo grupo de haitianos vindos do Acre. **G1**: on line, São Paulo, 20 jun. 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1d7Q69Y>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

TÉLÉMAQUE, Jenny. **Imigração haitiana na mídia brasileira**: entre fatos e representações. 2012. 95 f. Monografia. (Bacharelado em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 23-39, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a02.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

THOMÉ, Leonardo. Haitianos: os imigrantes do século 21 em Santa Catarina. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 30 maio 2015. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/259245-haitianos-os-imigrantes-do-seculo-21-em-santa-catarina.html>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUC-RS. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 428 p.

VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 105-168.

_____. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel, Karina Falcone. Tradução e adaptação de Judith Hoffnagel et al. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 286 p.

VÁSQUEZ, Tania; BUSSE, Erika; IZAGUIRRE, Lorena. La migración haitiana en Perú y su tránsito hacia Brasil. **Cuadernos Migratorios**, n. 6 (La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos). Buenos Aires: OIM, 2014. p. 83-105. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno_migratorio_no6_sp.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

VÉRAN, Jean-François; VANDENBERGUE, Frédéric. A chegada dos haitianos na Amazônia: nem refugiados, nem migrantes. **Revista Pittacos**: on line, s.l., 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://revistapittacos.org/2011/11/23/a-chegada-dos-haitianos-na-amazonia/>>. Acesso em: 04 set. 2015.

VIAN JR, Orlando. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciamento. **DELTA**, São Paulo, n. 25:1, p. 99-129, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v25n1/a04v25n1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich / BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução do francês de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313>. Acesso em: 08 dez. 2015.

YANAKIEW, Monica. Argentina, Guatemala e Haiti votam para presidente neste domingo. **Agência Brasil**: on line, Brasília, 25 out. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-10/argentina-guatemala-e-haiti-votam-para-presidente-neste-domingo>>. Acesso em: 25 out. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Resolução Normativa nº 27 do CNIg, de 25 de novembro de 1998

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

Disciplina a avaliação de situações
especiais e casos omissos
pelo Conselho Nacional de Imigração.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Serão submetidas ao Conselho Nacional de Imigração as situações especiais e os casos omissos, a partir de análise individual.

§ 1º Serão consideradas como situações especiais aquelas que, embora não estejam expressamente definidas nas Resoluções do Conselho Nacional de Imigração, possuam elementos que permitam considerá-las satisfatórias para a obtenção do visto ou permanência.

§ 2º Serão considerados casos omissos as hipóteses não previstas em Resoluções do Conselho Nacional de Imigração.

Art. 2º Na avaliação de pedidos baseados na presente Resolução Normativa, serão observados os critérios, princípios e objetivos da imigração, fixados na legislação pertinente.

Art. 3º As decisões com base na presente Resolução Normativa não constituirão precedentes passíveis de invocação ou formação jurisprudência para decisão de qualquer outro órgão.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 32, de 19 de outubro de 1994.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CARLOS ALEXIM

Presidente do Conselho Nacional de Imigração

ANEXO B – Resolução Recomendada nº 08 do CNIg, de 19 de dezembro de 2006**RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 08, de 19 de dezembro de 2006**

Dispõe sobre pedidos de refúgio apresentados ao Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, que a critério deste, possam ser analisados pelo Conselho Nacional de Imigração - CNIg como situações especiais.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, organizado pela Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 840, de 22 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar ao Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o encaminhamento ao Conselho Nacional de Imigração - CNIg dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que, a critério do CONARE, possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias.

Parágrafo único. A situação de estada no país dos estrangeiros, cujos pedidos sejam encaminhados pelo CONARE ao CNIg, será examinada ao amparo da Resolução Normativa nº 27, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre situações especiais e casos omissos..

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

NILTON FREITAS
Presidente em exercício do Conselho Nacional de Imigração

ANEXO C – Resolução Normativa nº 13 do CONARE, de 23 de março de 2007**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 23 DE MARÇO DE 2007**

Dispõe sobre o encaminhamento, a critério do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, ao Conselho Nacional de Imigração, de casos passíveis de apreciação como situações especiais, nos termos da Resolução Recomendada CNlg nº 08, de 19 de dezembro de 2006.

O COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS - CONARE, instituído pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, no uso de suas atribuições, em sessão plenária realizada em 23/03/2007, considerando as disposições da Resolução Recomendada nº 08, de 19 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Imigração, RESOLVE:

Art. 1º O pedido de refúgio que possa não atender aos requisitos de elegibilidade previstos na Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, poderá, a critério do CONARE, ser sobrestado para que possa a permanência do estrangeiro no País ser apreciada pelo Conselho Nacional de Imigração, com base na Resolução Normativa CNlg nº 27, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre situações especiais e casos omissos.

Art. 2º O CONARE, na reunião plenária, admitindo a possibilidade da permanência do estrangeiro no País ser analisada por questões humanitárias pelo Conselho Nacional de Imigração, suspenderá a apreciação do caso, promovendo a sua remessa àquele Órgão, nos termos da Resolução Recomendada CNlg nº 08, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 3º Em caso de concessão da permanência pelo Conselho Nacional de Imigração, o CONARE determinará o arquivamento da solicitação de refúgio.

Art. 4º Se for negativa a decisão do Conselho Nacional de Imigração, o CONARE decidirá a solicitação de refúgio, obedecidas as disposições previstas na Lei nº 9.474/97.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto Presidente

ANEXO D – Resolução Normativa nº 97 do CNIg, de 12 de janeiro de 2012**CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO****RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 97, DE 12 DE JANEIRO DE 2012**

(Publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012)

Dispõe sobre a concessão do visto permanente
Previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de
agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

ANEXO E – Decreto nº 5.586 do Governo do Estado do Acre, de 9 de abril de 2013**ESTADO DO ACRE****DECRETO Nº 5.586 DE 9 DE ABRIL DE 2013**

Declara situação de emergência social nos municípios de Brasiléia e Etipaciolândia, afetados por intenso processo de imigração.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições legais e de acordo com o que prescreve o art. 78, inciso XXI, da Constituição Estadual.

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público de assegurar, aos nacionais e aos estrangeiros, o respeito de sua dignidade como pessoa humana, nos termos do art. 1º, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos, nos termos do art. 4º, II, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO as informações encaminhadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, sobre a situação de alerta máximo nas fronteiras do Brasil no Acre, em razão do grande influxo de estrangeiros, principalmente Haitianos e Senegaleses, em grande parte vítimas dos chamados “coiotes”;

CONSIDERANDO o agravamento da situação no Acre, ante ao inesperado e rápido aumento do número de imigrantes que chegaram nos últimos dias aos municípios fronteiriços, triplicando o contingente de estrangeiros para mais de 1.200 pessoas, sem que possuam meios e condições para sua manutenção, alcançando-se mais de 4.300 pessoas já atendidas pelo Governo do Estado;

CONSIDERANDO sérios riscos à saúde, dos imigrantes e dos nacionais, a exemplo de doenças como dengue, malária, dentre outras;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de rápida resposta do Poder Público, para preservação da saúde e da vida humana na região;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência social nos municípios de Brasiléia e Etipaciolândia, ante o influxo de grande número de estrangeiros, desprovidos de meios de manutenção, que pretendem ingressar no país pela fronteira acreana.

Art. 2º Ficam em alerta máximo a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS, que deverão priorizar ações emergenciais humanitárias nos municípios afetados.

Parágrafo único. Todas as demais Secretarias de Estado e Órgãos Estaduais deverão igualmente manter-se em alerta, priorizando as ações e atividades requeridas ou solicitadas pelas Secretarias de Estado indicadas no caput.

Art. 3º Autoriza-se a realização de campanhas educativas de orientação, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetadas, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM.

Art. 4º A Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE, adotará todas as medidas cabíveis e necessárias para minimizar os riscos decorrentes da situação de anormalidade, com objetivo de proteção da saúde da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de trinta dias, podendo ser prorrogado em razão de relatório circunstanciado que o justifique.

Rio Branco-Acre, 9 de abril de 2013, 125º da República, 111º do Tratado de Petrópolis e 52º do Estado do Acre.

Tião Viana
Governador do Estado do Acre

ANEXO F – Resolução Normativa nº 102 do CNIg, de 26 de abril de 2013

Resolução Normativa CNIg Nº 102 DE 26/04/2013

*Altera o art. 2º da Resolução
Normativa nº 97,
de 12 de janeiro de 2012.*

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores.”

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 2012.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

ANEXO G – Resolução Normativa nº 106 do CNIg, de 24 de outubro de 2013

Resolução Normativa CNIg Nº 106 DE 24/10/2013

*Prorroga a vigência da
Resolução Normativa nº 97,
de 12 de janeiro de 2012.*

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º Fica prorrogado por doze meses o prazo de vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

ANEXO H – Resolução Normativa nº 108 do CNIg, de 12 de fevereiro de 2014**Resolução Normativa CNIg Nº 108 DE 12/02/2014**

*Dispõe sobre a concessão de visto temporário
ou permanente e permanência definitiva
a título de reunião familiar.*

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores poderá conceder visto temporário ou permanente, a título de reunião familiar, aos dependentes de cidadão brasileiro ou de estrangeiro temporário ou permanente no Brasil.

Parágrafo único. As solicitações de visto de que trata esta Resolução Normativa deverão ser apresentadas às Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira ou Vice-consulados.

Art. 2º Para o efeito do disposto nesta Resolução, consideram-se dependentes:

I - descendentes menores de 18 anos, ou de qualquer idade, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento;

II - ascendentes ou descendentes, desde que demonstrada a necessidade de amparo pelo interessado;

III - irmão, neto ou bisneto se órfão, solteiro e menor de 18 anos, ou de qualquer idade, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento; e

IV - cônjuge ou companheiro ou companheira, em união estável, sem distinção de sexo, de cidadão brasileiro ou de estrangeiro temporário ou permanente no Brasil.

§ 1º Os dependentes a que se referem os incisos I e III do caput deste artigo, que estejam inscritos em curso de graduação ou pós-graduação, serão assim considerados até o ano calendário em que completarem 24 anos, desde que seja concedida igualdade de tratamento a brasileiro no país de origem do estrangeiro.

§ 2º Equiparam-se aos descendentes, a que se refere o inciso I do caput deste artigo, o enteado e o menor que, por determinação judicial ou de autoridade competente, se encontrem sob guarda ou tutela de cidadão brasileiro ou estrangeiro temporário ou permanente no Brasil, ou ainda de seu cônjuge, companheiro ou companheira.

§ 3º Para a obtenção de visto temporário ou permanente de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo deverão ser apresentados às Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira ou Vice-consulados os seguintes documentos:

I - certidão de nascimento, decisão judicial ou outro documento que comprove a relação familiar, emitido por autoridade brasileira ou estrangeira;

II - atestado de antecedentes penais, quando cabível; e

III - declaração de compromisso de manutenção, subsistência e saída do território nacional, em favor do chamado, com firma reconhecida em cartório ou em Repartição consular de carreira.

Art. 3º Os casos de incapacidade de provimento do próprio sustento, de que tratam os incisos I e III, do caput do art. 2º desta Resolução, deverão ser comprovados por meio de decisão judicial ou de órgão competente no país de residência do chamado.

Parágrafo único. Em caso de enfermidade, deverá ser apresentado laudo médico emitido no local de residência do chamado.

Art. 4º O Ministério das Relações Exteriores levará em consideração, para configurar o amparo previsto no inciso II, do caput do art. 2º, desta Resolução, ao menos um dos seguintes aspectos:

I - não dispor o interessado de renda suficiente para prover o próprio sustento e comprovar a remessa regular de recursos para sua manutenção e sobrevivência;

II - não possuir o interessado descendentes ou colaterais em primeiro ou segundo grau que possam prover sua própria subsistência no país de residência; e

III - necessitar o interessado de assistência, em virtude de enfermidade comprovada por laudo médico.

Art. 5º Poderá ser concedido visto permanente ou permanência definitiva ao estrangeiro que possua filho brasileiro que esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, ao estrangeiro que possua a guarda judicial ou a tutela de brasileiro.

Art. 6º Para a obtenção de visto temporário ou permanente com base em casamento, deverão ser apresentados às Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira ou Vice-consulados os seguintes documentos:

I - certidão de casamento brasileira ou estrangeira consularizada;

II - atestado de antecedentes penais, quando cabível; e

III - declaração de compromisso de manutenção, subsistência e saída do território nacional, em favor do interessado, com firma reconhecida em cartório ou Repartição consular de carreira.

Art. 7º Para a obtenção de visto temporário ou permanente com base em união estável, sem distinção de sexo, deverão ser apresentados às Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira ou Vice-consulados os documentos elencados nos incisos II e III do art. 6º desta Resolução, bem como um dos seguintes documentos:

I - atestado de união estável emitido por autoridade competente do país de procedência do chamado; ou

II - comprovação de união estável emitida por juízo competente no Brasil ou autoridade correspondente no exterior.

Art. 8º Na ausência dos documentos a que se refere o art. 7º desta Resolução, a comprovação de união estável poderá ser feita mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - certidão ou documento similar emitido por autoridade de registro civil nacional, ou equivalente estrangeiro;

II - declaração, sob as penas da lei, de duas pessoas que atestem a existência da união estável; e

III - no mínimo, um dos seguintes documentos:

a) comprovação de dependência emitida por autoridade fiscal ou órgão correspondente à Receita Federal;

b) certidão de casamento religioso;

c) disposições testamentárias registradas junto a cartório brasileiro ou autoridade competente no exterior que comprovem o vínculo;

d) apólice de seguro de vida ou plano de saúde em que conste um dos interessados como instituidor do seguro e, o outro, como beneficiário;

e) escritura de compra e venda, registrada em cartório de registro de imóveis ou perante autoridade competente no exterior, quando aplicável, onde os interessados constem como proprietários, ou contrato de locação de imóvel em que ambos figurem como locatários;

f) conta bancária conjunta;

g) certidão de nascimento de filho estrangeiro do casal.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nas alíneas "b" a "f" do inciso III deste artigo, será exigido o tempo mínimo de um ano.

Art. 9º O Ministério da Justiça poderá conceder a permanência temporária ou definitiva de que trata esta Resolução Normativa.

Art. 10. Ficam revogadas as Resoluções Normativas nº 36, de 28 de setembro de 1999, e nº 77, de 29 de janeiro de 2008.

Art. 11. Esta Resolução Normativa entra em vigor 30 dias após a data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

ANEXO I – Resolução Normativa nº 113 do CNIg, de 09 de dezembro de 2014

Resolução Normativa CNIg Nº 113 DE 09/12/2014

*Prorroga a vigência da
Resolução Normativa nº 97,
de 12 de janeiro de 2012.*

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de outubro de 2015, a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho

ANEXO J – Resolução Normativa nº 117 do CNIg, de 12 de agosto de 2015

Resolução Normativa CNIg Nº 117 DE 12/08/2015

*Prorroga a vigência da
Resolução Normativa nº 97,
de 12 de janeiro de 2012.*

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de outubro de 2016, a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho

ANEXO K – Corpus

A18 mundo ★ ★ ★ QUARTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

A1

A COBERTURA do fim da guerra do Iraque é mais um lembrete do papel horrível exercido pela grande mídia em enterrar a verdade, especialmente as verdades mais importantes para o progresso social.

A Guerra do Iraque foi um crime hediondo sob qualquer ponto de vista humano. Mais de 1 milhão de iraquianos estão mortos — a maioria da imprensa nem sequer acertou esse número.

Milhares de pessoas foram deslocadas, feridas ou tiveram suas vidas arruinadas de outras maneiras, e o país ainda se encontra em um caos deplorável. Cerca de 4.500 soldados americanos morreram e dezenas de milhares ficaram feridos, mais de US\$ 1 trilhão foi desperdiçado — para quê?

Para uma guerra que foi baseada em mentiras desde o início e que não teria sido possível, não fosse o fato de o governo e a mídia dos EUA te-

rem convencido a maioria dos americanos de que o Iraque estava fidedigno ao 11 de Setembro. E que possuía armas de destruição em massa, quando, na realidade, não representava ameaça de segurança nem aos EUA nem mesmo a seus vizinhos.

E por que a imprensa não divulgou o papel exercido pelo movimento pacifista em pôr fim a esta guerra? Sem essa pressão organizada, é pouco provável que George W. Bush tivesse assinado o acordo que impôs a retirada das tropas e não se sabe se Obama o teria respeitado.

A informação está ali para quem quiser procurá-la, mas poucos a encontrando no noticiário da grande

Vitória para a paz

MARK WEISBROT

A cobertura do fim da guerra do Iraque é mais um lembrete do papel horrível exercido pela grande mídia

imprensa que jorna de sua TV, seus rádios ou seus jornais diários.

Essas lições dificilmente poderiam ser mais importantes neste momento, porque o Pentágono, que vem cada vez mais contestando a autoridade do presidente em nossa emergente república de bananas, gostaria de estabelecer bases militares permanentes no Afeganistão, como tentou, mas não conseguiu fazer no Iraque.

Derrotar essa ambição será crucial para encerrar a guerra no Afeganistão, já que o outro lado jamais o aceitará. Igualmente importante é o fato de o governo Obama estar delatando as bases para uma guerra com o Irã — repetindo o padrão que Bill Clinton e, depois, Bush seguiram no longo período de preparação para a segunda guerra do Iraque. Criando falsas ameaças, promovendo a hostilidade, recusando-se a conversar, impondo sanções e procurando isolar o país — já vimos esse filme e sabemos como termina.

E os republicanos estão ainda mais ansiosos para puxar o gatilho. Newt Gingrich afirmou que bombar-

dear as instalações nucleares do Irã não seria suficiente e debaixo fortemente subentendido que seria necessária uma guerra para promover a "mudança de regime".

Os americanos, de modo geral, se opõem à guerra e não nutrem amor pelo império, como mostram pesquisas. O exemplo mais recente é a ascensão de Ron Paul na primária republicana, com base em sua atitude antiguerra e anti-império.

Mas o establishment de política externa já conseguiu em muitos ocasiões manipular a opinião pública, às vezes justamente por tempo suficiente para iniciar uma guerra que então se torna difícil de encerrar. Ele jamais conseguirá fazê-lo sem a ajuda da grande mídia.

Tradução de CLARA ALLAN

AMANHÃ EM MUNDO (Clávia Rossi)

Egípcias protestam contra brutalidades

Ato com cerca de 10 mil mulheres condena tratamento violento das manifestantes pelas forças de segurança do país

Junta militar expressa "profundo pesar" e promete punição dos responsáveis pelo que chama de "violações"

DAS AGENCIAS DE NOTÍCIAS

Cerca de 10 mil mulheres foram às ruas da capital do Egito para protestar contra a junta militar que governa o país e contra o tratamento brutal dispensado às manifestantes do sexo feminino pelas forças de segurança.

Os protestos acontecem dias depois da divulgação de imagens de uma manifestante sendo arrastada pelo cabelo, pisoteada na barriga e depois abandonada semidesnuda e aparentemente inconsciente pelas forças de segurança, durante confrontos entre manifestantes e policiais no Cairo, no último sábado.

As mulheres se reuniram na parte de fora de um complexo de escritórios do governo na praça Tahrir, centro das manifestações. Dezenas de mulheres juntaram-se às manifestantes, formando um

Mulheres protestam contra o tratamento violento dispensado pelas forças de segurança

condão de proteção. O protesto aconteceu horas após os policiais terem novamente expulsar os manifestantes, no quinto dia seguido de confrontos. Segundo o jornal "The Guardian", ao menos quatro manifestan-

tes foram mortos pelas forças de segurança, e um jovem de 15 anos está em estado grave. Na segunda-feira, a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, já condenara a repressão às ativistas. "A degradação sistemática da

mulher egípcia desonra a revolução e não é digna de seu grande povo", disse Hillary. Antes mesmo do fim do protesto, a junta militar divulgou um comunicado pedindo desculpas por aquilo que chamou de "violações" e pro-

Ativista é arrastada e depois pisoteada no Cairo, no sábado

meteu punir os responsáveis. O ato é visto como uma viravolta no discurso oficial, que anteriormente deslegitimava os abusos cometidos pelas forças de segurança.

A junta reformou seu "res-

peito de protestar e participar da vida política".

FOLHA.COM
Veja imagens de violência contra a manifestante egípcia
folha.com/mo1024293

FOCO

Haitianos no Acre sofrem com superlotação em alojamento

STAVIA FREIRE
DE SÃO PAULO
FRED ANTUNES
COLABORADOR PARA A FOLHA
DE RUI BARROS

Um grupo de 728 haitianos está alojado precariamente numa pousada que comporta 80 pessoas, em Brasília (231 km de Rio Branco), fronteira do Brasil com a Bolívia. Outros 700 são esperados nos próximos dias, segundo os próprios imigrantes.

Sem visto de entrada no país nem dinheiro, os haitianos pedem refúgio ao chegar ao Brasil. Por razões humanitárias, o governo brasileiro dá a eles direito de residir no país, segundo o Itamaraty.

Os haitianos, no entanto, têm de aguardar a regularização de sua situação em Brasília, onde há um posto da Polícia Federal. O processo pode demorar até 45 dias. Durante esse período, não podem sair da cidade.

O padre Ruteanu Crispin, que está ajudando os haitianos, disse que as condições da pousada são insalubres. "Não tem duche, não tem sabão. Alguns chegam a dormir na rua", disse.

Segundo o padre, na pousada estão 12 crianças, entre elas um bebê de três meses.

Os haitianos chegam ao Brasil após passarem por fe-

pública Dominicana, Equador, Peru e Bolívia. De janeiro de 2010, quando um terremoto devastou o Haiti, até o mês passado, cerca de 1.000 haitianos pediram refúgio no Brasil.

O secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Henrique Corinto, disse que há cerca de três meses voltou a crescer o fluxo de haitianos e que a estrutura montada para recebê-los não comportou o aumento.

Em novembro, o Estado disse ter gasto R\$ 120 mil com os haitianos. Na semana passada, o Acre pediu ajuda ao governo federal.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência disse que irá liberar 1.300 cestas básicas para os Estados do Acre e do Amazonas para auxiliar os imigrantes.

Segundo o secretário, o governo do Acre está ajudando os imigrantes por razões humanitárias e para reduzir o impacto social na região.

Após obterem a documentação, muitos haitianos buscam emprego em Rondônia. Poucos continuam no Acre.

Segundo o Ministério do Trabalho, a maioria tem ensino fundamental e médio incompleto, mas alguns têm curso superior e encontram emprego com relativa facilidade no Brasil.

Haitianos fazem fila para receber comida em Brasília (AC)

Vice-presidente do Iraque se diz inocente e acusa premiê xiita

Para Hashemi, líder sunita mais influente, sua ordem de prisão teve motivação política

DAS AGENCIAS DE NOTÍCIAS

Na primeira aparição pública após a Justiça iraquiana emitir sua ordem de prisão, o vice-presidente iraquiano, Iyad Hashemi, acusou ontem o primeiro-ministro, Nuri al Maliki, de ter gerado tal situação com motivações políticas.

Em uma coletiva de imprensa em Irbil, no Curdistão iraquiano, Hashemi, o sunita mais influente do país, negou as acusações de terrorismo e denunciou a participação de uma "agenda exterior" no Iraque — referência velada à possível influência do Irã xiita.

"Eu juro, não cometi nenhum pecado contra o sangue iraquiano e não vou cometer", disse o vice, acrescentando que "toda a questão é culpa de Maliki".

Hashemi mostrou-se disposto a responder às acusações na Justiça, mas pediu que o julgamento seja transferido para o Curdistão (região autônoma).

levantando a minoria sunita (30% da população), que se sente marginalizada pelo governo do xiita Maliki.

COALIZÃO AMEAÇADA
Também está em jogo o governo de coalizão. Ontem, o premiê pediu um encontro com seus adversários políticos para impedir que o país mergulhe numa crise.

A ação da Justiça aparentemente também desafiou o presidente iraquiano, o curdo Jalal Talabani, que se queixou de não ter sido informado ou consultado sobre a ordem de prisão contra seu vice.

O ex-premiê Iyad Allawi, líder da ala sunita sintonizada ao presidente iraquiano, acusou Hashemi, que se queixou de não ter sido informado ou consultado sobre a ordem de prisão contra seu vice.

Canais de TV divulgaram depoimentos de supostos guarda-costas de Hashemi confessando ter plantado bombas nas ruas de Bagdá.

O governo americano condenou as autoridades encarregadas da investigação a respeitar "as normas internacionais e a lei iraquiana".

FOLHA

corrida

seu dia em 5 minutos

QUARTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2011 C12

Gigantes do varejo perdem participação em ranking

As cinco maiores redes de varejo do país perderam participação no ranking das melhores empresas do setor. A soma dos cinco grupos líderes representou 47% do faturamento das 80 maiores em 2010, ante os 56% que tinham sido registrados no ano anterior, de acordo com o Ibevar (Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo). As quatro primeiras colocadas em 2010 foram: Pão de Açúcar, Carrefour, Walmart e Americanas.

Já as redes menores estão ganhando mais espaço. "As empresas que estavam mais abaixo se juntaram com outras e conseguiram aumento mais significativo de faturamento. Ao mesmo tempo, as líderes não fizeram fusões ou aquisições importantes", afirma o presidente do instituto, Claudio Felisoni. Foi o caso da Drogasil e da Droga Raia, que se uniram em agosto e saltaram da 79ª e 24ª posições, respectivamente, para a 30ª. Mercado 89

FOLHA.COM

folhaleaks

Enxame informações de interesse público para a Redeção avaliar e apurar
folhaleaks.folha.com.br

mundo

Nasce filha de Rulky, pivô de escândalo com Berlusconi
folha.com/1023851

ilustrada

Vídeo de Michel Teló foi o mais visto na Espanha
folha.com/1023969

esporte

Morte de jogador de hóquei sobre o gelo abre discussão nos Estados Unidos
folha.com/1023749

folhinha

Projeto Gurilândia loja virtual com bônus, carteira e adesivo
folha.com/1024047

turismo

Centenário do Titanic põe Belfast no mapa turístico
folha.com/1023998

NO IPAD

Veja lista completa dos finalistas ao Prêmio Shell do Rio

FOLHA Acesse app.folha.com e baixe o novo aplicativo do jornal

AMANHÃ NA FOLHA

turismo

Conheça as atrações de Israel

QUENA - concurso 2.770

04-35-53-68-74
Quena acumulado: R\$ 11.076.802,94
Quena 279 acerto: R\$ 5.043,27
Tema 24.532 acerto: R\$ 95,92

DIPLA SENA - concurso 1.030

10-07-15-16-25-32-38
Sena acumulado: R\$ 1.321.351,58
Quena 21 acerto: R\$ 4.423,96
Quena 1.599 acerto: R\$ 55,33
29-17-30-36-31-37-38
Sena sem acerto: R\$ 6.635,79
Quena 913 acerto: R\$ 96,90

VOCÊ VIU?

EU NÃO MORRI Após boatos sobre sua morte, Jon Bon Jovi postou uma foto no Facebook com a mensagem 'O paraíso se parece muito com New Jersey' folha.com/1023886

RÁPIDAS

Receita libera retorno de lixo hospitalar aos EUA

A Receita Federal autorizou anteriormente que os contêineres com lixo hospitalar importados dos Estados Unidos por uma empresa brasileira sejam devolvidos. A carga chegou ao país pelo porto de Suape, em Pernambuco, em outubro. Eram 46 toneladas de fraldas e lençóis usados, misturados com seringas e luvas. *Catidiano C5*

Grupo Anhanguera demite 680 professores

A Anhanguera Educacional, maior rede de ensino superior do país, demitiu neste fim de ano cerca de 680 professores, de três escolas compradas recentemente em São Paulo. 56 da Urbana foram cotados 400 docentes (metade do quadro). Segundo o sindicato, é o maior corte numa instituição em ao menos 20 anos. *Catidiano C5*

Foto em longa exposição mostra multidão na 25 de Março

ÚLTIMA HORA

Consumidores fazem compras na 25 de Março, em São Paulo; Walmart e Carrefour ainda garantem entrega até dia 24; outras redes dão descontos pós-Natal

Marcelo B9

IH, RACHOU

Chuvos fazem asfalto de trecho da estrada MG-10, na região metropolitana de Belo Horizonte, ceder

Catidiano C3

DESCOBERTA

Nasa encontra planetas Kepler-20f (na ilustração de cima) e Kepler-20e; eles têm quase o mesmo tamanho da Terra

Cláudio C11

VERSÃO BRASILEIRA

SBT produz mais um episódio de "Chaves"

Cláudio C10

À ESPERA

Haitianos que pedem refúgio no Brasil vivem em condições insalubres no Acre enquanto aguardam regularização

Miguel A10

Rosa e Caboclo/Israel Figueira

+COLUNAS

TOSTÃO

Professor e aluno

Sei que o mundo todo já ficou da goleada, mas, como ainda não tive a chance, escrevo sobre a aula dada pelo Barcelona. Era para fazer um curso. Um dos itens da aula foi como jogar com três zagueiros. Outro foi como trocar passes. *Esporte D3*

ANTONIO PRATA

Cuica

Estava em Chicago, num show de blues. A música era triste pra burro, como comêrno ao gênero. Já estava quase no fim quando, com um som que não vinha da banda: era a ideia. Simples e fundamental, era a seguinte: há que se introduzir a cuica no blues. Tô falando sério. *Catidiano C2*

F5

O site de entretenimento da Folha

Gretchen é processada por não pagar carro, segundo coluna

folha.com/1023928

Filho de Antonio Fagundes estreia como cantor; show terá Elvis e Lady Gaga

folha.com/1023985

Mãe de Brittany Murphy diz que moço matou a atriz

folha.com/1024146

A2

FOLHA DE S. PAULO

A3

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 91 • SEGUNDA-FEIRA, 26 DE DEZEMBRO DE 2011 • Nº 39.217

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 23H • R\$ 3,00

MINHA HISTÓRIA

Morador de rua narra acusações contra o governo

Três anos após chegar a Brasília com a intenção de ser recebido pelo presidente Lula, Rivanor de Sousa, 47, virou morador de rua e diz já ter sido preso 26 vezes por participar de protestos.

Hoje, ele narra a passagem das denúncias publicadas em jornais contra o governo. "A impunidade é um negócio muito sério. Eles fazem os desvios sabendo que a única coisa que acontece é a perda do cargo." Poder A4

Um ano depois, miséria continua em Porto de Pedras (AL)

Poder A5

PROMESSÔMETRO MOSTRA PLANOS EMPACADOS DE DILMA

Poder A4

País perde R\$ 15 bi com acidentes em estradas neste ano

Brasil tem o quinto maior número de mortes de trânsito no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde

O país deverá perder cerca de R\$ 14,5 bilhões com acidentes nas estradas federais neste ano, informam Patrícia Campos Mello e Gustavo Hennemann. O levantamento foi feito pela Folha com dados do Ipea e da Polícia Rodoviária Federal.

Os acidentes já custaram R\$ 9,6 bilhões neste ano até agosto — último dado disponível —, um aumento de 4,6% em relação a 2010. Um acidente com morte custa, em média, R\$ 567 mil e 60% do prejuízo vem da perda de produção da pessoa.

O Brasil tem o quinto maior número de mortes no trânsito do mundo, atrás de Índia, China, EUA e Rússia, segundo a Organização Mundial da Saúde. O governo propôs em maio plano de redução de acidentes, mas não avançou. Cotidiano C1

Haitianos dançam para festejar o Natal, com caixa de som improvisada, na praça central de Brasília, no Acre

Haitianos pagam até US\$ 300 a 'coiotes' para entrar no Brasil

Conhecidos como "coiotes", atravessadores bolivianos montaram um esquema de imigração ilegal para levar haitianos ao Acre.

Iniciada em 2010, depois do terremoto que devastou o Haiti, a entrada pela fronteira amazônica cresceu exponencialmente desde setembro. Em Brasileia (AC), 900 haitianos aguardam regularização para poder trabalhar no país. Mundo A13

Na Nigéria, grupo islâmico mata cristãos no Natal

No Natal, um grupo terrorista explodiu cinco bombas que tinham como alvos igrejas cristãs no país africano, matando ao menos 39 pessoas. Em Madalla, 35 morreram e 52 ficaram feridos em explosão na igreja católica de Santa Teresa.

O grupo Boko Haram, ligado à Al Qaeda, assumiu a responsabilidade. Mundo A9

FOLHAINVEST Aplicar em previdência até 5% reduz o IR

DANUZA LEÃO Reencaminhar presentes é a solução

ILUSTRADA Novelas turcas roubam espaço das brasileiras

FOLHATEEN Jovens músicos têm difícil rotina de "peneiras"

«CAMINHO DE VOLTA» A rodovia dos Imigrantes registrou tráfego intenso na noite de ontem, com 13 km de lentidão no sentido capital; houve neblina e chuva forte Cotidiano C3

90 páginas
279.007 exemplares

ATMOSFERA Cotidiano C2
Alcova de chuveiro na capital
Mundo 20C • Minha 20C

FALE COM A FOLHA
Faça como está em contato com o
serviço de assinatura, por e-mail ou
telefone. 0800 011 0000

TEC E THE NEW YORK TIMES
Excepcionalmente,
os cadernos não
circulam hoje

Morte violenta tem motivo ignorado em cidades do Rio

No Estado do Rio, 10 das 92 cidades não registraram no ano passado o motivo de mais da metade dos óbitos por causas externas, informa Antônio Góis.

Com 27%, o Estado é líder na estatística do sistema de saúde em mortes violentas não esclarecidas. Secretários municipais de Saúde citaram como causas do problema a precariedade do IML e a falta de pessoal. Cotidiano C4

ENTREVISTA DA 2ª JEAN WYLLYS

'Igrejas que pregam cura de gays devem ser punidas'

"Sabe o que é insustentável? As igrejas financiarem programas de cura de homossexualidade e o pastor promover esse tipo de serviço nos seus cultos", diz o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). Ele afirma que "tem que haver uma sanção".

Wyllys critica a suavização do projeto que criminaliza a homofobia. Pág. A12

LUIZ FELIPE PONDÉ

Ateísmo como conquista da razão é uma ideia risível

Acho risível a ideia de que o ateísmo seja uma "conquista" da razão ou de alguma forma de rigor moral ou "coragem cosmológica". O ateísmo me parece, entre todas as hipóteses sobre o universo, a mais fácil. Ilustrado C19

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "11 milhões em favelas", sobre novos dados do Censo, e "Não à Fila", acerca de exigências da entidade para a realização da Copa de 2014 no país.

RODÍZIO SUSPENSO

O rodízio municipal de veículos volta a vigorar apenas em 15 de janeiro.

Haitianos caminham por baixo de ponte que liga o Brasil e a Bolívia na cidade de Brasileia, no Acre; cerca de 900 deles entraram ilegalmente no país

Haitianos desembolsam US\$ 300 para entrar ilegalmente no Brasil

Atravessadores bolivianos, chamado de "coiotes", levam os imigrantes para cidades do Acre

Fluxo aumentou muito após o terremoto de 2010; governo do Brasil tem autorizado entrada por razões humanitárias

GUSTAVO HENNEMANN
JOEL SILVA
ENVIADOS ESPECIAIS A BRASÍLIA (A2)

Os haitianos que usam o Acre como porta de entrada para o Brasil pagam até US\$ 300 a bolivianos que montaram um esquema de imigração ilegal para atendê-los.

Conhecidos como "coiotes" — referência às agências que guiam imigrantes clandestinos na fronteira entre México e EUA —, eles buscam os haitianos em Irapari, no Peru, e seguem até Cobija, cidade boliviana separada de Brasileia (231 km de Rio Branco) apenas pelo rio Acre.

Haitianos que entraram no país ilegalmente nos últimos dias relataram à reportagem da **Folha** que os coiotes bolivianos oferecem duas opções de caminho.

É possível fazer todo o percurso de carro ou pode-se tomar um arado caminhando 22 km no meio da selva amazônica para evitar extorções e humilhações em postos de fiscalização da Bolívia.

O preço cobrado pelos coiotes, que são geralmente taxistas, varia de acordo com o que cada haitiano tem no bolso e chega a US\$ 300 (cerca de R\$ 550).

Desde o Haiti, a viagem dura até seis dias e custa US\$ 3.000, incluindo as passagens aéreas.

POUCA FISCALIZAÇÃO

Após chegarem a Cobija, os imigrantes — muitas vezes sozinhos e molhados — passam por um dos momentos mais tensos do processo.

Em pequenos grupos, esperam até a madrugada para cruzar a ponte sobre o rio

ROTA DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

Viagem até a fronteira amazônica do Brasil leva seis dias e custa cerca de US\$ 3.000

1º DIA

> Guiados por dicas de amigos que já fizeram o trajeto ou por agentes haitianos informais, deixam a cidade onde moram — raramente são da capital Porto Príncipe — e vão de ônibus até Santo Domingo, na República Dominicana.

2º DIA

> Saem de um avião comercial que os levou ao Panamá.

> Outro voo comercial os leva diretamente ao Peru (Lima) ou inicialmente ao Equador (Quito). Nos dois países, haitianos entram como turistas sem precisar de visto.

3º DIA

> Quem chega a Lima toma um ônibus até Cusco, segue a Puerto Maldonado e, depois de três dias andando, desembarca em Irapari, na fronteira do Peru com o Brasil (Assis Brasil).

> Quem chega de avião em Quito vai até Lima de ônibus e faz o mesmo caminho, demandando mais tempo.

4º DIA

> Em Irapari, esperam horas ou dias para entrar legalmente no país.

> Cerca de 90% vão para a Bolívia, onde pagam coiotes que os levam até Cobija. Atravessam a ponte até Brasileia do outro lado da madrugada abatidos dentro de ônibus.

5º DIA

> Alguns conseguem atravessar o rio Acre sozinhos, driblam a fiscalização brasileira e entram diretamente por Assis Brasil.

6º DIA

> Depois de entrar no país, apresentam-se à Polícia Federal, pedem refúgio e não podem mais ser barrados ou deportados.

tes podem ser presos por colocar um estrangeiro no país ilegalmente.

Segundo o delegado da Polícia Federal Geraldo Sávio Pedrosa, o esquema de imigração ilegal também atraiu brasileiros inicialmente, mas eles recuaram depois de três homens serem presos transportando haitianos numa estrada perto de Brasileia.

PALAVRA MÁGICA

O delegado, que formaliza os pedidos de refúgio, diz que a entrada dos haitianos na fronteira amazônica começou de forma "tímida" em abril de 2010, três meses depois do terremoto que devastou o Haiti, deixando mais de 300 mil mortos.

No entanto, desde setembro deste ano, o fluxo cresceu exponencialmente.

"A Polícia Federal não pode deixar nenhum haitiano atravessar a fronteira sem visto prévio, mas eles aprendem a polarelinha mágica 'refúgio'", afirma Pedrosa.

"A partir do momento em que eles se apresentam aqui [na delegacia] pedindo proteção, temos de encaminhar o pedido ao Conare [Comitê Nacional para os Refugiados] e eles não podem ser deportados", diz o delegado da Polícia Federal.

Até ontem, 851 haitianos estavam instalados em Brasileia à espera do protocolo do Conare, com o qual podem trabalhar no país.

O trâmite junto às autoridades pode demorar até três meses e não é definitivo.

O governo brasileiro entende que os haitianos não são refugiados, porque não sofrem perseguição política. Contudo, eles têm sido autorizados a ficar no país por questões humanitárias.

FOLHA.COM
Veja fotos de haitianos no Acre
folha.com/g5906

Acre abatidos dentro do carro dos coiotes.

"Saímos que entre 5h e 8h é mais fácil de passar, porque a fiscalização brasileira é mais flexível. Eu cruzei com

minha irmã e meu namorado e não fomos parados. Abaixei a cabeça e não vi nada", diz Barbara Bellanger, 25.

Ela espera ter a situação regularizada para depois seguir

de Brasileia para Manaus.

Ao cruzarem a fronteira brasileira, os haitianos são deixados em lugares escuros e afastados da cidade.

Se forem flagrados, os coiotes

Natal é celebrado com música tradicional em praça

OS ENVIADOS A BRASÍLIA

O grupo de aproximadamente 900 haitianos que está instalado provisoriamente em Brasileia, no Acre, para regularizar a condição de imigrante ilegal festejou o Natal com churrasco e um baile a céu aberto.

Na praça principal da cidade, os haitianos instalaram um equipamento de som emprestado no qual tocaram música em crioulo (idioma falado pela maioria dos habitantes da ilha caribenha) que

se podia ouvir a quadras de distância durante a noite. Aqueles que se animavam a dançar kompa — estilo musical mais popular do Haiti — eram rodeados pelos demais, que riem e cantavam.

Antes do baile, comeram carne assada e mandioca com refogado.

Tudo havia sido doado e preparado por moradores locais com a ajuda dos próprios haitianos.

Ao longo do dia, se aproximaram para a festa. As mulheres fizeram tranças e pentea-

dos. Os homens raspavam o cabelo.

"Estamos muito felizes porque tivemos festa no almoço e na janta de hoje [ontem] e é importante festejar para levantar o ânimo de todos", afirma Brice Inel, 36, um dos haitianos que ajudou na coordenação logística do grupo.

Na manhã de dia 24, véspera de Natal, desembarcaram mais nove haitianos na cidade e cerca de 20 receberam o protocolo do Conare (Comitê Nacional para os Re-

fugiados, órgão ligado ao Ministério da Justiça).

O documento permite a eles trabalhar livremente em qualquer lugar do país até o julgamento final do pedido de refúgio.

"É um presente de Natal. Na semana que vem, já vou embora para Porto Velho [capital de Rondônia] encontrar meu primo e tentar trabalhar com ele", declara o pedreiro Fidele Richelme, 34, que chegou a Brasileia em 7 de novembro. (GUSTAVO HENNEMANN E JOEL SILVA)

Verifique nossas promoções.

tolkstok.com.br/ofertasgarden

A4a

A4b

IMIGRAÇÃO 38 HAITIANOS MORREM EM NAUFRÁGIO

Pelo menos 38 refugiados haitianos morreram ontem após o naufrágio de um navio que os levava a Cuba. De acordo com a Defesa Civil, outras 87 pessoas foram socorridas pela guarda costeira cubana.

Kalunga

A5

RESUMO — A haitiana Anita Antonio chegou na véspera de Natal à Brasília, fronteira de Acre e Bolívia. Entrou ilegalmente no Brasil após viajar por dez dias com o filho Wilson, de dez meses. No caminho, foi roubada por "coiotes" (atravessadores) bolivianos. Agora tenta regularizar sua situação para ir ao encontro do marido, que vive em Manaus.

MINHA HISTÓRIA ANITA ANTONIO, 28

nas garras dos coiotes

Haitiana conta o medo que passou nas mãos de atravessadores bolivianos até conseguir entrar ilegalmente no Brasil, pelo Acre

(Folha) Depoimento de

GUSTAVO HEINENMANN
ENTREVISTA ESPECIAL A BRASÍLIA

Embarquei rumo ao Brasil com o meu filho Wilson, de dez meses, apenas com anotações do roteiro que meu marido passou. Ele fez essa viagem antes de mim e agora está em Manaus me esperando, mas não sabe o que eu passei para chegar até aqui.

Sou de Jacmel, na costa sul do Haiti, e já morava havia oito anos na República Dominicana. Embarquei num avião em 14 de dezembro.

Fui até o Panamá e depois peguei outro voo até o Peru. De Lima, tomei um ônibus até Cusco, outro até Puerto Maldonado e mais um até Iquitos, na fronteira com a Bolívia e com o Brasil.

Lá fiquei num hotel onde estavam hospedados outros 21 haitianos com o mesmo objetivo: tentar a vida no Brasil.

O dono me apresentou a um boliviano coxo que se chama Thomaz. É o chefe de um grupo de coiotes que cobra US\$ 150 para supostamente me deixar no Brasil.

No mesmo dia, dois homens de Thomaz vieram buscar a todos nós e nos levaram para uma casa grande e velha em Iberia, logo antes da fronteira com a Bolívia. Fica-

A haitiana Anita Antonio, 28, que entrou ilegalmente no Brasil pela Bolívia, e seu filho Wilson, de 10 meses de idade

mos lá uns dois dias. Assustaram a gente dizendo que a fronteira era perigosa e que tínhamos de esperar o momento certo para cruzar.

Antes de sairmos, pediram nossos celulares, laptops e câmeras. Disseram que iriam nos devolver na entrada do Brasil, para que policiais não nos tomassem no caminho. Embarcamos à noite na camioneta de um caminhão, que se meteu numa estrada-não de terra.

Três horas depois, oito homens encapuzados, armados de pistola, nos pararam. Obrigaram a gente a descer, colocaram os homens deitados com as mãos amarradas para trás e nos revistaram. Um de nós perdeu US\$ 1.200. Eu entreguei o que tinha, não passava de US\$ 300.

Depois, ainda cortaram nossas malas com uma faca e ficaram com as roupas novas que trazíamos. Um dos haitianos levantou a cabeça e tomou uma conchada.

Antes de sairmos, esvaziaram os pneus do caminhão. Ouvimos um assobio e dois minutos depois apareceu um grupo de bolivianos.

Tivemos a impressão de que eram os mesmos que haviam nos assaltado. Tiraram as máscaras e voltaram. Não falei nada, tive muito medo.

Disseram ser amigos do Thomaz e deram ajuda para nos guiar até a fronteira. Sem saída, fomos com eles.

Troxei carneiros pequenos e frangos em grupos de cinco até Cobija. Quando me deixaram, estava sem dinheiro, sem minhas roupas boas e máquina de fotos. Desesperada, caminhei sem rumo e parei uma senhora boliviana na rua. Essa mulher nos deixou ficar e deu de comer para mim e para meu filho.

De manhã, entrei no Brasil cruzando a ponte caminhei. Agora só quero tirar os documentos para conseguir sair daqui e ir para Manaus.

No Shopping UOL você compara e acha o menor preço.
E se você usar o seu Cartão de Crédito Bradesco ainda
recebe 10% de crédito na sua fatura.

Acesse shoppinguol.com.br
e compare preços de mais de 7.000.000 de ofertas.

Bradesco
Cartões

SHOPPINGUOL
COMPARA E ACHA O MENOR PREÇO

Bomba mata cientista nuclear em Teerã

Outros três especialistas ligados ao programa atômico do país morreram desde 2010, em ações que seguem padrão

Irã reafirma o seu programa nuclear e acusa Israel, que não comenta, e EUA, que negam autoria do ato

SAMY ADGHINI
OUTERAS

A explosão de uma bomba em Teerã matou ontem um perito em química que ocupava um alto cargo na central nuclear de Natanz, a mais importante do Irã.

Mostafa Ahmadi-Roshan, 36, é o segundo cientista iraniano morto desde 2010 em ataques que seguem um modo de ação quase idênticos e são atribuídos pelo governo do Irã a Israel e EUA.

Segundo a mídia estatal, a vítima era um ex-aluno da prestigiada Universidade Científica de Shānif e dirigia o setor de compras de material da central de Natanz.

O atentado, que ameaça elevar ainda mais a tensão entre o Irã e as potências ocidentais, ocorreu na movimentada rua Ghalabi, num bairro ao norte de Teerã.

MOTO

Eram cerca de 8h da manhã quando, segundo testemunhas, uma moto com duas pessoas a bordo se aproximou do carro do cientista, onde ele ia no banco do carona.

O homem na garupa esticou o braço e girou na lateral do Peugeot 405 cerca de um metro e meio, quando a explosão ocorreu. O impacto foi tão forte que o carro foi lançado para cima e caiu no chão. A explosão matou na hora o cientista. O motorista mor-

Carro que transportava cientista iraniano morto por atentado a bomba ontem é retirado do local do ataque, em Teerã

reia em decorrência dos ferimentos já no hospital. Um homem que passava pela rua sofria escoriações.

A Folha chegou ao local pouco depois de a polícia retirar o corpo de isolamento. O carro e as manchas de sangue haviam sido removidos, mas o chão ainda tinha pedações de vidro das janelas de prédios próximos. Carros à volta, porém, estavam intactos e não havia marcas de fogo — sinais de que a ação parece planejada para atingir de

forma certeira o alvo.

O primeiro vice-presidente iraniano, Mohammad-Reza Rahimi, que governa enquanto o presidente Mahmoud Ahmadinejad está na América Latina, alertou: "os inimigos que atacam terroristas não conseguirão deter o progresso científico do Irã".

Os EUA negaram envolvimento no ataque. Israel não comentou.

Mas, apesar da dificuldade de identificar autores, as suspeitas se voltam principal-

mente para o Mossad, o serviço secreto israelense cuja unidade Kidon é especializada em assassinatos seletivos.

Anteontem, o chefe das forças israelenses, general Benny Gantz, disse que o Irã passará em 2012 por vários eventos "não naturais".

Segundo analistas, o ataque parece ser um aviso à comunidade científica e ao governo iraniano, o que segue um padrão coeso no âmbito de uma campanha para sabotar o programa nuclear iraniano.

Em julho, um físico foi executado na frente de casa, em Teerã, por homens armados numa moto. Em novembro de 2010, um dos mais renomados cientistas iranianos foi morto por uma bomba acoplada a seu carro, e, há dois anos, um professor de física foi alvo de uma moto-bomba.

Potências ocidentais vêm aumentando a pressão para que o Irã suspenda seu programa nuclear. Teerã ameaça fechar o estreito de Hormuz caso haja mais sanções.

Ahmadinejad chega a Cuba em giro pela região

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, chegou na tarde de ontem a Cuba, após passar por Venezuela e Nicarágua.

Durante a posse do presidente Daniel Ortega, chamado-o de "querido irmão" e o convidou a visitar Teerã. Em discurso, Ortega condenou a morte do ditador libanês Muammar Gaddafi por insurgentes libaneses, em outubro passado, e pediu que Israel destrua suas armas nucleares.

Na segunda, Ahmadinejad jurou "amizade eterna" ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Juntos, reafirmaram votos "para frear a loucura imperialista". O líder iraniano ficaria em Cuba apenas 26 horas e tinha encontro previsto com Raúl Castro e com seu irmão, o ex-ditador Fidel Castro. A agenda também previa palestra na Universidade de Havana.

É a segunda vez que Ahmadinejad visita a ilha, onde esteve em 2006. Irã e Cuba estão na lista dos EUA de "patrocinadores do terrorismo". Em 2009, o comércio Irã-Cuba somou US\$ 27 milhões (R\$ 48,6 milhões). Ahmadinejad iniciou no fim de semana giro pela região que inclui Venezuela, Equador, Cuba e Nicarágua.

ALVO NUCLEAR Incidentes com membros do programa de energia atômica do Irã

Foto: Corbis/Bett

Jornalista de TV francesa é morto na Síria

França culpa o regime de Bashar Assad, que acusa "grupo terrorista armado" pelo ato

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Um jornalista francês foi morto ontem enquanto participava de uma cobertura com outros repórteres estrangeiros na cidade de Homs. Gilles Jacquier, 43, cinegrafista da rede de TV France-2, foi o primeiro jornalista ocidental a morrer nos dois meses de conflito no país.

O governo sírio culpa "um grupo terrorista armado" pelo ataque ao grupo, que teve sua viagem pelo país autorizada pelo regime. A ação, segundo a agência estatal síria Sana, matou outras oito pessoas e deixou vários feridos.

"Terroristas atiraram morteiros contra jornalistas estrangeiros enquanto eles inspecionavam os restos da destruição e do caos perpetrados por grupos terroristas armados", diz matéria da Sana.

Testemunhas, no entanto, afirmam que não é possível determinar quem atacou o grupo. O repórter Jens Fransen, que estava entre os cerca de 15 jornalistas que percorriam um bairro de Homs, contou à rede belga VRT que "três ou quatro granadas" explodiram muito próximo ao grupo.

Segundo a rede France-2, as circunstâncias da morte do cinegrafista "precisam ser esclarecidas".

O governo francês, um dos principais críticos da repressão do ditador Bashar Assad, culpou o regime pela falta de proteção ao grupo.

"Cabe às autoridades sírias garantir a segurança de jornalistas internacionais em seu território e proteger a liberdade fundamental que é a liberdade de informação", disse o chanceler Alain Juppé.

FARSA

Um dos mais de 160 morteiros da Liga Árabe que estão na Síria abandonou anteontem a missão no país, por considerá-la uma "farsa".

"O que eu vi foi um desastre humanitário. O regime não está apenas cometendo um crime de guerra, mas uma série de crimes contra seu povo", disse o argentino Anwar Malek à rede Al Jazeera.

Segundo o observador, as forças do regime não retiraram os tanques das ruas, mas apenas os escondem durante a passagem da missão. "Snipers [atiradores] estão em todos os lugares, atirando em civis. Prisioneiros têm sido torturados e ninguém foi libertado", completou.

A agência Reuters disse ter conversado com mais um morador do bloco que quer deixar o país amanhã. "A missão não

O repórter francês Gilles Jacquier, morto ontem em Homs

é clara. Ela não serve aos cidadãos. Não serve para nada", disse o observador árabe, que não quis se identificar.

Ontem, Assad fez uma rara aparição pública, durante uma manifestação pró-regime em Damasco. "Tenho fé no futuro e nós vamos, sem dúvida, triunfar sobre essa conspiração", disse o ditador, com um visual casual, sem gravata.

Haitianos no Brasil temem que parentes não possam migrar

Receio é que restrição imposta pelo governo brasileiro barre a entrada de compatriotas

KÁTIA BRASIL
DE MANAUS
FREDO ANTUNES
CELEBRAÇÃO FIM A FÉRIA,
DE RIO DE JANEIRO

Os haitianos que entraram clandestinamente no Brasil pelo Amazonas e pelo Acre seguem com preocupação a decisão do governo federal de limitar a entrada de imigrantes ilegais.

Anteontem, o governo anunciou que pretende facilitar a emissão de até cem vistos por mês diretamente na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. No entanto, o governo quer começar a expulsar aqueles que entraram no país clandestinamente.

Eles temem que o país feche as fronteiras nos próximos dias e impeça a entrada dos compatriotas que já estão acamados. O trajeto até a fronteira amazônica dura, em média, seis dias, incluindo viagens de avião, ônibus e barco.

"É preciso pensar nos que estão chegando. Temos gasto até US\$ 5.000 na viagem e

esse dinheiro é conseguido com muito esforço de toda nossa família", disse à Folha Ogiris Theramor, 33, que chegou a Manaus há dois meses.

Os haitianos que já estão no Brasil também disseram estar preocupados com os familiares que ficaram no Haiti. O receio é que as medidas que o governo pretende adotar impeçam a migração de namorados e parentes no futuro.

Parte dos haitianos, porém, achou positivo o anúncio do governo. Ronald Alexis, 33, disse que a emissão de vistos diretamente no Haiti evitará que os imigrantes caiam nas mãos de traficantes em viagens arriscadas.

"Assim vamos poder pegar um avião e descer do lado brasileiro. Na migração ilegal sofremos muitos dias para chegar aqui", disse.

Os haitianos que já chegaram estão sendo regularizados e terão visto concedido por razões "humanitárias". Em 2011, cerca de 4.000 entraram pela fronteira amazônica.

MERCADO ABERTO

MARIA CRISTINA FRIAS cristina.frias@folha.com.br

B2

Eletrobras e Petrobras divergem sobre dívida

Eletrobras e Petrobras estão em disputa por conta de uma dívida referente ao combustível comprado para produzir energia em áreas da Amazônia que não estão interligadas ao sistema elétrico nacional e que dependem de geradores a diesel.

A Eletrobras assume uma dívida de R\$ 1,5 bilhão, acumulada desde 2009. A Petrobras avalia o débito em R\$ 2,5 bilhões.

Segundo Marcos Aurélio da Silva, diretor de Distribuição da Eletrobras, quase todo o valor é devido pela subsidiária Amazonas Energia, que atende Manaus e o interior do Estado. A dívida tem origem, diz, na mudança das regras, a partir de 2009, da CCC (Conta de Consumo de Combustível) e o menor repasse, desde então, de recursos para as distribuidoras.

CCC é um fundo capitalizado por todos os consumidores do país, que contribuem desde os anos 70 com parcela da conta de luz para bancar a geração de energia no sistema

isolado, de custo mais alto.

O fundo é gerido pela Eletrobras, sob orientação da Aneel. Desde 2009, a agência já antecipou recursos da CCC, mas em valores insuficientes para arcar com custos de combustível e manutenção da rede. Silva diz que só em outubro de 2011 as novas regras foram regulamentadas e que os recursos da CCC vão ressarcir "o passivo que foi acumulado" e assegurar os pagamentos futuros.

O executivo diz que os cálculos dos valores devidos estão sendo feitos e que os pagamentos serão retomados em breve. Ele não fixou data.

José Lima Neto, presidente da BR Distribuidora, confirma a negociação e o atraso desde 2009.

"Há outra parcela de R\$ 1 bilhão devida à Petrobras, referente a dívidas dos anos 90," Silva, porém, diz desconhecer esse passivo.

Lima diz ainda que "a dívida não afetou o desempenho e BR nem prejudicou o pagamento a fornecedores da distribuidora".

O presidente da BR Distribuidora, José Lima Neto

Silvia Casaroli - 12. jan. 2012/Folha/Polypress

Jandir Dalberto, presidente da rede

ESPETO CANADENSE

A rede de churrascarias Fogo de Chão, que atua no Brasil e nos Estados Unidos, vai expandir seus negócios para o Canadá.

O primeiro restaurante da empresa no país deve ser aberto no final de 2013 em Toronto. Outras três lojas canadenses estão nos planos.

"Escolhemos o Canadá pelo bom momento econômico e, principalmente, por estar próximo aos EUA. A direção americana ficará responsável pelas lojas canadenses", diz o presidente da rede, Jandir Dalberto.

O projeto de expansão da Fogo de Chão foi traçado

após a GP Investments (que detinha 35% da empresa) adquirir, no ano passado, os 65% restantes do negócio.

Consta no novo planejamento a abertura de uma loja por ano no Brasil. Em 2012, será em São Paulo (Zona Norte, Alphaville e Jandira são cogitados).

Nos EUA, a ideia é inaugurar três ou quatro unidades por ano. Em fevereiro, ficará pronta uma em Orlando, Boston e San Diego receberão restaurantes no segundo semestre.

Cada unidade da rede receberá aporte de cerca de R\$ 9 milhões.

NÚMEROS

US\$ 195

milhões foi o faturamento em 2011

38%

desse valor refere-se às operações brasileiras

7

é o número de lojas no Brasil

17

são as unidades da rede nos Estados Unidos

CARTÕES LATINOS

O Itaú afirma ter alcançado 1 milhão de cartões de crédito na América Latina.

"O banco tem a liderança no segmento no Paraguai, com 60%, e no Uruguai, com 52%", diz Ricardo Marino, vice-presidente da Itaú Latin. "É o quarto maior no Chile e está presente também na Argentina e no México, onde tem uma pequena operação, com cerca de 90 mil cartões", afirma o executivo.

No Brasil, o Itaú Unibanco tem 4,7 milhões de cartões.

O banco tem crescido nos vizinhos por meio de parcerias. Fechou um acordo com a Tigo, líder do setor de telefonia no Paraguai, para oferecer um plástico para clientes da companhia.

No Uruguai, na Argentina e no México, a parceria é com a Movistar.

O banco estuda outras parcerias, segundo Marino.

Apoio... A decisão do governo de manter o bloqueio às embarcações das Ilhas Malvinas, como apoio à Argentina pela soberania desse território, deve representar queda de menos de US\$ 55 mil no comércio exterior brasileiro.

...pelas Malvinas O recorde na intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 53,1 mil, em 2010, segundo dados do Mdic. O valor representa menos de 0,001% do comércio brasileiro daquele ano.

Empresários vão ao Acre para contratar haitianos

Enquanto o governo federal anuncia medidas para conter a entrada de haitianos no Brasil, empresários de MG, SC e RS vão ao Acre para contratar imigrantes.

A catarinense Fibratec, que fabrica piscinas, foi a primeira a viajar para conseguir mão de obra, escassa no Oeste de SC. "Fomos a trabalho para Rio Branco em março e descobrimos que havia gente procurando emprego", diz Erico Tormen, sócio da empresa. Desde então, contratou 25.

Ele foi responsável pelas passagens e acomodação. "Mesmo assim valeu a pena."

A Massas Romera, fabricante de alimentos do RS, deve contratar até 20 haitianos.

"A mão de obra já não é abundante na região de Porto Alegre, e a demanda crescerá por causa das obras de infraestrutura e da Copa", diz André Rosa, diretor da empresa.

Uma construtora de Navegantes (SC) seleciona os haitianos nesta semana. "Temos dificuldade com mão de obra há três anos", afirma o dono da empresa, Alexandre Dias.

O secretário da Justiça do Acre, Nilson Mourão, afirma que uma empresa mineira de construção contratou 40 haitianos para trabalharem em uma obra no Mato Grosso.

Copa... A Prefeitura de Santos tenta incluir a revitalização portuária no bairro do Valongo, que inclui a construção de um novo terminal para passageiros, no PAC da Copa.

...turística O objetivo da medida é agilizar o processo de licitação do projeto, que será custeado pela iniciativa privada, de acordo com o prefeito João Paulo Papa.

HORA DO CAFÉ

Conselho aprova limite à vinda de haitianos

Serão concedidos 1.200 vistos anuais a cidadãos do país; é a 1ª vez que o Brasil adota esse tipo de restrição a estrangeiros

Dispensa de vínculo empregatício também é inédita; presidente Dilma Rousseff visita o Haiti em fevereiro

FLÁVIA PEREIRA
DE BRASÍLIA

O Brasil vai limitar a entrada de haitianos ao começar a emitir, na próxima semana, visto especial de permanência para cidadãos do país.

O Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao Ministério do Trabalho, acabou sugerindo ao governo federal de conceder 1.200 vistos anuais para haitianos que queiram trabalhar no Brasil.

É a primeira vez na história que o país impõe um limite à emissão de vistos a estrangeiros. Mas também é inédita a decisão de não exigir vínculo empregatício, como valeria agora somente para os haitianos. A medida terá prazo inicial de dois anos.

A entrada ilegal de haitianos no Brasil se intensificou desde o terremoto que atingiu Porto Príncipe, em 2010. O desastre matou 316 mil. Como a Folha revelou em dezembro, atravessadores têm esquema para levar haitianos ao Acre por até US\$ 300.

O objetivo da resolução, que será publicada hoje, é

evitar a entrada ilegal de haitianos por meio de quadrilhas criminosas e "coletos", segundo afirmou o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça). Os vistos serão concedidos pela embaixada brasileira em Porto Príncipe, que a presidente Dilma Rousseff visita no dia 1º de fevereiro. A viagem já estava marcada — ela vai também a Cuba nos dias

30 e 31 de janeiro —, mas agora ganha outra relevância. Em 2011, foi autorizada a emissão de 380 vistos para haitianos — desses, só um era para trabalhar no Brasil. O embaixador brasileiro no país, Igor Kipman, reconhece que a limitação de vistos "não eliminará a migração ilegal". Mas o diplomata diz que a medida "é um instrumento

para dar uma chance àqueles que buscam oportunidade de emprego e renda". Para o chanceler Antonio Patriota, os 1.200 vistos anuais serão suficientes. Ele não explicou, contudo, qual será a postura do governo se a procura for maior. Sobre o perfil dos candidatos, Patriota diz que "haverá sensibilidade".

A resolução aprovada ontem pelo conselho prevê ainda a regularização de todos os haitianos que entraram de forma irregular no Brasil até agora. Estima-se que 4.000 já tenham atravessado a fronteira, dos quais 2.400 ainda estão em situação irregular.

A decisão de alterar as regras ocorre após o Comitê

(Comitê Nacional para os Refugiados) negar a concessão de refúgio político a 2.000 haitianos. Segundo o presidente do órgão, Luiz Paulo Barreto, esse status não cabe, pois os imigrantes do Haiti alegaram que fugiram do flagelo ainda existente no país dois anos depois do tremor.

CRÍTICAS

"O Brasil caminha para política migratória restritiva, violadora dos direitos humanos, que tanto critica em outros países", disse a Folha Lucia Nader, da ONG Conexões. As autoridades brasileiras negam que a decisão contrarie a política de direitos humanos do governo.

O Brasil caminha para uma política migratória restritiva, violadora dos direitos humanos, que tanto critica em outros países

LUCIA NADER
Diretora da ONG Conexões Direitos Humanos

Um dos haitianos que trabalham na Coplast, indústria de plásticos de Manaus (AM) que contratou 77 deles desde 2011

Inteligência da PF detecta procurados entre os imigrantes

Na avaliação do governo, criminosos se infiltram facilmente entre os haitianos

RIJANE CANTANHEDE
COLUNISTA DA FOLHA

A inteligência da Polícia Federal identificou estrangeiros vinculados a organizações criminosas e procurados internacionalmente entre os haitianos que vêm chegando às dezenas a cada mês na região Norte do país.

Conforme a Folha apurou, a PF investiga inclusive a entrada de um afegão e um paquistanês e já confirmou que pelo menos um dos haitianos consta da lista de cerca de 2.000 prisioneiros que escaparam quando uma das principais penitenciárias desabou durante o terremoto de 2010.

Na avaliação do governo, os criminosos se infiltram facilmente entre os haitianos, pois muitos deles perderam o mesmo passaporte ou outros docu-

mentos. "Fica difícil separar o joio do trigo", afirmou o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça). Ele também disse que a surpreendente chegada de haitianos em busca de oportunidades, na base de 70 a 80 por mês, está servindo como uma espécie de "laboratório", já que os países ricos estão em crise e o Brasil acaba com boas perspectivas.

Levas de outros países também estão chegando. A dificuldade, segundo o ministro, é equilibrar a "questão humanitária" com cumprimento da lei e controle de quem entra e sai do país. "Aqui não é a casa da mãe Joana".

O Peru vai passar a exigir visto de haitianos, mas a Bolívia já avisou que não tomará a mesma atitude. Agora, o Itamaraty troca informações com o Equador, a porta de entrada alternativa ao Peru.

Empresários já recrutam imigrantes do Haiti

Indústrias do Norte e do Sul contratam desde 2011; haitianos têm seu trabalho elogiado

DE MANAUS
DE MANAUS
DE MANAUS

Imigrantes haitianos que entraram no Brasil pela fronteira amazônica nos últimos meses vêm sendo recrutados por empresários para trabalhar em cidades do Norte e do Sul do país. Só a indústria de plástico Coplast, de Manaus, já contratou 77 imigrantes desde março de 2011.

Eles chegaram ao Brasil pela cidade de Tabatinga, na fronteira com Peru e Colômbia, e ganham a partir de R\$ 702 mais alimentação, assistência médica e transporte. Três casais foram alojados pela empresa para abrigá-los.

O empresário Antonio Reginaldo Pizzonia diz que a ideia de recrutá-los partiu de uma prima, sensibilizada com a situação dos haitianos. "Nos primeiros 15 dias, percebemos que eles têm um comportamento muito bom, são pessoas produtivas, que nos ajudam", diz Pizzonia.

Um dos empregados haitianos é Nenio Gabriel, 30, que se destacou tanto que foi trabalhar no setor de recursos humanos. Em março, vai tirar suas primeiras férias e quer cursar administração.

Indústrias do Sul também já contrataram haitianos, conforme informou ontem a coluna "Mercado Aberto". Entre os motivos, os empre-

sários citam a falta de mão de obra e a ajuda humanitária.

A Fibratec, que produz picninas, pagou a transferência de dezenas de haitianos para Chapaco (SC). O interesse começou quando o gerente de produção, Arlê Tonnen, 37, foi a trabalho para Brasília (AC), uma das portas de entrada dos imigrantes.

Ao saber que os haitianos estavam instalados provisoriamente na cidade, pensou em recrutá-los. "Eles estavam em uma situação crítica. É uma oportunidade de dar algo mais digno", diz.

Desde julho, 35 haitianos foram para Chapaco. Desse, 14 ainda estão na Fibratec. Os demais conseguiram empre-

gos em outras empresas ou não se adaptaram.

No Rio Grande do Sul, a fábrica de massas Romma deve receber nos próximos dias dez haitianos vindos do Acre. O plano é treiná-los para trabalhar na linha de produção em Gravataí (região metropolitana de Porto Alegre). Um diretor da empresa esteve no Norte do país para definir a mudança deles.

O governo do Acre estima que 1.600 haitianos já tenham sido encaminhados para trabalhos em outras partes do Brasil. Diariamente, cinco empresas telefonam pedindo o envio de mão de obra, diz o governo. (JATIA BRASIL, FELIPE SACCHETTI E AGUIRRE TALENTO)

ROTA DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

SAIBA MAIS

Caso ilustra risco de excesso de diagnóstico

DE SÃO PAULO

A situação da presidente argentina Cristina Kirchner é exemplo de uma preocupação de médicos e pesquisadores nos EUA: o excesso de diagnóstico de problemas na tireoide.

De acordo com o médico americano Gilbert Welch, professor na Universidade Dartmouth, a grande diferença entre número de ca-

sos de tumor na tireoide e as mortes pela doença são um sinal desse problema. Os novos diagnósticos só crescem, mas as mortes permanecem estáveis.

Isso significa que muitas pessoas são tratadas sem necessidade, diz Welch, e acabam retirando a tireoide por causa de um tumor que, na verdade, nunca causaria problemas de saúde.

O cirurgião Luiz Kowalski, do Hospital A.C. Camargo, afirma que, em casos de tumor indolente, opta-se por observar sua progressão, reduzindo o risco de tratamento desnecessário.

Hospital rebate críticas a cirurgia de Cristina

Presidente argentina declara-se "em franca recuperação" em sua página no Facebook

SYLVIA COLOMBO
DE SÃO PAULO

O hospital Austral, onde Cristina Kirchner foi operada na semana passada, emitiu um comunicado defendendo o procedimento cirúrgico pelo qual a presidente passou.

Cristina foi submetida a uma tireoidectomia após ter um carcinoma papilar na glândula diagnosticado. Depois da operação, novo estudo chegou à conclusão de que a primeira avaliação estava errada e que, na verdade, o que a mandatriça argentina

tinha era um adenoma foliolar, benigno.

A operação foi contestada por críticos, especialmente pelo jornal "Clarín", opositor ao governo, que acusaram autoridades de falta de transparência e sugeriram que a cirurgia não era necessária. No comunicado, o hospital diz que extirpar a tireoide era o procedimento correto porque, antes da cirurgia, não havia elementos para afirmar que não se tratava de um tumor maligno.

Vários especialistas concordam com o procedimen-

to. No caso da tireoide, é comum que o resultado da punção seja inconclusivo ou possua margem de erro grande.

Nesses casos, o mais recomendado é realizar a operação, fazer uma nova biópsia e, então, decidir-se por tirar toda a tireoide ou apenas a metade dela.

INTERNET

Na semana passada, Cristina já havia agradecido via Twitter a Deus e ao povo argentino por sua saúde e pelas demonstrações de apoio. Antecorreu, a presidente

escreveu em sua página no Facebook: "Após uma semana da intervenção cirúrgica, em franca recuperação".

Ainda não foi anunciado quando Cristina deve retornar às atividades, mas é provável que o faça antes da data prevista, 24 de janeiro.

Na presidência oficial de Olivos, onde se recupera, Cristina já vem mantendo contato com Amado Boudou, presidente interino, e com alguns ministros.

MOISÉS NAIM

O colunista está em férias.

B3a

B3b

B3c

mundo

FOLHA.com
Caça iraniano cai
no golfo Pérsico
por falha técnica;
piloto morre
folha.com/1039841

FOLHA.com
Vaticano enfrenta
escândalo de
corrupção, após
denúncia de TV
folha.com/1039845

B4

Dilma tem de ouvir oposição, diz blogueira

Dissidente cubana Yoani Sánchez diz que visita de presidente semana que vem não pode ser só "tapete vermelho"

Ela obteve antecipe-
mente do Brasil para vir
ao país, mas depende
ainda de autorização
cubana para sair

FLÁVIA MARREIRO
DE SÃO PAULO

A blogueira cubana Yoani Sánchez espera que a presidente Dilma Rousseff escute "a maravilhosa diversidade de vozes cubanas" na visita que fará a Cuba na próxima terça e que esteja tão preocupada com os investimentos brasileiros na ilha quanto com os direitos dos cidadãos cubanos comuns.

"Que essa visita não seja apenas de tapete vermelho", afirmou Sánchez à *Folha*.

A premiada blogueira opositora do regime dos Castro recebeu antecipe-mente da Embaixada brasileira em Havana visto de turista para visitar o Brasil no próximo mês.

Ela solicitou o documento para participar, no dia 10, do lançamento do documentário "Conexão Cuba-Honduras", de Dado Galvão, em Iquique (Chile).

Para estar presente no evento, porém, falta o mais difícil: a anuência do governo cubano.

Folha - A sra. vê alguma sinalização política de Brasília na concessão do visto de turista?

Yoani Sánchez - Quereria ter essa esperança. Estou entre

a esperança e o ceticismo. Sem dúvida nenhuma, é um gesto positivo, de respeito ao meu trabalho jornalístico, a mim como cidadã, antes de ter a ver com a carta que envié à Dilma ou o apelo pela ajuda dela.

Cumprir-se um trâmite burocrático de uma simples cidadã, e isso talvez seja importante simbolicamente também. Entreguei todos os requisitos, antecedentes penais e tudo que pediram no tempo requerido. Não havia um só motivo para não conceder o visto e eu o recebi.

Tenho um passaporte cheio de visto de vários lugares, do Chile, da Espanha. Nos últimos quatro anos tem sido assim: eu recebo o visto para entrar em outros países, mas não para sair daqui.

O que a sra. espera da visita de Dilma?

Esperamos dela uma agenda muito mais ampla do que contatos com o governo e com a chancelaria. Esperamos que ela esteja interessada não só no estado da construção do porto de Mariel (obra financiada pelo BNDES e feita pela Odebrecht), mas também no estado da construção dos direitos cidadãos em Cuba.

Que essa visita não seja apenas de tapete vermelho, que ela se aproxime e consiga escutar a maravilhosa diversidade de vozes cubanas.

Dilma chega a Cuba num período complicado, de aumento da agressividade oficial, de radicalização do dis-

Yoani dá depoimento ao cineasta Dado Galvão, diretor de documentário, em 2009, em Cuba

curso por causa da morte do dissidente Wilman Villar, há oito dias.

Tem havido detenções e muita violência verbal contra nós. Desde a morte dele, aumentou a vigilância. Otem [antecipe-mente] justamente, quando fui à embaixada brasileira apanhar meu passaporte, havia dois homens em dois carros me vigiando.

A sra. pediu um encontro com a presidente Dilma. Algum sinal de que vá acontecer?

Ah, agora não há nenhuma

sinalização. Creio que não haverá espaço.

A sra. se compara a Dilma, na foto em que ela aparece sendo julgada por militares durante a ditadura. Por quê?

A foto de Dilma é emblemática, me impressionou muito. É como eu me sinto nesse momento: embora não tenha sido condenada nem julgada, eu também me sinto numa prisão em formato de ilha, na qual as grades são o mar. Apesar das diferenças de momento histórico, o que

há de semelhante, creio, é a covardia do repressor.

Qual é a situação de força dos opositores em Cuba? Há ambiente para uma "primavera cubana"?

A primavera cubana ainda não está madura. É como um fruto ainda na árvore: tem de passar frio, sol. Há muito medo.

FOLHA.com
Leia a íntegra
folha.com/101046029

Se asilada, Yoani
terá de largar
blog, diz Garcia

BERNARDO NELLO FRANCES
ENVIADO ESPECIAL A PORTO ALEGRE

O assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, disse ontem que a cubana Yoani Sánchez não poderá manter seu blog com críticas ao regime cubano caso peça asilo diplomático ao Brasil.

Ele disse acreditar que Yoani não usará o visto brasileiro, que recebeu antecipe-mente, para pedir asilo ou refúgio político.

"Acho difícil para ela manter esta atividade [o blog] como exilada. O exilado político não pode ter atividade política no país que o recebe. Não me parece que ela queira isso."

A permissão para Yoani entrar no país foi concedida às vésperas da primeira viagem oficial de Dilma a Cuba, na terça-feira.

Questionado sobre a possibilidade de Cuba autorizar a saída de Yoani, Garcia se esquivou: "O visto está dado. Isso, vocês têm de perguntar ao governo cubano".

Embora a blogueira tenha recebido o visto brasileiro, ela ainda depende de autorização do regime cubano para deixar a ilha.

Segundo Garcia, que acompanha Dilma no Fórum Social Temático em Porto Alegre, a blogueira recebeu o visto porque "preenche todos os requisitos" para vir ao Brasil.

Garcia disse acreditar que o caso não marcará a visita de Dilma à ilha, a convite do dirigente Raúl Castro. Ela também deve se encontrar com Fidel Castro, que transmitiu o cargo ao irmão em 2008, por motivos de saúde.

Em Cuba, Dilma anunciará um crédito de US\$ 1 bilhão (R\$ 1,75 bilhão) para a modernização do porto de Mariel.

Segundo Garcia, 85% dos recursos serão financiados pelo BNDES, e a maior parte da obra será tocada pela Odebrecht.

ANÁLISE

Polêmica ocorre no momento em que a igreja também pressiona irmãos Castro

MINOTON CARLOS
ESPECIAL PARA A FOLHA

Num momento de comição provocado pela morte de mais um dissidente cubano em greve de fome, começou a movimentar-se a equipe do Vaticano encarregada de preparar a visita à Cuba, em março, de Bento 16.

Os dois fatos se relacionam. A Igreja já negocia a libertação de 52 dissidentes e

se mostra disposta a combinar a visita do papa com maior pressão em favor de uma "transição democrática" em Cuba.

É o que diz o "Espacio Laical", revista dos leigos da Arquidiocese de Havana, com vistas à primeira Conferência Nacional do Partido Comunista cubano, amanhã.

O objetivo é abrir espaço para o debate em Cuba a partir da denúncia de que o po-

der "está em mãos de Raúl Castro e de um grupo com a média de 80 anos de idade", de uma velha guarda, portanto, "presa a dogmas falidos".

Propõe que "a cidadania seja recuada em Cuba".

O "Espacio Laical" procura mostrar que um encontro do papa com Fidel Castro será o resultado natural das posições da Igreja em Cuba, em favor de "reformas significativas".

Tudo indica que haverá esse encontro, sem que se saiba quais serão as reações dos irmãos Castro.

MODELO CHINÊS

Há suposições de que Raúl pensa num "modelo chinês", adaptado a Cuba, combinando abertura econômica com fechamento político, sistema de um só partido.

Mas mesmo esse modelo, de "socialismo de mercado", terá vida garantida?

Com o título de "A China explodirá caso sufoque a liberdade", um jornalista europeu, Will Hutton, que pode ser considerado de centro-es-

querda, coloca em dúvida a capacidade de sobrevivência desse gênero de "socialismo", já adotado pelo Vietnã.

A Internet é instrumento que nem a China autoritária consegue controlar, escreveu Hutton.

Mais ainda, "há grande e crescente reconhecimento de que o modelo autoritário tem de mudar".

Hutton diz que converteu com grupo em Pequim que dizia sentir seu país, a China, como um "vulcão pronto a explodir".

MINOTON CARLOS
É analista de assuntos internacionais

Imigrantes haitianos abrigados na casa paroquial da igreja de São Geraldo, em Manaus

Governador do AM propõe que haitianos vão viver em Brasília

Omar Aziz sugere instalar imigrantes em apartamentos funcionais

XÁTIA BRASIL
DE MANAUS

O governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), sugeriu antecipe-mente que o governo federal abrigue em "apartamentos de deputados federais", em Brasília, os imigrantes haitianos que entraram legalmente no país pela fronteira amazônica.

A declaração, que provocou risos dele mesmo, ocorreu durante entrevista a um grupo de jornalistas.

Aziz disse que os haitianos são "muito bem-vindos", mas que o Estado não tem condições de fornecer emprego, moradia e alimentação para os imigrantes "ad eternum".

"Isso não vai acontecer, nem aqui nem em lugar nenhum. Ou, se não, pede para o governo federal (...) levar tudo para Brasília. É, tem muitos apartamentos de deputados federais, bota os caras para morar lá", afirmou.

Paulista, Aziz é filho de um imigrante polonês. A família se mudou para Manaus em 1968. Ele tem sido pressionado por representantes locais da Igreja Católica por supostamente não oferecer ajuda humanitária necessária aos imigrantes que chegam ao Estado.

Desde 2010, mais de 3.000 haitianos entraram no Brasil por Tabatinga, na fronteira do Amazonas com o Peru e

com a Colômbia. Ao menos 2.000 já regularizaram a situação e hoje vivem em Manaus. A Igreja, que tem oferecido comida e moradia, anunciou que não tem mais onde abrigar os haitianos.

"[A Igreja] quer que eu pegue as casas que são para o povo amazense viver [e entregar aos imigrantes]. Isso não pode. A Igreja Católica quer me desculpe", afirmou o governador durante a entrevista.

A *Folha* o governo do Amazonas disse, por meio de nota, que já ofereceu vagas de emprego, cursos de línguas e doações de colchões, beldes e cestas básicas aos imigrantes haitianos.

"Mas o crescimento futuro do país será maior."

DOIS ANÚNCIOS de campanha contam a história toda do porquê de a eleição deste fim de semana na Venezuela ser um "fait accompli".

Conforme divulgado pelo "New York Times", o anúncio criado pelo grande marqueteiro político brasileiro João Santana "Ele nascerá de novo" compara Hugo Chávez a Jesus Cristo, numa montagem de imagens cafonas evocando paz e harmonia e de Chávez rezando.

O nome de Nicolás Maduro não é mencionado, mas para que se dar ao trabalho? Juntamente com o slogan lançado nos dias finais do presidente morto, "Eu sou Chávez", o anúncio deixa subentendido que, ao votar em seu sucessor escolhido, até os venezuelanos mortais têm uma chance de alcançar a vida eterna.

O outro anúncio, postado pelo blog "Caracas Chronicles", faz uma sobre tentativa de focar o voto sobre a

Cristo versus mudança na Venezuela

JULIA SWEIG

pobreza e a má administração econômica. Usando animações simples e muitas estatísticas — sabe-se lá se são precisas —, o anúncio argumenta que, não obstante os US\$ 620 bilhões em receita petrolífera em sua Presidência, Chávez não reduziu a pobreza tanto quanto o fizeram seus vizinhos no mesmo período.

Em vez disso, comprou o amor dos eleitores, usando a receita para inventar o consenso, elevando a conta das importações ao invés de investir em empresas e produtividade.

O anúncio conclui: se você quer progresso e política que reduza a pobreza, vote na mudança. E então vai-

Maduro deveria estudar a destreza com que Raúl Castro substituiu o carisma de Fidel por mudanças

mos uma foto de Capriles, mas seu nome não chega a ser mencionado.

Na eleição de outubro, 44% dos venezuelanos de fato votaram em Capriles e pela mudança. Com o índice de comprometimento às urnas previsto para ser muito menor agora, é difícil prever a diferença entre os candidatos. Mas, comparando as mensagens dos anúncios — Cristo versus mudança —, fica claro quão difícil se-

rá derrotar a inevitabilidade.

O único ator político venezuelano em situação pior que o perdedor pre-

determinado é o vencedor, Maduro. Depois deste fim de semana, Capriles poderá tirar férias, escrever sua autobiografia, possivelmente polir suas credenciais no setor privado e traçar planos para 2020.

Maduro, porém, será obrigado em algum momento a enfrentar as consequências políticas da inflação, corrupção, dos homicídios, da corrupção e da tarefa nada invejável de servir de intermediário entre vertentes concorrentes de chavismo.

Sem os conselhos do mentor (pos-

sarinhos não contare) e sem uma equipe experiente para reconstruir a economia, por quanto tempo Maduro poderá razoavelmente sobreviver à custa do legado de Chávez?

Sim, o chavismo chegou para ficar. E, sim, Chávez continuará a ser adorado e reverenciado, porque ajudou milhões de pessoas a passarem da invisibilidade para a visibilidade.

Mas sua Presidência também produziu o que um analista descreveu como, ao mesmo tempo, uma "cultura política implacável" e uma "cultura política implacável". A analogia é imperfeita, mas, nesse ponto e em outras questões de Estado, Maduro faria bem em estudar a destreza com que Raúl Castro substituiu o carisma do irmão por mudanças políticas.

JULIA SWEIG é vice-presidente da América Latina e Brasil da Google e ex-vice-presidente da Google no Brasil. @JuliaSweig

COLUNISTAS DA SEMANA segunda: Luís Carlos Bresser-Pereira, terça: Clóvis Rossi, quarta: Julia Swieg, quinta: Clóvis Rossi, sexta: Meirás Naim, sábado: Alexandre Vidal Porto, domingo: Clóvis Rossi

Acre decreta 'emergência' por imigrantes

Novas rotas de entrada ilegal no Estado levam a boom de estrangeiros, vindos não só do Haiti, mas de África e Ásia

Falta espaço, colchão e água para imigrantes; governador cobra ação do Itamaraty para atender à demanda

REYNALDO TURELLO JR.
DE SÃO PAULO

O governo do Acre decretou ontem situação de emergência social nos municípios de Brasileia e Epitaciolândia, na fronteira com a Bolívia, devido a um novo boom de imigrantes ilegais entrando no Brasil por aquela região.

A novidade é que o fluxo de haitianos fugindo da pobreza agravada pelo terremoto

que devastou o país em 2010 somou-se a pessoas oriundas de países como Senegal, Nigéria, Bangladesh e República Dominicana.

Após um período de estabilização do fluxo migratório, 1.100 imigrantes entraram no Acre pela fronteira nos últimos 15 dias, segundo o governo do Estado, o que põe a região em alerta.

"A rota [aberta por haitianos] se transformou numa rota organizada internacionalmente por colítes [atravessadores], que encontraram as fronteiras de Equador, Peru, Bolívia e Brasil abertas", disse o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Nilson Mourão.

Uma das novas rotas de entrada é a de senegaleses que saem da África em direção à Espanha e de lá embarcam para o Equador. No país sul-americano, eles se juntam aos haitianos. A partir dali, a rota mais frequente passa por Peru e Bolívia até o Acre.

Com o aumento do fluxo, mais de 1.200 imigrantes, a maioria haitiana, se espalharam em um abito para 200 pessoas em Brasileia, à espera de protocolos de entrada no país, emitidos pela PF e que permitem o trânsito rumo a outras regiões brasileiras.

Como a PF emite hoje apenas dez protocolos por dia, esses imigrantes estão "estacionados" em Brasileia. "O

problema mais difícil é espaço, colchão e água. É uma possível epidemia de dengue ou malária", disse o secretário.

CORRANÇA

O governador do Acre, Tião Viana (PT), disse que o Estado é incapaz de resolver o problema sozinho e cobrou ação federal. "O Estado já assumiu mais de R\$ 3 milhões no tratamento dessa questão. A União nos ajudou com R\$ 600 mil, mas precisamos de uma medida definitiva do Ministério das Relações Exteriores."

O Itamaraty informou que se reúne ontem com representantes dos ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Social para tratar do tema.

ACRE TEM NOVA ROTA DE ENTRADA ILEGAL
Além de haitianos, imigrantes do Senegal chegam sem visto ao Brasil

Foto: governo do Acre

★ ★ ★
CONHEÇA MELHOR O ARTISTA QUE TRANSFORMOU A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA EM MÚSICA POPULAR INTERNACIONAL.

FOLHA

corrida

seu dia em 5 minutos

QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2013 C10

F5

O site de entretenimento da Folha

Chorão será homenageado no programa "Altas Horas" deste sábado
folha.com/na1259703

Audiência de "Salve Jorge" não cresce após performance de Thammy
folha.com/na1259646

10 ANOS DEPOIS

Vista da praça em Bagdá onde, em 2003, a estátua de Saddam Hussein (detalhe) foi derubada por soldados americanos

COM SOTAQUE

Virada Cultural Paulista terá atrações do exterior em todas as 27 cidades no evento **Matradora** C11

BOLAS TROCADAS

TV da Tailândia usa foto de Meryl Streep para reportagem sobre a morte de Margaret Thatcher **Mundo** A17

DOAÇÃO

Magnata doa ao Metropolitan 78 obras cubistas avaliadas em R\$ 1,98 bilhão, como a de Braque (ao lado) **Mundo** A15

Agência americana investiga cirurgias realizadas com robô

Depois do aumento do número de relatos de problemas em cirurgias robóticas, esse tipo de procedimento, feito com o equipamento Da Vinci, está sob mira da FDA (agência norte-americana que regula remédios e aparelhos médicos).

As notificações recebidas

pela agência incluem cinco mortes desde o ano passado que podem estar ligadas a esse tipo de cirurgia.

Em uma operação para retirar o útero, uma mulher morreu, em 2012, porque o robô, controlado pelo cirurgião, cortou acidentalmente um vaso sanguíneo.

Em outro caso, um braço robótico não queria desgrudar do tecido em uma cirurgia de intestino, forçando os médicos a desligar o robô para que as pinças se abrissem. Em 2012, o equipamento foi usado em quase 370 mil cirurgias, três vezes mais do que em 2008. **Saúde** C7

RÁPIDAS

Acre tem boom de imigrantes ilegais

O governo do Acre decretou situação de emergência nos municípios de Brasília e Epitaciolândia, na fronteira com a Bolívia, devido a um boom de imigrantes ilegais. A novidade é que o fluxo não é só de bolivianos, fugindo da pobreza agravada pelo terremoto que atingiu o país em 2010, mas também de angolanos, nigerianos e até de bengaleses. **Mundo** A16

Smartphones podem ficar mais baratos

Os smartphones produzidos no Brasil receberam mais isenção de impostos com a desoneração da cobrança de PIS/COFINS. Com isso, seu custo pode cair até 30% em relação aos importados, de acordo com o Ministério das Comunicações. A desoneração, que deve ocorrer antes do Dia das Mães, vale para produtos até R\$ 1.500. **Mercado** B10

TENDÊNCIAS/DEBATES

JOSÉ MARIA MARIN

Campanha sórdida

É uma calúnia e difamação declarar que foi responsável pela tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog. **Opinião** B3

IVO HERZOG

A Copa é nessa, não dele

José Maria Marin pediu o reconhecimento ao, para ele, exemplar trabalho executado pelos torcedores. **Opinião** B3

FOLHA

Acesse app.folha.com e baixe o aplicativo do jornal

NO IPAD

Colocação da cobertura do Maracanã é concluída; veja as fotos

NA INTERNET

ilustrada

Tarantino prepara versão mais light de "Django Livre" para a China
folha.com/na1259715

esporte

Itaquero finaliza obras de escavação do campo e usará 70% com Lido
folha.com/na1259707

mundo

Partido socialista francês expulsa ministro que escondeu conta na Suíça
folha.com/na1259916

ilustrada

Reino Unido chega a marca de 1 bilhão de downloads legais de música
folha.com/na1259883

comida

Restaurantes servem menu especial para celebrar Ano-Novo tailandês
folha.com/na1259757

» INIMIGO OCULTO Entre as flores do campo, manifestante apanha de policial tardo durante protesto perto de universidade em Diyarbakir, na Turquia; ao fundo, estudantes são encobertos pela nuvem de gás lacrimogêneo

QUINA - concurso 3.164
21 - 39 - 41 - 46 - 74
Quina acumulada... R\$ 3.798.066,88
Quina 12 acertos... R\$ 6.750,71
Terno 6.303 acertos... R\$ 140,86

DOPLA SENA - concurso 1.166
21-03 - 08 - 35 - 38 - 41 - 46
Sena acumulada... R\$ 1.171.166,00
Quina 18 acertos... R\$ 2.708,51
Quina 18 acertos... R\$ 54,35
21-03 - 05 - 09 - 35 - 41 - 46
Sena sem acertos... R\$ 2.017,21
Quina 53 acertos... R\$ 42,43

AMANHÃ NA FOLHA

turismo

Essa é a melhor época para visitar a serra do Cipó

FOLHA DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2013 A12

mundo

NA INTERNET
Fascinado pelo Brasil, haitiano de 14 anos diz ter "sede" do país
folha.com/no1260297

NA INTERNET
Graciliano Rocha escreve sobre casamento gay na França
folha.com/no1260196

C4

AS MEDIDAS POLÊMICAS DE CRISTINA

Dólar
Em 2011, para estancar a fuga de capitais, o governo restringiu a compra e a venda de dólares, exigindo justificativa, apresentação de documento e prova de que o interessado possui recursos para a compra

Protecționismo
Argentina impôs dificuldades alfandegárias para a entrada de manufaturados do Brasil, em desrespeito a normas do Mercosul, segundo empresários. O país vizinho reduziu as compras do Brasil em 18% em 2012

Supermercados
Em fevereiro, para tentar conter a inflação —oficialmente de 10%, mas estimada em até 30% ao mês por analistas—, o governo acordou com os supermercados congelamento de preços válido até abril

Jornais
Com o congelamento, o governo exigiu que as grandes redes de supermercados parassem de anunciar ofertas nos jornais. A mídia que se opõe a Cristina vê na medida tentativa de sufocá-la economicamente

Combustíveis
Ontem, a gestão de Cristina decidiu estender o congelamento de preços dos supermercados e das grandes cadeias de eletrodomésticos à venda de combustíveis —a princípio, com validade de seis meses

Argentina congela preço de combustível durante seis meses

Medida foi tomada para tentar combater inflação que já chega a 25%, de acordo com as estimativas de analistas

Determinação segue congelamento em supermercados e lojas de eletrodomésticos e vai até eleição legislativa

SYLVIA COLOMBO
DE BUENOS AIRES

O governo argentino determinou ontem o congelamento dos preços dos combustíveis por seis meses. A resolução, publicada no Diário Oficial, visa combater a inflação —10% segundo o governo; 25% segundo o setor privado.

O secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, ameaçou aplicar a Lei de Abastecimento aos que não acatarem a medida. "É imprescindível ditar uma política para determinar o preço dos combustíveis líquidos, evitando dessa maneira que se produzam desajustes no que devem pagar os consumidores."

O país foi dividido em regiões —provincia de Buenos Aires, capital, Patagônia, pampa, Cuyo, noroeste e nordeste— que terão tabelas diferentes. Os seis meses de validade terminam, justamente, na época das eleições legislativas de outubro, que devem renovar parte do Congresso.

O kirchnerismo luta para manter a maioria nas duas câmaras, num contexto de baixa da popularidade da presidente Cristina Kirchner, atualmente em 36%.

A YPF é a principal atingida, porque abastece 60% do mercado local. As outras empresas afetadas são a Shell (19%), a Esso (9%), a Petro-

bras e a Oil (6% cada uma). Segundo fontes do mercado, a Petrobras encontra-se num processo de venda de parte de suas ações no país. O principal candidato a comprador é o empresário kirchnerista Cristóbal López, que atua também na área de comunicações e é dono de um dos principais canais de notícias 24h do país, o C5N.

SUPERMERCADOS

Há dois meses, por pressão do governo, os supermercados e cadeias de eletrodomésticos chegaram a um acordo e congelaram também seus

País vizinho tem pouco impacto na Petrobras

DO RIO

A Petrobras Argentina representa muito pouco no universo da gigante Petrobras, sendo considerada nos bastidores da estatal um investimento mais político do que econômico.

Há anos a empresa mantém o patamar de investimentos no país vizinho, cerca de US\$ 500 milhões por ano, apesar das críticas de Cristina Kirchner.

Os baixos investimentos levaram a provincia de Neuquén a cassar, em abril do ano passado, a concessão na área de Veta Escondida, na qual a estatal brasileira é a operadora e tem 55% de participação.

preços. Segundo a imprensa argentina, há especulações de que o congelamento se estenderia a vários setores.

As medidas surgem no mesmo momento em que os sindicatos estão negociando aumentos salariais. O congelamento torna-se um obstáculo para essas negociações.

Para o secretário da Federação de Distribuidores de Combustíveis e Afins do Centro (Fecac), Raúl Castellano, o congelamento dos combustíveis "vai complicar muito a negociação e trará um cenário conflituoso". Os sindicatos do setor pediam 30% de aumento, baseados na inflação calculada por consultorias privadas.

A decisão do governo também surge depois do anúncio de que a petrolífera estatal YPF terá de importar 50% a mais de combustíveis neste ano devido a um incêndio em uma de suas unidades.

Os postos de gasolina independentes também apontaram que o cumprimento do congelamento deve causar um conflito com os trabalhadores.

Rosario Sica, presidente da Federação de Empregados de Combustíveis da República Argentina, diz que será "impossível" segui-lo sem que haja impacto nos salários dos trabalhadores.

Para Martín Lousteau, ex-ministro da Economia, o congelamento promovido pelo governo deve causar ainda mais inflação depois que as eleições passarem, além de levar ao desabastecimento. "A tendência é que os produtos menos rentáveis deixem de ser comercializados, o que prejudicará os consumidores."

A presidente Cristina Kirchner durante entrevista

A PETROBRAS NA ARGENTINA
ATIVOS DA PETROBRAS ARGENTINA*

REFINO

DISTRIBUIÇÃO

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

FATURAMENTO EM 2012

PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS EM 2012

LUCRO LÍQUIDO EM 2012

* A Petrobras Argentina é uma subsidiária da Petrobras, que detém 67% da empresa. O restante está na mão de minoritários nos países de Buenos Aires e NY. Companhia controladora campos de óleo e gás e gasodutos na Argentina, Bolívia, Venezuela e Equador, além de pontos de distribuição na Argentina, Chile e Uruguai.
** Conversão feita com a cotação do último dia útil de 2012.
Fonte: Petrobras

Oposição crítica atropela em reforma judiciária

DE BUENOS AIRES

A reforma do sistema judiciário proposta pelo Executivo argentino deve ser votada já na quarta no Senado. O polêmico projeto estabelece que os membros do Conselho da Magistratura (equivalente ao Conselho Nacional de Justiça no Brasil) devem passar a ser eleitos por voto popular.

O órgão será, ainda, ampliado de 13 para 19 membros, incluindo pessoas de qualquer profissão. Completam a proposta medidas de restrição para a emissão de liminares.

O projeto foi discutido ontem no Senado em ato encabeçado pelo ministro da Justiça, Julio Alak, mas sem a presença da oposição, que reclama da rapidez com que o governo quer aprovar a reforma.

"Queremos um Judiciário mais eficiente, que resolva com mais celeridade os litígios e questões que os cidadãos comumente enfrentam cotidianamente", disse Alak.

Já a oposição organiza um bloco para votar contra o projeto, formado pelos partidos Peronismo Federal (dissidente do kirchnerismo), União Cívica Radical e Frente Amplia Progresista. "Esse projeto nos aproxima ainda mais de regimes totalitários", disse o senador Ernesto Sanz (UCR).

O projeto enfrenta ainda questionamentos de órgãos que representam os juizes do país. A Associação de Magistrados declarou que a reforma é "inconstitucional".

Enquanto Víctor Vélaz, presidente da FAM (Federação Argentina de Magistrados), disse que a mudança será um passo para politizar a Justiça, "vinculando os nomes dos candidatos a partidos políticos".

A investida do governo sobre a Justiça começou em dezembro, depois que esta tomou uma decisão favorecendo o grupo Clarín, estendendo uma liminar que o conglomerado havia conseguido para evitar ter de cumprir com uma cláusula sobre desinvestimento da polêmica Lei de Mídia. (sc)

Congresso do Uruguai legaliza casamento homossexual

Após modificações no Senado, matrimônio gay é aprovado por 71 dos 92 deputados que participaram da votação na Câmara

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

O Uruguai se tornou ontem o segundo país latino-americano, depois da Argentina, a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, após a Câmara dos Deputados ratificar o projeto de lei do "matrimônio igualitário".

Aos gritos de "liberdade" e "igualdade", uma multidão comemorou a aprovação do projeto, que obteve o aval de 71 dos 92 deputados presentes.

A Câmara dos Deputados já havia aprovado o texto em

dezembro do ano passado, mas o projeto teve de passar por uma segunda votação na casa depois de o Senado ter feito modificações.

"Amanhã vamos ser uma sociedade mais justa, mais igualitária, com mais direitos para todos e todas", disse o deputado Sebastián Sabin, da coalizão governista Frente Amplia.

"Eu concordo que a família seja a base da sociedade, mas também acredito que o amor é a base da família. E o amor não é homossexual nem heterossexual", afirmou o de-

putado Fernando Amado, do Partido Colorado, de oposição ao governo, em defesa da nova lei.

O texto, que foi questionado pela Igreja Católica e grupos de defesa da família, afirma que "o matrimônio civil é a união permanente, nos termos da lei, de duas pessoas de sexos distintos ou iguais".

COMEMORAÇÃO

Na Praça 1º de Maio, em frente ao Palácio Legislativo, dezenas de pessoas se aglomeraram para celebrar o resultado da votação.

"Não consegui dormir ontem à noite. Estou muito emocionado", disse Roberto Acosta, de 62 anos. "Pensava que nunca veria isso".

"Hoje o Estado uruguiano reconhece que há uma forma de amar que é diferente da heterossexual, mas tão válida quanto", disse Federico Graña, do grupo Ovelhas Negras, que defende gays, lésbicas e travestis.

A legislação também traz mudanças —tanto para homossexuais como para heterossexuais— sobre filiação, divórcio, idade mínima para ca-

samento, regime sucessório e adoção.

A ordem do sobrenome dos filhos também recebeu regulamentação. A lei estabelece que os sobrenomes devem ser acordados pelo casal ou por sorteio em caso de falta de acordo.

O mesmo é válido para casamentos heterossexuais. Nos últimos seis anos, o Uruguai legalizou a união civil de homossexuais, a adoção de crianças por parte de casais do mesmo sexo, a mudança de nome e de sexo na identidade e o ingresso de ho-

mossexuais nas Forças Armadas.

Com a legislação, o Uruguai se tornou o 21º país a aprovar o casamento gay, de acordo com a ONG Human Rights Watch.

Entre outros países, o matrimônio homossexual é legal na Espanha, Holanda, Bélgica, África do Sul, Noruega, Suécia, Portugal e Islândia.

Na Argentina, o casamento entre pessoas do mesmo sexo está vigente desde 2010.

A lei entrará em vigência após 90 dias de sua promulgação.

Africanos e asiáticos seguem o caminho de haitianos no Acre

Imigrantes de países como Senegal e Bangladesh entram ilegalmente no Brasil atrás de trabalho

Pessoas superlotam os abrigos públicos na região e esperam em condições insalubres por uma oportunidade

REYNALDO TUROLLO JR.
ENVIADO ESPECIAL A BRASILEIA (AC)

A uma ponte da Bolívia, os moradores de Brasileia (AC), habituados à vida na fronteira, vivem dias inquietos com a chegada de uma multidão de imigrantes que se espreme em um abrigo estadual.

Nessa onda de imigração há sobretudo haitianos, mas agora também senegaleses, nigerianos, dominicanos e até um bengali (de Bangladesh), todos em busca de um trabalho que os tire dali.

Meses atrás, eram só haitianos. A alta de outras nacionalidades é sinal de que a rota ilegal entre o Equador e o Acre, desbravada originalmente por haitianos após o terremoto de 2010, se tornou mundialmente conhecida.

Pilhas de lixo de um metro de altura, mau cheiro de banheiros e o temor de epidemias fizeram o governo acriano decretar neste mês estado de emergência social na cidade. Na prática, foi um grito de socorro ao governo federal.

Uma força-tarefa federal aterrissou na cidade disposta a legalizar todos os imigrantes. Em quatro dias, identificou 1.126 estrangeiros, regularizou 1.106 e emitiu 941 carteiras de trabalho.

Natural de Thies, no Senegal, o sapateiro Chiekh Thiam, 34, foi um dos beneficiados. "Havia várias opções de países, mas escolhi aqui porque o povo brasileiro

tem bom coração", disse. Thiam é porta-voz de um grupo de 75 senegaleses que idealizam o Brasil como terra acolhedora e repleta de oportunidades. Viajou 11.900 km pelo ar e 3.360 km por terra, incentivado pelo irmão, que vive no Sul — não quis precisar onde. Quer mandar dinheiro à irmã, que ficou.

Os regularizados recebem da força-tarefa uma fitinha verde, que amarram no braço. No pescoço, penduram cópia plastificada do CPF.

"Outro país não faria isso. Para o mundo, o Brasil é quase uma potência", disse o cozinheiro dominicano Juan Ribas, 24, no Acre há um mês com a mulher, grávida.

Os haitianos ganham o direito de residir no Brasil quase automaticamente com o chamado visto humanitário, mas cidadãos de outras nacionalidades ainda poderão ter de deixar o país caso não provem ser alvo de perseguição em suas terras natais — condição para obter o refúgio.

Acreditava-se que a chegada da força-tarefa e a emissão de documentos esvaziariam o abrigo, já que a regularização permite aos imigrantes viajar em busca de emprego.

Os estrangeiros lotaram o escritório da Polícia Federal em Epitaciolândia, vizinha a Brasileia, e movimentaram as lojas de fotocópias da cidade para agilizar papéis.

Foi em vão. Com CPF no pescoço e carteira de trabalho no bolso, uma pequena parte conseguiu deixar o interior do Acre por conta própria, mas a maioria continua à espera de empresas que cheguem para recrutar mão de obra e bancar a viagem. De 10 a 16 de abril, cinco

Imigrantes deitados sobre colchões no abrigo de Brasileia (Acre, fronteira com a Bolívia)

representantes de empresas foram a Brasileia buscar 137 trabalhadores. Os que ficaram começam a se mostrar impacientes e desanimados.

E os que conseguem sair são logo repostos. Diariamente, das 7h às 10h, táxis deixam no abrigo novos imigrantes — quase todos passaram por Guayaquil (Equador) e Puerto Maldonado (Peru).

A expectativa do governo é que o fluxo continue intenso. Na última quarta, o abrigo começou a receber melhorias como banheiros, que eram químicos, e tabuleiros de madeira sob os colchões, para evitar que os imigrantes continuem a dormir sobre a urina que escorre no chão.

ACRE TEM NOVA ROTA DE ENTRADA ILEGAL

Além de haitianos, imigrantes do Senegal chegam sem visto ao Brasil

Fonte: governo do Acre

Imigrantes apontam cobrança de taxa indevida e extorsão

DO ENVIADO ESPECIAL A BRASILEIA

Desembolsar até US\$ 200 a taxistas para cruzar a fronteira entre o Peru e o Acre, ser extorquido por policiais peruanos e, sem dinheiro, ainda ter que pagar para conseguir emprego. Esse é o cenário descrito pela maioria dos haitianos já regularizados que permanecem em abrigo estatal em Brasileia à espera de empresas que vão até o abrigo.

Chamados entre os haitianos de "tradutores", eles desfrutam de vantagens dentro do abrigo e "despacham" de uma salinha nos fundos. O pagamento dessa "taxa de recolocação", mesmo estando regularizados no país, é a maior queixa dos imigrantes.

Antes de se instaurar no abrigo um "poder paralelo", os haitianos se apresentavam aos empregadores em filas, onde eram escolhidos por apêndices e porte físico. Eles já foram empregados como garçons, jardineiros, em fábricas de embalagens e de cimento e na indústria de alimentos.

O governo do Acre, que administra o abrigo, informou que só agora detectou que haitianos pagavam para obter emprego e, por isso, "institucionalizou as contratações", que passaram a ocorrer em um posto fora do abrigo.

A Folha apurou que a força-tarefa coordenada pelo Ministério da Justiça também identificou o problema e enviará duas funcionárias do Ministério do Desenvolvimento Social para gerir o abrigo e extinguir a intermediação paga no local.

A reportagem não conseguiu contato com a polícia peruana para comentar as acusações dos haitianos. (R11)

C5b

Polícia indiana prende suspeito por estupro de menina de 5 anos

Caso gerou protestos no país, que sofre onda de crimes sexuais

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

A polícia indiana deteve ontem um homem suspeito de estupro brutalmente, durante dois dias, uma menina de cinco anos que está hospitalizada. O caso gerou grandes protestos no país.

O acusado de 24 anos havia fugido de Nova Délhi, cidade onde ocorreu o crime e para onde foi levado após a captura. Um juiz ordenou que o homem seja mantido sob custódia da polícia.

A menina que foi vítima da agressão sexual havia desaparecido na segunda-feira. Sua família a descobriu dois dias depois, na casa de um morador do mesmo edifício, ao ouvir seus gritos.

O suspeito agrediu a menina em repetidas ocasiões e utilizou objetos como garrafas e velas, além de ter mantido sua vítima sem alimentos ou água durante os dois dias de sequestro.

Dezenas de pessoas se concentraram em frente ao hospital em que a garota está internada para protestar pelo crime e exigir que as autoridades façam justiça.

O superintendente médico do hospital disse que a menina sofreu graves lesões internas e cortes, e tem marcas de mordida no rosto e torso. Ele descreveu o caso da menina como "sério" e explicou que os médicos estavam tentando estabilizar sua condição.

Ativistas de direitos humanos e autoridades disseram que a polícia indiana rejeitou a denúncia inicialmente e pediu à família da menina que não informasse o caso à imprensa em troca de 2.000 rúpias (R\$ 70) — a polícia não comentou as acusações.

O primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, emitiu um comunicado no qual censurou a atuação policial, "completamente inaceitável", e garantiu "completa assistência" à menina.

O episódio ocorre quatro meses após o estupro e a morte de uma mulher dentro de um ônibus no país, fato que provocou indignação em toda a Índia e estimulou o governo a aprovar leis duras para crimes contra as mulheres.

ALUGAM-SE GALPÕES

OCUPAÇÃO IMEDIATA

2.691M² à 43.813M²
ROD. DUTRA KM 201
Próximo ao pedágio de Arujá

11 3160-7078
www.cddutra.com.br

Italmocassin
International Class

Pelica Tipo Italiana **298,00** **Cromo Alemão** **597,00**

Visite nosso site:
www.italmocassin.com.br
(mais de 500 modelos)

Todos os nossos modelos são produzidos à mão, nas cores: café, vinho, azul, whisky, preto, marrom, etc.

LOJA DE FÁBRICA:
R. 13 de maio, 990 • Bela Vista • SP
Tel.: (11) 3287-4044
c/Estacionamento

Fabricamos também em 1/2 ponto.

O **BANCO FIBRA** vem a público informar que pessoas mal intencionadas, identificando-se como prepostos ou representantes do "Banco Fibra S.A" ou da "CREDIFIBRA", estão oferecendo empréstimos pessoais através de anúncios em SITES, jornais e outros meios de comunicação, mediante a exigência de pagamento antecipado de valores a título de "Fiança", "Seguro-Fiança" ou Tarifas.

Esclarecemos que o **BANCO FIBRA** não realiza operações por telefone ou e-mail, nem tampouco exige qualquer tipo de depósito prévio a título de cadastro, tarifa, seguro ou fiança como condição para a concessão de empréstimos e financiamentos a seus clientes, sendo que tais fatos já foram noticiados às Autoridades Policiais e estão sob investigação policial.

Em caso de dúvidas e/ou denúncias sobre tais práticas, ligar para o telefone **0800 940 0888**.

mundo

NA INTERNET
Farc encerram
trégua de Natal e
acusam governo
de 'agressões'
folha.com.br/1398657

NA INTERNET
Polícia prende 11
gays na Nigéria
após lei contra
homossexuais
folha.com.br/1398258

D1

Papa afasta d. Odilo de banco do Vaticano

Arcebispo de SP e mais 3 cardeais são substituídos em comissão que supervisiona instituição financeira da igreja

Comissão fora nomeada por Bento 16; mudança é vista como reforço do objetivo de Francisco de mudar gestão do banco

FABIANO MAISONNATE
DE SÃO PAULO

Em passo importante de suas mudanças no Vaticano, o papa Francisco trocou ontem quatro dos cinco cardeais da comissão que supervisiona o problemático banco do Vaticano. Entre os substituídos está o arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer.

O cardeal brasileiro e os demais quatro integrantes da comissão haviam sido nomeados por Bento 16 em fevereiro — cinco dias após ter anunciado a sua renúncia. O mandato era de cinco anos.

Nos corredores do Vaticano, a saída dos quatro foi vista como um reforço do desejo de Francisco de demarcar o início de uma nova administração no banco, cujo nome oficial é Instituto para as Obras de Religião (IOR).

Dom Odilo, nesse sentido, era visto como representante da gestão anterior. No conclave que escolheu Francisco, em março, o brasileiro fez veemente discurso em defesa da gestão recente do IOR.

Na época, vaticanistas avaliaram que essa posição acabou com as suas chances de ser eleito papa, por ser den-

D. Odilo Scherer com retrato de Francisco ao fundo; papa ratificou arcebispo de SP como membro de comissão para a AL

siado próximo à criticada Cúria de Bento 16.

Por outro lado, também ontem, o papa ratificou dom Odilo como um dos sete membros da Pontifícia Comissão para a América Latina, num sinal de que inexistirá punição

específica ao brasileiro.

Procurado pela **Folha** ontem, dom Odilo não foi localizado. Sua assessoria informou que ele está em viagem.

Dos antigos membros nomeados por Bento 16, ficou apenas o cardeal francês

Jean-Louis Tauran. Já os novos nomeados incluem o espanhol Santos Abril Castillejo, amigo de Francisco.

Os outros integrantes nomeados ontem são o italiano Pietro Parolin — secretário de Estado do Vaticano, "número

dois" na hierarquia da Santa Sé —, o austríaco Christoph Schönborn e o canadense Thomas Collins.

PRIORITÁRIO
O banco tem sido uma das prioridades de Francisco. An-

tes da reformulação anunciada ontem, ele já havia criado, em junho, uma comissão paralela de alto nível para investigar e reformar o IOR.

Essa comissão responde apenas a Francisco. É composta por quatro religiosos e uma professora de direito de Harvard, Mary Ann Glendon.

Em novembro, Francisco nomeou seu secretário pessoal, o marês Alfred Xuereb, supervisor das atividades do banco, responsável por informá-lo dos trabalhos no IOR.

O papa também escolheu recentemente o industrial alemão Ernst von Freyberg como o primeiro presidente não italiano do banco. A sua principal missão é adequar a administração interna às normas internacionais.

Desde o início do seu papado, em março, Francisco deixou claro que tentaria uma reformulação completa do IOR, criado em 1942.

"Alguns acham melhor que seja um banco, outros que seja um fundo, uma instituição de ajuda. Não sei. Eu confio no trabalho das pessoas que estão se empenhando nisso", disse em julho.

Sub Bento 16, a instituição teve de lidar com escândalos de lavagem de dinheiro e corrupção, tornando-se um dos principais focos de desastros.

Em julho, um ex-contador que trabalhava sob Bento 16 foi preso após investigação que identificou o desvio de US\$ 26 milhões em espécie.

'Igreja está dando atenção a nós', diz cardeal do Haiti

Nomeação de Chibly Langlois, 1º haitiano a ocupar cúpula do Vaticano, foi maior surpresa na lista de Francisco

DE SÃO PAULO

A mais recente surpresa do papa Francisco vem do Haiti e se chama Chibly Langlois. Bispo da pequena cidade de Les Cayes, 190 km a oeste de Porto Príncipe, ele acaba de se tornar o primeiro cardeal da história vindo do país mais pobre das Américas, em nomeação com claros contornos geopolíticos.

"É um gesto do Santo Padre não só para os católicos do Haiti, mas para todos os haitianos", disse Langlois à **Folha** amononense, por telefone. "É um sinal de que a igreja está dando mais atenção à nossa situação."

Aos 55 anos, Langlois foi quem mais chamou a atenção entre os 19 primeiros cardeais anunciados pelo papa Francisco no domingo. O grupo inclui o arcebispo do Rio,

dom Orani Tempestta, uma indicação já esperada.

O arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer, afirmou que Langlois não era uma escolha óbvia nem mesmo dentro do Haiti, por se tratar do bispo de uma cidade de apenas 50 mil habitantes.

"Além de ser o primeiro daquele país, não é o arcebispo da capital, como se poderia ter esperado, mas de uma diocese do interior", disse o cardeal por e-mail à **Folha**.

O comentário foi enviado anteriormente, um dia antes de sua destituição, pelo papa, da comissão de cardeais do banco do Vaticano.

"A inclusão de um bispo haitiano no Colégio Cardinalício também indica que os países pequenos e pobres são importantes para a igreja. O papa Francisco olhou para as 'periferias'... foi uma decisão significativa", escreveu.

Sem detalhar, Langlois especulou que a sua escolha por Francisco pode ter sido

Bispo Chibly Langlois, recém-nomeado cardeal pelo papa

motivada pela "relação entre o Haiti e a República Dominicana", em alusão à recente polémica surgida pela decisão do Tribunal Constitucional do país vizinho. O anúncio provocou divergências entre os líderes da Igreja Católica nos dois países.

Em outubro, a corte suprema dominicana julgou que os

cerca de 200 mil filhos de imigrantes haitianos ilegais nascidos no país não têm direito à cidadania.

A medida foi duramente criticada pela ONU e por países da região por jogar dezenas de milhares de pessoas num limbo jurídico, mas ganhou respaldo irrestrito do cardeal dominicano, Nicolás

de Jesús López, tido como um porta-voz da ala mais conservadora da Igreja Católica.

López disse que o Tribunal Constitucional "atrouva de acordo com a lei" e denunciou uma "campanha internacional" contra a República Dominicana.

A reação veio por meio da mensagem de Natal da Conferência Episcopal do Haiti, presidida por Langlois.

Sem mencionar o país vizinho, o texto diz que, como Jesus Cristo, "muitas famílias haitianas continuam (...) cruzando a fronteira, sofrendo humilhação, rechaço, exclusão e negação de seus direitos fundamentais".

Os 19 recém-nomeados serão recebidos pelo papa em 22 de fevereiro, no Vaticano. Desse, três têm mais de 80 anos e não poderão participar de conclave.

Com as nomeações, a igreja volta a contar com 120 cardeais aptos a escolher papas e a substituir Francisco. (FAP)

IMIGRAÇÃO

Acre quer fechar a divisa com Peru para barrar haitianos

DE SÃO PAULO - O governo do Acre já propôs ao Ministério da Justiça fechamento temporário da fronteira com o Peru, na cidade de Assis Brasil (AC), para impedir a entrada de imigrantes haitianos pelo Estado. O fluxo imigratório do Haiti intensificou-se desde a semana passada, e o governo teme conflitos devido à superlotação no abrigo público de Brasília (AC), a 80 km da fronteira.

O abrigo pode receber até 300 pessoas por vez, mas hoje há 1.200 alojados. Desde dia 9, chegam em média 70 novos imigrantes por dia no abrigo, segundo dados do governo.

"Temo a eventualidade de uma tragédia. Não tem espaço para dormir, não tem água suficiente, tem problemas de alimentação. Da forma que está é insustentável", disse à **Folha** o secretário de Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão.

O Ministério da Justiça não respondeu à reportagem até a conclusão desta edição.

Kalunga

VERÃO

A partir de R\$ 319,88

+9x R\$ 142

Total: R\$ 1.279,80 - cash: 5x

Santos, Itajaí, Montevideo e Buenos Aires

PREÇOS IMPERDÍVEIS

Empresas - 7 NOITES
08/02/14 - 35% de desconto
A partir de R\$ 279,00

+9x R\$ 123

Total: R\$ 1.101,00 - cash: 5x

Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília

7 NOITES
08/02/14 - 35% de desconto
A partir de R\$ 279,00

+9x R\$ 123

Total: R\$ 1.101,00 - cash: 5x

Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília

7 NOITES CARNAVAL 2014
09/02/14 - 30% de desconto
A partir de R\$ 238,48

+9x R\$ 328

Total: R\$ 3.052,00 - cash: 5x

Rio de Janeiro, Angola dos Reis, Buenos Aires, Montevideo, Fortaleza e Brasília

TUDO CALUNIA

5x

COMPRAS GRATUITAS

pullmantur

Reserva de última hora

www.pullmantur.com.br

ABAKTUR 11 3067-0900 | FLOT 11 4504-4500 | INTRAVEL 11 3206-9000 | JVS 11 4223-4223 | LUXTRAVEL 11 3017-5656 | MAKTOUR 11 3819-2222 | NASCIMENTO 11 3156-9944 | SOFT TRAVEL 11 3817-9999 | TURISMOINDO 11 3257-2890 | VISUAL 11 3235-2030

FOLHA DE S. PAULO
QUARTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2014 A8

mundo

NA INTERNET
Governo estuda
centro de apoio
a refugiados
haitianos em SP
folha.com/no1400874

NA INTERNET
Ex-contador
do Vaticano é
acusado de lavar
dinheiro na Itália
folha.com/no1400578

D2

Desconvite da ONU é 'deplorável', diz Irã

País exige explicações do secretário-geral, Ban Ki-moon, após ter sido retirado de conferência de paz sobre Síria

Avião com comitiva do regime de Assad fica 5 horas parado na Grécia, após empresa se negar a fazer reabastecimento

SAMY ADGHIRINI
DE TEERã

Um dia após ter sido desconvitado pela ONU de uma conferência de paz sobre a Síria, o Irã reagiu ontem com irritação e exigiu explicações do secretário-geral da organização, Ban Ki-moon, pela reviravolta.

"Do nosso ponto de vista, esta retirada [do convite] é deplorável", disse Marzieh Afkham, porta-voz da Chancelaria iraniana, na véspera da conferência, que reunirá na Suíça rebeldes sírios e representantes do governo de Bashar al-Assad.

Afkham acusou Ban de ter agido "sob pressão" e afirmou que o Irã irá cobrar que revele as "verdadeiras razões" do cancelamento.

Na noite de domingo, Ban anunciou que o Irã estava entre os convidados do encontro, que começa hoje em Montreux e se estende até o fim de semana em Genebra.

Diante do apoio militar, político e financeiro que fornece a Assad, o Irã é considerado por muitos analistas e diplomatas um ator incontornável do conflito sírio.

Mas o convite ao Irã enfi-

Ahmad Jarba (centro), líder do grupo de oposição Coalizão Nacional Síria, chega a Genebra para conferência de paz

receu rebeldes sírios, que ameaçaram boicotar o encontro. Os EUA, copatrocinadores do encontro ao lado da Rússia, também rejeitaram a participação iranian.

Na noite de segunda-feira, 24 horas após o anúncio público do convite, um porta-voz de Ban anunciou que Tee-

rã estava fora da conferência. A razão alegada pela ONU foi que o Irã não se comprometeu publicamente a endossar um plano de paz, discutido em 2012, em Genebra, que visa pavimentar o caminho rumo a um governo de transição na Síria.

O plano, que havia fracas-

sado devido a divergências de interpretação entre as potências mundiais, foi ressuscitado e servirá de base para as próximas conversas.

O papel do Irã no conflito sírio sempre gerou controvérsia. O primeiro emissário da ONU para o conflito sírio, o ex-secretário-geral da orga-

nização Kofi Annan, renunciou ao cargo, entre outras razões, porque os EUA se opunham à ideia de incluir Teerã nas negociações.

Annan alegava que não há solução negociada sem o Irã, já que os iranianos exercem forte influência sobre Assad. O sucessor de Annan e

atual emissário Lakhdar Brahimi também defendeu a participação iranian, assim como a Rússia.

Prevalece, porém, a posição das potências ocidentais, também defendida pela Turquia e pelas monarquias árabes.

PARADA-SURPRESA

O avião que levava a comitiva síria para a conferência de paz ficou cinco horas parado no aeroporto internacional Eleftherios Venizelos, em Atenas, na Grécia, após a empresa responsável pelo reabastecimento do avião recusar atendimento, temendo sofrer represálias por atender um país sob embargo da União Europeia.

O abastecimento foi autorizado após a empresa receber a garantia de não ser punida. A televisão estatal síria informou que o plano de viagem tinha sido informado aos gregos com antecedência.

GUERRA SECTÁRIA

O Irã, epicentro do islã xiita, apoia o regime de Assad, adepto de uma vertente mística do xiismo, como forma de se contrapor à influência geopolítica ocidental no Oriente Médio.

O território sírio se tornou palco de uma guerra por procuração entre grupos armados xiitas apoiados pelo Irã, como o libanês Hizbullah, e facções sunitas, algumas das quais ligadas à Al Qaeda, bandadas por países árabes.

LÍBANO

Carro-bomba mata quatro em bastião do grupo Hizbullah

DE JERUSALÉM - A explosão de um carro-bomba deixou ontem pela manhã ao menos quatro mortos no distrito de Haret Freik, ao sul de Beirute.

O atentado foi reivindicado pela Jabhat al-Nusra no Líbano, considerada uma franquia da organização terrorista de mesmo nome que opera na vizinha Síria, com vínculos com a Al Qaeda.

O ataque foi o segundo neste mês na mesma região, que é um dos bastiões da facção xiita Hizbullah. O primeiro deixou cinco mortos, incluindo a brasileira Malak Zahwe.

O Hizbullah prometeu continuar a perseguir os grupos responsáveis por esses ataques. A organização culpa Israel pelos incidentes. (OIGEO MERCITO)

ESTADOS UNIDOS

Voos são cancelados após nevasca atingir costa leste do país

DE NOVA YORK - A forte nevasca que atinge a costa leste americana levou ontem ao cancelamento de mais de 2.900 voos domésticos e internacionais.

Pelo menos três voos da American Airlines que saíam de Nova York para o Brasil — dois para Guarulhos (951 e 919) e um para o Galeão (973), no Rio de Janeiro — na noite de ontem foram cancelados.

Até a conclusão desta edição, outros três estavam atrasados — um da Delta, com destino a São Paulo, e dois da TAM, saindo do Brasil. Nestes últimos, a companhia havia adiado os voos 8080, de Guarulhos, e 8078, do Galeão. (UF)

Manifestantes contra o governo tailandês marcham em apoio a líder opositor, em Bancoc

Premiê da Tailândia decreta estado de exceção por protestos

Medida é imposta dias antes de eleições criticadas por oposição

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

O governo da Tailândia decretou ontem estado de exceção por 60 dias em Bancoc e nas províncias vizinhas.

A medida, que entra em vigor hoje, ocorre após uma semana de cerco à capital por manifestantes da oposição que pedem a renúncia da primeira-ministra, Yingluck Shinawatra.

Segundo a Constituição do país, o estado de exceção permite às agências de segurança decretar toque de recolher, prender suspeitos sem man-

dado, censurar a imprensa, proibir reuniões públicas com mais de cinco pessoas e isolar partes de Bancoc.

O ministro do Trabalho, Chalerml Yooamrungr, afirmou que o decreto foi feito para garantir o funcionamento do governo e da economia.

"Os manifestantes fecharam prédios estatais, bancos e provocaram a escalada da situação, causando mortes", disse o ministro.

O líder dos protestos, o ex-vice-primeiro-ministro Suthep Thaugsuban, questionou o motivo que levou o go-

verno a lançar o estado de exceção, "já que as manifestações eram pacíficas", e disse que a medida mostra a incapacidade de Shinawatra de lidar com as mobilizações.

Desde o início das manifestações, em outubro, nove pessoas morreram e mais de 500 ficaram feridas.

Os opositores pedem o adiamento das eleições gerais, marcadas para 2 de fevereiro, a criação de um conselho político e a saída de Shinawatra, que dizem ser uma marionete do irmão no exílio, Thaksin, deposto em 2006.

Governo ucraniano rastreia celulares de manifestantes

Pessoas na região de protestos recebem alerta sobre participação em "tumulto"

ANDREW E. KRAMER
DO "NEW YORK TIMES", EM KIEV
(UCRÂNIA)

O governo ucraniano usou tecnologia telefônica para localizar com precisão os celulares em uso nas proximidades de enfrentamentos ocorridos entre a polícia e manifestantes ontem.

No início da madrugada, pessoas que estavam nas proximidades dos choques entre a polícia antitumulto e os manifestantes receberam uma mensagem de texto dizendo "caro assinante, você foi registrado como participante num tumulto de massas".

A linguagem usada ecoa a de uma nova lei que criminaliza a participação em protestos considerados violentos, tornando-a passível de prisão. A lei entrou em vigor ontem mesmo.

Essa legislação é um pacote de outras leis aprovadas pelos partidos políticos pró-governo no Parlamento ucraniano para seguir os moldes de regras vigentes na vizinha Rússia, pioneira na coordenação entre capacidades técnicas e as leis que endurecem as regras sobre liberdade de expressão e reunião pública.

Mas a mensagem de texto parece ter tido pouco efeito sobre as manifestações na capital ucraniana, Kiev.

Três horas depois de o texto ter sido enviado, a polícia se deparou com uma multi-

dão de cerca de 200 mil manifestantes, muitos deles preparados para lutar.

Os policiais atiraram balas de plástico e granadas de luz atordoantes. Segundo o serviço médico de Kiev, em civis e 60 policiais ficaram feridos no confronto.

Um ativista que vem se destacando no movimento, Ihor Lutsenko, desapareceu depois que homens desconhecidos forçaram a entrar num carro no estacionamento de um hospital.

Em outra tática que aparentemente estava sendo intensificada, jovens portando bastões percorreram ruas laterais nas proximidades da praça central, espalhando manifestantes e quebrando vitrines de lojas.

Os líderes da oposição tinham dito acreditar que essas pessoas seriam "hoooligans" e desempregados levados à capital de ônibus pelo governo para atuar como força de rua para intimidar manifestantes.

Os protestos começaram em novembro, quando o presidente Viktor Yanukovich se negou a assinar um acordo de livre comércio com a União Europeia, negociando em vez disso um acordo de assistência financeira com a Rússia.

O movimento, que parecia enfraquecido, foi revigorado pela oposição às leis contra reuniões públicas aprovadas na semana passada.

Afganistão vota pela paz

CLÓVIS ROSSI

A CHATHAM House, centro londrino de estudos, patrocinou uma pesquisa sobre a eleição no Afeganistão, realizada ontem, e descobriu, primeiro, grande interesse nos centros urbanos por participar do processo eleitoral. Mas "a participação é menos um abraço às práticas democráticas ou às plataformas políticas das diferentes candidaturas e mais o desejo de uma transferência pacífica de poder e de um futuro seguro, em vez de violência".

Ou, resumindo, uma importante parcela dos 20,8 milhões de eleitores registrados vota pela paz, o que é fácil de explicar: o Afeganistão está em guerra há pelo menos 35 anos, uma das principais razões pelas quais é o país mais pobre da Ásia.

Posto de outra forma, é menos importante quem será eleito para substituir Hamid Karzai, que cumpre o segundo dos dois mandatos conse-

cutivos permitidos pela Constituição, e mais o estabelecimento de um governo que funcione e também prove que a democracia pode ser implantada. Mesmo em um país dividido por etnias, pressionado pelo radicalismo do Taleban, com um índice espantoso de corrupção e pelas inevitáveis sequelas de um período tão longo de conflitos.

Para que a aspiração do eleitorado afegão se concretize é preciso, em primeiro lugar, que não haja, neste ano, uma fraude tão maciça quanto a da eleição anterior, em 2009. Os primeiros resultados indicaram, então, que o presidente Kar-

Pesquisa mostra que desejo de participar é menos para escolher candidatos e mais pela pacificação do país

zai obteve 54,6% dos votos, acima portanto da maioria absoluta exigida para liquidar o pleito no primeiro turno.

Denúncias das derrotadas levaram a uma recontagem, que anulou mais de 1 milhão de votos e obrigou a convocar um segundo turno, afinal não realizado, porque o segundo colocado, Abdullah Abdullah (candidato de novo neste ano), des-

sistiu, alegando que não havia garantias de lisura.

Em segundo lugar, é essencial que a participação seja suficientemente maciça para dar uma demonstração ao Taleban de que ele é incapaz de perturbar seriamente o processo eleitoral. Que vai perturbar, já se sabia que iria, mesmo antes da abertura das urnas: 10% das seções eleitorais não puderam ser instaladas em consequência das ameaças feitas pelo grupo.

Em terceiro lugar, os eleitores, diz a Chatham House, pretendem "convencer as elites de que eleições são o único meio de transferir o poder

de um presidente para o próximo". Ou seja, não há mais lugar para os senhores da guerra que agitam o ensanguentar o país, por mais que ao menos dois deles figurem como candidatos à Vice-Presidência.

É óbvio que o simples ato de votar não trará resultados instantaneamente. "Para o destino do Afeganistão, o que acontecerá no ano ou nos dois anos seguintes à disputa será mais importante do que o voto em si", escreve Sarah Chayes, do programa Ásia do Sul do Instituto Carnegie para a Paz Mundial.

Continua: "Especialmente significativo é se um processo de construção de consensos [...] pode amenizar as feridas de 12 anos de disfuncionalidade" (em referência aos anos Karzai).

Não é pouco, pois, o que o Afeganistão joga nas armas.

COLUNISTAS DA SEMANA segundas: Rubens Wazquez, terças: Clóvis Rossi, quartas: Matias Spektor, quintas: Clóvis Rossi, sextas: Marcos Trepo, sábados: Alexandra Vidal Porto, domingos: Clóvis Rossi

Cheia deixa haitianos 'represados' no Acre

Imigrantes não conseguem deixar Estado por via terrestre após inundações e causam superlotação em abrigos

Aviões da FAB têm sido usados para levá-los até Rondônia; situação faz Brasília (AC) hospedar recorde de estrangeiros

FÁBIO PONTES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM BRASÍLIA (AC)

O haitiano Marc Derisma, 46, define o embarque no ônibus com destino a Rio Branco como o fim de uma agonia.

Depois de ter percorrido 236 km desde Brasília, ele seguirá de avião da capital do Acre até Porto Velho (RO), onde embarcará em outro ônibus com destino a São Paulo. Ali, enfim, se encontrará com a irmã, funcionária de um restaurante.

Derisma é um dos cerca de 2.500 imigrantes que ficaram "represados" ao longo de um mês em Brasília. A cheia do rio Madeira, em Rondônia, inundou a rodovia BR-364 e deixou o Acre sem conexão terrestre com o resto do país.

Dessa forma, os imigrantes que não passaram de chegar à Brasília não tinham como deixar a cidade em busca de emprego em outros Estados. Localizada na triplíce fronteira com Peru e Bolívia, a pequena cidade acriana é ponto de entrada de imigrantes haitianos (a maioria), senegaleses e dominicanos.

Segundo o governo do Acre, por causa desse isolamento, a quantidade de imigrantes em Brasília é a maior já registrada desde o início da onda migratória de haitianos na região, em junho de 2010 — seis meses após o terremoto que devastou o país.

Para amenizar essa situação, o governo do Acre conseguiu retirar mais de 500 imigrantes de Brasília desde a semana passada.

Aviões da Força Aérea Brasileira que levam alimentos até Rio Branco voltam a Porto Velho transportando os imigrantes. Mas, à medida que pequenos grupos saem, outros chegam, numa média diária de 80 pessoas.

Na última quinta-feira, quando a Folha esteve na cidade, 32 senegaleses se juntaram a outros 550 compatriotas. Nos últimos dois anos, o total dos que cruzaram a fronteira com o Peru chega a 1.550.

SUPERLOTAÇÃO

Em Brasília, o abrigo mantido pelo governo estadual para receber os imigrantes está superlotado. Cerca de 1.500 haitianos e senegaleses dividem um espaço que comporta, no máximo, 500. A "agonia" citada por Derisma ao deixar a cidade é representada pelo esgoto a céu aberto, pela falta de banheiros, pelo ambiente abafado e pela ociosidade à espera de

Haitianos em fila para se cadastrar em abrigo em Brasília, no Acre

uma chance de ir embora.

A situação se agravou nos dias de chuva, quando a água com detritos se espalha pelo quintal. Sem banheiros, imigrantes fazem suas necessidades em qualquer ponto.

Só há água para tomar banho e lavar roupas. Para consome, nada. A solução é buscar em pontos da cidade e armazenar em garrafas PET.

No abrigo, são três refeições diárias. As mais de 1 mil marmidas são divididas pelos líderes dos grupos, e todos precisam respeitar a ordem da fila. Como não há talheres, o papel alumínio das tampas é usado como colher.

Há mais de 20 dias no abrigo, o haitiano Tony Baptiste, 39, conseguiu montar um pequeno comércio.

Ele vende de sabão a créditos de celular da operadora boliviana Tigo, pela qual eles conseguem ligar para os parentes no Haiti.

"Quero dinheiro para me encontrar com meu primo em São Paulo. Ele trabalha como pedreiro. As condições aqui estão muito ruins, não há onde dormir, tomar banho", diz.

DOCUMENTAÇÃO

O Ministério do Trabalho deslocou servidores de Rio Branco e Porto Velho para agilizar a emissão de documentos, mas diz que falhas na internet dificultam o atendimento aos imigrantes.

"Já tenho o dinheiro para comprar a passagem e sair daqui, mas preciso da minha carteira de trabalho. Toda vez que vou em busca dela dizem que o sistema não está funcionando", diz Eshus François, 41, que tem um irmão trabalhando na construção civil em Belo Horizonte.

O governo diz que entrega até 50 carteiras por dia.

Imigrantes têm de tomar banho com água suja, próximo de local com esgoto a céu aberto

A ROTA DOS HAITIANOS NO BRASIL

Número de imigrantes em Brasília (AC) bate recorde

Convivência com senegaleses gera pequenos atritos

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM BRASÍLIA (AC)

Antes base exclusiva para imigrantes haitianos em busca de emprego no Brasil, Brasília agora também recebe dezenas de senegaleses.

O choque cultural provoca alguns atritos, mas nada que não possa ser apaziguado. "Um senegalês passa, e os haitianos fazem brincadeira com ele, o que acaba irritando o outro", afirma Damão Borges, representante do governo do Acre no abrigo de Brasília.

"Os haitianos se incomodam com as orações diárias dos africanos, dizem que faz barulho, mas nada que leve a agressões físicas", diz Borges. Maquimanos, os senegaleses oram cinco vezes por dia. Cheikhama Diout, 32, é líder do grupo dos senegaleses. Único a falar espanhol, serve de intérprete improvisado.

Para chegar ao Acre, os senegaleses saem em voos de Dakar para Madrid e de lá seguem para Quito, no Equador. Ali, por terra, chegam à fronteira do Peru com o Brasil.

"No Senegal, não há oportunidade de emprego. O Brasil é acolhedor, por isso escolhemos aqui", diz Diout. Ele sonha em ir para São Paulo, onde pretende trabalhar como guia turístico na Copa. (F)

ESCÓCIA, CATALUNHA, Québec, Vêneto. Antigos movimentos separatistas ganharam ímpeto com os acontecimentos na Crimeia e no Leste da Ucrânia?

A bem da verdade, muitos desses pleitos, como o de Québec e da Catalunha, estavam mais exacerbados nos anos 90 do que agora. No caso da Crimeia ou mesmo da parte oriental da Ucrânia, o sentimento que impulsiona desde o fim da União Soviética não é o de plena independência. Trata-se, antes, do desejo de reintegração a um Estado (Rússia) a que pertence a maioria étnica daquelas regiões.

Dessas dinâmicas, a de maior impacto potencial para o mundo é a da Escócia. Referendo para aderir a vontade de deixar o Reino Unido realizou-se em 18 de setembro. Se isso acontecer, os efeitos serão sentidos para além da União Europeia.

George Robertson, ministro britânico da Defesa nos anos Tony Blair e ex-número 1 da Otan, classifica a eventual independência escocesa como "citadela escocesa". O status de potência do Reino Unido — membro permanente do Conselho de Segurança da ONU — sofreria pronunciado enfraquecimento relativo.

As contradições dos anos 60 e 70, quando independência rimava em grande medida com descolonização — item prioritário da ONU à época —, hoje não há "solidariedade internacional" entre os movimentos separatistas. Todos respondem a lógicas eminentemente locais.

Onda separatista?

MARCOS TROYJO

Embora o assunto tenha ganhado as manchetes nas últimas semanas, não há um surto independentista

Embora pleitos independentistas tenham ganhado as manchetes nas últimas semanas, não há um surto separatista no mundo. Mesmo se ele existisse, não seria algo novo para o sistema internacional e, sobretudo, para a ONU. No início dos 90, com o fim das ditaduras na "Cortina de Ferro" e o esfacelamento soviético, dezenas de novos países passaram a compor uma nova geo-

grafia política mundial. Hoje, não estamos nem perto disso.

Na maioria dos países da Europa Ocidental, ou mesmo no Canadá, o separatismo se dá majoritariamente por razões histórico-culturais — "registro museológico" da ambição de antigas gerações em constituir Estados independentes. Embora motivações econômicas possam ter desempenhado algum papel no desejo de independência, a economia não é fator determinante. Os pleitos separatistas dão-se hoje em regiões de elevada prosperidade.

Para as relações internacionais contemporâneas, mais importante

do que a maneira com que países como Rússia e China lidam com a vontade separatista desse ou daquele território é o tipo de relacionamento que pretendem imprimir a seu entorno geopolítico.

O caso da China fornece bom exemplo do paradoxo entre separação e reintegração. Por um lado, Pequim evita qualquer possibilidade de eventual desgarramento da região do Tibete. Por outro, prega a incorporação de Taiwan ao ideal de "uma única China". Daí a bem calculada neutralidade chinesa perante a crise ucraniana.

Assim, as "circunstâncias" da Rússia e China — que sinalizam volta a um cenário global pontilhado por esferas de influência — pensariam noites mal dormidas para os estrategistas do Ocidente.

m1293@folha.uol.com.br

COLUNISTAS DA SEMANA: segunda: Marcos Carrazo da Paiva, terça: Clóvis Rossi, quarta: Julia Swigg, quinta: Clóvis Rossi, sexta: Marcos Troyjo, sábado: Leonardo Padua, domingo: Clóvis Rossi

Acre vai fechar abrigo para imigrantes

Cerca de 1.500 haitianos e senegaleses que chegaram a Brasília serão levados para alojamento em Rio Branco

CARÁ REYMOND E ANDRÉ

O CAÇADOR

RESERVA SURPRESAS QUE PODEM MUDAR A VIDA DO CAÇADOR.

OSHOW.COM/OCAÇADOR

Secretário diz que governo federal fará hospedagem em SP; ministérios não confirmam construção

FÁBIO PONTES
COORDENADOR PARA POLÍCIA,
RIO BRANCO (AC)

O governo do Acre decidiu fechar o abrigo de Brasília, na fronteira com a Bolívia e o Peru, usado para acomodar imigrantes haitianos e senegaleses que entram no Brasil. No último domingo, a **Folha** mostrou que mais de 1.500 pessoas moravam no local em situação degradante, com esgoto a céu aberto, ausência de banheiros e de água potável para consumo.

O secretário de Direitos Humanos, Nilson Mourão, disse que a superlotação no abrigo foi agravada pelo bloqueio da BR-364, principal acesso terrestre do Estado, devido à cheia do rio Madeira.

Agora, os imigrantes passarão a receber os primeiros auxílios em Rio Branco, para onde os que estão em Brasília devem ser transferidos até amanhã.

Segundo Mourão, o abrigo foi fechado porque a situação em Brasília e na vizinha Epitaciolândia é "insustentável".

"O governo entende que a população desses municípios já deu sua contribuição. Somos gratos por, nesse período, não ter ocorrido nenhum ato de xenofobia."

Brasília chegou no início desse mês a abrigar 2.600 estrangeiros, o equivalente a 18% da população urbana. Na semana passada, o Acre já conseguiu retirar de seu território 1.450 estrangeiros em aviões da FAB (Força Aérea Brasileira).

NOVO ABRIGO

Os imigrantes serão levados para o mesmo local usado pela prefeitura de Rio Branco para coreções e para abrigar famílias deslocadas pela cheia do rio Acre.

O abrigo terá banheiros químicos e água potável, além de um posto da Polícia Federal para emissão de documentos. A intenção é mantê-los no local até maio.

No período, os imigrantes que chegam ao Brasil serão orientados em Brasília a seguir para Rio Branco, a 340 km de distância da fronteira.

Nilson Mourão disse que, depois, eles serão transferidos para um abrigo que será construído pelo governo federal em São Paulo. O local será controlado pelos ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Social.

Procurados pela **Folha**, os dois ministérios não se pronunciaram até o fechamento desta edição.

FOLHA DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2014 A4

poder

PAINEL

VERA MAGALHÃES

<http://painel.blogfolha.uol.com.br>

O Haiti não é aqui

A "deportação" de refugiados haitianos pelo governo do Acre para São Paulo provocou queda de braço entre três governos do PT: o acríano, o da capital paulista e o federal. Fernando Haddad, que ontem disse ter ligado para o governador Tião Viana, também pediu a intervenção do Ministério da Justiça para arbitrar o assunto. Reservadamente, para não escancarar a briga partidária, auxiliares do prefeito confirmam que secretários de Viana têm se recusado a dar informações.

Telefone... O secretário de Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão (PT), diz que "ainda está aguardando" um contato paulista. "Estamos à disposição para desenvolver ações humanitárias. Se querem que informemos quantas pessoas vão chegar, e quando, informaremos."

... sem fio O secretário de Direitos Humanos de Haddad, Rogério Sottili, evita a bola dividida, mas auxiliares da prefeitura dizem que Mourão foi contatado logo que os haitianos começaram a chegar sem aviso prévio.

Tentativa... Apesar do discurso do PSDB de que não vai se opor ao funcionamento da CPI dos Pedágios na Assembleia paulista, deputados da sigla chegaram a fazer consultas técnicas informais para saber se as assinaturas de parlamentares que já renunciaram ao mandato continuavam válidas para a instalação da comissão.

... e erro A estratégia foi abortada ainda no estágio inicial, quando verificaram que ela não prosperaria, segundo o regimento. Os partidos devem indicar hoje os nomes que atuarão na comissão.

Vai ou racha Celso Russomanno (PRB) diz que pode ficar "independente" nesta eleição se Geraldo Alckmin (PSDB) não mudar a gestão do Procon. Procurado pela coluna, questionou: "Como posso sair em defesa de um governo se o órgão da minha área não funciona direito?".

Consultoria Julio Delgado (PSB-MG) procurou ontem o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), para ter certeza de que o processo contra André Vargas (PT-PR) no Conselho de Ética não seria interrompido se ele renunciou. A oposição teme perder a oportunidade de ferir o governo federal com o caso.

» com BRUNO BOGHOSIAN e PAULO GAMA

tiroteio

Dilma, Graça Foster e Gabrielli precisam se entender sobre o caso Pasadena. A literatura infantil conhece apenas um Pinóquio.

DO DEPUTADO FEDERAL VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP), sobre a diferença nas versões apresentadas a respeito da compra da refinaria pela Petrobras.

contraponto

Ideia fixa

No final do prazo para que ministros deixassem o cargo para disputar as eleições, Guilherme Afif estava em evento do PSD ao lado de Gilberto Kassab e Henrique Meirelles. Afif, então, foi questionado se seria uma opção caso Meirelles não tomasse a candidatura ao Senado.

— Seria um grande candidato — apressou-se Meirelles.

— Eu tenho compromisso de ficar até o final do governo e teria de sair do cargo até...? — retomou Afif.

— Hoje! — disse Meirelles, ao que Kassab completou: — Nossa! Só falta agora o Meirelles apresentar a ficha para o Afif assinar!

Homens... Apesar do discurso de que candidaturas múltiplas nos Estados não serão problema para Dilma Rousseff, a coordenação da campanha demonstrou preocupação com a criação de um ambiente beligerante entre partidos da base aliada.

... cordiais Em reunião com Dilma anteontem, o comando da campanha decidiu que a presença dela em Estados com situação delicada, como Rio e Ceará, acontecerá com cautela e que os candidatos do PT serão orientados a reduzir agressões a aliados.

Reforço Os ministros Paulo Bernardo (Comunicações) e Ricardo Berzoini (Relações Institucionais) foram incorporados à reunião, no Palácio da Alvorada.

Bicho pega Reuniões regionais de deputados federais do PR têm mostrado ampla insatisfação com o governo federal e pressão para o partido rever a aliança com o PT.

Feedback Pesquisa telefônica do Sensus em 24 Estados apontou impacto positivo para o PSDB de seu programa na TV na semana passada. Na amostra, que representa 40,8% dos domicílios (os com telefone fixo), Aécio Neves cresce de 8,1% entre quem não viu o programa para 22,2% entre os que viram.

Personagem Aécio já assumiu trejeitos de candidato. Ontem, após uma reunião, viu que um funcionário terceirizado do Senado fazia uma foto sua, foi até o rapaz e o ensinou a tirar uma "selfie".

» HOMENAGEM O ex-presidente Lula recebe título na Espanha; ele disse 'estar por fora' da polêmica de Pasadena

Ricardo Stuckert/Instituto Lula

INTERNET
Dilma sanciona Marco Civil e faz críticas aos EUA por espionagem
Pág. A10

LAVA JATO
Justiça abre processo contra doleiro ligado a deputado petista
Pág. A6

MENSALÃO
Promotora usa depoimentos informais para rastrear Planalto
Pág. A8

Ministra do STF manda abrir CPI exclusiva sobre Petrobras

Decisão contrariou expectativa do Planalto ao atender pedido da oposição

Governo queria barrar a investigação ou criar outra comissão com temas caros aos adversários de Dilma

DE BRASÍLIA

Em uma decisão que contrariou as expectativas do Palácio do Planalto, a ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Rosa Weber acatou na noite de ontem um pedido feito pela oposição e determinou que o Senado instale uma CPI para investigar exclusivamente a Petrobras.

A decisão liminar — que pode ou não ser mantida pelo plenário da corte — representa uma derrota para o governo Dilma Rousseff, que trabalhava ou para tentar barrar a investigação no Congresso ou para acrescentar temas com potencial de desgaste para os adversários na eleição de outubro.

A polêmica teve início quando começaram os questionamentos sobre a aquisição da refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobras, que causou prejuízo à estatal. Os opositores logo reuniram assinaturas suficientes para criar uma CPI para investigar a compra no Senado.

O governo, porém, articulou incluir na comissão a apuração de denúncias relativas ao cartel do metrô de São Paulo, Estado comandado pelo PSDB de Aécio Neves, e temas relativos ao porto de Suape, em Pernambuco, governado até o início do mês por Eduardo Campos (PSB).

Com isso, o caso foi parar no STF. A oposição argumenta que o direito da minoria de investigar atos do governo estava sendo desrespeitado, além de alegar que a instalação de uma CPI mais ampla seria uma manobra para tirar o foco da Petrobras.

Nos bastidores, o Planalto alimentava a expectativa de que Weber fosse considerar que a decisão sobre o escopo da CPI caberia exclusivamente ao Congresso, onde o governo tem maioria.

O gabinete da ministra não divulgou na noite de ontem os argumentos usados para embasar sua decisão.

Os governistas devem agora poder apresentar um recurso pedindo que a decisão liminar de Weber seja analisada pelo plenário do STF.

No entanto, não há prazo para que o eventual recurso entre em pauta, o que, na prática, pode acabar obrigando o Senado a instalar a CPI exclusiva da Petrobras.

Com a decisão da ministra,

FIM DO IMPASSE
STF determina que Senado instale CPI da oposição

Refinaria de Pasadena (EUA)

A CPI DA OPOSIÇÃO
DEM, PSDB e PPS apresentaram proposta para investigar os seguintes indícios de irregularidades na Petrobras

PETROBRAS

Pasadena Em 2012, a Petrobras teve que pagar US\$ 1,25 bilhão pela refinaria que, em 2005, foi comprada pela Astra Oil por US\$ 42,5 milhões

Propina A holandesa SBM Offshore, que aluga plataformas à Petrobras, é suspeita de ter pago US\$ 139 milhões a funcionários da estatal

Superfaturamento de refinarias Caso mais notório é o de Abreu e Lima (PE). Antes orçada em US\$ 2,3 bilhões, a obra hoje tem custo estimado em US\$ 18 bilhões

Irregularidades Há denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar sem componentes essenciais de segurança

CARTEL DE TRENS

Propõe investigar irregularidades em contratos do setor metroviário em SP e no DF durante gestões do PSDB

PORTO DE SUAPE

Há suspeitas de irregularidades em obras do megaprojeto em Pernambuco, que é uma das principais vitrines eleitorais de Campos

SUPERFATURAMENTO

Há suspeitas de sobrepreço em convênios, contratos e projetos na área de tecnologia da informação custeados com recursos da União

o governo trabalhará agora em duas frentes, caso não consiga cassar a liminar no plenário do STF.

A primeira será tentar protelar ao máximo o início efetivo do trabalho da comissão, o que pode ocorrer, entre outras manobras, com o atraso na indicação dos integrantes da CPI pelos partidos governistas. Outra medida será coletar assinaturas para uma CPI paralela para investigar o cartel dos trens e Suape.

Na noite de ontem, Aécio Neves — um dos que assinou o pedido da oposição ao STF — divulgou uma nota dizendo que aguarda ainda para hoje a instalação da CPI, o que dificilmente ocorrerá.

"Não é uma demanda das oposições e sim da sociedade brasileira", diz trecho da nota do tucano.

O caso da refinaria de Pasadena ganhou força após a presidente Dilma Rousseff dizer que foi induzida a erro na aprovação da compra quando ainda era presidente do Conselho Administrativo da Petrobras, em 2006.

DEPOIMENTOS

A presidente disse que o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Certero não revelou no resumo executivo entregue aos membros do Conselho cláusulas contratuais que, se conhecidas, teriam sido rejeitadas.

O custo total da aquisição da Petrobras chegou a US\$ 1,2 bilhão, negócio considerado hoje pela direção da estatal como malsucedido.

Antes da decisão de Rosa Weber, a oposição havia atuado ontem na Câmara para manter o assunto na ordem do dia. Os deputados aprovaram três convites para que o ex-presidente da estatal Sérgio Gabrielli compareça à Câmara para prestar novos esclarecimentos sobre a compra da refinaria.

Além dele, ministros e a atual presidente da Petrobras, Graça Foster, também deverão ir ao Congresso para tratar do caso.

Foster deverá ser ouvida na próxima quarta na Câmara. Já o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi convidado para ir ao Congresso no dia 14 de maio. Os deputados também aprovaram o convite para o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Também ontem, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva minimizou a discussão em torno da criação de uma CPI. Em Salamanca, na Espanha, Lula disse "estar por fora" da polêmica. (SEVERINO MORTA, NATUZA NERY e MARIANA HAUBERT)

Governo do Acre acusa SP de preconceito contra haitianos

Tião Viana (PT) atribui críticas à migração de estrangeiros à 'higienização'

Declaração foi resposta à secretária de Justiça de SP, que chamou de 'irresponsável' a vinda do grupo sem aviso

FELIPE SOUZA
JULIANA CORREIA
DE SÃO PAULO

Enquanto ao menos 300 haitianos comem apenas uma vez ao dia e dormem no chão no centro de São Paulo, os governos paulista e do Acre voltam a trocar farpas.

Ontem, por meio de redes sociais, o governador do Acre, Tião Viana (PT), chamou a "elite paulista" de "preconceituosa".

A avaliação é direcionada às declarações da secretária de Justiça do Estado de São Paulo, Eloisa Arruda, que criticou a vinda dos haitianos para São Paulo sem nenhum tipo de aviso.

À Folha a secretária do governo Aklemin (PSDB) chamou de "irresponsável" o procedimento do governo acreano de facilitar o deslocamento de 500 haitianos nas últimas duas semanas.

Na internet, Viana definiu as críticas como "preconceito racial" e parte de um processo de "higienização".

"Como é que a elite paulista quer obrigar o povo do Acre a prender imigrantes haitianos em nosso território, preconceito racial? Higienização?", escreveu o petista.

Segundo o governo do Acre, por volta de 30 mil haitianos chegaram ao Estado em busca de ajuda humanitária desde que o país foi devastado por um terremoto em 2010.

A secretária Eloisa Arruda afirmou que o governo paulista estava entrar com uma ação na Justiça contra o Acre.

"Desde o feriado (de Páscoa), houve um fluxo de 500 pessoas ao mesmo tempo", sem avisar, para São Paulo.

"Esse número é o de pessoas que passaram pela Missão de Paz, mas ainda não sabemos quantas [haitianos] ainda podem estar espalhados pela cidade", disse.

De acordo com ela, "haitianos disseram que saíram em aviões da FAB de Brasília (AC) para Porto Velho (RO), onde receberam passagens de ônibus para seguir para São Paulo e outros Estados".

Na Argentina, o prefeito Fernando Haddad (PT) disse ontem que não existe nenhuma "animosidade" com o governo acreano.

O Ministério do Trabalho de São Paulo trabalha com a hipótese de que um grupo de haitianos já tenha sido aliciado para trabalho escravo.

A Polícia Federal investiga casos na região do Glicério e empresas que teriam contratado imigrantes ainda no Acre.

UMA REFEIÇÃO

Na noite de ontem, um grupo de ao menos 300 haitianos se preparava para dormir na Pastoral do Migrante, na região central da capital.

Como havia poucos colchões locais, a maioria dos imigrantes precisou improvisar cobertores e roupas no chão de um salão para passar a noite, com previsão para temperaturas de 16°C.

Durante o dia, eles também passaram dificuldade. Com falta de comida, a pastoral conseguiu oferecer apenas uma refeição por dia aos estrangeiros desde a chegada do grupo.

Ontem à noite, o padre

Paulo Parise afirmou à Folha que, a partir de hoje, haverá duas refeições por dia graças a doações recebidas.

"Agora, o que a gente mais precisa é de carne, cobertores e materiais de higiene pessoal", afirmou o padre.

As doações podem ser entregues durante todo o dia na rua do Glicério, 225, centro.

O haitiano Dymn Achesson Saintilus, 25, que mora há

dois anos e meio no Brasil, levou três dos novos imigrantes para morar na casa dele.

"Eles só querem trabalhar. Assim como eu, receberam uma notícia de que a situação estava melhor aqui e resolveram amarrar", afirmou.

FORÇA-TAREFA

Hoje, o Ministério do Trabalho fará uma força-tarefa para emitir carteiras de tra-

balho para os haitianos.

A previsão é que 45 documentos sejam entregues até o fim do dia. O superintendente da pasta, Luiz Antônio Medeiros, afirmou que a intenção é que todos estejam legalizados até segunda-feira.

"Precisamos evitar o trabalho precário que algumas empresas ofereciam a eles."

Colábeu no UOL MESQUITA, de São Paulo

Imigrantes haitianos em igreja no Glicério, no centro de SP

Cartão Sonda.
Faça já o seu
3x sem juros.

ECONOMIA 6 estrelas
As melhores ofertas sempre perto de você.

<p>linguça catapalpa defumada cada 100g</p> <p>9,98 5x</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>	<p>Tamboril inteiro fresco kg</p> <p>7,89</p>
<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>14,85</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>18,95</p>
<p>Alimento cf. mantinha bovina reidratada potárgo kg</p> <p>11,79</p>	<p>Carne de vaca com osso cada 1kg</p> <p>10,99</p>	

poder¹

PAINEL

VERA MAGALHÃES

<http://poder1.blogfolha.com.br>

Sem diplomacia

Em meio à crise entre São Paulo e Acre pelo envio de imigrantes haitianos sem aviso, a secretária de Justiça paulista, Eloisa Arruda, acusa o governador Tião Viana (PT) de agir como "coiote" e facilitar a ação de aliados de trabalho escravo ao "soltar nas rodovias" da capital paulista os refugiados "que não falam a língua nem têm documentação trabalhista". "Eles se tornam vulneráveis para aliciadores. Um governo não pode patrocinar uma ação dessa, não pode agir como coiote."

Aqui, não. Ela também rebate a acusação de Viana de que quem reclama é a "elite paulista". "Sou neta de refugidos nordestinos. Não falo de deslocamentos em massa porque aprendi na academia, mas porque fiz trabalho de campo no Tior Leslie. 'Conversinha de elite' é para fugir da responsabilidade."

Coincidência? O relatório da Polícia Federal citando Alexandre Padilha nas investigações da Operação Lava Jato aumentou no PT a teoria segundo a qual uma ala da corporação ligada aos auxiliares da presidente Dilma Rousseff age para atingir setores do partido mais identificados com o ex-presidente Lula.

Sem... A cúpula do PT refuta especulações de que, a depender da evolução das investigações, a candidatura de Padilha poderia ser instabilizada. A ordem, hoje, é dar respaldo ao ex-ministro publicamente e enfatizar que a candidatura será mantida.

plano B. Ademais, dirigentes lembram que os ministros Maria Suplicy, José Eduardo Cardozo e Aloísio Mercadante e o prefeito Luiz Marinho, antes citados como possíveis pré-candidatos em São Paulo, não se desincompatibilizaram de seus cargos no prazo da lei eleitoral.

Nem aí. Siglas que negociam alianças com Padilha e com Geraldo Alckmin (PSDB) dizem que, se o caso ficar restrito ao já divulgado, a escrita não será influenciada.

Nas cordas. Alckmin chamou a atenção da Secretaria da Pessoa com Deficiência, Lianara Bettistelli, para que agisse com cautela sobre denúncias de nepotismo na pasta. A audiência ainda não aconteceu. A avaliação é que o caso merece uma resposta "sóbria", pois não foi identificada conexão política.

em com BRUNO BOGHOSIAN e PAULO GAMA

tiroteio

Agora conseguimos entender por que Alexandre Padilha não tira a água da cabeça: são suas relações com cachoeiras e lava jatos.

DE FELIPE SINGILO, dirigente da PSDB paulista, sobre a suspeita de que Padilha tenha indicado seu ex-colega para o laboratório de um delato.

contraponto

Amigos de fé

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), que foi deputado federal por dois mandatos, visitou a Câmara em março para uma reunião com parlamentares sobre o Marco Civil da Internet, ainda em discussão.

O petista, que não se candidatou em 2010 para coordenar a campanha de Dilma Rousseff à Presidência, chamava todos os colegas pelo nome.

Chico Alencar (PSOL-RJ) então brincou:

— Você já deve estar arrependido de não ter disputado um novo mandato de deputado, não é, ministro?
— Estou ficando arrependido aqui e agora, Chico!

Palavras... A CNBB convidou os candidatos a presidente para debate na segunda quinzena de setembro. Coordenadores das principais campanhas se reunirão na segunda-feira para discutir o formato do encontro.

...da salvação. Articuladores da candidatura de Dilma defendem que ela modere sua exposição durante a campanha, mas dizem que será difícil recusar o convite.

Direto ao ponto. Narqueiros evitam passar recibo diante do quadro "Ingle Sincero", crítica mordaz à propaganda política feita por Marcelo Adnet no "Tá no Ar", da TV Globo. Um deles diz que a música chilete não terá nesta campanha o mesmo peso que teve em disputas anteriores, que tornaram célebres refrões como "Lulalê".

Trator. Favoito para presidir a CPI da Petrobras, João Albeiro (PMDB-MA) se encaixa na vaga por ter perfil "inoculento", segundo um senador governista. Ele não teria recibo, por exemplo, de curtar o microfone se achar que a oposição foi longe demais.

Professor. Já o senador José Pimentel (PT-CE) deve ser o relator da comissão.

Ainda não. A orientação do Palácio do Planalto para líderes do governo é "matar" a semana que vem e tentar segurar a indicação dos integrantes da CPI por mais alguns dias. O Senado decretou ponto facultativo na sexta-feira, após o P de Maio.

Coronel que confessou ter torturado é morto no Rio

Comissão da Verdade suspeita de 'queima de arquivo' e pede investigação da PF

Segundo mulher de militar, ele foi morto asfixiado por três homens que entraram pela janela de sua casa

BERNARDO MELLO FRANCO
ITALO NOGUEIRA
MARCOS ANTONIO MARINIS
DO RIO

Um mês depois de admitir à Comissão Nacional da Verdade que torturou e matou presos políticos na ditadura militar, o coronel reformado Paulo Malhães, 76, foi assassinado ontem em sua casa em Nova Iguaçu (RJ), na Baixada Fluminense.

Ele morreu asfixiado, segundo a polícia. O corpo foi encontrado de bruços, no chão de um cômodo, com a cabeça afundada em um travesseiro. O oficial vestia calça jeans, camisa social e estava descalço.

Na casa foram localizados dois computadores, um aparelho de som, R\$ 700, algumas joias e três armas. A polícia suspeita que nos computadores pudesse haver nomes de outros militares que atuaram na repressão.

O coordenador da CNV (Comissão Nacional da Verdade), Pedro Dallari, pediu ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que a Polícia Federal acompanhe as investigações. O ministro concordou e ofereceu ajuda ao secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame.

A CNV suspeita que Malhães tenha sido vítima de queima de arquivo para não incriminar outros agentes da ditadura militar.

"É um fato muito grave. A possibilidade de a morte do coronel ter ligação com seu depoimento é muito grande", disse Dallari à Folha. "O crime pode ter sido a finalização de queima de arquivo, para impedir que ele continuasse a falar, ou de intimidação, para impedir que outros falem."

O delegado Fábio Salvador, da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, disse não descartar nenhuma hipótese.

"Consideramos até latrocínio, uma vez que foram levados vários pertences da vítima. Também pode ser vingança pelo depoimento prestado na Comissão da Verdade. A investigação está apenas começando", afirmou.

A mulher do coronel, Cristina Batista Malhães, disse à polícia que o casal foi rendido quando chegava em casa, por volta das 15h de ontem, por três homens armados — um deles encapuzado.

Os invasores teriam amarrado uma janela basculante na cozinha para entrar na casa, em Marapicá, localidade rural de Nova Iguaçu.

Segundo a mulher, estavam armados, amessaram o casal e perguntaram por joias e dinheiro. Os laudos do cadáver da família chamaram a atenção do casarão. Ele entrou e também foi rendido.

Cada um foi levado para um cômodo e ficou sob a guarda de um invasor. Cristina e o casal foram amarrados. Ela contou que durante todo o tempo o criminoso mandava que ficasse de ca-

AS CONTRADIÇÕES DO CORONEL

Militar deu versões diferentes sobre seu papel no desaparecimento de Rubens Paiva

Paulo Malhães
Morto ontem, ele tornou-se conhecido após detalhar como funcionava um dos centros clandestinos da ditadura, a Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), e admitir ter torturado, matado e ocultado cadáveres

Coronel Malhães depois à Comissão Nacional da Verdade

“[Matei] Tantas [pessoas] quanto foram necessárias. Difícil dizer [quantos torturei], mas foram muitos

PAULO MALHÃES
Em 75 mor, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade

CASO RUBENS PAIVA

Apesar de ter sido o responsável pelo desaparecimento do ex-deputado, morto sob tortura em 1971, o militar apresentou três versões distintas sobre o que teria acontecido com Paiva e que papel ele teve no episódio

O QUE PAULO MALHÃES DISSE

À Comissão da Verdade do Rio

Afirmou que participou em 1973 de operação secreta a mando do Ministério do Exército para ajudar a "sumir" com o corpo do ex-deputado. Depois de desenterrar-lo duas vezes de lugares diferentes, o coronel teria lançado os restos mortais de Paiva no mesmo rio onde os corpos das vítimas da Casa da Morte teriam sido desossados.

À imprensa

Em entrevistas aos jornais "O Dia" e "O Globo", Malhães confirmou boa parte do que havia dito anteriormente, exceto por um detalhe: após ser desenterrado na praia do Recreio, o corpo de Rubens Paiva teria sido jogado não no rio, e sim no mar.

À Comissão Nacional da Verdade

Negou ter participado da ação que ocultou o cadáver do parlamentar. O coronel disse que a operação foi executada por outro oficial do Exército e que ele havia decidido assumir a ser solidário com a família de Paiva, que há 43 anos luta para descobrir o paradeiro do ex-deputado.

“Naquela época, não existia DNA. Quando você vai se desfazer de um corpo, quais partes podem determinar quem é a pessoa? Arcada dentária e digitais [...]. Quebrava os dentes. As mãos, [faltava] daqui [da calçada] para cima

beça baixa, sem oitá-lo.

Segundo a mulher do coronel, os três homens deixaram a casa por volta das 22h. Ela disse que conseguiu se soltar e chamou a polícia. Exames iniciais no corpo de Malhães indicam que ele morreu por volta das 15h30.

Cristina Malhães afirmou que o marido não tinha recebido ameaças depois de falar à CNV, em 25 de março. Ele não pediu proteção policial e continuou a viver no imóvel, em um bairro afastado de Nova Iguaçu, onde não há iluminação pública e há poucas casas ocupadas — o vizinho mais próximo do casal ficava a cerca de 200 metros.

REVELAÇÕES

O depoimento do coronel à Comissão Nacional da Verdade impressionou pela descrição minuciosa dos crimes e pela ausência de qualquer sinal de arrependimento.

Ele relatou sua passagem pela chamada Casa da Morte de Petrópolis, um centro clandestino de tortura onde cerca de 20 presos políticos teriam sido assassinados.

Sem demonstrar remorso, defendeu a tortura como método de investigação e explicou como mutilava cadáveres de presos para evitar que fossem identificados.

Embora tenha se declarado disposto a colaborar com as investigações, Malhães se recusou a informar a identidade das vítimas e de outros agentes da repressão.

Ele disse ter recebido ordem do CIE (Centro de Informações do Exército) para ocultar a ossada do ex-deputado Rubens Paiva, morto em 1971. Nas afirmações não ter executado a tarefa, contrariando o que dissera antes aos jornais "O Dia" e "O Globo".

A CNV ainda tinha esperanças de obter mais informações do coronel.

"Ele ainda não tinha contado tudo o que sabia. Se tínhamos detalhes dos acontecimentos, também sabíamos nomes das pessoas envolvidas neles", disse Pedro Dallari.

LEIA MAIS na pág. A6

Dynn Saintilus (no centro), que sobreviveu ao terremoto no Haiti e migrou para o Brasil, onde ajuda compatriotas

Pedreiro do Haiti ajuda imigrantes em São Paulo

Haitiano abriga conterrâneos que chegaram neste mês do Acre

'Se pudesse dar um conselho, diria: não venham. Muitos brasileiros têm preconceito', afirma

PELIPPE SOUZA
DE SÃO PAULO

Há mais de dois anos, o haitiano Dynn Achesson Saintilus, 25, chegou ao Bra-

sil fugindo da miséria agravada pelo terremoto que devastou seu país em 2010.

Ciente das dificuldades para estabelecer em São Paulo, Saintilus deu abrigo para três conterrâneos que fazem parte dos cerca de 500 que chegaram à cidade neste mês, vindos do Acre.

A vinda dos haitianos sem aviso prévio abriu uma crise entre os dois Estados.

Após ver os compatriotas dormindo no chão de uma igreja, o haitiano levou três deles para morar no cômodo alugado que divide com os primos, no Cambuci.

"Quando soube que havia haitianos passando dificuldade, vim ajudá-los. O espaço é pequeno, mas sempre cabe mais um. A gente paga R\$ 400 por mês e oferecemos o espaço para eles por até dois meses, para que consigam um emprego", afirma.

Formado em jornalismo, Saintilus já enfrentava dificuldades antes do terremoto.

"Quando minha filha nasceu, a gente passou muita fome. Chegamos a ficar um dia inteiro sem comer para alimentar minha mulher e minha filha recém-nascida, hoje com seis anos. Depois que a poeira do terremoto baixou, chorei quando descobri que um primo tinha morrido. Ele era como um irmão", conta.

"As coisas só pioraram com o passar do tempo. A falta de alimentos, de comunicação e de água dificultou a nossa vida. Meu pai, funcionário público, não conseguia mais pagar as contas. Nessa hora, decidi que teria de mudar de país para ajudar minha família."

O destino escolhido foi o Brasil, onde um amigo já estava e contava sobre boas oportunidades de trabalho. "Meus pais e irmãos comparem a passagem. Antiquetudo o que tinha e vim."

Sem saber uma palavra em português, saiu da cidade de Genéve, onde morava, foi para o Equador, cruzou o Peru e entrou no Brasil pelo Acre. "Fiquei um mês, até eu me legalizar. Depois, fui para Rondônia, morei lá por um ano trabalhando como servente de pedreiro", diz, agora em português claro que aprendeu sozinho, na mara.

Sem conseguir novo emprego, decidiu vir para São Paulo. A chegada foi difícil — levou mais de dois meses para conseguir uma ocupação.

Seu último trabalho foi nas obras de expansão do aeroporto de Cambuci, mas ele já recebeu novas propostas.

"Mesmo com a melhoria de vida aqui, se eu pudesse dar um conselho para os haitianos, eu diria: não venham para o Brasil. Muitos brasileiros têm preconceito", diz.

"No ônibus, percebo que as pessoas evitam sentar ao meu lado, já me disseram que aqui não tem lugar para estrangeiros e que a [presidente] Dilma tinha que mandar todo mundo de volta para casa", conta.

Apesar das dificuldades, ele diz acreditar que o pior já passou e agora planeja seu futuro por aqui. "Meu maior sonho é trazer minha filha e minha mulher para morar comigo e abrir uma loja de roupas. Se tivesse condições, traria as duas hoje mesmo. É triste ouvir minha filha chorando pelo telefone."

Compre esta TV 60\"
Samsung

TV Samsung 60\" Full HD com Conversor Digital
A partir de R\$ 3.999,00
ou 10x de R\$ 399,90 sem juros*

TV Samsung 51\" com Conversor Digital
e se o Brasil for campeão por apenas **1 Real** você leva esta TV 51\"

PROMOÇÃO EMOÇÃO EM DOBRO
CASAS BAHIA DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

SAMSUNG

Assinamos cartões de crédito/débito: Visa, Mastercard, American Express, Elo, Lloyds, Itaú, Bradesco, Santander, Nubank, PagSeguro, Mercado Pago, etc.

A Via Varejo está com vagas abertas para profissionais com deficiência. Os candidatos deverão cadastrar o currículo pelo site www.casasbahia.com.br/trabalheconosco.

Ofertas válidas no dia 27/4/2014 ou enquanto durarem os estoques. Formas de pagamento: à vista, a prazo em 10x sem juros ou cartão de crédito. IOF incluído. Consulte outras condições de pagamento. Não peça por produto, exceto para saída/mostruário. Fotos ilustrativas. Eventuais erros neste impresso não preservam o direito de reclamação. Sujeito a análise de crédito. *Condição exclusiva para os produtos anunciados. As ofertas anunciadas não são válidas para o loja virtual nem para o televendas. Mais informações, acesse www.casasbahia.com.br ou ligue para 4003-2773. A ação "Emoção em Dobro" ocorrerá entre os dias 14/03/2014 e 13/07/2014, em todo o território nacional, nas lojas físicas, loja virtual www.casasbahia.com.br ou televendas 4003-2773 da rede Casas Bahia ou enquanto durarem os estoques dos produtos promocionados. A participação nesta ação está condicionada aos clientes que adquirirem os produtos participantes desta ação. Mais informações, consulte a Regulação em www.casasbahia.com.br/promocoesemdobro.

Acesse: casasbahia.com.br | televidas: 4003-2773 seg. a sex.: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

Imigrantes descansam em colchões sob armazém de barracas no abrigo provisório de Rio Branco (AC)

ROTA ILEGAL
NA FRONTEIRA

Sonho da 'terra prometida' acaba no Acre

Ao chegar ao Brasil, imigrantes latinos e africanos são acomodados em instalações destinadas a bois e cavalos em Rio Branco

Por causa de festa, será preciso buscar novo abrigo; na fronteira, Folha flagra haitianos sem comer por 3 dias

LEONARDO
AVENIR PRADO
ENTREVISTAS ESPECIAIS A RIO BRANCO

Para os imigrantes recém-chegados, o sonho do Brasil como "terra prometida" se desfaz logo no Acre, primeira parada após a longa travessia pela América Latina.

Instalações precárias, demora na regularização dos documentos, dificuldades com a língua e ofertas de emprego muitas vezes degradantes são alguns dos fatores que contribuem para adiar o futuro do sonho brasileiro.

O abrigo, antes mantido pelo governo do Acre em Brasília, na fronteira com a Bolívia, foi transferido para Rio Branco no mês passado. Na cidade fronteiriça, a situação beirou o "caso social", com uma superlotação que chegou a quase 3.500 imigrantes. Agravou a situação a cheia do rio Madeira, que deixou o Acre isolado e impediu o "rescaramento" de imigrantes para outros Estados do país.

Em Rio Branco, até o próximo mês, o abrigo funcionará no Parque de Exposições.

Por causa da ExpoAcre, uma tradicional festa agropecuária, o governo terá de procurar um novo endereço para os imigrantes, o cativeiro desde que a migração em massa começou a ser registrada na região da Amazônia ocidental, entre 2010 e 2011.

Sem o abrigo na fronteira, os imigrantes que chegam

não encontram amparo algum. O governo federal não disponibiliza nenhuma estrutura para recebê-los.

A reportagem encontrou dezenas de haitianos na rodovinha de Epirolândia (vizinha a Brasília) que estavam ao relento e sem comer há três dias. Eles dizem não ter dinheiro para sair dali.

Há duas semanas, quando a Folha visitou o abrigo, 412 pessoas estavam no local. Senegaleses eram maioria. Eles esperam muito mais tempo pela regularização dos documentos do que os haitianos, que recebem visto humanitário, cujo trâmite é rápido.

No local, todos os imigrantes — homens, mulheres e adolescentes — estão agrupados em galpões destinados à exposição de bois e cavalos. Na hora da comida, eles não têm mesas nem onde se sentar. Utilizam o chão. Como não há talheres, comem com a tampa das quentinhas, como nas prisões.

O espaço no Parque de Exposições é grande, mas há pouco com que se ocupar. Diferentemente da Missão Paz em São Paulo, por exemplo, no Acre não há aulas de português ou qualquer outro processo que os ajude na integração aos costumes brasileiros.

"Se soubesse que seria assim, não teria vindo. Não recomendo ninguém passar pelo que estou passando", diz o dominicano Melvin de Jesus Javiez, 29, que chegou ao Acre após ser roubado e detido pelo meio do caminho entre

Puerto Maldonado, no Peru, e a fronteira brasileira. Ele não sabe para onde ir no Brasil. Apesar da precariedade, o abrigo funciona com uma lógica própria. Senegaleses (ge-

ralmente muçulmanos) e haitianos (cristãos) fazem cultos, mas pouco se misturam. Um comerciante aciano com alguns dinheiros e tiro empreendedor criou uma lan house no local, sempre cheia. Trinta minutos de internet custam R\$ 1.

Há uma constante tentativa de fazer dinheiro dentro do abrigo: imigrantes foram

Abrigados conversam com a família pela internet em lan house montada na moradia provisória

Senegaleses muçulmano lava os pés para fazer oração

"Se soubesse que seria assim, não teria vindo. Não recomendo a ninguém passar pelo que estou passando"

MELVIN JAVIEZ, 29, haitiano dominicano

flagrados tentando revender a comida distribuída lá dentro e até os colchões.

Mas alguns deles se tornam referência. É o caso do senegalês Dame Guayé, 29, formado em comércio exterior e que domina sete idiomas. Além de tradutor, ele virou uma espécie de coordenador informal do abrigo.

flagrados tentando revender a comida distribuída lá dentro e até os colchões.

Mas alguns deles se tornam referência. É o caso do senegalês Dame Guayé, 29, formado em comércio exterior e que domina sete idiomas. Além de tradutor, ele virou uma espécie de coordenador informal do abrigo.

A ROTA DOS IMIGRANTES

RIO BRANCO (AC)
Desde o mês passado, o capital acriano passou a receber os imigrantes em um abrigo provisório no parque de exposições agropecuárias da cidade

Estado admite que abrigo tem estrutura falha

DO ENVIADO DA RIO BRANCO

O governo do Acre reconhece que a estrutura do abrigo em Rio Branco é insuficiente. Por isso, explicou o secretário de Justiça, Nilson Mourão, é preciso dar rotatividade aos imigrantes que estão no local.

Desde o final de abril, imigrantes podem passar diariamente de Rio Branco para São Paulo, levando sobretudo haitianos e senegaleses. Em média, 400 novos imigrantes chegam ao abrigo em Rio Branco a cada semana.

Mourão chegou a defender que o Brasil fechasse suas fronteiras aos imigrantes, ideia que o governo de Tião Viana (PT) discretamente levou a Brasília, mas a proposta foi imediatamente rejeitada pelo governo Dilma Rousseff.

"Ora, vamos receber os imigrantes. Mas vamos fazer o quê? Qual é o fluxo? É necessário um plano do governo federal, falta política para lidar com o problema", disse Mourão.

Segundo Paulo Abílio, secretário nacional de Justiça, o governo federal, em parceria com os governos do Acre, de São Paulo e da prefeitura da capital, vai ampliar neste sexta (30), na Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio, um plano de integração e apoio aos imigrantes.

MORTES

WELGA ILSE BERTI - Aos 58, viúva de Horst Bert. Deixou um filho, os filhos Arno, Carla Alice e Ernste, além de netos. Cemitério Lusaletto da Butantã.

KAZUO NARAHARA - Aos 90, viúvo. Deixou os filhos Sato, Milton Kuni e Marina Ferreira, além de netos e bisnetos. Cemitério Horto da Paz.

MARIA APARECIDA MATHIAS COLTRI - Aos 80, viúva. Deixou três filhos e netos. Cemitério Ecológico Matrugalino, Ribeirão Preto (SP).

79 ANOS
MARIA ISABEL PHELPE KLINGELTUS - Amante, 82, JEP, no Ig. S. Urmas, L. Domingos Fernandes, V. Novo Conceito.

TEREZA AUBERTINA VAIETTER TEIXEIRA - Hoje, do IERJ, por Associação de N. Sr. al. Lorena, 665, J. Paulista.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

30º DIA

GERSON TOLLER - Hoje, 82, J. 191, na Ig.

MAGNÓLIA ROSA (1922 - 2014)

Uma mulher independente

FABRÍCIO LARCEL
DE SÃO PAULO

Nadacida de 1920, em Frutal, município do interior de Minas que hoje tem 56 mil habitantes, Magnólia Rosa era a sensação da cidade. Uma mulher linda, vestida com roupas extravagantes e que se metia a falar sobre cinema, música e literatura com os homens. Falava palavrão e não ligava para o que os outros pensavam. Põe, gostava ainda de escrever poemas. Era um verdadeiro escândalo para as moças que se dedicavam a ser recatadas donas de casa.

Por isso, Magnólia sentia que não cabia em sua cidade. E, mesmo tendo marido, quatro filhos e 26 anos, deixou tudo para trás e morou sozinha em São Paulo, onde foi professora e editou revistas. Ficou na capital paulista por três décadas. As memórias desse tempo foram registradas no livro "Eu Deveria Chamar-me Escoteira". Nele, relata as noites de fito em seu modesto apartamento. De volta a Frutal, dedicou-se à literatura. Tinha uma enorme coleção de recortes de textos, além de cadernos em que escrevia sobre tudo;

de crônicas a receitas de culinária. Não raro, a já idosa Magnólia acordava de madrugada para escrever. Cheia de amigos, era vista pela cidade sempre bem vestida e maquiada. Em festas, sorria, cantava e dançava. Em casa, constantemente cantava cirandas de criança e músicas do cantor Agnaldo Ramal. Morreu no domingo (25), aos 92, de pneumonia. Por ser devota de Nossa Senhora Aparecida, a família organizará uma missa no domingo, na igreja matriz de Frutal.

carla@abril.com.br

S. José, 1. Dismarica, 32, J. Europa.

TEREZA MARIA RANGEL PESTANHA-CHAGS - Hoje, do IERJ, na par. Carajão Inicial, do Maril - PSC, e M. Alegre, 946.

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

- Hoje, do IERJ, na Ig. Associação de N. Sr. al. Lorena, 665-A, J. Paulista.

INMEMORIAM

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO) - Amante, 82, J. 191, na par. Carajão Inicial, do Maril - PSC, e M. Alegre, 946.

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

1º ANO

MANOEL TEIXEIRA DA SILVA (NELI-TO)

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

TEREZA MARIA SALLES DA COSTA LIMA

1º ANO

FOLHA DE S. PAULO

E1

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 • TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2015 • Nº 31.443

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01H01 • R\$ 3,50

► **PEDAÇO DO HAITI** Culto bilíngue em igreja evangélica no Glicério, bairro no centro paulistano com crescente ocupação de imigrantes haitianos; lojas de roupas, lan houses e restaurante de comida típica abriram as portas na região. Cotidiano B3

Em SP, 9 de 10 mortos por dengue são idosos

Número de óbitos no Estado é recorde em 2015; ministro fala em "vergonha"

Levantamento da **Folha** sobre 130 das 169 pessoas mortas por dengue neste ano no Estado de São Paulo mostra que 87% tinham 60 anos ou mais, e 75% destes, uma doença preexistente. O total supera o recorde de 2010, quando 141 pessoas morreram em decorrência da doença, e é a segunda marca negativa de SP em 2015, depois do maior número de casos confirmados: 222 mil.

Além da faixa etária, a falta de diagnóstico rápido e de medidas de atenção ao doente e a quantidade de vezes que a vítima foi infectada também são fatores de risco. Em todo o Brasil, são 229 óbitos desde janeiro. O ministro da Saúde, Arthur Chioro, declarou que o avanço da dengue "é uma vergonha" e admitiu dificuldade do governo em controlar a doença. Cotidiano B1

VLADIMIR SAFATLE

Não merece ter professores esta 'pátria educadora'

Peço a meus alunos que não sejam professores, não cometam esse equívoco. Esta "pátria educadora" não merece ter professores. Se protestar contra o descalabro, caso vivo no Paraná, será tratado à base de bomba. Opinião A2

'Nada justifica' ação da PM, diz secretário da Segurança do PR

Poder A8

ENTREVISTA
DAVID HARE

Políticos de hoje não representam mais a democracia

O dramaturgo inglês David Hare, 67, que virá à Flip para falar de suas peças políticas, diz que políticos perderam a serventia. Para ele, a classe deixou de representar a democracia ao negligenciar benefícios sociais. Ilustrada C1

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Escassez transparente", sobre crise da água em SP, e "Custo do homicídio", acerca de perda econômica causada pelo assassinato de jovens.

MUNDO

Nova princesa do Reino Unido se chamará Charlotte Elizabeth Diana A8

ILUSTRADA

Após acusação de racismo, peça que usa maquiagem negra é cancelada C5

JOÃO PEREIRA COUTINHO

Más leituras em más cabeças costumam ter efeitos trágicos C8

ESPORTE

Clubes ultrapassam limite previsto pelo governo com gastos para o futebol B9

Adriano Ylioz/Folhapress

Luana, 20, que usou app para quem busca relação séria

PAQUERA seletiva

Aplicativos estimulam encontros sérios, de "coraças", de obesos e de funcionários públicos

Equilíbrio B8

Sabesp elevará conta de água em 15%, acima da inflação

A conta de água ficará 15% mais alta em São Paulo. A Sabesp poderá aplicar o reajuste após o aval da Arsesp, agência reguladora de saneamento. Ele vigorará 30 dias após a publicação no "Diário Oficial" do Estado.

A porcentagem está abaixo da pedida pela empresa do governo Alckmin (PSDB), 22,7%, mas bem acima da inflação de 4,63% desde o aumento anterior, em dezembro de 2014. Cotidiano B4

Três acusados por acidente da TAM em 2007 são absolvidos

A Justiça Federal em São Paulo absolveu os três acusados em processo de responsabilidade criminal pelo acidente com Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, em julho de 2007. Cabe recurso. O avião não parou na pista e bateu num prédio, causando a morte de 199 pessoas.

Foram absolvidos Denise Abreu, então diretora da Anac, e dois ex-executivos da empresa aérea. Cotidiano B7

PT dirá na TV que filiados condenados serão expulsos

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, dirá nesta noite, em programa em cadeia nacional de rádio e televisão, que todo petista considerado culpado ao término de um processo judicial será expulso do partido.

Apesar desse discurso, o PT mantém até hoje entre seus filiados o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente da sigla José Genoino, ambos condenados no processo do mensalão. Poder A4

Em três meses, 1,5 mi entra em lista de inadimplentes

Em março, 55,6 milhões de consumidores adultos estavam inadimplentes, impedidos de obter crédito, segundo pesquisa. Somadas, essas dívidas chegavam a R\$ 235 bilhões — média de R\$ 4.223 por pessoa. Em dezembro, eram 54,1 milhões, que deviam R\$ 219 bilhões.

Com a alta do desemprego e dos juros, economistas dizem que a tendência é a inadimplência subir. Mercado A15

CONSULÇÃO
394.60704a (Impressões + digital)
AUTÊNCIA
38.312.571 (Validação digital/total)

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsmen fale.folha.com.br

RODÍZIO

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 3 ou 4

Cotidiano B2

ATMOSFERA Cotidiano B2

Tempo instável na capital paulista
Mínima 17°C Máxima 21°C

KIA SPORTAGE 2015.

CONDIÇÕES ESPECIAIS.
DESIGN PRA LÁ DE ESPECIAL.

ATÉ 10/5.

VÁ A UMA CONCESSIONÁRIA.
FAÇA UM TEST-DRIVE E APROVEITE.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

www.kia.com.br
0800 77 11011

KIA

Robson Pierre, 42, comerciante haitiano no Glicério, região central

bairro negro

ENELIO SANT'ANNA
de São Paulo

"Merci, Seigneur! Merci!", mãos levantadas ao céu, grita o pastor. Domingo, 3h, e a igreja Assembleia de Deus, no Glicério, está cheia. Acomodadas em cadeiras de plástico, cerca de 70 pessoas cantam sem parar. Não fosse o idioma, o ritmo já deixaria claro que algo ali é diferente.

Com exceção de um missionário africano, de duas mulheres e de um religioso brasileiro, todos são haitianos.

A menos de 50 metros, dez jovens negros com fivelas cromadas nos cintos e camisas cor-de-rosa abotoadas até o colarinho recebem os fiéis em outra celebração. Trata-se da Igreja Batista Bethleem.

Ali ao lado da Liberdade, tradicional reduto oriental, os haitianos já resplandecem na cidade paulista. Assim como a cidade cresceu com italianos, árabes e judeus, rapidamente São Paulo vai ganhando um novo bairro de imigrantes, um "bairro negro".

Há também africanos, mas os haitianos são a maioria.

"Pode escrever aí, mais um ano e o Glicério vai ter só loja de haitianos", vaticina o pastor Luciano Gomes, 44, que aprendeu francês e criou [língua derivada do francês].

Haitianos mudaram a cara do Glicério, na região central de São Paulo: igrejas evangélicas bilingues, lojas, cabeleireiros, lan houses e um restaurante típico atraem cada vez mais imigrantes para o local

Aos 9 anos, Charles Luckson é baterista na Assembleia de Deus e seu pai está desempregado; (à dir.) movimento de haitianos na rua do Glicério

“Pode escrever aí, mais um ano e o Glicério vai ter só loja de haitianos”

LUCIANO GOMES, 44, pastor da Assembleia de Deus, no Glicério

Igrejas evangélicas com cultos bilingues são ao menos três. Lojas de roupas, cabeleireiros, lan houses e, agora, um restaurante de comida típica também abrem suas portas na região.

Aos poucos, essa população que busca trabalhar e se

fixar na capital vai fazendo o dinheiro girar no bairro. O "epicentro" desse fluxo fica na rua do Glicério, na Missão Paz —entidade ligada à Pastoral do Migrante. Andar por ali é mergulhar numa extensão paulistana de Porto Príncipe (capital do Haiti).

“Todo mundo fala, mas ninguém me conhece. Não sou rei de nada”

ROBSON PIERRE, 42, comerciante haitiano, na rua da Liberdade em São Paulo

Desde o início de 2014, o local passou a abrigar um número cada vez maior desses imigrantes enviados pelo governo do Acre, por onde chegaram ao país. Atualmente, cerca de cem novos haitianos eram enviados a São Paulo.

O fluxo inesperado gerou atrito entre os Estados. Atualmente, no entanto, o número caiu para não mais do que 30 por dia —o que surpreendeu o coordenador da Missão Paz, padre Paulo Parisi.

Segundo a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, 850 haitianos permanecem em um abrigo em Rio Branco. O Estado, porém, parou de pagar as passagens para que eles saíssem de lá e espera que o governo federal assuma a gestão do local.

“REI DO GLICÉRIO”

À Missão Paz também acorrem diariamente centenas de haitianos já instalados em São Paulo. Procuram informações de quem chegou, de quem partiu e, principalmente, buscam emprego.

As terças e quintas-feiras, o salão da igreja Nossa Senhora da Paz, onde funciona a entidade, recebe empresários em busca de mão de obra.

O número de contratações, porém, vem caindo, e o emprego, cada vez mais, parece estar do "outro lado da rua".

Na calçada em frente à igreja, o fluxo é intenso numa pequena galeria. Ali, Robson Pierre, 42, é dono de um salão de cabeleireiros, de uma lanchonete, de um restaurante e de um box alugada apenas para disponibilizar acesso gratuito à internet.

Há três anos no Brasil, o vendedor de cantos no Haiti rejeita o título de "Rei do Glicério". "Todo mundo fala de mim, mas ninguém me conhece. Sou cantor e trabalho até de noite. Então não sourei de nada. Só trabalho", diz, atrás do balcão em que se vê moedas instantâneas, bolachas recheadas, CDs e shampoos, assim mesmo, tudo junto.

Nem todos, porém, encontram por aqui a prosperidade de Robson. Metade dos fiéis da igreja do pastor Luciano está desempregado.

Charles Lamos, 33, é um deles. Paga R\$ 600 de aluguel. Vive com os R\$ 300 que restam do salário da mulher. Enquanto procura por trabalho, frequenta a Assembleia de Deus. Seu filho, Charles Luckson, 9, é baterista na igreja.

"São pessoas que vieram para cá depois de ir para o Sul. Os contratos acabaram e não voltaram", diz o pastor. Entre eles, um chama a atenção. John Visuamat, 28, fala inglês, espanhol, francês, crioulo e agora português. Fiscal de um supermercado, recebe cerca de R\$ 1.000. Há um ano cursa engenharia civil, graças a uma bolsa.

Irmão de um médico que tenta validar o diploma no Brasil, faz planos para depois de formado. "Vou ganhar mais e ter minha casa", afirma. "Merci, Seigneur! Merci!"

MORTES

ALICE DE ROSA RISCALQUEIM - Aos 80. Delia três filhos. Cantor e compositora Metropolitana Primavera, Guarulhos.

NEWTON FERNANDES GOUVEIA (1925-2015)

Transformou um bazar em gigante do varejo

2010

Newton Fernandes Gouveia eraaquele de um pequeno time de sua cidade natal, Palma, na Zona da Mata mineira, quando decidiu fundar, em 1951, sua primeira loja de roupas e produtos para a casa. Formada em sociedade com o irmão e um filho de Newton, a Bazar Leader chamava a atenção pelos descontos agressivos e calçados vendidos por quilo.

Os negócios deram tão certo que, em 1966, Gouveia abriu sua primeira loja no interior do Estado do Rio, em Miracema. A chegada à capital fluminense foi em 1990, com uma loja em Madureira (zona norte do Rio). Nessa época, as unidades tinham o nome que, mais tarde, ficaria conhecido como o de uma das maiores varejistas do país: Leader Magazine. Atualmente, a rede possui 165 lojas, espalhadas por dez

Estados brasileiros. A expansão do grupo ganhou impulso em 2012, quando o banco BTG Pactual passou a controlar 70% da empresa. O negócio superou o valor de R\$ 1 bilhão. A família continua minoritária, com 30% das ações, e pouco participa das decisões da empresa. Gouveia atuou na administração da Leader até a chegada do BTG, em 2012. Apaixonado por futebol, foi a quase todas as Copas a

partir do Mundial de 1966, na Inglaterra. As únicas edições do torneio a que não assistiu ao vivo foram justamente as duas mais recentes: África do Sul (2010) e Brasil (2014). Morreu no último dia 1º, aos 90 anos, em decorrência de problemas causados pelo mal de Parkinson, que o levou a ter paralisia em alguns órgãos. Deixa a mulher, seis irmãos, quatro filhos, dez netos e cinco bisnetos. celso.chitara@net.com.br

EDUARDO SIMONDI - Aos 49. Casado com Valéria. Delia o filho Jorge, a mãe Luciana e a irmã Mariana. Cantor e compositor.

HELDESA MARIA SOBRAL - Aos 86. Delia o filho Marco Aurélio. Cantor e compositor.

JANEI ELBLINK - Aos 77. Delia os filhos Amanda, Charles e Rony, os irmãos Berta, Germano, Jaci e Ica e a

nos. Cantor e compositor do Embu.

RODRIGO FERREIRA RAFAEL - Aos 43. Cantor e compositor. Metropolitana Primavera, Guarulhos.

79 DIZ VERA BRITO BASTOS FALCONE - Amadô (4/5), às 12h, na paróquia Nossa Senhora da Perpétua Socorro, r. Moisés Bueno, 100, Jd. Paulistano.

SERVIÇO VOCÊ PODE PROCURAR SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE SP.

INFORMAÇÕES: 11-3220-1000

11-3220-1000

Sendo solicitados os seguintes documentos do cidadão: Cédula de Identidade (RG), Cartão de Nacionalidade (em caso de estrangeiro), Cartão de Casamento.

ANEXO: PAGO NA FELHA

segunda à sexta, das 8h às 18h, sábados e domingos, das 9h às 17h.

AVISO: O candidato deve comparecer ao local de atendimento no dia da realização da prova.

Se não puder comparecer, deve avisar com antecedência.

Se não puder comparecer, deve avisar com antecedência.

Se não puder comparecer, deve avisar com antecedência.

Haitianos reunidos para tirar documentos em Rio Branco

Sem avisar, governo do Acre volta a enviar haitianos a SP

Gestão Haddad critica petistas e diz que haverá dificuldade para receber grupo

Mil imigrantes devem chegar de ônibus nos próximos dias; viagens estavam interrompidas havia quatro meses

FABIO PONTES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
DE RIO BRANCO

Sem avisar oficialmente a prefeitura paulista, o governo do Acre retomou o envio de ônibus com imigrantes haitianos para SP após quatro meses de interrupção. Nos próximos dias, cerca de mil haitianos devem desembarcar na capital paulista. O primeiro ônibus, com capacidade para 44 passageiros, saiu de Rio Branco na quinta-feira passada (14). Serão 22 viagens, duas por

dia, para transportar 968 haitianos no total, de acordo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre.

A medida foi criticada pela gestão petista de Fernando Haddad, que disse não ter havido preparo para receber os haitianos e criticou os governos federal e do Acre, comandados também pelo PT.

A previsão é que o primeiro ônibus chegue nesta segunda (18), depois de uma viagem de cerca de 80 horas. O custo do transporte, de R\$ 1 milhão, será financiado pelo Ministério da Justiça do governo Dilma Rousseff (PT).

Segundo o secretário adjunto Nelson Mourão, até 20 imigrantes chegam ao Acre todos os dias, e o abrigo do governo estadual na capital do Estado tem hoje 500 pessoas. "Chegamos ao limite. A si-

tuação é delicada, passou do nosso nível de capacidade." Questionado sobre se a prefeitura de São Paulo ou o governo do Estado teriam sido informados da medida, o secretário disse que não vê necessidade disso.

"Nosso papel é fazer os imigrantes chegarem ao destino final. Isso [ir para SP] é uma opção deles. Eles não vêm para ficar no Acre, mas para [ir a] outros centros", disse. "Muitos também não ficaram em São Paulo, seguirão para outras cidades onde estão seus parentes", completou.

DESCONFORTO

A Secretária de Direitos Humanos e Cidadania da gestão Haddad disse ter sido "surpreendida" e que essa medida gera "grande desconforto". "Sem notificação e prazo

para planejamento e mobilização, nem por parte do governo do Acre nem por parte do governo federal, nossa cidade terá dificuldades para receber em sua rede assistencial essa quantidade de pessoas."

Na nota, a pasta disse que esteve com representantes do Ministério da Justiça levando uma proposta para organizar esse fluxo migratório. "Se os entes federados agirem de forma articulada e colaborativa os resultados serão muito mais eficazes", afirmou.

Em março do ano passado, houve troca de acusações entre membros dos governos do Acre e de São Paulo por causa do envio dos imigrantes.

A prefeitura paulista se recusou a receber os haitianos, alegando que não havia sido avisada sobre os ônibus. Já o governador do Acre, Tião Viana (PT), disse que a "elite paulista" é "higienista".

Entre março e dezembro de 2014, ao menos 70 ônibus saíram de Rio Branco para São Paulo, transportando mais de 3.000 haitianos. O traslado foi interrompido no final do ano por falta de recursos.

Com a interrupção das viagens, o abrigo de Rio Branco enfrentou superlotação em 2015. Mais de mil pessoas se aglomeraram num espaço com capacidade para 300.

No começo deste mês, o Acre afirmou que repassaria o gerenciamento do abrigo para o governo federal, mas continua à frente do local até agora.

O Ministério da Justiça informou que firmou convênios para o transporte, a fim de fazer a "desconcentração dos destinos conforme padrões e demanda de emprego".

Prefeitura chama firmas privadas para o Anhembi

Licitação deve ser aberta até 2016

DE SÃO PAULO

A Prefeitura de São Paulo vai chamar empresas privadas para modernizar o centro de convenções do Anhembi.

Os interessados terão 20 dias —a partir desta terça-feira (19)— para apresentar propostas de projetos para a área de 300 mil m². O espaço total do complexo é de 400 mil m².

A intenção é que sejam feitas obras para melhorar os serviços comerciais e alimentícios, a estrutura elétrica, expandir o número de vagas de estacionamento, além de melhorar o transporte público até o Anhembi. Segundo a prefeitura, é esperado que as empresas invistam ao menos R\$ 1,5 bilhão nas obras.

A Folha revelou em abril deste ano que a prefeitura estudava parcerias com empresas privadas para modernizar parte do complexo. Nesta segunda (18), o prefeito Fernando Haddad (PT) disse que a intenção é que o Anhembi faça frente aos outros grandes centros de convenções da cidade, como o Imigrantes e o Centro Norte. O município também estuda uma opção de transporte de trilhos entre o Anhembi e a estação Tietê do metrô.

No Anhembi, Haddad destaca concessão e aponta uma PPP (Parceria Público-Privada). A licitação deve ser aberta até o início de 2016, após a elaboração e análise dos estudos das empresas.

O Anhembi recebe cerca de 300 eventos e 6 milhões de pessoas por ano. (F11, F14, S10A)

CASAS

BAHIA

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

QUEIMADOR TRÍPLA CHAMA

5 BOCAS

TIMER E GRILL

ELÉTRICA

FOGO CELESTIAL

ALUMÍNIO

AUTOMÁTICO

900L

R\$ 219,90

SEM JUROS

OU À VISTA R\$ 2.190,00

Trabalhe melhor. Divirta-se mais.

Windows

Intel

Core i4

HD 1TB

MEMÓRIA RAM 4 GB

baia.com.br/trabalheconosco.

Intel, Intel Inside, Intel Core e Core Inside são marcas da Intel Corporation nos EUA e em outros países. Fotos ilustrativas.

s: 4003-2773

seg. a sex.: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

FOLHA DE S. PAULO

E4

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 • QUARTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2015 • Nº 31.458

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 06h06 • R\$ 3,50

Principal obra de Alckmin contra escassez de água é temporária

A principal obra do governo Geraldo Alckmin (PSDB) para evitar o rodízio de água na Grande São Paulo em 2015 será provisória e terá vida útil entre cinco e dez anos. O custo de R\$ 130 milhões entre os sistemas Rio Grande e Alto Tietê não será atestado para acelerar a obra emergencial.

Prevista para este mês, a estrutura foi adiada para setembro. Se fosse subterrânea, ela duraria décadas. **Cotidiano B6**

Em vitória de Dilma, Fachin é aprovado para o Supremo

No plenário do Senado, jurista indicado à corte pela presidente teve 52 votos a favor e 27 contra

O Senado aprovou em plenário Luiz Edson Fachin, 57, para ocupar uma cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal. Em votação secreta, ele recebeu 52 votos a favor e 27 contra. Não houve abstenções.

O resultado significa uma vitória para a presidente Dilma Rousseff (PT), que indicou o jurista gaúcho radical do Paraná para a vaga aberta desde julho do ano passado, quando Joaquim Barbosa se aposentou.

Houve pressão de parte do PMDB, partido da base aliada, para que Fachin fosse rejeitado. Um dos opositores era o presidente do Senado, Renan Calheiros, em choque com o Planalto por ser investigado no petróleo.

O governo teve sucesso na articulação, apesar de Fachin ter recebido a maior votação contrária da atual corte — a oposição tem 18 senadores. Seu nome já havia sido aprovado (20 a 7) em sabatina na Casa há oito dias.

Ele sofria resistência por ter apoiado Dilma na eleição de 2010, defendido causas de centro-esquerda e exercido a advocacia privada quando era procurador. **Poder A4**

PAINEL Novo ministro será relator de denúncia contra Renan Calheiros. **A4**

Meta de abrir 243 creches não será cumprida, admite Haddad

A gestão Fernando Haddad (PT) admite que abrirá só 147 das 243 creches previstas em sua meta. A expansão da rede foi bandeira eleitoral do petista. Estima-se que seriam necessárias ao menos 500 unidades para zerar a fila de 105 mil crianças.

A prefeitura afirma que ampliará convênios com entidades privadas. **Cotidiano B1**

Jornalista que fazia denúncias em blog é achado decapitado em MG

Poder A8

Ed Ferreira/Folhapress

► **CORPO A CORPO** O ministro Joaquim Levy (Fazenda) negocia com manifestantes de movimentos de agricultura familiar que ocuparam prédio do ministério, em Brasília; grupo protestou contra corte de verbas para programas da área. **Mercado A13**

Senado veta pela 1ª vez indicado do governo para embaixador

Em recado a Dilma, o Senado rejeitou, por 38 a 37 votos, a indicação do diplomata Guilherme Patriota, irmão do ex-ministro Antônio Patriota, para representar o Brasil na Organização dos Estados Americanos. Esse veto é inédito no Senado. Dilma fará nova indicação. **Poder A6**

Alta de tributo sobre produtos importados passa na Câmara

A Câmara aprovou o texto-base de medida provisória que eleva a taxa sobre produtos importados. A medida faz parte do ajuste fiscal e deve render R\$ 700 milhões ao Tesouro neste ano. Após votação de emendas, o texto vai ao Senado. A proposta tenta compensar decisão de 2013 do Supremo que causou redução tributária sobre importados. **Mercado A13**

Edoardo Krieger/Folhapress

Livro de Irma Boom em tamanho real

ILUSTRADA

Holandesa que estará na Flip redefine limites do design do livro **C1**

Após 33 anos no ar, Letterman faz hoje seu último 'talk show' **C3**

LUIZA FECAROTTA

Bistrô do grupo Fasano tem preço alto e cozinha sofisticada **Comida C5**

JAIRO MARQUES

Nascimento da minha filha foi do urro de libertação ao pai de UTI **Cotidiano B2**

ATMOSFERA Cotidiano B2
Chuvas isoladas na capital paulista
Mínima 16°C Máxima 23°C

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsman fales.folha.com.br

RODÍZIO Cotidiano B2
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 5 ou 6

CIRCULAÇÃO
RSC: impressos + digitais
ASSINATURA
32.295.889 Visitantes (diários/feis)

Rafael Santos/Folhapress

► **BANHO DE LATA** Haitiano se lava em mictório de igreja no Glicério (região central de SP); o espaço na paróquia com infraestrutura adequada para refugiados está lotado. **Cotidiano B5**

ANA CECILIA MARQUES

Parte séria da polêmica sobre drogas precisa 'sair do armário'

Não precisamos legalizar mais nenhuma droga. Devemos aprender com as que são liberadas e ver que a política sobre o tema engatinha. A parte séria dessa polêmica é que precisa "sair do armário". A banalização do consumo só serve ao interesse de grupos econômicos. **Saúde B7**

ANA CECILIA MARQUES é psiquiatra. Escreve em réplica a texto de J.P. Cuenca publicado na segunda-feira (18).

China faz 35 acordos com Brasil e abre mercado para carne

Em visita do premiê Li Ke-qiang, o governo brasileiro assinou 35 acordos com a China, de até US\$ 53 bilhões. Entre eles, compra de aviões da Embraer e abertura do mercado para a carne bovina do Brasil. **Mercado A17**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Setor quase imóvel", a respeito de crise na construção civil, e "O impasse da reforma", acerca de propostas para alterar o sistema eleitoral.

O KIA BONGO 2015
TEM DUAS CAPACIDADES FORA DO COMUM:
A DE CARGA E A DE FAZER O SEU
NEGÓCIO DAR CERTO.

PRONTA
ENTREGA

Tração traseira

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

www.kia.com.br
0800 77 11011

- + Freios ABS + Air Bag duplo
- + Motor Euro V 130 cv
- + 1.812 kg de capacidade de carga
- + Liberado para circular em áreas restritas

Ministério suspende envio de haitianos a SP

Pasta da Justiça, que financia transporte desses imigrantes, diz que não permitirá viagens sem plano de acolhimento

Haitianos são alojados de forma improvisada em salão da paróquia Nossa Senhora da Paz, no centro de SP; à dir., imigrante toma banho em mictório

Medida foi tomada após queixa do prefeito Haddad (PT) de que não foi avisado sobre chegada de 968 pessoas

TRANS DELINQUENT
IN 1980

O governo da presidente Dilma Rousseff (PT) suspendeu, nesta terça (19), o transporte de refugiados haitianos do Acre para São Paulo e outras cidades brasileiras.

A medida foi tomada depois de o prefeito paulistano, Fernando Haddad (PT), reclamar, nesta terça, que não fora informado pelo governador acriano, Tião Viana (PT), da nova leva de 968 haitianos que chegam à cidade.

O Ministério da Justiça firmou conversão de R\$ 1 milhão com o Acre neste ano para viabilizar a distribuição de batimentos pelo país. Depois do envio de imigrantes a São Paulo sem aviso, a pasta informou que não permitirá as viagens até que haja um plano de acolhimento.

A estrutura do planejamento urbano superlotação na planície que é referência para os habitantes que chegam a São Paulo, a Nossa Senhora da Paz, no Glicério (centro).

A população que dormia improvisada no saguão da igreja mais que dobrou desde domingo (17) —foi de 60 para 140 pessoas. A Casa do Migrante, espaço criado no local com a infraestrutura básica, está com uma lotação de 110 vagas acordada

Partis afirmou que o salão tem como finalidade receber os imigrantes e fazer o cadastro. Por isso, o local conta com seis banheiros, três masculinos e três femininos.

"Às vezes acontece, já que não temos como oferecer (chaveiro na Casa do Migrante) ao mesmo tempo para todos", disse o padre, sobre o banho improvisado no mictório. "(O salão) não foi pla-

Há mais de um ano, quando a imigração de haitianos para o Brasil explodiu, a pesquisa ocupa um vácuo deixado pelo tender núbilim.

O governo Tâlo Viana diz que os haitianos não querem ficar no Acre. Haddad cobra planejamento dos governos federal e do Acre. A gestão Dilma concede vistos humanitários, mas não conseguiu dar conta do acobertamento.

O resultado é que muitos haitianos chegam a São Paulo sem emprego ou moradia e vão direto para a paróquia.

"A ação humanitária deixa de ser humanitária quando não é planejada. Nós preparamos sopa, quebramos a cabeça para cumprir uma função que deveria ser do Estado", afirma o padre.

Partido disse ter sugerido à prefeitura um convênio com entidades que acomodem imigrantes. A prefeitura disse que, enquanto tenta agilizar essas parcerias, procura tereno para um abrigo de emergência.

Haddad afirmou que "fará o melhor" para receber essa população e criticou a falta de comunicação. "Desta vez não fomos informados com antecedência."

O Ministério da Justiça disse, em nota, que "concorda" que as ações devam ser "coordenadas entre vários órgãos do governo federal, Estados e municípios". O governo acriano considera a situação "delicada" e diz que exigirá sua constitucionalidade de ação.

Colaboração com FELIPE SOUZA, de São Paulo, RICHY SANTOS e RAFAEL RIBEIRO, de "Bom dia"

CASAS BAHIA

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

32"

LED

445 LITROS

FROST FREE

R\$ 259,90*

SEN JUROS
OU À VISTA R\$ 2.288,00

Continental
REFRIGERADOR 3 PORTAS
135 TUBOS E DISPOSITIVO DE AQUECIMENTO
OU 100 CARTÃO

NESPRESSO
MÁQUINA DE CAFÉ
NESPRESSO ARESSA

**GANHE ATÉ
R\$ 200**
PARA TROCAR
SUAS CAPSULAS
POR UM NOVO
MODELO DE MÁQUINA
NESPRESSO

OU 100 CARTÃO

39,90*

SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 204,00

- DESIGN MODERNO
E ULTRACOMPACTO
- PREPARO DE
ESPRESSO (44 ML)
E LUNGO (70 ML)
- BOMBA DE ALTA
PRESSÃO (ATE 19 BAR)
- DESLACAMENTO
AUTOMÁTICO
(APÓS 5 MIN.
OU 30 MIN.)

Ver também: 048

*VALOR ÚNICO DE CUSTO E VALOR DE VENDA ÚNICO DE 100 DE 1000 R\$ (R\$ 1000,00) SEM JUROS
PARCELAS: R\$ 1,90 POR 100 R\$ 100,00 POR 1000 R\$ 1000,00 (R\$ 1000,00) SEM JUROS
CUSTO DE 100 R\$ 100,00 POR 1000 R\$ 1000,00 (R\$ 1000,00) SEM JUROS

casasbahia.com.br/trabalheconosco.

x sobre os modelos disponíveis. **Intel, o logotipo Intel, Intel Inside, Intel Core e Core Inside são marcas da Intel Corporation

s: 4003-2773

seg. a sex.: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

MÁQUINA DE CAFÉ
NESPRESSO ARESSA
MÁQUINA DE CAFÉ
NESPRESSO ARESSA
MÁQUINA DE CAFÉ
NESPRESSO ARESSA
MÁQUINA DE CAFÉ
NESPRESSO ARESSA

E6a

Jeremi Dozina horas após entrar no Brasil, em Epitaciolândia (AC)

RESUMO O haitiano Jeremi Dozina, 30, imigrou para o Brasil em maio de 2014 depois de longa travessia em avião, ônibus e van pela América Latina. A **Folha** o encontrou no Acre poucas horas após ele pisar em solo brasileiro. Ficou em alojamento público em São Paulo, teve ajuda de compatriotas e hoje trabalha em uma pizzaria em Florianópolis, onde sua irmã já vivia. Gostaria de trazer sua família ao país, mas enfrenta a resistência da mulher

Depoimento a

LUCAS FERRAZ
DE SÃO PAULO

Foi uma aventura chegar até o Brasil. Em alguns momentos, pensei que nunca encontraria minha irmã em Santa Catarina [onde ela já mora há três anos].

Fui da República Dominicana [país vizinho ao Haiti] até o Equador de avião. De Quito, fui de ônibus até Lima, no Peru. De lá, outro ônibus para Puerto Maldonado [na Amazônia peruana], de onde partimos de van para o Brasil.

Toda a travessia é complicada, e no Peru nos roubam muito, principalmente os policiais. Não há como viajar sem recorrer aos colôres [pessoas que aliam os imigrantes e buscam facilitar a travessia em troca de dinheiro].

No Acre, fiquei alguns dias no abrigo e, assim que conseguiu o número de protocolo, peguei o ônibus para São Paulo. Foi outra aventura, três dias na estrada.

Quando cheguei em São Paulo, em 21 de maio de 2014, fiquei um dia no alojamento da prefeitura, ao lado da igreja que recebe os imigrantes [Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério, no centro].

Longo fui para a casa de um amigo haitiano que vivia na cidade. Não posso dizer que conheci São Paulo: como estava muito frio, praticamente não sai de casa. Um mês depois, parti finalmente para Florianópolis, onde minha irmã mais velha vive.

Sabia que havia muitos haitianos em Santa Catarina, mas não imaginava que eram tantos. Conheci muitos, praticamente todos trabalham. Aqui só não trabalha quem não quer.

Indicado por uns colegas haitianos, comecei a trabalhar em uma pizzaria pouco tempo depois de chegar a Florianópolis. É o mesmo lugar onde estou ainda hoje.

Trabalho na cozinha, aos poucos fui aprendendo a fazer pizza, coisa que nunca havia feito na vida.

Geralmente trabalho de segunda a sábado, folgando aos domingos. Estou registrado

MINHA HISTÓRIA JEREMI DOZINA, 30

PÉRIPOLO DE UM IMIGRANTE

Após **aventura** há um ano para chegar ao Brasil, **haitiano** aprende a fazer **pizza** em Florianópolis, onde diz ter achado a **paz**

“Indicado por uns colegas haitianos, comecei a trabalhar em uma pizzaria pouco tempo depois de chegar a Florianópolis. No Haiti não há tantas pizzarias como aqui. Lá a maioria da população não consegue comprar uma pizza, que é uma comida considerada de rico”

no trabalho, recebo um salário mínimo, mas não estou completamente regularizado. Ainda hoje só tenho o número do protocolo de entrada no país, que todos haitianos recebem quando chegam.

No Haiti não há tantas pizzarias como aqui. Lá a maioria da população não consegue comprar uma pizza, que é uma comida considerada de rico. Mas aqui também não é todo mundo que pode.

Estou aprendendo a falar português com meus colegas de trabalho. Já melhorei bastante, é uma língua que se parece muito com o espanhol, que eu já falava.

O pessoal da pizzaria gosta muito de mim. São dois poucos amigos que tenho no Brasil. Eles e minha irmã.

Um dia, de folga, fui com os colegas de trabalho conhecer umas praias nos arredores de Florianópolis, todas belíssimas. São bastante diferentes das praias que eu havia visto.

Fora esse passeio e uma ou outra saída, tenho uma vida muito pacata em Florianópolis. Sou assim desde o Haiti e depois na República Dominicana, onde também morei. Não sou muito de sair, de festa, de balada, gosto de ficar na minha, geralmente em casa. É meu programa favorito nas horas de folga.

Todos me perguntam se, nesse primeiro ano de Brasil, eu já encontrei uma namorada brasileira. Mas como? Sou casado, minha mulher e minha filha estão na República Dominicana.

Gostaria de trazê-las para o Brasil, mas minha mulher não quer, não sei o motivo. Ela resiste à mudança.

Até o momento não tive nenhum problema no Brasil, não sofri qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Sei que muitos haitianos passam por isso, mas comigo nada aconteceu, por sorte.

O Brasil, como o Haiti, é um país muito desigual, mas aqui pelo menos há muitas oportunidades, muito diferente da vida por lá.

Sonho em voltar para o Haiti, afinal é o meu país, a minha casa e ainda tenho familiares por lá. Mas não sei quando conseguirei voltar.

Gosto do Brasil, gosto de Santa Catarina. Aqui encontrei a paz e estou feliz.

Emprego para estrangeiro cai 50% em maio

DE SÃO PAULO

A imigração para São Paulo pode ser frustrante para haitianos em busca de uma recolocação no mercado de trabalho.

De acordo com a Missão Paz da paróquia Nossa Senhora da Paz, organização da Igreja Católica que acolhe imigrantes, a oferta de emprego vem caindo.

A assistente social Ana Paula Gaffeu disse que, em maio, a demanda foi reduzida à metade em comparação com o mês anterior.

De acordo com ela, no primeiro trimestre do ano, 558 imigrantes foram contratados por 120 empregadores. Em maio, 60 empregadores manifestaram interesse de participar do processo seletivo organizado pela Missão Paz.

A organização exige que os interessados assistam a uma palestra de duas horas oferecida às terças e quintas-feiras, às 9h50, na paróquia, localizada na rua do Glicério, na região central de São Paulo.

A medida visa evitar o trabalho escravo. No ano passado, 816 empresas contrataram cerca de 2.800 imigrantes.

E6b

MORTES

ELENA GASSUL - Aos 88. Deixa os filhos Catarina e Sofia, netos e bisnetos. Cemitério Israelita do Embú.

MARIA DAS DORES SANTOS CONCEIÇÃO (1911-2015)

Vó Maria gravou o primeiro álbum aos 92 anos

PEDRO IVO TOMÉ
DE SÃO PAULO

“Estude e trabalhe, para não depender financeiramente de homem.” Maria das Dores Santos Conceição, a Vó Maria, costumava repetir com frequência a frase para a filha, Nilza, seguindo o próprio conselho à risca até o fim da vida.

Neta de escravos alforçados e com dez irmãos, nasceu em Mendes (RJ). Aos 11 anos, as amigas da família lhe de-

ram outros pais de criação: foi convidada para viver no Rio com um casal de ricos descendentes de portugueses.

Acabou ganhando mais dois irmãos e o espírito empreendedor. Trabalhou com tecidos e rendas em uma fábrica na capital até se aposentar, vendendo quitutes a operários na zona norte quando precisava de mais dinheiro.

Casou-se pela primeira vez com Maciel, morto em um acidente de carro quando Maria

tinha 22 anos. Foi o pai da única filha dela, morta em 1977.

Depois, com o jornalista João Conceição, ativista do movimento negro, que era contra a mulher trabalhar. Chegou a ir à fábrica onde ela trabalhava, pedindo que a demitisse. Após 15 anos, separaram-se, um tabu à época.

Por fim, viveu por mais 15 anos com Donga até a morte dele, em 1974. Autor do clássico “Pelo telefone”, o primeiro samba gravado, em 1917,

N. S. da Consolação e São João Batista, r. da Consolação, 585, Consolação.

JÚLIO CASIMIRO COSTA - Hoje

(21/5), às 18h30 na capela da Fátima, av. Dr. Petrólio de Castro, 539, Vila Ce-

leste, em Lorena, SP.

MARIA ANGELA DI BIASI - Amanhã

(22/5), às 20h na paróquia N. S. de Fátima, av. Imirim, 1.410, Imirim.

MARIA JULIA CORREA SALLES (FILHINHA) - Hoje (21/5),

às 18h30, na paróquia São Gabriel, av. São Gabriel, Jd. Paulista.

RUBENS RODRIGUES DE SOUZA - Hoje

(21/5), às 20h, na paróquia Santuário São Judas Tadeu, av. Jabaquara, 2.682, Mirandópolis.

39º DIA

CASSIO COSTA E SILVA MONTEIRO - Hoje (21/5), às 8h, na paróquia São José, r. Dinamarca, 32, Jd. Europa.

SERVIÇO

VOCÊ DEVE PROCURAR O SERVIÇO FUNERÁRIO MUNICIPAL DE SP:

tel. (11) 3247-7000

• 0800-10-9850

fax (11) 3242-1203

Serão solicitados os seguintes documentos do falecido: Cédula de Identidade (RG), Certidão de Nascimento (em caso de menores); Certidão de Casamento.

ANÚNCIO PAGO NA FOLHA:

tel. (11) 3224-4000

celena.08thuan@gmail.com.br

segunda à sexta, das 8h às 20h, sábados e domingos, das 9h às 17h.

AVISO GRATUITO NA SEÇÃO:

tel. (11) 3224-3505 ou

(11) 3224-3305

e-mail: necrologia@folha.com.br

até as 15h, ou até as 19h da sexta-feira

para utilizar o e-mail, coloque um número de

telefone para a checagem das

informações. Aos domingos, ligue para

(11) 3224-3602, das 15h às 18h.

PERFIL PAOLO PARISE

O padre Paolo Parise, em frente à igreja onde recebe imigrantes no centro de SP

O PADRE DOS HAITIANOS

Responsável por organização que recebe **imigrantes** em São Paulo fala da **rotina** sem trégua

THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

No domingo passado (17), mais de mil pessoas se reuniram na paróquia Nossa Senhora da Paz, no Glicério (centro de São Paulo), para o Dia da Bandeira, celebração da independência do Haiti. Foram servidos pratos típicos e bebidas alcoólicas. Bandas e rappers haitianos se apresentaram. O padre Paolo Parise, 48, estava exausto. Completava uma jornada de 16 horas sem descanso. E ainda teria que ajudar a equipe, composta por cerca de 50 funcionários e outros três padres, a limpar o salão da festa, onde têm dormido quase duas centenas de refugiados. O número tende a aumentar. O governo Tio Viana (PT), do Acre, anunciou, no início da semana, que quase mil imigrantes viajarão a SP. O prefeito Haddad (PT) e o governo Dilma (PT) dizem que não foram avisados.

O município afirmou que procuraria um abrigo. O governo federal suspendeu as viagens saindo do Acre. Mas, ainda na sexta (22), 43 haitianos aportaram na cidade.

Sobrou para a paróquia. Com colchonetes no chão, caldeirões de sopa à noite e aulas básicas de português, a Missão Paz, organização católica da qual o padre faz parte, acolhe os imigrantes.

Em geral, Parise, italiano da região do Vêneto, acredita estar cumprindo a sua missão. Mas, às vezes, sente-se impotente. "Você arruma emprego para 20 e logo chegam mais 50. O estresse é psicológico e físico", descreve, em português fluente com resquício do sotaque italiano. "A equipe está sobrecarregada."

Que o prove a agenda de Paolo. Seus dias têm começo de 7h e terminam à meia-noite. O celular não para.

Mas Parise parece treinado a lidar com adversidades. Mostra encantamento com cenas corriqueiras. Vê beleza nas tradições de pessoas mesmo quando estão no extremo da sobrevivência.

A festa da Bandeira era um desses momentos. Achava "maravilhosa" a liberdade com que os haitianos se expressavam por meio da língua crioula, da dança e da música. Mas tudo tem limite.

Às 23h30, o padre teve que, enfim, dizer não. "Dançar? Não, obrigado. Prefiro olhar sentido", recusou com o bom humor e afeto costumeiros. Parise consagrou-se o padre dos haitianos em São Paulo. Chama-os pelo nome. Recebe visitas daqueles que, anos depois de instalados, ainda o procuram. Celebra casamentos e batizados.

A maioria é evangélica. Mas não só os 30% católicos se apegam. Todos estabelecem uma relação, que começa pela confiança, ele nota. A espiritualidade "afiora um pouquinho depois", uma vez digerido o drama da migração.

O fato é que a presença haitiana nas missas de domingo é assídua. "Quando começamos com 'bonjour' [bom dia em francês], rostos se iluminam", observa Parise.

CENAS DE CINEMA

Sua missão não foi sempre essa. Na primeira passagem por São Paulo, entre 1999 e 2007, Parise morou em favelas da zona sul e viveu "verdadeiras cenas de cinema".

O padre narra uma delas, com direito a briga entre mulheres, fuga de carro e mordida no braço. O trabalho com jovens logrou reduzir a violência, diz Parise, levando-o a se mudar.

"Somos parte de um grupo de padres meio malucos que, quando está tudo bem, vão embora", relata. Por ora, não há sinal de trégua. Mas que não venham tratá-lo como herói. "Eu infarto", brinca.

ECONOMIZA BRASIL

CASAS

BAHIA

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

Até 40% de desconto
HOJE
aproveite!

hp
NOTEBOOK PAVILION X360
WINDOWS 8, PROCESSADOR
INTEL DUAL-CORE*, TELA LED
TOUCH DE 11,6"
0+10 NO CARTÃO

R\$ 169,90

SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 1.699,00 (CADA)

MEMÓRIA RAM 4 GB
HD 500 GB
DESIGN E PERFORMANCE
MOBILIDADE DO TABLET, DESEMPENHO DO NOTEBOOK

Tablet quando você quer,
notebook quando você precisa.
360° de estilo e versatilidade.

POSITIVO
NOTEBOOK PREMIUM S6055
WINDOWS 8, PROCESSADOR
INTEL CORE I3*, DVD-RW E
TELA DE 14" LED
0+10 NO CARTÃO

R\$ 149,90

SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 1.499,00

COMPRE SEM JUROS

hp
MULTIFUNCIONAL 3X1
DESKJET Z546
RESOLUÇÃO 4.800 X 1.200 DPI

R\$ 349,00
R\$ 299,00 À VISTA
OU 0+10 NO CARTÃO R\$ 29,90 SEM JUROS

IMPRESSORA

COPIADORA

SCANNER

WI-FI

SIMPLEMENTE TUDO EM UM!

Aceitamos cartões de crédito/débito:

A Via Varejo está com vagas abertas para profissionais com deficiência. Os candidatos deverão cadastrar o currículo pelo site www.casasbahia.com.br/trabalheconosco.

Validade: 24/5/2015, limitado ao estoque. Não vendemos por atacado. Sem juros no cartão de crédito. IOF não incluso. *Intel, o logotipo Intel, Intel Inside, Intel Core e Core Inside são marcas da Intel Corporation nos EUA e em outros países. Fotos ilustrativas. Ofertas válidas apenas para lojas físicas Casas Bahia.

Acesse: casasbahia.com.br | tele vendas: 4003-2773 seg. a sex.: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

PETROLÃO

Ex-senador repassou doações da UTC que seriam propina no DF

Gim Argello (PTB) redistribuiu R\$ 3,5 mi a candidatos da coligação de José Roberto Arruda (PR)

Dono da empreiteira, Ricardo Pessoa disse em delação que doou R\$ 5 mi em troca de proteção na CPI da Petrobras

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O ex-senador Gim Argello (PTB-DF) distribuiu a ao menos seis campanhas no Distrito Federal parte do dinheiro que o dono da UTC, Ricardo Pessoa, disse ter pago a ele como propina para obter proteção para empreiteiras na CPI da Petrobras em 2014.

Em acordo de delação premiada fechado na Operação

Lava Jato, Pessoa disse que a UTC pagou R\$ 5 milhões a Gim em doações eleitorais. O senador, que não se reeleitou, era vice-presidente da CPI.

Parte do valor — R\$ 3,5 milhões — foi usado por Gim para apoiar seis candidatos no DF, três deles eleitos: um deputado federal e dois distritais. As doações foram declaradas à Justiça Eleitoral.

A Folha ouviu o ex-governador José Roberto Arruda (PR, ex-DEM), o ex-senador Luiz Estevão (PTB), o deputado Alberto Fraga (DEM) e a assessoria de um parlamentar, esta sob condição de anonimato: todos disseram que Gim viabilizou e repassou dinheiro da UTC às campanhas.

Doações de R\$ 3,5 milhões a campanhas da coligação encabeçada por Arruda (PTB/PR/DEM/PRTB/PMN) em 2014 surpreenderam, já que a UTC não executa obras no DF.

"Ele [Gim] buscou ajudar as campanhas, sim", confirmou Arruda, cuja campanha a governador, depois barrada pela Justiça Eleitoral, recebeu R\$ 1 milhão da UTC. Arruda afirmou não saber por que Gim armou o dinheiro.

Alberto Fraga disse que havia um objetivo nas doações viabilizadas por Gim: buscar apoio à sua reeleição ao Senado. Segundo o deputado, o dinheiro foi prometido por Gim em uma reunião da coligação.

"Ele me disse: 'Fraga, eu

preciso de sua ajuda, politicamente, e vou lhe ajudar, viabilizar recursos para sua campanha'", afirmou. A doação, de R\$ 1 milhão, representou 72% do total arrecadado.

DIVERGÊNCIAS

Entre os integrantes do PRTB-DF, as doações de Gim são foco de controvérsia. A deputada distrital Liliane Roriz, que teve 99% da campanha bancada pela UTC, com doação de R\$ 1 milhão, alegou em nota à Folha que o valor chegou "via PRTB" e que "a negociação foi feita pelo presidente de honra do PRTB, senador Luiz Estevão".

Mas, segundo Estevão, houve um acerto entre Gim e

a família Roriz: "A deputada Liliane me procurou informando que receberia uma doação de R\$ 1,2 milhão, que teria sido articulada pelo senador Gim Argello, e me perguntou se essa doação poderia ser feita na conta do partido, e então repassada a ela".

O dinheiro passou do caixa do PRTB para a campanha de Liliane e algumas vezes foi sacado das contas do partido. Secretário-geral da Câmara Distrital do DF, Valério Campos, colaborador de Roriz e amigo de Gim, atuou na campanha de Arruda em 2014 e disse acreditar que o ex-senador ajudou candidatos da coligação, mas negou ter participado dos repasses.

OUTRO LADO

Argello diz que só fala após ter acesso a delação

DE BRASÍLIA

O ex-senador Gim Argello (PTB-DF) afirmou que só falará sobre as doações depois que tiver acesso à delação do empreiteiro Ricardo Pessoa.

Os políticos e partidos que receberam doações da UTC disseram que não conheciam Pessoa e não sabiam de acordo entre Gim e o empreiteiro.

José Roberto Arruda disse que recursos da UTC entraram após sua substituição na campanha por Jofran Frejat; Frejat afirmou que não recebeu "um centavo" da UTC — segundo a Justiça, a empresa doou a Arruda um mês antes de a candidatura ser barrada.

Alberto Fraga (DEM) disse que na eleição "não havia nem denúncia nem suspeita sobre UTC". Luiz Estevão (PTB) afirmou que nunca conversou com Pessoa sobre doações. Por meio de assessoria, Liliane informou que as doações foram legais. (R9)

cotidiano em cima da hora

Disparos ferem seis haitianos em São Paulo

Imigrantes baleados nas pernas passam bem

DE SÃO PAULO

Dois crimes na região central de São Paulo deixaram seis imigrantes haitianos feridos. Todos foram baleados abaixo da região da cintura e não correm risco de morte, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

Em um dos casos, quatro pessoas ficaram feridas. No outro, mais duas. Todas as vítimas são homens.

O caso, divulgado na sexta-feira (7), ocorreu no sábado retrasado (7).

Os disparos atingiram os haitianos que estavam nos arredores da igreja do Glicério, tradicional ponto de encontro da comunidade.

De acordo com o poder municipal, que acompanha o caso, uma das suspeitas é que o criminoso possa ter agido por xenofobia. Mas testemunhas afirmam que pode ter havido vingança.

Um dos baleados havia impedido o furto de uma bolsa no local dias antes.

Segundo testemunhas, em um dos ataques, o autor passou gritando pela janela do carro que os haitianos "estavam roubando os empregos dos brasileiros". Depois sacou uma arma de fogo e fez os disparos contra o grupo.

A secretaria de saúde informa que todos os feridos foram atendidos no Hospital Municipal do Tatuapé, na sexta-feira, para reavaliação.

Dos seis haitianos, quatro continuam com balas alojadas no corpo. Eles passarão por novos exames nos próximos dias, para saberem se os projéteis serão retirados.

A prefeitura, por meio de nota, repudiou os atos e ressaltou o compromisso da gestão em combater toda e qualquer forma de violência e xenofobia na cidade.

Há mais de um ano, o fluxo de imigrantes do Haiti para o Brasil, principalmente passando pelo Acre, aumentou bastante.

A maior parte dos viajantes escolhe São Paulo como seu porto seguro.

Por causa da acolhida do padre Paulo Parise, a paróquia Nossa Senhora da Paz, no Glicério, recebeu milhares de cidadãos do Haiti nos últimos meses. Muitos deles, agora, trabalham no país.

OFERTA DIRETA

pontofrio

PROMOÇÃO MISSÃO FANTÁSTICA pontofrio

Faça parte do quarteto que vai viver uma experiência inesquecível no principal CENTRO ESPACIAL DO MUNDO.

A cada R\$ 400,00 em compras, CADASTRE-SE E CONCORRA.

www.pontofrio.com.br/missaofantastica

QUARTETO FANTÁSTICO
SOMENTE NOS CINEMAS

MAIS CHANCES DE GANHAR
comprando com o Cartão Pontofrio

SORTEIO EXCLUSIVO

Parcele em até 10x
com seu Cartão Pontofrio.

Samsung Galaxy S6 edge

SMARTPHONE SAMSUNG GALAXY S6 EDGE DESBLOQUEADO

R\$ 3.899,00
~~R\$ 389,90~~
sem juros no Cartão Pontofrio*

4G
Camera 20.7 MP

5.2"
Tela 5.2"

QUAD CORE
Processador Quad Core™ 2.5 GHz

À prova d'água

16GB
Memória interna

Android 4.4

4G
Camera 16 MP

OCTA CORE
Processador Octa Core™

5.1"
Tela 5.1"

64GB
Memória interna

acesse pontofrio.com | Televidas 4002

A Via Varejo está com vagas abertas para profissionais com deficiência. Os Validade: 9/8/2015 ou enquanto durarem os estoques. *Condição exclusiva para os válidas para a loja virtual e televidas. Ofertas válidas para o Estado de São Paulo. e regulamento completo no site www.pontofrio.com.br/missaofantastica. Imagens

O haitiano Gregory Deralus após prestar depoimento à polícia nesta segunda-feira (10)

‘Achei que era uma pedrada’, diz haitiano ferido em São Paulo

Secretaria Municipal de Saúde informou que projéteis eram chumbinho; ‘todo país tem bandido’, afirma vítima

Segundo testemunha, suspeito passou de carro e gritou ‘haitiano’ antes de atirar contra imigrantes no centro

JULIA BOARINI
DE SÃO PAULO

Gregory Deralus, um dos seis haitianos atingidos por balas de chumbinho em São Paulo, disse que não percebeu na hora que tinha sido baleado. “No primeiro momento eu achei que era uma pedrada”, afirmou.

Na noite de sábado (1º), o estrangeiro foi atingido por um projétil na perna enquanto caminhava pela rua Glécério, na região central de São Paulo, onde mora.

Nesta segunda (10), a Secretaria Municipal de Saúde divulgou nota informando que os ferimentos foram causados por chumbinho.

Deralus relata que, no dia seguinte à agressão, foi à igreja Nossa Senhora da Paz —que oferece assistência a imigrantes e refugiados— e contou o caso a um amigo. Foi então que descobriu que não tinha sido a única vítima

das balas de chumbinho.

Na mesma noite, outros cinco haitianos —quatro homens e uma mulher— foram atingidos por tiros de chumbinho na região das pernas e do quadril. Todos os casos foram registrados na mesma região, que é muito frequentada por imigrantes.

Segundo relato de uma testemunha à polícia, um dos ocupantes de um veículo que passava pelo local teria gritado “haitiano!” e logo depois disparado contra as vítimas.

“[A pessoa] só passou na rua e atirou, não deu pra ver quem foi”, afirmou Deralus.

ATENDIMENTO

Na sexta-feira (7), os feridos foram levados até a AMA (Assistência Médica Ambulatorial) na Sé, que atende casos de baixa e média complexidade, mas precisaram ser transferidos para a Santa Casa, de acordo com a Secretaria de Saúde.

“Fui ao hospital, fizeram exames e tiraram radiografia. Aí que eu vi que tinha uma bala de chumbinho alojada na minha perna”, afirmou Deralus.

Três dos haitianos receberam alta na própria sexta, após serem examinados.

Os outros três, incluindo Deralus, precisaram passar por nova consulta nesta segunda no hospital municipal Doutor Cammino Caricchio, no Tatuapé (zona leste).

De acordo com a Secretaria de Saúde, dois dos haitianos foram submetidos a exames pré-operatórios e passarão por cirurgia para remover estilhaços de bala na próxima semana. O terceiro ferido deve passar por nova avaliação clínica, também na semana seguinte.

O estrangeiro afirma que não sabe se foi vítima de xenofobia. “Eu não posso explicar se [a agressão] é porque sou haitiano. Eu não tenho problema com ninguém.”

“Ao ser questionado se teria medo de morar em São Paulo após o ataque, o haitiano negou. “Não, medo não. Todo país tem bandido.”

O padre Paulo Parisi, responsável pela paróquia Nossa Senhora da Paz, informou que ainda não sabe se os atiradores agiram por xenofobia ou por vingança, já que um haitiano teria recuperado a bolsa de uma mulher que havia sido assaltada no Glécério e devolvido a ela.

Em nota, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania informou que vai acompanhar o caso.

A pasta informou ainda que “repudia o ato e ressalta o compromisso desta gestão em combater toda e qualquer forma de violência e xenofobia na cidade”.

“Achei que era uma pedrada. Depois fui ao hospital e tiraram radiografia. Aí que eu vi que tinha uma bala alojada na minha perna

Não [tenho], medo [de morar em São Paulo] não. Todo país tem bandido

GREGORY DERALUS
haitiano ferido com bala de chumbinho no centro de São Paulo no sábado (1º)

AGORA

CASA

BAHIA

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

R\$ 259,90
SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 2.599,00

R\$ 179,90
SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 1.799,00 (cada)

R\$ 179,90
SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 1.799,00 (cada)

A MAIOR VARIEDADE DE MARCAS E MODELOS.

FACILIDADE TOTAL PARA PAGAR.

O MELHOR ATENDIMENTO.

10x SEM JUROS

cadastro e currículo pelo site www.casasbahia.com.br/trabalheconosco.

cartão de crédito. IOF não incluso. *Consulte o vendedor sobre os modelos disponíveis. Não são EUA e em outros países. Fotos ilustrativas. Ofertas válidas apenas para lojas

tele vendas: **4003-2773** seg. a sex.: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

Merkel e Dilma fazem foto oficial no Palácio da Alvorada

BRASIL-ALEMANHA

Merkel chega com pauta comercial modesta

Chanceler alemã não deve anunciar acordos nem trouxe empresários

Do lado brasileiro, Dilma reúne industriais para melhorar relação com a Alemanha, 4º maior parceiro do país

JEAN-PHILIP STRUCK
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE BONN
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, chegou na noite desta quarta-feira (19) ao Brasil com uma agenda pragmática, sem anúncios bombásticos de investimentos ao estilo chinês.

Mas, apesar de não se esperar nenhum acordo na área comercial durante a visita, os dois lados convocaram seus empresários para consultas sobre melhorias no comércio bilateral.

No lado brasileiro, a decisão veio às vésperas da chegada de Merkel. A sugestão foi dada pelo ministro Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), durante reunião de gabinete na manhã de terça (18), para que Dilma ouvisse "ponderações" dos empresários horas antes do jantar com Merkel no Planalto, na noite de quarta (19).

O chanceler Mauro Vieira foi convocado para o encontro na própria quarta.

A intenção do Planalto, segundo o discurso oficial, era conhecer as demandas dos empresários para melhorar o comércio bilateral e ter "elementos para negociar" com a delegação visitante.

No entanto, aliados de Dilma afirmaram que o objetivo também era pedir ao elite empresarial confiança nas políticas econômicas do governo.

A presidente recebeu, ao lado de seis ministros, doze empresários, como Benjamin Steinbruch, da CSN, Carlos Fadigas, da Braskem, e Rubens Ometto, da Cosan.

Armando Monteiro destacou as negociações de acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, visto como "prioridade" para o Brasil. Dilma quer propor data de apresentação simultânea das ofertas comerciais ainda neste ano.

O ministro disse que a Alemanha é um "parceiro estratégico" em áreas como energia, agropecuária e infraestrutura — em que o Brasil apresentará o plano de con-

cessões como opção de investimento para o país europeu. Apesar de a agenda comercial não ser um dos temas prioritários da visita, a Alemanha é o quarto maior parceiro do Brasil e foi um dos destinos de exportação que menos viram o volume do comércio cair neste ano.

De janeiro a julho, as exportações para a Alemanha foram de US\$ 3,3 bilhões, caindo 10,8% em relação ao mesmo período no ano anterior. A queda, contudo, é menor do que a vista nas exportações para a União Europeia como um todo (19,4%), e para a China (19,3%), Holanda (30%) e Argentina (11,5%) — países que importam mais do Brasil do que a Alemanha.

Merkel vem acompanhada de sete ministros e cinco secretários. Será o primeiro encontro desde que a Alemanha incluiu o Brasil no grupo de países com quem mantém relação de "alto nível".

Na comitiva não vieram empresários alemães, mas a chanceler se encontra na manhã desta quinta (20) com representantes de indústrias alemãs com negócios no Brasil. Há cerca de 1.400 delas atuando no país, como Volkswagen, Mercedes-Benz, Siemens e BASF.

Merkel e Dilma se reúnem na manhã desta quinta-feira (20), no Planalto, enquanto os ministros alemães — de Relações Exteriores, do Meio Ambiente, de Agricultura, dos Transportes, da Saúde e de Cooperação Econômica — mantêm encontros bilaterais.

No jantar de recepção a Merkel, na noite desta quarta (19), a maioria dos refugiados que vive hoje no país vem da Síria (2.077), país que passa por guerra civil desde 2011.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça nesta quarta (19), a maioria dos refugiados que vive hoje no país vem da Síria (2.077), país que passa por guerra civil desde 2011.

Depois dos sírios, vêm angolanos (1.480), colombianos (1.093), congoleses (844) e libaneses (389).

"O mundo bateu recorde em número de deslocamentos forçados e o Brasil, que é a sétima economia do mundo, um país aberto e solidário, transformou-se em grande destino para refugiados", afirmou à Folha o secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Be-

atriz Campos Mello

RELAÇÃO BRASIL-ALEMANHA

País europeu é o 4º maior parceiro econômico do Brasil

*Em 2014. Fontes: MDIC, Itamaraty, Auswärtiges Amt e ANH Brasil

US\$ 1,6 bi
foi o investimento direto alemão no Brasil*

US\$ 78 mi
foi o investimento direto brasileiro na Alemanha*

Deficit do Brasil na balança, em US\$ bilhões

Feijoada
é sempre pra
muita gente
e não dá pra errar.
Saia do automático.

EXPERIMENTE A LINGUAGEM CALABRESA SEARA. A QUALIDADE VAI TE SURPREENDER.

Total de refugiados no Brasil dobra em 4 anos

Segundo Ministério da Justiça, maior contingente é de sírios, que vivem guerra civil

PATRICIA CAMPOS MELLO
DE SÃO PAULO

Nos últimos quatro anos e meio, o número de refugiados no Brasil quase dobrou, de 4.218 em 2011 para 8.400 em 2015, até agosto.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça nesta quarta (19), a maioria dos refugiados que vive hoje no país vem da Síria (2.077), país que passa por guerra civil desde 2011.

Depois dos sírios, vêm angolanos (1.480), colombianos (1.093), congoleses (844) e libaneses (389).

"O mundo bateu recorde em número de deslocamentos forçados e o Brasil, que é a sétima economia do mundo, um país aberto e solidário, transformou-se em grande destino para refugiados", afirmou à Folha o secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Be-

atriz Campos Mello

to Vasconcelos. Ele faz a ressalva de que o número de refugiados no Brasil ainda é muito pequeno em termos absolutos, dada a realidade mundial.

Em junho deste ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou que há 19,5 milhões de refugiados no mundo.

De acordo com o levantamento do ministério, as principais motivações para pedido de refúgio no Brasil são violação de direitos humanos (51,13%), perseguições políticas (22,29%) e perseguição religiosa (3,18%).

Dentre os refugiados, 70,7% são homens e 29,3% são mulheres.

De acordo com o levantamento, 65,62% têm entre 18 e 39 anos, 19% têm até 17 anos, 13,3% têm entre 40 e 59 anos e 1,86% tem 60 anos ou mais. O ministério lançou uma

campanha de sensibilização do público através das redes sociais, para esclarecer quem são os refugiados e porque estão aqui.

"O intuito é ter um contraponto às recentes manifestações de xenofobia e intolerância", disse Vasconcelos. Haitianos e refugiados africanos foram hostilizados diversas vezes nos últimos meses. Há 45.607 haitianos vivendo no Brasil com residência permanente por motivos humanitários (eles não entram como refugiados).

As solicitações de refúgio pendentes de análise também bateram recorde, chegando a 12.666, e 5.148 foram rejeitadas.

MEDIDAS

Para dar conta do aumento no número de solicitações de refúgio, Vasconcelos anunciou uma série de medidas para fortalecer o Conare

(Comitê Nacional para os Refugiados), órgão que analisa os processos. A meta é reduzir o tempo máximo de tramitação de um pedido de refúgio no Conare dos atuais três anos para seis meses, a partir do fim deste ano.

Para isso, haverá 39 funcionários públicos transferidos de outras pastas e 10 consultores do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) trabalhando no Conare, além da criação de escritórios em São Paulo, Rio e Porto Alegre, onde há grande concentração de solicitantes.

Em 2013, o Conare publicou uma portaria facilitando a vinda de sírios como refugiados, por causa do recrutamento do conflito entre governo e rebeldes no país.

Desde o ano passado, os sírios passaram a representar o maior contingente de refugiados no Brasil.

Ativistas criticam ciclovias onde modelo foi atropelada e morta

Mariana Rodriguez morreu nesta quinta (3); ela foi ferida na terça (1º) por um ônibus quando seguia de bicicleta

Sinalização pode confundir quem pedala pelo local, afirmam militantes; CET diz que aguarda investigação

DE SÃO PAULO

Ciclotivistas apontam problemas na sinalização da ciclovias da avenida Brigadeiro Faria Lima (zona oeste de São Paulo), onde a modelo e ciclista Mariana Livinalli Rodriguez, 25, foi atropelada na última terça-feira (1º).

A jovem, que morreu nesta quinta (3), circulava de bicicleta quando foi atingida por um ônibus que fazia a conversão na esquina da avenida Brigadeiro Faria Lima com a rua Chopin Tavares de Lima, em Pinheiros.

Mariana sofreu traumatismo craniano e estava na UTI do Hospital das Clínicas.

Segundo a Secretaria da Segurança, a modelo seguia pela ciclovias e colidiu com o para-choque esquerdo do ônibus, caindo e batendo a cabeça.

Os peritos informaram aos policiais que é possível que a modelo não tenha observado o semáforo para bicicletas. O motorista do ônibus disse à polícia que o semáforo esta-

va aberto para ele.

Para o diretor da Ciclovias, Daniel Guth, a sinalização naquele cruzamento específico pode gerar confusão.

"Naquele ponto, o sinal para os carros está verde, então eles continuam seguindo reto, e para o ciclista está vermelho porque abriu pros demais veículos fazerem conversão", diz.

"Se o ciclista está acompanhando o movimento dos carros, pode acontecer de achar que está verde para ele."

Guth afirma que poderia ser criada uma solução como uma lombada, para que os ônibus fizessem a conversão em menor velocidade. "Tem uma série de medidas que poderiam ser feitas que fariam com que aquele cruzamento fosse mais sinalizado."

André Pasqualini, da ONG CicloBR, afirma que o semáforo para ciclista deveria ficar antes do cruzamento, não depois. "Tem essa falha de sinalização", diz ele, que também critica o excesso de conversões na via.

Para Pasqualini, no entanto, seria fundamental capacitar melhor os motoristas de ônibus. "Por mais que a ciclista estivesse errada, um motorista experiente teria todas as condições de evitar esse tipo de acidente", disse.

Questionada sobre possíveis mudanças no cruzamento, a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) não respondeu. afirmou lamentar o acidente e aguardar a investigação para esclarecer as circunstâncias.

Para especialistas de trânsito, a ampliação das ciclovias resultará naturalmente em mais acidentes. "Há uma exposição ao risco maior, mesmo que as ciclovias sejam sinalizadas e preparadas", disse Horácio Figueira, mestre em transportes pela USP.

Luiz Célio Bottura, ex-ombudsman da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), diz que acidentes e mortes tendem a crescer, até pela fragilidade das bicicletas. "Ciclista não tem para-choque. O para-choque é ele mesmo."

Nesta quinta (3), o prefeito Fernando Haddad (PT) disse que construir ciclovias eleva a segurança dos ciclistas.

LUTO

A agência de modelos Joy Model Management, para a qual Mariana trabalhava, lamentou a morte em sua página na internet e nas redes sociais. A agência destacou que a modelo, natural de Soledade (a 225 km de Porto Alegre), era uma profissional "gentil, amável, promissora."

Local onde a modelo foi atropelada por um ônibus na av. Brig. Faria Lima, na zona oeste

Modelo gaúcha Mariana Livinalli Rodriguez, 25, que morreu na quinta (3), após acidente

FOCO

Surfista participa de campeonato na praia de nudismo de Tambaba, na cidade de Conde (PB)

Campeonato reúne surfistas pelados em praia da Paraíba

PATRICIA BRITTO
DO RECIFE

Livre, leve e solto. É assim que estarão os participantes do campeonato de surfe naturista que acontece deste sábado (5) até segunda (7) na praia de Tambaba, a primeira de nudismo do Nordeste, na cidade de Conde (PB).

Pelo menos 40 atletas são esperados para subir nas pranchas sem sunga ou bermuda no feriado. Será a oitava edição do Tambaba Open, o maior campeonato de surfe naturista do mundo, segundo os organizadores.

"O surfe representa muito bem a filosofia naturista: liberdade, interação e respeito à natureza", afirma o organizador do evento e coorde-

nador do grupo Naturistas Unidos, Carlos Santiago.

Para participar, a primeira exigência é cumprir a regra da praia, válida também para quem só quer assistir: estar pelado. Menores de 18 anos também podem, desde que acompanhados ou com autorização dos pais.

Um dos adeptos do surfe naturista é o aposentado Marcos Bilu, 60, que mora em Tambaba e surfa "desde pirralho". "É diferente surfar nu, não tem nada que agarre no corpo, a gente sente liberdade, uma leveza. É até melhor que surfar com roupa."

Nem todos os competidores são como ele, no entanto. "Sempre tem alguém que vai pela primeira vez. No começo há uma preocupação, mas

depois que ele vê todo mundo praticando naturismo, essa preocupação deixa de existir", diz o organizador.

Apesar do incentivo da organização, até o ano passado não houve procura por parte de mulheres, por isso não está prevista uma categoria feminina. Mas, se houver um grupo de ao menos quatro mulheres interessadas, a organização diz que poderá montar uma bateria extra com premiação simbólica.

O campeonato terá três categorias (local, open e expression session), e os vencedores serão premiados com pranchas, troféus e brindes. A categoria open também valerá 200 pontos para o Circuito Paraibano de Surfe 2015.

A inscrição é de R\$ 30 por categoria e podem ser feitas no local, até meia hora antes de cada competição. A programação está no Facebook (<https://www.facebook.com/tambabaopen>).

São Paulo terá 'poupatempo' para imigrantes, com serviços da PF

Estrangeiro poderá solicitar cédula de identidade, por exemplo

DE SÃO PAULO

A PF (Polícia Federal) e a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) fecharam um convênio que transformará um órgão estadual em uma espécie de Poupatempo para imigrantes estrangeiros.

O local vai funcionar em uma instalação inaugurada no ano passado, o Centro de Integração da Cidadania do Imigrante, na Barra Funda (zona oeste de São Paulo).

Desde dezembro, o centro (instalado na rua Barra Funda, 1.020) já oferece alguns serviços, como acesso à Defensoria Pública Estadual e Federal, ao Posto de Atendi-

mento ao Trabalhador e ao Procon, entre outros.

Com a chegada da PF, o local também passará a prestar serviços que hoje só estão disponíveis na sede do órgão, como emissão de documentos.

No local, os estrangeiros poderão solicitar cédulas de identidade e solicitar refúgio, por exemplo. Outros documentos, como passaporte para estrangeiro e Laissez-Passer (permissão dada a portador de documento de viagem não reconhecido no Brasil), continuarão a ser emitidos apenas na sede da PF.

O centro, que é de responsabilidade da Secretaria de

Estado da Justiça, ainda precisa de reformas.

ONDA DE IMIGRAÇÃO

A cidade de São Paulo vive uma onda de imigração. Além de haitianos que procuram recomeçar a vida, a capital paulista também é o destino final de refugiados.

Nos últimos quatro anos e meio, o número de refugiados no país quase dobrou, passando de 4.218 em 2011 para 8.400 em 2015, até o mês de agosto.

De acordo com dados Ministério da Justiça, a maioria dos refugiados no país vem da Síria (2.077), que passa por guerra civil desde 2011.

FILA Trânsito na av. 23 de Maio, na zona sul de SP, na saída para o feriado; tráfego ficou lento em trechos de rodovias no Estado, principalmente as que levam ao interior

FOLHA DE S. PAULO
DOMINGO, 20 DE SETEMBRO DE 2015 B7

cotidiano

Imigrantes mudam rotina e paisagem de Guaianases

Bairro no extremo da zona leste de São Paulo concentra haitianos e nigerianos

Informalidade e preços baixos são atrativos para estrangeiros; região tem cultos e folhetos em inglês, francês e crioulo

LEANDRO MACHADO
AVENIR PRADO
DE SÃO PAULO

A haitiana Roselina Joachin, 40, entra em uma LAN house em Guaianases, extremo da zona leste paulistana. Fecha o guarda-chuva e caminha até o caixa.

"Preciso ligar para minha filha. Ela está chorando, ela está chorando. Deixa eu ligar para minha filhinha", pede, num português enrolado. "Só tenho dois reais", diz, e mostra as moedas, nervosa.

"Pode ligar. Se falar três minutos, vai ficar devendo um real", responde o nigeriano Victor Chukwuebulka, 31, em português também com forte sotaque, mas muito mais compreensível.

A cena de um africano e uma haitiana conversando em português é cada vez mais comum por ali.

Os estrangeiros deixam áreas do centro, aonde chegam primeiro, e vão viver no bairro da periferia em sobradinhos sem reboco.

Assim como a Mooca se tornou um reduto de imigrantes italianos, o Bom Retiro, de judeus, e a Liberdade, de orientais, Guaianases — historicamente morada de nordestinos — é hoje o bairro de africanos e haitianos.

Quem anda pelas ruas estreitas logo nota os estrangeiros: na feira, nas igrejas, na estação de trem. Haitianos falam francês e crioulo. Nigirianos, inglês ou algum dos 250 dialetos do país.

A paisagem de Guaianases acompanha a transformação da área em bairro imigrante. Surgem bares de música africana, restaurantes típicos, cultos em inglês e crioulo. Aos sábados, o campo de várzea recebe uma partida de haitianos contra nigerianos.

ALUGUEL E COMUNIDADE

Houve duas ondas de estrangeiros na região. Uma de refugiados nigerianos, de seis anos para cá. E outra de haitianos, que há um ano começaram a "invadir" o bairro.

Uma das explicações para o deslocamento de imigrantes à região é econômica. A outra, comportamental. Alugar uma casa em Guaianases é mais fácil e barato que em outros lugares. Não se exige fiador, seguro ou comprovante de renda.

A haitiana Roselina, por exemplo, chegou a São Pau-

lo há cerca de um ano. Pagava R\$ 600 em um quarto no Glicério. Em Guaianases, desembolsa os mesmos R\$ 600, mas numa casa de dois quartos e cozinha. Divide o aluguel com um amigo e o irmão.

O boca a boca também contribui para o fluxo de imigrantes. "Você chega e quer ficar perto de pessoas conhecidas", conta o haitiano Alcides Jorcelly, que chegou a São Paulo em 2014, vindo do Acre de ônibus. Segundo Marcelo Haydu, 37, do Aduis (Instituto de Reintegração do Refugiado - Brasil), a interação em Guaianases é "sensacional", mas raro na capital. Em albergues de imigrantes, conta, há rixa entre haitianos e africanos. Brasileiros aprovam a chegada dos estrangeiros ao bairro.

"Vim de longe, acho que no mundo não deve existir barreiras", diz o pernambucano Pedro Nascimento, 45. A convivência, porém, nem sempre é harmônica. Jorcelly diz não gostar muito dali e que contenta-se em estar sendo roubado. "Haitiano gosta de andar com dinheiro", diz.

▶ LEIA MAIS nas pág. B8 e B9

Imigrantes em rua de Guaianases, no extremo leste de SP

REFRIGERADORES GRANDES MARCAS

A PARTIR DE:

R\$ **99,90**
MENSAIS

Continental
REFRIGERADOR 2 PORTAS
0+10 NO CARTÃO
R\$ 199,90
SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 1.999,00

Panasonic
REFRIGERADOR 2 PORTAS
0+10 NO CARTÃO
R\$ 259,90
SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 2.599,00

Electrolux
REFRIGERADOR
0+10 NO CARTÃO
R\$ 99,90
SEM JUROS
OU À VISTA R\$ 999,00

em até
10x
SEM
JUROS

CASAS

BAHIA

DEDICAÇÃO
TOTAL A
VOCE

Aceitamos cartões de crédito/débito:

Vagas abertas para profissionais com deficiência.

Cadastre-se: casasbahia.com.br/trabalheconosco

FAÇA HOJE O SEU
QUINTO CASAS BAHIA
EM QUALQUER
UMA DE NOSSAS
LOJAS E CONHEÇA
A COMPRAR AGORA.

Validade: 20/9/2015, limitado ao estoque. Não vendemos por atacado. Sem juros no cartão de crédito. IOF não incluso. Fotos ilustrativas. Ofertas válidas apenas para lojas físicas Casas Bahia.

Acesse: casasbahia.com.br | televidas: 3004-6336 seg. a sex.: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

RAIO-X Guaianases

Fundação 1861
Área 8,6 km²
População* 164.512 hab.
IDH 2010 0,713 (30º de 32 da cidade)

Inglês, crioulo e francês são adotados em igrejas locais

Culto voltado para nigerianos tem música ao vivo e festa de aniversário

Testemunhas de Jeová criaram congregações próprias e distribuem folhetos e livros nos idiomas estrangeiros

DE SÃO PAULO

Um batuque de africanos é ouvido na avenida Nordeste. As vozes graves e ritmadas cantam hinos em inglês e em igbo, um dos 250 dialetos da Nigéria. É manhã fria de domingo em Guaiunases, mas o culto evangélico esquenta os quase 90 nigerianos presentes. Parece uma grande festa. Mais cedo, o pastor nigeriano Richmond Chukwemeka, 39, chega de carro à igreja. Veste uma roupa azul clara e um gorro marrom. Seus ajudantes, bem arrumados, ajeitam 90 cadeiras no pequeno salão. Algumas ficam do lado de fora, na calçada.

"Você vai ver como vai lotar", diz o pastor, que chegou ao Brasil há 16 anos.

Há um ano, Richmond mudou com a família para Guaiunases (zona leste) e montou a igreja Glorious Destiny Assembly. Ela é voltada aos africanos do bairro — cada dia mais cheio de imigrantes.

A chegada principalmente de nigerianos e haitianos movimentou as igrejas evangélicas do distrito da periferia. Congregações tocadas por eles começam a se erguer em alguns pontos.

Outras igrejas, de brasileiros, estão se adaptando e já fazem cerimônias totalmente em inglês, francês e crioulo.

Pelas ruas, testemunhas de Jeová tentam arrebatar imigrantes falando a língua deles. Folhetos e livros com mensagens bíblicas agora vêm em inglês e francês.

"Percebemos que Guaiunases tem cada vez mais estrangeiros. Para recebê-los, criamos uma congregação em que todos falam inglês, outra em crioulo e francês", diz Ronaldo Agostinho, da Congregação Inglesa Leste.

Em um culto numa noite chuvosa de setembro, o inglês predominou. Parte da cerimônia foi comandada por dois nigerianos.

"O principal problema de quem está chegando a São Paulo é moradia", diz o pastor Richmond Chukwemeka, em seu pequeno templo na avenida Nordeste. "Nós, da igreja, tentamos sempre ajudar os novos", completa.

No domingo, os fiéis chegam bem vestidos. As mulheres, com vestidos coloridos. Os homens, de terno, camisas floridas — à la Nelson Mandela — e óculos escuros.

Uma mesa foi decorada para comemorar o aniversário de Beatriz Chisoba, 9, brasileira filha de nigerianos.

O pastor Richmond discursa aos fiéis sobre a "importância da palavra de Deus". "God is good news" é seu mantra. Os fiéis respondem levantando as mãos.

Seu filho Brian — fruto do casamento com uma brasileira — começa então a tocar bateria. Vem uma sessão de quase 40 minutos de música africana gospel. Sem parar.

Todos dançam em êxtase, alguns no meio da calçada. A batida suíngada se mistura às vozes negras que cantam no dialeto igbo. É difícil ficar pa-

rado. Brasileiros que passam na rua olham, desconfiados. Naquele salão, um pequeno pedaço da África. Ao final, a musiquinha de um caminhão de gás invade a igreja. Ela lembra que todos estão na periferia de São Paulo. (LM e AP)

NA INTERNET
Confira o especial
"Nação Guaiunases" em
folha.com/no1683165

Culto da igreja Glorious Destiny Assembly, do pastor nigeriano Richmond Chukwemeka, 39, em Guaiunases (zona leste)

A PARTIR DE:

ELETRO PORTÁTEIS

R\$ 49,90 À VISTA

O MELHOR ATENDIMENTO.

2 VELOCIDADES, 2 TEMPERATURAS
1.800W

BRITÂNIA SECADOR

R\$ 49,90 A VISTA

A MAIOR VARIEDADE DE MARCAS E MODELOS.

3 ACESSÓRIOS
100% À PROVA D'ÁGUA
APARADOR

PHILIPS APARADOR DE PELOS BIVOLT

R\$ 79,90 A VISTA
OU 0+4 NO CARTÃO R\$ 19,98 SEM JUROS

HOJE

2 VELOCIDADES
3 EM 1
LIQUIDIFICADOR

Philco MULTIPROCESSADOR MULTIPRO ALL IN ONE
PROCESSA, BATE, MOI, CORTE, MISTURA, FATIA, BALA E MUITO MAIS.

R\$ 169,00 A VISTA
OU 0+3 NO CARTÃO R\$ 33,80 SEM JUROS

10 XICARAS
PARA ARROZ

BRITÂNIA PANELA ELÉTRICA

R\$ 99,90 A VISTA
OU 0+3 NO CARTÃO R\$ 33,30 SEM JUROS

4 VELOCIDADES

BRITÂNIA BATEDEIRA PÉROLA MAXX

R\$ 59,90 A VISTA

em até

5X SEM JUROS

CASAS BAHIA

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

Aceitamos cartões de crédito/débito:

Vagas abertas para profissionais com deficiência. Cadastre-se: casasbahia.com.br/trabalheconosco

FAÇA HOJE O SEU CARTÃO CASAS BAHIA EM QUALQUER LOJA DE LOJAS LOJAS E CONTE A COMPRAR AJUDA.

Validade: 20/9/2015, limitado ao estoque. Não vendemos por atacado. Sem juros no cartão de crédito. IOF não incluso. Fotos ilustrativas. Ofertas válidas apenas para lojas físicas Casas Bahia. Consulte o regulamento completo do "Compromisso Philips — satisfação total ou seu dinheiro de volta" no site www.philips.com.br ou pelo telefone 0800 701 0203.

Acesse: casasbahia.com.br | televidas: 3004-6336 seg. a sex.: 8h às 22h - sáb. e dom.: 8h às 20h

FOLHA DE S. PAULO

F7

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 • DOMINGO, 11 DE OUTUBRO DE 2015 • Nº 31.602

EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA ÀS 22H30 • R\$ 5,50

Cristiane, Márcia (em tratamento) e Marcella (que já o enfrentou), participantes do projeto

laços DE ternura

Troca de lenços une mulheres com (ou já sem) câncer

Cotidiano B12

CIÊNCIA

Veja acertos e erros científicos do filme 'Perdido em Marte'

B15

Novas provas levam oposição a pedir afastamento de Cunha

PSDB, DEM e PSB reagem à revelação de contas na Suíça; deputado nega acusação e ataca Janot

Os principais partidos de oposição cobraram publicamente que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deixe o cargo. A reação se dá um dia após a revelação de que o petroleiro contava com a ajuda de sua mulher na Suíça.

Em nota, PSDB, DEM, PSB, Solidariedade e PPS citam a denúncia e defendem a saída para que ele possa exercer "seu direito constitucional à ampla defesa". A Folha apurou que a operação foi previamente discutida entre Cunha e opositoristas.

A articulação em curso pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) está no cerne da blindagem de Cunha pela oposição. O trâmite usual do pedido que pode levar à queda da petista depende do aval do presidente da Câmara.

Delatores da Lava Jato já haviam relatado a ligação de Cunha com o esquema de propina na Petrobras. A situação se agravou após o Ministério Público da Suíça enviar à Procuradoria-Geral da República, Rodrigo Janot, de "acusador do governo geral da República". Poder A6 e A5

O deputado descartou, em nota, renunciar ou se afastar do cargo. Ele nega envolvimento com o petróleo e a existência das contas, e classifica o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de "acusador do governo geral da República". Poder A6 e A5

Diferença real entre PT e PSDB está no papel do Estado, escrevem Samuel Pessôa e Carlos Pereira

ILUSTRADA
Para tentar Oscar, Netflix lança o mesmo filme no cinema e on-line

IMÓVEIS
Estatutos obsoletos de condomínios estabelecem regras esdrúxulas

COTIDIANO
Gramática some em proposta de currículo que MEC promete rever

Sem verba nem espaço, abrigos rejeitam animais silvestres

JANIO DE FREITAS

Taradinhos do impeachment nunca abandonaram presidente da Câmara

Poder A10

Desemprego
faz imigrantes regressarem a seus países

Com o agravamento da crise econômica, imigrantes que tentavam refazer a vida no Brasil, especialmente haitianos, começaram a voltar a seus países ou buscar outros destinos, como o Canadá e os Estados Unidos.

Faltam empregos — só o setor da construção civil fechou 385 mil vagas formais nos últimos 12 meses. Entidades que apoiam estrangeiros dizem que os contratados neste ano serão um terço dos de 2014. Mercado A17

Sem receitas novas, governo Dilma já admite déficit em 2015

Sem conseguir novas fontes de arrecadação e cortes de gastos mais amplos, a equipe da presidente Dilma Rousseff (PT) trabalha com o cenário de repetir, neste ano, déficit nas contas públicas em vez do prometido superávit de 0,15% do PIB.

A prioridade agora do governo será aprovar as medidas da segunda fase do ajuste fiscal. Mercado A25

VINÍCIUS TORRES FREIRE Sem CPME ou equivalente, haverá déficit primário também no ano que vem. A22

Caçula de Lula faz torneio de futebol americano crescer

Após a chegada de Luis Cláudio Lula da Silva, 30, caçula do ex-presidente Lula, o torneio de futebol americano Touchdown, que ele organiza, multiplicou participantes e ganhou patrocinadores de peso. Seu advogado diz que ele une expertise e visão de negócio. Poder A11

Atentado a bomba mata ao menos 97 na capital turca

Ao menos 97 pessoas morreram e outras 284 ficaram feridas em explosões simultâneas ontem em Ancara, capital da Turquia. O ataque, um dos mais letais no país, é tido como atentado terrorista pelo governo. Nenhum grupo reivindicou a autoria. Mundo A13

mercado A24

Empresas investem US\$ 3 mil por dia para criar semente do futuro

são paulo

A revista não circula hoje

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Levy na encruzilhada", sobre desempenho do ministro da Fazenda, e "Rede de ambiguidades", a respeito do partido de Marina Silva.

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editoriais e a circulação em fale.folha.com.br

ATMOSFERA Cotidiano B8

Muitas nuvens e chuva fraca. Mínima 20°C. Máxima 25°C.

CIRCULAÇÃO

346.604 (Impressões + digitais) AUDIÊNCIA 30.554.186 visitantes (diários/hoje)

FOLHA DE S. PAULO
DOMINGO, 11 DE OUTUBRO DE 2015 A17

mercado

VINÍCIUS FREIRE
Governo já
admite déficit
de 0,2% do PIB
neste ano
Pág. A22

F8

Desemprego inverte a rota de imigrantes

Maior procura de vaga por parte de brasileiros eleva concorrência e já faz estrangeiros voltarem a seu país natal

Entidades dizem que número de contratados em SP neste ano será cerca de um terço do que foi no ano passado

INGRID FAGUNDEZ
DE SÃO PAULO

A situação econômica já faz imigrantes que tentavam refazer a vida no Brasil começarem a voltar a seus países ou procurar outros destinos, como Canadá ou EUA.

Dados da Missão Paz de São Paulo, entidade que é referência para estrangeiros, mostram que neste ano, até setembro, havia 1.239 contratados, número 68% menor que o do período em 2014.

Nas feiras que reúnem empregadores, às terças e quintas, o número de postos oferecidos despencou. O padre Paulo Parise, que dirige o Centro de Estudos Migratórios, diz que neste ano o número de contratados deve chegar a 30% dos de 2014.

Grande parte dos entrevistados, com destaque para haitianos e africanos, buscou um lugar na construção civil, um setor que nos últimos 12 meses fechou 385 mil vagas formais, mais de um terço de

Imigrantes consultam vagas e aguardam por entrevista de emprego na Missão Paz, na região do Glicério, centro de SP

todos os empregos encerrados no país no mesmo período, segundo dados do Caged.

O eletricitista haitiano Pierre, 42, há sete meses no país, não conseguiu uma vaga e vai retornar ao Haiti. A passagem de volta custou R\$ 4.600.

Mesmo os que estão empregados consideram viajar em busca de melhores oportu-

nidades. Com um salário mensal de R\$ 1.000, o soldador Joseph Levitique, 30, não consegue enviar nada para a família, principalmente depois que o dólar disparou.

Seu plano é voltar para o Haiti em janeiro e juntar dinheiro para ir a Miami, onde moram parentes.

Os atritos entre brasileiros

e estrangeiros devem aumentar à medida que a situação piora e eles passem a disputar as mesmas vagas, diz Marcelo Haydu, um dos fundadores do Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado).

O haitiano Charles Macantonie, 35, diz já perceber a mudança. Em setembro, ele deixou o emprego na cons-

trutora OAS para buscar a família em Porto Príncipe. Quando voltou, encontrou portas fechadas. "Nas construções me disseram que não tem nada para estrangeiro. Agora é só brasileiro."

"Quando cheguei, todos que se dispunham a trabalhar conseguiam empregos e um salário razoável. Hoje virei

ambulante e alerto todos os irmãos do Senegal de que as condições por aqui estão bem piores", afirma o senegalês Pape Embaye, 36.

No quarto e sala que divide com outras sete pessoas, Embaye conta que chegou ao país em 2010, ano em que o PIB do Brasil crescia 7,6% e o desemprego era 6,2% pela pesquisa FME do IBGE, que abrange as seis principais regiões metropolitanas.

Cinco anos depois, o desemprego foi de 7,6% em agosto (dados mais recentes da mesma pesquisa) e o PIB deve cair 3%.

Estrangeiros qualificados também são afetados, diz Rene Ramos, sócio da empresa de imigração corporativa Em-doc. Com mais brasileiros sem vaga, empregadores hesitam antes de contratar um europeu, afirma ele.

O êxodo inverte a curva de imigrantes no mercado de trabalho. Segundo dados da Raia, do Ministério do Trabalho, a contratação de estrangeiros, que chegou a crescer cerca de 20% entre os finais de 2012 e 2013, ficou praticamente estável em 2014. Os dados para este ano só serão divulgados no ano que vem.

▶ LEIA MAIS na pág. A19

#HospitalAlemaoOswaldoCruz

Eu a vida.

Saúde e prevenção estão nas suas mãos

O Hospital Alemão Oswaldo Cruz apoia o Outubro Rosa. Cerca de 90% das casos de câncer de mama têm chances de cura quando diagnosticados precocemente. Ame a vida.

Centro de Oncologia
Unidade Paulista
Rua Treze de Maio, 1.615
+55 11 3549 1000
www.hospitalalemao.org.br

Hospital Alemão
OSWALDO CRUZ
Vocação para cuidar

Responsável Técnico - Paulo Roberto Borges / CRM 140213

Estrutura de apoio dá fôlego a refugiados

Instituições qualificam para mercado de trabalho, mas falta de vagas também já começa a afetar colocação

Imigrantes econômicos, porém, não conseguem progredir; para professora, é falso dizer que Brasil é acolhedor

DE SÃO PAULO

A situação do imigrante que busca emprego é um pouco melhor para os refugiados, que saem de seus países em razão de alguma violação de direitos. José Roberto Mariano, coordenador da Casa de Passagem Terra Nova, diz que ainda não sente resistência para inserir esses estrangeiros no mercado de trabalho.

"A condição de refúgio traz o amparo da instituição." Na Terra Nova, os refugiados fazem cursos técnicos e aulas de português. Ainda assim, a angolana Nsuka Paulina, 45, refugiada política que chegou ao Brasil em maio, não conseguiu emprego mesmo após várias entrevistas.

Para a professora Zilda Iorzi, do Diversitas (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos), da USP, a ideia do Brasil como acolhedor para imigrantes — independentemente do motivo que os tenha levado a imigrar — é falsa. "Só se cria uma aura em torno dos imigrantes se eles têm ascensão social."

ESPERANÇA

Formada em sociologia e

Diego Padgugli/Folhapress

O haitiano Vagner Guervil, desembarcado há 4 meses

Guerrero/Alto - Foto: 2014/Folhapress

A imigrante Mirabel, no buffet em que trabalha

Só se cria uma aura em torno dos imigrantes se eles têm ascensão social

ZILDA IORZI, pesquisadora do Diversitas (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos), da USP

antropologia e com pós-graduação em marketing, a camaronesa Nyukang Mirabel Beja, 33, acompanhou o avanço da crise nos 12 meses em que passou a viver no Brasil.

Na primeira entrevista que deu à *Folha*, em outubro de 2014, estava na fila para uma entrevista de emprego.

Naquele dia, havia dezenas de empregadores interessados na mão de obra estrangeira e Mirabel foi trabalhar em um buffet em Santo André, na Grande São Paulo. Pegou suas malas e foi morar no restaurante.

Demitiu-se dois meses depois porque o pagamento era menor do que o combinado.

Desde então, foi vendendo de comida na rua, doméstica e hoje faz bicos no salão de beleza de uma africana.

Os filhos ficaram com a mãe, em Camarões. O marido, que está em outro país da África, quer que ela volte. Conseguiu um bom trabalho como construtor, enquanto Mirabel ganha R\$ 400 por mês fazendo penteados.

O valor só dá para o aluguel e as contas. "O Brasil é difícil. Eu queria estudar, mas não consigo." Mesmo decepcionada, espera que a recessão seja passageira. "Tenho esperança. Todo país tem um período de crise, muitos estão passando por isso."

ABATIMENTO

No Brasil há um ano e dois meses, o haitiano Vagner Guervil, 44, foi demitido em setembro. Guervil foi uma das pessoas atingidas por tiros no início de agosto, enquanto estava em um cyber café, na região central de São Paulo, quando um atirador em um carro atacou imigrantes.

Abatido, ele, que continua com a mãe alojada no quadril, conta que a soma da aversão a estrangeiros com a falta de oportunidades profissionais alimenta a vontade de deixar o país. "Quero ir para a Guiana Francesa ou qualquer outro local", diz. (RIGOR FAGUNDEZ E VINICIUS PEREIRA)

VEJA NOS classificados

veículos

Poder EXECUTIVO

Sedãs mais rápidos de sua faixa de preço, Focus e C4 Lounge passam pelo teste *Folha-Mauá*

OS BEM-SUCEDIDOS PROFISSIONAIS DO AMANHÃ SÃO OS JOVENS ESTUDANTES DE HOJE.

A qualificação profissional de jovens estudantes é essencial para o desenvolvimento do País. Há mais de cinco décadas, o CIEE colabora para a construção de um futuro melhor, encaminhando estudantes para vagas remuneradas de estágio e aprendizagem. Abra as suas portas para os jovens. Ajude um estudante.

OS SERVIÇOS DO CIEE SÃO GRATUITOS PARA OS ESTUDANTES.

Sede CIEE: Rua Tabapuã, 540 - Itaim Bibi
São Paulo/SP - CEP 04533-001
Tel: (11) 3046-8211

www.ciee.org.br

oficial.ciee

ESTAGIÁRIOS E APRENDIZES

Emissoras AM não sabem quando vão conseguir migrar para o FM

Processo começaria em novembro, mas esbarra em incertezas

LUCAIS REIS
DE SÃO PAULO

Celebrada no final de 2013 após assinatura de decreto de Dilma Rousseff, a migração das rádios AM para a faixa FM empurrou em meio a incertezas e trocas de comandos do Ministério das Comunicações, além da crise que atinge as emissoras.

O governo federal planeja iniciar em novembro a migração das estações, mas nem sequer definiu o valor que cada emissora terá de desembolsar, referente à nova outorga para a transmissão. O processo de migração pretende resgatar emissoras do AM para o FM, cuja qualidade de transmissão é superior, sem ruídos e interferências, além da possibilidade de captar o sinal em smartphones e tablets, algo impossível para as AM.

Para isso, cada emissora terá de pagar um valor ao go-

verno federal, já que a outorga do FM é mais cara do que a do AM, além de reestruturar equipamentos e antenas. A migração não é obrigatória, mas, das 1.781 emissoras AM no país, mais de 1.300 querem a mudança.

"O rádio AM vai morrer, é uma tendência para o mundo todo", diz Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Abert (associação que reúne emissoras de rádio e TV). Para comportar as novas rádios no sistema FM, a Anatel pretende estender o dial do FM, que vai de 87,9 MHz a 107,9 MHz. O plano é utilizar a faixa que vai de 76 MHz a 87,9 MHz, atualmente utilizada pela TV analógica e que será desativada até 2018.

Há um mês, o Ministério das Comunicações — à época comandado por Ricardo Berzoini, que deixou o cargo no dia 2 de outubro — informou que apenas 39 emissoras estão aptas para a mudança,

com documentação em dia. As mudanças no ministério, diz a Abert, têm atrapalhado o processo. Segundo Antonik, as emissoras, sobretudo as pequenas, que representam 98% do setor, estão apreensivas por causa da indefinição do processo. "Muitas se anteciparam e compraram equipamentos, mas esbarra na burocracia", diz. Devido à demora do ministério, a Abert criou uma tabela de referências dos valores de outorga, que leva em consideração o porte e o Estado das emissoras, e a enviou como sugestão ao governo.

Por esse cálculo, as emissoras menores e menos potentes, em Estados do Nordeste, teriam de pagar cerca de R\$ 10 mil; grandes emissoras de São Paulo podem desembolsar até R\$ 2,5 milhões.

Procurado, o Ministério das Comunicações não respondeu aos questionamentos da reportagem.

NOVAS FAIXAS

Quase 80% das emissoras AM querem migrar para o FM

HOJE

As FMs são sintonizadas entre as faixas de 87,9 MHz a 107,9 MHz

COM A MUDANÇA

A faixa do FM começará em 76 MHz e irá até 107,9 MHz, para inclusão das rádios AM

O QUE MUDA?

As emissoras AM que quiserem e puderem pagar poderão migrar para a frequência FM, que terá faixas ampliadas. Além de maior alcance e qualidade, as rádios poderão ser sintonizadas em smartphones e tablets

velho TESTAMENTO

Estatutos antigos de condomínios impõem proibições sem sentido

Testes em EXAME

Especialistas questionam avaliação psicológica de candidatos

FM

Frequência modulada 3.209 emissoras no Brasil. Alcance menor, mas a qualidade do som é melhor e está menos sujeito a interferências

AM

Amplitude modulada 1.781 emissoras no Brasil. Permite alcançar longas distâncias com potência baixa, mas sofre com interferências e qualidade inferior

QUANDO COMEÇA?

O Ministério das Comunicações planeja iniciar o processo em novembro, mas admite que hoje apenas 39 emissoras têm condições legais e financeiras para fazer a migração

MERCADO ABERTO

MARIA CRISTINA FRIAS cristina.frias@uol.com.br

Mercado formal adiciona imigrantes em 2015

O saldo de contratações de estrangeiros no mercado formal de trabalho foi positivo em 8.165 vagas no primeiro semestre deste ano, de acordo com levantamento feito pelo OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais, da UnB).

No período, foram 11.011 admissões e 2.846 demissões de trabalhadores de outras nacionalidades. Haitianos e senegaleses são os mais numerosos, afirma Leonardo

Cavalcanti, o coordenador do centro de estudos.

"As contratações aconteceram principalmente no Sul do país, onde a taxa de desemprego é mais baixa do que em outras regiões."

A maioria dos estrangeiros encontra vagas no fim da cadeia produtiva de agronegócios, especialmente em frigoríficos e no abate de aves e suínos, segundo Cavalcanti.

Esse setor ainda cresce porque cerca de um terço da pro-

dução é exportada, diz Francisco Turra, presidente-executivo da Associação Brasileira de Proteína Animal.

Os migrantes começaram a ser empregados há quatro anos, exercendo as atividades no "piso de fábrica" dos abatedouros, afirma.

O tempo de adaptação à rotina do trabalho é igual aos dos brasileiros, diz Clilomar Tortola, diretor do grupo GT-Foods, um conglomerado especializado em carne de aves.

A empresa, que faturou R\$ 1,4 bilhão em 2014, empregou 605 trabalhadores haitianos, que representam 6,4% de um quadro de funcionários de 9.500 pessoas.

"Nós os contratamos por falta de mão de obra nacional, mesmo. Os haitianos saíram de uma situação precária e, ao conseguir uma oportunidade em uma empresa, se dedicam bastante. Não estão aqui para brincar, mas para trabalhar e sobreviver."

CARTEIRA ASSINADA
Contratação de estrangeiros

David Barioni Neto, presidente da agência de fomento à exportação

EMBARQUE IMPULSIONADO

A Apex (agência de fomento a exportações) e seis entidades anunciarão no dia 23 o investimento de R\$ 45 milhões na promoção internacional de produtos e serviços brasileiros.

Os setores representados serão os de refrigeração, equipamentos hospitalares, obras audiovisuais, produtos para animais de estimação, arroz e máquinas e ingredientes para alimentos.

Juntos, os segmentos exportaram mais de US\$ 640 milhões (R\$ 2,4 bilhões) em 2014, segundo a agência.

"Para cada real investi-

do [em promoção no exterior], o retorno é de US\$ 21 [R\$ 80]", diz David Barioni Neto, presidente da Apex.

A desvalorização do real e a redução da demanda interna neste ano fez com que as empresas brasileiras se voltassem mais para o mercado externo.

Entre janeiro e agosto deste ano, a quantidade de exportadores micro, pequenos e médios apoiados pela agência aumentou 7,5%, de 1.894 para 2.036.

Eles foram responsáveis por uma alta de 13,4% do valor exportado nos primeiros oito meses deste ano, ante o mesmo período de 2014.

Desânimo... O índice de confiança do empresário do comércio paulistano atingiu seu menor nível desde março de 2011, quando a pesquisa começou a ser realizada.

...histórico O indicador da FecomércioSP marcou 72,3 pontos (em escala de 0 a 200) em setembro, queda de 28% em relação ao mesmo mês do ano passado.

ACORDO SELADO
Contratos assinados nos últimos anos*

Sectores mais representativos: abastecimento de água e esgotamento, resíduos sólidos e saúde

*concessão administrativa e patrocinada

**até o dia 8 de outubro

Fonte: Radar PPP

Cidades de SP, MG, BA e GO têm mais PPPs na fila de espera

São Paulo, Goiás, Bahia e Minas Gerais são os Estados que têm mais municípios com projetos de Parceria Público-Privada na fila para consulta, segundo levantamento da Radar PPP, que monitora os contratos em andamento.

Dos 70 PMs (procedimentos de manifestação de interesse) publicados neste ano, 24 projetos aguardam para iniciar a consulta pública.

Cinco deles são de municípios paulistas. Goiás, Bahia e Minas Gerais têm três cidades na fila de espera cada um.

Pela pesquisa, 83 contratos foram assinados entre 2006 e outubro de 2015.

"Houve aumento nos últimos quatro anos, o que sinaliza que esse modelo se consolidou", diz Bruno Pereira, sócio da Radar PPP. "Hoje, temos associações em diferentes segmentos, o que aprimora o uso das concessões."

"Saúde e educação são áreas promissoras", diz Christini Kubo, da Inova BH, braço da Odebrecht Properties que faz manutenção em escolas de Belo Horizonte.

QUEDA CONTÍNUA

Em agosto, o faturamento das pequenas empresas do Estado de São Paulo caiu pelo oitavo mês consecutivo. Os dados são do Sebrae-SP. Houve retração de 11,9% nas receitas, na comparação com o mesmo mês de 2014.

Todos os setores da economia tiveram perdas, mas o que apresentou a maior queda de faturamento foi o de serviços, que diminuiu 20,3% no mês. Trata-se do recuo mais expressivo em 13 anos.

A explicação, segundo o Sebrae-SP, é que as empresas que contratam serviços de mandaram menos e isso puxou o resultado para baixo.

No acumulado deste ano, o setor é o que tem o pior desempenho, com uma retração de 13,3%. Em seguida vem o comércio, com uma queda de 10,1%, e a indústria está em terceiro, com 9% negativos.

Entre as diferentes regiões do Estado, a capital foi a que teve o pior desempenho, com recuo de 22,3% do faturamento no mês.

Expectativa... O número de brasileiros dispostos a deixar o país para trabalhar no exterior passou de 75,9% em 2014 para 79,2% neste ano, como reflexo das incertezas no mercado de trabalho nacional, segundo pesquisa da Catho.

...lá fora Essa alta é notada em agências de intercâmbio, na demanda por pacotes que aliam estudo e trabalho. "A procura dobrou. Mais gente parece enxergar seu futuro no Canadá ou na Austrália", diz José Carlos Hauer, da STB.

Pé na areia A rede Beach Hotéis, que atua principalmente no litoral paulista, investiu R\$ 14 milhões em sua nova unidade. Instalado na praia de Camburi, em São Sebastião, o empreendimento tem 62 apartamentos.

HORA DO CAFÉ

» com LUCIANA DYNIEWICZ, FELIPE GUTIERREZ e DOUGLAS GAVRAS

FOCO

Cena do filme de animação "Uma Aventura Lego", de 2014

Lego monta estratégia para não ficar para trás na disputa do mundo digital

DO "FINANCIAL TIMES"

Imagine o Homer Simpson dirigindo o Batmôvel na estrada de tijolos amarelos. Ou o Super-Homem pilotando um DeLorean. O que antes era fantasia se torna realidade com o lançamento do jogo Lego Dimensions, da Lego e da Warner Bros.

O projeto marca um passo crucial na estratégia digital da fabricante de brinquedos dinamarquesa. O jogo, cujo pacote inicial custará US\$ 100 (R\$ 383), coloca a empresa na categoria "toys-to-life", que introduz brinquedos físicos a games, avaliada em US\$ 700 milhões (R\$ 2,7 bilhões)

ao ano apenas nos EUA.

Os fabricantes de brinquedos têm sido duramente atingidos pelos smartphones e tablets, já que as crianças passam cada vez mais tempo em jogos nesses dispositivos.

A Lego conseguiu reverter essa tendência, em grande parte graças à força de seus produtos físicos. Neste ano, ela se tornou a maior fabricante de brinquedos do mundo em vendas.

"Não acho que a Lego tenha conquistado o mundo digital. O que vemos são as primeiras tentativas de criar um tipo de experiência híbrida, física e digital", diz David Robertson, coautor de um livro

sobre a empresa.

Os compradores do Dimensions receberam um jogo para o PlayStation, da Sony, para o Xbox, da Microsoft, ou para o Wii, da Nintendo, com quase 300 peças de Lego "para criar um controle, bem como três personagens: Batman, Gandalf, de 'O Senhor dos Anéis', e Wyldstyle, do filme 'Uma Aventura Lego'.

Kits que caracterizam outros personagens — como a Bruxa Má, de 'O Mágico de Oz', Scooby Doo e Mulher Maravilha — custarão de US\$ 15 (R\$ 57) a US\$ 30 (R\$ 115).

O jogo reconhece os personagens e veículos postos em cada controle e os torna par-

te da ação, que ocorre ao longo de 14 fases, uma para cada marca envolvida. Características típicas do Lego, como a capacidade de reconstruir cada veículo de três maneiras diferentes, estão presentes.

O projeto, que levou três anos para surgir, está sendo lançado em um mercado acirrado. O jogo Skylanders, da Activision Blizzard, tem dominado a categoria "toys-to-life" desde que foi lançado, em 2011, mas foi alcançado pelo Infinity, da Disney — que terá figuras de "Star Wars" neste Natal e pela linha Amii-bio, da Nintendo.

John Goodwin, diretor financeiro do grupo Lego, ressalta que a marca não aposta todas as suas fichas no Dimensions, mas tem plena consciência da importância de obter êxito na oferta digital.

Tradução MARIA PAULA AUTRAN

MEDICAÇÃO 'EXCESSIVA'?

Ministério da Saúde recomenda maior restrição a remédio indicado para crianças com hiperatividade

Na mira:
metilfenidato
Conhecido pelos
nomes Ritalina e Concerta,
é indicado para crianças e
jovens entre 7 e 18 anos
diagnosticados com TDAH
(Transtorno de Déficit de
Atenção e Hiperatividade),
distúrbio com sintomas
como desatenção e
hiperatividade

O que recomen-
da o Ministério
da Saúde
Estados e municípios
devem adotar protocolos
para prescrição e
distribuição de
metilfenidato na rede
pública. Objetivo é
aumentar o controle do
uso do remédio e prevenir
a medicação excessiva

MOTIVOS

Segundo o ministério,
estimativas sobre a
prevalência de TDAH
na população apresen-
tam "discordância", o
que dá índices de
diagnósticos imprecis-
os ou até mesmo
equivocados

Para a pasta, o
diagnóstico não deve
ser feito apenas com
base nos questionários
ou observações de
comportamento, mas
por uma "avaliação
completa, clínica e
psicossocial"

Governo quer conter uso de Ritalina por crianças

Ministério da Saúde busca evitar 'medicação excessiva' de jovens hiperativos

Pasta vê 'aumento intenso' no consumo do psicotrópico e defende que diagnósticos sejam mais criteriosos

NATÁLIA CANCIAN
DE BRASÍLIA

O Ministério da Saúde recomendou a Estados e municípios aumentar o controle sobre a prescrição e a distribuição de um medicamento indicado para tratar crianças e adolescentes com déficit de atenção e hiperatividade.

O documento, ao qual a **Folha** teve acesso, visa coibir um possível uso abusivo de metilfenidato, conhecido pelos nomes de Ritalina e Concerta, e evitar a "medicação excessiva" de crianças.

Segundo o ministério, a

medida ocorre diante da "tendência de compreensão de dificuldades de aprendizagem como transtornos biológicos a serem medicados" e de um "aumento intenso" no consumo do psicotrópico.

Dados da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) apontam crescimento de 21,5% na venda do metilfenidato em quatro anos —de 2,2 milhões de caixas em 2010 para 2,6 milhões em 2013 (último dado disponível).

O ministério cita ainda as estimativas "bastante discordantes" sobre a ocorrência de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) em crianças e adolescentes —de 0,9% a 26,8%.

"Parte da evidência que tem muitas crianças no Brasil utilizando de maneira desnecessária o medicamento", afirma o coordenador de saúde

da criança no ministério, Paulo Bonilha. "São múltiplas as variáveis que influenciam no processo de aprendizagem e concentração. Olhar como se isso fosse sempre uma doença da criança é reducionista." Isso não significa, porém, que o diagnóstico de TDAH não possa ocorrer, defende ele. "O que se recomenda é que seja mais criterioso, feito por equipe multiprofissional e não apenas pelo médico, com a presença de psicólogo e pedagogo."

MUNICÍPIOS

Agora, a ideia é fazer com que mais municípios elaborem protocolos para prescrição e distribuição do remédio, assim como fizeram as prefeituras de São Paulo e Campinas (SP) nos últimos anos.

O metilfenidato não é distribuído diretamente pelo go-

verno federal. Secretarias da Saúde têm autonomia para comprar e ofertar o remédio —em geral, liberado com a apresentação de uma receita especial para psicotrópicos.

A Prefeitura de Campinas passou a exigir a avaliação de uma equipe multidisciplinar.

Em São Paulo, a adoção do protocolo no ano passado reduziu o consumo do remédio na rede pública: de 54 mil comprimidos distribuídos em setembro de 2014 para 25 mil no mesmo mês deste ano.

"Não há sentido em se depositar na mão de pessoas estranhas à categoria médica a determinação de se um diagnóstico está correto e se a pessoa deve receber o remédio", afirma o diretor da AMB (Associação Médica Brasileira), Miguel Jorge. Ele defende, porém, a adoção de critérios para diagnósticos mais precisos.

DADOS

Quantidade de remédios comercializados no mercado farmacêutico do país, por ano

EXEMPLOS

Medida visa expandir, para outros municípios, ações já adotadas por algumas prefeituras como São Paulo e Campinas, que mudaram as regras para acesso ao medicamento

→ **Como geralmente ocorre nos municípios**
Remédio pode ser retirado após o médico prescrevê-lo em receita especial (para psicotrópicos)

→ **Como é nas cidades que mudaram regras**
Criança é avaliada por uma equipe multidisciplinar, que pede exames e preenche um formulário sobre o caso. Só então o medicamento é liberado. Em seguida, é feito o acompanhamento da criança para verificar como ela responde ao tratamento

Fonte: Ministério da Saúde, Anvisa, Prefeitura de São Paulo, Prefeitura de Campinas, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, relatórios de comercialização enviados pelas empresas

LISBOA-DUBLIN

Brasileiro morto em voo escondia viagens e transportava drogas

DE SÃO PAULO — O brasileiro John Kennedy dos Santos Gurjão, 24, que morreu no domingo (18) num voo que ia de Lisboa a Dublin, escondia de amigos e familiares suas atividades e seu paradeiro.

A morte ocorreu devido ao rompimento de uma das 80 cápsulas com cocaína que ele havia ingerido. A informação foi confirmada pela polícia irlandesa, segundo o jornal "The Irish Times".

Ney Santos, 39, que diz ter mantido um relacionamento amoroso com o brasileiro por oito anos, conta que "ele [Gurjão] dizia que ia fazer as viagens dele, mas nunca falou para onde ia nem com quem estava".

A polícia irlandesa afirma, segundo o jornal, ter entrado em contato com as autoridades do Brasil e de Portugal para saber por onde Gurjão passou antes de embarcar no voo onde morreu.

» **RESCALDO** Bombeiros removem escombros de explosão que aconteceu na segunda (19) em São Cristóvão, na zona norte do Rio; segundo secretário municipal, "não há dúvida" de que acidente foi causado a partir de botijão em pizzaria

VIOLÊNCIA

Haitiano morre após ser atacado por grupo em Santa Catarina

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PORTO ALEGRE — O haitiano Feltre Sterlin, 33, que morava em Navegantes (a 78 km de Florianópolis), morreu após ser atacado no sábado (17).

Ele foi espancado com pedras de ferro e levou dezenas de facadas no peito.

Os agressores teriam chamado Sterlin de "maci" (homossexual, em crioulo). O grupo ainda levou o celular da vítima.

Para a Associação de Haitianos de Navegantes, trata-se de um crime de ódio. "Maci é a única palavra que eles [brasilenses] aprendem", diz João Edson Fagundes, diretor da associação. Ele afirma que o grupo que atacou Sterlin era composto por dez jovens entre 16 e 19 anos. Ninguém foi preso ainda.

Sterlin estava com a sua companheira, a brasileira Vanessa Nery Pantoja, 27, que conta ter sido atacada por apenas um dos agressores.

Cidade de SC ainda sofre com destruição 6 meses após tornado

Prefeitura de Xanxerê afirma não ter verba para reconstrução; governo federal cita falta de licitações para justificar atraso nos repasses

PAULA SPERB
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM PORTO ALEGRE

Seis meses depois de um tornado devastar a cidade de Xanxerê (a 508 km de Florianópolis), no oeste catarinense, ainda se vê entulho nas ruas, o ginásio continua no chão, um posto de saúde segue fechado e alunos de uma escola estadual foram transferidos para outra unidade.

A maioria dos reparos nos imóveis foi providenciada pelos próprios moradores, com a ajuda de voluntários. Ruas dos sete bairros mais afetados continuam sem iluminação pública. As obras e a substituição de postes, lâmp-

padas e reatores começaram há poucos dias —a prefeitura não informa o prazo para a conclusão do trabalho.

O município alega falta de verba para a reconstrução da cidade e diz que não recebeu o montante prometido pelo governo federal após a visita da presidente Dilma Rousseff (PT), uma semana após o tornado de 20 de abril. Na ocasião, Dilma prometeu rapidez na reconstrução da cidade.

O Ministério da Integração Nacional informa que disponibilizou R\$ 4 milhões, mas que o montante não foi repassado na íntegra ao município por falta de licitações da prefeitura. Apenas uma parte (R\$ 1,2 milhão) foi liberada para

Em abril, marcas da passagem do tornado por Xanxerê (SC)

a reconstrução de casas. Foram entregues 36 unidades modulares em Xanxerê e 23 em Ponte Serrada, município vizinho também afetado.

Outros R\$ 3 milhões foram destinados exclusivamente à reconstrução do ginásio, mas a obra ainda não começou.

Somente uma parcela dos R\$ 500 mil arrecadados em uma campanha da prefeitura foi utilizada para a compra de móveis para as casas construídas pelo governo federal. Usaram R\$ 100 mil e o restante está parado. A demora é muito grande por parte da prefeitura. A maioria do pessoal já fez tudo sozinho. Não sei o que vai ser feito com esse dinheiro", diz o vereador

Adriano De Martini (PT).

O prefeito Ademir José Gasparini (PSD) não atendeu a reportagem. Procurada, a prefeitura não se manifestou.

Para os moradores, os impactos materiais ou psicológicos persistem. A professora Franciele Campanharo, 30, teve a casa totalmente destruída. Agora, ela e a filha vivem em um apartamento alugado e com móveis doados. "Minha filha ainda tem medo de chuva, dos barulhos."

A fábrica de móveis onde o marceneiro Osmar Marins, 49, trabalhava fechou por causa do tornado. "Não voltei ao trabalho porque a fábrica foi destruída e o dono falou. Não vai abrir mais."

Jovens católicos removem pichações na Catedral da Sé

Dom Odilo Scherer com cartaz de grupo contra o aborto

Taís Araújo sofre ataques racistas em rede social

Polícia vai apurar identidade de autores de comentários feitos na página oficial da atriz

DE SÃO PAULO

A Polícia Civil do Rio de Janeiro vai investigar ataques racistas na internet contra a atriz Taís Araújo.

Na noite deste sábado (31), uma foto publicada em seu perfil no Facebook recebeu diversos comentários chamando-a de "macaca", "criola", "cabelo de esfregão", entre outras ofensas.

Segundo o diretor do Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE), Ronaldo Oliveira, a identidade dos autores — a maioria, portadores de perfis falsos — será in-

vestigada, e eles serão intimados a depor. A atriz também deve ser ouvida.

Neste domingo (1º), Taís fez um desabafo em sua página oficial: "É muito chato, em 2015, ainda ter que falar sobre isso, mas não podemos nos calar: na última noite, recebi uma série de ataques racistas na minha página. Absolutamente tudo está registrado e será enviado à Polícia Federal. E eu não vou apagar nenhum desses comentários."

A Polícia Federal afirma que ainda não foi acionada. O episódio gerou comoção nas redes sociais.

Após pichação na Sé, igreja e ativistas trocam críticas

Catedral amanheceu pichada neste sábado; Arquidiocese pede 'respeito'

Manifestante discorda da pichação, mas diz que ato reflete repressão católica contra o feminismo

DE SÃO PAULO

As paredes da Catedral da Sé, no centro de São Paulo, amanheceram pichadas no último sábado (31) com frases contra o aborto, após protesto contra projeto de lei do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que dificulta o aborto legal e proíbe a venda de medicamentos abortivos. Frases como "Útero laico", "Útero livre", "Aborto, sim" e "Se o papa fosse mulher, o aborto seria legal" foram escritas nas paredes e em uma das portas do local.

Neste domingo (1), a maior das pichações foi removida por jovens católicos que se organizaram via WhatsApp.

As frases surgiram após manifestação na sexta-feira (30) contra o projeto de lei. Segundo a Arquidiocese de São Paulo, "a liberdade de expressão, reivindicada historicamente pela Igreja Católica em nosso país, não justifica ato de vandalismo".

"Desejamos que atos como esse não venham a se repetir para que sejam preservados não só o direito de expressão mas também o respeito ao patrimônio da população", diz comunicado assinado pelos padres Luiz Eduardo Barontto e Helmo César Faccioli.

A nota diz que a catedral "constitui monumento arquitetônico-artístico de referência para a cidade" e é um

edifício religioso que simboliza a fé cristã professada pela Igreja Católica Apostólica Romana.

PROTESTO

A manifestação contra o projeto de lei 5069/13 reuniu cerca de 5.000 pessoas, segundo a Polícia Militar — a organização do protesto divulgou a estimativa de 15 mil.

Durante o ato, que teve início por volta das 18h e se encerrou às 22h, mulheres tocaram bateria, cantaram gritos de guerra e erguíam cartazes com críticas ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), autor do texto.

Uma das organizadoras do protesto, a produtora cultural Jaqueline Vasconcellos, 35, afirmou que o movimento discorda da pichação à catedral por se tratar de patri-

mônio histórico da cidade.

Segundo ela, no entanto, uma manifestação com milhares de pessoas é "incontornável" e os dizeres da pichação refletem milênios de repressão católica contra o corpo feminino.

Jaqueline questiona o teor da nota da Arquidiocese de São Paulo. "Fizemos uma manifestação legítima pela sociedade e entendemos o ato da igreja [de emitir nota] como tentativa de tirar o foco da sociedade da discussão do PL [5069/2013]", afirma.

Ela também criticou a atitude do cardeal Dom Odilo Scherer, que posou ao lado de jovens com placas de apoio ao projeto da Câmara neste domingo (1º).

As organizadoras do movimento pretendem divulgar carta sobre o assunto.

» **PROTESTO** Refugiados e imigrantes fazem ato na av. Paulista, que estava fechada para carros, contra a morte de um haitiano foi linchado em Santa Catarina em 17.out

★ ★ ★

Moda

de A a Z

Assinante, aproveitar a oferta exclusiva nunca sai de moda.

Na compra da coleção completa, ganhe 5 livros.

GRÁTIS

5 LIVROS E O FRETE*

APENAS

R\$ 18,90*

CADA LIVRO

PAGUE EM ATÉ

10X

NO CARTÃO*

Glossário de Modas

VOL 1

ALEXANDRE ALAÍDA
RICARDO ALMEIDA
JULIO ANGEL
FRANCISCO ARMANI
E OUTROS

Moda de A a Z

Alexander McQueen
Alexandre Herchcovitch
Armani
Balenciaga
Carolina Herrera
Chanel
Christian Louboutin
Clodovil Hernandes
Christian Dior
Dolce & Gabbana
Francisco Costa
Gucci
Levi Strauss
Louis Vuitton
Manolo Blahnik
Prada
Ralph Lauren
Ricardo Almeida
Valentino
Versace
Yves Saint Laurent

FOLHA

SEU DIA DE LER

Coleção Folha Moda de A a Z. De nomes revolucionários como Chanel, Armani, Dior e Prada a grandes estilistas brasileiros como Alexandre Herchcovitch, Ricardo Almeida e muitos outros. São 25 livros que formam um guia inteligente com tudo que você precisa para conhecer e entender os principais nomes e estilos do mundo da moda. Essencial para quem estuda ou se interessa por moda, para se inspirar e seguir os próprios caminhos. Colecione.

PEÇA JÁ A SUA COLEÇÃO COMPLETA, GANHE 5 LIVROS E O FRETE.*

Ligue **(11) 3224 3090** (Grande São Paulo)
ou **0800 775 8080** (outras localidades).

WWW.FOLHA.COM.BR/COLECAOMODA

*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte www.folha.com.br/colecaomoda. Confira as datas de entrega no site. Promoção válida na compra da coleção completa. Condição de parcelamento válida apenas no cartão de crédito.

FOLHA DE S. PAULO

F13

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 • QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2015 • Nº 31.634

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUSÃO À 04H04 • R\$ 3,50

Dilma sanciona projeto de lei sobre resposta na imprensa

A presidente Dilma sancionou, com um veto, o projeto de lei que regula o direito de resposta na imprensa. Pelo texto, pessoas ou empresas que se sintam ofendidas por publicações podem exigir contestação com o "mesmo destaque, periodicidade e dimensão" do conteúdo original.

Entidades jornalísticas criticam pontos como o curto prazo para recurso. **Poder A12**

F-1 GP Brasil
Interlagos, 75,
ganha nova cara
após reforma de
R\$ 144 mi especial

Papéis contradizem versão de Cunha sobre conta suíça

Extratos mostram movimentação de recursos; PSDB formaliza rompimento

A Procuradoria-Geral da República recebeu documentos de autoridades suíças que contrariam a versão de Eduardo Cunha de que não movimentou dinheiro depositado em uma de suas contas na Suíça por lobbista investigado na Lava Jato.

Ao contrário do que declarou o presidente da Câmara, extratos bancários mostram que ocorreu movimentação de recursos duas vezes no primeiro semestre do ano passado, informam **Graciliano Rocha, Mario Cesar Carvalho e Flávio Ferreira**.

Para rebater acusação de que o dinheiro na conta era do petróleo, Cunha afirmou não ter mexido no 1,3 milhão de francos suíços transferidos em 2011. Ação para cassá-lo corre na Câmara. O deputado disse que só se pronunciará de novo na Justiça.

O PSDB, principal sigla de oposição, formalizou o rompimento com Cunha e indicou que votará pela sua cassação. O peemedebista disse que "cada um tem o direito de se posicionar como quer". Doze partidos manifestaram apoio a ele. **Poder A6 e A7**

Meirelles diz que assumiria Fazenda se tiver autonomia

Ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles disse a interlocutores que assumiria o Ministério da Fazenda, em eventual substituição a Joaquim Levy, se tiver autonomia para conduzir a política econômica. Os números fizeram o dólar recuar 0,32%, para R\$ 3,78. **Poder A10**

Avança a proposta que regulariza os recursos externos

A Câmara aprovou projeto que cria programa para a regularização de recursos lícitos mantidos por brasileiros no exterior e ainda não declarados à Receita. A proposta, que faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo, segue para o Senado. **Poder A10**

Agência Fitch dá a São Paulo o selo de bom pagador

Contratada pela gestão Haddad (PT) para analisar as contas da cidade, a agência de risco Fitch deu a São Paulo o grau de investimento (selo de bom pagador das dívidas). A prefeitura considera que agora será mais fácil obter financiamentos internacionais. **Cotidiano B9**

EDITORIAIS Opinião A4
Leia "Vê de lama", acerca do desastre provocado pelo rompimento de barragens em Minas, e "Um bom negócio", sobre o uso do Fundo Partidário.

CIRCULAÇÃO
316.447/dia (impressos + digitais)
AGÊNCIA
30.554.118 visitantes únicos/mês

ISSN 1413-0732
9 771413 572056 31634

► **PERMANÊNCIA** O haitiano Gabriel Lesli, 37, na confeitaria onde trabalha em São Paulo; governo concederá residência permanente a 44 mil imigrantes do país caribenho que, com essa mudança, poderão ter documentos definitivos **Mundo A14**

CONTARDO CALLIGARIS
Medo da sexualidade feminina é um dos ingredientes do machismo **Ilustrada C8**

TURISMO
Estações de esqui fazem promoções para atrair mais brasileiros **D4**

ESPORTE
Holofotes miram Neymar hoje nas eliminatórias **B12**
Argentina x Brasil
22h Globo e SporTV

► **O BRASIL QUE DÁ CERTO** Alunos de escola infantil em Sobral (CE), cidade no semiárido que se destaca em avaliações; especial mostra ilhas de excelência em educação no país **Pág. 1**

Justiça ordena quebra de sigilo de Mantega em ação na Zelotes

O juiz da Operação Zelotes, Vallisney de Souza Oliveira, determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega (2006-14), relata **Rubens Valente**. A decisão visa apurar nomeações no Carf, conselho fiscal investigado por esquema para reduzir multas. Mantega nega irregularidades. **Poder A13**

Piloto de avião do Bradesco que caiu não reportou pane

O piloto do avião que caiu na terça (10), matando dois tripulantes e dois executivos do Bradesco, não relatou pane ao controle de tráfego aéreo. A morte do presidente da Bradesco Seguros deve embalar a sucessão no comando do banco. **Mercado A21**

Governo decreta emergência após alta de casos de microcefalia

Cotidiano B10

Enteado de Maduro é preso no Haiti sob acusação de tráfico

Mundo A15

ATMOSFERA **Cotidiano B2**
Dia abafado, com chuva à tarde
Mínima 20°C. Máxima 29°C.

RODÍZIO **Cotidiano B2**
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 7 ou 8

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e a circulação **folha.folha.com.br**

DESAFIO

TUCSON vs. RENEGADE

CONHEÇA, COMPARE, DECIDA.

SAIBA MAIS NA PÁGINA 7.

A PARTIR DE

R\$ 64.900,00

CAOA

HYUNDAI NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

Pedestre, use sua faixa.

FOLHA DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2015 A14

mundo

ISRAEL
UE etiquetará
produtos de
assentamentos
folha.com/nas1704874

F14

Brasil dá permanência a 44 mil haitianos

Imigrantes do país que solicitaram refúgio entre 2011 e julho deste ano receberão status de residente permanente

Com decisão, haitianos vão ter documentos definitivos, como carteira de trabalho, e pagarão impostos

ISABEL FLECK
DE SÃO PAULO
FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

O governo brasileiro anunciou que concederá residência permanente a 43.781 imigrantes haitianos que solicitaram refúgio no Brasil de janeiro de 2011 a julho de 2015.

Essa população vive hoje — alguns deles há quatro anos — apenas com um protocolo da solicitação do refúgio, já que sua situação, na avaliação do governo brasileiro, não se enquadrava nos requisitos de refúgio: ter sido vítima de perseguição ou de violação de direitos humanos.

O solicitante de refúgio não está irregular no país e pode trabalhar, mas a residência dará a esses haitianos documentos definitivos, como carteira de trabalho permanente, que ajudarão em tarefas como abrir conta em banco.

“Isso traz segurança e estabilidade e cria uma melhor condição de integração ao país. Facilita o acesso ao trabalho, à educação, aos serviços públicos”, disse o ministro Miguel Rossetto (Trabalho

Eduardo Knapp/Folhapress

O haitiano Gabriel Lesli, na confeitaria onde trabalha

e Previdência) à **Folha**.

Rossetto destaca que, como residentes, eles terão direitos, mas também deveres iguais a outros trabalhadores. “Eles pagarão impostos, contribuições previdenciárias, ajudarão a construir o país.”

Antes, a residência permanente só podia ser solicitada

por haitianos que chegavam ao Brasil com o visto humanitário criado em 2012 e emitido pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

A quem chegava pela fronteira terrestre, geralmente vítima de coites, restava ape-

nas solicitar refúgio, sem a perspectiva de obtê-lo.

É o caso de Gabriel Lesli, 37, que chegou ao Acre em abril, após uma viagem de oito dias pela rota clássica dos coites: de Santo Domingo ao Panamá, Equador, Peru e Brasil.

Lesli, que trabalhava com contabilidade no Haiti, hoje é confeitiro em São Paulo, de onde diz não querer sair. Ele, porém, ainda pretende trazer a mulher, Polimena, e o filho Doly, 4. “Quero ficar aqui. E quero que minha família venha para cá, mas está difícil.”

REUNIÃO FAMILIAR

Segundo o secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, a residência permanente facilitará a reunião familiar, como no caso de Lesli. E esse encontro será estimulado a ocorrer de forma segura, por meio de vistos humanitários.

Para o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), a chegada dos haitianos pela fronteira terrestre causou uma situação “inesperada”, mas o status de residente permanente “abre novas portas” a esse público. “Os haitianos contribuirão com o nosso país, serão bem recebidos. Bem-vindos. Vocês aqui estão e não sairão”, disse.

A decisão faz parte de uma tentativa do governo brasileiro de mudar o fluxo de haitianos, fazendo com que eles utilizem rotas legais.

Como parte desse esforço, a concessão de vistos humanitários em Porto Príncipe foi ampliada — de cerca de 500 por mês até o início do ano para mais de 2.200 em outubro. O Brasil também começou a trabalhar com os governos de Peru, Equador e Bolívia para combater a ação dos coites.

As medidas fizeram com que o número de haitianos que entram pelo Acre caísse de 1.852 em fevereiro para menos de 200 em outubro.

Para o embaixador do Haiti no Brasil, Madsen Cherubin, a regularização adotada pelo Brasil “pode servir de modelo a outros países”.

A decisão deve ser publicada no “Diário Oficial” nesta quinta (12). A partir daí, os haitianos terão prazo de um ano para solicitar o novo status. É preciso preencher requerimento, apresentar fotos, documentos e pagar taxas de cerca de R\$ 450.

PERMANÊNCIA PARA HAITIANOS

Brasil concederá status de residente a 44 mil imigrantes

ROTA DA IMIGRAÇÃO HAITIANA AO BRASIL

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

43.781 é o número de haitianos que entraram no Brasil entre jan.2011 e jul.2015 e que poderão solicitar residência

Idade, em %

Qual era o status desses haitianos?

Ao entrar pela fronteira terrestre, eles só puderam solicitar refúgio no país. Eles, contudo, ainda eram apenas “solicitantes”, por não atender às exigências para refúgio

O que muda agora?

Os haitianos poderão solicitar o status de residente permanente. Com isso, terão documentação definitiva, o que dá direito, por exemplo, a carteira de trabalho permanente

ROTA MAIS SEGURA

Número de entradas por terra cai e cresce emissão de vistos

Fontes: MRE, DPF/MJ

TEMPORADA NACIONAL

MINICRUZEIROS 3 E 4 NOITES
SAÍDAS DE SANTOS - JAN/16
A PARTIR DE R\$ **1.223**
POR PESSOA + TAXAS EM ATÉ 12 SEM JUROS

MINICRUZEIROS 3 E 4 NOITES
SAÍDAS DO RIO - JAN/16
A PARTIR DE R\$ **995**
POR PESSOA + TAXAS EM ATÉ 12 SEM JUROS

CRIANÇAS, 3ª E 4ª PASSAGEIROS
70% DE DESCONTO

A VIDA É MELHOR COM UM SORRISO!
VIVA O JEITO PULLMANTUR DE FAZER CRUZEIRO.

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGEM | MAIS INFORMAÇÕES: 11 3181-5700

(*) Tarifa e condições promocionais sujeitas a disponibilidade e alteração sem aviso prévio. Tarifa base em reais, válida por pessoa em cabine dupla interna. A tarifa não inclui taxas aéreas, portuárias e/ou de serviços. Tarifa exclusiva para a parte marítima. (2) Parcelamento em 12X, válido por tempo determinado sujeito a disponibilidade. Entrada de 20% (dinheiro ou cheque) e parcelamento em 12X, sem juros para pagamentos em cheque (sujeito à aprovação pela TCU) ou em 12X sem juros no cartão de crédito das bandeiras Visa, Amex, Dinners e Mastercard. Tarifa válida para vendas individuais e para Grupos. Consulte nossas condições gerais no site www.pullmantur.com.br.

Kalunga